REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXI - Nº 023 - QUINTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2006 - BRASILIA-DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2005/2006)

PRESIDENTE	ALDO REBELO - PCdoB - SP
1º VICE-PRESIDENTE	JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL - AL
2º VICE-PRESIDENTE	CIRO NOGUEIRA - PP - PI
1º SECRETÁRIO	INOCÊNCIO OLIVEIRA - PL - PE
2º SECRETÁRIO	NILTON CAPIXABA - PTB - RO
3º SECRETÁRIO	EDUARDO GOMES - PSDB - TO
4º SECRETÁRIO	JOÃO CALDAS - PL - AL
1º SUPLENTE	GIVALDO CARIMBÃO - PSB - AL
2º SUPLENTE	JORGE ALBERTO - PMDB - SE
3º SUPLENTE	GERALDO RESENDE - PPS - MS
4º SUPLENTE	MÁRIO HERINGER - PDT - MG

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 49

Altera a redação da alínea h e acrescenta alínea c ao inciso XXIII do caput do art. 21 e altera a redação do inciso V do eaput do art. 177 da Constituição Federal para excluir do monopólio da União a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos de meia-vida curta, para usos médicos, agrícolas e industriais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 21. .....

.....

XXIII – .....

.....

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais;

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas;

d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;

..... " (NR)

Art. 2º O inciso V do **caput** do art. 177 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 177. .....

.....

V – a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do **caput** do art. 21 desta Constituição Federal.

....." (NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de fevereiro de 2006.

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Aldo Rebelo
Presidente

Deputado José Thomaz Nonô
1º Vice-Presidente

Deputado Ciro Nogueira
2º Vice-Presidente

Deputado Inocêncio Oliveira
1º Secretário

Deputado Nilton Capixaba
2º Secretário

Deputado João Caldas
4º Secretário

MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Senador Antero Paes de Barros
2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais
1º Secretário

Senador João Alberto Souza
2º Secretário

Senador Paulo Octávio
3º Secretário

Senador Eduardo Siqueira Campos
4º Secretário

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 2005-CN

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o Contrato nº 2/90 e o Convênio nº 124/99-MI (SIAFI 387341), relacionados com o subtítulo Canalização Botafogo Reurbanização dos e Córregos e Capim Puba, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 53.101.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o Contrato nº 002/90 e o Convênio nº 124/99-MI (SIAFI 387341), relacionados com subtítulo Reurbanização e Canalização dos Córregos Botafogo Capim Pub, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 53.101.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 27 de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 2005-CN

Inclui no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o Contrato nº 4500041745, realizado com recursos consignados ao empreendimento "Expansão de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Mato Grosso (Acréscimo de Aproximadamente 365Km de Linha de Transmissão, Implantação da se Jauru (Mt) 400 MVA) e Reforço nas Subestações Associadas Equivalente a 563 MVA – No Estado do Mato Grosso", sob responsabilidade da UO 32.224 (Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA.).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o Contrato nº 4500041745, referente ao fornecimento de 229 km de cabo pára-raios OPGW, núcleo de 24 fibras e acessórios, para LT 230 KV Rondonópolis-Barra do Peixe, realizado com recursos consignados ao empreendimento "Expansão de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica No Mato Grosso (Acréscimo de Aproximadamente 365Km de Linha de Transmissão, Implantação da se Jauru (MT) 400 MVA) e Reforço nas Subestações Associadas Equivalente a 563 MVA – No Estado do **Mato Grosso**", sob responsabilidade da UO 32.224 (Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA.).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste Decreto Legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 27 de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

SEÇÃO I

SUMÁRIO

1 – ATA DA 26ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EXTRAORDINÁRIA, MATUTINA, DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 8 DE FEVEREIRO DE 2006.

I – Abertura da sessão.

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior.

III – Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Nº 18/06 – Do Senhor Deputado Rodrigo Maia, Líder do PFL, indicando o Deputado José Carlos Machado para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 333-A/04..... 07210

Nº 33/06 – Do Senhor Deputado Mário Negromonte, Líder em exercício do PP, indicando o Deputado Lino Rossi para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 333-A/04. 07210

Nº 34/06 – Do Senhor Deputado Mário Negromonte, Líder em exercício do PP, indicando o Deputado Marcos Abramo para integrar a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. 07210

Nº 33/06 – Do Senhor Deputado José Múcio Monteiro, Líder do PTB, indicando o Deputado Jefferson Campos para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 333-A/04..... 07210

Nº 34/06 – Do Senhor Deputado José Múcio Monteiro, Líder do PTB, indicando o Deputado Fred Hohler para integrar Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. 07211

Nº 301/05 – Do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, comunicando a apreciação do PL nº 4.635/01 e de seus apensados. 07211

Nº 104/05 – Do Senhor Deputado Sebastião Madeira solicitando a retirada do PL nº 2.598/96. 07211

RELATÓRIO DE VIAGEM

– Do Senhor Deputado José Thomaz Nonô a Nova Iorque para participar da II Conferência Mundial de Presidentes de Parlamento da União Interparlamentar. 07211

COMUNICAÇÃO

– Do Senhor Deputado Fred Hohler, comunicando sua desfiliação do Partido Popular Socialista – PPS e sua filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro– PMDB. 07216

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 494/2006 – Do Senado Federal – Altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em caso de adoção. 07218

PROJETOS DE LEI

Nº 6.512/2006 – Do Sr. Chico Sardelli – Institui o Programa de Estímulo à Produção Audiovisual Independente..... 07218

Nº 6.519/2006 – Do Sr. Vanderlei Assis – Altera a redação do artigo 10 da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, dispondo sobre a Carteira Nacional do Idoso..... 07220

Nº 6.528/2006 – Do Sr. Wellington Fagundes – Dispõe sobre a criação do termo Agricultura Indígena..... 07220

Nº 6.531/2006 – Da Srª. Ann Pontes – Altera o artigo 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. 07221

Nº 6.550/2006 – Do Sr. João Herrmann Neto – Disciplina a criação amadora de aves brasileiras e exóticas em cativeiro, e dá outras providências. 07221

Nº 6.551/2006 – Do Sr. Chico Sardelli – Altera os art. 9º e 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, no tocante à concessão do registro e do certificado de entidade de fins filantrópicos..... 07225

Nº 6.552/2006 – Do Sr. Alberto Fraga – Altera a Lei nº 9.250 de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências. 07225

Nº 6.553/2006 – Do Sr. Alberto Fraga – Dispõe sobre a assistência ao pequeno produtor rural. 07226

Nº 6.557/2006 – Do Sr. Marcos de Jesus – Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para acrescentar dispositivo que assegura às pessoas portadoras de deficiência prioridade na aquisição de moradia própria em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos..... 07227

Nº 6.560/2006 – Do Sr. Paulo Pimenta – Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves em Universidade Federal Tecnológica da Serra Gaúcha – UFTSG, e dá outras providências. 07227

Nº 6.561/2006 – Da Srª. Almerinda de Carvalho – Institui o "Dia do Líder Comunitário"..... 07230

Nº 6.562/2006 – Do Sr. José Carlos Machado – Obriga as empresas prestadoras de serviços públicos a fornecerem a seus usuários certidão de quitação anual de débitos..... 07231

Nº 6.563/2006 – Do Sr. Alberto Fraga – Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, concedendo o porte de armas de fogo aos Oficiais de Justiça, aos Fiscais do Ibama e Fiscais do Trabalho. ... 07231

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 2.124/2006 – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Santa Isabel do Pará, Estado do Pará..... 07232

Nº 2.125/2006 – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União de Minas, Estado de Minas Gerais. 07233

Nº 2.126/2006 – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade "FM" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo. 07234

Nº 2.127/2006 – Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional Ebenezer a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina..... 07236

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU

Nº 36/2005 – Do Sr. Geraldo Resende – Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, acerca das providências tomadas por esse órgão, após a publicação do Acórdão na Representação nº 007.572/2005-0, julgado pelo Plenário deste Órgão, que trata das irregularidades apontadas no relatório final da Comissão Externa, destinada a averiguar, "in loco", a morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul..... 07237

REQUERIMENTOS

Nº 3.533 – Do Senhor Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, requerendo novo despacho ao PLP nº 263/05..... 07238

Nº 3.540 – Do Senhor Deputado Carlos Nader, requerendo a retirada do PL nº 5.376/05..... 07238

Nº 3.557 – Da Senhora Deputada Laura Carneiro, requerendo a desapensação do PRC nº 99/03 do PRC nº 63/00..... 07238

Nº 3.573 – Do Senhor Deputado Dr. Rosinha, manifestando repúdio ao veto do governo norte-americando à venda de aviões Super Tucano da EMBRAER para Venezuela. 07239

Nº 3.575 – Do Senhor Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, requerendo a desapensação do PL nº 6.134/05 do PL nº 4.328/98. 07239

Nº 3.588 – Do Senhor Deputado Gerson Gabrielli, requerendo a retirada do PL nº 6.511/06. .. 07240

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 8-2-2006

IV – Comissão Geral

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Transformação da sessão plenária em Comissão Geral para debate de assuntos e projetos relacionados à TV digital. 07240

Determinação do rito procedimental da Comissão Geral..... 07240

Usaram da palavra durante o debate os Srs. JOSÉ INÁCIO PIZANI, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; EVANDRO DO CARMO GUIMARÃES, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo e representante da Associação de Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo – AESP; ALEXANDRE ANNEMBERG, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; JOÃO CARLOS SAAD, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores; JOSÉ MARCELO AMARAL, representante da Rede Record de Televisão; WANDER WILSON CHAVES, diretor do Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL; FERNANDO BITTENCOURT, Coordenador do Grupo SET/ABERT – Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomu-

nicações/Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão; MARCELO KNÖRICH ZUFFO, Professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP e Coordenador do Projeto de Pesquisa do Sistema Brasileiro de TV Digital – SBPVD; CELSO SCHRÖDER, Coordenador-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; ADONIAS COSTA da SILVEIRA, Presidente da Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações – FINATEL; GUNNAR BEDICKS JÚNIOR, Coordenador do Laboratório de TV Digital da Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie; ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações – SET; JOÃO ANTONIO ZUFFO, Coordenador-Geral do Laboratório de Sistemas Integráveis do Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP; ROBERTO WAGNER MONTEIRO, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações – ABRATEL; FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS, Presidente da Associação Baiana de Empresas de Rádio e Televisão – ABART; IVAN FEITOSA, Presidente da Associação das Empresas de Radiodifusão de Pernambuco – ASSERPE. 07240

PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Pela ordem) – Solicitação à Presidência de ordenamento dos trabalhos com vistas à participação dos Parlamentares nos debates da Comissão Geral. 07252

PRESIDENTE (Walter Pinheiro) – Resposta ao Deputado Pauderney Avelino. 07252

Usaram da palavra, pela ordem, durante o debate os Srs. Deputados LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR), WLADIMIR COSTA (PMDB – PA). . 07253

Usaram da palavra durante o debate os Srs. PAULO RICARDO TONET DE CAMARGO, representante da Associação Gaúcha de Emissores de Rádio e Televisão – AGERT; GUSTAVO GINDRE, Conselheiro do Coletivo Intervozes e Coordenador-Geral do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura – INDECS; RICARDO LOPES DE QUEIROZ, Consultor e Professor; MAURÍCIO LAVAL PINA DE SOUSA MUGNAINI, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática – FENAINFO; ANTÔNIO LEONEL DA LUZ, Diretor de Tecnologia da Organização Jaime Câmara – TV Anhanguera; ETHEVALDO SIQUEIRA; representante do jornal O Estado de S. Paulo; GULLIVER AUGUSTO LEÃO, Presidente da Associação Goiana de Emissoras de Radio e Televisão – AGOERT; FÁTIMA RORIZ, Presidenta da Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado do Tocantins – AERTTO; SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; ROMÁRIO CEZAR SCHETTINO, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal; REGINA MOTA, Professora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; RICARDO BENETTON MARTINS, Diretor do Projeto de TV Digital do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD de Campinas, Estado de São Paulo; DANIEL COSTA RODRIGUES, Diretor-Técnico da Rede Brasil Amazônia de Televisão Ltda. e Professor do Departamento de Física da Universidade Federal do Pará; FABRÍCIO CORREIA; membro da Academia Brasileira de Cinema; CESAR RÔMULO SILVEIRA NETO, Superintendente-Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL; ANDRÉ BRANDÃO PÉRES, Engenheiro da Computação do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB; EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO, representante da Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo – AESP; JOSÉ GUILHERME CASTRO, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRAÇO; RANIERI MOACIR BERTOLI, Presidente da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão – ACAERT; MÁRIO BAUMGARTEN, representante da Coalizão DVB Brasil – Sistema Brasileiro, Padrão Mundial; PAULO SAAB, representante da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – ELETROS; MURILO CÉSAR RAMOS, Professor da Universidade de Brasília – UnB; FERNANDO DE CASTRO, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS; AMADEU DE PAULA CASTRO NETO, Presidente-Executivo da Associação Nacional dos Prestadores de Serviço Móvel Celular – ACEL; CARLOS FERRAZ, Diretor-Financeiro do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife – CESAR e Professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; MILTON LUCCA DE PAULA, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão – AMIRT; BENJAMIN BENZAQUEN SICSÚ; Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE. 07253

PRESIDENTE (Walter Pinheiro) – Agradecimento aos participantes da Comissão Geral. Anúncio da realização de seminário sobre a TV digital pela Câmara dos Deputados..... 07272

V – Encerramento

2 – ATA DA 27ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 08 DE FEVEREIRO DE 2006

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

SESSÃO ORDINÁRIA DE 8-2-06

IV – Pequeno Expediente

GUILHERME MENEZES (PT – BA) – Criação, pela Universidade Federal da Bahia, do campus Anísio Teixeira, no Município de Vitória da Conquista. Realização de concurso público para preenchimento

de vagas de Técnico-Administrativo na instituição de ensino. 07277

EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Contestação à matéria Ambientalistas nas horas vagas, sobre a administração do Prefeito Ronério Heiderscheidt, do Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, publicada pelo jornal Diário Catarinense..... 07277

FRANCISCO RODRIGUES (PFL – RR) – Equívoco do posicionamento do Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Gilberto Câmara, contrário à participação de astronauta brasileiro em missão internacional..... 07278

GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE) – Criação da Frente Parlamentar em Defesa da Fruticultura Brasileira. Implementação de política de desenvolvimento socioeconômico para os projetos de irrigação da Região Nordeste..... 07278

CARLOS NADER (PL – RJ) – Explosão do consumo popular, segundo pesquisa divulgada pelo jornal O Globo..... 07279

REINALDO BETÃO (PL – RJ) – Conveniência de aprovação, pela Casa, da Proposta de Emenda à Constituição nº 490, de 2005, relativa à vinculação de reajustes de benefícios previdenciários ao salário mínimo. Destaque do Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, no setor de exportação. 07280

MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Necrológio do Sr. Quielse Crisóstomo da Silva, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. 07280

JOÃO ALFREDO (PSOL – CE) – Apoio à implantação do plano de cargos e salários dos servidores do Serviço Geológico do Brasil. Condução do inquérito sobre a morte dos soldados da Aeronáutica Cleoman Fontenele Filho e Robson Mendonça Cunha. 07281

LUIZ COUTO (PT – PB) – Repúdio às acusações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso contra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores. Solicitação ao Ministério da Integração Nacional de liberação de recursos para os Municípios atingidos pela estiagem na Região Nordeste..... 07282

MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Homenagem prestada pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará ao Diretor de Programação da TV Verdes Mares, Edilmar Norões, por ocasião do transcurso do cinqüentenário de suas atividades profissionais..... 07283

CORIOLANO SALES (PFL – BA) – Elogios a resolução do Conselho Nacional de Justiça sobre a extinção da prática do nepotismo no Poder Judiciário. 07284

LAEL VARELLA (PFL – MG) – Artigo Os Santos Capitalistas, do jornalista David Brooks, publicado pelo jornal O Estado de S.Paulo..... 07284

REINALDO GRIPP (PL – RJ) – Satisfação com o início das obras do viaduto de Queimados, Estado do Rio de Janeiro. Visita do Presidente Lula da Silva ao Município fluminense para assinatura de convênio com vistas ao reinício das obras do Hospital Geral de Queimados..... 07285

GERALDO RESENDE (PPS – MS) – Apresentação de requerimento de informações ao Ministério do Trabalho e Emprego acerca de denúncias publicadas pela revista ISTOÉ sobre irregularidades em contrato firmado entre a Pasta e a empresa Cobra Tecnologia S/A..... 07286

DR. HELENO (PSC – RJ) – Destaque do Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, no setor de exportação. 07287

B. SÁ (PSB – PI) – Desempenho de alunos de estabelecimentos de ensino privados de Teresina, Estado do Piauí, no Exame Nacional do Ensino Médio. 07287

SIMÃO SESSIM (PP – RJ) – Desempenho do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta. Solidariedade ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Inocêncio Oliveira, diante de notícias caluniosas divulgadas pela imprensa. 07288

PEDRO FERNANDES (PTB – MA) – Solidariedade ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Inocêncio Oliveira, diante de notícia caluniosa divulgada pela imprensa. Correspondência da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal sobre a necessidade de alocação de recursos orçamentários para recuperação do poder aquisitivo da categoria..... 07288

PAULO FEIJÓ (PSDB – RJ) – Solidariedade ao Deputado Inocêncio Oliveira diante de condenação imposta pelo Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Maranhão. Apoio às sugestões da sociedade para a exploração de trecho da BR-101 no Estado do Rio de Janeiro..... 07293

LEODEGAR TISCOSKI (PP – SC) – Condenação injusta imposta ao Deputado Inocêncio Oliveira pelo Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Maranhão. Premência na aprovação do projeto de criação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas..... 07293

GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Solidariedade ao Deputado Inocêncio Oliveira diante de injusta condenação imposta ao Deputado pelo Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Maranhão. Nota do Parlamentar a respeito do caso..... 07294

MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem) – Conveniência de revisão de sentença judicial contra o Deputado Inocêncio Oliveira. 07295

MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PDT – AL. Pela ordem) – Manifestação de solidariedade ao Deputado Inocêncio Oliveira. Caráter discriminatório da Medida Provisória nº 279, de 2006, sobre destinação de recursos a Municípios nordestinos

atingidos por enchentes ou pela estiagem. Repúdio à retaliação política praticada pelo Governo Lula da Silva contra Alagoas, com prejuízos para a população do Estado. Mobilização da bancada alagoana com vistas à solução do impasse. 07296

EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Presença no Capital Federal do Prefeito Luiz Flávio Carvalho, do Município de Machadinho d'Oeste, Estado de Rondônia, em busca de auxílio do Governo Federal para implementação de projetos de assentamento rural..... 07296

MANATO (PDT – ES) – Idoneidade do Deputado João Herrmann Neto. Satisfação com o acatamento, pela Corregedoria da Casa, dos termos da defesa do Parlamentar. Manifestação de solidariedade ao Deputado Inocêncio Oliveira. 07296

ÁTILA LINS (PMDB – AM) – Solidariedade ao Deputado Inocêncio Oliveira. Viagem do Presidente Aldo Rebelo a Manaus. Ampliação das instalações portuárias do Estado do Amazonas. 07296

LEONARDO MATTOS (PV – MG) – Revisão do montante de recursos orçamentários destinados à revitalização do Rio São Francisco. Apresentação de proposta concessiva de aposentadoria especial a servidores públicos portadores de deficiência.... 07297

MARCONDES GADELHA (PSB – PB) – Solidariedade ao Deputado Inocêncio Oliveira. Nota do Partido Socialista Brasileiro em repúdio às manifestações de violência contra a realização de assembléias populares para discussão e avaliação do Governo do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba. 07297

JAIR BOLSONARO (PP – RJ) – Proposta à Presidência de inscrição prévia de Deputados para apresentação de pronunciamentos para serem considerados lidos. Expectativa de absolvição da genitora de menor vítima de estupro ocorrido no Município de São Carlos, Estado de São Paulo. Apoio à proposta de redução da maioridade penal. 07300

CARLOS SANTANA (PT – RJ) – Inadimplência do Governo Federal no pagamento de débito a ferroviários aposentados. Solidariedade ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Inocêncio Oliveira..... 07300

JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Declarações ofensivas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Partido dos Trabalhadores. Irregularidades ocorridas no Governo do PSDB. 07301

DR. RIBAMAR ALVES (PSB – MA) – Solidariedade ao Deputado Inocêncio Oliveira diante das denúncias de existência de trabalho escravo em propriedades do Parlamentar. Resultados positivos das ações sociais do Governador do Estado do Maranhão, José Reinaldo Tavares. Lançamento das candidaturas de Jackson Lago ao Governo do Estado e de João Castelo ao Senado Federal. 07301

MILTON CARDIAS (PTB – RS) – Realização de seminário no campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela Comissão Especial destinada ao exame do Projeto de Lei nº 4.530, de 2004, referente à criação do Plano Nacional de Juventude. 07302

GERVÁSIO OLIVEIRA (PMDB – AP) – Visita do Presidente Aldo Rebelo ao Estado do Amapá. Promessa do Presidente da Casa de votação do Projeto de Lei nº 2.403, de 2003. 07303

DR. ROSINHA (PT – PR) – Repúdio às acusações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso contra o Partido dos Trabalhadores. 07303

ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – Empenho da Frente Parlamentar da Polícia Rodoviária Federal na implementação do plano de carreira da categoria. Morosidade do Ministério Público na investigação de irregularidades na Empresa de Turismo da Bahia S/A – BAHIATURSA. 07304

FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – Urgência na votação do Projeto de Lei nº 6.368, de 2005, sobre alteração da estrutura e da remuneração da Carreira Magistério Superior..... 07304

MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PDT – AL) – Protesto contra a exclusão dos Estados de Alagoas e Sergipe dos benefícios da Medida Provisória nº 278, de 2006. 07305

LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Excelência dos trabalhos realizados pela Super Rádio Tupi por ocasião de enchentes ocorridas no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. 07305

JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Nota de esclarecimento do Deputado Inocêncio Oliveira sobre condenação imposta pelo Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Maranhão. 07306

FRANCISCO APPIO (PP – RS) – Solidariedade ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Inocêncio Oliveira, diante de matéria divulgada pela imprensa. Manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Walmor Pereira Ramos, do Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul. Criação de organização não-governamental voltada para esclarecimentos acerca da hepatite C. 07307

MANOEL SALVIANO (PSDB – CE) – Desempenho da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais. Adoção de política de investimentos na produção de fármacos. 07309

MARCELO TEIXEIRA (PSDB – CE) – Recebimento de manifestações de apoio à proposta de alteração de períodos de férias escolares..... 07310

JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 01, de 2003, sobre regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, acerca da vinculação de recursos para a área da saúde. 07310

VIGNATTI (PT – SC) – Lançamento, pelo Governo Federal, de medidas de incentivo à construção civil..... 07311

MARCELO GUIMARÃES FILHO (PFL – BA) – Lançamento, pelo Governo Federal, de medidas de incentivo à construção civil. 07312

NELSON BORNIER (PMDB – RJ) – Adoção pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva de medidas para combate à crise na economia brasileira. 07312

LUIZ PIAUHYLINO (PDT – PE) – Acerto da indicação do Desembargador Enrique Ricardo Lewandowski para Ministro do Supremo Tribunal Federal..... 07313

NATAN DONADON (PMDB – RO) – Assinatura de convênio entre o Governo Federal e a Prefeitura Municipal de Vilhena para iluminação da BR-364, Estado de Rondônia. 07313

SANDRO MABEL (PL – GO) – Ampliação do ensino fundamental para 9 anos. 07314

EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Apoio à mobilização da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina para o reajuste de aposentadorias e pensões nos mesmos índices aplicados ao salário mínimo. 07314

ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT – MS) – Instalação do Comitê de Aprovação de Crédito – Jovem Empreendedor, no Estado de Mato Grosso do Sul. Importância do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego..... 07315

NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Importância da criação da Receita Federal do Brasil para a reorganização da administração fazendária federal. Reconhecimento da contribuição da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência Social para o aprimoramento da proposta. 07316

V – Grande Expediente

WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Implantação da TV digital no Brasil. 07316

COSTA FERREIRA (PSC – MA. Pela ordem) – Pedido às autoridades governamentais de adoção de medidas de combate à dengue no Estado do Maranhão. 07321

NEUTON LIMA (PTB – SP. Pela ordem) – Concessão do Título de Cidadão Bauruense ao Ministro do Turismo Walfrido Mares Guia..... 07321

JÚNIOR BETÃO (PL – AC) – Sucesso do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas implementado pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Atuação do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento. 07321

Apresentação de proposições: GERALDO RESENDE, LINCOLN PORTELA, LUIZ PIAUHYLINO, JANDIRA FEGHALI, EDUARDO VALVERDE, LUIZ CARLOS HAULY, ILDEU ARAUJO, ALICE PORTUGAL, VANESSA GRAZZIOTIN, MARCELO ORTIZ, BERNARDO ARISTON, LUIZA ERUNDINA, VANESSA GRAZZIOTIN, NELSON BORNIER, LUCIANO ZICA, ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO, MARIA HELENA–PRESIDENTE DA CAINDR, JOAQUIM FRANCISCO, HENRIQUE FONTANA, BABÁ, PERPÉTUA ALMEIDA, DURVAL ORLATO, VANDER LOUBET, RENILDO CALHEIROS, ISAÍAS SILVESTRE, PAULO BALTAZAR, TELMA DE SOUZA..... 07326

VI – Ordem do Dia

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Razões da votação de requerimento para tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.370, de 2005. . 07333

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Votação e aprovação de requerimento para tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.370, de 2005..... 07333

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Votação e aprovação de requerimento para tramitação e regime de urgência da Mensagem nº 800, de 2005, relacionada a texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativa à construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa ao Estado do Amapá..... 07333

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP). 07334

LAURA CARNEIRO (PFL – RJ. Pela ordem) – Conveniência de suspensão das atividades de Comissões em funcionamento na Casa. 07334

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Determinação do encerramento dos trabalhos das Comissões. .. 07334

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.835-C, que institui a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do antigo Distrito Federal, altera dispositivos da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, dispõe sobre a reorganização e a remuneração da Carreira Policial Civil dos ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências 07334

Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados RODRIGO MAIA (PFL – RJ), LAURA CARNEIRO (PFL – RJ). 07335

Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado ALBERTO FRAGA (PFL – DF). 07335

Usaram da palavra pala ordem os Srs. Deputados LAURA CARNEIRO (PFL – RJ), ALBERTO FRAGA (PFL – DF), LAURA CARNEIRO (PFL – RJ). 07335

Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado RICARDO BARROS (PP – PR).... 07336

LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Solicitação à Presidência de concessão do prazo de 24 horas para emissão de parecer à matéria. 07336

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Deferimento do pedido da Relatora Laura Carneiro. 07336

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Pedido às Lideranças partidárias de manifestação sobre a proposta de permuta dos itens da Ordem do Dia..... 07336

Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM), COLBERT MARTINS (PPS – BA)..... 07336

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Inversão da pauta para leitura do parecer apresentado ao Projeto de Lei nº 6.370-B, de 2005. 07337

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Aviso ao Plenário sobre os trabalhos da Casa no dia 9 de fevereiro de 2006. 07337

ZONTA (PP – SC. Pela ordem) – Solicitação à Presidência de anúncio da pauta da sessão do dia 13 de fevereiro de 2006. 07337

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Convocação de sessão deliberativa para o dia 13 de fevereiro de 2006, às 18h. 07337

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado RONALDO DIMAS (PSDB – TO)..... 07337

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.370-B, de 2005, que dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais de recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco, altera a legislação aduaneira e dá outras providências... 07337

Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, pela Comissão Especial, o Sr. Deputado EDINHO MONTEMOR (PSB – SP). 07337

MORONI TORGAN (PFL – CE. Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a realização de sessão extraordinária. 07338

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Aviso ao Plenário sobre realização de sessão extraordinária hoje, às 19h..... 07338

PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Pela ordem) – Proposta à Presidência sobre os trabalhos da Casa. 07338

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Resposta ao Deputado Pauderney Avelino. 07338

MARCELO BARBIERI (PMDB – SP. Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a inclusão de matéria na pauta de votações. 07338

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Resposta ao Deputado Marcelo Barbieri..... 07338

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado ZONTA (PP – SC)..... 07339

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Aviso ao Plenário sobre a realização de acordo de Lideranças para retirada do Projeto de Lei nº 6.370, de 2005, da pauta de votações. 07339

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 76-B, de 2003, que institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação e dá outras providências. 07339

Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados HENRIQUE FONTANA (PT – RS), RODRIGO MAIA (PFL – RJ)..... 07339

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Retirada da matéria da pauta, por acordo de Líderes, e concessão de prazo ao Relator para recebimento de emendas..... 07339

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Discussão, em turno único, da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.462-D, de 2000, que anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, punidos em razão da participação em movimento grevista..... 07339

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)..... 07339

ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a leitura do parecer do Relator..... 07339

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Resposta ao Deputado Alberto Goldman..... 07340

Usou da palavra para discussão da matéria a Sra. Deputada LUCIANA GENRO (PSOL – RS). 07340

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Encerramento da discussão..... 07340

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados SANDRO MABEL (PL – GO), MARCELO BARBIERI (PMDB – SP), JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ), JACKSON BARRETO (PTB – SE), COLBERT MARTINS (PPS – BA), MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PDT – AL), PASTOR AMARILDO (PSC – TO), NILTON BAIANO (PP – ES), JOÃO ALFREDO (PSOL – CE), JORGE GOMES (PSB – PE), MARCELO ORTIZ (PV – SP), HENRIQUE FONTANA (PT – RS), RODRIGO MAIA (PFL – RJ), ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP).. 07340

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Votação e aprovação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.462-D, de 2000. 07342

Votação e aprovação da redação final..... 07342

Encaminhamento da matéria à sanção..... 07343

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)..... 07343

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Discussão em turno único, do Projeto de Resolução nº 259-A, de 2005, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Áustria e dá outras providências..... 07343

Encerramento da discussão..... 07343

Usaram da palavra para encaminhamento da votação os Srs. Deputados NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP), ZONTA (PP – SC)..... 07343

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Votação e aprovação do projeto de resolução e da redação final..... 07343

Promulgação da Resolução..... 07344

ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem) – Pedido à Presidência de convocação de sessão extraordinária. 07344

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Resposta ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. 07344

ZEZÉU RIBEIRO (PT – BA) – Solicitação à Presidência de concessão do prazo de duas sessões para apresentação de parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 76-C, de 2003. 07344

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Deferimento da solicitação do Relator..... 07345

FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem) – Regozijo com a aprovação pela Comissão Especial da proposta de emenda à Constituição sobre a criação do Programa de Revitalização do Rio São Francisco. Apelo ao Plenário para aprovação da matéria..... 07345

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Transferência dos registros de presença do painel para a sessão extraordinária. Determinação ao Relator Moreira Franco de apresentação de parecer à proposta relativa à legislação eleitoral..... 07345

CORONEL ALVES (PL – AP. Pela ordem) – Promessa do Presidente Aldo Rebelo de votação de requerimento para tramitação em regime de urgência da proposta de construção de ponte no Rio Oiapoque, Estado do Amapá..... 07345

VII – Encerramento

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI (PSOL – SP) NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 011, REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado ORLANDO FANTAZZINI. 07350

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO WAGNER LAGO (PDT – MA. Pela ordem) NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 015, REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado WAGNER LAGO. 07350

DISCURSO PROFERIDO PELA SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) NO PERÍODO DESTINADO A BREVES COMUNICAÇÕES DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 016, REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2006 – RETIRADO PELA ORADORA PARA REVISÃO: Proliferação da dengue no País, particularmente no Estado do Rio de Janeiro. Regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre destinação de recursos para o Sistema Único de Saúde – SUS..... 07350

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO LUIZ BASSUMA (PT – BA. Pela ordem) NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 017, REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO: Preocupação com a apreciação, pelo Supremo Tribunal Federal, de processo sobre a lei de improbidade administrativa em vigor no País. 07351

3 – ATA DA 28ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EXTRAORDINÁRIA, VESPERTINA, DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 8 DE FEVEREIRO DE 2006

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 8-2-06

IV – Breves Comunicações

ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT – MS) – Êxito da política educacional implementada pelo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT. 07357

MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Artigo intitulado Agressão à cultura tradicional, de autoria do Deputado Michel Temer, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo. Expectativa de extinção da verticalização das coligações partidárias. 07357

NILSON MOURÃO (PT – AC) – Celebração de convênio entre a Universidade Federal do Acre e o Governo Estadual para formação universitária de professores da zona rural. Preocupação governamental com a educação em localidades de difícil acesso. 07359

MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Reivindicações de produtores rurais atingidos pela seca no Estado de Mato Grosso do Sul. 07359

PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB, – AC) – Homenagem in memoriam ao líder indígena guarani Sepé Tiaraju, ao ensejo dos 250 anos de falecimento. Desconhecimento por parte do atual Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI da realidade indígena. Aumento da mortalidade infantil em áreas indígenas. 07360

FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 548, de 2002, sobre o fim da verticalização nas coligações partidárias. 07361

JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Alcance social do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. 07362

LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO) – Publicação da edição nº 1.000 do jornal Tribuna do Planalto, semanário de circulação nos Estados de Goiás e Tocantins. Competência do empresário Sebastião Barbosa na direção do jornal..... 07363

JOÃO TOTA (PP – AC) – Defesa de imediata aprovação da proposta de emenda à Constituição

que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB..... 07363

JOÃO HERRMANN NETO (PDT – SP) – Críticas a projeto de lei de autoria da Deputada Maria do Rosário, sobre alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, relativamente à criminalização de agressões físicas e maus-tratos impostos a crianças e jovens por pais, professores ou responsáveis. .. 07363

ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ) – Lançamento pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva de medidas de incentivo à construção civil..... 07365

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Aviso ao Plenário sobre inserção na pauta de matéria relacionada à legislação eleitoral. Anúncio da convocação de sessão extraordinária, quinta-feira, dia 9 de fevereiro de 2006. 07365

V – Ordem do Dia

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 548-C, de 2002, que dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal, para disciplinar as coligações eleitorais..... 07370

CARLOS SANTANA (PT – RJ. Pela ordem) – Regozijo com a aprovação do projeto de lei concessivo de anistia a ex-funcionários da Empresa Brasileira e Correios e Telégrafos, demitidos em razão de movimento grevista. 07370

Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados MARCELO BARBIERI (PMDB – SP), MAX ROSENMANN (PMDB – PR)..... 07370

SOCORRO GOMES (PCdoB – PA. Pela ordem) – Regozijo com a aprovação do projeto de lei concessivo de anistia a ex-funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, demitidos em razão de movimento grevista. 07370

POMPEO DE MATTOS (PDT – RS. Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a tramitação do projeto de lei sobre regulamentação de portos secos. 07371

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Resposta ao Deputado Pompeo de Mattos. 07371

BABÁ (PSOL – PA. Pela ordem) – Regozijo com a aprovação de projeto de lei concessivo de anistia a ex-funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, demitidos em razão de movimento grevista. 07371

Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado BABÁ (PSOL – PA)..... 07371

MARCELO BARBIERI (PMDB – SP. Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre o número de Deputados presentes na Casa. 07372

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Resposta ao Deputado Marcelo Barbieri. 07372

Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado JOÃO FONTES (PDT – SE)..... 07372

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Informação ao Plenário sobre o número de Deputados presentes na Casa..... 07373

Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado WASNY DE ROURE (PT – DF). ... 07373

Usou da palavra para discussão da matéria o Sr. Deputado FEU ROSA (PP – ES. Discurso retirado pelo orador para revisão.)..... 07373

Usaram da palavra para discussão da matéria os Srs. Deputados LUCIANA GENRO (PSOL – RS), RONALDO CAIADO (PFL – GO)..... 07373

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Convocação dos Parlamentares ao plenário..... 07374

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Votação de requerimento de encerramento da discussão da matéria..... 07374

Usaram da palavra para encaminhamento da votação os Srs. Deputados BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS), RICARDO BARROS (PP – PR). 07374

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Aprovação do requerimento, contra os votos do Deputado Ricardo Barros e outros..... 07375

Encerramento da discussão..... 07375

Votação da matéria em segundo turno. 07375

Usou da palavra para encaminhamento da votação o Sr. Deputado JOÃO FONTES (PDT – SE). 07375

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados CHICO ALENCAR (PSOL – RJ), SARNEY FILHO (PV – MA), INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE), COLBERT MARTINS (PPS – BA). 07375

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Reiteração da convocação dos Parlamentares ao plenário. 07376

Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados WAGNER LAGO (PDT – MA), MARCONDES GADELHA (PSB – PB), CORONEL ALVES (PL – AP), JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA), MÁRIO NEGROMONTE (PP – BA), RONALDO DIMAS (PSDB – TO), MURILO ZAUITH (PFL – MS), MARCELO BARBIERI (PMDB – SP), HENRIQUE FONTANA (PT – RS), BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS), JOSÉ DIVINO (PMR – RJ), ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA – SP)..... 07376

PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Convocação dos Parlamentares ao plenário..... 07376

HENRIQUE FONTANA (PT – RS. Como Líder) – Repúdio à entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista ISTOÉ, com denúncias infundadas e referências desairosas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Necessidade de investigação, no âmbito de CPI, das irregularidades no processo de privatização do sistema de telecomunicações, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Ajuizamento, pelo Presidente do PT, Deputado Ricardo Berzoini, de processo crimi-

nal por calúnia e difamação contra o ex-Presidente da República. 07377

MARCELO BARBIERI (PMDB – SP. Pela ordem) – Convocação dos Parlamentares do PMDB ao plenário. 07379

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Convocação dos Parlamentares ao plenário. 07379

Indagação às Lideranças partidárias sobre a concordância com o início imediato da votação da matéria. 07379

Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados MARCELO BARBIERI (PMDB – SP), NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP), LUCIANA GENRO (PSOL – RS). 07379

Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado PASTOR AMARILDO (PSC – TO). 07379

Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados MORONI TORGAN (PFL – CE), MÁRIO NEGROMONTE (PP – BA), PASTOR AMARILDO (PSC – TO). 07379

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Informação ao Plenário sobre a votação do projeto de criação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no dia 9 de fevereiro de 2006. 07380

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado MÁRIO NEGROMONTE (PP – BA). 07380

ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Como Líder) – Réplica ao pronunciamento do Deputado Henrique Fontana sobre supostas irregularidades nas privatizações realizadas durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Envolvimento de membros do Governo Luiz Inácio Lula da Silva em casos de corrupção. 07380

BENEDITO DE LIRA (PP – AL. Pela ordem) – Conveniência da convocação dos Parlamentares ao plenário. 07381

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado MARCELO BARBIERI (PMDB – SP). 07381

BENEDITO DE LIRA (PP – AL. Pela ordem) – Convocação dos Parlamentares do PP ao plenário. 07381

IRIS SIMÕES (PTB – PR. Pela ordem) – Convocação dos Parlamentares do PTB ao plenário... 07381

RENILDO CALHEIROS (PCdoB – PE) – Convocação dos Parlamentares do PCdoB ao plenário. 07381

LUCIANA GENRO (PSOL – RS. Como Líder) – Críticas ao embate de pronunciamentos das Lideranças do PT e do PSDB. Envolvimento de ambos os partidos em irregularidades nas privatizações. Repúdio à possível isenção de Imposto de Renda de investimentos estrangeiros em títulos públicos. Arrocho fiscal promovido pelo Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. 07382

PASTOR AMARILDO (PSC – TO. Como Líder) – Artigo sobre a determinação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de redução do IPI incidente sobre materiais de construção, com vistas ao favorecimento da população de baixa renda, publicado pelo jornal Estado de Minas. Risco de diminuição dos recursos repassados aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios com a redução do imposto. Crise financeira enfrentada pelos Municípios do Estado do Tocantins. Urgência na apreciação de proposta de aumento do repasse de recursos do FPM. 07382

Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado CARLOS WILLIAN (PTC – MG). 07383

WILSON SANTIAGO (PMDB – PB. Como Líder) – Urgência na apreciação de proposição sobre o aumento no repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios. 07383

SANDRO MABEL (PL – GO. Como Líder) – Conveniência da aprovação da proposta de emenda à Constituição sobre o fim da verticalização das coligações partidárias. Defesa da aprovação do projeto de lei complementar sobre a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Êxito das obras emergenciais de recuperação de rodovias pelo Ministério dos Transportes. 07383

RICARDO BARROS (PP – PR. Pela ordem) – Solicitação de encerramento da votação. 07384

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Resposta ao Deputado Ricardo Barros. 07384

ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP. Como Líder) – Artigo Por que FHC perdeu o equilíbrio, do jornalista Gilberto Dimenstein, com críticas à entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista ISTOÉ, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo. Referências desairosas do ex-Presidente da República ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva e ao Congresso Nacional. Contestação ao pronunciamento do Deputado Alberto Goldman sobre o envolvimento de membros do Governo Federal em escândalos de corrupção e a lisura das privatizações realizadas no Governo anterior. 07384

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Encerramento da votação. 07385

Aprovação da matéria em segundo turno. ... 07385

Dispensada a votação da redação final. 07385

Encaminhamento da matéria à promulgação. 07385

ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Pela ordem) – Necessidade de realização de acordo entre as Lideranças partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para apreciação do projeto de lei sobre o financiamento de campanhas eleitorais. 07396

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Resposta ao Deputado Alberto Goldman. 07396

PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.855, de 2005, que

altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para dispor sobre o processo e o financiamento eleitoral. 07396

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado ROBSON TUMA (PFL – SP). 07396

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados EDUARDO VALVERDE (PT – RO), HAMILTON CASARA (PSDB – RO), MAURÍCIO RABELO (PL – TO)..... 07396

Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, pela Comissão de Finanças e Tributação, o Sr. Deputado MOREIRA FRANCO (PMDB – RJ), concluindo por substitutivo. 07396

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado JAIRO CARNEIRO (PFL – BA)..... 07400

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA)..... 07400

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado LINCOLN PORTELA (PL – MG)..... 07400

Usou da palavra o Sr. Deputado MOREIRA FRANCO (PMDB – RJ), Relator da matéria. 07401

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sugestão ao Plenário para adiamento da discussão da matéria..... 07401

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado LINCOLN PORTELA (PL – MG)..... 07401

Usou da palavra o Sr. Deputado MOREIRA FRANCO (PMDB – RJ), Relator da matéria..... 07401

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado POMPEO DE MATTOS (PDT – RS). 07401

Usou da palavra para proferir parecer ao projeto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o Sr. Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ). 07401

Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado CABO JÚLIO (PMDB – MG) 07402

Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado ADELOR VIEIRA (PMDB – SC)..... 07402

MARCONDES GADELHA (PSB – PB. Pela ordem) – Indagação à Presidência sobre a discussão da matéria com o Relator..... 07402

PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Resposta ao Deputado Marcondes Gadelha..... 07402

Usaram da palavra pela ordem os Srs. Deputados JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA), MARCONDES GADELHA (PSB – PB)..... 07402

VI – Encerramento

4 – PARECER – Projeto de Lei nº 4.635-A/01. 07413

COMISSÕES

5 – ATAS

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, 29ª Reunião (Ordinária) em 14-9-05, 30ª Reunião (Audiência Pública) em 15-9-05, 31ª Reunião (Audiência Pública) em 20-9-05, 32ª Reunião (Audiência Pública) em 29-9-05, 33ª Reunião (Ordinária) em 5-10-05, 34ª Reunião (Audiência Pública) em 6-10-05, 35ª Reunião (Ordinária) em 19-10-05, 36ª Reunião (Ordinária) em 26-10-05, 37ª Reunião (Audiência Pública) em 9-11-05, 38ª Reunião (Audiência Pública) em 10-11-05, 39ª Reunião (Extraordinária) em 23-11-05, 40ª Reunião (Ordinária) em 30-11-05, 41ª Reunião (Audiência Pública) 6-12-05, 42ª Reunião (Ordinária) em 7-12-05, 43ª Reunião (Audiência Pública) em 8-12-05 e 44ª Reunião (Ordinária) em 14-12-05. 07414

SEÇÃO II

6 – ATOS DO PRESIDENTE

a) Nomear: Eujaci Moreira dos Santos 07462

b) Designar: Adriano Braga. 07462

c) Designar (SUBSTITUTOS): Maria do Socorro Fernandes, Oscar de Souza Neto, Sílvia Regina dos Santos Coelho. 07462

d) Portarias: nºs 002 e 003, de 2006. 07463

e) Aplicar a penalida de demissão: Luis Joubert dos Santos Lima..... 07463

f) Exonerar: Vanja Maria Vieira de Paiva. 07463

g) Nomear: Luíza Resende Caldas Bacellar, Reinaldo Ferrigno. 07463

7 – PORTARIAS nºs 110 e 111, de 2006 – Da Primeira Secretaria, referentes a cencessão de credenciamento de entidades..... 07464

8 – MESA

9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

10 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

11 – COMISSÕES

Ata da 26ª Sessão, Extraordinária, Matutina, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 52 ª Legislatura, em 8 de fevereiro de 2006

Presidência dos Srs.: Aldo Rebelo, Presidente, Simão Sessim, Walter Pinheiro, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

I – ABERTURA DA SESSÃO

(Às 10 horas e 8 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II – LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. WALTER PINHEIRO, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

Ofício nº 18-L-PFL/06

Brasília, 7 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado José Carlos Machado para integrar, como suplente, a Comissão Especial destinada a 2004, do Sr. Pompeo de Mattos, que "modifica a redação do art. 29-A e acrescente art. 29-B à Constituição Federal para dispor sobre o limite de despesas e a das Câmaras de Vereadores e dá outras providências, em vaga existente".

Atenciosamente, – Deputado **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

Defiro. **Publique-se**
Em 8-2-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. nº 33

Brasília, 7 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Indico o Deputado Lino Rossi – PP/MT, como Titular na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 333-A, de 2004, do Sr. Pompeo de Mattos, que "modifica a redação do art. 29-A e acrescenta art. 29-B à Constituição Federal para dispor sobre o limite de despesas e a composição das Câmaras de Vereadores e dá outras providências", em substituição ao Deputado Nilton Baiano – PP/ES.

Atenciosamente, – Deputado **Mário Negromonte**, Líder em Exercício. Líder em Exercício.

Defiro. **Publique-se**
Em 8-2-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. nº 34

Brasília, 7 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Senhor Presidente,

Indico o Deputado Marcos Abramo – PP/SP, como Suplente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC.

Atenciosamente, – Deputado **Mário Negromonte**, Líder em Exercício.

Defiro. **Publique-se.**
Em 8-2-06. – **Aldo Rebelo,** Presidente.

Ofício nº 33/2006

Brasília, 7 de fevereiro de 2006

Exmo. Sr.
Deputado Aldo Rebelo
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Jefferson Campos (PTB – SP), na qualidade de Suplente, para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de Emenda à Constituição nº 333-A, de 2004, do Sr. Pompeo de Mattos, que "modifica a redação do art. 29-A e acrescenta art. 29-B à Constituição Federal para dispor

sobre o limite de despesas e a composição das Câmaras de Vereadores e dá outras providências".

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

Defiro. **Publique-se.**

Em 8-2-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF. Nº 34/2006

Brasília, 7 de fevereiro de 2006

Exmo Sr.
Deputado Aldo Rebelo
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Sr. Presidente,

Indico a Vossa Excelência, o Senhor Deputado Fred Kohler (PMDB-RJ) na qualidade de Titular e em substituição à Deputada Elaine Costa (PTB-RJ), para a Comissão Permanente de Fiscalização Financeira e Controle, em vaga do PTB.

Aproveito o ensejo para reiterar nossos protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro,** Líder do PTB.

Defiro. **Publique-se**.

Em 8-2-06. – **Aldo Rebelo,** Presidente.

Of. Pres. nº 301/05/CTASP

Brasília, 13 de dezembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: publicação de proposição apreciada

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação do Projeto de Lei nº 4.635/01 e de seus apensados, os Projetos de Lei nos 5034/01, 5916/01 e 6675/02, por este órgão técnico.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação dos referidos projetos e do parecer a eles oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

Publique-se.

Em 8-2-06. – **Aldo Rebelo,** Presidente.

OF GDSM 104/2005

Brasília, 14 de dezembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente

Apraz-me em cumprimentar Vossa Excelência, ao tempo em que solicito a cópia da mensagem do Presidente da República, encaminhada a Comissão Constituição e Justiça e Cidadania – CCJC, onde solicita a retirada do Projeto de Lei nº 2.598/96 que cria a Reserva Extrativista no Poder Executivo que dispõe sob a extinção da Reserva Extrativista.

Certo de contar com o seu pronto atendimento, antecipo agradecimentos.

Respeitosamente. – Deputado **Sebastião Madeira.**

Encaminhe-se ao Solicitante cópia da Mensagem nº 920/01 do Presidente da República, referente ao PL nº 2.598/96 Oficie-se **Publique-se.**

Em 8-2-06. **– Aldo Rebelo**, Presidente.

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO EM MISSÃO OFICIAL

Excelentíssimo Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados

1. **II** CONFERÊNCIA MUNDIAL DE PRESIDENTE DE PARLAMENTO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR – NOVA IORQUE, DE 7 A 9 DE SETEMBRO

2. "POLÍTICA NACIONAL EM RESPOSTA À AIDS – O PAPEL DOS PARLAMENTOS" – REUNIÃO PROMOVIDA PELO PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HIV/AIDS – UNAIDS – E PELA UNIÃO INTERPARLAMENTAR -12 DE SETEMBRO

Senhor Presidente:

Na qualidade de Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e de membro titular da Comissão Deliberativa do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, fui designado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente para acompanhá-lo à II Conferência Mundial de Presidentes de Parlamento da UIP, assim como aos encontros bilaterais e multilaterais com chefes de parlamentos de outros países, e para representar a Presidência da Câmara dos Deputados na Reunião de Trabalho promovida pela UNAIDS e UIP, que explorou formas de os Parlamentos se engajarem mais diretamente em resposta ao problema da Aids.

1. II Conferencia Mundial de Presidentes de Parlamento da União Interparlamentar:

Participaram do encontro presidentes e delegações de Parlamentos de 150 países, além de observadores de 35 assembléias e organizações parlamentares, bem como representantes de 18 programas e agências do sistema das Nações Unidas e de outros organismos internacionais. A cerimônia de abertura da II Conferência Mundial de Presidentes de Parlamento, realizada no dia 7 de setembro na sede das Nações Unidas, teve como oradores o Presidente da União Interparlamentar, o senador chileno Sergio Paez, e o Presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas, Sr. Jean Ping, do Gabão.

O Presidente da Assembléia Nacional do Mali, Sr. Ibrahim Boubacar Kéita, apresentou o relatório sobre "O envolvimento dos Pai-lamentos nos assuntos internacionais"; o Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Sr. Kemal Dervis, fez uma apresentação sobre a situação atual do cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e a Senadora mexicana Dulce Maria Sauri, responsável pelo relatório sobre a contribuição dos parlamentos para a democracia, enfocou o tema "Parlamento e democracia no século 21".

O Secretário Geral da ONU, Sr. Kofi Annan, dirigiu-se à cimeira de presidentes de parlamentos no dia seguinte e argumentou que o engajamento dos parlamentares com as Nações Unidas contribui para tornar aquela organização mais democrática. Referindo-se ao papel chave dos parlamentares na aprovação do orçamento de seus governos, o Secretário Geral fez um apelo ao apoio dos representantes do povo para que seus Estados disponibilizem os recursos necessários para que as Nações Unidas possam realizar seu trabalho com eficácia. Ele referiu-se a sua proposta para a criação de um findo capaz de promova assistência rápida para situações humanitárias de emergência.

A cimeira de presidentes de parlamento adotou a Declaração "Suprimindo o dêficit democrático nas relações internacionais: um papel mais fone para os parlamentos", na qual apresenta um balanço das ações tomadas pelos parlamentos desde a I Conferência, realizada em 2000, e examina a forma pela qual os parlamentos poderão dar um apoio maior para a cooperação internacional e para as Nações Unidas, contribuindo, desta forma, para diminuir o déficit democrático hoje existente nas relações internacionais.

Paralelamente à II Conferência, foram realizados encontros importantes com presidentes de parlamentos amigos, dentre os quais destaco o almoço de trabalho com os representantes dos países lusófonos, destinado a iniciar os preparativos para a V reunião do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa – FPLP, que será realizado em Luanda, Angola, em novembro próximo. O Congresso Nacional realizou a última reunião do FPLP em Brasília, em janeiro deste ano, e detém a presidência *pro tempore* do grupo. Vale lembrar que a Declaração Constitutiva do FPLP foi ratificada pelo Congresso Nacional, em 1998.

Além dos encontros bilaterais com os presidentes dos parlamentos de Israel, Bulgária e Belarus, vale enfatizar a importante reunião de trabalho com a delegação da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China, chefiada por seu presidente, Sr. Wu Banguo, da qual participou, também, meu homólogo chinês, Sr. Sheng Hua Ren. Ao solicitar a reunião, os representantes do parlamento chinês tinham em mente propor a assinatura de um Memorando de Entendimento entre os nossos legislativos. Cópia do documento, a ser assinado em futuro encontro entre os dois chefes de parlamento, foi a nós encaminhada e deverá ser analisada pela Consultoria Legislativa para a elaboração do texto definitivo.

O acordo prevê, entre outros itens, o fortalecimento da cooperação e do intercâmbio entre as duas casas legislativas, através do estabelecimento de um mecanismo regular de consultas, que prevê a constituição de um grupo parlamentar com o objetivo de coordenar a execução do memorando de Entendimento. Cada grupo nacional, pela proposta, deverá ser chefiado por seus respectivos vice-presidentes, e manter encontros anuais, alternados em cada país. Os chineses ressaltaram que, até o momento, a Assembléia Popular Nacional da China já assinou acordo semelhante apenas com os parlamentos dos Estados Unidos, da Rússia, da Alemanha e do Japão, o que demonstra o interesse dos parlamentares chineses em estreitar suas relações com a Câmara dos Deputados do Brasil, instituição a que o Parlamento chinês dá importância significativa em suas relações internacionais.

2. Política Nacional em resposta à AIDS: o papel dos parlamentos:

O encontro, convocado pela UIP, Unaids e PNUD, realizou-se na sala Perez de Cuellar do Hotel Millenium Plaza e teve como objetivo principal discutir formas de melhorar o aproveitamento do potencial dos parlamentares tanto no seu papel de legisladores quanto no convívio com suas bases na luta contra o HIV/AIDS. O encontro foi uma continuação de debate anterior sobre o tema, durante a 112ª Assembléia da UIP, realizada em Manila, Filipinas, de 3 a 8 de abril último, quando se adotou abrangente resolução sobre "O papel dos Parlamentos na promoção e no respeito aos direitos humanos dentro das estratégias de prevenção, administração e tratamento da pandemia AIDS". Como membro do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, estive presente à reunião de Manila.

A reunião de Nova Iorque foi moderada pelo Diretor-Executivo da Unaids, Dr. Peter Piot, e teve como expositores o presidente do Senado das Filipinas, Frankldin M. Drilon; o Presidente do Conselho Nacional

das Províncias da África do Sul, Sr. Mninwa Johannes Mahlangu; a representante da Comunidade Internacional das Mulheres vivendo com HIV/AIDS, Srª Lílian Mworeko, e este relator, representando a Presidência da Câmara dos Deputados. O encontro registrou a presença de 70 participantes de vários países, entre parlamentares, especialistas e diplomatas.

O Diretor-Executivo da Unaids, Dr. Peter Piot, ressaltou em seu discurso que a epidemia da Aids é, fundamentalmente, um tema político, uma vez que a resposta ao problema deve abranger todos os níveis do Estado e os atores políticos, assim como todos os setores que exercem influência sobre os assuntos públicos. Segundo o representante da Unaids, isso se deve a duas razões.

A primeira delas, contida na Declaração de Manila, ressalta que a Aids é uma ameaça ao desenvolvimento, em vez de apenas um problema isolado de saúde, pois a epidemia tem um impacto duradouro e devastador na pobreza, nos prospectos econômicos, nos serviços essenciais, na governança, na estabilidade e na segurança de muitas nações.

A segunda razão reside no fato de que a epidemia representa desafios excepcionais às lideranças políticas, pois seu combate requer a ação dos mais altos níveis de decisão dos Estados. Nem o trabalho executado pelas parcerias público-privadas ou as organizações não-governamentais consegue, sozinho, substituir as decisões tornadas pelos líderes políticos. Isso porque os temas sensíveis ligados ao centro das causas da pandemia – sexo, sexo comercial, homossexualidade, uso de drogas e desigualdade entre homens e mulheres, constituem-se em enormes barreiras para as ações. E somente as lideranças políticas de alto nivel conseguem romper essas barreiras, ao assegurar a definição de políticas nacionais e legislação dirigidas ao estigma da Aids, à discriminação e a outras violações dos direitos humanos. Por ser a Aids relacionada a fatores econômicos e sociais, incluindo-se aí a questão de gênero e a desigualdade de renda, além de leis e sistemas que marginalizam determinados grupos em particular, uma resposta eficaz à Aids requer o engajamento de vários setores – não só o de saúde, mas os da educação, da mídia e o trabalho dos legisladores. Na opinião do Dr. Peter Piot, só as lideranças políticas de alto nível conseguem mobilizar todos estes setores.

Em minha exposição, fiz um relato sobre o caso do Brasil, onde uma abordagem abrangente foi adotada e grandes esforços foram tomados para tornar possível a mudança de curso da epidemia, assinalando que nossa experiência, apesar das especificidades de cada país, pode ser valiosa pana outras nações. Informei que o Brasil está cooperando, neste setor, com países da América Latina, do Caribe e da África.

Os bons resultados obtidos pelo Brasil no combate à pandemia devem-se à prevenção, ao tratamento e à proteção dos direitos humanos. O Brasil foi o primeiro País em desenvolvimento a oferecer tratamento gratuito para todos os necessitados. As campanhas dão ênfase ao sexo seguro, mediante o uso de preservativos, distribuídos às centenas de milhões para a população.

Informações cientificamente corretas foram levadas ao público, especialmente porque não há evidência de que a abordagem conhecida como ABC (abstinence, be faithful, condoms), que preconiza a abstinência sexual, a fidelidade e os preservativos, não é realística e não possui viabilidade operacional.

Ressaltei, ainda, a introdução de temas sobre prevenção de HVI/AIDS nos currículos escolares, assim como a inclusão, nas políticas públicas, de todos os grupos de risco da população em geral, como os dos trabalhadores do sexo e os prisioneiros, além da distribuição gratuita de seringas para impedir a propagação da pandemia entre os consumidores de drogas injetáveis. A capacitação das mulheres também foi um elemento de importância fundamental na prevenção.

Tais políticas garantiram resultados animadores: desde 1996 o índice de mortalidade relacionado à AIDS caiu pela metade e as internações hospitalares caíram 75%. Lembrei que, no início dos anos 90, o Banco Mundial havia previsto que, ao chegarmos ao ano 2000, o HIV/AIDS teria infectado um milhão e duzentos mil brasileiros. Hoje, cinco anos depois daquela data-marco, o número de brasileiros vivendo com HIV/AIDS equivale à metade daquele previsto pelo BIRD.

Mesmo assim, enfatizei que necessitamos continuar com as estratégias para a redução do preço dos medicamentos, pois enquanto os gastos do Brasil com drogas anti-retrovirais genéricas diminuiu em 8%, a quantia gasta com as drogas patenteadas cresceu 136% nos últimos quatro anos. Este dramático aumento de custos demonstra a inviabilidade de se manter intocados os monopólios das patentes. Atualmente, o Ministério da Saúde consome dois terços de seu orçamento destinados aos medicamentos anti-retrovirais com apenas três destas drogas. Necessitamos, portanto, continuar tomando medidas para manter nosso compromisso quanto ao acesso livre e universal ao tratamento anti-retroviral.

Finalmente, coube-me destacar que o Parlamento brasileiro desempenhou um papel crucial na luta contra o HIV/AIDS, por meio de legislação determinando o acesso livre e universal ao tratamento, aprovada em 1996. Desde então, as políticas de acesso aos medicamentos têm sido mantidas por sucessivos governos. O Congresso Nacional também assegurou recursos suficientes para a implementação das políticas de prevenção da propagação da pandemia e para os cuidados ministrados às pessoas vivendo com HIV/AIDS. A mobilização dos parlamentares foi vital para a adoção

de estratégias com vistas à redução de maiores danos para os usuários de drogas.

Não poderia deixar de aproveitar tão importante oportunidade para participar aos ilustres participantes do encontro a existência, no Congresso Nacional, de um grupo pluripartidário destinado ao acompanhamento das políticas referentes ao HIV/AIDS – um sinal importante de que a luta contra a pandemia é uma política do Estado brasileiro.

Nossa participação neste encontro foi registrada pela jornalista Janice Hopkins Tanne no importante British Medical Journal, em sua edição da Intemet. Recebemos, também, correio eletrônico enviado à Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, ressaltando a posição de destaque do Brasil na sua política de combate ao HIV/AIDS. Transcrevo ambos os textos citados, a seguir, no seu original em inglês.

A) Artigo publicado no BRITISH MEDICAL JOURNAL:

News extra– Sept 12, 2095

Expert on AIDS says epidemic can now be reversed

New York - Janice Hopkins Tanne

On the eve of the United Nations' summit in New York this week, Peter Piot, executive director of UNAIDS (the joint UN programme on HIV and AIDS), told journalists that the AIDS epidemic could be reversed because of greater awareness of the disease among political leaders and increased funding.

"Even two years ago the money wasn't there. It's not enough, but it's a big change. If we had had that kind of money and political will years ago, we would have saved millions of lives. Now more people have access to treatment," he said.

Dr Piot was speaking at a meeting on Monday sponsored by UNAIDS and the International Parliamentary Union. "I'm hopeful but not yet optimistic," he said. "We have the political will to reverse the epidemic."

Among the improved funding he noted President Bush s promise of $15bn (£8.2bn; €12.2bn). Although the total was not yet forthcoming, it was a step forward, he said. Funding had moved from sums in millions to billions.

"When global leaders meet, AIDS is on the agenda," he said. "Heads of government or their deputies are leaders [against AIDS] in about 40 countries" Legislators and parliamentarians "set policies, hold control of budgets, and are leaders in their own communities. They can be a link between the civil society and the state, a link that is often missing."

The meeting also discussed the Brazilian government's response to the epidemic. Brazil has been energetic in fighting the disease but has taken a different approach from that favoured by the US government.

José Thomaz Nono, vice president of the Brazilian chamber of deputies, said that Brazil's campaign on AIDS emphasised prevention, as well as treatment, and the protection of human rights. It favoured clear, straightforward information campaigns, which give the message: "If you are having sex, wear a condom to prevent the spread of HIV and AIDS." The government had also distributed hundreds of millions of free condoms

The Brazilian government had provided scientifically correct information to the public and emphasised safe sexual practices rather than abstinence, Mr Nonô said. "There is no evidence of the effectiveness of programmes that promote abstinence to the exclusion of safer sex and condom messages on prevention of HIV/AIDS. For Brazil, the ABC approach [abstinence, be faithful, condoms] is not a realistic one."

Brazil's AIDS programme involved sex workers in helping prevention and had reached out to prisoners and injecting drug users, to whom it offered clean syringes and needles. It also worked to empower women to prevent spread of the disease.

Brazil was the first developing country to provide free treatment to all HIV positive people who needed it. Since 1996 AIDS related mortality has dropped by 50%, the number of affected people admitted to hospital had dropped by 75%, and the incidence of opportunistic infections had decreased, Mr Nonô said. Knowing they could get treatment, people were more likely to seek voluntary testing and counselling, he said. However, drug prices have had to be reduced. The cost of locally produced generic drugs dropped 8%, but the amount spent on patented drugs has increased 136% in the past four years.

B) Correio eletrônico dirigido à Missão do Brasil junto às Nações Unidas:

"We should like to avail of this opportunity to again express our gratitude for the contribution of Brazil to the success of the meeting. The message of Honorable Nonô, Vice-President of the Chamber of Deputies, on how Brazil transformed the "private" problem of HIV/AIDS into a public concern was truly encouraging. Participants appreciated the concrete action cited by Mr Nonô, such as legislation to facilitate universal access to treatment and the establishment of a national agency to coordinate a broad-based and multi-sectoral response.

As we gear up for the observance of World AIDS Day in December and the high-level meeting on the UNGASS-AIDS Declaration of Commitment in 2006, we hope that we can continue to count on Brazil for leadership and support".

Best regards,

Dr Victor Mari Ortega
Deputy Director
UNAIDS New York Office

Transcrevo também a correspondência enviada pela Presidência desta Casa ao Senhor Anders B. Johnsson, Secretário da União Interparlamentar, com a indicação do meu nome para participar do evento:

A Sua Senhoria o Senhor
Anders B. Johnsson
Secretário-Geral da União Interparlamentar
5 Chemin du Pommier – P.O. Box 330
1218 Le Grand Saconnex
Genebra – Suíça

Assunto: rodada de debates sobre "Política Nacional e Reação à AIDS – o Papel dos parlamentares"

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a satisfação de acusar o recebimento da sua correspondência, em que encaminha convite para o evento organizado pelo Programa das Nações Uni-

das sobre HIV/AIDS – UNAIDS intitulado "Política Nacional e Reação à AIDS – o Papel dos Parlamentares", a realizar-se no dia 12 de setembro de 2005, em Nova York.

2. Apraz-me informar-lhe que o Deputado José Thomaz Nonô, Primeiro Vice-Presidente desta Casa, representar-me-á durante a ocasião.

3. Gostaria de expressar a Vossa Excelência meus agradecimentos e expressar-lhe meu elevado apreço.

Atenciosamente, – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Sendo o que cumpria relatar no momento, ficamos ao inteiro dispor de Vossa Excelência e da Casa para quaisquer esclarecimentos complementares que eventualmente se fizerem necessários.

Brasília, 26 de outubro de 2005. – Deputado **José Thomaz Nonô**, Primeiro-Vice Presidente.

Viagens em Missão Oficial

Participante: Deputado José Thomaz Nonô

Detalhes da Missão	
Assunto : ACOMPANHAR O PRESIDENTE DA CÂMARA NA SECOND WOURD CONFERENCE OF SPEAKERS OF PARLAMENTS	
Período : 05/09/05 a 12/09/05	
Destino : Estados Unidos da America	
Diárias	
Quantidade : 5	
Valor Unitário : U$ 350	
Passagens	
Passagens pagas por : União Interparlamentar (Grupo Subvencionado com recursos públicos)	
Tipo de Passagem : Classe Executiva	

Conteúdo do Relatório

Publique-se, nos termos do Ato da Mesa nº 35/03.

Em 8-2-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Ofício/005

Brasília – DF, 8 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara dos Deputados
Deputado Aldo Rebelo
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência para que sejam tomadas as devidas providências, cópia da minha desfiliação do PPS e a ficha de filiação ao PMDB, no sentido de regularização de minha posição política nesta Casa.

Ao agradecer-lhe pela atenção que dispensar ao assunto, renovo minhas cordiais saudações.

Respeitosamente, – Deputado **Fred Kohler**.

Quero ser PMDB de carteirinha Recadastramento Nova Filiação

Ficha de Filiação Partidária

Zona Eleitoral	Seção	Nº do Título	Município	UF	Data de Filiação
109	0150	1192921603-02	MACAE	RJ	02/10/03

Nome do Filiado: CARLOS FREDERICO KOHLER

Data de Nascimento	Sexo	Escolaridade	E-mail	Profissão
08/06/63	[X] M [ ] F			PROFESSOR

Rua	Nº	Complemento	Telefone
RUA LAMBARI	109	Q. 08	

Bairro	Cidade	Estado	CEP
ILHA DA CAIEIRA	MACAE	RJ	279

Declaro que estou de acordo com o Programa e Estatuto do Partido

Assinatura do Filiado

Abonador da Assembléia

Certidão

Certifico que CARLOS FREDERICO KOHLER, inscrição 018292160302, consta da relação de filiados encaminhada à Justiça Eleitoral pelo PMDB PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, recebida no sistema em 14/10/2005, com a data de filiação de 02/10/2003.

Em 8 de fevereiro de 2006

CARMEN ABIGAIL DE AZEVEDO
CHEFE DO CARTÓRIO SUBSTITUTA

JUÍZO DA 109ª ZONA ELEITORAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO

Elisa Maria de Almeida Cunha, chefe do Cartório da 109ª Zona Eleitoral, no uso de suas atribuições legais,

Certifica, após rever os nossos cadastros, que o Sr(a) **CARLOS FREDERICO KOHLER**, filho(a) de Carl Reinhard Kohler e Lucy Ferreira da Fontoura, é eleitor regularmente inscrito nesta Zona Eleitoral, sob o nº. 018292160302, desde 07/09/1989, e filiou-se ao Partido PMDB, em 02/10/2003. Ressalvo, entretanto que a Justiça Eleitoral não concluiu até a presente data o exame pertinente à duplicidade de filiação, determinado nos termos da lei. CERTIFICA ainda que o mencionado eleitor está QUITE com a Justiça Eleitoral, não constando contra o mesmo, neste Juízo, processo criminal eleitoral com decisão condenatória transitada em julgado. DADO E PASSADO nesta Cidade de Macaé RJ., ao (s) 22dia(s) do mês de junho do ano de dois mil e quatro. Eu, , lavrei a presente certidão. E eu, chefe da 109ª Zona Eleitoral subscrevo e assino.

Macaé, 22 de junho de 2004.

Elisa Maria de Almeida Cunha
Chefe de Cartório

DECLARAÇÃO

Informo que Sr. **CARLOS FREDERICO KOLLER**, não pertence ao quadro de filiados do Partido Popular Socialista de Macaé – PPS, desde abril de 2004 quando assumi a presidência do diretório do partido.

Macaé, 08 de fevereiro de 2005.

Eduardo Cardoso Gonçalves da Silva
Presidente do Diretório Municipal de Macaé/
Presidente da Câmara Municipal de Macaé

PRESIDÊNCIA / SGM
Ofício n.º 005/06, do Dep. Fred Koniler – filiação partidária.
Em 08/02/2006.

Defiro. Publique-se. Ao Senhor Diretor-Geral.

ALDO REBELO
Presidente

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 494, DE 2006
(Do Senado Federal)
PEC 31/2000 (SF)
OFÍCIO Nº 28/2006 (SF)

Altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em caso de adoção.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

Art. 1º O art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º .....

XVIII – licença à gestante, com duração de cento e vinte dias e, nos termos da lei, licença-maternidade, com duração mínima de trinta e máxima de cento e vinte dias, à mulher que for concedida adoção de criança, sem prejuízo do emprego e do salário das beneficiárias de qualquer das licenças;

XIX – licença-paternidade, inclusive em caso de adoção, nos termos fixados em lei;

....." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de janeiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

PROJETO DE LEI Nº 6.512, DE 2006
(Do Sr. Chico Sardelli)

Institui o Programa de Estímulo à Produção Audiovisual Independente.

Despacho: Às Comissões de: Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Educação e Cultura; Finanças e Tributação (Mérito e art. 54, RICD); e Constituição e Justiça e de

Cidadania (art. 54 RICD) regime de tramitação: ordinária.

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa de Estímulo à Produção Audiovisual Independente e cria o Fundo de Estímulo à Produção Audiovisual Independente para captar e destinar recursos para o financiamento do referido programa.

Art. 2º Fica instituído o Programa de Estímulo à Produção Audiovisual Independente com o objetivo de fomentar a produção de obras audiovisuais independentes, definidas nos termos do art. 2º, inciso II, e do art. 3º, inciso I, da Lei nº 8.401, de 08 de janeiro de 1992.

Art. 3º Para fins de atendimento ao Programa de que trata o artigo anterior, fica instituída contribuição de intervenção no domínio econômico, no valor de 2% do lucro líquido auferido pela pessoa jurídica detentora de outorga para exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens e de todos os serviços de televisão por assinatura.

Parágrafo único. Fará jus à redução de 50% do valor devido a pessoa jurídica que destinar dez por cento da sua programação diária para a exibição de obras audiovisuais independentes conforme definição do art. 1º desta Lei.

Art. 4º O Programa de Estímulo à Produção Audiovisual Independente será gerido por um Conselho Gestor ao qual caberá aprovar os projetos de produção de obras audiovisuais independentes a ele submetidos segundo requisitos e critérios previamente definidos em regulamento.

Art. 5º É instituído Fundo de Estímulo à Produção Audiovisual Independente – FUEPAI, de natureza contábil, com o objetivo de captar e destinar recursos para o financiamento do Programa de Estímulo à Produção Audiovisual Independente.

Art. 6º Constituem receitas do FUEPAI:

I – recursos captados na forma do art. 2º desta Lei;

II – dotações consignadas na lei orçamentária anual e seus créditos adicionais;

III – doações, nos termos da legislação vigente;

IV – legados;

V – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VI – o produto de rendimento de aplicações do próprio Fundo;

VII – saldos não utilizados na execução dos projetos apoiados no âmbito do programa a que se refere esta Lei;

VIII – recursos devolvidos de projetos não iniciados ou interrompidos;

IX – saldos de exercícios anteriores;

X – outras que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 7º O produtor de obra audiovisual independente financiada, em todo ou em parte, com recursos do FUEPAI, que não finalizar o projeto, realizá-lo em desacordo com as normas estabelecidas no regulamento do Programa de Estimulo à Produção Audiovisual Independente ou fizer uso indevido dos recursos recebidos, ficará sujeito, cumulativamente, às seguintes sanções:

I – devolução do montante de recursos recebidos relativos às etapas não realizadas, acrescido de juros de mora;

II – vedação à participação no Programa pelo prazo de cinco anos.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

Art. 9º Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal, em seu art. 222, inciso II, estabelece que "o estímulo à produção nacional independente" é um dos princípios a serem atendidos pela produção e programação das emissoras de rádio e televisão.

Diversas propostas que pretendem regulamentar o referido dispositivo, obrigando as emissoras de televisão a destinarem parcela de sua programação para a veiculação de obras audiovisuais independentes, encontram-se, há muitos anos, em tramitação nesta Casa.

A iniciativa que ora apresentamos parte do princípio de que a mera destinação pelas emissoras de televisão de horários de programação não constitui estímulo suficiente para a produção de obras audiovisuais independentes em nosso País. O projeto de lei inova, portanto, ao criar um Programa de Estímulo à Produção Audiovisual Independente com o objetivo de apoiar, total ou parcialmente, projetos de produção de obras audiovisuais independentes. Para que não haja dúvida sobre a aplicação dos recursos do Programa, adotamos a definição de obra audiovisual independente constante do art. 2º, inciso II, e do art. 3º, inciso I, da Lei nº 8.401, de 08 de janeiro de 1992.

As ações do Programa serão atendidas por recursos provenientes de contribuição sobre o domínio

econômico no valor de dois por cento do lucro líquido das emissoras de televisão e das operadoras de televisão por assinatura que serão captados por um fundo contábil, denominado FUEPAI, criado para esse fim e que poderá contar com outras fontes de recursos especificadas na proposta.

Com o objetivo de estimular a veiculação de obras audiovisuais de produção independente pelas emissoras de televisão e pelas operadoras de televisão por assinatura, criamos um incentivo de redução de cinqüenta porcento do valor devido para as empresas que destinarem dez por cento de sua programação diária para a apresentação desse tipo de programa.

Por último, estabelecemos sanções para os produtores de obras audiovisuais independentes financiadas, total ou parcialmente, com recursos do FUEPAI, que não finalizarem sua produção, não atenderem às normas estabelecidas pelo Programa ou fizerem uso indevido dos recursos. Em qualquer um dos casos, os responsáveis serão obrigados a devolver os recursos recebidos acrescidos de juros de mora e estarão proibidos de participar do programa durante cinco anos.

Com esta proposta, esperamos criar um mecanismo eficaz de estímulo à produção audiovisual independente em Nosso País, a exemplo do que já ocorre em vários países. Esperamos, portanto, obter de nossos Pares na Câmara o indispensável apoio para a tramitação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 18 de janeiro de 2006 . Deputado **Chico Sardelli**.

PROJETO DE LEI Nº 6.519, DE 2006

(Do Sr. Vanderlei Assis)

Altera a redação do artigo 10 da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, dispondo sobre a Carteira Nacional do Idoso.

Despacho: Às Comissões de: Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo ao artigo 10 da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, dispondo sobre a criação da carteira nacional do idoso.

Art. 2º O artigo 10 da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, passa a vigorar acrescido de um parágrafo com a seguinte redação:

"Art. 10. .....

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá, também, sobre a Carteira Nacional do Idoso, para uso em transportes coletivos urbanos. (NR)"

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A correta identificação do idoso é fundamental para o gozo do benefício de gratuidade no transporte coletivo.

A criação e uso da "carteira nacional do idoso" irá afastar dúvidas e situações constrangedoras.

Sala das Sessões, 18 de janeiro de 2006. – Deputado **Vanderlei Assis**.

PROJETO DE LEI Nº 6.528, DE 2006

(Do Sr. Wellington Fagundes)

Dispõe sobre a criação do termo Agricultura Indígena.

Despacho: Às Comissões de: Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Direitos Humanos e Minorias; Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A agricultura indígena compreende as atividades de plantio e cultura de espécies vegetais, desenvolvidas coletiva ou individualmente pelos índios e suas comunidades, observados os seus usos e costumes tradicionais.

Art. 2º Os órgãos públicos competentes prestarão apoio e assistência técnica diferenciados à agricultura indígena, à pesca e caça, à criação de animais de pequeno porte e à pecuária.

Parágrafo único. Para o consecução dos objetivos desta lei, serão criadas linhas de financiamento das atividades produtivas das comunidades indígenas.

Art. 3º Compete ao Poder Público, com a participação das comunidades indígenas, garantir a proteção dos recursos naturais nas terras destinadas à agricultura indígena, promover a recuperação dos recursos que tenham sofrido processo de degradação e desenvolver programas de educação ambiental.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As comunidades indígenas têm o direito de decidir sobre o seu processo de desenvolvimento e escolher as ações que possam afetar suas vidas, crenças e

instituições. A agricultura é o principal meio de sobrevivência e instrumento de melhoria das condições de vida e de trabalho do índio, devendo, portanto, receber atenção especial do legislador.

Acreditamos que, definindo-se o termo "agricultura indígena", será possível implantar planos específicos para as populações indígenas do Brasil, assim como acontece com a "Agricultura Familiar", que possui atenção diferenciada do Governo Federal.

Com a criação de políticas específicas, voltadas para a agricultura indígena, visa-se, inclusive, prevenir as inúmeras mortes de índios, originadas, principalmente, da desnutrição das crianças. Muitas das vezes, o desconhecimento das mais rudimentares técnicas de uso da terra para plantio e cultura de produtos que constituem a sua base alimentar é a principal causa da falta de alimentos nas comunidades indígenas.

No que tange à política ambiental, deve-se-lhes assegurar a formação adequada, com sua participação na formulação e execução de programas educativos de proteção ambiental e de desenvolvimento autosustentável.

Neste sentido, a proposição, que ora encaminhamos à apreciação dos nobres Pares, visa a estabelecer medidas que venham a assegurar aos índios e às suas comunidades uma política pública de apoio e assistência, a fim de que possam trabalhar e produzir com eficiência, sem, contudo, renunciar às suas culturas e tradições.

Sala das Sessões, 20 de janeiro de 2006. – Deputado **Wellington Fagundes**.

PROJETO DE LEI Nº 6.531, DE 2006

(Da Sra. Ann Pontes)

Altera o artigo 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Despacho: À Comissão de: Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei modifica o artigo 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Art. 2º A alínea b do artigo 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**b**) apresenta deficiência mental, e o agente conhecia esta circunstância."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que apresento à consideração desta Casa visa a substituir, no bojo do artigo 224 do Código Penal, que trata da presunção de violência, a expressão – pejorativa – "débil mental". A par do preconceito contido nessa expressão, é ela imprecisa e inadequada, face aos avanços do conhecimento científico, desde 1940 (data da publicação do Código Penal).

Sendo assim, conto com o esclarecido apoio de meus Pares, no sentido do acolhimento desta proposição.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 2006. – Deputada **Ann Pontes**.

PROJETO DE LEI Nº 6.550, DE 2006

(Do Sr. João Herrmann Neto)

Disciplina a criação amadora de aves brasileiras e exóticas em cativeiro, e dá outras providências.

Despacho: Às Comissões de: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24 II.

CAPÍTULO I

Das Condições Preliminares

Art. 1º Para efeito do disposto nesta lei, deve-se entender por:

a) – Aves da fauna brasileira: aquelas pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, mesmo nascidas em cativeiro e que tenham parte do ciclo biológico, vivendo naturalmente ou em ambientes confinados, dentro dos limites do território brasileiro e suas águas jurisdicionais.

b) – Aves da fauna exótica: aquelas pertencentes às espécies ou subespécies, cuja distribuição geográfica não inclui o território brasileiro e as espécies, inclusive as domésticas, que foram introduzidas em países vizinhos ao Brasil e que tenham entrado ou aqui introduzidas pelo homem.

c) – Aves criadas em cativeiro: aquelas criadas em ambientes confinados ou domésticos autorizados pelos órgãos competentes, com finalidades de se preservar as espécies brasileiras e exóticas, seja de forma amadora ou ainda com finalidades cientificas ou de conservação.

d) – Habitat: as florestas, os cerrados, os campos, os mangues, as represas, os lagos e lagoas, os rios, os córregos e riachos, o mar, bem como o solo que as suportam constituem bens de utilização de todas as aves vivas do território brasileiro.

CAPITULO II
Do Controle da Fauna

Art. 2º As atividades dos criadores e mantenedores amadores das aves da fauna silvestre brasileira, bem como aquelas da classe científica e conservacionista devidamente catalogadas, serão coordenadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, para todos os assuntos ligados à criação, manutenção, exposições, treinamentos, transferências e torneios de canto.

CAPITULO III
Da Criação e Manutenção em Cativeiro

Art. 3º A criação amadora da ave nativa ou exótica e a sua manutenção em cativeiro será permitida nas seguintes classes de criadores:

a) – Amadores ou domésticos: constituída de pessoas que criam e mantém como lazer, com vista a preservação das espécies brasileiras como contribuição a não extinção.

b) – Mantenedores: constituída de pessoas físicas ou jurídicas que mantém domesticamente como lazer e fins terapêuticos e esportivos espécies da fauna brasileira ou exótica, oriundas de criadores amadores controladas pelo IBAMA ou de outras classes.

c) – Científicos: constituída de pessoas vinculadas a instituição técnica e científica, como escolas, institutos ou centros especializados e similares com vista a atender a projetos de pesquisa científica e a programas de conservação, instituídos e permitidos pelo poder público.

d) – Amadores conservacionistas: constituída de pessoas que mantém e criam aves nativas com vista a atender programas de conservação estabelecidos pelo poder público.

Art. 4º Todas as classes de criadores de que tratam esta Lei, para exercerem as suas atividades devem se registrar no IBAMA através de formulários adequados, disponíveis nos escritórios regionais ou na internet, o seu acervo faunístico, devendo proceder a renovação do plantel de aves anualmente até 30 de maio de cada ano.

§ 1º O formulário a ser preenchido pelo criador, estabelecido pelo órgão, deve conter informações sobre a espécie de ave (nome científico e popular), anel com seus dados identificativos, instrumento obrigatório no cadastro, sexo, idade em número de anos, origem da ave, se oriunda de criação própria, doação, criatório conservacionista, científico, comercial ou do próprio IBAMA.

§ 2º A taxa de registro ou de renovação anual do plantel faunístico será determinada pelo IBAMA, não podendo ser superior a 5% do salário mínimo em vigor, podendo ainda ser isenta em se tratando de atividade exercida sem fins lucrativos e com objetivos preservacionistas de nossas espécies.

Art. 5º Todas as classes de criadores de que tratam esta Lei, podem se organizar em entidades de ornitófilos, como confederações, federações e associações, para efeito de representação perante os órgãos competentes do meio ambiente brasileiro, devidamente credenciados ou registrados.

Parágrafo Único – As entidades para exercerem as atividades de representação deverão se registrar no órgão ambiental do governo federal, devendo apresentar os seguintes documentos:

a) – Cópia da ata de fundação da entidade e da ata da eleição de sua última diretoria, devidamente registrada em cartório de títulos e documentos;

b) – Cópia do estatuto social, devidamente registrado.

c) – Cópia do alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura do Município.

d) – Certidões negativas de recolhimento de impostos federais .

e) – Relação de nomes dos diretores de Associações, Confederações e Federações, com endereços para correspondência.

f) – Balancete Financeiro dos últimos três anos de Confederações, Federações e Associações, em se tratando de entidades já existentes.

Art. 6º Todas as classes de criadores de que trata esta Lei, em caso de necessitarem de anilhas, anéis invioláveis para a identificação de filhotes criados no cativeiro poderão adquirir de fabricantes especializados, mediante requisição, cujas cópias deverão ser encaminhadas ao IBAMA para conhecimento e fiscalização.

§ 1º Os anéis deverão conter a gravação de sigla da confederação federação ou da associação de filiação do criador, ano, sigla das iniciais do nome do criador ou número de sócio na entidade, ano de criação e número do anel, liberados para gravar conforme autorização do IBAMA.

§ 2º Os filhotes originados das classes de caráter amadora, dispostas no artigo 3º, poderão ser transacionados com outros criadores devidamente registrados no órgão ou outros mantenedores através de um documento de transação, identificado como Certificado de Transação de Aves, CTA, devendo constar nome e endereço do criador cedente, nome e endereço do

criador adquirente, espécie de ave, dados do anel e idade, além dos dados das matrizes de aves que deram origem ao filhote.

§ 3º Os pássaros matrizes e mesmo os adultos, devidamente registrados no acervo faunístico do criador poderão ser também transacionados mediante a comprovação do CTA, para efeito de melhoria de plantel.

CAPÍTULO IV

Das Espécies em Extinção, Exposições e Manejo na Natureza.

Art. 7º O IBAMA publicará e revisará periodicamente em prazo não superior a cinco anos, a Lista de Espécies de Aves da Fauna Brasileira, ameaçadas de extinção informando a sua distribuição geográfica e situação atual no território brasileiro.

Art. 8º Todas as classes de criadores de que tratam esta Lei poderão participar de exposições públicas realizadas com finalidade educacional e preservacionista, mediante alvarás expedidos pelo IBAMA e/ou mediante apresentação da taxa de recolhimento definida pelo órgão.

Art. 9º Cabe aos órgãos gestores de nosso meio ambiente incentivar a criação de aves e pássaros em cativeiro como também a formação de entidades de ornitófilos, fomentando ou realizando atividades ligadas ao conhecimento biológico da fauna brasileira, visando a obtenção de subsídios para o seu manejo na natureza.

Art. 10 Qualquer ato de manejo da fauna brasileira e exótica na natureza deve ter autorização prévia do IBAMA, que dará as orientações necessárias, considerando a adequação do melhor local de soltura para a sobrevivência das espécies envolvidas.

Art. 11 O manejo dos recursos naturais em unidades de conservação, caso necessário deverá ser feito conforme orientação do IBAMA.

Art. 12 É proibida a soltura de espécimes da fauna em áreas protegidas, salvo aqueles constantes do programa de manejo específico, autorizado pelo IBAMA.

Art. 13 Toda e qualquer introdução, reintrodução e translocações de exemplares da fauna brasileira poderão ocorrer somente quando autorizados pelo IBAMA, ouvido o grupo de trabalho e/ ou o comitê para grupo taxinômico em questão, e em sua ausência o Conselho Nacional de Proteção á Fauna.

Art. 14 A pessoa física ou jurídica envolvida nas atividades de que tratam esta Lei, deve antecipadamente registrar no órgão ambiental e federal todas as transações, trocas e transportes, mesmo em caso de mudança de domicílio, das aves criadas em cativeiro e cadastradas para efeito de participação em exposições e torneios de canto.

Art. 15 É proibida a saída de aves nativas criadas no país sem a devida autorização do órgão competente do governo Federal, podendo ser liberada nos seguintes casos:

a) – exposições;

b) – atividade científica ou educativa;

c) – acordo internacional de manejo conservacionistas, definido pelo IBAMA.

d) – exportação de aves criadas em criadores amadores ou domésticos.

Art. 16 O transporte de aves nativas criadas em cativeiro ou em ambientes domésticos e o produto derivado, dentro e para fora do território nacional deve ser feito nos casos de participação em exposições, mudanças de domicílio e conforme autorização previstas em instruções normativas, expedidas pelo IBAMA.

CAPÍTULO V

Do Fundo de Proteção da Fauna Brasileira

Art. 17 Fica criado o PRÓ-FAUNA – Fundo de Proteção da Fauna Brasileira, destinado a financiar programas e projetos na área.

Parágrafo Único – O fundo é gerido por órgão ambiental federal, compondo-se de recursos provenientes de:

a) – 10 % dos recursos arrecadados pelo órgão ambiental federal, provenientes de multas e demais sanções aplicadas com base na Lei nº 9.605 de 13 de fevereiro de 1998;

b) – 10 % dos recursos arrecadados pelos registros, renovações e autorizações de que trata esta lei;

c) – 0,2% do custo total de empreendimentos comerciais com impacto sobre a fauna, pagos pelo empreendedor;

d) – doações e transferências de recursos; e

e) – os rendimentos provenientes das aplicações de todos os recursos arrecadados pelo Fundo.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 18 São proibidas a perseguição, a captura, aprisionamento, utilização e morte da ave nativa que viva naturalmente na natureza, em qualquer fase de seus ciclo biológico, bem como a destruição de ninhos, abrigos e criadouros naturais.

§ 1º O disposto no caput deste artigo excluem:

a) – coleta de ovos e aves nativas para pesquisas técnicas e científicas e atividades de conservação e melhoria genética de espécies, exercidas por entidades legalmente constituídas;

b) – troca de espécies oriundas de criadouros autorizados;

c) – o abate de espécies para efeito de subsistência familiar, em condições excepcionais que caracterizem o estado de necessidade; e

d) – o abate de aves que representarem ameaças a integridade física do homem ou para as suas atividades agrícolas ou que coloquem em risco o equilíbrio ambiental.

§ 2º As atividades previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do parágrafo § 1º dependem de autorização do IBAMA e não podem colocar em risco a sobrevivência da espécie.

Art. 19 O habitat das aves da fauna brasileira deve ser preservado, respeitando-se sempre a necessidade de uso que justifique fins sociais e econômicos, tanto por parte do governo como de seus legítimos proprietários.

Art. 20 Todas as atividades desenvolvidas por clubes de caça esportiva quer em parques particulares, quer em locais autorizados deverão ser definidas por autorização e publicação de instrumentos legais pelos IBAMA.

Art.21 O IBAMA poderá autorizar a produção, utilização e vinculação pública de imagens de exemplares da fauna brasileira desde que a mensagem seja de cunho educativo e/ ou conservacionista.

Art. 22 As condutas e atividades caracterizadas como lesivas a manutenção da vida das aves da fauna brasileira, quer em regime de vida natural, quer em cativeiro de qualquer criadouro, ou de mantenedor ou pessoa física ou jurídica, instituições científicas, e outros casos previstos em lei serão punidas na forma estabelecida pela Lei 9605 de 13 de fevereiro de 1998.

Art. 23 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A legislação em vigor que disciplina o controle das atividades de nossa fauna é bastante antiga e não comporta a nossa atual realidade. A Lei 5.197 é ainda de 1967 e suas lacunas estão sendo preenchidas pela edição de diversas portaria e ultimamente por instruções normativas dos órgãos ambientais.

Visando corrigir as falhas, sobretudo com relações às sanções a serem impostas aos crimes ambientais, foi aprovada a lei 9605 de 23 de fevereiro de 1998. E para definir os mecanismos de aplicação das leis vigentes, entrou em vigor a lei de nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, que instituiu a Taxa de Controle e de Fiscalização Ambiental, além de outras providências.

Existem no entanto vários setores que dependem de normas mais claras e transparentes – como a classe amadora da fauna brasileira, por exemplo – para permitir a sua atuação. Não só no sentido de permitir a sua atuação mas também disciplinando-a de forma a evitar que a nossa fauna sofra indeléveis danos por falta de disciplinamento, ressaltando ainda que a Lei 5.197, de 1967 não contempla em seu bojo nenhum dispositivo que ampare a classe de criadores de nossa tão rica fauna.

O gosto e afeição pelo canto de nossas aves e pássaros data de muitas dezenas de anos, sobretudo porque até a década de 50, nosso país era essencialmente rural, o que permitia uma harmoniosa convivência entre os homens e os pássaros.

A partir desta década, com o início de nosso processo de industrialização e o conseqüente e acelerado êxodo rural tivemos o nosso quadro populacional significativamente alterado: de essencialmente rural o Brasil transformou-se em pouco tempo em uma Nação de acentuadas características urbanas. Isso não impediu no entanto que permanecesse o amor e a dedicação de milhares e milhares de brasileiros pelos pássaros, principalmente o gosto pelas aves canoras. Mesmo morando nas cidades procuramos mantê-las vivas em seus nossos novos domicílios. E, daí, originou-se interesse por esta manutenção e desenvolvimento da criação doméstica de pássaros em muitos estados brasileiros, principalmente em suas capitais, centros de maior interesse por parte de muitos brasileiros.

O gosto pelo canto do curió (Orizoborus Angolensis), segundo as informações começou a se evidenciar por volta de 1940, no litoral de São Paulo e também em muitas cidades do interior de São Paulo, como Piracicaba, Ribeirão Preto e outras. E este gosto fez com que tanto o curió como o bicudo passassem a ser motivos de caça por parte de muitos brasileiros, tornando-os cada dia mais raros na natureza. Hoje é rara a incidência dessas espécies nativas no Estado de São Paulo, por exemplo. Além destes pássaros, outros têm sido motivo de interesse de criadores tais como: canário da terra, sabiá, coleira, trinca-ferro, pintassilgo, etc. E não se pode deixar de constatar que o surgimento das culturas de café, milho e algodão, além de outras culturas contribuíram para uma grande remoção de árvores nativas e arbustos de nossos campos e cerrados. Não é demais dizer que essas fronteiras agrícolas das culturas, vistas no Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Oeste da Bahia, quase nenhum habitat foi deixado para manutenção da vida de nossas aves.

Em função deste desequilíbrio é que muitos brasileiros fascinados pela beleza dos cantos de nossos pássaros passaram a criá-los em cativeiro, visto que a cada dia se torna mais rarefeito o habitat natural adequado para essas espécies. Hoje existem em nosso

país mais de trinta mil brasileiros que praticam a criação de aves nativas e exóticas, podendo se estimar um contingente global de mantenedores dessas espécies de mais de três milhões de criadores.

É com o propósito de atender os milhares de criadores amadores de aves e pássaros da fauna brasileira, verdadeiros contribuintes da manutenção de nossos curiós, bicudos, sabiás, canários e muitas outras aves não aparadas pela lei 5.197 de 03 de janeiro de 1967 é que estamos apresentando esta preposição.

Vale ressaltar que o incentivo à criação doméstica de aves de nossa tão rica fauna se constitui também em importante e necessário mecanismo para preservação de nossas espécies. A extinção de muitas delas poderia ter sido evitada se a criação de forma amadorística fosse permitida.

Sala das Sessões, 25 de janeiro 2006. – Deputado **João Herrmann Neto**, PDT/SP.

PROJETO DE LEI Nº 6.551, DE 2006

(Do Sr. Chico Sardelli)

Altera os art. 9º e 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, no tocante à concessão do registro e do certificado de entidade de fins filantrópicos.

Despacho: Às Comissões de: Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24 II.

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei n 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 9º. .....

.....

§ 2º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal a fiscalização das entidades referidas no caput e a concessão do atestado de registro e do certificado de entidades de fins filantrópicos, na forma prevista em lei ou regulamento."

Art. 2º Fica revogado o inciso IV do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo deste projeto de lei consiste em adequar na Lei Orgânica da Assistência Social as diretrizes de descentralização da Assistência Social, de que cuida o art. 204 da Constituição Federal.

Reza esse preceito que as ações governamentais na Assistência Social devem observar a descentralização político-administrativa, na qual compete à União a coordenação e as normas gerais e a execução aos Estados, Distrito Federal e Municípios, com a parceira das entidades beneficentes e de assistência social.

Sob essa concepção, a Lei Orgânica da Assistência Social determina que a política da área seja organizada em sistema descentralizado e participativo, de tal modo que compete à esfera federal a definição da Política Nacional da Assistência Social e a cada um dos demais entes federados a sua política local.

No que tange às entidades beneficentes de assistência social, esta Lei as submete à fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme explicitado no art. 9º, § 2º. Ora, se a esse Conselho compete a fiscalização, justo se mostra que proceda à concessão do atestado de registro e do certificado de entidade de fins filantrópicos, para os efeitos da isenção da constituição previdenciária.

Dessa forma, permite-se que o órgão fiscalizador atue de maneira imediata no sentido do reconhecimento do direito à isenção previdenciária, evitando delongas, por vezes insuportáveis, para entidades que operam com apertados orçamentos.

Pela relevância da matéria, contamos com o apoio dos ilustres Pares à este projeto de lei.

Sala das Sessões, 25 de janeiro de 2006. – Deputado **Chico Sardelli**.

PROJETO DE LEI Nº 6.552, DE 2006

(Do Sr. Alberto Fraga)

Altera a Lei nº 9.250 de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

Despacho: Às Comissões de: Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A letra "b" do inciso II do art. 8º da lei nº 9.250 de 26 de dezembro de 1995 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

II – .....

b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente às fases do ensino, até os seguintes limites:

à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas, até o limite de R$ 2.198,00 (dois mil, cento e noventa e oito reais);

ao ensino médio, no valor total pago pelo contribuinte;

ao ensino médio, té o limite de R$ 2.198,00 (dois mil, cento e noventa e oito reais);

à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós graduação (mestrado, doutorado e especialização); até o limite de R$ 2.198,00 (dois mil, cento e noventa e oito reais);

à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico, até o limite de R$ 2.198,00 (dois mil, cento e noventa e oito reais)."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Segundo assegura a Constituição Federal a partir do capítulo III, a educação será efetivada mediante a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito. Portanto, conforme disposição do parágrafo primeiro do art. 208 da mesma norma fundamental, é também um direito público subjetivo.

O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa em responsabilidade da autoridade competente.

Essa irregularidade muitas vezes tem se tornado efetiva à medida que o Estado não oferece recursos humanos e materiais aos alunos, acarretando uma baixa qualidade no esnino público, culminando em grande evasão dos estudantes para a rede privada de ensino.

Embora matriculados em colégios particulares, subsiste o direito subjetivo dos alunos em receber do Estado essa obrigação.

Ocorre que os atuais limites de pagamento de despesas com instrução não são suficientes para cobrir os reais gastos. Sequer são suficientes para solver as mensalidades escolares, quando a ela se agregam várias outras, como os livros e outros materiais didáticos.

Portanto, além de ser responsável pelo ensino gratuito, o Estado também é responsável direto pela eventual ineficácia na pasta da educação. Por este motivo não pode limitar os gastos a um limite muito distante da realidade para muitos contribuintes.

Sendo um dever do Estado, quando ele não consegue realizá-lo como deve, não pode então proibir que o cidadão busque uma opção com mais qualidade, e por isso penalizá-lo drasticamente como vem sendo feito.

Por entender estar aperfeiçoando a norma à dinâmica social, conto com o apoio dos nobres colegas parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 25 de janeiro de 2006. – **Alberto Fraga** Deputado Federal, PFL/DF.

PROJETO DE LEI Nº 6.553, DE 2006

(Do Sr. Alberto Fraga)

Dispõe sobre a assistência ao pequeno produtor rural.

Despacho: Às Comissões de: Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação (art. 54 RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Estado prestará assistência ao produtor rural que praticar agricultura familiar ou de subsistência através dos seguintes subsídios:

I – doação de adubos e sementes;

II – assistência com máquinas e equipamentos e

III – assistência técnica de pessoal.

Art. 2º Faz jus à assistência o produtor rural que praticar agricultura familiar ou de subsistência, comprovado através de atestado a ser emitido por órgão ou Secretaria do seu Estado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificação

A proposição tem por objetivo apoiar uma grande parcela de pequenos produtores rurais deste país, que dia após dia sofrem as intempéries da política agrícola sem nada que possam fazer. Não conseguem financiamentos em razão do pequeno tamanho de suas propriedades, não conseguirem se reunir em cooperativas poder isentar de tributação para o imposto de renda os rendimentos de aposentadoria, reserva ou reforma aferidos por pessoas físicas pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência complementar. Serão portanto isentos somente os rendimentos de aposentadoria provenientes de exclusiva atividade profissional.

Ressalta-se que os aposentados e reformados receberão a isenção como recompensa, pois já contribuíram por toda a vida profissional, fazendo jus neste momento a isenção como forma de poder alcançar

melhor qualidade vida, investindo em sua própria saúde além benefícios.

São essas as razões que julgo convenientes para que essa casa possa aperfeiçoar importante instrumento jurídico e social e por que conto com o apoio dos nobres colegas parlamentares.

Sala das Sessões, 25 de janeiro de 2006. – Deputado **Alberto Fraga**.

PROJETO DE LEI Nº 6.557, DE 2006

(Do Sr. Marcos de Jesus)

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para acrescentar dispositivo que assegura às pessoas portadoras de deficiência prioridade na aquisição de moradia própria em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Despacho: Às Comissões de: Desenvolvimento Urbano; Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea b:

"Art. 2º. .....

.....

V – .....

b) a prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, garantindo-se a reserva de pelo menos três por cento de unidades residenciais, em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, para atendimento à pessoa portadora de deficiência." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Texto Constitucional apresenta posição de vanguarda na garantia os direitos sociais da pessoa portadora de deficiência. Não menos relevante é o arcabouço legal infraconstitucional, que busca a inclusão social plena e a promoção da cidadania desse valoroso segmento populacional, ao assegurar a proteção, a defesa e o cumprimento dos seus direitos, em especial dos direitos à saúde, à educação, ao trabalho, à assistência social e à acessibilidade.

No tocante à habitação, todavia, observa-se que o legislador ainda não se manifestou além dos aspectos relacionados à acessibilidade, sendo fundamental, ao nosso ver, o estabelecimento de reserva de unidades habitacionais para aquisição pela pessoa portadora de deficiência, nos programas habitacionais desenvolvidos pelo Estado, a fim de garantir-lhe uma moradia digna.

Nesse sentido é que apresentamos este Projeto de Lei, que propõe a alteração da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a fim de garantir à pessoa portadora de deficiência a prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, com a reserva de pelo menos três por cento de unidades residenciais, em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos. Saliente-se que a Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, reserva idêntico percentual de unidades residenciais para atendimento aos idosos.

Considerando o elevado alcance social desta proposição, que pretende assegurar o acesso da pessoa portadora de deficiência à moradia própria, contamos com o apoio dos ilustres parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 25 de janeiro de 2005. – Deputado **Marcos De Jesus**.

PROJETO DE LEI Nº 6.560, DE 2006

(Do Sr. Paulo Pimenta)

Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves em Universidade Federal Tecnológica da Serra Gaúcha – UFTSG, e dá outras providências.

Despacho: Às Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público; Educação e Cultura; Finanças e Tributação (art. 54 RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal Tecnológica da Serra Gaúcha-UFTSG, nos termos do parágrafo único do art. 52 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com natureza jurídica de autarquia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, organizado sob a forma de Centro Federal de Educação Tecnológica pela Lei nº 8.731, de 16-11-1993.

Parágrafo único. A UFTSG é vinculada ao Ministério da Educação, tem sede e foro na cidade de

Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Art. 2º A UFTSG reger-se-á pelos seguintes princípios:

I – ênfase na formação de recursos humanos, no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, envolvidos nas práticas tecnológicas e na vivência com os problemas reais da sociedade, voltados, notadamente, para o desenvolvimento socioeconômico local e regional;

II – valorização de lideranças, estimulando a formação de cidadãos com espírito crítico e empreendedor;

III – vinculação estreita com a tecnologia, destinada à construção da cidadania, da democracia e da vida ativa de criação e produção solidárias;

IV – desenvolvimento de cultura que congregue as funções do pensar e do fazer, associando-as às atividades de ensino, pesquisa aplicada e extensão;

V – integração da geração, transmissão e utilização do conhecimento para estimular o desenvolvimento sócio-econômico local e regional;

VI – aproximação das relações entre os avanços científicos e tecnológicos e o cidadão-trabalhador, para enfrentar a realidade socioeconômica em que se encontra;

VII – organização descentralizada mediante a possibilidade de implantação de diversos campus, inserindo-se na realidade regional, oferecendo suas contribuições e serviços resultantes do trabalho de ensino, da pesquisa aplicada e extensão;

VIII – articulação e integração verticalizada entre os diferentes níveis e modalidades de ensino e horizontal com o setor produtivo e os segmentos sociais, promovendo oportunidades para a educação continuada;

IX – organização dinâmica e flexível, com enfoque interdisciplinar, privilegiando o diálogo permanente com a realidade local e regional, sem abdicar dos aprofundamentos científicos e tecnológicos; e

X – maximização quanto ao aproveitamento dos recursos humanos e uso da infra-estrutura existente pelos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Art. 3º A UFTSG tem por finalidade:

I – desenvolver a educação tecnológica, entendida como uma dimensão essencial que ultrapassa as aplicações técnicas, interpretando a tecnologia como processo educativo e investigativo para gerá-la e adaptá-la às peculiaridades regionais;

II – aplicar a tecnologia compreendida como ciência do trabalho produtivo e o trabalho como categoria de saber e produção; e

III – pesquisar soluções tecnológicas e desenvolver mecanismos de gestão da tecnologia, visando a identificar alternativas inovadoras para resoluções de problemas locais e regionais.

Art. 4º A UFTSG tem os seguintes objetivos:

I – ministrar em nível superior:

a) cursos de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais para as diferentes áreas da educação tecnológica; e

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores e especialistas para as disciplinas dos vários níveis e modalidades de ensino no âmbito da educação tecnológica;

II – ministrar cursos técnicos de nível médio, visando à formação de técnicos para os diferentes setores da economia;

III – oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de ensino, nas áreas da educação tecnológica;

IV – realizar pesquisas aplicadas no âmbito da educação tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade; e

V – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação tecnológica, em articulação com o setor produtivo e os segmentos sociais.

Art. 5º A UFTSG, observado o princípio de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa aplicada e extensão, organizará sua estrutura e forma de funcionamento nos termos desta Lei e das normas legais pertinentes.

Parágrafo único. Enquanto não for aprovado o estatuto e o regimento da UFTSG, será ela regida pelo estatuto e pelo regimento do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, no que couber, e pela legislação federal de ensino.

Art. 6º Passam a integrar a UFTSG, sem solução de continuidade, independentemente de qualquer formalidade, as unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves com os seus respectivos cursos, de todos os níveis, atualmente ministrados.

Parágrafo único. Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam igualmente a integrar o corpo discente da UFTSG, independentemente de adaptação ou qualquer outra exigência formal.

Art. 7º Ficam redistribuídos para a UFTSG todos os cargos e funções, ocupados e vagos, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.

Art. 8º Os cargos de Diretor e Vice-Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves ficam transformados nos cargos de Reitor e Vice-Reitor da UFTSG.

Parágrafo único. Fica criado um cargo de Direção, CD-1, destinado ao Reitor da UFTSG.

Art. 9º A administração superior da UFTSG será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UFTSG.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a legislação pertinente, substituirá o Reitor em suas faltas ou impedimentos legais ou temporários.

§ 3º O Reitor da UFTSG será eleito por escolha direta e secreta, ficando garantida a paridade entre as categorias da comunidade acadêmica.

§ 4º O estatuto da UFTSG disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, com intuito de garantir a democracia e a participação de todos os setores da comunidade acadêmica.

Art. 10. O patrimônio da UFTSG será constituído:

I – pelos bens e direitos que integram o patrimônio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, à UFTSG;

II – pelos bens e direitos que vier a adquirir;

III – pelas doações ou legados que receber; e

IV – por incorporações que resultem de serviços realizados pela UFTSG.

Parágrafo único. Os bens e direitos da UFTSG serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 11. Os recursos financeiros da UFTSG serão provenientes de:

I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais e transferências e repasses que lhes forem conferidos;

II – auxílios e subvenções que lhes venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades, públicas ou privadas;

III – recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades e organismos nacionais e internacionais;

IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V – receitas eventuais a título de retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros; e

VI – saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica.

Art. 12. As dotações orçamentárias necessárias ao atendimento dos encargos decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do orçamento aprovado para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, no presente exercício, ficando o Poder Executivo autorizado a transferi-las à UFTSG.

Art. 13. Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da UFTSG, os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos pro tempore, por designação do Ministro de Estado da Educação.

Art. 14. A UFTSG, em 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei, submeterá sua proposta de estatuto social ao Ministério da Educação, para aprovação pelas instâncias competentes.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de janeiro de 2006.

Justificação

O Projeto de Lei tem por objetivo transformar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves – CEFET-BG em Universidade Federal da Serra Gaúcha-UFTSG.

A Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves-RS foi criada pela Lei n. 3.646 do Ministério da Agricultura em 22 de outubro de 1959, estando subordinada ao Instituto de Fermentação do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional do Ensino e Pesquisa. De acordo com o Decreto n. 60.731, de 19 de maio de 1967, o Colégio de Viticultura e Enologia foi transferido para o Ministério da Educação e Cultura ficando sob a orientação da Diretoria do Ensino Agrícola (DEA) do MEC.

O Decreto n. 72.434, de 9 de julho de 1973, criou a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), com vinculação à Secretaria do Ensino de 1º e 2º Graus (SEPS) do Ministério da Educação e Cultura.

Através da Lei n. 7.390 de 25 de outubro de 1985, o Colégio passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal "Presidente Juscelino Kubitschek", de Bento Gonçalves – RS.

A Lei n. 8.028 de 12 de abril de 1990, criou a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE). Através do Decreto n. 99.244, de 10 de maio de 1990, a Escola passou à vinculação e subordinação desta Secretaria.

A Lei n. 8.490, de 19 de novembro de 1992, criou a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), do Ministério da Educação e do Desporto, da

qual todas as Escolas Agrotécnicas Federais passam, a partir da data acima, a serem subordinadas.

Desde a data de sua criação, em 22/10/1959, pela Lei n. 3646, passando a funcionar de forma efetiva a partir de março de 1960, o Centro vem formando profissionais: Técnicos em Enologia; Técnicos em Agropecuária com Habilitação em Agricultura, Agroindústria e Zootecnia; Técnicos em Informática; Tecnólogos em Viticultura e Enologia (Nível Superior).

Dos seus egressos se espera que sejam capazes de aliar o conhecimento da ciência e da técnica e que sejam cidadãos conscientes do valor que sua inserção encerra no do trabalho. O Centro está instalado numa área de 843.639,13m² dividida entre a sede (76.219,13m²) e a granja (767.420m²).

É interessante descrever alguns fatos que contribuíram para o crescimento do Centro. O primeiro, e mais importante, é datado de 16 de novembro de 1993, quando a promulgação da Lei 8.731 permitiu que a Escola Agrotécnica Federal "Presidente Juscelino Kubitschek" se tornasse uma autarquia, ou seja, a mesma passa, a partir desta data, a manter-se com seus próprios recursos, que são a venda dos produtos por ela elaborados, mais a verba destinada pelo Governo Federal para a sua manutenção.

O segundo fato consolidou-se no dia 16 de agosto de 2002, quando a Escola tornou-se um CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), ou seja, passou a ser uma Instituição de nível superior. Com essa mudança de Escola Agrotécnica para Centro Federal e o amparo legal da Lei 8.731, de 16-11-1993, o mesmo solidifica-se como autarquia.

Dentre os fatos citados, o Centro destaca-se também por ser o único no Brasil a formar técnicos em enologia e tecnólogos em enologia e viticultura, os quais são imediatamente absorvidos pelo mercado de trabalho interno e até externo, devido à escassez destes profissionais.

Essa transformação permitiu expandir sua atuação e melhorar sua capacidade de responder adequadamente às solicitações advindas, a curto e médio prazos, de uma sociedade em rápida evolução como é a região da Serra Gaúcha.

A região da Serra Gaúcha teve como base de desenvolvimento econômico e social a produção de uvas e a elaboração de vinhos e derivados da uva e do vinho. A cadeia vitivinícola do Estado do Rio Grande do Sul abarca mais de 16 mil famílias de produtores rurais, que produziram, no ano de 2005, quase 500 milhões de quilos de uva em mais de 33.000 hectares de área cultivada; 600 cantinas, onde são elaborados, anualmente, uma média de 300 milhões de litros de vinho e derivados, abrangendo, entre empregos diretos e indiretos, mais de 150 mil pessoas ao longo da cadeia produtiva. Para que esta cadeia prospere, é fundamental uma formação sólida e em constante expansão, o que somente a implantação de uma universidade possibilitará.

Atualmente, a produção de uva é realizada no Estado do Rio Grande do Sul e vem se expandindo para outros estados da F3ederação, como Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia e Pernambuco. Certamente, estes estados, em um curto espaço de tempo, estarão requisitando mão de obra qualificada. Tais vagas serão os novos espaços de trabalho que os egressos da Universidade Federal da Serra Gaúcha poderão ocupar.

É importante salientar que além da produção vitivinícola, a Serra Gaúcha também concentra um dos maiores pólos moveleiros do país, além de um rigoroso pólo metal-mecânico e de metalurgia, que certamente serão beneficiados e impulsionados com a criação de uma Universidade Federal nesta região, bem como de novos cursos que poderão ser agregados a esta, os quais poderão contar com profissionais capacitadas e com a capacitação dos seus funcionários.

Pela descrição dessa realidade, entendemos chegado o momento de propor a transformação do CEFET-BG, incluindo suas Unidades Descentralizadas, em Universidade Federal Tecnológica da Serra Gaúcha-UFTSG. A resposta a todos esses desafios só pode provir de plena autonomia, ampliando a capacidade de inovação e flexibilização que permita a rápida adaptação de cursos e programas de pesquisa aplicada e extensão às novas demandas do mundo produtivo e da sociedade.

Respeitosamente, 26 de janeiro de 2006. – **Paulo Pimenta**, Deputado Federal-PT/RS.

PROJETO DE LEI Nº 6.561, DE 2006

(Da Sra. Almerinda de Carvalho)

Institui o "Dia do Líder Comunitário".

Despacho: Às Comissões de: Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD) Regime de Tramitação: Ordinária.

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o "Dia do Líder Comunitário", a ser comemorado, em todo o território nacional, no dia 22 de outubro de cada ano civil.

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Fundamenta-se tal proposta ante a importância do líder comunitário no contexto nacional, pois ele, mesmo sem qualquer remuneração ou cargo público, exerce papel preponderante no diagnóstico das demandas sociais locais e as leva às autoridades, numa função legítima de agente público, que bem sabe atender os seus liderados nas diversas demandas.

Por tudo isso, nada mais justo e meritório que destinar a nível nacional, um dia específico para reverenciar àquele que durante todos os dias do ano, atende e acolhe seus liderados, visando dar melhor encaminhamento e atendimento nas carências que afetam sua comunidade.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2006. – Deputada **Almerinda de Carvalho**.

PROJETO DE LEI Nº 6.562, DE 2006

(Do Sr. José Carlos Machado)

Obriga as empresas prestadoras de serviços públicos a fornecerem a seus usuários certidão de quitação anual de débitos.

Despacho: Às Comissões de: Defesa do Consumidor; e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei obriga as empresas prestadoras de serviços públicos a fornecer certidão de quitação anual dos débitos a seus usuários.

Art. 2º O art. 7º da Lei Nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

"Art.7º .....

.....

VII – receber da prestadora, no mês de janeiro, gratuitamente, e desde que esteja adimplente, certidão anual de quitação de débitos."

Art. 3º O art. 3º da Lei Nº 9.472, de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

"Art.3º .....

.....

XIII – de receber da prestadora, gratuitamente, no mês de janeiro, e desde que esteja adimplente, certidão anual de quitação de débitos."

Art. 4º. Esta lei entra em vigor no ato de sua publicação.

Justificação

A inexistência de uma norma legal que obrigue as prestadoras de serviços públicos a fornecerem uma certidão anual de quitação de débitos tem causado alguns transtornos para os consumidores. Situações em que as empresas cortam o fornecimento dos serviços sob a alegação de inadimplência, que posteriormente se mostra equivocada, são freqüentes.

Sendo assim, os consumidores de serviços públicos têm sido obrigados a armazenar uma quantidade relativamente grande de documentos de cobrança ao longo do ano para que, ante uma situação dessa natureza, possam provar sua regularidade e ter seus serviços restabelecidos. Não são exceções, por exemplo, cidadãos que chegam a armazenar centenas de comprovantes das mais diversas prestadoras de serviços públicos.

Consciente desse problema, e levando em consideração que o grau de desenvolvimento das tecnologias de informação permite que uma medida dessa sejam implementada com custos próximos a zero, oferecemos esta proposição que se destina a obrigar que tais empresas forneçam certidões anuais de quitação de débitos aos consumidores.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres parlamentares desta Casa para a APROVAÇÃO deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2005. – Deputado **José Carlos Machado**.

PROJETO DE LEI Nº 6.563, DE 2006

(Do Sr. Alberto Fraga)

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, concedendo o porte de armas de fogo aos Oficiais de Justiça, aos Fiscais do Ibama e Fiscais do Trabalho.

Despacho: Às Comissões de: Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 6º da lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

X – Oficiais de Justiça, fiscais do trabalho e fiscais do Ibama no efetivo exercício da atividade profissional.

Art. 2º O § 2º do art 6º da lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo dos integrantes das instituições descritas nos inciso V, VI, VII e X está condicionada à comprovação do requi-

sito a que se refere o inciso III do art. 4º, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003 dispõe sobre as atividades profissionais autorizadas ao uso da arma de fogo. Além daquelas enumeradas na referida norma, outros cargos por expressa autorização legal também têm direito ao porte da arma de fogo, como juizes e promotores .

Conveniente frisar que o motivo de cada profissão ter ou não autorizado a utilização da arma de fogo dá-se pela avaliação da periculosidade de cada uma delas e os potenciais riscos de vida dos servidores.

Os oficiais de justiça cumprem dia-a-dia mandados judiciais contra pessoas das mais diversas índoles, assim como os fiscais do trabalho e do Ibama também se expõem no cumprimento de suas obrigações, não sendo raro sofrerem ameaças, agressões físicas ou até mesmo perderem a vida no desempenho da função, a exemplo do recente episódio próximo a Cidade de Unaí-MG, quando três fiscais do trabalho foram brutalmente assassinados por estarem simplesmente cumprindo a lei.

As atividades dessas três categorias profissionais são imprescindíveis à sociedade, na prestação da atividade jurisdicional por parte do Estado, na fiscalização das relações de trabalho evitando a exploração e a condição desumana que por muitas vezes são submetidos os trabalhadores e na preservação do meio ambiente, nossa maior riqueza e condição essencial para o desenvolvimento sustentável de nosso país.

Os profissionais para os quais solicitamos o porte de armas são portanto pessoas comprometidas primeiramente com o bem público, com a manutenção do Estado de direito e do equilíbrio social, aptas então a poderem usar em legítima defesa ou nas situações em que a lei autoriza.

São essas as razões que julgo convenientes para que essa casa possa aperfeiçoar importante instrumento jurídico e social e por que conto com o apoio dos nobres colegas parlamentares.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2006. – Deputado **Alberto Fraga**.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.124, DE 2006

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR 654/2005
MSC 550/2005

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Santa Isabel do Pará, Estado do Pará.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação Conclusiva (parecer 09/90 – CCJR).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 207, de 14 de março de 2005, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Santa Isabel do Pará, Estado do Pará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de janeiro de 2006. – Deputado **Jader Barbalho**, Presidente.

TVR Nº 654, DE 2005

(Mensagem Nº 550, de 2005)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 207, de 14 de março de 2005, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão de Miracatu Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Santa Isabel do Pará, Estado do Pará.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão de Miracatu Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame

desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea "h", do art. 32 do Regimento Interno.

II – Voto do Relator

A outorga do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão é regulada pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação do Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996. No processo em questão, a Empresa de Radiodifusão de Miracatu Ltda. atendeu aos requisitos da legislação específica e obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se a vencedora da concorrência para exploração do serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01, de 1999, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2005. – Deputado **Walter Pinheiro,** Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº , DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão de Miracatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Santa Isabel do Pará, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 207, de 14 de março de 2005, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão de Miracatu Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Santa Isabel do Pará, Estado do Pará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2005. – Deputado **Walter Pinheiro,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o parecer favorável do Relator, Deputado Walter Pinheiro, à TVR nº 654/2005, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves – Vice-Presidente, Adelor Vieira, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Gomes, José Rocha, Júlio Cesar, Luiza Erundina, Maurício Rabelo, Pedro Irujo, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Takayama, Antonio Joaquim, César Medeiros, João Campos, José Carlos Araújo, Leodegar Tiscoski, Mariângela Duarte, Pastor Pedro Ribeiro, Romel Anizio e Salvador Zimbaldi.

Sala da Comissão, 25 de janeiro de 2006. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 2.125, DE 2006
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR 608/2005
MSC 229/2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União de Minas, Estado de Minas Gerais.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 40, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de janeiro de 2006. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

TVR Nº 608, DE 2005
(Mensagem Nº 229, de 2005)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 40, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas a executar, pelo prazo

de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União de Minas, Estado de Minas Gerais.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea "h", do art. 32 do Regimento Interno.

II – Voto do Relator

A autorização do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão comunitária é regulada pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. No processo em questão, a Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas atendeu aos requisitos da legislação específica e recebeu autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01, de 1999, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2005. – Deputado **Pedro Irujo,** Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 40, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de União de Minas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2005. – Deputado **Pedro Irujo,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o parecer favorável do Relator, Deputado Pedro Irujo, à TVR nº 608/2005, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves – Vice-Presidente, Adelor Vieira, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Gomes, José Rocha, Júlio Cesar, Luiza Erundina, Maurício Rabelo, Pedro Irujo, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Takayama, Antonio Joaquim, César Medeiros, João Campos, José Carlos Araújo, Leodegar Tiscoski, Mariângela Duarte, Pastor Pedro Ribeiro, Romel Anizio e Salvador Zimbaldi.

Sala da Comissão, 25 de janeiro de 2006. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.126, DE 2006

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR 581/2005

MSC 222/2005

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade "FM" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 51, de 16 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade "FM" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de janeiro de 2006. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

TVR Nº 581, DE 2005

(Mensagem Nº 222, de 2005)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 51, de 16 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade "FM" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade "FM" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea "h", do art. 32 do Regimento Interno.

II – Voto do Relator

A autorização do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão comunitária é regulada pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. No processo em questão, a Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade "FM" atendeu aos requisitos da legislação específica e recebeu autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01, de 1999, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2005. – Deputado **Pedro Irujo,** Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade "FM" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 51, de 16 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade "FM" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2005. – Deputado **Pedro Irujo,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o parecer favorável do Relator, Deputado Pedro Irujo, à TVR nº 581/2005, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves – Vice-Presidente, Adelor Vieira, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gilberto

Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Gomes, José Rocha, Júlio Cesar, Luiza Erundina, Maurício Rabelo, Pedro Irujo, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Takayama, Antonio Joaquim, César Medeiros, João Campos, José Carlos Araújo, Leodegar Tiscoski, Mariângela Duarte, Pastor Pedro Ribeiro, Romel Anizio e Salvador Zimbaldi.

Sala da Comissão, 25 de janeiro de 2006. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.127, DE 2006

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR 417/2004
MSC 901/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional Ebenezer a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadnia (art. 54).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 708, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional Ebenezer a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de janeiro de 2006. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

TVR Nº 417, DE 2004

(Mensagem Nº 901, de 2004)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 708, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional Ebenezer, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional Ebenezer a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea "h", do art. 32 do Regimento Interno.

II – Voto do Relator

A autorização do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão comunitária é regulada pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. No processo em questão, a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional Ebenezer atendeu aos requisitos da legislação específica e recebeu autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01, de 1999, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2005. – Deputado **Pedro Irujo,** Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional Ebenezer a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na

cidade de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 708, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional Ebenezer a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2005. – Deputado **Pedro Irujo,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o parecer favorável do Relator, Deputado Pedro Irujo, à TVR nº 417/2004, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves – Vice-Presidente, Adelor Vieira, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Gomes, José Rocha, Júlio Cesar, Luiza Erundina, Maurício Rabelo, Pedro Irujo, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Takayama, Antonio Joaquim, César Medeiros, João Campos, José Carlos Araújo, Leodegar Tiscoski, Mariângela Duarte, Pastor Pedro Ribeiro, Romel Anizio e Salvador Zimbaldi.

Sala da Comissão, 25 de janeiro de 2006. – Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº 36, DE 2005

(Do Sr. Geraldo Resende)

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, acerca das providências tomadas por esse órgão, após a publicação do Acórdão na Representação nº 007.572/2005-0, julgado pelo Plenário deste Órgão, que trata das irregularidades apontadas no relatório final da Comissão Externa, destinada a averiguar, "in loco", a morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Despacho: **Publique-se** e encaminhe-se ao Tribunal de Contas da União.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a V. Exª seja requerido ao Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal de Contas de União – TCU, Adylson Motta, o seguinte pedido de informação.

Após aprovação em maio de 2005, por unanimidade, do relatório final pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar, "in loco", a morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, foi entregue à Sua Excelência uma cópia deste.

Em 05 deste outubro, o Plenário do TCU, por unanimidade, conheceu da representação formulada por esta Comissão Externa nos votos do Ministro Ubiratan Aguiar.

A decisão extraída do acórdão é:

"VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, versando sobre indícios de irregularidades na utilização de recursos públicos federais alocados pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa para o desenvolvimento de ações relacionadas com a saúde dos povos indígenas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade de que trata o art. 237, inciso III, c/c o art. 235 do Regimento Interno do TCU;

9.2. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo – Segecex que:

9.2.1. promova estudos visando à realização coordenada de auditorias de conformidade para verificar a regularidade da aplicação dos recursos públicos federais repassados aos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para o desenvolvimento de ações assistenciais e de saúde aos povos indígenas, tendo em consideração as sugestões da Comissão Externa da Câmara dos Deputados;

9.2.2. realize estudo de viabilidade de auditoria de natureza operacional no âmbito da Ação Governamental 6501 – Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e, caso esta seja considerada viável, trace um perfil atualizado do Subsistema de Saúde Indígena, frente às diretrizes da Portaria GM nº. 70/04, além de verificar a efetiva aplicação do percentual de recursos do Sistema Único de Saúde, destinado à saúde indígena, repassado às prefeituras que contenham em sua circunscrição áreas indígenas;

9.2.3. oriente as unidades técnicas encarregadas da realização das referidas auditorias que, finalizados os trabalhos, façam constar das respectivas propostas, observação quanto ao encaminhamento de cópias dos resultados aos autores das representações aqui tratadas;

9.3. determinar à Secex/MS que adote providências, inclusive, se for o caso, as previstas no art. 237, inciso VI, c/c 239 ou 240 do Regimento Interno do Tribunal, para análise dos documentos encaminhados ao Tribunal pelo Coordenador Regional da Funasa em Mato Grosso do Sul, por intermédio do Ofício nº 621/GAB/COREMS/FUNASA, de 14/07/2005, e para exame dos indícios de irregularidades apurados no TC 006.823/2005-7, a seguir indicados:

9.3.1. licitação aberta pela Funasa do Mato Grosso do Sul para demolição de prédio já demolido;

9.3.2. contratação de manutenção de veículos com preços superfaturados;

9.3.3. celebração dos Convênios nº 1.333/04 e 1.340/04, entre a missão Caiuá (ONG sediada em Dourados/MS) e a Funasa com o objetivo de atender à aldeias dos estados de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo; e

9.3.4. estratégia de distribuição de cestas básicas do Programa Fome Zero;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam aos Deputados Federais Antonio Carlos Pannunzio e Geraldo Resende, este último Coordenador da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a averiguar in loco a morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, informando-lhes que se encontra em andamento, neste Tribunal, o TC 012.718/2004-9, que trata de auditoria de conformidade realizada em convênios celebrados entre a Fundação Nacional de Saúde – Funasa e diversas Organizações Não-Governamentais – ONGs para prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, cujo resultado ser-lhes-á encaminhado tão logo esta Corte aprecie o respectivo relatório;

9.5. acostar cópia desta deliberação ao TC 012.718/2004-9, com vistas ao cumprimento do estabelecido no subitem 9.4 anterior;

9.6. arquivar os presentes autos."

Após essas determinações e a remessa, em 25 de outrubro, dos autos à 4ª Secretaria de Controle Externo – SECEX 4, solicita-se informações ao Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, Adylson Motta, a respeito das providências já tomadas por este após a publicação do acórdão nº 1593/2005 do processo nº 007.572/2005-0.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005. – Deputado **Geraldo Resende,** PPS/MS.

REQUERIMENTO Nº 3.533, DE 2005

(Da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio)

Requer novo despacho ao Projeto de Lei Complementar nº 263/05, do Sr. Max Rosenmann, que "altera a legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e dá outras providências".

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 141, combinado com o art. 32, VI, do Regimento Interno da Casa, solicito a Vossa Excelência proceder à revisão do despacho concedido ao Projeto de Lei Complementar nº 263/05, do Sr. Max Rosenmann, que "altera a legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e dá outras providências", de modo a propiciar à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio a oportunidade de se manifestar sobre o mérito da proposição.

Sala das Comissões, 21 de dezembro de 2005. – Deputado **Romeu Queiroz**, Presidente.

Indefiro, tendo em vista que a distribuição foi feita nos termos regimentais (art. 139 do RICD). Oficie-se e, após, **publique-se.**

Em 8-2-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

REOUERIMENTO Nº 34.540, DE 2006

Requer a retirada do Projeto de Lei nº 5.376/2005, que proíbe a comercialização da pílula do dia seguinte.

Senhor Presidente,

De acordo com o Regimento Interno desta Casa, requeiro a Vossa Excelência que seja retirado de trâmite, o Projeto de Lei de minha autoria de nº 5.376/2005, o qual trata da proibição de comercialização da pílula do dia seguinte.

Tal solicitação, dá-se em razão de aperfeiçoamento da proposta para posterior apresentação à Mesa.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 2006. – Deputado **Carlos Nader.**

Defiro a retirada do Projeto de Lei nº 5.376/05 (RICD art. 114, inciso VII). Oficie-se. **Publique-se.**

Em 8-2-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 3.557, DE 2006

(Da Srª Laura Carneiro)

Requer seja o Projeto de Resolução nº 99, de 2003, apenso ao Projeto de Resolução nº 63, de 2000, em 17 de março de 2004, desapenso deste, nos termos do art. 57, III, do Regimento Interno da Casa.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª, a desapensação do Projeto de Resolução nº 63, do Projeto de Resolução nº 99, de 2003, que foi ao primeiro apenso em 17 de março de 2004, nos termos do art. 57, III, do Regimento Interno da Casa.

O Projeto de Resolução nº 99, de 2003, cuida exclusivamente da votação do Relatório Final de Comissão Parlamentar de Inquérito, podendo, por isso mesmo, ser desapenso, sem problemas, do Projeto de Resolução nº 63, de 2000, que cuida, de modo geral, da Reforma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Um dos fulcros do PRC nº 99, de 2003, consiste na possibilidade de oferecerem emendas ao Relatório Final das Comissões Parlamentares de Inquérito. A Questão de Ordem nº 384, de 17 de maio de 2004, levantada pela requerente, e depois respondida pelo então Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, deixa claro que, na atual sistemática regimental, inexiste a possibilidade de emendar relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito. Eis por que urge seja a modificação trazida pelo PRC nº 99, de 2003, implementada o mais rapidamente, razão por que se pede a sua desapensação do PRC nº 63, de 2000.

Ante o exposto, peço o deferimento do presente.

Sala das Sessões, de de 2006. – Deputada **Laura Carneiro**.

Indefiro, tendo em vista que a apensação foi feita nos termos regimentais (art. 139, I do RICD). Oficie-se e, após, **publique-se.**

Em 8-2-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 3.573, DE 2006

MOÇÃO Nº , DE 2006

(Do Sr. Doutor Rosinha)

Manifesta repúdio ao veto do governo norte-americano à venda de aviões super tucano da Embraer para a Venezuela.

Nós parlamentares da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil;

Considerando que a não ingerência nos assuntos internos de outros países é um dos princípios basilares que devem reger as relações internacionais;

Considerando, da mesma forma, que vetos à transferência de tecnologia ou à venda de quaisquer produtos para um país determinado só são legítimos, à luz do Direito Internacional Público, quando esse país é objeto de sanções aprovadas em foros multilaterais apropriados, como o Conselho de Segurança da ONU;

Assinalando que o Brasil é largamente considerado, inclusive pelo Departamento de Estado dos EUA, como um dos países que mais se destaca no cenário mundial por seus sólidos compromissos com a solução negociada dos conflitos e o desarmamento;

Recordando que Brasil e Venezuela têm relações bilaterais de bom nível a muitas décadas, independentemente dos governos que se sucederam nesse longo período;

Enfatizando que a Embraer, quarta indústria aeronáutica do mundo e motivo de orgulho para todos os brasileiros, é estratégica para nossos interesses nacionais nos campos comercial e tecnológico;

Constatando que o veto do governo norte-americano representa duro golpe contra a Embraer, pois trata-se de cancelamento de uma compra de quatrocentos e setenta milhões de dólares, além de significar também, e acima de tudo, ofensa grave à soberania nacional da República Federativa do Brasil;

Considerando que não há motivo que justifique tal veto, uma vez que os aviões que seriam exportados, embora robustos e confiáveis, são classificados como aeronaves de treinamento e de ataque leve, não possuindo tecnologia de ponta que possa afetar o equilíbrio estratégico do continente;

Lembrando que aviões super tucanos já foram vendidos, no continente americano, para a República Dominicana e a Colômbia; e

Destacando, por último, que a atitude descabida e desrespeitosa do governo norte-americano nesse episódio em nada contribuirá para a criação de um ambiente de concórdia no continente e afetará sensivelmente as relações bilaterais Brasil/EUA,

Manifestamos repúdio ao veto do governo norte-americano à venda de aviões super tucano da Embraer para a Venezuela.

Sala das Sessões, 18 de janeiro de 2006. – Deputado **Doutor Rosinha**.

Encaminhe-se ao Ministro de Estado das Relações Exteriores**.** Oficie-se e, após, **publique-se**.

Em 8-2-06.– **Aldo Rebelo**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 3.575, DE 2006

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer o desapensamento do Projeto de Lei nº 6.134/2005, ora apensado ao Projeto de Lei nº 4.328/1998.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 139, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, para que seja reiniciada a sua tramitação ordinária em separado, o desapensamento do PL nº 6.134, de

2005, apensado ao PL nº 4.328, de 1998, tendo em vista que a matéria tem objetivo diferente com aquela tratada na respectiva proposição.

O PL nº 6.134/2005, de minha autoria, altera a alínea **a** do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que amplia o parcelamento de débitos dos hospitais e entidades filantrópicas para com a Receita Federal do Brasil.

O PL nº 4.328, de 1998, de autoria do Deputado Serafim Venzon, altera o art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõem sobre o parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais ao Instituto Nacional do Seguro Social.

Tendo em vista que as duas proposições abordam temas completamente divergentes uma da outra, é mais do que apropriado que o Projeto de Lei nº 6.134, de 2005, siga a sua tramitação ordinária sem que esteja apensado ao Projeto de Lei nº 4.328, de 1998.

Sala das Sessões, 18 de janeiro de 2006. – Deputado **Antonio Carlos Mendes Thame**.

Indefiro, tendo em vista que a apensação obedeceu ao disposto no art. 139, inciso I, do RICD. Oficie-se ao Requerente e, após, **publique-se**.

Em 8-2-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 3.588, DE 2006

(Do Dep. Gerson Gabrielli)

Solicita a retirada de Projeto de Lei nº 6.511 de 2006.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 104, caput, do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei nº 6.511, de 2006, de minha autoria, que Regulamenta o parágrafo único do art. 146.

Sala das Sessões, 25 de janeiro de 2006. – **Gerson Gabrielli**, Deputado Federal.

Defiro. **Publique-se.**

Em 8-2-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Finda a leitura do expediente, passa-se à

IV – COMISSÃO GERAL

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Rebelo) – Sras. e Srs. Deputados, neste momento transformo a sessão plenária em Comissão Geral destinada a debater assuntos e projetos relacionados à TV digital.

Assistiríamos neste momento a um vídeo sobre a TV digital realizado pela TV Câmara, mas sua exibição foi postergada para o fim da sessão.

Informo ao Plenário que o tempo reservado a cada um dos expositores estará limitado a 5 minutos. Tive de reduzir o tempo concedido aos oradores em função do grande número de convidados indicados pelas Lideranças partidárias.

Sobre a mesa acha-se à disposição dos Srs. Parlamentares folha de inscrição destinada a quem queira fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Rebelo) – Tem a palavra o primeiro orador inscrito, Sr. José Inácio Pizani, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. JOSÉ INÁCIO PIZANI – Sr. Presidente, Deputado Aldo Rebelo, peço a V.Exa. aquiescência para, na sua pessoa, saudar todas as autoridades presentes e, de forma especial, os companheiros da radiodifusão brasileira.

Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, a radiodifusão encontra-se presente em 100% do território nacional.

São cerca de 180 milhões os ouvintes e telespectadores que têm garantido, livre e gratuitamente, acesso diário à informação, educação, cultura e entretenimento.

O rádio, há mais de 80 anos, e a televisão, há mais de 50, constituem-se nas principais ferramentas de integração da Federação e de defesa do idioma.

Ao longo de sua história, a radiodifusão tem prestado inestimáveis, reconhecidos e aclamados serviços, muitos dos quais voluntários, nos campos da educação, da mobilização comunitária, da profilaxia, da cidadania, dos direitos humanos e político-eleitorais e da inclusão social. E, pela sua importância, a TV e o rádio mereceram tratamento diferenciado, tendo sido definidos como comunicação social, inserindo-se no Capítulo V da Constituição.

No Brasil, a radiodifusão está mais próxima do cidadão do que qualquer outro meio, graças à dedicação de milhares de empresários que acreditaram e aqui investiram e seguem investindo, porque essa é a nossa vocação.

Para que continuemos cumprindo com excelência esse importante papel, a radiodifusão precisa evoluir tecnologicamente.

E precisa evoluir com urgência, porque todos os serviços de telecomunicações presentes no País já o fizeram e já operam há muito tempo com tecnologia digital de transmissão, contando com a possibilidade de oferecer conteúdos diferenciados. Ademais, Sr. Presidente, não é justo que o façam enquanto as emissoras de televisão seguem operando com tecnologia analógica, limitadas em suas possibilidades de prestar mais e melhores serviços.

Desde 1994, a ABERT, em parceria com a Sociedade Brasileira de Engenheira de Televisão e de Telecomunicações – SET, acompanha a tecnologia digital, tendo promovido, ainda no final dos anos 90, a realização de amplos estudos e testes de campo e de laboratório, cujos resultados foram, à época, encaminhados à ANATEL.

Desde então, a radiodifusão aguarda ansiosamente que se defina um sistema tecnológico que permita o início das transmissões utilizando a tecnologia digital.

A radiodifusão merece, precisa e tem o direito de evoluir.

E é vital que o faça adotando o que de melhor o desenvolvimento tecnológico oferece, porque todos os outros serviços, como os de telecomunicações, já contam com isso.

É preciso ainda que se proporcionem às emissoras recursos que as possibilitem competir com outros serviços em igualdade de condições.

O rádio já foi autorizado e opera experimentalmente, desde setembro do ano passado, com o sistema de transmissão digital que melhor refletiu os anseios do setor, que melhor atenderá aos ouvintes e que proporcionará, livre de qualquer ônus para a sociedade, a migração do sistema analógico para o sistema digital, prestando serviços eficientes, com os melhores recursos disponíveis.

A televisão aberta aguarda, não sem receio, que a decisão possa vir a ser procrastinada, ou, o que seria pior, que, se equivocada, coloque em risco o que hoje está garantido a 180 milhões de brasileiros: recepção livre e gratuita.

Sabemos que há 3 sistemas principais de transmissão de tevê aberta com tecnologia digital, desenvolvidos nesta seqüência: o americano, o europeu e o japonês.

A seqüência em que se deu o desenvolvimento dos 3 sistemas facultou o sucessivo aperfeiçoamento do seguinte, fazendo do sistema japonês o mais evoluído tecnologicamente. Quanto a isso, não há dúvidas.

É muito importante que saibamos que a tevê aberta gratuita depende da correta, rápida e isenta escolha do sistema de transmissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Rebelo) – Concedo a palavra ao Sr. Evandro do Carmo Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo.

O SR. EVANDRO DO CARMO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou ater-me àquilo que mais preocupa as pessoas que há anos trabalham na tevê aberta brasileira, isto é, a continuidade da prestação dos serviços da televisão aberta, entendida como a que tem seus sinais captados livre e gratuitamente em todo o território nacional.

Falarei 1 minuto sobre o modelo de televisão brasileira e seu sucesso.

O Brasil, país continental, fantástica Federação, tem uma inegável televisão, que contribui para a coesão e a integração nacionais. O sistema é composto de emissoras – redes nacionais que encaminham sua programação para geradoras estaduais ou regionais em todo o Brasil – e é complementado por sistemas de divulgação, como o satélite da Banda C, chamado de satélite da integração nacional desde o seu lançamento. O modelo permite que o Brasil tenha programação nacional, com benefícios para a unidade federativa, para a preservação do idioma, para o entendimento das questões nacionais e para o funcionamento dos Governos nos 3 níveis absolutamente relevantes.

Assim é que, inclusive no horário político gratuito eleitoral ou partidário, os diversos colégios eleitorais estão em condição de assistirem gratuitamente à divulgação dos candidatos a cargos eletivos no seu respectivo colégio eleitoral. Ou seja, quando se trata de campanha a Presidente da República, a divulgação dos candidatos é nacional. Quando se trata de campanha a Deputado Federal, ou a Governador, ou a Prefeito, está lá segmentado aquele sinal que presta fundamental serviço para o aprimoramento político.

No fundo, a estrutura básica do modelo brasileiro é a recepção livre e gratuita. Essa a aspiração das empresas de televisão aberta, que pretendem continuar a fazer televisão recebida gratuitamente pelo público, inclusive fazendo-a melhor em áudio e vídeo, nos receptores fixos, com a fantástica evolução do sistema de alta definição, que representa equiparável mudança do preto e branco para cores, e também melhorar o serviço de recepção portátil e móvel que já prestamos.

Estou assistindo com péssima qualidade, infelizmente, a um canal de VHF, do SBT. Com a TV digital, qualquer trabalhador terá condições de, no ônibus, na hora e meia que passa entre o trabalho e a residência, entreter-se, educar-se, obter informações e até assistir ao horário político gratuito. Esse trabalhador brasileiro merece e tem direito de continuar a receber gratuitamente o sinal de televisão aberta brasileira, emitido pela geradora de cada Estado.

Saúdo os vários presidentes de entidades regionais de rádio e televisão que sabem a importância do ponto de vista mercadológico e da cidadania, da vitalidade das televisões regionais estabelecidas nas Capitais e nas principais cidades de seus respectivos Estados.

Queremos também que esse sistema seja extremamente aperfeiçoado para que a população brasileira tenha gratuitamente o seu principal instrumento de informação, entretenimento e de inclusão social, portanto, de cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Rebelo) – Com a palavra ao Sr. Alexandre Annemberg, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA.

O SR. ALEXANDRE ANNEMBERG – Sr. Presidente, autoridades presentes, o rapidíssimo avanço da tecnologia nas áreas de telecomunicações e radiodifusão exige do legislador extraordinária dedicação: ele precisa tomar decisões e propor soluções que afetarão o futuro da sociedade pelas próximas décadas.

É nesse contexto que venho a esta Casa salientar que, no que tange ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital, inúmeros problemas demandam atenção.

Basicamente, trata-se, antes de mais nada, de definir modelo de negócios e de serviços capaz de atender país de dimensões continentais, com mercado de baixo poder aquisitivo, em que a TV aberta tem enorme importância no cotidiano de significativa parcela da população. O grande desafio está em implementar esses novos modelos com o equilíbrio necessário para preservar as conquistas alcançadas até aqui, que são muito importantes e significativas, tanto no campo das telecomunicações quanto no da radiodifusão. Por isso, as variáveis econômicas, sociais e mercadológicas são muito mais determinantes para o êxito de um SBTVD do que as variáveis tecnológicas.

Pois bem. Pretende-se que a TV digital venha constituir importante instrumento de inclusão social. Para que isso aconteça, para que se ofereça ao telespectador a formidável ferramenta da interatividade, os radiodifusores precisarão contar com a infra-estrutura dos operadores de telefonia e de televisão por assinatura para viabilizar o canal de retorno. Sem canal de retorno, a TV digital ficará restrita à melhoria dos sinais de vídeo e áudio e à recepção móvel. Ora, o modelo de negócio que equacionará a utilização dessa infra-estrutura ainda não foi discutido.

Essa nova realidade exige novos marcos regulatórios específicos que estabeleçam com clareza os papéis exercidos pelos produtores de conteúdo, pelos distribuidores de conteúdo e pelos operadores de redes. A interação entre as operadoras de telecomunicações e as operadoras de TV digital necessita ser viabilizada por meio de política que estimule as parcerias entre todos esses segmentos.

Para a inclusão social, além da interatividade, é necessário que a população de menor renda possa ter acesso não só aos receptores digitais, mas, principalmente, aos chamados set-tops boxes, caixas decodificadoras e sintonizadoras que deverão ser instaladas em cada aparelho de TV. Do custo desse equipamento dependerá a maior ou menor penetração da TV digital. É essencial, portanto, fomentar política industrial que barateie esse custo.

A adoção de set-top box modular e multifuncional que atenda tanto à TV aberta e gratuita quanto à TV paga nas modalidades de satélite, cabo ou MMDS é premissa importante para se conseguir significativa economia de escala. Uma decisão nesse sentido acelerará a capilarização da TV digital.

A curva de penetração da nova tecnologia é muito lenta nos primeiros anos. A adoção de set-top box único conquistará, imediatamente, para a TV digital aberta e gratuita os milhões de lares que hoje já recebem a TV por assinatura.

Não podemos deixar passar a oportunidade de equacionar política industrial que tenha por objetivo o barateamento dos set-tops boxes e sua conseqüência, que é oferecer às camadas menos privilegiadas da população caminho para seu ingresso no mundo digital.

Por último, e não menos importante, cabe mencionar que a televisão por assinatura já é digital. As operadoras satelitais, Sky e Directv, são digitais. As principais operadoras de cabo, NET, TVA VIVAX e outras menores já estão em adiantado processo de digitalização. O mesmo acontece com operadoras de MMDS. Toda essa infra-estrutura está à disposição para, independentemente da definição do padrão de modulação, ser utilizada para testar todas as novas aplicações da TV Digital, seja no campo da educação, seja no da saúde, seja no da segurança ou no do entretenimento. Isto é, podemos começar a desenvolver essas novas aplicações imediatamente. O que importa é sermos capazes de utilizar a nova tecnologia para transpor o fosso da exclusão digital.

Essa deve ser a preocupação e o objetivo de todos nós.

Muito obrigado.

O Sr. Aldo Rebelo, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Simão Sessim, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao meu querido amigo João Carlos Saad, da Associação Brasileira de Radiodifusores. S.Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Sr. Presidente, Simão Sessim, meu amigo, bom-dia a todos.

Farei uma separação entre os 2 mundos que estamos discutindo, até para ajudar depois os legisladores. Nosso mundo está separado em 2: o que está na Constituição como comunicação social grátis, rádio e televisão, e o representado por tudo que é pago – telefonia fixa celular, Internet e TV paga do nosso amigo Alexandre Annemberg, tão preocupado com a inclusão digital que, com certeza, baixará os custos da assinatura para favorecê-la.

A diferença existente entre esses 2 mundos é que nós somos apenas 7%. Entregamos de graça. Fazemos, por exemplo, o horário político eleitoral gratuito; o outro setor não o faz. Por exemplo, toda a indústria de telefonia paga, infelizmente – fui contrário a isso –, saiu da mão dos brasileiros. Ela não é mais controlada por nós. Não são mais empresas estatais brasileira, mas empresas estrangeiras. O único setor constituído por empresários brasileiros é o de radiodifusão. O que estará posto à decisão dos senhores é a sobrevivência ou não desse setor, a gratuidade ou não desses serviços futuros.

Existe justa e legítima aspiração por uma diversidade de fontes e de conteúdos, e todos temos de lutar por ela. Mas essa diversidade não se dá nem se deu na TV aberta em lugar nenhum do mundo. Nos Estados Unidos, nos países europeus ou nos asiáticos não surgem novas TVs abertas, porque elas dependem só de publicidade. A diversidade se dá no terreno do Sr. Annemberg, na TV paga. E é a respeito de situações de monopólio que estão surgindo nesse setor que conclamo os senhores a lutar – situações de monopólio com o Sr. Murdoch, situações de monopólio com o Sr. Slim na TV a cabo, e, infelizmente, com a Globo no meio disso tudo. É aí que temos de buscar a diversidade de conteúdo.

Se fizermos isso, poderemos abrir 126 novos canais e gerar 63 mil empregos diretos. E isso para que possamos estabelecer uma situação de equilíbrio entre produção nacional e produção importada e com limitação à participação de grupos nacionais, a fim de que não fique com um grupo só o setor. Vamos fragmentá-lo, vamos gerar a diversidade; vamos estimular a produção local.

Essa montoeira de canais que vemos, de **CNN** a **Discovery**, todos estão na TV paga. Não surgiram na TV aberta. As redes americanas, as fracas e pequenas redes européias vindas do Estado, não cresceram, não se multiplicaram. Então, não é aí que está o foco. Não adianta fragmentar isso, porque o mercado publicitário só faz encolher. Não está aí a diversidade.

Chamo atenção igualmente para o fato de que, nesse plano, precisamos nos unir e fortalecer a indústria nacional. Temos de fazer um pacto com a indústria nacional, com as universidades e com os pesquisadores, que foram estimulados, com a nossa bênção e com a nossa alegria, a entrar nessa discussão, a estudar o assunto. Esses atores têm que se unir.

Precisamos tomar cuidado com o papo do pago. Sempre que citam "convergência" e "desafio do marco regulatório" é papo de telefonia, é papo de quem quer cobrar. Não tenham dúvida. Podem consultar qualquer texto. Se houver "convergência versus marco regulatório", "desafio do marco regulatório", é porque alguém quer cobrar da população. Nós, radiodifusores, estamos lutando para que isso não aconteça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao Sr. José Marcelo Amaral, representante da Rede Record de Televisão, que disporá de até 5 minutos.

O SR. JOSÉ MARCELO AMARAL – Sr. Presidente, senhoras e senhores participantes desta sessão, desejo ressaltar a importância deste fato para o País e para o povo brasileiro, uma vez que a televisão, além de ser a única fonte de lazer da grande maioria dos brasileiros, é o único serviço de comunicação realmente universal e gratuito.

Esse serviço, tão fundamental para a população, vem nos últimos anos sofrendo crescente concorrência de outras mídias, perdendo espaço e reduzindo sua participação no bolo publicitário, sua única fonte de receita.

Depois da posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério das Comunicações chamou para si a responsabilidade de conduzir as discussões em torno do assunto TV digital, lançando a proposta de desenvolvimento de um padrão brasileiro de TV digital.

O SBTVD foi instituído por decreto presidencial em 2003. Foram constituídos 2 comitês e 1 grupo gestor, cada um com um nível de responsabilidade no processo de análise, concepção, desenvolvimento e proposição desse sistema. Foram envolvidos vários centros de pesquisa e universidades, que, organizados em consórcios, receberam verbas para o desenvolvimento de projetos de partes de um possível sistema nacional. Os consórcios tinham até dezembro do ano passado para finalizar seus projetos, e, como de fato aconteceu, apresentaram propostas bastante inovadoras, comprovando a capacidade dos nossos pesquisadores.

O Ministério das Comunicações tem a responsabilidade de apresentar ao Presidente Lula a conclusão desse trabalho, levando em conta as inovações apresentadas, os cenários futuros e também os sistemas existentes, para a tomada de decisão. O Presidente

Lula, aliás, já demonstrou o desejo de inaugurar a TV digital em 7 de setembro deste ano.

A Rede Record de Televisão vem acompanhando de perto as discussões em torno do SBTVD, apoiando o Governo e os centros de pesquisa e universidades para a escolha da melhor solução para o Brasil, de forma que a TV aberta brasileira continue sendo referência em todo o mundo e também sobreviva às oportunidades e aos desafios surgidos a partir dessa tecnologia.

Desde os anos 70, quando da criação do sistema PAL-M, a televisão brasileira nunca passou por momento de tamanha importância. Está se discutindo o futuro da TV talvez para os próximos 50 anos. E por estar discutindo essencialmente a evolução da TV aberta brasileira, livre e gratuita, que desde seu surgimento vem sendo conduzida por brasileiros natos, que acreditam nesse negócio, fazem grandes investimentos em produção, equipamentos e rede de distribuição, empregam milhares de outros brasileiros e respeitam uma legislação específica, é que estamos empenhados em apoiar o Governo a tomar a decisão mais acertada, levando em consideração todos os envolvidos na cadeia de entretenimento, seja ele o produtor, seja o distribuidor, seja principalmente o telespectador, que já fez da televisão brasileira a melhor do mundo.

A televisão brasileira, que vive basicamente de receita publicitária, necessita de um modelo flexível, a ponto de poder competir com as outras mídias, todas já digitais e com forte investimento do capital estrangeiro. Por isso é que temos defendido – e não abriremos mão dessa possibilidade – a continuidade do oferecimento à quase totalidade dos domicílios a melhor TV, agora com maior qualidade de imagem e som, e também para um novo público, mediante dispositivos móveis e portáteis. A TV do futuro passa obrigatoriamente pela alta definição. É uma demanda que vem crescendo no mundo inteiro, e, por produzir um conteúdo de qualidade, acreditamos que se abre a possibilidade de novas receitas a partir desses novos conteúdos, agora de altíssima qualidade.

É verdade que temos enfrentado barreiras na defesa desse patrimônio nacional, constituído essencialmente por brasileiros. A força do capital estrangeiro que construiu conglomerados globalizados muito superiores aos hoje existentes no Brasil tem tentado interferir no processo de decisão, colocando em risco um modelo de sucesso comprovado.

E por que o Brasil deve decidir? Porque, antecipando-nos às tendências tecnológicas e de consumo mundiais, nós nos beneficiaremos dos ganhos de escala. Poderemos posicionar-nos como produtores e exportadores dos produtos e serviços relacionados a essa nova tecnologia. Os custos da indefinição recaem sobre a capacidade de competir dos setores brasileiros de produção de equipamentos de televisão, de produção de conteúdo e de aplicativos. Além disso, o País prolonga o uso ineficiente do espectro, desperdiçando recursos e atrasando a introdução de serviços inovadores adicionais que poderão ter importantes efeitos no crescimento futuro da economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao Sr. Wander Wilson Chaves, Diretor do INATEL – Instituto Nacional de Telecomunicações, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. WANDER WILSON CHAVES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste curto espaço de tempo, desejo trazer uma colaboração para que nosso País possa ter um sistema brasileiro de TV digital, considerando que outros oradores irão mencionar razões de natureza diversa.

Está presente em plenário o jornalista Ethevaldo Siqueira, nosso amigo, autor de ampla pesquisa com aproximadamente 50 cientistas do mundo para responder à seguinte pergunta: quais as principais tecnologias que vão impactar nossa vida nos próximos 10 anos?

A resposta obtida foi: a microeletrônica, que vai chegar ao limite da miniaturização no ano de 2020; o software; o computador dos próximos anos, pois os atuais, comparados com os que estivermos usando em 2015, parecerão brincadeira; a Internet; o celular; as redes híbridas; a fotônica; o armazenamento; a convergência digital; e a nanotecnologia.

A contribuição que eu traria é que a televisão digital reúne a grande maioria dessas tecnologias. Então, o país que tiver um sistema nacional, que investir em pesquisa e desenvolvimento, vai colaborar não só com a questão específica da TV digital como também para as diversas áreas das ciências – humanas, exatas, biológicas e agrárias.

Hoje, pela manhã, conversei com o Graciosa e perguntei a ele o seguinte: "Você se lembra de uma rede formada por cientistas na nossa área de atuação que tenha obtido o sucesso que tivemos ao construir esse Sistema Brasileiro de TV Digital?" Ele respondeu que, no curto tempo de trabalho nessa área, não se lembra de ter havido tão fantástica realização em nossas universidades, inclusive em pesquisa. E vejam que todos nós somos do tempo da TV em preto e branco; quando queríamos assistir à TV a cores, comprávamos um papel celofane e o colocávamos na frente da televisão, geralmente em 3 cores: verde na parte de baixo, por causa da cor da grama; rosa no meio, por

causa da cor da pele, e azul em cima, por causa da cor do céu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao Sr. Fernando Bittencourt, líder do grupo SET/ABERT. S.Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Bom-dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas da indústria, se fosse possível trazer o primeiro televisor vendido no Brasil há mais de 55 anos e colocá-lo em funcionamento hoje, ele funcionaria normalmente, recebendo todos os canais de TV aberta.

A televisão aberta, pelas suas caraterísticas de comunicação de massa e pela responsabilidade de atender gratuitamente, sem discriminação, a população, de toda e qualquer classe social, tem o compromisso de manter a sua tecnologia sempre compatível para proteger o investimento do consumidor.

A única alteração tecnológica que ocorreu nestes 55 anos foi a transição de preto e branco para cores na década de 70, ainda assim com uma tecnologia engenhosa, que possibilitou a compatibilidade da televisão colorida com os receptores em preto e branco, não obrigando, os consumidores a terem de comprar novos aparelhos.

Hoje, enquanto as outras mídias já são digitais, a televisão aberta permanece analógica, como há 55 anos.

Estamos finalmente no limiar da transição para digital.

Como não será possível desta vez manter a compatibilidade, a solução será iniciarmos a nova tecnologia em novos canais digitais. Esses novos canais transmitirão digitalmente com oferta de novidades tecnológicas, como a televisão de alta definição, a televisão a que assistiremos em aparelhos portáteis e móveis e a interatividade.

O modelo da televisão aberta na era digital continuará sendo livre e gratuito, com o compromisso de preservar os gastos da população com os receptores digitais, a exemplo do que ocorreu com os analógicos. Assim, o momento de escolha da melhor e mais avançada tecnologia é agora. A próxima oportunidade de transição tecnológica, quem sabe?, será só daqui a 20 ou 30 anos.

Estamos acompanhando a evolução dos sistemas digitais existentes no mundo – o americano, o europeu e o japonês – por meio de um grupo de trabalho da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações – SET. Os Estados Unidos e a Europa iniciaram suas transmissões em 1998; o Japão, em 2003.

As evoluções têm sido pequenas e incrementais, constatadas e testadas no laboratório do Instituto Mackenzie em São Paulo.

Isso ocorre pelas razões já mencionadas: cada sistema tem compromisso com os primeiros televisores vendidos no primeiro dia de vendas. Eles não podem implementar nenhuma alteração tecnológica que não seja compatível com os primeiros receptores, o que obviamente é um fator limitador. Esse compromisso com o passado permanecerá por 2 ou 3 décadas ou mais.

Esse fenômeno não ocorre com as tecnologias de outras mídias. O melhor exemplo é o da informática. Alguém tem um computador com 3 ou 4 anos de uso com um bom desempenho? Alguém tem algum computador com 10 anos de uso? Com certeza ele está no lixo. Outras mídias, como, por exemplo, o áudio e o som, evoluem, mas, à medida que o tempo passa, os usuários têm que descartá-las e comprar um novo.

A tecnologia digital da TV aberta deverá manter o compromisso com o passado por algumas décadas. Assim, o aspecto mais importante a ser observado na definição do sistema de televisão digital no Brasil é, sim, a tecnologia e o que ela pode oferecer de vantagens às emissoras, aos consumidores e aos fabricantes. Ou escolhemos agora a melhor tecnologia ou só daqui a 3 décadas.

É uma ilusão acharmos que as características do sistema existente vão se alterar, por tudo que já foi estudado no Brasil e testado pela SET, pelo Instituto Mackenzie e pelo INATEL. O melhor sistema de televisão digital, o mais avançado tecnologicamente é o ISDB-T adotado pelo Japão. Ainda assim, o sistema ISDB-T foi desenvolvido há 8 anos, com oportunidade de melhorias tecnológicas que estão sendo propostas por cientistas brasileiros para serem nele incorporadas.

Teremos, assim, o melhor sistema de televisão digital do mundo compatível com a televisão brasileira, uma das melhores televisões abertas do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Convido a usar a palavra o próximo orador, Dr. Marcelo Knörich Zuffo, Professor da Escola Politécnica da USP e Coordenador do Projeto de Pesquisa do Sistema Brasileiro de TV Digital, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom-dia a todos.

Apresento-me como coordenador do projeto de terminal de acesso, um dos projetos do Sistema Brasileiro de TV Digital.

Considero muito importante a posição do Brasil no que se refere à dimensão da TV digital no mundo. É

um dos poucos países que se destaca por um mercado interno de radiodifusão extremamente competitivo, e, ao mesmo tempo, por possuir uma indústria capaz de produzir mais de 12 milhões de televisores por ano. Ou seja, temos 2 mundos neste País. Daí o grande interesse não só local, mas também internacional sobre a nossa definição.

Os números são expressivos, porém estão estagnados. A transição para a TV digital não representa mera introdução de uma nova tecnologia, mas uma mudança de patamar. Isso pode dinamizar diversos setores econômicos, tanto em nossa indústria quanto em nossa radiodifusão, criando emprego, renda e, muito mais do que isso, oportunidades para este País ser ator internacional nesse segmento.

Os 3 padrões existentes pagam pelos erros do passado. O Brasil está chegando por último nessa questão. Lembrem-se de que, em tempo recorde, a universidade brasileira, a despeito da burocracia, a despeito da falta de coerência das políticas públicas e a despeito de toda perturbação política, em um prazo rigorosamente cumprido, 10 de dezembro do ano passado, entregou o Sistema Brasileiro de TV Digital.

Leva -se a vantagem do melhor que existe da tecnologia lá fora, mas não foram resolvidos os problemas desses sistemas. Hoje, temos no páreo 4 sistemas de TV digital: o japonês, o americano, o europeu e o brasileiro, que sofre, porque o Brasil não é um player internacional. O Brasil paga o preço de não ter tido políticas consistentes de inovação nas últimas 2 décadas – e toda essa vulnerabilidade hoje se apresenta.

Sempre lembro que temos de imaginar um sistema de televisão digital compatível e interoperável. Essa vai ser a única saída do Brasil para a inserção em novos mercados: atingir um volume de produção que justifique o baixo custo dessa tecnologia e o conseqüente acesso a nossa população. Essa é a única chance que temos de inserir as inovações que o Brasil propôs em uma dinâmica internacional, ganhando dividendos por causa disso e, finalmente, a dinamização do nosso atual cenário de radiodifusão, que, repito, é um dos mais competitivos e um dos mais acirrados do mundo. Há legitimidade por parte da indústria de radiodifusão nacional de se sentir ameaçada pela pressão do extraordinário poder econômico internacional.

Os estudos realizados pelas universidades nos últimos 10 meses levaram a uma única recomendação: podemos aproveitar o que há de melhor da tecnologia estrangeira, mas é fundamental inovar. Inovar na adoção da MPEG-4, para maior otimização do espectro. Como novas emissoras surgirão em um cenário de extrema saturação do nosso mercado? Inovar na robustez da modulação – o japonês é um dos melhores sistemas, mas precisa ser aprimorado. Inovar na segurança digital: diante de um cenário de inclusão. Como serão tratadas as questões de segurança digital e de privacidade do cidadão? Nenhum sistema resolve isso.

Temos de pensar como este País, que já é um player mundial na TV, seja um player ainda mais robusto nesse processo.

Nossa única saída é a integração internacional, incorporando as últimas inovações.

Antes de encerrar, ressalto que o SBTVD trouxe um domínio de conhecimento em TV digital jamais visto no País. Precisamos sair da fase de apoio e decisão e entrar rapidamente na fase de desenvolvimento. Todos nesta sala sabem da angústias que tivemos pela falta de conhecimento em TV digital. Nossa única saída é o desenvolvimento.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao próximo orador, Sr. Celso Schröder, Coordenador-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. S.Sa dispõe de 5 minutos.

O SR. CELSO SCHRÖDER – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, é decisiva a entrada do Parlamento neste debate, na medida em que pode garantir o espaço público necessário para uma decisão que terá importância histórica semelhante ao que significou o domínio da produção de aço e do petróleo na primeira metade do século XX.

Na visão do Fórum, são as definições em curso nos próximos meses que podem estabelecer uma nova plataforma industrial, assentada na microeletrônica e em uma sociedade democrática da informação, bem como assegurar a inserção autônoma da cultura, da ciência e da economia do País no cenário internacional.

Debater a digitalização das comunicações a partir de um caráter estratégico passa pelo reconhecimento de que todos os sistemas de comunicação social – e suas redes e aparatos tecnológicos – são desenvolvidos fundamentalmente para o transporte e a distribuição de conteúdo.

Como já dissemos – e falo em nome do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação –, a discussão em torno do Sistema Brasileiro de TV Digital – SBTVD não é um assunto restrito à introdução de uma nova tecnologia nos sistemas e mercados de comunicação. O que parece claro a todos neste momento não o era em 1999. Naquele momento, o debate vinha sendo dirigido a partir da ótica e dos interesses do consórcio SET/ABERT, que reunia as emissoras e os engenheiros de televisão. Acolhido pelo Governo no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações, o

processo visava criar uma situação "de fato", imprimindo uma visão tecnicista da transição na radiodifusão que viria a subordinar as decisões subseqüentes, reproduzindo, de maneira geral, a história das políticas públicas de comunicação no Brasil.

A pressa naquele momento foi freada por algumas ações. Uma delas foi a intervenção da Federação Nacional dos Jornalistas na audiência de Consulta Pública nº 291, promovida pela ANATEL, com base em liminar que garantiu direito à voz dos representantes da sociedade na reunião. Mais do que interromper a audiência, a ação da FENAJ viabilizou a reflexão e a incorporação de novos elementos ao debate.

A explicitação do dissenso em torno da elaboração da política sobre TV digital levou o Governo que saía a sustar qualquer decisão e o que entrava a planejar de forma mais abrangente a nova política para o setor. Essa cautela resultou na instituição, pelo Decreto nº 4.901, de 2003, no Serviço Brasileiro de TV Digital, pano de fundo desta Comissão Geral.

Como novidade, o SBTVD trouxe questões até então desprezadas, como a inclusão social e a diversidade cultural, estímulo à expansão da pesquisa nacional e da indústria regional, a inclusão de novos exploradores do serviço, bem como contribuiu para a convergência tecnológica e a democratização da informação.

Constituído por um espaço estatal – o Comitê de Desenvolvimento e o Grupo Gestor – e por um espaço de representação da sociedade – o Comitê Consultivo –, desde o início dos trabalhos o SBTVD continuou, no entanto, permeado pela lógica tecnicista, mesmo que contemplando em parte a questão da escolha de um padrão de transmissão e constituindo massa crítica para a construção de soluções nacionais. Destaque-se aí o importante esforço de pesquisa e desenvolvimento que os consórcios das universidades brasileiras, alguns deles aqui presentes, realizaram nos últimos 2 anos e a produção de massa crítica elaborada pela Fundação CPqD.

A análise criteriosa de todo esse trabalho e seus impactos nos mercados e sistemas de comunicação, bem como a revisão do marco regulatório que a nova realidade impõe não podem ser jogados fora por conta de um calendário definido de forma açodada e de cima para baixo, sem a participação da sociedade, inclusive da sua representação no Congresso Nacional. O FNDC, bem como outras entidades aqui presentes, não está pedindo adiamento de decisão por simples capricho político. Entendemos que o debate foi deslegitimado quando setores do Governo e das empresas de radiodifusão minaram os espaços públicos criados com o objetivo de traçar políticas democráticas para a digitalização das comunicações. Foi o caso da série de deliberações e contribuições do Comitê Consultivo do SBTVD nunca implementadas e sequer repassadas às demais instâncias do sistema. O desprezo por esses mecanismos de incidência do público sobre o privado e o estabelecimento de uma interlocução privilegiada para acomodar os interesses particulares dos radiodifusores maculou o processo. Criar condições para que o Estado e a sociedade brasileira resgatem o interesse público presente nesse tema e desencadeiem uma política coordenada de ações que busque sanar as lacunas e omissões que até agora persistem é o que nos traz a esta tribuna.

Encerrando, Sr. Presidente, gostaria de lembrar, em nome das inúmeras entidades que nos delegaram essa responsabilidade histórica, que até hoje o Governo não promoveu uma campanha de esclarecimento público de abrangência nacional no intuito de informar à população o que está em jogo e qual o custo da introdução da tecnologia digital nas comunicações, bem como suas implicações na cultura e economia do País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao Sr. Adonias Costa Silveira, Presidente da Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações – FINATEL. S.Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. ADONIAS COSTA SILVEIRA – Sr. Presidente, demais autoridades, a FINATEL, entidade mantenedora do INATEL, em Santa Rita do Sapucaí, desenvolve pesquisa em televisão digital há mais de 3 anos. Inicialmente, como não havia mercado no País, em parcerias com empresas do Vale da Eletrônica, em Santa Rita do Sapucaí, desenvolvemos equipamentos de transmissão e set-top box, visando à exportação. Por isso os equipamentos desenvolvidos e já em fase de produção para exportação foram inicialmente produzidos nos padrões americano e europeu.

Nesses anos de pesquisa, a instituição adquiriu o conhecimento de todas as tecnologias utilizadas, com uma equipe de cerca de 40 pesquisadores engenheiros, alguns da empresa consorciada. Montou um laboratório muito bem equipado e tem desenvolvido sistemas de transmissão set-top box nesses padrões que mencionados.

No âmbito do Sistema Brasileiro de TV Digital, teve oportunidade de desenvolver padrão de modulação inovador. O consórcio liderado pelo INATEL, que inclui pesquisadores da UNICAMP, do CEFET do Paraná, da Universidade de Santa Catarina e pesquisadores das empresas de Santa Rita do Sapucaí, utilizando tecnologias de última geração, produziu sistema inovador

cujas medidas e testes têm demonstrado desempenho bem superior aos outros padrões existentes.

O protótipo desse sistema inovador está em demonstração em Santa Rita do Sapucaí e pode ser instalado em qualquer local para demonstração e conhecimento.

Nós defendemos que os resultados obtidos pelos consórcios de pesquisa, cerca de 22, que usam recursos do FUNTEL, devem ser bem conhecidos, analisadas e testados antes de uma decisão sobre qual padrão de televisão digital deve ser implantado no Brasil.

Diante de nós está a oportunidade de haver no Brasil um sistema digital com melhor tecnologia, com melhor desempenho e melhor modelo para esse setor da economia nacional.

Nós não queremos reinventar a roda. Queremos obter um pneu que possa rodar 200 ou 300 mil quilômetros e que venha a derrapar menos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Convido o próximo orador, Sr. Gunnar Bedics Júnior, Coordenador da TV Digital da Universidade Presbiteriana Mackenzie. S.Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. GUNNAR BEDICS JÚNIOR – Obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores, a Universidade Presbiteriana Mackenzie, desde 1997, está envolvida nas pesquisas e nos testes tanto de laboratório quanto de campo da TV digital, com a participação de diversos grupos e entidades do País.

Nos sistemas de transmissão de TV via ar, diversos canais são colocados um ao lado do outro, para formar o que nós chamamos de banda, a banda de UHF ou de VHF.

No Brasil, cada um desses canais ocupa 6 megahertz de largura de banda. E a faixa utilizada é de 54 a 860 megahertz.

Nos sistemas analógicos, a modulação é o processo pelo qual as informações de áudio e vídeo são convertidas em sinal de radiofreqüência e transportadas pelo ar até o receptor de TV. Na TV digital, os sinais de áudio e vídeo são primeiramente convertidos em bits e *bytes* e depois convertidos, pelo modulador, em um sinal digital de radiofreqüência e transportados pelo canal, através do ar, até o receptor de TV.

Não importa qual seja a modulação adotada para o Brasil na TV digital. O receptor de TV deverá estar adequado ao legado existente, ou seja, à largura do canal, 6 megahertz, e à banda de TV – UHF e VHF. É muito importante que a modulação a ser utilizada pelo Sistema Brasileiro de TV Digital resolva os 3 problemas críticos da transmissão da TV analógica: robustez ao ruído impulsivo, que é a interferência provocada por motores ou por pequenos aparelhos eletrodomésticos, que, quando ligados, interferem na transmissão; robustez ao multipercurso, que são aquelas sombras ou fantasmas; área de cobertura, que é desvanecimento ou chuviscos.

Nos testes realizados de 1999 a 2000 pelo Mackenzie, em conjunto com a ANATEL, CPqD, SET/ABERT, foi possível avaliar nos laboratórios e no campo os diferentes tipos de modulação existentes, identificando que a melhor modulação para as características brasileiras era a modulação BST-OFDM, utilizada no sistema japonês. Em 2003, novos testes foram conduzidos pelo Mackenzie, na cidade de São Paulo, e os resultados mostraram que 56% dos domicílios residenciais com TV analógica recebem imagem com algum tipo de degradação, ou seja, imperfeição: interferência, sombra ou fantasmas, ou chuviscos.

Na TV digital, isso não poderá acontecer, porque se tem a imagem ou não. Dessa forma, se a modulação escolhida não for adequada, corre-se o risco de muitos domicílios residenciais ficarem sem recepção de TV e serem excluídos da audiência. Isso já ocorreu em outros países durante a implantação da TV digital.

Sendo assim, a modulação a ser utilizada no SBTVD deverá ser robusta o suficiente para ter o melhor desempenho frente a esses problemas existentes.

A modulação BST-OFDM, utilizada pelo sistema japonês, é uma evolução da modulação COFDM, utilizada pelo sistema europeu. E, além da robustez, tem a característica da banda segmentada, que permite a flexibilidade de diferentes tipos de serviços em um mesmo canal de 6 megahertz, como, por exemplo, um programa de alta definição e um programa para telefones móveis celulares; um programa em HDTV e um programa móvel veicular, ou um programa em HDTV e um programa em **standard definition** ou **definição standard**, ou até mesmo 4 programas em **standard definition** ou definição **standard**.

É com base nesses testes e nesses estudos, e diante da evolução histórica da tecnologia do sistema de modulação existentes, que o consórcio liderado pelo Mackenzie propôs ao Sistema Brasileiro de TV Digital o uso da modulação segmentada BST-OFDM, com a implementação de um turbo filtro chamado turbo *cold*, como a melhor modulação para o Sistema Brasileiro de TV Digital.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Convido para usar da palavra o Sr. Roberto Franco, Presidente da SET – Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações. S.Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. ROBERTO FRANCO – Sr. Presidente, senhoras e senhores, é um desafio muito grande para a SET resumir em 5 minutos toda a atividade realizada desde o final da década de 80, quando iniciou os trabalhos de pesquisa em TV digital, em conjunto com os pioneiros americanos que buscavam solução de alta definição nos Estados Unidos.

A SET, entidade sem fins lucrativos que congrega engenheiros, técnicos e operadores de empresas de produção, agregação e distribuição de conteúdo, como televisão, rádio, empresas de telecomunicação, indústria e empresas que fornecem serviços ou equipamentos para esse setor, vem estudando o assunto desde o final da década de 80. Em 1994, criou o primeiro grupo de trabalho formal, inclusive nomeado pelo próprio Ministério das Comunicações na época.

Em 2000, realizou junto com o Instituto Mackenzie, conforme citado pelo Gunnar, os testes mais profundos de comparação dos 3 sistemas, testes estes publicados com relevância e repercussão internacionais, referência para a tomada de decisão de diversos outros países.

Participou, em 2004, novamente de realização de testes junto com o Mackenzie e outras entidades para verificar a evolução dos 3 sistemas. Realizou demonstrações e participa de todos os fóruns mundiais sobre o tema, inclusive em comparação intensa com os 3 sistemas aqui mencionados: ATSC; DVB-T; ISDB. Participou da elaboração do Plano de Canalização junto à ANATEL e participou do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de TV Digital.

A SET, em todos esses trabalhos, sempre teve como preocupação entender o modelo da televisão brasileira e buscar a melhor solução tecnológica capaz de amplificar o sucesso desse modelo, único no mundo inteiro, que tem de ofertar a TV de forma gratuita, livre e direta – poucas vezes foi citada a palavra direta – a mais de 97% da população, num país com dimensões continentais. Daí a tão falada robustez, citada pelo Gunnar, a importância da robustez num País como o Brasil, em que mais de 80% da população têm como única fonte de recepção de televisão e entretenimento a direta do ar, tendo apenas 10% da população acesso ao cabo e ao satélite, ao contrário de outros países, como os Estados Unidos, em que apenas 20% da população recebem diretamente do ar o sinal principal.

Com esse trabalho, a SET buscou a solução que melhor oferecesse robustez, garantindo ao telespectador a mesma facilidade encontrada hoje para receber a TV analógica e que ele possa, através da sua antena interna ou externa, obter os sinais com estabilidade, com qualidade em sua residência, ainda mais que, no caso da digital, como citou Gunnar, tem-se ou não sinal.

Assim como foi citado pelos oradores Pizani e José Marcelo, que me antecederam, a televisão brasileira necessita de flexibilidade para se manter competitiva no cenário em que outras mídias ofertam conteúdos de alta qualidade, de alta capacidade e também serviços novos e importados que em breve serão ofertados através de outras redes. Apenas a TV gratuita, ofertada de forma livre e direta a toda a população, é que estaria fora desse novo modelo de competição, não podendo ofertar seus conteúdos, tão desejados pelo público, no momento em que ele está fora de casa.

Não vou comparar os 3 padrões, até porque o Gunnar falou de maneira muito objetiva. Apenas vou relembrar que o plano de canalização feito pela ANATEL, em que a SET participou ativamente, já garante canais suficientes para a migração. As recomendações da SET encaminhadas ao Comitê de Desenvolvimento são a adoção do sistema de modulação do ISDB-T, com atualização do MPEG4-AVC, conforme proposto pela USP, e inclusão do middleware brasileiro, brilhante trabalho feito pela Universidade da Paraíba e outras entidades consorciadas. Esse trabalho respeita a harmonização internacional, tornando o middleware brasileiro harmonizado com todos os sistemas internacionais, agregando ferramentas para o Brasil de forma a atender às necessidades dos nossos telespectadores.

Recomendamos também a continuidade dos trabalhos dos centros de pesquisa que geraram conhecimento de valor imenso, capacitação jamais vista no País, principalmente no setor de televisão.

Além disso, menciono a participação do Brasil no fórum ISDB-T como condição de adoção dessa tecnologia, o estabelecimento de programas de desenvolvimento tecnológico para reforçar a indústria nacional, a negociação de royalties não-discriminatórios e a autorização para as concessionárias iniciarem a migração para a TV digital o mais rápido possível, de forma a garantir a sobrevivência e a força de competição que sempre tiveram.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Neste momento, assistiremos ao vídeo sobre a TV digital elaborado pela *TV Câmara*.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Dando continuidade à audiência, convido a fazer uso da palavra o Sr. João Antônio Zuffo, da Escola Técnica da USP.

O SR. JOÃO ANTÔNIO ZUFFO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, coordenamos o Laboratório de

Sistemas Integráveis da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, onde temos cerca de 450 pesquisadores e 50 doutores. Trabalhamos desde a área de microeletrônica até a área de desenvolvimento de supercomputadores.

Estamos frente à maior revolução da história da humanidade dos próximos 30 anos e preocupa-me o complexo de inferioridade atávico que a sociedade brasileira tem em relação aos estrangeiros.

Sr. Presidente, em função do pouco tempo, tentarei resumir o assunto, apresentando-o de forma quase telegráfica.

Peguemos um exemplo: uma memória flash de 1 giga ou 1 bilhão de bytes. Já existem memórias desse tipo de 4 bilhões de bytes, o que equivale a um DVD. Até 2020 teremos memórias de 1 trilhão de bytes em um elemento desse tipo.

Na microeletrônica, até pouco tempo, esperava-se aquele aparelho para 2020, mas parece que até 2025 vai ser possível um sistema desse tipo que contenha todo o conteúdo da biblioteca do Congresso americano. Vejam a rapidez.

Um outro exemplo: uma fotografia de uma lâmina de silício moderno em uma fábrica moderna. Os supercomputadores, até 2010, devem atingir uma capacidade de processamento equivalente à do cérebro humano. Em 2020, o próprio microcomputador vai atingir a capacidade de processamento do cérebro humano. Tanto assim é que um professor disse-me o seguinte: "*O pessoal está procurando vida alienígena no espaço exterior quando deveria sentar na sua mesa e olhar para o seu micro*."

A base mundial de computadores, tendo em conta a convergência tecnológica de todos os elementos, está chegando a 1,5 bilhão de elementos. Os *chips* individuais são de ordem 100 vezes maior do que isso, de forma que, daqui por diante, vamos viver em um mundo superconectado. Hoje já existe conexão entre os Estados Unidos e a Europa por meio de 4 fibras ópticas com capacidade de comunicação de 3,2 trilhões de bits por segundo. Com essa capacidade de comunicação, essas fibras óticas dariam para conter 1,6 milhão de canais de alta definição em ambos os sentidos.

Eu queria chamar a atenção dos senhores para a rapidez do desenvolvimento. A microeletrônica se desenvolve 45% ao ano; a infra-estrutura das telecomunicações, 78% ao ano. Os processadores dobram de potência todo o ano, crescem mil vezes a cada 10 anos. A Internet, 250 vezes. O ponto de estrangulamento está no desenvolvimento de *software*, que cresce apenas 4%. Acrescentaria a isso o desenvolvimento e o conteúdo – acho que o emprego do futuro é o emprego do conteúdo. Some-se a isso a violenta queda de custos ligada aos processos de microeletrônica, que agora está sendo difundida para toda a sociedade. Uma memória de 1 **megabyte** custava, por volta de 1960, 1 milhão de dólares. Hoje, custa um décimo de centésimo de dólar. Vai custar muito menos no futuro – tenho aqui um gráfico.

Mais uma vez, chamo a atenção para esse desenvolvimento. O MPEG-4 e seus desdobramentos, como o H-264 – vou chamá-lo de "x" – em futuro próximo, poderão proporcionar taxas de compressão bastante superiores às atuais. Diante disso, não convém utilizar sistema antigo. Sistemas que utilizem MPEG-2, por exemplo, eu não adotaria. Acho inviável adotar sistemas desse tipo. Os novos sistemas, como o Wi-Max, vão proporcionar um número imenso de comunicações. E vamos ter uma série de TVs, além de TVs com grande interatividade. Por exemplo: TV de 360 graus, TV háptica, TV com possibilidade de escolha do processador, da câmera que se deseja assistir, TV com realidade aumentada e TV tridimensional holográfica.

Enfim , essas são as evoluções que estamos esperando para os próximos anos.

Concluindo, posso dizer que a evolução tecnológica é um processo cuja velocidade cresce exponencialmente e os custos decrescem correspondentemente. Não devemos escolher tecnologias defasadas que nos levem a um beco sem saída de evolução tecnológica, como o caso dos terminais ou das turbinas.

Dentro dos leques de tecnologia, é possível obter compatibilidade com todo o sistema existente, atendendo todas as necessidades nacionais. Foi isso o que fez a SBTV: uma ponte entre todos esses sistemas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao Sr. Roberto Wagner, Presidente da ABRATEL, Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações.

Passo a presidência ao nobre Deputado Walter Pinheiro.

O SR. ROBERTO WAGNER – Sr. Presidente, Deputado Walter Pinheiro, Sr. José Inácio Pizani, da ABERT, falo em nome da ABRATEL e como um dos representantes da sociedade civil no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

No Conselho, há mais de um ano, temos instalada a Comissão de TV Digital, onde temos debatido a respeito de um nó constitucional. O Capítulo V da Constituição Federal, Deputado Walter Pinheiro, V.Exa. que tem especial atenção nesse assunto, diz que a transmissão de conteúdo é privativa das empresas de radiodifusão. Foi uma proteção que o Constituinte de 1988 deu às empresas nacionais de TV aberta.

Sr. Presidente aqui fez-se referência à vinda de novas tecnologias, sobretudo no âmbito das TVs pagas. No tocante à TV por satélite, o Sr. Murdoch, um sujeito fantástico, está tentando para o Brasil, aquilo que ele conseguiu nos Estados Unidos, a união da **Sky** com a **Direct** *TV*. Isso reuniria mais de 85% da base de assinantes numa só empresa. Na TV a cabo, o mexicano, Carlos Slim, também um empresário do mais absoluto respeito, associando-se à NET, busca prevalência no serviço de TV paga via cabo. Essa é uma forte preocupação das empresas brasileiras de televisão aberta.

Sr. Presidente, no nosso entendimento, a decisão sobre a TV digital não é do Governo, nem empresarial ou tecnológica, mas do Estado. Assim, é preciso que alguns parâmetros sejam observados e respeitados. Esta é a razão pela qual ficamos muito felizes quando o Presidente Aldo Rebelo trouxe para o Congresso Nacional o exame da decisão final sobre o modelo de TV digital que iremos adotar proximamente.

Sendo de Estado a decisão sobre a TV digital, é preciso verificar quais são os interesses maiores do País, do povo brasileiro, relativos à inclusão digital e a conseqüente inclusão social. A decisão também tem de verificar os interesses das empresas brasileiras de radiodifusão. Não é possível que um país civilizado abra mão de defender aquilo que tem de mais valioso, o poder decisório e decisivo sobre a comunicação social.

As questões do conteúdo e de a TV digital nascer e permanecer aberta são pontos fundamentais defendidos pela ABRATEL. Mais ainda, ela defende que os interesses do Sistema de Radiodifusão Aberto no País, Srs. Deputados, seja prevalente na decisão.

Não é possível prevalecerem tão-somente as questões técnica e financeira. É fundamental que o interesse do País, da sua população e das empresas nacionais seja colocado num ponto estratégico. A decisão não pode virar as costas para as empresas brasileiras de radiodifusão abertas nem para os maiores interesses do nosso povo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Agradecemos ao Dr. Roberto Wagner a participação.

O Sr. Simão Sessim, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Walter Pinheiro, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Convidamos a fazer uso da palavra o Sr. Fernando Henrique Chagas, Presidente da Associação Baiana de Empresas de Rádio e Televisão. S.Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CHAGAS – Sr. Presidente, Deputado Walter Pinheiro, nobre Deputado Colbert Martins, senhoras e senhores, agradeço a oportunidade oferecida à Associação Baiana de Empresas de Rádio e Televisão – ABART, que representa cerca de 200 emissoras, de vir manifestar-se sobre a TV digital.

Todos sabemos que a TV aberta cumpre papel essencial na manutenção da integração nacional, na difusão de valores, na educação moral e cívica, sem que meçam esforços e investimentos os empresários do setor para o seu aperfeiçoamento.

Em um país das dimensões do Brasil, levamos a todos, com as cores regionais, informação, educação, alegria e emoção de forma livre, interativa e, o mais importante, gratuita.

É exatamente a TV aberta que leva alento a todos os rincões e sempre contribuiu voluntariamente com programas e ações governamentais e sociais, permitindo assim verdadeiro exercício de cidadania.

A TV aberta precisa evoluir e atualizar-se para oferecer aos brasileiros, de forma gratuita, o que de melhor existe disponível em tecnologia. E não é justo que se negue esse direito ou se atrase mais essa tomada de decisão, que irá beneficiar o setor e, sobretudo, a sociedade.

Poder contar com uma infinidade de novos serviços e aplicativos, que serão ofertados livre e gratuitamente, por certo permitirá um enorme salto no processo de desenvolvimento regional e nacional.

Evidentemente, a implantação da tecnologia digital dependerá de importantes investimentos dos empresários do setor e aos mesmos deverá ser dado o direito de escolha.

O sistema japonês, o mais recentemente desenvolvido, incorporou todas as facilidades e suprimiu as deficiências dos anteriores, constituindo-se na melhor opção para o Brasil. É o único que incorpora a possibilidade de que todos os serviços e aplicativos sejam oferecidos ao telespectador, livre e gratuitamente, pelo mesmo canal e pela mesma geradora.

Alta definição, definição padrão, mobilidade, portabilidade e interatividade poderão ser oferecidas ao mesmo tempo a todos em um único canal e de forma gratuita.

A escolha do sistema japonês representa a diferença entre receber televisão aberta gratuita via celular ou minitelevisores, sem ter de pagar nada por isso, ou, então, se for adotado outro sistema, ter de pagar por esses serviços, o que com certeza não iria agradar à maioria dos brasileiros.

Nós, empresários de radiodifusão, esperamos que seja escolhido para o nosso País o sistema mais eficiente e que atenda aos interesses dos empresários que investem no setor. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Concedo a palavra ao Sr. Ivan Feitosa, Presidente da Associação das Empresas de Radiodifusão de Pernambuco, que disporá de até 5 minutos.

O SR. IVAN FEITOSA – Sr. Presidente, Deputado Walter Pinheiro, companheiros de radiodifusão, em nome da Associação das Empresas de Radiodifusão de Pernambuco – ASSERPE e de 11 emissoras de televisão e 90 emissoras de rádio agradeço à Casa a oportunidade de expressar-me neste momento tão decisivo para o nosso setor.

É com enorme apreensão que temos acompanhado os debates travados sobre o tema *TV Digital* e também com grande orgulho na medida do interesse que desperta nossa atividade.

Há muito tempo sabemos que o brasileiro é apaixonado por sua televisão, a despeito de todas as críticas que temos recebido. Talvez nenhum outro veículo de comunicação esteja tão próximo do cidadão quanto o rádio e a televisão. Parece ser um bom sinal, um julgamento positivo daqueles a quem nos dirigimos todos os dias, informando, emocionando, mobilizando, apoiando, prestando adequadas informações políticas e eleitorais a cada colégio eleitoral, livre e gratuitamente.

E tudo isso com tecnologia analógica. Aliás, os últimos dos analógicos. É chegada a hora de evoluirmos, pois disso depende nosso futuro. Precisamos passar a transmitir nossos sinais com tecnologia digital, concomitantemente às transmissões analógicas.

Precisamos continuar a prestar os serviços atuais com excelência e outros novos que agregarão enorme valor a nossa atividade, porque, livre e gratuitamente, estreitarão ainda mais os laços que nos unem a cada brasileiro.

Estamos prontos para continuar a cumprir com a nossa vocação e precisamos que nossas autoridades tomem e ratifiquem a melhor decisão. Uma solução que já conhecemos, que já foi testada e que comprovadamente melhor atenderá ao País.

Entre os 3 sistemas desenvolvidos no mundo apenas o sistema japonês suporta, simultaneamente e no mesmo canal, todos os aplicativos e serviços propostos pelo Sistema Brasileiro de Televisão Digital. E suporta também que sejam incorporadas inovações e facilidades que surgiram no decorrer das pesquisas realizadas por dezenas de instituições brasileiras.

O segmento precisa e solicita que se tome a melhor decisão. Aquela que conferirá enorme flexibilidade operacional, com excelência de qualidade, na oferta de cada serviço e aplicativos a todos, em qualquer lugar, livre e gratuitamente.

O sistema japonês é o que melhor atende a essa demanda e o segmento de radiodifusão espera e precisa que seja adotado com urgência, pois, a cada dia, mais defasada ficará a TV aberta e gratuita em relação aos serviços de telecomunicações.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento esta Casa, o Presidente da Câmara dos Deputados e o grupo de Parlamentares que se interessam pela matéria, como V.Exa.

Estou há uma hora mais ou menos ouvindo os discursos dos convidados. Faço esta intervenção para tentar dar um outro ritmo à sessão, pois percebo que os convidados vieram tentar dar aos Parlamentares uma noção daquilo que, para nós todos, ainda é a grande dúvida, porque é tratado praticamente pelo Executivo.

Se V.Exa. pudesse fazer um ordenamento que nos permitisse debater essa questão – o que seria muito mais produtivo para esta sessão – com os membros da Academia, aqueles que promoveram as pesquisas, com entes das emissoras de televisão, com as operadoras de telefonia celular e com os produtores de equipamentos, teríamos melhor noção daquilo que é na realidade esse grande negócio. Não se trata simplesmente de tecnologia, mas de um negócio que envolve bilhões e bilhões de dólares. Se pudéssemos nos utilizar desse formato de debate, ganharíamos muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Deputado Pauderney Avelino, V.Exa. tem uma preocupação correta. Também estou preocupado com o tempo, porque o número de inscritos chega a quase 40 pessoas, entre representantes e Parlamentares.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – As pessoas que aqui estão vão falar praticamente a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Não posso antever isso, nobre Deputado.

Peço aos Srs. Parlamentares que dêem seqüência à sessão. O formato da Comissão Geral permite que os convidados apresentem suas idéias e que os Deputados inscritos façam uso da palavra. Inclusive, teremos a oportunidade de participar de um debate no formato que V.Exa. defende, programado por esta Casa, para realizar-se no mês de março, ocasião em que poderemos debater o assunto. O objetivo desta

sessão é exatamente ouvirmos a impressão, a sugestão e a visão de todos os setores. Por esse motivo, a Mesa Diretora acatou todas as indicações.

É melhor darmos continuidade à sessão, ouvirmos os inscritos, e, na seqüência, os Deputados.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, vou colaborar com V.Exa. Está correto o procedimento. Seminário maior já está programado para o mês de março, que poderá tratar da abrangência do debate. O assunto está apenas começando para nós, inclusive para mim que estou iniciando no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Então queria que V.Exa. cooperasse.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA – Sr. Presidente, respeito o raciocínio do nobre Parlamentar Pauderney Avelino, mas S.Exa. há de convir que tudo que está sendo dito tem bastante embasamento técnico e é de profunda importância para nós, que somos um tanto quanto leigos – não no caso de V.Exa., que é um especialista no assunto.

Tudo que está sendo dito pelos convidados é de fundamental importância para esclarecermos assuntos de grande importância técnica e darmos a nossa colaboração para este grande processo de avanço na modernidade no mundo da tecnologia digital.

Nossos convidados estão de parabéns. Tudo que está sendo dito está sendo bastante aproveitado por todos nós Parlamentares e por todos os que assistem à *TV Câmara.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Srs. Deputados, não fica bem concedermos a palavra para alguns falarem, sendo que há outros inscritos. Assim que os convidados encerrarem suas exposições, ouviremos os Deputados inscritos.

Lembro ainda que temos de encerrar nossos trabalhos antes das 14 horas, pois haverá sessão da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Paulo Ricardo Tonet de Camargo, representante da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão, e que disporá de 5 minutos.

O SR. PAULO RICARDO TONET DE CAMARGO – Sr. Presidente, Deputado Walter Pinheiro, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, a posição da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão – AGERT em relação ao tema *TV Digital* vem na seqüência daquilo que disseram muitos que antes de mim aqui se pronunciaram, mas alguns pontos merecem ser ressaltados, como a questão da TV aberta e gratuita existente hoje no Brasil, que exerce e exerceu papel importante na integração nacional.

Já tive oportunidade de dizer em algumas outras reuniões nesta Casa, eminente Deputado Walter Pinheiro, que venho de uma região cercada de fronteiras com países de língua hispânica. Até a década de 70, os sinais de televisão acessíveis a essas cidades de fronteira brasileiras eram de televisão do Uruguai e da Argentina. Lembro-me do meu próprio caso. Sou de família da fronteira, onde as pessoas, inclusive na escola, tinham tendência à língua espanhola. Nós, uma ilha da língua de Camões no continente de Cervantes, ficávamos bombardeados com a cultura dos nossos irmãos do Rio da Prata.

A verdade é que, paulatinamente e com investimento privado das empresas de televisão, o sinal da televisão brasileira chegou até as fronteiras do Brasil, fazendo com que essa integração fosse uma realidade.

O modelo de televisão hoje existente é aberto e gratuito, de livre recepção por todos os brasileiros, sem qualquer restrição, impedimento, tarifa e sem qualquer porém tecnológico ou legal. Ele deve ser buscado e mantido nessa migração que fazemos para a tecnologia digital.

A TV aberta e gratuita, como se coloca, tem uma diferenciação regulatória de outras tecnologias que podem aportar conteúdo, que podem levar programação à casa dos brasileiros, neste caso, paga em muito ou em pouca escala. Digo isso porque o rádio e a televisão e os jornais no Brasil são regrados, disciplinados pela Constituição Federal, tanto no que diz respeito à sua composição acionária como às suas obrigações em relação ao Estado.

A pergunta que se deve fazer é se os Constituintes reunidos nesta Casa, quando estabeleceram essas restrições, aliás, modificadas recentemente, permitindo pessoa jurídica e apenas 30% de capital estrangeiro, tinham em vista uma plataforma tecnológica ou o conteúdo que essa plataforma podia fazer chegar gratuita, sem restrição, à casa de cada brasileiro. Essa é a diferença legal que vem de uma oportunidade tecnológica que existia então. Hoje quando se fala muito em telecomunicações e convergência, temos um óbice natural, que se dá a uma questão constitucional posta, que apenas esta Casa pode eventualmente resolver.

Cada emissora de televisão aberta e gratuita deste País, para funcionar e para continuar funcionando, depende de tempos em tempos da aquiescência desta

Casa e do Senado Federal, o que é muito importante, o que é necessário e é o que defendemos, por causa da posição estratégia do conteúdo brasileiro gerado por brasileiros e para brasileiros e que chega gratuitamente de forma aberta e sem óbice à casa de cada um.

Sr . Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos que este modelo de televisão aberta e gratuita prossiga e que os brasileiros continuem a receber os sinais de televisão gratuitamente e com qualidade, para que ricos e pobres tenham o mesmo direito ao entretenimento e à informação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o próximo orador, Sr. Gustavo Gindre, Conselheiro do Coletivo Intervozes e Coordenador-Geral do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura. S.Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. GUSTAVO GINDRE – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, demais presentes, foi com muita satisfação que aceitei o convite para falar em nome do Coletivo Intervozes sobre tema fundamental para a democracia brasileira: o futuro de nossa televisão.

O debate sobre o sistema tecnológico a ser empregado na TV digital brasileira, que atualmente galvaniza as atenções, é fundamental para a construção de uma política industrial e para o nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Contudo, existem outras questões que também precisam fazer parte do debate sobre o Sistema Brasileiro de TV Digital e que são até mais importantes do que a escolha do sistema tecnológico. Trata-se, em primeiro lugar, da multiplicação do número de canais de TV.

No espaço onde hoje trafega um único canal, podemos colocar até mais de 4 programações diferentes. E aqui precisamos resolver se o Brasil pretende deixar esse novo bem público nas mãos do oligopólio de mídia, que há anos controla as comunicações no País ou se pretende realmente democratizar a comunicação, estimulando a diversidade cultural e regional, a produção independente, permitindo o acesso aos meios por parte dos movimentos sociais e das minorias.

Em segundo lugar, trata-se de garantir a isonomia entre as diversas operações, sejam elas comerciais, sejam estatais, sejam públicas, evitando que o poderio tecnológico de uma única emissora se abata sobre as demais.

Em terceiro lugar, trata-se do uso que queremos dar à interatividade que será acrescentada à TV digital.

Podemos usar esse potencial, de um lado, para levar *e-mail* a todos os aparelhos de TV neste País, para a criação de uma rede nacional de educação à distância, para telemedicina e para que o cidadão comum tenha acesso aos serviços de governo eletrônico – que hoje apenas estão disponíveis na Internet –, realizando o maior projeto de inclusão digital do mundo, ou podemos usar a interatividade para escolher quem vai para o paredão ou para comprar o vestido da mocinha da novela.

O que nos parece mais relevante?

Todas essas modificações em nossa TV, porém, não são contempladas pela atual legislação que regula a radiodifusão brasileira e que data do distante ano de 1962. Introduzir a TV digital sem uma nova legislação é estar sujeito a diversos questionamentos judiciais. E aproveito para informar que esse será o caminho que o Coletivo Intervozes adotará caso o interesse público não seja respeitado.

Devemos fazer como os Estados Unidos, os países da União Européia, o Japão e a Índia, entre outros, que mudaram sua legislação antes de introduzir a TV digital. Esse é o caminho do bom senso e, apesar de parecer mais longo, pode acabar evitando uma enorme batalha posterior a respeito da legalidade desse processo.

Escolher uma tecnologia antes da definição de uma nova legislação – como quer o atual Ministro das Comunicações – é inverter o devido processo político, porque, como sabem até os mais ingênuos, não existe tecnologia neutra e a sua escolha acabará condicionando certos usos, tendo o efeito, de fato, consumado para a definição das políticas subseqüentes.

Por tudo isso, devemos nos concentrar, neste momento, não na definição de um sistema tecnológico, mas sim no debate com a sociedade civil sobre o futuro papel econômico, social, cultural e político que terá a TV digital e quais as suas conseqüências para a construção da democracia brasileira.

Não queremos retardar a decisão. Muito pelo contrário. Achamos fundamental que ela seja tomada, mas não vemos sentido em tomar uma decisão dessa magnitude de forma açodada e premida pelo pueril motivo de garantir que meia dúzia de brasileiros abastados possam assistir à Copa do Mundo em aparelhos digitais.

E é justamente esse debate que tem sido sonegado pelo Ministério das Comunicações. O Conselho Consultivo, responsável por – entre aspas – "*propor ações e diretrizes fundamentais ao Sistema Brasileiro de TV Digital",* sofreu um processo de esvaziamento político e terminou sem produzir um único relatório.

Solicitamos audiência com o Sr. Ministro, mas nem resposta tivemos. Não foi realizada uma única audiência pública sobre o futuro da TV, presente em cerca de 95% dos lares brasileiros. Enquanto isso, o

Ministro Hélio Costa se reúne a portas fechadas com algumas emissoras privadas.

Devido à gravidade e importância do tema, solicitamos aos Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que incluam o Congresso Nacional, a Casa do povo, neste debate. Façam reuniões, escutem os diversos atores envolvidos neste processo, conversem com empresários, mas também com a sociedade civil, e elaborem nova legislação para a radiodifusão brasileira, antes da definição açodada de uma tecnologia que pode atender ao interesse de apenas um único grupo empresarial.

Por fim, gostaria de frisar que não vamos nos calar, que não consideramos esta uma batalha perdida e que vamos lutar até o fim, até mesmo na Justiça, por uma TV democrática e inclusiva.

Mais uma vez, obrigado, em nome do Coletivo Intervozes, pela oportunidade de falar aos senhores e as senhoras.

Entregarei à Mesa estudo que fizemos sobre todos esses aspectos: inclusão digital, multiplicação dos canais, democratização da comunicação e também sobre o que realmente está por trás do debate a respeito da TV digital no Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Sérgio Miletto. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Sr. Ricardo Lopes de Queiroz.

O SR. RICARDO LOPES DE QUEIROZ – Saudações a todos. Agradeço imensamente à Câmara dos Deputados a oportunidade de participar deste debate. Vou tentar ser tão breve quanto possível.

Quando falamos de televisão digital, não nos referimos a televisores digitais, mas à transmissão digital. Na realidade, o meio de transmissão utilizará bits em vez de formas de ondas analógicas. Nesse contexto, já existe televisão digital. Há sistemas como a Sky e a Net digital, que transmitem bits via cabo ou via satélite.

O que está em discussão é a decisão sobre o que fazer para realizar a transmissão digital broadcast, que é a transmissão aberta, ou terrestre, como a que os senhores conhecem hoje pela televisão.

São as antenas que ficam na torre de TV que hoje transmitem os dados para televisor. No sistema digital, os dados chegam de forma totalmente independente, por isso é necessário que se estabeleça uma padronização.

Nos casos da Sky e da Net não é preciso essa padronização, porque quem faz a transmissão controla o receptor. E a discussão do modelo tem de ser cuidadosa, porque, uma vez escolhido, amarra-se o receptor para sempre àquele transmissor.

Existem 3 componentes importantes na transmissão da televisão digital. O primeiro é a codificação do sinal de vídeo – como pego uma imagem e a transformo em bits; o segundo, a transmissão – como pego esses bits e os transmito para a casa dos usuários, o que envolve modulação e uma série de outras coisas, e, terceiro, todo o pacote de serviços, que inclui a interatividade e vários outros que podem ser ofertados.

É importante saber que esses 3 padrões são mais ou menos distintos. Dessa forma, podemos pegar um padrão de uma nacionalidade e outro de outro país. Eles não vêm amarrados num pacote só. O europeu, o americano e o japonês têm padrões próprios, e cada um deles têm subpadrões, vamos dizer assim, para transmissão, codificação e serviços.

Se adotarmos um padrão completo de um país qualquer, ficaremos amarrados às suas caixas-pretas. Poderíamos inclusive importar essas caixas e já começar a utilizá-las sem problemas. A vantagem disso é que sai barato, mas há um detalhe: isso não vai atender às necessidades de um país vasto como o Brasil.

Alguma coisa teremos de mudar, nem que seja para a interatividade, nem que seja para melhorar esses padrões, porque o maior problema é o fato de que esses padrões são mais antigos. Os americanos, os europeus e os japoneses usam um padrão antiquado, chamado MPEG-2, algo totalmente ultrapassado. Tanto o MPEG-2 quanto o MPEG-4 pertencem ao passado.

Existe agora um novo padrão, muito melhor, conhecido como H264 que está começando a ser utilizado, por exemplo, na França. A Dish Network, uma das maiores empresas de satélites dos Estados Unidos, está tirando todos os decodificadores MPEG-2 e os trocando pelo H264.

Temos agora , por exemplo, a oportunidade de promover mudança. E, nesse caso, entendo que a adoção de padrão já considerado ultrapassado é um desserviço à Nação.

Sr. Presidente, precisamos discutir melhor o assunto. Na realidade, o mais importante é a utilização de padrão desenvolvido por nós mesmos, no Brasil. Podemos utilizar componentes de um e de outro sistema e o que há de melhor no País, em vez de nos submetermos a um pacote fechado.

A meu ver, se isso for feito e se houver melhor elaboração desse projeto, poderemos desenvolver um padrão que seja até superior e talvez mais barato que o dos competidores.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Passo a palavra ao Sr. Maurício Mugnaini, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática, FENAINFO. S.Sa. disporá de 5 minutos.

O SR. MAURÍCIO MUGNAINI – Sr. Presidente, Deputado Walter Pinheiro, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, agradeço ao Deputado Luiz Carlos Hauly a intervenção, que nos deu muita clareza a respeito do significado deste momento no plenário da Câmara dos Deputados. E a melhor notícia que ouvimos foi a de que o debate está apenas iniciando.

Deixou-me também muito feliz a intervenção do professor e pesquisador da Universidade de Campinas, que esclareceu que já temos domínio suficiente para desenvolver um padrão tecnológico para a TV digital eminentemente brasileiro.

Pelo que se vê das exposições dos demais painelistas e debatedores, são 3 limitados, senão acanhados, padrões estrangeiros concorrendo na mesma faixa.

A Federação Nacional das Empresas de Informática, que representa mais de 50 mil empresas de software e de serviços de informática no País, tem especial interesse nessa questão, especificamente pelo grande mercado que gera oportunidades para a nossa categoria, eminentemente empresas brasileiras de micro e pequeno portes.

Essas oportunidades, evidentemente, incluem-se no campo da exploração da interatividade que a TV digital vai permitir, do midware que as geradoras e repetidoras haverão de requerer e contratar, além das amplas possibilidades de inclusão social por meio da inclusão digital massificada – e isso, sabidamente, interessa a todas as nossas empresas.

Esse possível mercado de muitos bilhões de dólares ou reais, que vem lastreado e representado pela utilização da televisão em mais de 93% dos lares brasileiros, deu-nos demonstração muito clara das suas potencialidades na semana que passou, quando 29 milhões de telespectadores gastaram, numa única noite, 8 milhões e 700 mil reais para expulsar um participante de um **reality show**. Por mais perverso que possa parecer para a combalida economia dessas pessoas, isso nos dá a clara noção do que representa o poder da TV aberta neste País.

Ao inaugurar o novo sistema de transmissão e modulação, as empresas de comunicação serão demandantes exaustivas das nossas tecnologias de informação e comunicação.

Nesse momento, com a definição equivocada por um padrão tecnológico que nos submeta ao uso do conhecimento mediante pagamento de royalties quase vitalícios – no campo da informática já estendemos o prazo para 50 anos e continuamos pagando royalties –, isso talvez condene o próprio desenvolvimento da indústria nacional de comunicação televisiva, mundialmente reconhecida pela qualidade dos seus serviços e do seu conteúdo.

Assistimos, na área de informática, à derrocada daquilo que se chamou equivocadamente de reserva de mercado, por incompreendida e mal administrada no início dos anos 80. Hoje, assistimos ao ressurgimento da indústria nacional, que lidera as vendas de microcomputadores no País.

Assistimos, no final dos anos 80, à morte prematura da florescente indústria de software nacional de prateleira, por meio de canetada muito rápida nos vetos à Lei nº 7.646, a primeira lei de software do País. Assistimos igualmente à ida por água abaixo de muitos dos investimentos em pesquisa tecnológica em comunicações, a partir do processo de privatização majoritariamente dominado pelas companhias estrangeiras nos anos 90.

Dessa forma, parece-nos que, nos anos 2000, a indústria de comunicação brasileira encontra-se em grande dicotomia: aliar-se aos padrões internacionais ou determinar uma dependência tecnológica pelos próximos 30 anos.

O momento para este debate na Câmara dos Deputados é absolutamente oportuno. Trazer o assunto para o Congresso Nacional é essencial. No nosso convívio nos últimos anos nesta Casa, temos reconhecido o brio e a dignidade das Sras. e dos Srs. Deputados, a honradez e a hombridade de muitos Parlamentares que conosco interagem.

E é em S.Exas. que me inspiro para propor ao Sr. Ministro Hélio Costa que permaneça no Ministério; que gaste este ano de 2006 na necessária ampliação deste debate; que defenda seu candidato nas eleições de 2006, para – quem sabe? –, em 2007, com S.Exa. ainda no Ministério, compreendamos as razões de suas convicções. Hoje o Ministro não nos dá nenhuma clareza.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Antônio Leonel da Luz, Diretor de Tecnologia da Organização Jaime Câmara – *TV Anhanguera*, e que disporá de até 5 minutos na tribuna.

O SR. ANTÔNIO LEONEL DA LUZ – Bom-dia, Sras. e Srs. Deputados, amigos da radiodifusão.

Falo em nome da Organização Jaime Câmara – *TV Anhanguera*, uma rede regional que cobre os Estados de Goiás e Tocantins e que, nesse processo de escolha do padrão de TV digital, tem tido preocupações relativas à implementação desses sistemas, ao tipo de serviço que prestará à população e ao tipo de serviço que implementará em sua própria casa,

para transmitir serviço com qualidade, robustez, mobilidade, mantida a tradição da televisão brasileira de prestação de serviço gratuito de qualidade para toda a população.

O processo decisório passa por uma série de parâmetros. Nossa preocupação maior é dedicada à qualidade do sistema e ao volume de investimentos que vamos ter de fazer para a implantação desse sistema.

Hoje, quando se discute o padrão digital que será adotado no Brasil, temos de mencionar que, nas próprias televisões, uma série de iniciativas terá de ser tomada para que isso se realize. Então, toda a produção de TV vai ter de passar também por uma fase de adaptação a esse novo sistema, qualquer que seja ele, porque esperamos que no Brasil tenhamos televisão de alta definição. E isso vai aumentar de maneira muito forte nossa competitividade no âmbito internacional e a nossa capacidade de produção local. Também proporcionará o reconhecimento pelos outros países do desenvolvimento de nossas próprias tecnologias e vai aumentar violentamente a capacidade do nosso pessoal de produção de desenvolver não somente conteúdos de alta qualidade, porque isso nós já fazemos, mas de alta qualidade que chegue ao público e que lhe dê a possibilidade de interagir.

Então, não se trata simplesmente de incluir essas ferramentas num sistema, mas também de criar na própria emissora de televisão as ferramentas necessárias para que isso seja desenvolvido.

Portanto, teremos uma série de desafios, que não se restringem simplesmente à cobertura e à qualidade. Temos de também gerar conhecimento nas emissoras e nos centros de pesquisa e desenvolvimento que possam nos auxiliar. Daí minha fala em defesa de um padrão que preserve a televisão aberta, que não seja vinculado a pagamento por qualquer tipo de serviço que venha a ser colocado à disposição do público.

Diante dos padrões mencionados – japonês, americano e europeu –, sabemos que, de acordo com as características e necessidades brasileiras, o padrão japonês é o que nos atende plenamente. Porém, podemos melhorá-lo. Assim, falo também em defesa das instituições de pesquisa e desenvolvimento que trabalharam nos últimos anos para definir a melhor solução para o País.

A nossa intenção é apoiar essas empresas, companhias e centros de pesquisa e desenvolvimento de universidades, para que dêem continuidade a esse desenvolvimento e possamos, no final das contas, desenvolver nossa tecnologia, nossa indústria e nossa capacidade de produção, não somente para o Brasil, mas também para todo o mundo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o jornalista Ethevaldo Siqueira e, em seguida, o Sr. Gulliver Augusto. S.Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. ETHEVALDO SIQUEIRA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que tenho grande satisfação em estar nesta Casa, especialmente porque a Mesa está sendo presidida por um Deputado amigo e batalhador da causa das telecomunicações no País. Sinto também grande alegria porque é a primeira vez que falo da tribuna da Câmara dos Deputados. Aliás, uma vez, por brincadeira, visitando a ONU, assumi o púlpito e, apesar de não haver sessão alguma, falei a alguns funcionários. Agora, posso incluir no meu currículo o fato de que me pronunciei para Deputados e, principalmente, para essa comunidade extraordinária que faz a televisão no Brasil, ora particularmente interessada na TV digital.

Quero assumir papel que muito me agrada: o de usuário, o de consumidor. E sou um consumidor um pouco mais crítico do que os outros, porque vivo não só a parte tecnológica desse segmento, mas também a do mercado e a da política. Vivo toda a alegria, do ponto de vista sociocultural, que temos nós, brasileiros, em utilizar os benefícios que a comunicação, numa época de desenvolvimento tecnológico tão rápido, nos tem fornecido.

Não vou defender o sistema japonês. Penso que não conduz a nada vir aqui e dizer: "A minha posição é esta e tal, mas o melhor sistema é o japonês". O melhor sistema é aquele que atende a um conjunto de requisitos. E ele pode não ser o japonês.

Na condição de usuário, parto do princípio de que não devemos engolir uma caixa-preta. Ao contrário, devemos ter um sistema que possamos atualizar permanentemente, sem ter de pedir licença a consórcios internacionais e sem deles depender.

Temos de ter uma proposta. E toda proposta, como uma constituição, nasce de aspirações utópicas; a partir daí, chega-se a alguma coisa realista. Nossa primeira utopia é ter o sistema que, na ponta final, seja o mais econômico, o mais barato e o mais acessível à população brasileira, de poder aquisitivo sabidamente baixo. A segunda, que ele contemple, sim, alta fidelidade. Isso porque, na condição de espectador, quero alta fidelidade e alta definição. Quero mais do que a definição standard ou a definição improved, ou que venha por aí.

Também queremos interatividade, que, por mais utópica que seja para muitos, é extraordinariamente positiva e leva a grandes vantagens; mobilidade; portabilidade; sinal robusto e o máximo de participação brasileira possível.

Mesmo vivendo e trabalhando há 40 anos nesse setor, fiquei profundamente surpreso, no melhor sentido, com a qualidade dos trabalhos realizados pelos 22 consórcios.

Quero ainda narrar experiência que vivi em Tóquio, quando às 7h da noite, liguei meu computador e, por meio da Internet, ouvi a rádio Bandeirante, como se estivesse em qualquer lugar. Isso, para mim, é convergência.

E o maior exemplo de convergência avassaladora é a Internet. O mundo inteiro vai para a Internet. IP é a televisão do futuro. Ela é digital e é conclusiva. Todos esses 3 padrões, na sua evolução, vão para o IP, e o padrão brasileiro também. Televisão em IP economiza 80% do espectro, um bem não-renovável.

Quero ainda condenar claramente a atitude de um Ministro que, durante o processo, já toma uma posição, já tem um sistema preferido antes de ter um relatório final e antes que as comissões se pronunciem. Um Ministro tem de ser ético, defender princípios e não padrões comerciais. Não devemos decidir o tema com base em datas eleitorais, como o 7 de setembro ou a Copa do Mundo. Temos de fazer seminários e continuar discutindo até chegarmos a conclusões que interessem ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Gulliver Augusto Leão, Presidente da Associação Goiana de Emissoras de Rádio e Televisão, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. GULLIVER AUGUSTO LEÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, gostaríamos de agradecer à Casa a oportunidade que está sendo dada à Associação Goiana de Emissoras de Rádio e Televisão – AGOERT de, em nome de 220 emissoras de rádio e televisão do Estado de Goiás, se manifestar a respeito do tema *TV Digital.*

No momento de uma tomada de decisão sobre o modelo que norteará a urgente evolução tecnológica da TV aberta e gratuita, é preciso lembrar que, embora seja esse assunto vital para o País, ele tem sido tratado com absoluto desconhecimento em algumas situações.

Muitos pretendem minimizar a importância da opinião do nosso setor, que há mais de 50 anos acredita, investe no País e faz da radiodifusão brasileira, livre e gratuita, uma das melhoras do mundo.

Nosso tempo aqui é curto e acreditamos desnecessário ressaltar o que significa a TV aberta, livre e gratuita para a população brasileira.

A TV brasileira, como foi dito, é reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade do conteúdo e da programação que produz e exporta, pelos empregos que gera e pela contribuição às ações do Estado nos campos da educação, da mobilização comunitária, da saúde pública, da cidadania, dos direitos humanos e tantos outros.

A TV aberta precisa evoluir. Mais do que uma necessidade, trata-se de direito. Os serviços de telecomunicação já adotam livremente o que há de melhor em tecnologia digital e ainda pretendem competir, sem que a Constituição lhes assegure esse direito, com a TV aberta, ainda hoje anacronicamente analógica.

É igualmente um direito de toda a população receber, livre e gratuitamente, os serviços e aplicativos que a transmissão digital proporciona.

Além da transmissão de alta definição e standard, através de minirreceptores e dos serviços interativos, deve-se ressaltar um dos principais atributos e benefícios que a nova tecnologia trará. Trata-se da possibilidade de recepção em movimento – a tal mobilidade – por intermédio dos mesmos canais da emissora. Esse recurso, que já se encontra incorporado aos serviços de telecomunicações, fará com que a TV aberta se assemelhe ao tão consagrado radinho de pilha, oferecendo, no mesmo canal, portanto, livre e gratuitamente, informação, educação, entretenimento e lazer, preservando e ampliando o importante serviço de inclusão social e de coesão nacional prestado pela TV aberta.

Entendemos que o sistema japonês de TV digital possibilita a execução desse serviço, que será absolutamente fundamental para que a TV aberta continue a ser recebida livre e gratuitamente, por todos os brasileiros, em qualquer localidade.

Reiteramos, dessa forma, a nossa opinião sobre o sistema japonês, que melhor atende ao setor e ao País. Sua urgente implantação é vital para a atualização tecnológica do setor que representamos.

Essa discussão, aliás, já tem mais de 10 anos, e não podemos esperar que passe por decisões judiciais, como aqui foi sugerido.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra a Sra. Fátima Roriz, Presidenta da Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de Tocantins, e que dispõe de 5 minutos.

A SRA. FÁTIMA RORIZ – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde.

O fato de o Estado mais novo da Federação estar aqui presente mostra o quanto a radiodifusão ouviu o Brasil.

Há 10 anos a radiodifusão estuda, em congressos e seminários, qual o melhor padrão digital. E o Brasil visitou todos os padrões existentes.

Assim, sinto contradizer quem disse que a discussão acerca da TV digital é coisa de eleição. Não é

verdade. É o mundo acadêmico e científico a endossar o que a radiodifusão defende nesse palanque.

Gostaria de agradecer-lhes pela oportunidade de a Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de Tocantins estar presente.

É sempre oportuno lembrar que no Brasil, com suas dimensões e riqueza cultural, é preciso que se valorize o setor da radiodifusão. A radiodifusão é comunicação social, é business, até porque temos 7 bilhões de receita. Business é telecomunicação, que tem 33 bilhões de receita.

Há cerca de 45 milhões de domicílios com TV, constituindo-se o televisor o terceiro item de posse nos lares brasileiros. Sua programação é largamente utilizada para que as pessoas se informem, estudem, divirtam-se, emocionem-se livre e gratuitamente. Na radiodifusão, o brasileiro se olha na TV, não no equipamento disque 2, disque 3, disque 4. Não, ele quer emoção. Ela possibilita ainda a mobilização eficiente, a valorização dos talentos nacionais, a proteção e o fomento à produção cultural brasileira e a proteção da identidade nacional. A TV digital, de forma aberta e gratuita, assegura a nossa identidade nacional.

A televisão aberta e gratuita no Brasil, por sua capilaridade, está muito próxima do cidadão, diante das possibilidades abertas com a digitalização das outras mídias, todas pagas. Ninguém de bom senso e de cidadania brasileira tem o direito de impedir ou atrasar o acesso gratuito da população brasileira aos benefícios que os mais ricos já têm.

É necessário que a implantação da TV digital se dê com urgência, fortalecendo, assim, a TV aberta gratuita, de modo que tenha perspectiva de sobrevivência dentro da nova realidade tecnológica. Dessa forma será assegurado à sociedade o acesso totalmente gratuito à qualidade da TV digital proposta.

O setor espera que não se exclua qualquer das aplicações tecnicamente possíveis de TV digital previstas no sistema brasileiro. São elas: alta definição e definição padrão, mobilidade, portabilidade, interatividade e multimídia gratuitas.

Por isso, é necessário que todas as aplicações possam ser executadas simultaneamente e no mesmo canal da geradora. Se isso não ocorrer, a TV via celular ou a TV por meio de receptores portáteis passarão a ser um serviço prestado por empresas de telecomunicação e deixará de ser gratuito.

O fato de as pessoas passarem muito tempo fora de casa torna cada vez mais importante a possibilidade de que possam receber, livre e gratuitamente, as informações enquanto se deslocam. Nesse sentido, há crescente preocupação com a universalização do acesso do cidadão à televisão do futuro.

O único sistema aprovado pelo mundo científico acadêmico brasileiro que atende a todos os pré-requisitos simultaneamente e no mesmo canal da geradora é o japonês. Há comprovação técnica disso e de que os outros sistemas não atendem a essa condição essencial. O setor espera que as autoridades se definam pela sua adoção com grande urgência, pois se trata de questão vital para que o povo brasileiro receba a programação de qualidade da TV aberta digital.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas. S.Sa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE – Sr. Presidente, Deputado Walter Pinheiro, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores convidados, a Federação Nacional dos Jornalistas acompanha a discussão do processo de implantação da TV digital no Brasil desde o início.

Desde o final dos anos 90 a FENAJ tem denunciado publicamente – evidentemente, nos poucos espaços de que dispomos – que tal debate iniciou-se de forma travada e equivocada. A discussão, para o País e a imensa maioria do nosso povo, não é sobre o melhor padrão tecnológico que vai ser adotado nas transmissões digitais da televisão e do rádio. Poucos dizem que esse processo está sendo feito e discutido e que também envolve o rádio brasileiro.

Para nós, da Federação, essa discussão transcende o debate tecnológico. Ela envolve questões políticas, questões econômicas, questões geopolíticas – sabemos como os países, marcadamente os da América Latina, esperam com ansiedade essa decisão do Brasil – e especialmente, para nós, jornalistas, questões culturais.

A televisão e o rádio brasileiros vão mudar. Vai mudar o jeito de se fazer rádio, de se fazer televisão. Vai mudar o jeito – nós ouvimos aqui – de assistir aos meios eletrônicos de comunicação de massa e de ouvi-los. Essa discussão tinha de, necessariamente, envolver esses aspectos e também a sociedade, porque, desde o seu início, participaram do debate a área técnica, os engenheiros de televisão, as empresas de rádio e televisão – é claro, com todo direito, porque têm interesse imediato nessa área – e os setores especializados do Estado brasileiro. Ficou de fora, alijada, excluída desse debate a sociedade de modo geral. E tal participação, reivindicada desde o final dos anos 90, ainda se dá sob a forma de simulacro, porque o espaço que o Governo constituiu para ouvir a sociedade não tem estrutura alguma. Por vezes, falta, inclusive, estrutura para registrar as reuniões e as posições das entidades que representam a sociedade civil. Ou seja, é um disfarce.

As posições que são elaboradas, os documentos que são custosamente produzidos por essas entidades não passam daquele ambiente reduzido.

Para nós, da sociedade civil organizada, especialmente da FENAJ e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que a Federação fundou e integra, é essencial esse elemento da participação, porque nós estamos de volta com outro falso dilema, como foi o da questão tecnológica. Agora, qual é o dilema apresentado para a sociedade ou para esses setores que estão mais envolvidos com a discussão? É saber o seguinte: vamos atender os interesses de quem? Dos radiodifusores ou das teles? De novo, os interesses do povo brasileiro estão dependendo desse debate. Para mim, da FENAJ e do Fórum, se trata novamente de falsa discussão.

Nós, da FENAJ, Sr. Presidente, Deputado Walter Pinheiro, vemos com extrema simpatia e satisfação, finalmente, o envolvimento desta Casa no debate. Percebemos aqui também a possibilidade de se ampliar a discussão, de se garantir, efetivamente, os interesses nacionais e de se democratizar alguns dos segmentos mais avessos e antidemocráticos, que são o rádio e a televisão de sinal aberto no Brasil. Haverá possibilidade de se criarem novos parceiros, de se abrirem espaços para a televisão pública, como a TV Câmara, para as televisões educativas, para as televisões e rádios comunitárias, enfim, de se democratizar a comunicação no País, garantindo-se, acima de tudo, os interesses nacionais, os interesses do povo brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Concedo a palavra ao Sr. Romário Schettino, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. S.Sa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. ROMÁRIO SCHETTINO – Boa-tarde, Sr. Presidente Walter Pinheiro, senhoras e senhores.

Em nome da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, vimos nos somar às vozes que defendem o adiamento da decisão acerca do sistema de televisão digital que deve ser adotado pelo Brasil. Queremos também contribuir com algumas sugestões e apresentar os motivos que nos levam a entender que a decisão deva ser adiada.

Primeiro , é preciso esperar a conclusão das pesquisas que estão sendo feitas no Brasil pelas universidades, com o apoio do Governo Federal, para garantir a existência de um modelo nacional próprio ou que seja capaz de absorver tecnologias e criar mercado de trabalho no País. Esse é um setor dinâmico. Não faz sentido atrelá-lo a um único modelo, a um único sistema, quando temos condições de desenvolver essa tecnologia no Brasil.

Segundo, é preciso rediscutir o modelo de comunicação social no Brasil por meio da Lei Geral das Comunicações. Essa nova lei, amplamente discutida no Congresso Nacional, será capaz de garantir e ampliar a democratização da informação no País, desde que a população participe da sua elaboração; discutir e aprovar um fundo nacional de apoio às rádios e TVs comunitárias e universitárias públicas, para garantir capacitação e funcionamento dessas emissoras com recursos do FUST, das verbas publicitárias do Governo Federal e de outras fontes que os Deputados e o Congresso Nacional considerarem convenientes.

Devemos aguardar as conclusões do Comitê de Desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, cujo trabalho foi realizado por um grupo gestor do Sistema Brasileiro de Televisão Digital e deverá ser entregue na sexta-feira ao Presidente da República. Ele também deve ser fruto de avaliação e profunda discussão no Congresso Nacional.

A título de contribuição, quero deixar algumas perguntas no ar: a quem interessa tanta pressa? Por que definir tão rapidamente esse sistema? Quem disse que a população brasileira está ansiosa para adquirir aparelhos digitais? De onde foi que tiramos isso? Porque, para a população pobre ter o aparelho... Não é um aparelho barato. Haverá necessidade de mudança radical dos receptores, inclusive. As TVs comunitárias serão incapazes de adotar tecnologia digital, se não houver aporte do Governo a essa busca pela democratização.

Por fim, pergunto: por que o imediatismo do mercado tem de prevalecer sempre sobre os interesses do desenvolvimento tecnológico brasileiro, em detrimento de uma discussão mais ampla sobre a inclusão informativa, que deve ser o objetivo a ser alcançado pelo povo brasileiro, pelo Governo e pelo Congresso Nacional?

Era isso que queria deixar como contribuição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Sylvio Goulart Rosa Junior, Presidente da Fundação ParqTec. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra a Sra. Regina Mota, Professora da Universidade Federal de Minas Gerais.

A SRA. REGINA MOTA – Bom-dia, senhores e senhoras. Agradeço à Mesa a oportunidade de participar desta Comissão Geral.

Desejo compartilhar com todos minhas preocupações quanto à mudança em curso no Brasil, fruto de pesquisas realizadas na UFMG, nos últimos 15 anos.

Participei da pesquisa do CPqD, principalmente para discutir questões relativas à inclusão social. Tenho participado, nos últimos 3 anos, de todos os debates que dizem respeito à TV digital, acompanhando de perto os resultados técnicos e científicos. Posso dizer-lhes, com

certa segurança, que não há, neste momento, qualquer razão que justifique uma tomada rápida de decisão sobre qualquer coisa que diga respeito à TV digital, muito menos quanto ao padrão de digitalização. Digo isso com base, inclusive, nos relatórios produzidos em 2000, 2001 e 2002, publicados na página da ANATEL, aos quais tive acesso. O Brasil só ganhou com isso.

Falam em atraso. Se pensarmos bem, é atraso em relação a quê? Vimos perfeitamente no mapa mostrado no vídeo que nem todos os países do mundo decidiram que padrão vão utilizar. Atraso é a mania que temos de sair copiando coisas. Temos a oportunidade única, talvez, em relação à tecnologia, de definir o que é bom para o País: o sistema meio japonês, meio europeu, meio norte-americano ou totalmente brasileiro. O que tem de ser decidido é o que é bom para nós. Ou seja, o tempo da decisão é o adequado para o País; a tecnologia é a boa para o País; e o tipo de desenho tecnológico a ser escolhido também deve ser o que é bom para o País.

Se escolhermos – como quer o Ministro e as Comissões Técnicas defendem –, por exemplo, o padrão japonês, amplamente defendido aqui pelos radiodifusores, e deixarmos para depois a elaboração de uma lei pela sociedade civil e pelos pesquisadores para ajeitar as coisas e garantir a inclusão social, isso não vai ocorrer, como nunca ocorreu.

Especialista que sou, garanto que temos 80 anos de exclusão social em todo o sistema de regulamentação da televisão no Brasil. E não será de outra maneira, porque conhecemos os fortíssimos lobbies que existem no Congresso Nacional. Ouvindo os radiodifusores, parece que estão ameaçados de alguma coisa. Mas vejam que, dos 30 debatedores que se apresentaram até agora, os 15 primeiros eram radiodifusores.

Todo mundo discutirá as demandas e ninguém, em sã consciência, vai pensar que não é importante que tenhamos uma televisão brasileira boa, de qualidade, que chegue a todos os rincões. O que defendemos neste momento único da história é a criação de uma política pública para a televisão brasileira que sirva de política para outras políticas. Pedimos ao Congresso Nacional que inclua a dimensão pública, nunca presente antes em qualquer legislação brasileira.

Devemos ter coragem de escolher algo e parar de ter vergonha de falar em soberania nacional. Precisamos ter uma postura de igual perante os outros países. Não temos de nos submeter a qualquer tipo de tecnologia. Os senhores deviam perceber que, investindo nos pesquisadores brasileiros, teremos algo que será bom para todos, inclusive para os radiodifusores. Temos capital intelectual e científico para fazer o melhor para o País. E pouco importa o ritmo. Temos de começar agora esse debate.

Aqui se afirmou... Até duvido um pouco que tenham acesso aos relatórios, porque eu, que sou especialista, cientista, ligada a todos eles, não tenho. Ou seja, como alguém anuncia algo que depois de amanhã vai ser entregue?

Concluindo, estamos no início de um processo. Tenham certeza de que ninguém deverá ter prejuízo. O que queremos, o que a universidade brasileira quer, eu garanto, é o melhor para todos neste País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Obrigado, Dra. Regina Mota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Ricardo Benetton Martins, Diretor de TV Digital do CPqD. S.Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. RICARDO BENETTON MARTINS – Sr. Presidente, Deputado Walter Pinheiro, em nome de quem cumprimento as autoridades presentes, vou procurar, em 5 minutos, fazer uma breve explanação do papel do CPqD nesse projeto e culminar minha apresentação com 2 considerações que considero importantes.

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Campinas é o antigo centro de pesquisa associado à TELEBRÁS. Quando foi privatizado, tornou-se uma fundação sem fins lucrativos. Ele completa em 2006 30 anos de existência e tem trabalhado com TV digital desde 1996. Foi contratado pelo Ministério das Comunicações, com o Fundo Nacional de Telecomunicações – FUNTEL, para apoiar as atividades do grupo gestor da CBTVD. Elas culminam com a elaboração de um documento chamado modelo de referência para a transição de TV digital no Brasil, para dar apoio à decisão do Governo sobre o melhor modelo de TV digital.

Podemos dividir esse documento em 2 grandes dimensões.

A primeira dimensão é a tecnológica, para a qual foram elaborados 18 editais – chamada pública. Com eles, contrataram-se 20 consórcios de universidades que pesquisaram diferentes aspectos do sistema de TV digital. Ao final desse trabalho, oficialmente, em 10 de dezembro, foi feita uma análise da aplicabilidade dessas melhorias tanto no sistema existente quanto no setor de radiodifusão para a indústria de equipamentos e receptores e para a sociedade.

A segunda dimensão diz respeito ao modelo de referência e ainda, atendendo ao que determina o Decreto nº 4.901, de 2003, aos aspectos socioeconômicos, culturais e político-regulatórios associados a essa transição.

O relatório propõe, a partir dessas análises, modelos de exploração, serviços e implantação, em busca das melhores propostas para a transição no Brasil,

procurando sempre respeitar os diversos interesses envolvidos, esclarecendo e destacando os pontos de conflito levantados ao longo desses estudos.

Foram elaborados 7 documentos, todos públicos, no Ministério das Comunicações, em relação ao tema. Todas essas informações estão sendo consolidadas num relatório, que será entregue ao Presidente do Comitê de Desenvolvimento do SBTVD, Sr. Ministro Hélio Costa, na sexta-feira, dia 10 de fevereiro.

Em função do que observamos nas apresentações de hoje, neste plenário, chamo a atenção para 2 pontos que considero relevantes. Primeiro, é importante salientar que, quaisquer que sejam as pesquisas brasileiras realizadas, as melhorias obtidas, para que sejam incorporadas a um sistema existente, têm de estar muito bem fundamentadas, em especial nas negociações com os detentores de sistemas. Na verdade, temos de conseguir desses sistemas, no mínimo, um alto grau de autonomia para a evolução que deve ser dada ao Brasil no sentido de adaptar e evoluir esses sistemas à medida que nosso mercado, nossas necessidades específicas vão sendo atendidas. Esse assunto aparece nas negociações com o Poder Executivo. Os demais aspectos associados dizem respeito à Constituição Federal, em especial ao uso eficiente do espectro.

São esses os pontos que consideramos importantes para o processo decisório. Esta Casa tem o dever e o direito de tratar desses assuntos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Daniel Costa Rodrigues, Diretor-Técnico da Geradora da Rede Brasil Amazônia de Televisão.

O SR. DANIEL COSTA RODRIGUES – Sr. Presidente, Deputado Walter Pinheiro, Srs. Deputados, demais presentes, boa-tarde. É um prazer para nós, representantes da radiodifusão, engenheiros de entidades geradoras, participar deste debate num momento de decisão do futuro do sistema de televisão brasileira digital.

Para essa decisão, houve a análise de 3 sistemas de transmissão. Todos foram exaustivamente avaliados, durante cerca de 6 anos, por entidades de pesquisa e universidades. Ao final desse processo, foram gerados relatórios conclusivos, que apontaram para o modelo japonês, o ISDB, em que o sistema de transmissão é mais robusto e atende às características técnicas. Porém, existem as premissas de adaptação do sistema ao modelo brasileiro. Sabemos que o Brasil desenvolve um modelo para utilizar uma plataforma de transmissão dos padrões japonês, americano ou europeu. Esse modelo tem como premissa a robustez, a portabilidade e a mobilidade. A modulação COFDM de banda segmentada é perfeitamente adequada aos requisitos da adoção que pretendemos para o sistema brasileiro.

Se nossa decisão fosse técnica, adotaríamos o sistema japonês, o ISDB. Porém, não devemos esquecer que há em nossas estações um sistema que não foi adotado no início de nossas transmissões a cores. Estamos com um sistema totalmente contrário, o NTSC. Por isso, se adotarmos o sistema japonês, pretendemos que ele garanta a sua existência dentro de nosso espaço geográfico, que não desapareça, como ocorreu com o sistema PAL-M. Vimos intenções de investimentos que vão ao encontro da produção técnica de indústrias, produções de set-top box, para aumentar nossas indústrias de desenvolvimento tecnológico.

Queremos ver esses investimentos, esse padrão adotado, mas temos de levar em conta, também, a inclusão. Eu a divido em 3 partes: inclusão digital para o telespectador, o usuário; inclusão para o pesquisador das universidades; e inclusão para o radiodifusor.

Sabemos que, inicialmente, esses sistemas terão custos elevados, e o radiodifusor terá dificuldade de arcar com as despesas. Se existir investimento, queremos que contemple também o radiodifusor. O investimento das universidades não deve ser concentrado apenas nos parques de pesquisa, mas também em todas as regiões do País.

Sou da Região Norte, onde há 20 anos a cadeia de televisão foi extinta. Agora, com essas novas tecnologias, é necessário investimento para que nós, engenheiros e técnicos, possamos acompanhar essa evolução. Não devemos ficar como espectadores, aguardando decisões de um pequeno grupo.

Espero que, nessa tomada de decisão que se iniciou agora – estava prevista para o dia 10, mas, com certeza, vai se prolongar –, seja levada em conta a minha posição.

Agradeço-lhes a oportunidade de estar presente a esta Comissão Geral e expor o meu pensamento, assim como o pensamento de radiodifusores de regiões menos favorecidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Fabrício Correia, membro da Academia Brasileira de Cinema.

O SR. FABRÍCIO CORREIA – Exmo. Sr. Presidente, Deputado Walter Pinheiro, valoroso cidadão soteropolitano, que começou sua luta na TELEBAHIA, sempre em prol do povo baiano e do povo brasileiro; Sras. e Srs. Deputados; querido Deputado Francisco Antonio Sardelli, Vice-Presidente da Federação Paulista de Futebol; querido João Carlos Saad, Johnny, representante da Associação Brasileira dos Radiodifusores; senhoras e senhores: é uma grande satisfação estar aqui, em nome da Frente

Parlamentar da Indústria Audiovisual e Cinematográfica Brasileira, cuja Presidenta é a Senadora Ideli Salvatti – o Presidente do Conselho é o Deputado Marcelo Ortiz, e eu ocupo a Secretaria Executiva. A Frente é fruto de um anseio e de discussões da classe cinematográfica e da indústria audiovisual para que nesta Casa de leis houvesse uma frente parlamentar preocupada com o fomento da indústria audiovisual.

Inicio meu pronunciamento dizendo que, mais do que o tema da transmissão, estamos discutindo um modelo de programação e de televisão para o Brasil.

A televisão é um dos mais importantes meios de difusão de informações e entretenimento. De acordo com o IBGE, ela ocupa, no que ser refere à venda de eletrodomésticos, a segunda posição, perdendo apenas para o fogão. O brasileiro costuma ficar cerca de 5 horas diárias conectado ao aparelho de TV, absorvendo as informações provenientes da sua programação.

No amplo debate sobre televisão digital que está sendo feito nesta que é a Casa do povo – acredito que é o lugar adequado para debate dos grandes problemas enfrentados pelo País –, temos de colocar em pauta a exigência da definição imediata desse padrão de transmissão de tecnologia digital. Objetivamente, do ponto de vista dos produtores da cinematografia brasileira, da indústria audiovisual, não há qualquer razão, sob o prisma do interesse público, que justifique pressa nas decisões acerca do sistema brasileiro de transmissão de TV digital.

Penso que alguns meses a mais para que o debate seja feito com a devida propriedade não farão com que o País fique para trás em relação àqueles que já estão em processo de migração do sistema de radiodifusão. Ao contrário, uma definição mais criteriosa, que conte com a participação de diversos setores envolvidos no processo, como estamos fazendo agora, fará com que o Brasil tenha reais condições de se inserir de maneira independente, em âmbito global, e oportunidade de desenvolver um sistema de comunicações plural, diverso e verdadeiramente democrático. É importante lembrar que nenhum sistema é definitivo. Todos estão se adaptando às demandas do público e buscando agregar novas opções.

Há outro fator, cuja discussão considero importante neste momento. Muito se fala do padrão japonês, o preferido pelos radiodifusores – o próprio Ministro Hélio Costa tem demonstrado publicamente como está inclinado a ele –, mas, para o Brasil, o padrão de televisão digital deve contemplar as reais necessidades da sociedade brasileira, tendo em vista o perfil da renda da população, as novas possibilidades abertas por meio da interatividade.

Diferentemente do Japão, temos de levar em consideração o baixo custo, a boa recepção do sinal, a flexibilidade, de modo que as emissoras possam escolher a programação e o modelo de negócios de acordo com a sua conveniência e a dos consumidores, a interatividade e a promoção de novas aplicações à população, proporcionando o fundamental, no que se refere à concessão pública: educação e cultura.

Finalizo , Sr. Presidente, dizendo que não tem cabimento tomar uma decisão de forma precipitada, não tem cabimento não abrir o sistema de TV digital. Isso seria excluir as populações e manter algo que, pela via da TV a cabo, poderia levar tudo o que foi alcançado até agora à inviabilização. Só assim a informação será democratizada em favor do Brasil e dos brasileiros.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Concedo a palavra ao Sr. César Rômulo, Superintendente-Executivo da TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. CÉSAR RÔMULO SILVEIRA NETO – Sr. Presidente, Deputado Walter Pinheiro, Sras. e Srs. Deputados, companheiros do setor de telecomunicações, incluindo a radiodifusão, represento a TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações, associação que congrega o segmento do setor de telecomunicações e que teve a responsabilidade, a capacidade e a competência de implementar as disposições na Lei Geral de Telecomunicações, aprovada nesta Casa. Essa lei deu origem à revolução das telecomunicações.

Hoje, contamos com cerca de 130 milhões de assinantes; produzimos aproximadamente 100 bilhões de reais, o equivalente a 7% do PIB; recolhemos 23 bilhões de reais de tributos. Por isso tudo e por termos cumprido com sucesso as determinações legais, temos o direito de solicitar à sociedade e aos senhores que ouçam nossas considerações a respeito dessa revolução tecnológica que nos atinge.

Entendemos que a televisão digital é um poderosíssimo instrumento de inclusão social, e assim deve ser tratada.

Não estamos aqui para discutir ou defender padrões, mas para trazer à consideração dos senhores que entendemos ser esta a oportunidade raríssima de produzirmos uma verdadeira revolução social no País: a inclusão de cerca de 140 milhões de pessoas, utilizando a competência dos radiodifusores brasileiros.

Não estamos aqui para nos digladiar com os radiodifusores, mas para somar esforços, a fim de resolver um grande problema nacional: a exclusão social.

Neste momento ímpar por que passa a sociedade brasileira, teremos a oportunidade, junto com os Srs. Congressistas, de construir um verdadeiro pacto nacional para resolver essa grande demanda.

Não vamos discutir padrões. Queremos participar das discussões sobre o modelo de serviços, a melhor utilização do espectro, a rede de freqüência única, os planos de outorga de radiodifusão e também sobre como melhor atender à população brasileira.

Essa nova tecnologia permitirá que a sociedade defina novos serviços de telecomunicações, incluindo a radiodifusão.

Nossa intenção é ter participação ativa, lado a lado com o setor de radiodifusão, para ver como melhor aproveitar o espectro eletromagnético; como melhor utilizar as redes de telecomunicações implantadas à disposição da sociedade brasileira, em cumprimento à determinação da Lei Geral de Telecomunicações; e como melhor aproveitar essa rede, com interatividade, mobilidade e portabilidade. O que desejamos é prestar melhores serviços à sociedade brasileira.

O nosso desafio, como disse, não é escolher o padrão, mas termos a competência de, juntos, construir esse verdadeiro projeto nacional.

Temos de trabalhar juntos para atender a essa enorme demanda pela inclusão social.

Agradeço aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. André Brandrão Peres.

O SR. ANDRÉ BRANDÃO PERES – Boa-tarde, Sr. Presidente, senhores convidados. Sou formado em Engenharia da Computação.

Este debate no Congresso Nacional é muito importante, porque aborda os interesses técnicos. Mas o principal aspecto é a discussão política.

Há 7 pontos essenciais, que precisamos discutir. Devemos ter posição muito firme nessa escolha, uma vez que, dependendo dela, pode aumentar muito a dependência tecnológica, bem como a dependência econômica imposta pelos países do Primeiro Mundo.

O que vai acontecer? Pelo que ouvi aqui e tenho visto, o interesse privado tem-se sobreposto ao interesse público. Ou seja, o interesse público tem ficado em segundo plano. Outro aspecto importante é que a digitalização do rádio e TV não envolve simplesmente uma imagem melhor, mas sim uma troca de dados e de comunicação. A partir do momento em que há troca de comunicação, devemos prestar bastante atenção, porque isso envolve segurança nacional, tema que ainda não foi debatido aqui.

É importante lembrar também que devemos ter legislações mais rígidas para que nosso País não fique dependente dos aglomerados internacionais. O SBTVD deve buscar o desenvolvimento nacional com um pagamento mínimo possível de **royalties**. Não podemos ficar presos a um sistema internacional. Hoje, nossas universidades têm poder e conhecimento, como ouvimos aqui de diversos oradores, para desenvolver e aprimorar os padrões já existentes no mercado.

O Decreto nº 4.901, de 2003, garante a priorização do interesse público em detrimento do privado. O interesse público, segundo a lei, vem acima, o que não estamos vendo. Segundo reportagem da revista *ISTOÉ*, o padrão já foi escolhido e será implantado até o dia 10 pelo Governo – e não há o que discutir —, por meio de decreto do Executivo.

Outra questão relevante é a das patentes. Os **softwares** desenvolvidos pelo Sistema Brasileiro de Televisão Digital não devem ser patenteados, como vem ocorrendo atualmente na Europa, com a quebra de patentes. Nesse sentido, sugerimos a utilização de **softwares** de código e fonte abertos para minimizar a dependência dos **softwares** proprietários, muito discutidos no País devido à inclusão digital.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Edilberto de Paula Ribeiro, representante da Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo. S.Sa. disporá de 5 minutos.

Lembro aos oradores que às 13h55min. Vamos encerrar os nossos trabalhos, pois terá início a sessão ordinária da tarde. Aproveito para chamar o Sr. José Guilherme Castro, da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, para compor a Mesa.

O SR. EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – Sr. Presidente, Deputado Walter Pinheiro; Deputado Chico Sardelli, da nossa querida Americana, no Estado de São Paulo; Sras. e Srs. Deputados; autoridades presentes: represento a Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo. Ela congrega 645 emissoras de rádio e mais de 80 canais de televisão, entre repetidoras e geradoras. Falo também em nome do companheiro Rosário Congro Neto, da Associação das Emissoras de Radiodifusão de Mato Grosso do Sul, que tem mais de 72 emissoras afiliadas.

Agradeço a todos os senhores pela paciência em ouvir muita coisa dita 2 vezes ou mais. Os Srs. Deputados estão nos ouvindo bastante, o que é muito importante. Porém, por ser um dos últimos oradores, poderei cometer o erro de ser repetitivo. Portanto, pouco poderei falar sobre o que escrevi, para que isso não ocorra.

Vejo , neste debate, muita coisa estranha. Fala-se de tecnologia como se tivéssemos decidido vir a esta Casa defender um padrão sem nunca tê-lo visto. Fala-se no sistema digital há mais de 10 anos. A tecnologia está sempre sofrendo alterações, muda todo dia. Ainda bem que Santos Dumont inventou o avião na França, porque senão ainda estaríamos discutindo

aqui de que lado colocar as asas. Cheguei a pensar nisso enquanto aguardava a minha vez.

É lamentável que essa situação tenha de ser decidida somente no sistema acadêmico. Senhores, vivemos num país democrático. Quem vai comprar esse equipamento de televisão e instalar nossos parques geradores? Cabe a nós fazer isso. Queremos audiência – vivemos em cima de audiências. Não queremos excluir nenhum cidadão do direito de continuar assistindo às nossas emissoras de rádio e televisão. Se temos esse interesse, por que optar por um sistema que não é adequado para o nosso bolso e os nossos negócios, a fim de que continuem a ser realizados com dignidade e respeito, independentemente de qualquer outra situação?

Vale lembrar os 3 principais sistemas de radiodifusão de TV digital: o europeu, primeiro a ser introduzido no mercado; o americano, que aprimorou o sistema; e o japonês. E assim virão outros. Estaremos também sempre modernizando nossos parques geradores, com a filosofia de atender, cada vez mais, ao nosso povo.

Srs . Deputados, lembrem-se de que nós não queremos ser dependentes de nenhum grupo estrangeiro existente no País. A telefonia quer que transportemos nosso sistema por meio do cabo, da linha telefônica, para que possa cobrar taxa aos usuários. Os senhores sabem que a TV a cabo não oferece nada de graça a ninguém, somente o rádio e a televisão aberta, a emissora gratuita.

Não é justo que a população tenha de pagar para assistir até mesmo ao horário político gratuito, que os senhores utilizarão no segundo semestre, por meio de nossas emissoras abertas. A TV paga não retransmite, porque a ela não compete esse direito ou essa obrigação. E querem impor-nos essa medida.

A telefonia, quando adotou o sistema digital, senhores, não veio a este plenário discutir qual era o melhor padrão, qual o sistema de telefone celular, analógico ou digital. Atualmente, máquinas de telefonia celular tiram fotografia, fazem exame de sangue para ver se a diabetes está alta ou não, e isso não está nos padrões. Agora querem intervir nos nossos negócios.

Peço ao senhores que avaliem a questão com clareza. O País precisa de decisões sérias. Esperamos que os senhores pensem exatamente em nós, tupiniquins, brasileiros, a quem V.Exas. devem dar satisfações. Em relação aos demais, devemos simplesmente verificar o que estão fazendo. Não queremos interferência estrangeira em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. José Guilherme Castro, da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária.

O SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO – Sr. Presidente, nossa entidade é associada ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC e à Associação Mundial de Rádios Comunitárias – AMARC.

Quero agradecer ao Presidente. Inclusive se o Deputado Walter Pinheiro tivesse sido Ministro, vários dos problemas que estamos debatendo aqui não estaríamos enfrentando, assim como várias soluções já teriam sido encontradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Deixe-me fora disso.

O SR. JOSÉ GUILHERME CASTRO – Certo.

É uma honra falar aqui em nome das rádios comunitárias.

A Profa. Regina Mota mencionou a quantidade de representantes do setor privado em relação ao resto da sociedade.

Somos a única entidade aqui que fala em nome das rádios comunitárias. Então, se considerarmos mais essa questão como política, seria muito importante que, nas próximas reuniões, pudesse haver outros representantes do setor.

Mais triste do que a fome e a miséria é o fato de elas serem desnecessárias, principalmente num País como o nosso. Somos a 12ª economia. Isso quer dizer que fazemos parte de 5% dos países onde gira mais dinheiro que não está no bolso do trabalhador nem da trabalhadora.

Somos o País mais rico em recursos naturais. Qualquer país que tivesse a Amazônia seria um dos mais ricos. Temos a Amazônia, o Pantanal, a Mata Atlântica, 20% da água potável e uma porção de outras riquezas naturais. Somos a metade da América do Sul em PIB, área e população.

Somos um povo com capacidade extraordinária. Nossos pesquisadores mostraram, em tão pouco tempo, com tão poucos recursos, a capacidade do povo brasileiro. Mas não só os acadêmicos e a elite deste Brasil são capazes. Os trabalhadores rurais, os favelados e até aqueles que foram expulsos dos setores rurais, das vilas e das favelas, que moram embaixo de viadutos, formam associações de catadores de papel, as quais, inclusive, têm colocado a iniciativa privada no bolso, em muitos locais, em termos de coleta e reciclagem.

Se pudéssemos medir o Brasil, a democratização nos setores de educação, saúde e agrário, provavelmente o País seria reprovado e não teria condições de se recuperar, porque a reprovação seria em muitos itens.

Como explicar, diante do poder e a capacidade do sistema de comunicação hoje existente no Brasil, que 74% da população são analfabetas absolutas ou

analfabetas funcionais? Por que, com esse sistema de comunicação implantado no Brasil, temos que vivenciar até hoje a dengue, doença controlada há tempos? Se é um escândalo 1% da população brasileira deter quase 60% da riqueza, o que dizer de 0,00001% deter quase 100% da produção e difusão da comunicação no Brasil? Como justificar termos a legislação mais conservadora e atrasada no setor de radiodifusão comunitária?

No setor de comunicações vivenciamos a mesma situação trágica e desumana da discriminação social. Perseguem os pobres, os comunicadores populares, o dito "ladrão de galinha", mesmo sem ter roubado coisa alguma. Se fosse aplicada a lei para todos, teríamos muita gente grande presa, porque esses, sim, funcionam à margem da lei. Assim como a lei não é aplicada no Brasil, gente grande também não é presa.

Em vários Municípios foi fechado o único veículo de comunicação: a rádio comunitária, ampliando ainda mais o sofrimento dessas comunidades. Existem hoje, no Brasil, cerca de 100 milhões de reais em equipamentos presos. Qual o motivo de o Ministério das Comunicações não ter dado publicidade a isso, ter engavetado o relatório do Grupo Interministerial de Radiodifusão Comunitária e estar abortando a conferência de rádio e TV comunitária? Será que isso está servindo de moeda de troca e negociação para o setor da TV digital?

As rádios sem autorização podem ser invadidas a qualquer momento. Quer dizer, vivem com o ar da insegurança e respiram provisoriamente. Mais do que liberdade de expressão as rádios comunitárias querem contribuir com o desenvolvimento econômico e social do País. As rádios comunitárias vêm mostrando a necessidade da urgência da comunicação. É possível instalar cerca de 25 mil emissoras de rádios e TVs comunitárias nos mais de 25 mil Municípios do Brasil. Se não sofrerem perseguição, serão mais de 250 mil postos de trabalhos criados no Brasil sem precisar pegar dinheiro emprestado.

A decisão sobre modelo digital é importante. Para que Brasil e stamos olhando? Será para o Brasil da pesquisa do Comitê Gestor de Internet, aquele em que, no primeiro trimestre de 2005, 98% da população analfabeta ou com o 1º grau incompleto não acessou a rede mundial de computadores e apenas 11% utilizam um computador em casa?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Peço desculpas aos oradores, mas serei extremamente rigoroso com o prazo de tolerância de 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Concedo a palavra ao Sr. Ranieri Moacir Bertoli, Presidente da Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e TV.

O SR. RANIERI MOACIR BERTOLI – Sr. Presidente Deputado Walter Pinheiro, caro Líder da bancada da radiodifusão, Deputado Ivan Ranzolin, na pessoa de quem saúdo os demais Deputados presentes, minhas senhoras e meus senhores, agradeço a oportunidade de estar participando deste debate em nome da Associação Catarinense das Emissoras de Radiodifusão, que representa 196 emissoras que a cada dia repetem o SIM – o sensibilizar, o informar e o motivar – para preservar seu maior patrimônio, que é a independência editorial, e assim terem assegurados meios de manter sua audiência e poder tocar o seu negócio.

Eu gostaria de ressaltar que o setor da radiodifusão acredita que um país se constrói valorizando, protegendo e aperfeiçoando modelos de sucesso.

No mundo moderno já não se permite que o trabalho produtivo seja, não importam as razões, dizimado impunemente. O preço a pagar tende a ser extremamente elevado.

Todos sabemos que, se a tevê aberta não tiver a oportunidade de oferecer, simultânea e gratuitamente, no mesmo canal, a alta definição e a definição *standard*, mobilidade, portabilidade, interatividade e multimídia, corre o risco de sucumbir diante dos serviços que podem ser prestados no âmbito das telecomunicações.

Perderia o Brasil e os brasileiros, pois passariam a pagar por algo que hoje recebem gratuitamente.

Muitos já discorreram sobre sistemas, alguns de maneira falaciosa, fantasiosa. Mas da realidade não se pode escapar.

A tevê aberta e gratuita tem o direito e o dever de continuar a evoluir, mantendo-se entre as melhores do mundo, porque nosso povo merece essa qualidade.

É obrigação do Executivo garantir a nós, outorgados, as condições da evolução tecnológica, para oferecermos melhores serviços à nossa população.

Neste momento, há apenas um sistema digital que comprovadamente possibilitaria a prestação de todos os serviços e aplicativos simultaneamente, no mesmo canal, gratuitamente. Esse é o sistema japonês. Nada do que se alega contrariamente a esse sistema pode ser de fato comprovado, seja no âmbito tecnológico ou no âmbito econômico.

Tecnicamente superior, em nada o sistema japonês afetará a equação de custos envolvidos na implantação do modelo, nem haverá gasto para o telespectador, fato reconhecido por todos os cientistas que vêm avaliando, há 2 anos, os sistemas disponíveis.

Cabe a nós, brasileiros, desenvolver as facilidades desse modelo, que ainda precisa ser aperfeiçoado.

O setor que aqui represento entende, embasado em estudos já desenvolvidos e resultados de amplas pesquisas, realizadas há mais de 10 anos, que o sistema japonês é o mais adequado neste momento para o País.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Sávio Pinheiro. (*Pausa*.)

Com a palavra o Sr. Mário Baumgarten, representante da Coalizão DVB Brasil.

O SR. MÁRIO BAUMGARTEN – Exmos. Srs. Parlamentares, prezados senhores e senhoras, em nome da Coalizão DVB Brasil, composta das empresas Nokia, Philips, Siemens, STMicroeletronics e Rohde&Schwarz, todas profundamente compromissadas com o País, agradecemos a oportunidade que nos é dada de manifestação sobre o importante processo de seleção do padrão de TV digital no Brasil.

No nosso modo de ver, os problemas para a avaliação de um tema tão complexo apenas começam com a falta de uma maior aderência das discussões até agora havidas aos termos do Decreto nº 4.901 . Entendemos que qualquer preferência manifestada pelo Governo por algum padrão, assim como qualquer decisão que venha a ser tomada no futuro, deva ser exaustivamente justificada com base nos diversos critérios ali mencionados.

Mas os problemas da escolha do padrão de TV digital não acabam aqui. Eles extrapolam o decreto, que não nos parece ser suficientemente claro nem suficientemente amplo para ensejar uma tomada de decisão que não deixe sombra de dúvida sobre sua correção.

Talvez em primeiro lugar valha a pena mencionar que não existe muita clareza sobre quem deva ser o beneficiário maior da implantação da TV digital no Brasil. Se em nosso modo de ver não há dúvida de que esse beneficiário é o cidadão brasileiro, temos visto emergir de discussões recentes uma defesa muito mais candente dos interesses de grupos econômicos e não econômicos do que da população em geral.

Assim sendo, nossa solicitação e mesmo sugestão primeira a esta Casa vai no sentido de que se corrija essa distorção e se priorizem, antes de tudo, temas como a inclusão e o preço baixo para o cidadão, que vai pagar a verdadeira conta de quase tudo. Portanto que tudo seja alinhado primeiramente aos interesses do cidadão e do País.

Um segundo ponto da maior relevância nos parece ser a necessidade de realizar um levantamento claro do cenário internacional, que balize todos os estudos. Isso é fundamental em qualquer tipo de planejamento estratégico. Desse tipo de análise podem imediatamente emergir fatos que ajudem a simplificar o processo decisório, evitando-se penosas e complexas análises técnicas, que poucos entendem e que via de regra acabam não ajudando na clareza do processo decisório. Exemplificando, uma rápida análise da situação da adoção de padrões ao redor do mundo indica que o padrão global DVB, funcionando nos canais de 6, 7 e 8 megahertz, já endereça a quase 50% de toda a população mundial, enquanto o ATSC norte-americano endereça a 8% e o ISDB-T, japonês, tão enaltecido nesta Casa hoje, a apenas 2%.

Diante de uma constatação tão simples como essa, é forçoso perguntar se o Brasil realmente considera a opção de se atrelar a um padrão mundialmente minoritário. Seria como decidir pelo padrão betamax num mundo predominantemente VHS. Se o País quiser, que o faça, mas consciente das conseqüências.

Oura questão ampla, que até agora não foi bem considerada, é o irreversível fenômeno mundial da convergência, que vai ocorrer quer queiramos ou não. O computador, o telefone, o celular e a tevê se fundirão progressivamente. Na nossa visão particular, é preciso ponderar que o padrão digital escolhido permita a convergência com o menor custo, para que o País não fique refém de armadilhas tecnológicas.

Srs. Parlamentares, terminamos aqui as nossas considerações, recomendando que avaliem a oportunidade de auxiliar, através dos meios de que dispõem, a ampliação do debate que ora se trava, porque o tema não está sendo considerado em toda a sua plenitude, em função do cidadão brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Pergentino de Vasconcellos. *(Pausa.)*Ausente.

Com a palavra o Sr. Paulo Saab, da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – ELETROS.

O SR. PAULO SAAB – Sr. Presidente, demais presentes, este encontro tem sido um caleidoscópio de informações muito importante. Eu gostaria, em nome da indústria brasileira de fabricantes de receptores de aparelhos de tevê, de cumprimentar a Casa pela iniciativa de promover esta discussão. Vou explicar por quê.

Represento a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – ELETROS, que congrega em seu seio 100% da totalidade de fabricantes de aparelhos receptores o Brasil.

A ELETROS foi pioneira em participar das discussões iniciais e dos estudos, todos aqui mencionados, em relação à TV digital e foi a primeira a levantar, junto à ANATEL – que, há alguns anos, comandava ainda de modo fechado esse processo —, o desvio de

foco da questão de sistema para modelo de negócio. E por motivo muito simples: a ELETROS tem em seus quadros fabricantes de alguma maneira ligados aos 3 sistemas que estão sendo aqui discutidos.

A ELETROS foca o consumidor e quer trazer a esta Casa sua preocupação. Fabricamos este ano cerca de 10 milhões de aparelhos receptores de TV no Brasil. Precisamos transformar o País em plataforma de exportação e precisamos continuar fabricando, nos próximos 10 anos, além das TVs digitais, a partir do momento em que for implantado o sistema, TVs analógicas. Desses 10 milhões de aparelhos que vendemos em 2005, 85% são modelos de 14 a 21 polegadas, portanto os de menor valor agregado.

Tomo a liberdade de dividir com aqueles que falaram em nome do consumidor essa representatividade. Se eu não tiver consumidor, eu não tenho o que fazer. E é em nome do consumidor que apelo para esta Casa a fim de que abra ainda mais esse processo, porque a indústria fabricante de aparelhos de recepção de TV no Brasil está insatisfeita com a forma como ele vem sendo conduzido.

Não temos sido ouvidos naquilo que temos ofertado como contribuição e experiência que possuímos.

Os associados da ELETROS têm conhecimento de mercado, de negociações internacionais, de **royalties** e patentes, de fornecedores de componentes de matéria- prima e têm *expertise*, o que temos ofertado como contribuição para o debate e para a consolidação de novo modelo de negócio ao qual se adapte. O sistema que melhor serve a esse modelo de negócio não tem sido ouvido.

A ELETROS tem participado dos grupos de discussão e dos consórcios. Mas enquanto instituição que representa 100% dos fabricantes instalados no Brasil, tirando mais de 30 mil empregos, recolhendo bilhões em impostos, precisa que esta Casa torne este processo transparente.

Repito, volto na responsabilidade do que represento. Não estamos satisfeitos com a forma como o processo vem sendo conduzido. Respeitamos os estudos acadêmicos, as entidades, associações e contribuições que estão sendo trazidas ao processo. Todas são imensamente importantes para que se tome uma decisão, mas mais importante ou tão importante quanto isso é ouvir aqueles que falam em nome do consumidor, porque se não houver consumidor eu não existo.

Em nome do consumidor digo que todos os aspectos do caleidoscópio que foram hoje aqui apreciados precisam ser tratados numa dimensão que significa a capacidade de consumo do povo brasileiro. Preciso vender televisão, quero vender televisão, mas também quero tudo o que os senhores estão pedindo. Não ficaremos omissos em relação aos demais fatores, mas é preciso construir essa ponte de forma transparente.

Ao terminar, manifesto tal insatisfação, deixo meu aplauso à Câmara dos Deputados, a qual apelo para que esse processo seja conduzido da forma como estamos vendo e que todos o possam enxergar.

Oferto à Câmara dos Deputados todo a *expertise*, o **know-how** e a sabedoria de uma indústria instalada no País há mais de 80 anos, fabricando 10 milhões de aparelhos por ano, a fim de que ela contribua para que esse processo alcance os objetivos, que é servir a população, a indústria e a economia brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Murilo César Ramos.

O SR. MURILO CÉSAR RAMOS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados , minhas senhoras, meus senhores, em 18 de junho de 2001, há quase 5 anos, apresentei contribuição à Consulta Pública nº 291, lançada pela ANATEL, destinada a colher sugestões de setores sociais para uso de tecnologia digital na transmissão terrestre de televisão.

Naquela ocasião, sugeri medidas político-regulatórias que visassem ao reordenamento jurídico das comunicações brasileiras, telecomunicações e radiofusão a serem consideradas e implementadas pelo Ministério das Comunicações, pela Agência Nacional de Telecomunicações e – faço questão de frisar – também pelas Comissões Permanentes do Congresso Nacional.

Uma delas propunha suspender temporariamente a decisão sobre o padrão tecnológico a ser adotado para transmissão de televisão digital no País, a partir da constatação de que ele é a última etapa do processo de discussão e elaboração de novo modelo institucional para comunicação social ou de massa ou eletrônica no Brasil, conforme se queira conceituá-la.

A suspensão da decisão se daria sem prejuízo da continuidade do debate sobre o padrão, que seria estendido às universidades, centros de pesquisa, entidades da sociedade e, naturalmente, ao Congresso Nacional.

Trouxe hoje a esta honrosa tribuna essa lembrança, consciente de que ela é apenas mais um retalho de tantas batalhas perdidas ou quase perdidas pela sociedade brasileira na luta constante por mais democracia na comunicação.

Apesar dessa luta, apesar do Decreto n° 4.901, de 2003, mas também em grande parte por causa dele; apesar do Projeto do Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD, apesar dos recursos do FUNTTEL nele investido, a decisão que o Governo está prestes a tomar é a mesma que iria ser tomada há 5 anos. Sei que esbarro no exagero retórico, mas não posso deixar de afirmar: foram quase 5 anos de esforços prestes a serem desperdiçados.

Há 40 anos, não há poder empresarial no Brasil maior do que o de alguns setores da radiodifusão. E contra esse poder não há contrapoder possível; no Estado, no Governo, no mercado, na sociedade. Contra ele, só é possível agir paliativamente: por convicção de alguns; por medo de outros; ainda outros por oportunismo; e alguns poucos, para não mergulhar de vez na desesperança.

Não obstante, Sr. Presidente, esta Casa da Política precisa, independentemente do que pretende o Poder Executivo com a chamada TV digital, tomar a frente do processo de reordenamento normativo da radiodifusão aberta e por assinatura. O Poder Executivo tem sistematicamente aberto mão dessa iniciativa; ela tem agora de ser arrebatada pelo Poder Legislativo, seja antes, durante ou depois de qualquer decisão precipitada pelo Poder Executivo sobre o padrão de transmissão da televisão digital.

Apesar de inesperado, com muita honra aceitei o convite para me manifestar desta tribuna. Para encerrar, peço vênia para voltar ao texto de 2001 e sugerir algumas idéias que acredito podem abrir novas perspectivas democráticas para a radiodifusão brasileira, analógica ou digital:

1 . Revisão parcial do capítulo *Da Comunicação Social* da Constituição Federal, após amplo debate com a sociedade dos dispositivos que se referem à presença do capital estrangeiro nas empresas de radiodifusão, à participação do Congresso nos processos de outorga de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e aos prazos de concessão ou permissão para emissoras de rádio e de televisão.

O objetivo da revisão seria atualizar esses dispositivos, de modo a que melhor possam embasar novo modelo institucional para a comunicação social eletrônica de massa no País, modelo que leve em conta os essenciais aspectos político- regulatórios, econômicos e socioculturais.

2. Discussão, elaboração e encaminhamento pelo Congresso Nacional, uma vez concluída a revisão aqui proposta dos itens constitucionais. Que após amplo debate com a sociedade de projeto de lei de comunicação eletrônica de massa contemple os aspectos institucionais apontados há pouco, leve em conta os impactos da convergência digital de sinais, integre normativamente os segmentos hoje separados de televisão aberta, de recepção gratuita, e de televisão fechada, de recepção paga, além da esquecida radiodifusão sonora.

Por fim, que defina adequados modo e instituição regulatória ao setor econômico mais irregular deste País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Concedo a palavra ao Sr. Fernando de Castro, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O SR. FERNANDO DE CASTRO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais colegas presentes, sou professor da PUC do Rio Grande do Sul, que recebeu a incumbência do Governo Federal de efetuar o desenvolvimento de 2 subsistemas para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital, quais sejam, o sistema de modulação inovadora e o subsistema de antenas inteligentes. Ao longo de todo o desenvolvimento do SBTVD, não só nós, como toda a academia, recebemos críticas de que estaríamos reinventando a roda.

Pois bem, senhores, a academia não só não reinventou a roda, como fez muito bonito. Seja na área de modulação, seja na de *middleware*, seja na de aplicação, seja na de conteúdos, ela deu um *show* de inovação e competência, tendo suplantado sistemas internacionais vigentes em muitos aspectos.

Por que, então, tanta celeuma? Por que tanta controvérsia? Por que tanta crítica? Aliás, gostaria de deixar claro que sou um dos cientistas que estuda a televisão digital há algum tempo. O nosso consórcio de intervenientes e executoras desenvolveu um sistema de modulação com capacidade de transmitir televisão em alta definição com mobilidade de até mais de 100 quilômetros por hora. No entanto, não me sinto apto para dizer que este ou aquele sistema é o único que pode fazer jus ao cenário nacional e ser implantado no Brasil.

Na realidade, o que está acontecendo? Na minha opinião, estamos diante da eterna guerra da padronização *versus* inovação.

Em 1933, no auge da era rádio, o AM era a única modulação analógica existente, e os espectadores reclamavam do ruído atmosférico: toda vez que se armava uma tempestade no horizonte, ocorria interferência no AM.

Houve um sujeito chamado Armstrong, que trabalhava na RCA, que propôs o seguinte: em vez de variarmos a amplitude do AM, vamos variar a freqüência, o FM. Os senhores acham que a idéia dele foi acolhida imediatamente pela própria RCA, ou pela Westinghouse, ou pela comunidade científica em geral? Não. Implantou-se uma operação abafa, de tal

forma que Armstrong só pôde validar seu FM como forma inovadora de modulação em 1937. Por que isso? Porque todos os recursos financeiros que haviam sido investidos no AM ainda não tinham sido recuperados. E me parece que é essa a situação que estamos vivendo no momento.

Nesse contexto, gostaria de considerar um adicional – os demais colegas explicaram muito bem os aspectos econômico e social. Parece-me que o SBTVD é a semente para algo maior, algo estratégico no contexto nacional, na medida em que – vejam os senhores – hoje em dia a convergência é irretorquível; a digitalização é irretorquível; o *software*, como implementação de sistemas, está se tornando a ferramenta única.

O celular dos senhores funciona assim porque existe um *software* que roda dentro dele; o rádio de pilha, a televisão, daqui a pouco, serão *softwares*; nada vai-se diferenciar de um computador.

Então, a grande maioria das inovações no SBTVD foram *softwares*.

Perguntem agora para qualquer centro de desenvolvimento de *software* em âmbito mundial quais são os profissionais preferidos. São brasileiros e hindus.

Parece -me, senhores, que estamos num momento muito particular da história. Existe toda essa competência brasileira, assim como a cabeça criativa e algorítmica do brasileiro na área de *software*. Existe ainda a tendência do desenvolvimento tecnológico de utilizar como ferramenta básica de implementação o *software*.

Nesse contexto, parece-me que os gestores da política de desenvolvimento tecnológico do nosso Brasil deveriam aproveitar o momento, transcender a questão do SBTVD e gerar uma rede de competência para que não só a televisão digital, mas todas as tendências tecnológicas que estão surgindo da digitalização da convergência possam ser aproveitadas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Infelizmente, não posso lhe conceder mais tempo para concluir sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Peço desculpas, mas estamos avançando no tempo por volta de 2 a 3 minutos por orador. Como temos de esvaziar o plenário para que a sessão ordinária desta tarde seja iniciada impreterivelmente às 14h, os Srs. Deputados não vão poder se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Concedo a palavra ao Sr. Amadeu Castro, Presidente-Executivo da Associação Nacional de Operadores de Celulares – ACEL.

O SR. AMADEU CASTRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a migração da TV analógica para a digital é parte de um movimento de avanços tecnológicos que possuem implicações importantes para a economia, sociedade e cultura brasileiras. No campo econômico, a digitalização tem trazido ganhos de produtividade importantes para as principais economias do mundo, inclusive a brasileira. Na sociedade, a digitalização tem permitido o acesso de milhões de pessoas a serviços de voz e dados a custos cada vez mais reduzidos. O resultado é a convergência e a complementaridade de serviços e mercados cada vez mais sofisticados.

O serviço de telecomunicações móveis e a TV digital têm papel fundamental a desempenhar nesse processo de convergência. As tecnologias e arquiteturas de sistema e plataformas de entrega de serviços são complexas e evoluem rapidamente. Os mercados e as indústrias têm diferentes tradições comerciais. Novos sistemas e serviços estão sendo desenvolvidos por indústrias convergentes, como telecomunicações, radiodifusão, TV a cabo, fornecimento de serviços de Internet, informática, meios de comunicação social e editoras. A evolução das tecnologias digitais continuará impulsionando os mercados convergentes no sentido da plena interoperabilidade dos serviços.

Nesse contexto, as telecomunicações móveis passam da situação de fornecedoras de serviço de telefonia para fornecedoras de serviços multimídia e de dados. A introdução de serviços de terceira geração irá alargar a gama de serviços e aplicações disponíveis.

Para que essa convergência seja bem-sucedida, o processo deve ser calcado na colaboração entre os setores de mídia, de telecomunicações e de eletroeletrônicos.

O Brasil hoje possui 90 milhões de acessos, número equivalente ao de TVs analógicas nos lares brasileiros. Combinados, a telefonia celular e a televisão digital representam uma enorme oportunidade de alavancagem da inclusão digital no Brasil.

Os serviços de telecomunicações móveis não são serviços de comunicação social na acepção dada pela Constituição Federal. A produção de conteúdo que se caracteriza como serviço de comunicação de massa não é atributo de modelos de negócios dos serviços de comunicações móveis. É preciso que se diferenciem os modelos de negócios entre os 2 segmentos, que não se confundem.

As operadoras de telecomunicações, quando oferecem aplicações multimídia com características de conteúdo audiovisual, o fazem sob demanda direta do usuário, numa relação de um para um (transmissão

ponto-a-ponto), não sendo necessária regulamentação específica para isso, além da que já existe.

Por outro lado, a radiodifusão constitui-se – e muito foi dito hoje a esse respeito – num serviço caracterizado pela transmissão unidirecional, gratuita, de um para muitos (ponto-multiponto), no qual o espectador não demanda diretamente da emissora o conteúdo disponibilizado. Ou seja, constituem nitidamente serviços e negócios distintos.

Não obstante, as telecomunicações móveis podem funcionar como elemento fortalecedor da comunicação social eletrônica, emprestando seus terminais para agregar portabilidade à TV digital, ampliando os canais de recepção direta, livre e gratuita do serviço de radiodifusão.

Além disso, em face da característica unidirecional da televisão, os serviços de comunicações móveis também se habilitam como canal de retorno efetivo, ao alcance do usuário, para a televisão digital.

A função do canal de retorno e a oportunidade de exploração de aplicações que se caracterizem como serviços de valor adicionado à recepção livre e gratuita da TV digital são parcelas do negócio da TV digital, que interessam ao setor de comunicações móveis no panorama atual.

Ademais, as discussões sobre a adoção de um padrão de TV para o Sistema Brasileiro de TV Digital não podem passar ao largo de ampla reflexão sobre as implicações da convergência sobre a sociedade ou serviços, sobre os modelos de negócios e de políticas industriais que resultem numa elaboração de política pública flexível.

Para alcançar esses objetivos de uma política pública que englobe todas as vertentes, é muito bem-vinda a participação do Congresso Nacional nas discussões sobre a TV digital, para garantir o contorno democrático e a representação popular no processo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Peço desculpas aos senhores, mas, lamentavelmente, o adiantado da hora está nos levando a ter de reduzir o tempo de cada um, para ver se é possível conceder a palavra a mais 2 ou 3 oradores.

Com a palavra o Sr. Carlos Ferraz.

O SR. CARLOS FERRAZ – Sou professor da Universidade Federal de Pernambuco, Diretor do CESAR – Centro de Sistemas Avançados de Recife, organização sem fins lucrativos, envolvida na inovação e na engenharia de *softwares*.

Poucos falaram sobre a questão do *software*, que seria o grande diferencial ou o grande atrativo da TV digital, pois é o *software* que tem a capacidade de permitir a interatividade em qualquer grau, mesmo àquele que não depende do canal de retorno.

Vemos que muita discussão se dá em torno da alta definição da imagem e do som. Isso, na verdade, implica aparelhos de televisão de melhor qualidade, porque a fase de transição da introdução da TV digital no Brasil se dará em um prazo bastante longo, em torno de 10 anos. Muita gente não irá trocar seus aparelhos agora, mas o importante é o *set-top box*, é o que vai trazer o atrativo, porque as pessoas, mesmo que não estejam ainda em condições de receber alta definição, terão interatividade, por menor que seja, e nas melhores condições, para que possamos então introduzir a TV digital no Brasil.

Como já foi dito, o Brasil tem muita capacidade de produzir *softwares.* Temos muita capacidade de fazê-los, assim como fazer os testes e as certificações de *softwares*.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Milton Lucca de Paula, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão.

O SR. MILTON LUCCA DE PAULA – Agradecemos a oportunidade que nos está sendo dada, para que a Associação possa, em nome de emissoras de televisão e emissoras de rádio, expressar sua opinião sobre a questão da migração tecnológica pela qual passará a TV.

Esperamos que seja em breve, pois disso depende o futuro de nosso setor. E que se adote o que de melhor a tecnologia pode nos oferecer.

A radiodifusão tem sido, ao longo de décadas, uma das principais ferramentas de garantia da soberania de brasileiros sobre seu País, da difusão dos valores culturais brasileiros e da prestação eficiente de serviços de natureza comunitária, eleitoral, livre e gratuitamente para toda a sociedade.

Mobilizamos cerca de 300.000 profissionais, e arcamos com custos anuais da ordem de alguns bilhões. Precisaremos investir mais ainda para que possamos evoluir tecnologicamente, competir em igualdade de condições com os serviços de telecomunicações.

E é nosso desejo fazê-lo porque essa é a radiodifusão, é a nossa vida.

No entanto, desejamos investir no melhor, porque o Brasil merece o melhor e não gostaríamos de direcionar nossos recursos, enormes recursos, para sistemas que não nos permitam prestar o melhor serviço, sobreviver e competir.

Acreditamos ser essencial que possamos prestar simultaneamente e em um mesmo canal todos os

serviços e aplicativos, tão conhecidos e decantados, inerentes à tecnologia digital.

Dentre os vários elementos que fazem a TV digital, entendemos que a excelência na oferta de programação em alta definição será, em conjunto com outros aplicativos, determinante para a sobrevida da TV aberta gratuita.

Dentre os países que adotaram a tecnologia digital de transmissão e passaram a transmitir em alta definição, essa se tornou essencial porque o ser humano em geral demanda e adere aos incrementos de qualidade que digam respeito a esse sentido, ou seja a visão. Assim foi quando do lançamento da TV a cores e assim será com a TV digital. A esse respeito não podemos nos enganar.

Dentre os 3 sistemas de transmissão de TV digital disponíveis, comprovadamente apenas o sistema japonês possibilita utilização mais racional do espectro na exibição de programas em alta definição com excelência de qualidade, permitindo que simultaneamente possam ser prestados, no mesmo canal, outros serviços e aplicativos.

Num momento crítico para o setor, sobre o qual pairam ameaças de vários serviços de telecomunicação, é preciso que a TV aberta gratuita seja contemplada com a mais apropriada tecnologia e que seja adotado o melhor sistema de transmissão que certamente é o japonês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Com a palavra o Sr. Benjamin Benzaquen Sicsú, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.

O SR. BENJAMIN BENZAQUEN SICSÚ – Deixo aqui a posição da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE.

1. Estabelecimento de uma política industrial por parte do Governo, que vise o estímulo à produção local de produtos e equipamentos destinados à área de TV digital, com vistas ao mercado interno e externo.

2. **High definition**, entendido como opção ao **standard definition** e visando a exportação.

3. Mobilidade – Capacidade de recepção em terminais veiculares. A implementação dessa tecnologia dentro do próprio canal não deve ser pré-requisito.

4. Portabilidade – Capacidade de recepção em terminais portáteis e ou celulares alimentados por bateria própria. A implementação dessa tecnologia dentro do próprio canal não deve ser pré-requisito.

5. Implantação – Início em São Paulo, todas as redes em conjunto. Demonstração somente em 6 meses após a regulamentação. Lançamento comercial somente em 12 meses após a regulamentação. Esses prazos levam em conta a escolha de um sistema internacional, aberto a todos que possam atender a nossa demanda. Essa implantação deve ser negociada entre indústrias e emissoras.

6. A transição ao Sistema de TV Digital deve ser concluída em até 20 anos.

7. Benefícios fiscais, isenção nas importações (tributos federais e estaduais), para os produtos sem similar nacional.

8. Financiamento, linhas de crédito específicas do BNDES para as indústrias e emissoras.

9. Forte estímulo à interatividade.

10. Consórcio – Criação do Consórcio Brasileiro da TV Digital (SET, redes de televisão, prestadores de serviços de telecomunicações e as indústrias), para interlocução com o Governo.

11. O Consórcio, citado no item acima, deve participar nas negociações das contrapartidas entre o padrão e o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Pinheiro) – Quero novamente pedir desculpas a todos, principalmente aos Parlamentares, mas já são 13h52min, e precisamos encerrar esta reunião para que a sessão ordinária possa se iniciar.

Há ainda 3 oradores inscritos que não vão poder se pronunciar. Portanto, solicito que se algum deles porventura tiver trazido material escrito, que o entregue à Mesa, a fim de que seja incluído nos Anais da Casa e na ata.

Agradeço, mais uma vez, a todos os presentes, informando ainda que a Câmara realizará um seminário sobre TV digital, ainda no mês de março, abrindo, de uma vez por todas, esse debate no Congresso Nacional, com a participação da sociedade civil.

Sei que o tempo foi curto, mas realço que este foi um movimento democrático. Falaram todos os setores que se inscreveram. Mesmo os que não se pronunciaram, por conta da exigüidade do tempo, foram aqui sobejamente representados pelos vários segmentos que se expressaram nesta tarde. Espero, inclusive, que esses segmentos ajam dessa mesma forma quando tratarem desse tema com a sociedade, para que seja feito um debate amplo, completo e representativo .

Muito obrigado.

V – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro) – Está encerrada a presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 13 horas e 53 minutos.)

Ata da 27ª Sessão, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 52ª Legislatura, em 08 de fevereiro de 2006

Inocêncio Oliveira, 1º Secretário Félix Mendonça, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno Presidência dos Srs. Aldo Rebelo, Presidente

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Aldo Rebelo
José Thomaz Nonô
Ciro Nogueira
Inocêncio Oliveira
Nilton Capixaba
Jorge Alberto
Geraldo Resende
Mário Heringer

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA PTB
ALMIR SÁ PL
DR. RODOLFO PEREIRA PDT
PASTOR FRANKEMBERGEN PTB
Total de Roraima: 4

AMAPÁ

BADU PICANÇO PL
DR. BENEDITO DIAS PP
EDUARDO SEABRA PTB
GERVÁSIO OLIVEIRA PMDB
Total de Amapá: 4

PARÁ

ANIVALDO VALE PSDB
ANN PONTES PMDB
BABÁ PSOL
JOSUÉ BENGTSON PTB
NILSON PINTO PSDB
RAIMUNDO SANTOS PL
VIC PIRES FRANCO PFL
WLADIMIR COSTA PMDB
ZÉ GERALDO PT
ZÉ LIMA PP
ZENALDO COUTINHO PSDB
ZEQUINHA MARINHO PSC
Total de Pará: 12

AMAZONAS

ÁTILA LINS PMDB
CARLOS SOUZA PP
FRANCISCO GARCIA PP
HUMBERTO MICHILES PL
PAUDERNEY AVELINO PFL
VANESSA GRAZZIOTIN PCdoB
Total de Amazonas: 6

RONDONIA

ANSELMO PT
EDUARDO VALVERDE PT
HAMILTON CASARA PSDB
MIGUEL DE SOUZA PL
NATAN DONADON PMDB
Total de Rondonia: 5

ACRE

HENRIQUE AFONSO PT
JOÃO TOTA PP
NILSON MOURÃO PT
PERPÉTUA ALMEIDA PCdoB
Total de Acre: 4

TOCANTINS

EDMUNDO GALDINO PDT
OSVALDO REIS PMDB
PASTOR AMARILDO PSC
RONALDO DIMAS PSDB
Total de Tocantins: 4

MARANHÃO

ALBÉRICO FILHO PMDB
ANTONIO JOAQUIM PSDB
CÉSAR BANDEIRA PFL
COSTA FERREIRA PSC
DR. RIBAMAR ALVES PSB
JOÃO CASTELO PSDB
NEIVA MOREIRA PDT
NICE LOBÃO PFL
PEDRO FERNANDES PTB
PEDRO NOVAIS PMDB
SARNEY FILHO PV
WAGNER LAGO PDT
Total de Maranhão: 12

CEARÁ

ALMEIDA DE JESUS PL
ANDRÉ FIGUEIREDO PDT
ANTENOR NASPOLINI PSDB
ANTONIO CAMBRAIA PSDB

ARIOSTO HOLANDA PSB
ARNON BEZERRA PTB
BISMARCK MAIA PSDB
GONZAGA MOTA PSDB
INÁCIO ARRUDA PCdoB
JOÃO ALFREDO PSOL
JOSÉ LINHARES PP
JOSÉ PIMENTEL PT
MANOEL SALVIANO PSDB
MARCELO TEIXEIRA PSDB
MAURO BENEVIDES PMDB
MORONI TORGAN PFL
PASTOR PEDRO RIBEIRO PMDB
VICENTE ARRUDA PSDB
ZÉ GERARDO PMDB
Total de Ceará: 19

PIAUÍ

ÁTILA LIRA PSDB
B. SÁ PSB
MARCELO CASTRO PMDB
MUSSA DEMES PFL
NAZARENO FONTELES PT
PAES LANDIM PTB
SIMPLÍCIO MÁRIO PT
Total de Piauí: 7

RIO GRANDE DO NORTE

BETINHO ROSADO PFL
FÁTIMA BEZERRA PT
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB
IBERÊ FERREIRA PSB
Total de Rio Grande do Norte: 4

PARAÍBA

CARLOS DUNGA PTB
DOMICIANO CABRAL PSDB
ENIVALDO RIBEIRO PP
INALDO LEITÃO PL
LÚCIA BRAGA PMDB
LUIZ COUTO PT
MARCONDES GADELHA PSB
PHILEMON RODRIGUES PTB
WILSON SANTIAGO PMDB
Total de Paraíba: 9

PERNAMBUCO

GONZAGA PATRIOTA PSB
JOAQUIM FRANCISCO PFL
JORGE GOMES PSB
JOSÉ CHAVES PTB
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA PFL
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO PTB
LUIZ PIAUHYLINO PDT
OSVALDO COELHO PFL
PAULO RUBEM SANTIAGO PT
PEDRO CORRÊA PP
RENILDO CALHEIROS PCdoB
ROBERTO FREIRE PPS
Total de Pernambuco: 12

ALAGOAS

BENEDITO DE LIRA PP
HELENILDO RIBEIRO PSDB
JOÃO LYRA PTB
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PDT
Total de Alagoas: 4

SERGIPE

BOSCO COSTA PSDB
HELENO SILVA PL
IVAN PAIXÃO PPS
JACKSON BARRETO PTB
JOSÉ CARLOS MACHADO PFL
Total de Sergipe: 5

BAHIA

ALICE PORTUGAL PCdoB
AROLDO CEDRAZ PFL
COLBERT MARTINS PPS
CORIOLANO SALES PFL
DANIEL ALMEIDA PCdoB
EDSON DUARTE PV
FÁBIO SOUTO PFL
FÉLIX MENDONÇA PFL
FERNANDO DE FABINHO PFL
GEDDEL VIEIRA LIMA PMDB
GERSON GABRIELLI PFL
GUILHERME MENEZES PT
JAIRO CARNEIRO PFL
JOÃO LEÃO PP
JONIVAL LUCAS JUNIOR PTB
JOSÉ ROCHA PFL
JOSIAS GOMES PT
JUTAHY JUNIOR PSDB
LUIZ ALBERTO PT
LUIZ CARREIRA PFL
MARCELO GUIMARÃES FILHO PFL
MÁRIO NEGROMONTE PP
MILTON BARBOSA PSC
NELSON PELLEGRINO PT
PAULO MAGALHÃES PFL
PEDRO IRUJO PMDB
REGINALDO GERMANO PP
ROBÉRIO NUNES PFL
WALTER PINHEIRO PT
ZELINDA NOVAES PFL
ZEZÉU RIBEIRO PT
Total de Bahia: 31

MINAS GERAIS

ADEMIR CAMILO PDT
ALEXANDRE MAIA PMDB
CARLOS MELLES PFL
CARLOS MOTA PSB
CARLOS WILLIAN PTC
CUSTÓDIO MATTOS PSDB
DR. FRANCISCO GONÇALVES PPS
ELISEU RESENDE PFL
GERALDO THADEU PPS
GILMAR MACHADO PT
IBRAHIM ABI-ACKEL PP
ISAÍAS SILVESTRE PSB
IVO JOSÉ PT
JOÃO MAGALHÃES PMDB
JOÃO MAGNO PT
JOÃO PAULO GOMES DA SILVA PSB
JOSÉ MILITÃO PTB
JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS PL
JÚLIO DELGADO PSB
LAEL VARELLA PFL
LEONARDO MATTOS PV
LEONARDO MONTEIRO PT
LINCOLN PORTELA PL
MÁRCIO REINALDO MOREIRA PP
MARIA DO CARMO LARA PT
MÁRIO ASSAD JÚNIOR PSB
NARCIO RODRIGUES PSDB
ODAIR CUNHA PT
OSMÂNIO PEREIRA PTB
RAFAEL GUERRA PSDB
ROMEL ANIZIO PP
ROMEU QUEIROZ PTB
SÉRGIO MIRANDA PDT
VIRGÍLIO GUIMARÃES PT
Total de Minas Gerais: 34

ESPÍRITO SANTO

FEU ROSA PP
MANATO PDT
MARCELINO FRAGA PMDB
NEUCIMAR FRAGA PL
NILTON BAIANO PP
RENATO CASAGRANDE PSB
ROSE DE FREITAS PMDB
Total de Espírito Santo: 7

RIO DE JANEIRO

ALEXANDRE CARDOSO PSB
ALEXANDRE SANTOS PMDB
ALMERINDA DE CARVALHO PMDB
ALMIR MOURA PFL
ANDRÉ COSTA PDT
CARLOS NADER PL
CARLOS SANTANA PT
CHICO ALENCAR PSOL
DR. HELENO PSC
EDSON EZEQUIEL PMDB
EDUARDO CUNHA PMDB
EDUARDO PAES PSDB
FERNANDO GONÇALVES PTB
FRANCISCO DORNELLES PP
ITAMAR SERPA PSDB
JAIR BOLSONARO PP
JANDIRA FEGHALI PCdoB
JOÃO MENDES DE JESUS PSB
JORGE BITTAR PT
JOSÉ DIVINO PMR
JOSIAS QUINTAL PSB
JUÍZA DENISE FROSSARD PPS
LEONARDO PICCIANI PMDB
LUIZ SÉRGIO PT
MIRO TEIXEIRA PDT
MOREIRA FRANCO PMDB
NELSON BORNIER PMDB
PAULO BALTAZAR PSB
PAULO FEIJÓ PSDB
REINALDO GRIPP PL
RENATO COZZOLINO PDT
RODRIGO MAIA PFL
SANDRO MATOS PTB
SIMÃO SESSIM PP
Total de Rio de Janeiro: 34

SÃO PAULO

ALBERTO GOLDMAN PSDB
AMAURI GASQUES PL
ANGELA GUADAGNIN PT
ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO PSDB
ARLINDO CHINAGLIA PT
ARNALDO FARIA DE SÁ PTB
ARY KARA PTB
CARLOS SAMPAIO PSDB
CHICO SARDELLI PV
CORAUCI SOBRINHO PFL
DELFIM NETTO PMDB
DEVANIR RIBEIRO PT
DURVAL ORLATO PT
EDINHO MONTEMOR PSB
EDNA MACEDO PTB
ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO PRONA
ENÉAS PRONA
FERNANDO ESTIMA PPS
IARA BERNARDI PT
ILDEU ARAUJO PP
IVAN VALENTE PSOL

JAMIL MURAD PCdoB
JEFFERSON CAMPOS PTB
JOÃO HERRMANN NETO PDT
JOÃO PAULO CUNHA PT
JOSÉ MENTOR PT
JOVINO CÂNDIDO PV
JULIO SEMEGHINI PSDB
LOBBE NETO PSDB
LUCIANO ZICA PT
LUIZ ANTONIO FLEURY PTB
LUIZ EDUARDO GREENHALGH PT
LUIZA ERUNDINA PSB
MARCELO ORTIZ PV
MARCOS ABRAMO PP
MARIÂNGELA DUARTE PT
MEDEIROS PL
MILTON MONTI PL
NELSON MARQUEZELLI PTB
NEUTON LIMA PTB
ORLANDO FANTAZZINI PSOL
PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA PP
PROFESSOR LUIZINHO PT
RICARDO BERZOINI PT
RICARDO IZAR PTB
ROBERTO GOUVEIA PT
ROBSON TUMA PFL
SALVADOR ZIMBALDI PSB
TELMA DE SOUZA PT
VADÃO GOMES PP
VANDERLEI ASSIS PP
VICENTINHO PT
WALTER BARELLI PSDB
WANDERVAL SANTOS PL
ZULAIÊ COBRA PSDB
Total de São Paulo: 56

MATO GROSSO

CARLOS ABICALIL PT
CELCITA PINHEIRO PFL
LINO ROSSI PP
PEDRO HENRY PP
RICARTE DE FREITAS PTB
TETÉ BEZERRA PMDB
THELMA DE OLIVEIRA PSDB
Total de Mato Grosso: 7

DISTRITO FEDERAL

ALBERTO FRAGA PFL
JOSÉ ROBERTO ARRUDA PFL
OSÓRIO ADRIANO PFL
Total de Distrito Federal: 3

GOIÁS

BARBOSA NETO PSB
CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB
JOÃO CAMPOS PSDB
LEANDRO VILELA PMDB
LEONARDO VILELA PSDB
LUIZ BITTENCOURT PMDB
PEDRO CHAVES PMDB
ROBERTO BALESTRA PP
RONALDO CAIADO PFL
RUBENS OTONI PT
SANDES JÚNIOR PP
VILMAR ROCHA PFL
Total de Goiás: 12

MATO GROSSO DO SUL

ANTÔNIO CARLOS BIFFI PT
ANTONIO CRUZ PP
JOÃO GRANDÃO PT
NELSON TRAD PMDB
VANDER LOUBET PT
WALDEMIR MOKA PMDB
Total de Mato Grosso do Sul: 6

PARANÁ

ABELARDO LUPION PFL
AFFONSO CAMARGO PSDB
AIRTON ROVEDA PPS
ALEX CANZIANI PTB
ANDRÉ ZACHAROW PMDB
CHICO DA PRINCESA PL
CLAUDIO RORATO PMDB
DILCEU SPERAFICO PP
DR. ROSINHA PT
DRA. CLAIR PT
EDUARDO SCIARRA PFL
GUSTAVO FRUET PSDB
MAX ROSENMANN PMDB
MOACIR MICHELETTO PMDB
NELSON MEURER PP
ODÍLIO BALBINOTTI PMDB
RICARDO BARROS PP
SELMA SCHONS PT
TAKAYAMA PMDB
Total de Paraná: 19

SANTA CATARINA

ADELOR VIEIRA PMDB
CARLITO MERSS PT
EDINHO BEZ PMDB
EDISON ANDRINO PMDB
FERNANDO CORUJA PPS
IVAN RANZOLIN PFL

JOÃO PIZZOLATTI PP
JORGE BOEIRA PT
LUCI CHOINACKI PT
MAURO PASSOS PT
PAULO AFONSO PMDB
PAULO BAUER PSDB
VIGNATTI PT
ZONTA PP
Total de Santa Catarina: 14

RIO GRANDE DO SUL

AFONSO HAMM PP
ALCEU COLLARES PDT
BETO ALBUQUERQUE PSB
CEZAR SCHIRMER PMDB
ELISEU PADILHA PMDB
ÉRICO RIBEIRO PP
FRANCISCO APPIO PP
FRANCISCO TURRA PP
HENRIQUE FONTANA PT
KELLY MORAES PTB
LUIS CARLOS HEINZE PP
MENDES RIBEIRO FILHO PMDB
MILTON CARDIAS PTB
NELSON PROENÇA PPS
ONYX LORENZONI PFL
ORLANDO DESCONSI PT
OSVALDO BIOLCHI PMDB
PASTOR REINALDO PTB
TARCÍSIO ZIMMERMANN PT
WILSON CIGNACHI PMDB
YEDA CRUSIUS PSDB
Total de Rio Grande do Sul: 21

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 363 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. GONZAGA PATRIOTA, servindo como 2° Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Guilherme Menezes.

O SR. GUILHERME MENEZES (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Universidade Federal da Bahia lançou o edital do concurso público para servidor Técnico-Administrativo do Centro de Ciências de Saúde Anísio Teixeira, que vai funcionar em Vitória da Conquista. As inscrições iniciaram-se no dia 30 de janeiro de 2006 e encerram-se em 10 de fevereiro, e estão sendo feitas em Salvador e Vitória da Conquista.

O convênio de criação do campus Anísio Teixeira foi assinado pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad e o Reitor da UFBA, Naomar Monteiro de Almeida, no dia 17 de agosto de 2005, na presença do Presidente Lula, quando de sua visita à cidade de Vitória da Conquista. Este foi um momento de muita importância para todos nós que temos participado desse processo da construção do SUS naquele Município. Foi isso que constituiu a base necessária para que a UFBA escolhesse Vitória da Conquista, inicialmente, para estágio médico e, na seqüência, estágio de enfermagem, tendo implantado ali, a partir de 2005, residência médica em 4 especialidades.

Com a chegada do campus Anísio Teixeira, 8 cursos serão oferecidos: Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Saúde Coletiva, Psicologia, Fisioterapia, Medicina e Educação Física. Para o ano de 2006 a UFBA inicia com exame vestibular para 3 cursos.

É indiscutível que a educação superior é instrumento fundamental para as transformações sociais que o Brasil precisa, principalmente em um Estado como a Bahia, onde apenas 4% dos jovens de 18 a 24 anos têm acesso à educação superior. A média brasileira, que já é humilhante, é de 10%.

Assim, esta é mais uma ação que nasce da decisão do Governo Lula em expandir o ensino universitário em todo o País, com senso de urgência e responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao ler o *Diário Catarinense*, na data de ontem, na coluna do Fabian Lemos, fiquei surpreso – para não dizer perplexo – com a nota intitulada *Ambientalista nas horas vagas*, na qual consta a visita do meu amigo Deputado Mauro Passos ao Município de Palhoça, inclusive com foto ilustrativa, em que se alega a sujeira e o abandono do Parque Municipal.

Com todo respeito que meu colega merece, qualquer cidadão de sã consciência e por mais alheio ao processo político que seja, no que tange à administra-

ção do atual Prefeito de Palhoça, é público e notório que o Prefeito Ronério, em apenas um ano de administração, já faz parte da história como um dos melhores administradores que Palhoça já teve. Ouso dizer ainda que, se seu mandato findasse hoje, ele já estaria na frente dos demais Prefeitos das gestões anteriores, pelo menos da maioria.

É notável a mudança no perfil da cidade, trazendo qualidade de vida e elevando a auto-estima do cidadão palhocense. Na atual gestão a administração de Palhoça, ocupa a terceira melhor colocação no Estado catarinense.

Ademais, este Deputado, por ter ligações com o Prefeito e por ser conhecedor da situação daquele Município catarinense, afirma com plena consciência e conhecimento de causa que o Projeto do Parque EcoPalhoça encontra-se concluído, porém, aguarda pelo interesse do Governo Federal para garantir-lhe recursos para a construção.

Outrossim, acrescento que a preocupação do Deputado petista foge à competência Municipal, haja vista que o tema meio ambiente é de competência da União, exatamente administrada pelo PT. Sendo assim, espero que o Deputado leve a questão ambiental por ele questionada ao conhecimento do seu partido e do Governo Federal, colocando-me à disposição para, na qualidade de Deputado Federal, podermos juntos, em Brasília, encontrar uma solução, já que o Prefeito e o Governo de Santa Catarina estão cansados de solicitar e não obter respostas que solucionem o problema.

Aproveito, portanto, para solicitar ao meu amigo Deputado Mauro Passos ações nesse sentido, uma vez que pertence aos quadros do partido do Governo Federal.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que seja dada ampla divulgação ao meu pronunciamento, tendo em vista a importância do assunto.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (PFL-RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, trago um assunto importantíssimo para o País: a irracionalidade que move o Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Sr. Gilberto Câmara. Aliás, a imprensa paulista e parte da brasileira vêm condenando a participação do Coronel Pontes na missão espacial internacional. É um erro de avaliação brutal do Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Por isso, fazemos um chamamento à bancada paulista e aos companheiros da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, até porque a presença do astronauta brasileiro na missão dá um *status* fantástico ao País e teremos janelas, como se chamam, naquela estação espacial internacional, onde são desenvolvidas pesquisas de altíssimo nível, com resultados magníficos para os seres humanos.

Como disse uma autoridade desta Casa, esse senhor talvez tenha sido movido mais pelo ciúme do que pela visão geoestratégica, geopolítica. O Coronel Pontes estará ao lado do comandante da missão, um astronauta russo, e de um astronauta americano.

Sr . Presidente, alguns colegas se sentem incomodados quando, por condescendência, V.Exa. concede apenas 1 minuto.

O SR. MAX ROSENMANN – Um minuto é para todos, Deputado. Esse não é um horário de esperteza.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES – V.Exa. têm todo o tempo do mundo para verbalizar o que quer.

O SR. MAX ROSENMANN – Aqui ninguém é esperto. Todos cumprem o regulamento.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Um minuto.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES – Peço aos Deputados que sejam mais educados ao ouvirem a manifestação de um colega, e não é o caso do Deputado Max Rosenmann.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nobre Deputado, 3 minutos.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES – Por fim, Sr. Presidente, é muito importante a missão a ser desenvolvida pelo nosso astronauta. O Presidente da República deveria punir, com austeridade, o Sr. Gilberto Câmara, Presidente do INPE, pelos comentários desairosos à presença do astronauta brasileiro àquela missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência informa o seguinte: todas as vezes em que ultrapassa o tempo que lhe é destinado, o Parlamentar está tirando o tempo de outro, porque temos apenas meia hora para dar como lidos os pronunciamentos.

É preciso, portanto, ter consciência de que esta é uma Casa de iguais, em que todos têm os mesmos direitos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na segunda-feira, dia 6 de fevereiro, participei de uma reunião no N11 com os colonos do Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, situado à margem esquerda do Rio São Francisco, em Petrolina, Pernambuco. Ela foi coordenada pelo colono Adroaldo Nunes Rodrigues. Ouvi as mais diversas reclamações.

Esse projeto tem uma área superior a 40 mil hectares. Em 20 mil hectares há infra-estrutura para irrigação. Neles estão assentados 1.928 pequenos produtores com lotes familiares e 348 empresas de

pequeno, médio e grande portes, gerando perto de 100 mil empregos diretos e indiretos.

O Projeto Nilo Coelho é uma das obras mais importantes edificada pela CODEVASF do Submédio São Francisco, que investiu nela mais de 200 milhões de dólares.

Além do Projeto Nilo Coelho, o Município de Petrolina conta ainda com 2 importantes áreas de produção de frutas em operação: o primitivo Projeto Bebedouro e o Projeto Maria Tereza, mais jovem.

Apesar de toda essa infra-estrutura edificada pela CODEVASF, faltam coisas elementares para os colonos desses projetos, como titulação dos lotes, pavimentação nos acessos, água tratada, taxa de energia elétrica subsidiada, créditos, mais segurança e assistência técnica.

Por estas e outras razões, criamos a Frente Parlamentar da Fruticultura Brasileira, com o objetivo de incrementar uma política nacional para o desenvolvimento da fruticultura no País, canalizando as demandas do setor. Por exemplo, fomento do crescimento da produção com agregação de valores, exportação, comercialização, geração de emprego e renda, registro de insumos pela ANVISA, inclusão desses produtos na cesta básica, na alimentação escolar e segurança alimentar, abertura de linhas de créditos, entre outras providências para o setor.

Tive a honra de ser indicado o coordenador dessa Frente na Região Nordeste, que representa um grande percentual da fruticultura brasileira, principalmente mangas, uvas e melões.

Cinco milhões de empregos, no Brasil, estão ligados à fruticultura, que ocupa entre 3 e 5 pessoas por hectare. Quarenta milhões de toneladas de frutas são produzidas no País – 2 bilhões de dólares correspondem à exportação, representando um terço da produção de grãos, que tem extraordinário peso na balança de exportação. A receita de frutas, no País, chega a 15 bilhões de reais por ano.

Apesar de as frutas serem uma das mais importantes fontes de vitaminas, no Brasil ainda são consideradas como complemento alimentar e têm consumo *per capita* de apenas 45 quilos por pessoa/ano, enquanto que nos países desenvolvidos esse percentual é superior a 100 quilos por pessoa/ano.

Enquanto o setor de grão tem crédito suficiente para atender as demandas, entre 20% e 40%, a fruticultura recebe menos de 2% dos créditos oficiais. Onde há fruticultura não deve haver miséria.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo, como Coordenador da Frente Parlamentar da Fruticultura Brasileira, um veemente apelo ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido de implementar uma política de desenvolvimento socioeconômico para os projetos de irrigação da Região Nordeste, principalmente os instalados em Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e nos Municípios ribeirinhos do Rio São Francisco, no Estado da Bahia.

Lembro também a necessidade de se alocarem recursos do Orçamento Geral da União para conclusão do Projeto Pontal e Canal do Sertão, em Pernambuco, bem como dos Projetos Baixo Irecê e Salitre, na Bahia.

Volto na próxima semana com novas reivindicações, em nome da Frente Parlamentar criada hoje.

O SR. CARLOS NADER (PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a força da economia brasileira, a meu ver é, em muitos casos, desconsiderada.

No domingo passado o jornal *O Globo* publicou os resultados de uma pesquisa nacional realizada por uma empresa de consultoria, segundo a qual o consumo das famílias brasileiras das classes C, D e E cresceu, somente no ano passado, 14 bilhões de dólares, chegando à soma de 137 bilhões de dólares.

Por que esse número tão significativo? De acordo com especialistas, porque a oferta de crédito aumentou, mais empregos na faixa de 3 salários mínimos foram criados e pelo ganho de renda das famílias mais pobres, ocasionando aumento do consumo popular, chamado até de explosão.

Esse desempenho mostra o quanto a economia brasileira pode ser aquecida, Sr. Presidente, se a renda dos mais pobres for elevada, se as pessoas tiverem mais empregos e salários maiores. É a cadeia econômica se movimentando. Mais produção, mais vendas, mais empregos. O fato de o Brasil estar inundado de produtos importados é também sinal do quanto a nossa indústria precisa ser incentivada para crescer, desonerando a produção, facilitando o crédito, enfim, dando ao produtor nacional as condições de enfrentar os produtos que vêm de fora. Até porque, como se sabe, uma boa parte chega com preço mais baixo porque entra clandestinamente, pelas portas escancaradas do contrabando.

De acordo com o mesmo estudo, as vendas de produtos importados populares dobraram em 3 anos. O faturamento das lojas que vendem produtos com preços entre 1 e 20 reais passou de 4,8 bilhões, em 2002, para 9 bilhões, no ano passado. Qualquer ganho que as famílias de baixa renda obtêm resultam em benefícios para a economia num todo. Nesse sentido, precisamos pensar sempre na estabilidade e no crescimento econômico, porque a força da nossa economia não pode ser menosprezada.

Muito obrigado.

O SR. REINALDO BETÃO (PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou dar a todos os aposentados brasileiros uma notícia muito importante. Ela vai mudar para melhor a vida dessa categoria que, na maioria das vezes, é discriminada pela sociedade e tem baixa auto-estima.

Na intenção de beneficiar esse enorme grupo de pessoas e corrigir as distorções existentes, resolvi elaborar a Proposta de Emenda à Constituição nº 490, de 2005, que altera os arts. 7º e 201 da Constituição Federal, para vincular os reajustes dos benefícios da Previdência Social ao salário mínimo.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 7º, enfatiza que o salário mínimo deve atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Além do mais, estabelece o principal motivo que alicerça a necessidade de reajustes periódicos do salário mínimo, qual seja, preservar o poder aquisitivo do trabalhador.

Sr. Presidente, os benefícios de prestação continuada da Previdência Social vêm recebendo reajustes anuais, com base em índice percentual definido em regulamento, assegurando o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real da data de sua concessão. Com efeito, utiliza-se, para essa finalidade, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e utilizado de forma sistemática desde 1998.

Ocorre que, ao considerar os reajustes do salário mínimo, desde 1998 até 2005, verificamos evolução de 130 reais para 300 reais, representando, portanto, aumento de 130,77%, enquanto a inflação acumulada pelo INPC, no mesmo período, foi de 72,62%. Dessa forma, existe expressiva defasagem entre os índices utilizados para o reajuste do salário mínimo e os dos benefícios em manutenção. No período considerado, essa diferença representou perda real de 33,68% para os beneficiários que recebem acima do piso previdenciário.

A despeito da vedação de vinculação do salário mínimo para qualquer fim, contida no art. 7º, inciso IV, da Carta Magna, entendemos, contudo, que a renda dos benefícios da Previdência Social, por apresentar natureza alimentícia, deva seguir os mesmos parâmetros atualmente estabelecidos para o salário mínimo, a fim de garantir às famílias o atendimento às necessidades citadas no referido dispositivo.

Por esse relevante motivo social, Sr. Presidente, apresentamos a PEC nº 490, esperando que em breve os aposentados brasileiros possam ter seus benefícios reajustados de forma digna, justa, nas mesmas datas e nos mesmos índices dos reajustes periódicos do salário mínimo.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o início de 2006 está sendo extraordinário e atípico para a Baixada Fluminense. O Município de Duque de Caxias vem conquistando, dia após dia, alguns títulos de destaque e de extrema significância.

O Ministério do Desenvolvimento divulgou esta semana o *ranking* dos Municípios exportadores de 2005, e Duque de Caxias, mais uma vez, foi o destaque. A cidade, que ocupava o 12º lugar em 2004, fechou 2005 na terceira posição, com 3,92 bilhões de dólares em exportações, superando cidades como São Bernardo do Campo, Rio de Janeiro e Santos, ficando atrás somente de São Paulo e São José dos Campos (sede da EMBRAER).

Em primeiro lugar no Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias também garantiu a primeira posição no saldo comercial (exportações menos importações), com 3,55 bilhões de dólares.

De acordo com Jorge Rezende, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Duque de Caxias, a Prefeitura vai promover diversos eventos para incentivar as exportações, que deverão crescer ainda mais este ano. Os números devem subir com a exportação de 150 mil toneladas de polietilenos da Rio Polímeros, empresa-mãe do Pólo Gás-Químico.

A Obvio, fábrica de automóveis em fase de instalação em Xerém, no 4º Distrito, nos galpões da extinta FNM, prevê o início de suas exportações já este ano. Com o aumento das exportações, as empresas do Município têm necessidade de ampliar e produzir mais, gerando mais empregos e contribuindo mais com o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), aumentando assim a participação de Duque de Caxias na divisão final. Em 2005, o repasse de ICMS foi de 306 milhões de reais, o que representa conseqüências extraordinárias para a nossa região.

Sr. Presidente, é motivo de orgulho muito grande para o povo da Baixada Fluminense ver Duque de Caxias em destaque no *ranking* dos Municípios que mais exportaram em 2005.

Solicito a V.Exa que dê ampla divulgação a este pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos registrar nossos votos de profundo pesar pelo falecimento, na madrugada desta quarta-feira, no

Hospital Nossa Senhora do Pilar, em Curitiba, do Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Conselheiro Quielse Crisóstomo da Silva, aos 69 anos.

Ele teve 6 mandatos de Deputado Estadual e é pai do atual Deputado Kielse Crisóstomo da Silva. Ambos têm contribuído muito para o desenvolvimento político do Paraná.

O falecimento de Quielse foi um tanto precoce, em função de uma infecção pulmonar. Ele havia feito, até de forma inédita, um transplante e vivia há anos com um pulmão transplantado.

Para nós, do Paraná, foi uma perda irreparável a do Conselheiro Quielse, que desenvolveu uma longa e profícua trajetória dedicada ao interesse público e à promoção da justiça social.

Nascido no Município de Bocaiúva do Sul, região metropolitana de Curitiba, em 20 de janeiro de 1937, Quielse Crisóstomo era filho de Trajano Crisóstomo da Silva e Benedita Ribeiro da Silva. Casado com D. Nilza Bordini Crisóstomo, tinha 4 filhos: Kielse, Claudiane, Cleyton e Fábio. Fez o Curso de Formação de Oficiais do Exército; formou-se em Engenharia Civil com extensão em Arquitetura pela Universidade Federal do Paraná, em 1963.

Atuou no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária em 1964 e 1965, quando recebeu do então Presidente Castelo Branco, diploma por ter feito o melhor trabalho no Plano de Reforma Agrária. Exerceu o cargo de Engenheiro do Estado do Paraná junto à Secretaria de Estado da Saúde.

Elegeu-se Deputado Estadual junto à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por 6 Legislaturas, de 1966 a 1986, onde exerceu o cargo de Secretário por 3 vezes.

Foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas em maio de 1990, ocupou a Vice-Presidência em 1992 e 1993, quando também foi eleito Presidente do Conselho Superior de Tribunal de Contas do Estado do Paraná; em 1994 foi eleito Corregedor-Geral, e em 1999, Presidente, tendo sido reeleito para o exercício de 2000.

Com uma vida pública marcada pela honestidade e competência, Quielse Crisóstomo deixa um exemplo de seriedade e dedicação a causa humana e à defesa da Justiça.

Em nome de todos os paranaenses deixamos aqui nossa homenagem a esse grande homem e amigo, e nossos votos de pesar a família e amigos que partilham desse momento de dor por essa perda irreparável.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO ALFREDO (PSOL-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a CPRM – Serviço Geológico do Brasil é empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia que há 36 anos vem desempenhando o papel de gerar e de difundir o conhecimento geológico e hidrológico do território nacional.

A CPRM atua em todo o território nacional, com 11 unidades operacionais regionais, além de 1 escritório administrativo, uma sede política, 3 núcleos de apoio técnico, 3 centros de treinamento e 5 depósitos regionais, onde atuam 1.200 funcionários.

Além de gerenciar a rede hidrometeorológica nacional para a Agência Nacional das Águas, com cerca de 4 mil estações de águas superficiais espalhadas de norte a sul, o Sistema Geológico Brasileiro gerencia o único banco de dados públicos de água subterrânea do País. São mais de 80 mil registros até o momento, com prioridade para o semi-árido brasileiro.

No semi-árido nordestino, a atuação da CPRM, em parceria com outros órgãos da administração pública, tem sido de fundamental importância na geração de água para as populações nordestinas, especialmente nos períodos críticos de escassez hídrica. A sua atuação na área se dá através da indicação de locais para novas perfurações, da perfuração direta de novos poços e ainda da recuperação de antigas estruturas produtivas, sendo indispensável para garantir a eficácia das políticas hídricas em todo o País.

No entanto, apesar de sua importância para a infra-estrutura econômica do País, a CPRM vem sendo sucateada ao longo dos anos, sem investimentos em modernização e sem política salarial compatível para o seu quadro de servidores.

Hoje, os maiores salários nominais da empresa, para técnicos com mais de 30 anos de experiência, estão em torno de R$4.000,00. O salário para os iniciantes não ultrapassa os R$2.700,00. Por conta da defasagem salarial, os concursos públicos realizados não têm atraído os profissionais da área. O concurso é vital para a empresa porque nos próximos 2 anos muitos servidores vão se aposentar, e o quadro técnico necessitará de renovação.

Visando corrigir a defasagem salarial da empresa, o Ministério de Minas e Energia patrocinou a elaboração de Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS para a CPRM, que demandou mais de 2 anos de formulações e discussões técnicas, compatibilizado com os padrões dos demais planos do âmbito governamental e embasado por pesquisa de mercado feita por empresa privada do ramo em que se verificam defasagens de mais de 50% para todas as carreiras técnicas.

Na justificativa de encaminhamento do pleito ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o MME considera a aprovação do PCCS da CPRM medida urgente, absolutamente necessária para a viabilização institucional da empresa e, por conseguinte, para a garantia do alcance da meta governamental de incrementar o conhecimento geológico do País à taxa de 4% ao ano, conforme o PPA 2004/ 2007.

Nesse sentido, solicitei através de ofício ao Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, a urgente aprovação do PCCS da CPRM, que desde setembro do ano passado se encontra naquele Ministério para ser analisado, além da defesa pública que faço constar aqui, solidarizando-me com todos os funcionários dessa importante instituição.

Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto.

Sras. e Srs. Deputados, quero deixar registrado nesta Casa o meu protesto e o da família dos soldados Cleoman Fontenele Filho (20) e Robson Mendonça Cunha (19), encontrados mortos dentro de alojamento da Base Aérea de Fortaleza no dia 10 de setembro de 2004, pela forma como vinha sendo realizada a apuração do caso.

A primeira informação sobre o caso veio da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, que sugeriu que Cleoman Fontenele teria matado Robson Mendonça e depois praticado suicídio. Meses depois, a perícia da Polícia Federal disse o contrário: que Robson Mendonça teria assassinado Cleoman Fontenele e depois se matado. Contudo, há várias anomalias que não autorizam a conclusão de que foi suicídio. Sobre isso foram vários os entraves durante o Inquérito Policial Militar, desde a omissão quanto à preservação do local do crime até a manobra do pedido de arquivamento por parte do então Procurador Militar Substituto Antônio Cerqueira, período em que o responsável pelo IPM, Promotor Alexandre José de Barros Leal Saraiva, estava de férias e ainda pendiam algumas diligências.

A versão divulgada na imprensa descreve a seguinte cena: *"O cadáver de Robson estava no colo de Cleoman"*. Meses depois, 2 soldados afirmaram, em depoimento ao Ministério Público, que *"havia uma distância entre os corpos; Robson estaria sentado no chão, com a cabeça caída sobre o colchão e de costas para a porta. Já Cleoman foi encontrado deitado de frente"*. Eles foram os primeiros a chegar ao local do crime, junto com o oficial de dia. E, baseado no depoimento dos soldados, com o surgimento de uma terceira testemunha, chega-se à conclusão de que há fortes indícios de violação da cena do crime, bem como de tentativa de ligar o crime a motivo passional.

O pedido de arquivamento do caso foi negado pela Juíza Maria do Socorro Leal, que ainda requisitou à Procuradoria-Geral da Justiça Militar (PGJM) em Brasília o aprofundamento das diligências. A PGJM resolveu devolver o processo ao Ministério Público de Fortaleza e não aceitou o pedido de arquivamento proposto pelo Promotor Substituto Antônio Cerqueira. Atualmente, estão sendo feitas diligências direcionadas a uma pessoa que surge como suspeito do duplo homicídio.

Cabe aqui dizer que é importante para a Justiça Militar do Estado do Ceará levar a fundo as investigações no sentido de solucionar esse fato de uma vez por todas, não só para dar uma resposta à sociedade e à família dos envolvidos, mas também para que no futuro a idoneidade da instituição não seja comprometida.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a derrota anunciada dá ensejo a manifestações vis e desesperadas, eivadas de mentiras e afirmações hipócritas, todas floreadas com encenações cênicas disfarçadas de atitudes despretensiosas. Foi dessa forma que agiu o Sr. Fernando Henrique Cardoso nos últimos dias. Surpreendido pela recuperação da popularidade pelo Presidente Lula, FHC partiu para ofensiva desmedida que tem como verdadeira intenção ajudar seu partido diante da queda nas possibilidades de vitória nas eleições deste ano.

Talvez sofrendo os efeitos da abstinência do poder, o ex-Presidente tenta demonstrar indignação e acusar o Partido dos Trabalhadores e o Presidente da República, portando-se como fraudulento arauto da probidade.

Basta breve retrospecto da história recente para que caiam as máscaras e seja ridicularizada tal interpretação teatral. Lembro, por exemplo, que foi o próprio FHC que, ainda no início de seu Governo, extinguiu por decreto a Comissão Especial de Investigação instituída no Governo Itamar Franco e composta por representantes da sociedade civil, com o objetivo de combater a corrupção. Recordo ainda alguns casos célebres e ainda quentes na memória do povo brasileiro, como a concorrência do SIVAM/SIPAM, que envolveu denúncias explícitas de tráfico de influência e de corrupção. Volto ainda ao discutido escândalo da Pasta Rosa, que envolvia a descoberta de doações ilegais a políticos da base de sustentação do Governo.

Posso ainda enumerar os escandalosos casos de corrupção praticados nas privatizações realizadas pelo Governo tucano, como a do Sistema TELEBRÁS, ou a venda criminosa da Companhia Vale do Rio Doce,

a troco de banana, embora seja uma das maiores e mais lucrativas empresas brasileiras.

Ainda caberia relembrar os bilhões de dólares das reservas brasileiras queimados pela atuação irresponsável e incompetente de FHC, que segurou a paridade entre o real e o dólar tão-somente para assegurar a sua reeleição em 1998. A imprensa, à época, divulgou que havia esquema dentro do Banco Central para a venda de informações privilegiadas sobre câmbio e juros a determinados bancos. Veiculou lista com o nome das 24 instituições financeiras que mais lucraram com a mudança cambial e outras 4 que registraram movimentação especulativa suspeita, às vésperas do anúncio das medidas.

Não é necessário muito esforço para que venha à tona a lembrança dos bilhões de reais desviados nos escândalos envolvendo a SUDAM e a SUDENE, ninhos da corrupção tucana, ou outras peripécias do Governo do PSDB, como o investimento ilegal e eticamente inexplicável da liberação de verbas para a obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, a época já condenada pelo Tribunal de Contas da União.

Mas nada disso parece constar da memória do Sr. Fernando Henrique, que prefere esquecer o seu passado para condenar o Governo Lula pelos fatos que, diferentemente do passado, hoje são investigados.

Esse esquecimento e todo esse ódio destilado advêm da frustração de ver um torneiro mecânico conseguir levar o País a uma trajetória de desenvolvimento para a qual o sociólogo (e agora teatrólogo) não teve capacidade. Resulta da constatação de que a sensibilidade para tomar decisões de autêntico representante do povo brasileiro vale mais do que o academicismo corrompido do nosso ex-Presidente, e de que, como nunca nos últimos 10 anos, o Brasil consegue enfrentar com vigor o desemprego e a miséria, sem comprometer a sua credibilidade e o projeto de desenvolvimento econômico.

O Partido dos Trabalhadores sangrou e sofreu muito com os fatos ocorridos nos últimos 12 meses. Embora a maioria das denúncias não tenha sido comprovada, aquelas verificadas atingiram o âmago da nossa maior bandeira: a ética e a honestidade. Por isso sofremos e lamentamos os atos praticados por alguns de nossos membros. O PT sente-se como um pai de família que, dentre seus muitos filhos, presenciou e teve de admitir o erro e o desvio de alguns deles. Mas, como o pai de família, o Partido dos Trabalhadores não pode nem deve aceitar que os membros honestos de sua casa sejam objeto de críticas pelas velhas raposas.

No mais, a hipocrisia, a mentira e o cinismo não são nada mais do que os sintomas da derrota anunciada e da crise pela abstinência de poder.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer que estamos preocupados com a estiagem no Nordeste. Muitas Prefeituras não têm condições de assegurar o abastecimento de água à população. Portanto, solicito ao Ministério da Integração Nacional que libere recursos para que o abastecimento de água às famílias nordestinas não seja interrompido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornalista cearense Edilmar Norões, Diretor de Programação da *TV Verdes Mares*, vem de ser homenageado pela Federação das Indústrias do Ceará, em razão de haver cumprido 50 anos de atividades profissionais, escalonando por todas as funções na área da comunicação, fazendo-o sempre com invulgar devotamento e imparcialidade.

Natural de Barbalha, foi na *Rádio Araripe* do Crato que o seu correto desempenho começou a caracterizar-se ininterruptamente, ensejando, em seguida, o deslocamento para a Capital, quando lhe surgiram convites fascinantes na imprensa escrita, rádio e televisão.

Com talento fulgurante, granjeou, aos poucos, o respeito dos nossos coestaduanos, despontando em razão de inafastável equilíbrio nas matérias que assinava, sem partidarizar os comentários políticos, redigidos em estilo primoroso, que servia de tema destinado à discussão permanente entre os segmentos diretamente interessados na divulgação.

Com uma coluna no *Diário do Nordeste*, tornou-se observador dos fatos políticos emergentes, uma vez que as ilações que extraía de fatos relevantes confirmavam-se com precisão, o que lhe deu a mais absoluta credibilidade entre o público ledor.

Prestigiado no seio da categoria a que pertence, preside, com extrema dedicação, a Associação Cearense de Rádio e Televisão – ACERT, entidade que levou a cabo, no ano passado, uma promoção, destacando os melhores em seus respectivos setores de atuação, sendo distinguida a radiodifusora Maria Lins, da *Rádio Maciço de Baturité*; o ex-Senador Cid Sabóia de Carvalho, reputado melhor comunicador; o Sr. João Carlos Mendonça, na condição de dirigente da empresa Loteria Estadual; e o Presidente da Assembléia Legislativa, Marcos Cals, em razão do prestígio que há assegurado aos trabalhos do Comitê de Imprensa junto àquele Poder.

No Congresso, de âmbito nacional, que a ABERT promoveu no ano passado, coube a Edilmar Norões apresentar uma série de sugestões oportunas, endos-

sada não só pela delegação cearense, mas, igualmente, pelas de outras unidades federadas.

No que tange à Frente Nacional de Rádio Difusão, instituída por iniciativa do nosso colega Ivan Ranzolin, Edilmar foi um dos consultados sobre a iniciativa, lembrando a necessidade de promover-se uma atualização na legislação pertinente.

A liderança de Edilmar Norões consolidou-se regional e nacionalmente por força de sua competência e da maneira isenta em que se há posicionado, defendendo as liberdades públicas, como o fez ao tempo em que estas sofreram restrições no regime militar.

Agora, ao discutir-se a momentosa questão da TV digital, o ilustre conterrâneo apresta-se para colaborar em comissão de alto nível, num momento de modernização por que passará tal inovação, defendida pelo Ministro Hélio Costa.

Ao registrar, desta tribuna, a homenagem de que foi alvo Edilmar Norões por parte de empresários da nossa Capital, desejo cumprimentá-lo efusivamente, testemunhando, também, o meu aplauso ao seu labor fecundo em esfera vital para os formadores de opinião em nosso País.

O SR. CORIOLANO SALES (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com o intuito de tratar da resolução que determina o fim do nepotismo no Poder Judiciário que venho a esta tribuna.

Já no próximo dia 14 expira o prazo para que seja cumprida a Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que veda a prática de nepotismo no âmbito do Poder Judiciário. Todos os ocupantes de cargos de comissão ou função gratificada que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade dos magistrados deverão, segundo o CNJ, ser exonerados de suas funções.

O nepotismo é herança que remonta ao Brasil Imperial. É inconcebível que hoje, no Estado Democrático, continue vigente prática diretamente contrária ao princípio da igualdade. E me refiro aqui ao princípio da igualdade em sua dimensão formal, ou seja, aquele segundo qual todos, em paridade de armas, podem ascender ao cargo público. É mister que tenhamos em mente sempre o art. 5º da Constituição Federal, segundo o qual todos são iguais perante a lei. A prática do nepotismo fere a Constituição e afronta também os princípios que regem a administração pública, principalmente no que tange à moralidade e à impessoalidade. Ademais, essa prática é nociva aos seus próprios beneficiados, que carregam a pecha de incompetentes por não estarem empregados por méritos próprios.

Mudar não é fácil. E é justamente por isso que diversos órgãos vêm impondo resistência ao cumprimento da Resolução do Conselho Nacional de Justiça. Muitas ações foram propostas no decorrer da semana com o escopo de deixar em seus cargos os servidores que serão atingidos pelo cumprimento da resolução. E é diante dessa dificuldade que venho enaltecer o recém-empossado Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Desembargador Benito Figueiredo, pela atitude vanguardista e destemida de acatar a resolução, numa tentativa de extirpar a prática do nepotismo do Judiciário da Bahia.

Em um país em que a administração pública é açoitada com denúncias de corrupção e mau uso da verba pública, medidas que combatam a falta de ética e o distanciamento da retidão devem ser amplamente apoiadas e seguidas. É preciso combater essa prática dinástica e manter firmes os ideais de Justiça. A prática clientelista de conceder empregos ou contratos públicos com base não no mérito, mas nas relações de parentela viola o dever de lealdade em relação à administração e ao patrimônio públicos. Não é dado ao administrador público utilizar o patrimônio pertencente e destinado à coletividade em interesse próprio. A prática de qualquer ato administrativo está adstrito à lei e à Constituição. Esquecer-se disso é romper com o sistema democrático em que vivemos. É preciso restabelecer a confiança nas instituições democráticas. Os anos de desgovernança usurparam o respeito e a credibilidade do que é público.

É salutar o passo dado pelo Conselho Nacional de Justiça e seguido pelo Poder Judiciário da Bahia. Já dizia Edgar Allan Poe que não há ato, por mais nímio que pareça, que não produza resultados infinitos. Apenas a discussão levantada pela Resolução do CNJ já justifica o seu fim. Que os desdobramentos dessa aparente conscientização sejam úteis aos mais nobres ideais do Poder Judiciário.

O SR. LAEL VARELLA (PFL-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cada ano os debates do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, debruçam-se sobre as seguintes perguntas: como enriquecer ou tirar da miséria povos e nações? O que explica o sucesso de algumas nações? Que forças levam algumas nações e indivíduos a avançar e a enriquecer, enquanto outros ficam estagnados?

Estas são as questões mais importantes das Ciências Sociais de hoje. Na arena acadêmica, estudiosos gladiadores brandem livros e oferecem teorias.

As perguntas acima foram formuladas pelo colunista do **The New York Times David Brooks**, no artigo *Os Santos Capitalistas*, transcrito pelo jornal *O Esta-*

do de S.Paulo. Brooks começou por lembrar as várias correntes ideológicas, entre elas os deterministas materiais como Jared Diamond, com seu popular *Armas, Germes e Aço*, onde mostra que o Ocidente ficou rico não por causa de alguma superioridade inata, mas porque os europeus tinham, por acaso, os tipos certos de plantas. Felipe Fernández-Armesto, com seu tomo *Civilizations* (Civilizações), argumenta que o sucesso é determinado pelo clima e pela geografia.

De outro lado, estão os deterministas culturais como Thomas Sowell, com argumentos de que os grupos étnicos desenvolvem suas próprias habilidades e valores e prosperam ou sofrem à medida que competem, conquistam e migram.

Em sua grande obra **A Riqueza e a Pobreza das Nações**, David Landes mostra como os costumes culturais moldaram os impérios europeus e a Revolução Industrial.

Depois, Brooks anuncia outro peso pesado acadêmico que entrou na arena. Em seu novo livro, **A Vitória da Razão**, o sociólogo Rodney Stark, da Universidade Baylor, argumenta que o Ocidente enriqueceu porque inventou o capitalismo. Isso não é novo. Inusual é a sua descrição de como o capitalismo se desenvolveu.

A visão convencional, adotada pela maioria de seus colegas deterministas culturais, é a de que, durante o Renascimento e a Reforma, os europeus se livraram da autoridade da Igreja Católica. Quando um mundo secular foi criado ao lado do mundo sagrado; quando a liberdade intelectual substituiu a obediência à autoridade, os resultados foram o capitalismo e os avanços científicos.

Essa teoria, diz Stark, não se encaixa nos fatos. Na verdade, o capitalismo se desenvolveu na Idade Média, e as inovações importantes foram obra de pessoas no âmago da fé. A religião não sufocou as idéias econômicas e científicas. Pelo contrário: ela as nutriu.

Stark baseia-se nas recentes pesquisas que reverteram antigos preconceitos sobre a chamada Idade das Trevas. Ainda em 1983, o estimado historiador Daniel Boorstin pôde escrever um capítulo sobre a Idade Média, intitulado *A Prisão do Dogma Cristão*.

No entanto, quanto mais aprendemos, mais percebemos que a maior parte do progresso que associamos ao Renascimento ou a épocas posteriores, na verdade, aconteceu durante a Idade Média. Um século antes de Copérnico, Jean Buridan (cerca de 1300-1358) escreveu que a Terra era uma esfera girando em torno de um eixo. Buridan, Reitor da Universidade de Paris, foi sucedido por Nicole d'Oresme (1323-1382), que explicou por que a rotação da Terra não produz vento.

Outros escolásticos medievais fizeram descobertas semelhantes em economia e tecnologia. Quinhentos anos antes de Adam Smith, Santo Alberto Magno explicou o mecanismo de preços como aquilo que "os bens valem segundo a estimativa do mercado na hora da venda".

Mosteiros católicos surgiram como empreendimentos capitalistas, servindo não apenas como centros de manufatura e comércio, mas também como casas de investimento. E engenheiros inventaram ou comercializaram vasta série de tecnologias: a bússola, o relógio, o barco de fundo redondo, a carroça com freio e eixo dianteiro, a roda hidráulica, os óculos, e assim por diante.

Tais inovações e descobertas, argumenta Stark, não foram obras dos novos laicos e, sim, de pessoas com senso do sagrado claramente cristão. A teologia católica lhes ensinara que Deus havia criado o Universo segundo leis universais que a razão podia descobrir. Ensinara que o conhecimento e a História avançam progressivamente, e por isso as pessoas deveriam olhar para o futuro e não para o passado.

A Igreja reconheceu a dignidade do trabalho livre antes da maioria das outras culturas. Ela valorizou a propriedade privada e sublinhou a igualdade essencial dos seres humanos, a despeito de suas rendas e situações desiguais.

Essa história é importante hoje (e não só porque Santo Alberto Magno sabia mais sobre reconciliação de fé e razão, há 700 anos, do que os falsos guerreiros culturais sabem agora). Ela é importante porque lidamos com a pobreza no mundo ou em casa, e não basta simplesmente libertar as pessoas e supor que elas buscarão automaticamente a prosperidade econômica. As pessoas precisam ser imbuídas de certas crenças, como as de que o futuro pode ser melhor do que o presente e de que os indivíduos têm o poder de moldar o próprio destino.

Sr. Presidente, as idéias e a cultura impulsionam as civilizações. A Igreja Católica nutriu um dos mais impressionantes saltos econômicos da história humana. *"Hoje, enquanto o catolicismo se difunde pela África e pela China, é importante compreender as crenças que encorajam as pessoas a trabalhar duro e enriquecer"*, finaliza David Brooks.

De fato, será pela preservação dos valores da civilização cristã, baseados no direito de propriedade e na livre iniciativa, que alcançaremos a prosperidade material e moral.

Tenho dito.

O SR. REINALDO GRIPP (PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à esta tribuna para comunicar à Casa que, no último dia 6 de fevereiro de 2006, para a satisfação da população de Queimados e Japeri principalmente,

foi dado início às obras do sonhado e necessário viaduto de Queimados, prometido desde 2002 e negociado por todo ano de 2005.

Atualmente, quando se passa pela entrada do Município de Queimados para retornar é necessário percorrer aproximadamente 30 quilômetros; e, para ter acesso ao Distrito Industrial, aproximadamente 20 quilômetros. Daí a importância do viaduto. Em função disso, o Distrito Industrial sofreu muito com a saída de mais ou menos 30 empresas lá instaladas, o que gerou perda de impostos substanciais e diminuição considerável da oferta de trabalho, contribuindo ainda mais para a diminuição da qualidade de vida daquele povo sofrido por anos e anos de abandono e esquecimento das autoridades municipais, estaduais e federais.

Sr. Presidente, a região é extremamente pobre; valas negras por todo lado, eis que somente 30% do Município contam com saneamento básico. Historicamente, trata-se de uma população com incidência média de casos de hanseníase e tuberculose.

Enfim, toda gama de problemas assolam aquela população sofrida e desamparada da Baixada Fluminense. Digo isso para falar da importância deste viaduto. Queimados não deve se dar o luxo, não tem o direito e não pode perder uma vaga no mercado de trabalho, pois entendemos que é com emprego que vamos melhorar a qualidade de vida da população.

Temos dados que nos asseguram um aporte de recursos advindo de empresas que vão se instalar no Distrito Industrial, algo na ordem 5 milhões de reais mensais, com a criação de 1 mil empregos diretos e 3 mil indiretos, aproximadamente.

Gostaria de parabenizar o Prefeito de Queimados, Rogério do Salão, pela dedicação, empenho e determinação na busca desse empreendimento, que, não tenham duvidas, irá alavancar a economia em toda a região.

Queremos agradecer também ao Ministro dos Transporte, Alfredo Pereira do Nascimento, que não poupou esforços para que tal fato acontecesse, ao Diretor-Geral da ANTT, José Alexandre Nogueira de Resende, que muito ajudou na concretização dessa obra, à Concessionária Nova Dutra pela sensibilidade de perceber a importância social desse viaduto. Para finalizar, parabenizamos também a população queimadense por mais esta conquista. Não podemos esquecer que há mais ou menos 15 dias recebemos a visita do Presidente Lula no Município para assinatura do convênio para o reinício das obras do Hospital Geral de Queimados.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. GERALDO RESENDE (PPS-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as denúncias de corrupção contra o Governo do PT parecem não ter fim. Depois do escândalo do mensalão, do recebimento ilegal de dinheiro de Cuba para a campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do esquema do chamado "valerioduto", no qual se envolveram diversos órgãos da Administração Pública Federal e instituições financeiras, surge nova denúncia, desta vez envolvendo a empresa Cobra Tecnologia, subsidiária do Banco do Brasil.

A rapinagem foi tema de matéria publicada na edição de domingo passado da revista **ISTOÉ** e na edição de ontem do jornal **Correio do Estado**, de Mato Grosso do Sul. E o esquema, a exemplo dos demais no qual se chafurdaram alguns próceres do PT, envolve considerável soma de dinheiro, algo em torno de 8 milhões e 800 mil reais.

Segundo o que foi publicado, em setembro de 2004 foi firmado contrato entre a Cobra Tecnologia e o Ministério do Trabalho e Emprego, para que a primeira desenvolvesse *software* para o gerenciamento do programa denominado Primeiro Emprego, do Governo Federal. O valor do contrato: 9 milhões e 200 mil reais. Para desenvolver o programa, 3 empresas se apresentaram, além da Cobra Tecnologia, cada uma delas detalhando o custo de seus serviços. Até aí nada de anormal.

No entanto, segundo a denúncia, por trás dessas 3 empresas que participaram do certame estava uma única pessoa, identificada pela revista **ISTOÉ** como Patrícia Klavdianos, funcionária do Ministério do Trabalho. Uma armação, se confirmadas as informações constantes da reportagem. Do total de R$9,2 milhões do convênio, R$8,8 milhões foram pagos à Cobra Tecnologia, que, por sua vez, repassou a uma empresa de Campo Grande, a COMPNET, a maior parte do dinheiro, para que esta desenvolvesse o *software*.

Hoje, quase 2 anos depois, o *software* ainda não foi entregue ao Ministério do Trabalho. E nos chamam a atenção os bastidores de mais esse ato de corrupção. O proprietário da COMPNET, identificado como Adriano Aparecido Chiarapa, disse ter sido obrigado a pagar propina – ele não indica a quem foi pago esse dinheiro – no valor de R$300 mil para que viesse a desenvolver o *software*.

Bastante estranha a denúncia do empresário, já que ele representou a Cobra Tecnologia quando o convênio foi firmado com o Ministério do Trabalho, na condição de diretor de tecnologia da empresa. Não sabemos se a propina de R$300 mil foi ou não paga, mas toda essa situação com certeza deve ser investi-

gada. O que se sabe, segundo a revista **ISTOÉ**, é que existiriam depósitos bancários no valor de R$15 mil em favor de Sebastião Ubirajara, ex-Coordenador de Informática do Ministério do Trabalho.

Consta ainda da matéria a informação de que pelo menos 15 pessoas teriam sido exoneradas do Ministério do Trabalho por envolvimento nesse esquema, entre os quais o então Secretário-Executivo da Pasta, Alencar Ferreira.

Sras. e Srs. Deputados, essas são as informações que entendemos necessárias para que esta Casa cobre providências do Ministério Público, da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União, visando à apuração integral dos fatos. No exercício de nossas prerrogativas como Deputado Federal, estamos encaminhando a essas 3 instituições expediente cobrando procedimentos de investigação.

Quase 9 milhões de reais foram parar no ralo da corrupção. O montante deve ser devolvido aos cofres públicos, sem prejuízo os demais atos necessários à apuração dos nomes dos envolvidos e da conseqüente aplicação das sanções cíveis e criminais que o caso requer a cada um deles.

Chega de corrupção! Vamos extirpar essa chaga, antes que ela acabe com o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. DR. HELENO (PSC-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não nasci no Rio de Janeiro, mas, sem que isso tenha significado a renúncia à terra natal, adotei a cidade de Duque de Caxias como lar e fui por ela adotado. Foi ali que me lancei profissionalmente e ali também me iniciei na política. Tem sido para o seu povo a minha luta de muitos anos, em mira sempre o desenvolvimento local e a melhoria das condições gerais de vida da população.

Não poderia, assim, deixar de registrar esse novo marco alcançado pelo Município, fato que motiva imenso regozijo e, mais ainda, reforça o orgulho que sinto pela terra de perfilhamento.

Refiro-me ao desempenho, em 2005, de Duque de Caxias, na qualidade de Município exportador. No *ranking* há pouco divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a cidade aparece como a terceira maior do País na atividade, atrás somente de São Paulo e São José dos Campos. Superou centros como Rio de Janeiro, São Bernardo do Campo e Santos, tradicionalmente bem colocados nesse tipo de apuração.

No ano passado, Duque de Caxias registrou o maior superávit do País, da ordem de US$3,55 bilhões. As vendas para o exterior chegaram à surpreendente cifra de US$3,92 bilhões, 219% a mais do que em 2004, quando ficou em 12º lugar.

O salto espetacular deve-se principalmente às vendas de petróleo, dado que o Município sedia a Refinaria Duque de Caxias, a REDUC, nossa velha conhecida. A PETROBRAS é, portanto, a grande alavanca para que tenha chegado a esses números. Por um terminal próprio localizado na Baía da Guanabara, a estatal, que é de longe a maior exportadora brasileira, embarca derivados produzidos em Caxias. Outras empresas, do setor petrolífero ou não, instaladas no Município e que vendem ao exterior, também deram a sua contribuição.

Na verdade, Sr. Presidente, nobres colegas, ao longo de todo o ano passado as indústrias de petróleo e derivados sediadas em Duque de Caxias produziram e venderam mais e a melhores preços, tornaram-se mais competitivas, favorecidas pelo aumento dos valores da *commodity* no mercado internacional – o petróleo bruto subiu em média 38,54%; o óleo combustível, 61%; e a gasolina, 30,11%.

Essa conjunção de esforço e sorte – se é que se pode assim dizer – nos autorizam a grandes expectativas. O que imaginamos doravante é que o desenvolvimento socioeconômico originado desse fato não apenas se sustente, mas também propicie mais empregos, melhores salários e, portanto, níveis de vida cada vez mais elevados para os cidadãos que trabalham e moram na região.

Historicamente, Duque de Caxias ficou conhecida como cidade-dormitório do Rio de Janeiro. Foi assim desde sempre, até mesmo depois de sua transformação em Município, em 1943. Mas a realidade hoje é outra e vem demonstrar como se muda um destino de pobreza e desesperança. Com cerca de 843 mil habitantes, segundo estimativas do IBGE, a cidade há muito – e, nos últimos tempos, mais ainda – tem vida própria. Com forte atividade econômica, é a segunda arrecadadora de ICMS do Estado, gera riqueza e constitui pólo importante de consumo, negócios, cultura e lazer.

Nesta oportunidade, quero congratular-me com a população de Duque de Caxias, com todos aqueles que fazem o cotidiano da cidade: o Prefeito Washington Reis e as demais autoridades, trabalhadores, donas de casa e integrantes de organizações comunitárias.

É meu desejo que cada um dos habitantes de Duque de Caxias realmente se beneficie com o progresso que finalmente chegou. E quis Deus que isso ocorresse durante a administração do Prefeito Washington Reis.

Era o que tinha a dizer.

O SR. B. SÁ (PSB-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, leio, na íntegra, uma nota publicada hoje na seção *Painel* da *Folha de S.Paulo*:

"Três estrelas

Um dado chamou a atenção do MEC na lista das escolas cujos alunos obtiveram as melhores médias no Enem, a ser divulgada hoje pelo ministro Fernando Haddad: 3 dos 50 estabelecimentos privados ficam em Teresina (PI). São os colégios Dom Barreto, Santa Maria Gorete e São Francisco de Sales".

Sr . Presidente, ao mesmo tempo em que faço este registro para que conste dos Anais da Casa, congratulo-me com os que fazem com que esses 3 estabelecimentos de ensino trabalhem com a maior seriedade. Isso destaca nossa Capital, Teresina, como uma das mais avançadas na área de serviços, não só na educação como também na prática médica de escol que lá já se desenvolve.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com satisfação que venho a esta tribuna parabenizar o Presidente do Tribunal de Contas da União, o nosso colega e ex-Deputado Adylson Motta, pela absoluta isenção política que tem mantido em sua gestão.

Como muito bem observou o Presidente do TCU na mensagem enviada aos servidores do órgão, por ser ano eleitoral, 2006 é período atípico em que estarão em jogo grandes interesses que, certamente, vão se traduzir em ações e debates acirrados, envolvendo os mais diversos segmentos da sociedade brasileira. É, portanto, como afirma o Presidente do TCU, *"momento de grande cautela, rigor e recato no cumprimento das funções, principalmente, por parte dos gestores públicos".* Ao TCU cabe, de maneira especial, pela natureza do trabalho que lhe é atribuído pela Constituição Federal, redobrados cuidado e sensibilidade no exercício de suas tarefas, no sentido de garantir a boa aplicação dos dinheiros públicos, de modo que se traduzam em ações eficientes para a sociedade brasileira.

É muito gratificante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, observar o elevado espírito público do Presidente Adylson Motta, que demonstra, por seus atos e palavras, ter plena consciência da devida distância que os dirigentes e funcionários de um órgão público devem manter de ambições político-partidárias.

Neste momento grave de conflito entre os Poderes, provocado por decisões polêmicas tomadas pelos tribunais do País, a postura de dirigentes como o ex-Deputado Adylson Motta sobressai como exemplo de integridade e retidão.

Quero mais uma vez parabenizá-lo por sua atuação ética e competente à frente do Tribunal de Contas da União e faço votos de que a postura íntegra de Adylson Motta sirva de exemplo e de inspiração para os magistrados do nosso País.

Aproveito para destacar, Sr. Presidente, as decisões polêmicas que hoje atingem a honra de uma das melhores figuras desta Casa: V.Exa. Desde quando aqui cheguei, há 7 mandatos, vi em V.Exa., que já estava no Parlamento, exemplo de retidão, liderança e competência. E não concordo com o noticiário distorcido de hoje.

Quero me solidarizar com V.Exa. e dizer que sou testemunha de sua trajetória competente e bastante significativa para esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nobre Deputado, o Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Maranhão, por unanimidade, concluiu que não havia trabalho escravo. Alguns órgãos da imprensa divulgaram isso hoje. Era obra terceirizada.

Quando se iniciou a fiscalização, diziam que havia trabalho escravo. A notícia saiu nos jornais pela manhã, e a fiscalização só chegou na fazenda à tarde. Levaram um delegado e 10 agentes da Polícia Federal, que se retiraram da fazenda dizendo que lá não havia trabalho escravo. Não havia arma nem barracão. A fazenda é cortada por uma estrada do Maranhão; fica a 8 quilômetros de uma cidade. O pessoal ia trabalhar e voltava para casa de bicicleta todos os dias.

Trata-se de armação política. Nada mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me solidarizar com V.Exa. porque o conheço e espero que não se abata diante dessas denúncias. Reconheço que é armação rasteira contra um homem público da estirpe de V.Exa.

Aproveito a oportunidade para registrar uma carta da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público, enviada a cada Parlamentar desta Casa, que trata da necessidade de se colocar no Orçamento percentuais que recuperem o ganho dos servidores públicos. Na carta, faz-se um longo histórico e demonstra-se que, no Governo Lula, as perdas deverão ser recuperadas.

É importante entrarmos nessa luta. Cada Parlamentar precisa ter essa carta como base, para saber o que se passa com os funcionários públicos.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. autorização para essa carta da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público conste dos Anais desta Casa. No meu entendimento, todas as reivindicações são justas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

Estimado Parlamentar,

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF), que representa cerca de 70% de todos os servidores lotados no Executivo Federal, vem por meio desta solicitar seu importante apoio para resgatar a dignidade de trabalhadores da União preteridos pelos últimos governos e massacrados por mais de doze anos de arrocho salarial severo.

A falta de investimentos no setor público apresenta, há algum tempo, efeitos perversos que vem se agravando a cada dia, fazendo com que mais de 600 mil trabalhadores civis distribuídos em quase todos os órgãos públicos da União tenham perdido completamente seu poder de compra. Destaque para os aposentados que sofrem com a política que fere um direito constitucional de todo o servidor, garantido por lei: a paridade.

Hoje, grande parte dos servidores do Executivo encontra dificuldades objetivas para executar seu trabalho. De forma preocupante, dados acumulados ao longo dos últimos anos mostram que o descaso dos governos anteriores, infelizmente ainda mantido, tornou o serviço público visivelmente mais fraco, mais pobre e mais fragilizado.

Ressaltamos, como indicativo primeiro da perda de produtividade e de qualidade no atendimento à população brasileira, o número de servidores ativos que compõem o quadro de funcionários da União. **Entre 1995 e 2004, os servidores civis do Executivo Federal passaram de 1.141.368 (um milhão, cento e quarenta e um mil, trezentos e sessenta e oito) para 1.170.455 (um milhão, cento e setenta mil, quatrocentos e cinquenta e cinco).** Este aumento de menos de 29 mil ativos, além de baixíssimo, não chega a representar crescimento real. **A partir de 2004, os números já indicavam que os servidores aposentados e pensionistas representavam 7% a mais do total de ativos.** Nota-se aqui a urgência de se investir no setor com a imediata renovação no quadro de funcionários da União.

No entanto, esta não é a única demonstração da queda vertiginosa do serviço público. O gasto com dívidas e a falta de investimentos em políticas públicas é um dos indicadores mais evidentes deste problema crônico.

Superávit x Políticas Públicas

O setor público encerrou o ano de 2005 com um superávit de 4,97% do Produto Interno Bruto (PIB). O resultado indica que, apesar do esforço feito para liberar recursos no fim do ano, a economia feita em dezembro passado superou a de igual mês em 2004.

O resultado do ano passado também ficou acima das previsões oficiais e de analistas do setor privado que projetavam 4,75% do PIB, segundo o último boletim divulgado pelo Banco Central. A meta oficial para o superávit de todo o setor público (União, Estados, Municípios e estatais) era de 4,25%. Este é o segundo maior resultado desde que o Banco Central começou a apurar a série histórica, em 1991. O recorde, registrado em 1994, foi de 5,21% do PIB.

Verifica-se que o problema dos orçamentos financistas determinados pelas regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como pela própria prioridade estabelecida em termos de política econômica, não aparece somente nos baixos investimentos em políticas públicas, aparece também nos parcos e distorcidos investimentos salariais.

Produto de uma política de subordinação ao superávit primário, os últimos dez anos foram marcados por administrações públicas desastrosas que acentuaram a destruição dos serviços públicos prestados à população ao mesmo tempo em que procuravam garantir uma maior arrecadação de impostos.

Fruto de uma política de reajustes diferenciados, esta prática aprofundou os desníveis salariais e as distorções no serviço público. Mesmo notando discreta redução dessas disparidades, os dados de 2004 ainda apontavam claramente as gritantes diferenças salariais. **Há setores que receberam mais de 1.000% de incremento salarial, enquanto outros não passaram dos 15%.** A maioria das remunerações no serviço público possui baixos Vencimentos Básicos em detrimento da representatividade das gratificações na remuneração total.

A necessidade da reposição das perdas históricas

Nesse aspecto, com o propósito de que as distorções mencionadas sejam revistas, pensaram-se para o conjunto dos servidores públicos os seguintes aspectos:

- **Não abrir mão do reajuste necessário dos últimos 10 anos;**
- **Considerar a diferença existente no impacto dos reajustes nas remunerações;**
- **Recompor o salário, incorporando todas as gratificações, para que o peso do Vencimento Básico evolua representando 100% da remuneração;**
- **Garantir a recomposição anual a partir deste ano;**
- **Garantir a paridade entre ativos e aposentados.**

A atual perda do poder de compra do servidor está bastante nítida por conta das revisões gerais anuais, estabelecidas após a Emenda Constitucional (EC) 19, de 1998. **Desde esta EC o governo limitou-se a conceder, de 1998 até agora, o radicido índice de 4,64%. Enquanto isso, o ICV/DIEESE acumulou percentual total de 167,49%, entre janeiro/1995 e dezembro/2005.** O período citado, não pode ser desconsiderado, pois representa o momento em que mais se agravaram as disparidades salariais no setor público.

No Plano de Classificação de Cargos (PCC), a decomposição salarial chegou ao ponto em que todas as classes e padrões salariais do nível auxiliar, além de 14 (catorze) referências de 20 (vinte) do nível intermediário e 3 (três) do nível superior, necessitam de **parcela complementar do salário mínimo. O valor do Vencimento Básico (VB) dessas categorias é baixíssimo. Alguns servidores registram VB de R$79,00, valor bem inferior ao salário mínimo, hoje reajustado em R$350,00.**

Negociações com PCC

Com o objetivo de reduzir as perdas históricas e assegurar o direito constitucional à paridade aos servidores do Plano de Classificação de Cargos (PCC), categoria que tem, hoje, os menores salários da administração pública, a CONDSEF apresentou proposta ao governo para encerrar um movimento grevista. Foram apresentamos à mesa de negociação os seguintes valores:

:: R$ 1.550,00 - Nível Superior
:: R$ 750,00 – Nível Intermediário
:: R$ 550, 00 - Nível Auxiliar

Esta primeira proposta, que contemplava a paridade entre ativos e aposentados, gerava **impacto aproximado de R$3bi (três bilhões de reais) ao orçamento da União** sendo rejeitado pelo Ministério do Planejamento.

Vendo a primeira proposta rejeitada e demonstrando disposição para chegar a um acordo, a CONDSEF apresenta nova proposta, desta vez com impacto reduzido para os cofres públicos. A saber:

:: R$ 650,00 – Nível Superior
:: R$ 350,00 – Nível Intermediário
:: R$ 250,00 – Nível Auxiliar

Ainda que reduzida a um impacto de R$ 1bi300 (um bilhão e trezentos milhões de reais), a nova proposta continuou mantendo a paridade entre ativos e aposentados. Neste segundo momento de negociações o governo apresentou contraproposta que seria analisada em estudos de impacto para o Orçamento da União. **A partir deste momento, desde novembro do ano passado, nós, representantes desses servidores, não obtivemos qualquer retorno do Ministério do Planejamento, no sentido de nos ser apresentada proposta oficial ao conjunto dos servidores do PCC. Desde então, mais de 300 mil servidores e suas famílias aguardam o desenrolar destas negociações.**

A mídia interferindo no processo

Mesmo sem ter apresentado oficialmente qualquer nova proposta aos representantes legítimos da categoria, os servidores públicos acompanharam pela mídia, principalmente em matérias publicadas pelo Correio Braziliense entre os dias 27 de janeiro e 01 de fevereiro, o que parecem ser os planos do Ministério do Planejamento para o PCC em 2006.

Em todas as matérias, até o momento, o jornal deixa claro, quando publica tabelas fornecidas pelo próprio Planejamento, que os reajustes anunciados entre 41% e 3% (de acordo com última tabela publicada em matéria do Correio Braziliense desta quarta-feira, 1º de fevereiro), incidiriam sobre a GDATA (Gratificação por Desempenho de Atividade Administrativa).

Ao fazer as contas, esta Confederação verificou que os valores inicialmente apresentados pelo governo estavam drasticamente reduzidos. Comparando a última proposta apresentada com a atual, divulgada nos jornais, toda a categoria se alarmou e repudiou os aparentes planos do governo para o setor.

ATIVOS
(Considerando apenas o último nível da tabela salarial para servidores ativos)

NÍVEL	ÚLTIMA PROPOSTA APRESENTADA AOS SERVIDORES DO PCC PELO MPOG / EM VALORES APROXIMADOS	PROPOSTA PUBLICADA PELO CORREIO BRAZILIENSE / COM IMPACTOS SOBRE A GDATA
SUPERIOR	R$ 616,20	R$ 208,67
INTERMS - DIÁRIO	R$ 208,67	R$ 58,09
AUXILIAR	R$ 96,00	R$ 11,23

Na tabela acima, nota-se a dramática redução comparada à última proposta apresentada (mais de 50% a menos em todos os casos). Uma cápida conferida no que os reajustes representam, caso incidam, como anunciado pela mídia, diretamente sobre a GDATA, confirma o temor da CONDSEF e de todos do PCC.

Valores, em reais (R$) no salário dos servidores do PCC*
Índices calculados sobre valor atual da GDATA

ATIVOS

NÍVEL	VALOR GDATA	NOVA PROPOSTA REAJUSTE % (DADOS MPOG)**	O QUE AUMENTO REPRESENTA $ ***
SUPERIOR	500,40	INICIAL (30,9%) FINAL (41,7%)	R$ 151,62 R$ 208,67
INTERMEDIÁRIO	193,40	INICIAL (16,5%) FINAL (19,8%)	R$ 48,41 R$ 58,09
AUXILIAR	191,20	INICIAL (2,9%) FINAL (6,2%)	R$ 5,25 R$ 11,23

APOSENTADOS

NÍVEL	VALOR GDATA	NOVA PROPOSTA REAJUSTE % (DADOS MPOG)**	O QUE AUMENTO REPRESENTA $ ***
SUPERIOR	250,20	INICIAL (29,7%) FINAL (45,98%)	R$ 74,31 R$ 115,04
INTERMEDIÁRIO	146,70	INICIAL (16,5%) FINAL (19,8%)	R$ 24,21 R$ 29,05
AUXILIAR	98,60	INICIAL (5%) FINAL (5%)	R$ 4,93 R$ 4,93

** *Valores divulgados pela Ministério do Planejamento e publicados em tabela pelo Correio Braziliense de 01/02/06, quarta-feira.*
*** *Valores consolidados em reais feitos com base nos percentuais dos reajustes anunciados*

A proposta apresentada, além de não atender ao pleito dos servidores do PCC, não começa sequer a recuperar o poder de compra da categoria, como o próprio governo vem afirmando que vai acontecer (vide nota publicada pelo site do Servidor, de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). E, o mais grave, continua a ferir um dos princípios constitucionais do qual nenhum servidor público abre mão: o direito à paridade.

Propostas assumidas e ainda não garantidas no orçamento

Reforça-se ainda a necessidade de garantir no Orçamento de 2006, cerca de R$6bi (seis bilhões de reais), necessários para cumprir uma série de acordos firmados envolvendo o governo e a CONDSEF. Os acordos referem-se principalmente a planos específicos de carreiras como

Fazenda, Agricultura, administrativos do MEC, Planejamento, Ex-Território, Banco Central, entre outros. Setores como a Seguridade Social, também têm acordos e termos de compromissos firmados com impacto ainda para 2006. As negociações relativas aos servidores de todo o PCC (Plano de Classificação de Cargos) estão incluídas nesta extensa lista de compromissos assumidos pelo governo.

Nota-se com preocupação que, apesar de todas as negociações e compromissos assumidos durante 2005, não há garantias claras de que o volume de recursos necessário para atender tais pleitos está contemplado nas discussões deste Orçamento.

Preocupada com as incertezas e em busca de verdades para dividir com toda a base que representa, a CONDSEF reforça o pedido junto ao nobre deputado, no sentido de auxiliar esta entidade, a maior da América Latina, a ter o pleito dos servidores que representa atendido, bem como assegurar que os compromissos assumidos pelo governo em 2005 sejam mantidos e garantidos no Orçamento de 2006.

Ainda segundo fontes da grande imprensa, a intenção do governo é a de não deixar nenhum servidor público com perdas salariais durante o mandato do governo Lula (o que representa reajuste salarial aproximado de 29%). É válido reforçar que grande parte das perdas salariais ocorridas é oriunda de períodos anteriores ao deste governo.

Além disso, seguindo a trajetória do governo anterior, os incrementos salariais se deram justamente na parte variável do salário, ou seja, nas respectivas gratificações das carreiras no setor público. Tal política decompõe a situação salarial dos servidores já que privilegia a parte variável em detrimento da parte fixa do salário.

Outro detalhe importante, principalmente em relação aos servidores do PCC, diz respeito ao fato de que as variações salariais ocorridas se deram principalmente por conta da observância da questão legal. Como os vencimentos básicos não podem ser inferiores ao valor do salário mínimo, os salários, principalmente dos níveis Auxiliar e Intermediário, foram acrescidos dessa diferença.

Não se podem esquecer os vetos à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) por parte do Executivo onde, ainda que de forma tímida e controversa, havia-se estabelecido um mecanismo no qual se asseguraria um percentual mínimo a título de revisão geral anual aos servidores públicos federais.

As prioridades quanto às disponibilidades orçamentárias vêm registrando outros destinos não vinculados a uma discussão séria e madura envolvendo a melhoria no setor público brasileiro.

Diante do exposto, viemos solicitar ao nobre deputado que defenda estes trabalhadores massacrados por políticas constantes de arrocho salarial. Causa que interessa também a toda população brasileira, dependente direta do nosso trabalho. Faz-se necessário um esforço imediato para que as perdas históricas comecem a ser corrigidas e não se agravem com mais um ano de descaso e decomposição salarial.

Estamos certos de que os servidores públicos poderão contar com seu precioso apoio.

Cordialmente,

Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

O SR. PAULO FEIJÓ (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, gostaria de me solidarizar com V.Exa. Nós que o conhecemos sabemos da sua honestidade e de seu alto grau de solidariedade. Não admitimos que esse tipo de denúncia maldosa e caluniosa o alcancem. O Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Maranhão precisa ter mais cuidado e respeitar uma das maiores lideranças políticas do nosso País, que dedica a sua vida à causa pública. V.Exa., no dia-a-dia, exercita a política como um ato de fé. Lamentamos esse tipo de situação, mas, infelizmente, a política nos cria esse grau de vulnerabilidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao longo de meus 3 mandatos como Deputado Federal, tenho exercido a defesa intransigente dos interesses das regiões norte, noroeste e centro-norte do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de macrorregião com posição de destaque no território fluminense, seja pelo papel que exerce no panorama econômico, seja por sua vocação inabalável, seja pelo trabalho incansável de sua gente em prol do coletivo.

Assim é que tenho dedicado meus dias, seja entre os gabinetes de diferentes Ministérios, seja no plenário deste honrado Parlamento, a mover esforços que se traduzam em benefícios para a população carente dessa região, notadamente apoiando Prefeituras e instituições de Municípios de pequeno e médio portes no interior fluminense.

Quando levanto a minha voz na defesa do interior fluminense, no plenário desta insigne Casa de leis, busco ecoar as reivindicações de centenas de milhares de habitantes de Municípios com reduzidas condições financeiras que, majoritariamente, dependem de meu mandato como instrumento capaz de dar visibilidade às suas demandas e de torná-las possíveis de serem atendidas, gerando melhorias de qualidade de vida.

Desta forma, tenho-me mantido, ao longo dos últimos anos, em postura inquestionável de proximidade com os Municípios das regiões norte, noroeste e centro-norte do Estado do Rio, estabelecendo canal de diálogo permanente com autoridades políticas, lideranças comunitárias, gente do povo; ouvindo sobre suas necessidades; estabelecendo parceria sem a qual meu mandato não produziria resultados.

É este contato próximo com a realidade regional do interior fluminense que me dá a autoridade para falar dos problemas dos Municípios que represento, perfil de atuação que acentuarei ainda mais em meu terceiro mandato, obtido nas eleições de outubro, priorizando as relações com os Municípios da minha região.

Quero registrar, Sr. Presidente, que essa conduta regional me faz intervir, sempre que possível, em temas que considero de relevância para a economia do interior fluminense. Nesse sentido é que estou neste momento, em plenário, voltando a abordar assunto que muito afeta a região.

Primeiramente, gostaria de me reportar à BR-101, no momento em que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) abriu espaço para que a sociedade civil organizada apresente sugestões para o edital de licitação para exploração, via iniciativa privada, do chamado Trecho Norte, com previsão de que em 2007 seja liberada a sua concessão.

Por várias vezes me manifestei no sentido de solicitar do Governo Federal postura mais respeitosa em relação ao grave cenário que envolve a supracitada estrada federal, conhecida como Rodovia da Morte em nossa região, em função do seu estado de abandono e do traçado ultrapassado que não comporta mais o tráfego pesado, estando hoje complemente subdimensionado.

Considero positivo o fato de a ANTT estar chamando a população dos Municípios cortados pela rodovia federal para expor a sua opinião sobre como pode ser feito o edital de privatização. Isso porque existem temas complexos e polêmicos, como o da criação de 5 praças de pedágio, os valores a serem cobrados, o início efetivo das obras, a extensão da rodovia a ser duplicada e terceiras faixas.

Esperamos manter contato com representantes da sociedade civil organizada para ajudar no encaminhamento dessas propostas de forma organizada à ANTT. Esse é o nosso papel. E vamos nos esforçar para contribuir para que as sugestões da sociedade sejam efetivamente aproveitadas pelo Governo Federal e para que se resguardem, desta forma, os direitos da população.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LEODEGAR TISCOSKI (PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, quero me solidarizar com V.Exa. Tenho certeza de que essa armação será esclarecida, e o tempo certamente corrigirá essas denúncias distorcidas contra V.Exa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se fosse possível compilar tudo o que já se disse e tudo o que já se propôs neste Parlamento em favor das pequenas e microempresas, certamente chegaríamos à conclusão de que há pouco ou quase nada a ser dito ou a ser proposto. Bastaria apreciar e aprovar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas ora em tramitação nesta Casa para abrir ao País a oportunidade de ingressar num novo ciclo de prosperidade, acompanhado de nova configuração na distribuição da renda.

O que falta para que este projeto de lei seja apreciado pelo Plenário? Que forças misteriosas são es-

sas que impedem que o Parlamento brasileiro aprecie proposta que surgiu do seio da sociedade e que vem carregada da esperança de que sejam ampliadas as nossas oportunidades econômicas e sociais? É até admissível que numa democracia – por excelência o regime da pluralidade de idéias – haja pessoas que não concordem com a geração de benefícios tributários e institucionais a determinado segmento econômico. Mas, em nenhuma democracia é admissível a fuga do diálogo, o cerceamento da oportunidade do debate e, mais do que tudo, a oportunidade da decisão pelo voto. Se são essas as premissas que orientam o nosso trabalho parlamentar, por que a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas ainda não veio a plenário?

Por tudo o que já se disse, seria ocioso repetir aqui os benefícios econômicos e sociais gerados pequenas e microempresas. Basta lembrar que elas representam 99% do total das iniciativas econômicas deste País; que elas geram 60% dos empregos nacionais; que elas contribuem com 20% da formação do PIB; e que respondem por 95% dos novos empregos líquidos gerados a cada ano. Que outro segmento econômico deste País evidencia tamanha *performance*?

Da mesma forma seria ocioso repetir os modelos de tratamento institucional e tributário dispensados ao segmento pelos países mais ricos do universo, exatamente aqueles que possuem nas grandes corporações o que aparenta ser o dínamo da sua prosperidade. As economias mais desenvolvidas do mundo sabem, por experiência própria, que a riqueza é formada a partir de pequenas iniciativas. O estímulo aos pequenos negócios, longe de ser uma liberalidade do governo, é uma decisão estratégica porque, mesmo no curto prazo, são eles que asseguram a estabilidade econômica.

Nenhuma nação é próspera por uma riqueza momentânea. Da mesma forma, nenhuma nação é rica e socialmente justa pela concentração da riqueza nas mãos de poucos. É a desconcentração econômica que traz a justiça social. E não há outra forma de desconcentrar a economia senão através da disseminação das oportunidades, vale dizer através da geração e do gradual fortalecimento das pequenas iniciativas econômicas.

Em manifestação anterior desta tribuna lembrei que recente estudo do Banco Mundial, desenvolvido em cerca de 130 países, demonstrou que a abertura de um pequeno negócio no Canadá e na Austrália demanda prazo que não vai além de 2 dias; nos Estados Unidos, este prazo é de 4 dias. Em contrapartida, no Brasil, o prazo médio é de 152 dias, situação que só é mais favorável do que a do Haiti. E, se a comparação de tratamento for pelo lado tributário, vamos constatar que o nosso País está alinhado ao lado dos países mais pobres do mundo.

É esta infernal burocracia, aliada à carga tributária e institucional incompatível com o porte dos negócios das pequenas e microempresas que gera a informalidade que, malgrado todos os seus malefícios, é preciso que se reconheça ser a última esperança do desempregado. Mas essa esperança não precisa necessariamente configurar-se à margem da lei. Por que transformar num "fora-da-lei" o desempregado que almeja ser um novo empreendedor? Por que não lhe assegurar um mínimo de dignidade, criando as condições institucionais para que ele se estabeleça, trabalhe, busque a sua própria prosperidade, contribuindo assim para a grande prosperidade nacional?

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas vai muito além de ser uma norma em benefício exclusivo dos pequenos negócios já institucionalizados: ao estimular a geração de novos negócios, facilitando a sua constituição e a sua operacionalização, ela será o mais duro golpe na informalidade econômica deste País. Mas ela será um golpe no bom sentido; um golpe benéfico que trará à luz das estatísticas e dos benefícios sociais incalculável riqueza hoje escondida; hoje fugindo da lei e dos fiscais; hoje burlando os direitos dos trabalhadores e dos clientes e sonegando todos os demais benefícios econômicos e sociais característicos de uma iniciativa econômica.

De mesma forma, pelo seu alcance nacional, ou seja, pela aplicação compulsória nas 3 esferas do Poder Público, ela proporcionará desenvolvimento econômico e social mais harmônico, assegurando iguais oportunidades de prosperidade para todas as Regiões do País.

Por tudo isso e por tudo o mais que já se disse neste Parlamento em favor da apreciação desse projeto de lei, faço apelo à Mesa, ao Colégio de Líderes e a todas as demais instâncias com poder decisório nesta Casa: vamos dar uma resposta positiva; vamos apreciar o mais rapidamente possível a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. A sociedade brasileira está carente de uma resposta positiva por parte dos segmentos políticos. Está nas nossas mãos a oportunidade de demonstrar ao Brasil que o nosso Parlamento, malgrado todas as mazelas que atormentam o seu dia-a-dia, ainda é capaz de responder afirmativamente aos desafios e aos seus anseios.

Muito obrigado.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago a V.Exa. minha solidariedade com relação às notícias que estão sendo divulgadas hoje pela imprensa, e o faço como maranhense que conhece bem a realidade do seu Estado e

que acompanhou, por interesse pessoal e por amizade a V.Exa., quase toda a tramitação desse processo.

Sei que V.Exa. vendeu essa fazenda há bastante tempo; sei que meu Estado é muito extenso – tem pré-Amazônia, mata cerrada. Naquelas fazendas que se escondem no meio da mata, evidentemente, há trabalho degradante, mas não é o caso de V.Exa.

Afirmo que V.Exa. foi vítima, naquele momento, de uma atitude política, pois desejavam simplesmente colocá-lo no meio de uma situação que V.Exa. ajuda a combater, ou seja, o trabalho escravo.

Portanto, Presidente Inocêncio Oliveira, deixo aqui a solidariedade deste maranhense e peço que conste dos Anais da Casa a nota de esclarecimento distribuída por V.Exa.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

NOTA DE ESCLARECIMENTO

As duas ações que me envolviam, em grau de recurso, julgadas ontem pelo Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, merecem algumas considerações diante da repercussão distorcida veiculada em alguns órgãos de imprensa.

A bem da verdade, que sempre norteou meu comportamento, tanto na vida privada, quanto na pública, presto os seguintes esclarecimentos:

I. Proprietário da Fazenda Caraíbas no Estado do Maranhão, fui alvo de procedimento de fiscalização atípico pelos fiscais do Ministério do Trabalho que a promoveram, pois não realizavam qualquer tipo de fiscalização na região há mais de cinco anos e lá compareceram, sem ordem superior, acompanhados pela imprensa e por agentes da Polícia Federal, fato, no mínimo, inusitado. Ressalte-se que a Polícia Federal retirou-se da propriedade no mesmo dia, porquanto não constataram a existência de trabalho escravo, nem efetuou prisão, nem lavrou ocorrência policial.

2. Embora não fosse responsável pela contratação dos trabalhadores que prestavam serviços por empreitada na propriedade (serviço terceirizado), tomei a iniciativa de regularizar, de imediato, a situação trabalhista de todos eles.

3. Não obstante essas providências, o Ministério Público do Trabalho do Estado do Maranhão houve por bem promover duas ações contra a minha pessoa. Uma ação de Obrigação de Fazer para que tomasse providências quanto às condições de acomodação, alimentação e fornecimento de água potável aos trabalhadores e, outra, por Danos Morais para indenização aos trabalhadores reduzidos à situação análoga a de escravos".

4. O Juiz de primeira instância acolheu o pedido do Ministério Público, havendo recurso da decisão ao Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão.

5. Ao apreciar os recursos, o TRT do Maranhão, por maioria de votos opinou pelo arquivamento da Ação de Obrigação de Fazer por ilegitimidade passiva e perda de objeto, em razão da propriedade ter sido vendida, logo após a ocorrência. Na de Danos Morais, o Tribunal decidiu por quatro votos a três reformar a decisão de primeira instância reconhecendo, por unanimidade, a inexistência da redução dos trabalhadores a situação análoga à de escravo, condenando, entretanto, à indenização por "trabalho degradante" reduzindo o valor da condenação de l0 mil reais por trabalhador para 130 reais por dia trabalhado.

6. Entendo que a decisão contraria a legislação trabalhista, pois altera o pedido inicial já que reconhecem a inexistência de trabalho escravo, transformando a condenação por "trabalho degradante", figura inexistente no ordenamento jurídico trabalhista, fato que, por si só, ensejara recurso ao próprio TRT e, posteriormente ao TST.

7. Finalmente, esclareço que a notícia de que os trabalhadores eram impedidos de sair da fazenda é inteiramente destituída de fundamento, conforme depoimentos de vários trabalhadores que afirmaram no processo que utilizavam suas bicicletas para ir e vir até a cidade de Alexandre Costa, nos fins de semana.

Brasília, 8 de fevereiro de 2006. – Deputado **Inocêncio Oliveira.**

O SR. MAURO BENEVIDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo solidarizar-me com V.Exa., a exemplo do que fez o nobre Deputado Gastão Vieira, diante das insidiosas notícias publicadas pela imprensa hoje.

Esta Casa admira V.Exa. por sua postura absolutamente retilínea na direção dos nossos trabalhos, nas suas atividades pessoais, profissionais e nada macularia sua tradição de prestígio na vida pública não apenas de Pernambuco, mas de todo o País. V.Exa. já exerceu a titularidade da Presidência desta Casa, já foi Secretário do Congresso Nacional e hoje, sem dúvida, é uma das figuras mais preeminentes do Parlamento brasileiro. V.Exa. terá de contar com nosso firme, decidido e solidário apoio diante dessa insinuação que procura desfazer por meio de uma nota de esclarecimento, que já chegou ao nosso conhecimento. Não tem sentido que um homem público do porte e da dignidade

de V.Exa. se veja atingido por uma sentença iníqua, publicada e divulgada pela imprensa de hoje.

Esperamos que os órgãos de instância superior revoguem essa decisão e resguardem a dignidade e a integridade moral de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem a palavra o Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, a exemplo de outros Parlamentares, também gostaria de me solidarizar com V.Exa. A história de V.Exa., Deputado Inocêncio Oliveira, o isenta de qualquer insinuação de que porventura a imprensa possa se utilizar para tingir sua imagem de respeitável homem público.

Sr. Presidente, uso a tribuna neste momento para denunciar mais uma atitude mesquinha, pequena, do Governo Lula em relação ao Estado de Alagoas.

No **Diário Oficial** de ontem foi publicada a Medida Provisória nº 279, de 2006, que destina 80 milhões de reais para socorro a Municípios atingidos por enchentes ou por dificuldades em virtude da seca.

Todo o País sabe que o sertão nordestino sofre talvez a maior seca da sua história. O Presidente Lula atende a todos os Estados do Norte e Nordeste e deixa Alagoas de fora. Não tenho a menor dúvida de que a bancada federal do nosso Estado estará aqui protestando e exigindo do Governo Federal que inclua Alagoas, porque também estamos sofrendo com a seca.

Estivemos reunidos esta semana com Prefeitos da região que pediram a intercessão da bancada federal junto ao Governo.

O ato de retaliar da parte de um Governo por si só é algo que diminui a imagem do Presidente da República; mas retaliar toda uma população já é uma ação pequena e mesquinha.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro a presença em Brasília do Prefeito de Machadinho d'Oeste, Luiz Flávio Carvalho, de integrantes da Câmara de Vereadores e presidentes de associações de pequenos produtores rurais.

O Município, localizado no Sudoeste do Estado de Rondônia, está em expansão. A vinda do Prefeito com sua comitiva é fruto de uma conferência de agricultura realizada naquele Município que estabeleceu vários indicativos, entre os quais implementar ações em parceria com o Governo Federal. Neste momento, o Prefeito encontra-se em audiência com o Ministro Miguel Rossetto, em busca de condições para sustentar, reativar e fortalecer os assentamentos rurais.

Machadinho d'Oeste é o Município do Estado com mais assentamentos rurais. Então a sobrevivência e o fortalecimento da agricultura familiar é muito importante para o progresso daquela cidade.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa. Muito obrigado.

O SR. MANATO (PDT-ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizo os membros da Corregedoria e da Mesa desta Casa que acataram, por unanimidade, a defesa do nobre colega Deputado João Herrmann Neto.

Tínhamos certeza da sua idoneidade e seriedade. S.Exa., com a oportunidade que teve de se defender, comprovou por meio de documentos que realmente não tem nada a ver com aquele fato, pois se tratava do dinheiro de um carro – de alto custo – que dividia com um empresário, o que hoje em dia é algo normal. Isso provou que S.Exa. é um Parlamentar que merece todo nosso respeito. A bancada do PDT, que está apoiando o nobre Deputado João Herrmann Neto, já se reuniu; e tenho certeza de que na reunião do dia 14 esse fato será referendado e a filiação partidária de S.Exa. estará mantida, normalmente.

Sr. Presidente, nobre Deputado Inocêncio Oliveira, quero também me solidarizar com V.Exa., médico, exemplar Deputado em quem me inspiro e de quem inclusive tenho tido apoio nesta Casa, diante dessas notícias mentirosas, caluniosas. Com certeza, V.Exa. não vai se abalar diante dessas aleivosias.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Muito obrigado, nobre Deputado Manato.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (PMDB-AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Inocêncio Oliveira, desejo também, em nome do Estado do Amazonas, solidarizar-me com V.Exa. Já convivo com V.Exa. há quase 16 anos e sei do seu caráter, da maneira como atua na vida pública e privada. Por isso, não tenho qualquer dúvida de que na hora certa a verdade dos fatos haverá de ser impor e serão resguardadas todas as qualidades que V.Exa. possui.

Sr. Presidente, venho registrar a presença em Manaus, no último final de semana, do Presidente da nossa Casa, o nobre Deputado Aldo Rebelo, que lá se reuniu com a bancada federal do Estado, com o Governador Eduardo Braga e com o Prefeito daquela Capital Serafim Correia, ocasião em que pôde tomar ciência

de uma série de problemas que afligem a cidade de Manaus e o nosso Estado do Amazonas. E nós, sem dúvida alguma, ficamos muito felizes por receber lá o Presidente da Câmara dos Deputados Aldo Rebelo.

Desejo registrar também a visita que fizemos, em companhia do Ministro Alfredo Nascimento, aos Municípios de Manicoré, Borba, Autazes, Lábrea, Coari e Tabatinga. Nesses Municípios houve o lançamento de obras para a construção de novos portos nessas localidades. E V.Exa. não imagina como o povo recebeu bem esses benefícios que o Ministério dos Transportes, em parceria com o Governo do Estado, porá à disposição desses Municípios, criando uma infra-estrutura capaz de permitir-lhes uma melhor perspectiva de crescimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro desta tribuna a feliz iniciativa do Presidente Aldo Rebelo de viajar pelo Brasil para conhecer **in loco** os anseios dos Estados em relação à Câmara dos Deputados. No último fim de semana o Presidente Aldo Rebelo esteve visitando o Amazonas, Roraima e Amapá. Em Manaus, S.Exa. encontrou-se com o Governador Eduardo Braga, numa longa reunião, à qual estiveram presentes Deputados Federais e Estaduais e altos funcionários do Estado e do Governo Federal.

A questão fundiária esteve no centro dos debates. O Governador Eduardo Braga pleiteou a ajuda da Câmara dos Deputados ao Estado do Amazonas para conseguir a transferência de áreas federais que estão sendo invadidas e ocupadas por falta de fiscalização. O Governador ressaltou que o maior patrimônio do Brasil hoje são as terras da União na Amazônia. O Presidente Aldo Rebelo prontificou-se a trazer para a Câmara a questão fundiária na Amazônia, anunciando que promoverá um grande debate sobre o tema, a ser realizado em uma Comissão Geral no plenário, com a participação de autoridades e especialistas nessa questão.

A bancada federal do Amazonas pleiteou ao Presidente Aldo Rebelo o apoio para projetos de expansão de cursos de ensino superior no interior do Estado e um maior incentivo à FUNASA para a ampliação da assistência aos indígenas.

Outra reivindicação apresentada pelo Governador Eduardo Braga, com o apoio dos Deputados Federais, foi o aumento do repasse da Lei Kandir, que continua baseado nas importações no ano de 1999, quando o Estado exportava R$300 milhões. Hoje o Amazonas exporta R$3 bilhões.

Aproveito esta oportunidade para registrar as visitas feitas nesse final de semana a vários Municípios do interior do Estado pelo Governador Eduardo Braga e pelo Ministro dos Transportes Alfredo Nascimento, das quais também participamos. Em Manicoré, Borba, Autazes e Lábrea deu-se início às obras de construção de portos. Trata-se de um benefício que vai contribuir para melhorar muito as condições dessas cidades. Em Coari e Tabatinga foram iniciadas as obras de melhora e ampliação das atuais instalações portuárias. Em Coari, o Governador anunciou que em breve dará início à construção de um novo porto, a fim de dotar a cidade de condições para atender ao seu crescimento, que fatalmente vai acontecer, quando for inaugurado o gasoduto que vai levar o gás natural até Manaus.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. LEONARDO MATTOS (PV-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este pronunciamento que faço, infelizmente, ainda é a respeito dos recursos destinados à revitalização do Rio São Francisco previstos no Orçamento do Governo, ao qual nós propusemos algumas alterações, e aguardamos ansiosamente a posição do Relator Carlito Merss sobre essa matéria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde o ano de 2005 temos tentado debater e concluir o processo de apreciação do Orçamento de 2006.

Muitos interesses políticos e eleitorais estão em jogo, pelo fato de ser esse o maior Orçamento da História da república brasileira: mais de R$1,6 trilhão.

Não podemos deixar de ressaltar o papel democratizador do Congresso Nacional no processo orçamentário brasileiro, tendo em vista que nós representamos os anseios de uma grande parcela da população, excluída do recebimento de sequer 1 centavo dos recursos estatais.

Ao integrarmos ao Orçamento da União reivindicações e anseios de muitos cidadãos e de variados segmentos sociais, promovemos sem qualquer sobra de dúvida a distribuição de riquezas.

Foi com esse entendimento que a bancada do Partido Verde e a Frente Parlamentar Salve o São Francisco têm defendido a realocação de recursos orçamentários para o programa de revitalização do Rio da Integração Nacional.

Esse rio, que tem 2.700 quilômetros de extensão, banha 5 Estados da Federação, abrange com sua bacia 504 Municípios (9% do total de Municípios do País) e constitui fonte de renda para milhares de pessoas, está padecendo e poderá não mais servir às futuras gerações como fonte de vida e sustento.

Contrariamente a uma política de revitalização, e em direção a um processo de degradação mais rápida do rio, o Governo pretende transpô-lo sem ter a real certeza dos ditos efeitos da distribuição de água aos Estados nordestinos onde essa fonte de vida é escassa.

Os recursos orçamentários de 2004, 2005 e 2006 refletem e demonstram a inversão de prioridades para o Velho Chico, não se revelando importante a sua recuperação ambiental.

Em 2004 foram aprovados R$9,4 milhões para sua revitalização, e liquidados apenas R$7,1 milhões.

Em 2005 foram orçados para esse mesmo fim R$135 milhões, e liquidados apenas R$31,3 milhões.

Para o Orçamento de 2006 propõem-se R$867 milhões para as obras de transposição, e apenas R$71,4 milhões para a revitalização.

Tanto a bancada do PV quanto a Frente Parlamentar de Defesa do São Francisco se reuniram com o Relator do Orçamento de 2006, Deputado Carlito Merss, a fim de viabilizamos a disponibilidade de mais recursos para a recuperação do rio e promovermos futuramente a transposição de suas águas sem colocarmos em risco a sua segurança hídrica, que já está fragilizada pelos inúmeros empreendimentos degradantes e poluidores de suas águas.

O nobre Relator, a que cumprimento de forma especial deste microfone, mostrou-se disposto a rever os números e recursos para o São Francisco, o que entendemos ser primordial para garantirmos às futuras gerações o uso e gozo dos seus valorosos recursos naturais.

Esperamos do Governo sensibilidade ao nosso pleito, na compreensão de que o aumento – com efetiva aplicação – de recursos públicos para a revitalização promoverá a melhora da qualidade de vida e a distribuição de renda aos milhares de cidadãos, ribeirinhos ou não, que dependem direta ou indiretamente de seus recursos naturais.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, para ser bastante sucinto, está pronto para ser votado um projeto de lei complementar de nossa autoria que prevê tratamento diferenciado para a aposentadoria de pessoas com deficiência, mas exclusivamente no Regime Geral de Previdência.

É indispensável que o Governo envie a esta Casa um projeto de lei complementar que trate dos servidores públicos portadores de deficiência, para que possamos votar de forma conjunta essa questão tão importante para milhões de pessoas em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solidarizo-me com V.Exa. nesse absurdo e estapafúrdio processo a que está sendo submetido. Não vou justificar muito, porque conheço a história de vida de V.Exa. desde os tempos de estudante de Medicina, em Recife, e sei do rigor ético com que V.Exa. pauta sua conduta em todas as atividades que abraçou. Assim sendo, aceite V.Exa. minha solidariedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Prefeito Ricardo Coutinho, da cidade de João Pessoa, inovou no cenário político-administrativo da Paraíba e do Brasil ao criar as reuniões plenárias com a comunidade para uma avaliação franca e desabrida do seu próprio Governo.

As plenárias são um espaço democrático e pluralista onde vozes as mais diversificadas podem manifestar-se em clima de absoluto respeito e tolerância, sem qualquer limitação a não ser no tempo de cada um, em favor de todos.

Pasmem, porém, V.Exas., Srs. Deputados: um espetáculo tão belo e inspirador de convivência democrática veio a incomodar os poderosos do dia, que quiseram torná-lo um instrumento de perturbação e de pretexto para a reintrodução da violência como forma de ação política na Paraíba.

Na semana passada, um desses encontros foi invadido por uma horda de provocadores, que promoveram uma sessão de pancadaria, quebra-quebra e agressões de toda natureza, sabe-se lá a serviço de que sinistros propósitos.

Sabe-se, porém, quem eram e de onde vinham. O grupo era liderado pelo Cabo Sóstenes dos Santos Bezerra, lotado no Gabinete Militar do Governo da Paraíba, assessor do ex-Prefeito Cícero Lucena e pessoa articulada com o aparato de segurança e os núcleos de decisão política da Situação.

É lamentável que cenas dessa ordem ainda aconteçam em pleno dealbar do século XXI. A Paraíba, apesar dos seus foros de civilização, tem uma crônica infeliz de violência em anos eleitorais. Mas a campanha deste ano ainda nem começou, Sr. Presidente. É lamentável que os que deviam responder pelo império da lei e pela preservação da ordem sejam os primeiros a estimular a baderna como forma de intimidação, com arreganhos da força ou recados temerários a adversários políticos.

Ninguém vai submeter-se, é claro, a essas ameaças. O espetáculo das plenárias vai prosseguir, com todo o seu conteúdo didático, a sua exemplaridade e o seu impacto no controle social. Mas isso não exime o Governo do Estado da sua obrigação de esclarecer, apontar e punir os culpados.

Hoje é impossível não se estabelecer uma relação entre aqueles desmandos e a hierarquia palaciana. A omissão ou leniência, por parte da autoridade, além de confirmar as suspeitas, amplia o risco de as coisas saírem de controle, ao sabor de interesses escusos ou paixões desmedidas, ao longo do ano.

A esse respeito, meu partido, o Partido Socialista Brasileiro, Secção da Paraíba, fez divulgar nota de apoio ao Prefeito Ricardo Coutinho e de repudio aos atos de violência praticados contra um dos instrumentos mais efetivos de participação já construídos pela gestão e pelo povo de João Pessoa.

A nota conclui exigindo dos Poderes constituídos a rigorosa apuração e a punição dos responsáveis, sob pena de cumplicidade com o episódio.

Peço a transcrição, na íntegra, desse importante documento nos Anais da Casa.

Muito obrigado.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

CONTRA A VIOLÊNCIA
A FAVOR DA DEMOCRACIA

A Executiva Municipal do Partido Socialista Brasileiro - PSB do município de João Pessoa - vem manifestar seu mais irrestrito apoio às iniciativas da Gestão do Prefeito Ricardo Coutinho, de realizar, em João Pessoa, a experiência mais exitosa de participação e democratização popular na gestão de um município no estado da Paraíba, através das Plenárias Populares e das Instâncias do Orçamento Democrático.

Nosso apoio e solidariedade são irrestritos àqueles que constroem sem medo das ameaças e tentativas de baderna e intimidação, a participação popular através da ética na política e da utilização dos recursos públicos em favor do bem comum.

Com a mesma veemência, repudiamos todos os atos de violência praticados contra os instrumentos mais efetivos de participação popular construídos pela gestão e pelo povo de João Pessoa. A ação orquestrada de pequenos grupos que não se conformam com a esmagadora vitória socialista não prevalecerá diante das conquistas e das realizações de um governo verdadeiramente comprometido com as necessidades da população. O envolvimento de pessoas que deveriam cuidar da ordem no nosso Estado aumenta o grau de insegurança e nos força a cobrar atitudes mais significativas por parte das Instituições públicas envolvidas no episódio.

A tentativa sombria de acabar na marra as Plenárias e Audiências Populares que o governo da Capital vem realizando promoveu, além de um ato de provocação barata, uma tentativa de desqualificar o debate e prejudicar a imagem de João Pessoa perante o Estado da Paraíba.

Para nós do PSB, a orquestração da baderna parece ser a tônica dos que não querem o avanço da democracia e da participação popular. Querem tumultuar "a qualquer custo" o jogo político. Baldear a água para tornar todos iguais perante a lama.

Agora, consumada esta agressão, o Partido Socialista Brasileiro - PSB - exige dos poderes constituídos, principalmente do Comando Geral da Polícia Militar e do Gabinete Militar do Governador, a rigorosa apuração e punição dos responsáveis, sob pena de cumplicidade com o grave episódio.

Em defesa da participação e da democracia popular.

A democracia vencerá. A violência não passará!

João Pessoa-PB, 07 de fevereiro de 2006

Partido Socialista Brasileiro - PSB - João Pessoa/PB

O SR. JAIR BOLSONARO (PP-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação aos pronunciamentos encaminhados à Mesa, quero fazer uma sugestão; não se trata de uma reclamação, porque sinto que V.Exa. está aberto a sugestões: que se faça uma lista à parte, e esses colegas compareçam às 7h, como fizeram aqueles que se inscreveram para o Pequeno Expediente.

Se nos colocarmos no lugar daqueles que assistem à **TV Câmara,** veremos que eles não entendem o que acontece aqui. Há Parlamentares que vêm não para encaminhar seus discursos à Mesa para serem considerados lidos, mas para dar recados sobre casos particularíssimos das suas regiões, como fez há pouco fez um Deputado.

Essa é a sugestão que faço, Sr. Presidente, a fim de moralizarmos os procedimentos. Tenho certeza de que nem V.Exa. está satisfeito com o que vem acontecendo.

Dito isso, passo a comentar um caso para o qual a imprensa lamentavelmente não deu a devida atenção. O fato aconteceu na cidade de São Carlos, interior de São Paulo. Um pai, ouvindo o choro do filho, saiu a procurá-lo. Encontrou-o em um matagal vizinho, completamente nu. Ele acabara de ser estuprado por um menorzão de 15 anos. Duas horas depois, a polícia prendeu o marginal, que alguns preferem chamar de adolescente. Na delegacia, ato contínuo, a mãe da criança acabou desferindo uma facada no pescoço desse marginal, que veio a falecer.

Sr. Presidente, esse fato lembra-me um filme americano, intitulado *Tempo de Matar*, que conta a história de um negro americano que vivia sob a égide do racismo e encontrou sua filha pequena jogada em um rio. A menina, ao se recuperar, contou ao pai o que acontecera. Disse que havia sido estuprada por 2 marginais brancos. Após o estupro, eles urinaram sobre a menina, espancaram-na e jogaram-na no rio. O pai, percebendo que haveria a absolvição dos 2 marginais, acabou atirando e matando ambos dentro do próprio Tribunal de Justiça americano. Levado ao Tribunal do Júri algum tempo depois, seu advogado de defesa pediu aos jurados que fechassem os olhos por 2 minutos, e relatou-lhes o quadro da agressão à filha do réu, comparando-a à filha de um dos jurados. Disse-lhes: *"Imaginem sua filha estuprada, urinada, espancada e jogada como um objeto dentro do rio para que morresse. O que os senhores fariam? Os senhores acham que este homem agiu de forma certa ou não?"*

Esse réu negro acabou sendo absolvido, e muito justamente, no meu entender.

Com toda a certeza, o mesmo deveria acontecer em São Carlos, Deputado Moroni Torgan. Essa senhora que está presa, mãe do garoto de apenas 3 anos de idade que foi violentamente abusado, irá ao Tribunal do Júri. Espero que ela seja absolvida, por 2 motivos: primeiro, pela violenta emoção – e peço que cada um dos Parlamentares se coloque na situação dessa mãe ou desse pai; segundo, pela inimputabilidade desses marginais de 15, 16 ou 17 anos. A mãe, certamente, sabendo da inimputabilidade, resolveu fazer justiça com as próprias mãos.

Muitos dos que aqui estão podem não dizer isso ao microfone, mas tenho certeza de que fariam o mesmo ou contratariam alguém para fazê-lo.

Essa mãe não poderia viver sabendo que esse marginal continuaria vivo, em poucos meses seria posto em liberdade e voltaria a praticar crimes.

Espero que os juízes da comarca de São Carlos relaxem a prisão dessa senhora. A sua dor não pode ser prorrogada. O que aconteceu com seu filho nenhum de nós admitiria que acontecesse com um estranho, muito menos com um filho nosso.

Sr. Presidente, isso leva-me a mencionar a redução da maioridade penal. O assunto, Deputado Inocêncio Oliveira, tem de ser posto em pauta – é responsabilidade desta Casa – para que o Plenário decida. Mais de 15 Parlamentares são autores de propostas de emenda à Constituição para redução da maioridade penal; uns sugerem 17 anos, outros 16, outros 14, e há quem não defina limite de idade. Essa garotada hoje em dia sabe perfeitamente distinguir o que é certo do que é errado.

Se aquele marginal soubesse que poderia ser condenado a até 30 anos de cadeia – infelizmente, não podemos falar em pena de morte no Brasil —, com toda a certeza não cometeria esse abuso contra um garoto indefeso, de apenas 3 anos de idade.

Sr. Presidente, esperamos que esta Casa venha a discutir o assunto, antes, logicamente, votando na Comissão de Constituição e Justiça a admissibilidade dessa proposta.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna falar sobre os ferroviários aposentados em marcha há mais de 1 ano, que reivindicam o cumprimento do acordo coletivo de 2003, julgado em 2005. Um setor da categoria ganhou 9% de aumento, e outro, 14%. Quem ganhou apenas 9% tem de receber os 5% restantes.

Estamos em peregrinação nos Ministérios dos Transportes e do Planejamento. Ontem estive com o Ministro Paulo Bernardo e lhe pedi que encontrasse uma solução para o problema. No Orçamento do Ministério dos Transportes poderiam estar previstos recursos para

o reajuste desses ferroviários. Cem mil aposentados têm direito a ele, e esses 5% são significativos para companheiros que recebem 700 ou 800 reais.

Ferroviários de todo o Brasil, da ativa ou aposentados, têm direito a esse reajuste. Não se trata da reivindicação de apenas um Estado ou de um Município. Mais de 100 mil companheiros aposentados dedicaram a vida à construção de ferrovias no País. Alguns deles moravam perto da linha ferroviária porque, se houvesse algum acidente, tinham de ajudar a levantar o vagão que caiu. Agora, no final da vida, são tratados dessa forma?

Sr. Presidente, os ferroviários aposentados querem o que é justo, não querem mais do que merecem. Eles têm direito ao acordo coletivo de 2004, que ainda não foi solucionado, e ao acordo coletivo de 2005. Maio é o mês da nova data-base da categoria, e os 100 mil ferroviários aposentados vão necessitar de ajuda novamente.

Qualquer cidade onde há ou havia trilhos tem trabalhadores ferroviários. V.Exas., Srs. Parlamentares, podem conversar com eles. A situação deles é de penúria. Estamos juntos nessa luta por melhores condições de vida para os ferroviários aposentados.

Ao terminar, quero me solidarizar com V.Exa., Sr. Presidente. Sei da sua importância para a Câmara e para o Congresso. Conte comigo neste momento difícil por que vem passando. Conheço o seu trabalho. Este é também um momento difícil para todos os que respeitam V.Exa. e o seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, sou do Partido Comunista do Brasil, mas fiquei muito indignado com a atitude do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. S.Exa. tem todo o direito de expressar sua opinião, mas se insurgiu de maneira indigna contra os 800 mil militantes do Partido dos Trabalhadores. Deixou de lado o que aprendeu na escola com o Prof. Florestan Fernandes e desqualificou-se como sociólogo, ao acusar de forma grosseira e indigna, repito, os militantes do PT, desde o intelectual, o trabalhador, o empresário até o desempregado.

A partir desse fato fiz uma reflexão, Srs. Deputados: a fonte de manifestações irracionais que negam a democracia e acabam abrindo caminho para o fascismo, dependendo da conjuntura política, é o ex-Presidente. Parece que aprendeu com seus colegas Fujimori, Menem e Pinochet, ao instigar seus correligionários a partir para o vale-tudo.

Para contribuir com o aprimoramento democrático é necessário respeitar os partidos políticos e seus interlocutores, mas não é o que faz o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele cometeu erros inadmissíveis para quem recebeu uma boa educação, por longos anos, paga pelo povo. Se não agiu assim por falta de cultura ou de educação, pode ter sido por desespero. Ao ver o Brasil mudar para melhor sob o comando do Presidente Lula, diminuindo o espaço para voltar ao poder, ficou desesperado.

O ex-Presidente também criticou a política externa brasileira, dizendo que o Brasil deveria fazer acordos bilaterais com os Estados Unidos, negando a posição soberana e o novo caminho que o nosso País vem traçando, com vantagens claras e insofismáveis. Deveria se conter e agir de acordo com as regras democráticas.

S .Exa. deve prestar esclarecimentos à Nação, porque também não deixou o Congresso Nacional investigar os claros sinais de crimes em seu governo. Quando se disse que o "valerioduto" alimentava a campanha do Senador Eduardo Azeredo, Fernando Henrique afirmou que o Senador deveria ter saído antes da presidência do PSDB. Não foi o que os repórteres perguntaram. Eles queriam saber o conteúdo e não a receber a desculpa de que ele poderia ter se safado à sorrelfa. Não era a resposta que esperavam. Também não se referiu ao caso de Furnas, onde alguns de seus correligionários se beneficiaram do "furnasduto", e não ajudou a esclarecer os crimes de Daniel Dantas, porque não é conveniente.

Lembrava-me do Senador Arthur Virgílio, que prometeu surrar o Presidente da República. De onde vem a fonte desses desvarios? Concluí que vem do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que instiga seus correligionários a usar da violência e a desrespeitar as regras democráticas.

Muito obrigado.

O SR. DR. RIBAMAR ALVES (PSB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Inocêncio Oliveira, em primeiro lugar, quero solidarizar-me com V.Exa., haja vista os acontecimentos no Maranhão.

Aliás, informo à Casa que tais erros do Judiciário em meu Estado são corriqueiros. Infelizmente, muitas vezes a Justiça aceita uma interpretação pessoal, prioriza o benefício pessoal em detrimento da execução da lei. Eu mesmo fui vítima, em minha cidade, de fraude eleitoral, que me tomou a eleição de Prefeito, fato por mim denunciado desta tribuna. Nos tribunais do Maranhão, infelizmente, a manipulação é corriqueira por parte daqueles que querem denegrir a imagem

de pessoas honradas, prejudicá-las, trazendo à baila situações que não são comprovadas.

Sou testemunha do desempenho de V.Exa. nesta Casa e sei que também existem testemunhos de autoridades de Gonçalves Dias e dos Municípios circunvizinhos à sua fazenda de que V.Exa. tratava seus empregados com carinho, como trabalhadores, e não como escravos.

Sr . Presidente, na próxima sexta-feira, o Maranhão vai viver um momento ímpar. As Oposições consolidarão o nome do ex-Prefeito de São Luís, Vice-Presidente do PDT Nacional, como o candidato que, após 40 anos, destronará aqueles que se apoderaram do nosso Estado. Dez partidos – PT, PSB, PDT, PSDB, PAN, PPS, PMN, PL, PCdoB e PCB —, não agüentando mais a chibata dos desmandos, uniram-se em torno de um objetivo comum: a mudança drástica da política implantada no Maranhão, uma política que só trouxe até hoje a exclusão do nosso laborioso povo, transformando aquela terra fértil, o oásis do Nordeste, no Estado mais empobrecido da Nação.

Quero ressaltar a forma ímpar como o Governador José Reinaldo Tavares se tem comportado, após o rompimento com seu grupo político. S.Exa. está dando as mãos àqueles que fazem oposição ao sistema oligárquico no Estado. E o Governo do Estado tem experimentado um momento prazeroso. Dos 83 Municípios do Maranhão, que se situavam entre os 100 mais pobres do Brasil, de acordo com dados do IBGE, 12 já saíram do estado de miséria. O Maranhão, que tinha o menor IDH do Brasil, hoje passa o Piauí e Alagoas.

Marchamos em ritmo acelerado para os patamares mais elevados, e isso graças à ação determinada do Governador José Reinaldo Tavares, que, em vez de construir obras de concreto, prioriza o homem. São R$83 milhões de reais investidos em água, em fossa sanitária. E mais: fez a recuperação da agricultura, com a reimplantação da Secretaria de Agricultura e as casas de agriculturas familiares em 18 Municípios e microrregiões. Na área da educação, implantou o 2º grau em todos os Municípios do Estado. Hoje quase 300 mil estudantes do ensino médio conseguem ter a oportunidade de ingressar no curso superior. E mais ainda: criou agora uma bolsa de estudo, incluindo moradia, destinada àqueles alunos oriundos do ensino médio do interior que se destacaram na rede pública e que se dirigem para a Capital para cursar o nível superior. Inclusive foi autorizada a recuperação da Casa do Estudante de São Luís, que vai funcionar como uma moradia decente para abrigar esses jovens estudantes.

O Governador José Reinaldo Tavares criou a lei da progressão e promoção de professores. Com isso, o Maranhão passa a ser o quarto Estado do Brasil que melhor salário paga aos docentes. Tudo isso graças à ação do Governador, como também dos novos amigos que construiu, junto com aqueles que fazem oposição no Maranhão.

Temos, todos os partidos, que participar do Governo José Reinaldo e dar a nossa contribuição para que o Maranhão saia do atraso em que se encontra e possa chegar aos níveis de desenvolvimento que o Brasil já atingiu e que nós maranhenses precisamos alcançar, e com certeza alcançaremos.

Quero aproveitar esta oportunidade para convidar todas as lideranças políticas do Maranhão para estarem presentes às 15h no Grêmio Lítero Recreativo Português, em São Luís, na próxima sexta-feira, para juntos oficializarmos o lançamento da candidatura de Jackson Lago ao Governo do Estado e de João Castelo ao Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. MILTON CARDIAS (PTB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, a Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.530, de 2004, que dispõe sobre o Plano Nacional de Juventude, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, está realizando vários seminários regionais com o intuito de conhecer, discutir e propor alternativas à atual redação. No meu Estado, o evento acontecerá no próximo dia 9 de fevereiro, quinta-feira, no prédio da Faculdade de Ciências da Educação, no campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no centro de Porto Alegre.

O projeto, apresentado inicialmente pela Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude, da qual participei ativamente, é fruto de debates e ações desenvolvidas nos anos de 2003 e 2004.

Ainda nos dias 15 e 16 de abril de 2004, realizamos no plenário da Assembléia Legislativa do meu Estado a Conferência Nacional de Juventude – Etapa Rio Grande do Sul, quando foi elaborada a *Carta do Rio Grande do Sul.* Na ocasião, contamos com a participação de jovens representantes de todos os partidos políticos e do Conselho Partidário, entidade que congrega todas as representações partidárias juvenis e trabalhou em parceria com a coordenação do evento. Podemos realizar um encontro inédito no Estado, único no País, quanto à organização e à participação juvenis.

Naquela ocasião, os jovens propuseram a criação de uma secretaria ou outro organismo ligado ao Gabinete Civil da Presidência da República, com orçamento próprio e papel de articulador das políticas de juventude mediante uma Câmara Setorial. Regis-

traram a necessidade de criação do Instituto Brasileiro de Juventude e do Conselho de Juventude. Entre outras reivindicações, assinalaram a importância de a Comissão Especial da Juventude tornar-se Comissão Permanente na Câmara dos Deputados.

Hoje podemos, com muita tranqüilidade, dizer que cumprimos parte da tarefa que nos delegaram – digo parte porque ainda não concluímos nosso mandato, e nosso compromisso é até o último dia de trabalho na Câmara dos Deputados.

Aquela Comissão Especial entregou, no dia 13 de julho de 2004, ao Presidente da República, as recomendações do Poder Legislativo ao Poder Executivo. Entre elas, estava a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

Os 2 foram criados e estão em pleno funcionamento. A Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, ao instituir o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, criou a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Presidência da República, com a atribuição de articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos, e o Conselho Nacional de Juventude, com a finalidade de formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentando estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e estimulando o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. São representantes do Poder Público e da sociedade civil, que, reunidos, procuram marcar a inclusão definitiva do segmento juvenil nas políticas de governo, e nesse sentido é que trabalhamos.

Quanto à Comissão Permanente de Juventude, o projeto de resolução que encaminhamos está apensado ao Projeto de Resolução nº 161/2004, aguardando posicionamento da Mesa desta Casa.

Quando começamos os nossos trabalhos dedicados à juventude, não tínhamos referências institucionais, apenas experiências isoladas de alguns Municípios, de organizações não-governamentais ou de tradicionais entidades de jovens, como a União Nacional de Estudantes e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas.

Hoje, nobres pares, nosso trabalho é referência para todos os pesquisadores. Continuamos contribuindo para o Plano Nacional de Juventude, que esperamos votar ainda em 2006.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que os jovens do Rio Grande do Sul darão a esta Casa, mais uma vez, indubitavelmente, contribuição marcante e imprescindível à garantia dos direitos da juventude brasileira.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado em todos os órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Meu muito obrigado e que Deus em Cristo Jesus, nosso Senhor, nos ajude e abençoe.

O SR. GERVÁSIO OLIVEIRA (PMDB-AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último sábado, dia 4, esteve visitando o meu Estado o Presidente desta Casa, Deputado Aldo Rebelo. S.Exa. teve, então, a oportunidade de discutir com setores da sociedade local diversos assuntos, entre eles o Projeto de Lei nº 2.403, ora em tramitação na Casa.

Esse projeto, que veio do Senado e é de autoria do Presidente José Sarney, trata da Zona Franca de Macapá e Santana e foi abordado pelos diversos segmentos da sociedade local, principalmente pelos empresários e industriais do Amapá.

Com toda a sua sensibilidade, o Presidente Aldo Rebelo pôde verificar as carências daquela região, que fica precisamente do outro lado do Rio Amazonas. E S.Exa. assumiu o compromisso, assim como os diversos Líderes dos partidos que compõem esta Casa, de trazer para o plenário da Câmara dos Deputados a votação desse projeto, que certamente vai contemplar outras áreas da Amazônia, como é o caso da região de Barcarena e Almeirim, no Estado do Pará. Também deverão ser contempladas áreas de livre comércio dos Estados do Acre e de Rondônia, que serão transformadas em zona franca, como é o caso de Brasiléia e Guajará-Mirim.

Os Srs. Líderes se comprometeram a apresentar o projeto ao Plenário para que possamos discutilo e votá-lo. E esperamos contar com a sensibilidade de todos os companheiros. O Presidente Aldo Rebelo sentiu necessidade de realizar ações que mudem o cenário do País e da Amazônia.

Desta tribuna, já dissemos que o projeto é interessante também para a Amazônia como um todo, porque certamente vai proporcionar à região o mesmo que ocorreu no Estado do Amazonas, onde os efeitos periféricos da Zona Franca de Manaus foram altamente positivos para a preservação da floresta, principalmente devido à grande absorção de mão-de-obra.

Dessa forma, Sr. Presidente, renovamos o apelo para que a Casa discuta esse projeto de peito aberto, a fim de realmente dar uma resposta positiva àquela região, hoje tão vislumbrada pela comunidade internacional.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana o cidadão Fernando Henrique Cardoso fez de-

clarações a respeito do Partido dos Trabalhadores típicas de quem não enxerga o tamanho do rabo que tem o ex-Presidente da República e seu partido, o PSDB. Sobre isso vou tecer alguns comentários.

A cidade de Maringá, ao norte do Paraná, uma das mais bonitas e acolhedoras do nosso Estado, tem um povo trabalhador, sério e humilde. Entretanto, foi governada por alguns Prefeitos corruptos, entre eles o Sr. Jairo Gianotto, do PSDB. Dizem que hoje ele não tem partido, mas foi eleito, roubou e foi cassado por corrupção em nosso Estado. Preso na terça-feira passada e condenado a 14 anos de prisão, em regime fechado, por roubar 1 milhão e 800 mil reais de verbas públicas, teve de devolver o produto do roubo, por decisão judicial.

O Secretário de Fazenda de Maringá, Sr. Luiz Antonio Paolicchi, foi condenado a 12 anos de reclusão pelos mesmos crimes, e já havia cumprido pena por determinado tempo.

Quem faz uma afirmação como a do cidadão Fernando Henrique tem de olhar sua história pessoal e a do seu partido e o comportamento daqueles que por ele se elegem.

O caso Gianotto não é o primeiro ocorrido no PSDB e, provavelmente, não será o último. O Sr. Gianotto dilapidou o Erário de Maringá. Foi afastado pelo movimento da sociedade civil, por homens e mulheres sérios e honestos daquele Município, que foram às ruas e fizeram passeatas. Parte do dinheiro público desviado foi investida em fazendas em Mato Grosso, tanto que a Justiça mandou prender o indivíduo e reteve o patrimônio, que foi a leilão. As máquinas compradas ilicitamente foram mostradas em praça pública pelo ex-Prefeito José Cláudio, para que todos vissem como foi aplicada a verba da Prefeitura e do povo.

Concluo meu comentário sobre o comportamento do cidadão Fernando Henrique Cardoso citando o jornalista Gilberto Dimenstein, da **Folha de S.Paulo**, um dos profissionais mais sérios do setor. Segundo ele, o ataque de Fernando Henrique ao PT mais parece o comportamento de quem lidera uma torcida organizada de um clube de futebol – provavelmente, briguenta e de mau caráter – do que o de um ex-Presidente da República.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a Frente em Defesa da Polícia Rodoviária Federal – que conta com mais de 230 Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores – e Federação Nacional dos Trabalhadores da Polícia Rodoviária Federal estiveram ontem no gabinete do Secretário-Executivo do Ministério da Justiça.

Categoria extremamente ordeira, absolutamente integrada aos interesses nacionais, que patrulha nossas estradas e tem grande influência no combate ao tráfico de drogas, à prostituição infanto-juvenil, ao roubo de cargas, os policiais rodoviários federais enfrentam terríveis vicissitudes em decorrência do abandono do último Governo FHC às rodovias federais e, sobretudo, por não ter um plano de cargos e salários.

Por mim presidida nesta Casa, Frente em Defesa da Polícia Rodoviária Federal esteve no Ministério da Justiça justamente a fim cobrar o cumprimento de compromisso firmado para o estabelecimento de uma mesa de negociação e garantir o tão almejado plano de carreira dos policiais rodoviários federais, a isonomia com a Polícia Federal, os 17% de gratificação recebidos pela Polícia, além de outras reivindicações de maior interesse da corporação.

Estamos aguardando uma resposta do Ministério da Justiça e, acima de tudo, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que há um ano se comprometeu comigo e com outros Parlamentares a montar uma mesa de reuniões técnicas, sendo, porém, necessário incorporar a Federação dos Trabalhadores da Polícia Rodoviária Federal a essa iniciativa.

Não poderia ainda, Sr. Presidente, deixar de falar sobre algo que espero ansiosamente, desde agosto do ano passado.

Em setembro do ano passado, registrei desta tribuna que no dia 23 de agosto tinha dado entrada a uma representação no Ministério Público para exigir dessa instituição esclarecimentos sobre as verbas da BAHIATURSA, que recebeu irregularmente da Secretaria da Fazenda 109 milhões de reais. Até agora, porém, não houve nenhum avanço nas investigações. Posso até dizer que Marcos Valério é fichinha diante do problema do Estado da Bahia. É necessário que se instale efetivamente inquérito civil público a respeito.

Parabenizo o Estado Maranhão pela formação de uma grande frente antioligárquica. E conclamo os cidadãos da Bahia a levantar a voz, a se rebelarem em relação à oligarquia carlista que infelicita nosso Estado, sendo responsável pela BAHIATURSA ter recebido irregularmente 109 milhões de reais e por grampos telefônicos.

Se esta Casa tivesse instalado CPI quando o escândalo ocorreu, não estaríamos envergonhados de a Bahia, lamentavelmente, constar do rol dos Estados com maior número de casos improbidade administrativa e de problemas políticos em nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no final de dezembro, o Poder Executivo enviou

ao Congresso Nacional o PL nº 6.368, que trata de mudanças nos salários dos docentes de instituições federais de ensino superior.

Esse projeto é resultante da greve que paralisou diversas universidades públicas por este País afora por um período de 112 dias. E fui designada, pelo Deputado Paulo Delgado, Presidente da Comissão de Educação, Relatora da proposta.

Durante esse período tenho conversado com O ANDES e a ANDIFES e recebido *e-mails* de professores dos mais diversos Estados da Federação, inclusive no meu Estado do Rio Grande do Norte. Além disso, tenho conversado com o Presidente da ADURN e com a direção da Associação dos Docentes.

Estou concluindo o parecer e espero entregá-lo ainda neste dia, ao mesmo tempo em que já apresento à Mesa Diretora desta Casa requerimento de urgência urgentíssima, vale ressaltar, assinado por todas as Lideranças partidárias, inclusive a do Governo.

Faço, então, um apelo à Mesa Diretora da Casa no sentido de que possamos inserir na pauta de amanhã esse PL que trata dos salários dos docentes das instituições federais de ensino superior. Se não for possível votá-lo amanhã, espero que não passemos da próxima terça ou quarta-feira.

A proposta traz benefícios e melhoria salarial para o conjunto dos 75 mil professores do Brasil afora, uma vez que aumenta em 50% o percentual de titulação acrescido ao vencimento básico. Ou seja, 75% para quem é doutor livre docente; 37,5% para os mestres; 18% para as especializações; 7,5% para o aperfeiçoamento.

Destaco ainda pontos como a criação da classe de professor associado, a partir de maio; o aumento de 5% no vencimento básico do professor titular, a partir de 1º maio; e o aumento da gratificação para os aposentados, que passará de 95 para 115.

Sr. Presidente, alguns desses efeitos financeiros incidem desde janeiro, mas os professores até agora não receberam nada. Dessa forma, apelo para V.Exa. no sentido de que seja inserido na pauta de votações, o mais urgente possível, o Projeto de Lei nº 6.368.

Muito obrigada.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PDT-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em apenas 1 minuto não poderíamos manifestar aqui a nossa indignação com o Governo Federal pela edição da Medida Provisória nº 278, de 6 de fevereiro de 2006.

Todo o Brasil sabe que o sertão nordestino enfrenta gravíssima seca, e neste momento em que os sertanejos, mais uma vez, vivem essa dor, o Brasil inteiro, o Congresso Nacional e o Governo Federal discutem o projeto de transposição do Rio São Francisco ou o saque de suas águas.

Surpreendentemente, nessa medida provisória, que, não tenho a menor dúvida, será motivo de guerra neste plenário para as bancadas de Alagoas e de Sergipe, o Governo Federal destina 80 milhões de reais para socorrer os Municípios que foram afetados pelas enchentes no mês de dezembro de 2005 e os Municípios que estão sofrendo a calamidade da seca neste momento, mas deixa de fora os Estados de Alagoas e de Sergipe, como se o povo alagoano e o povo sergipano também não sofressem as mazelas de mais essa seca.

Essa atitude do Governo Federal nada mais é do que uma retaliação barata pela posição política que tomaram o Governador Ronaldo Lessa e o Governador João Alves Filho, e demonstra a pequenez do Governo Lula. Não que não queiramos ajudar o Estado do Rio Grande do Norte, não que não queiramos levar água para os Estados de Pernambuco e Ceará, mas, obviamente, defendemos que, primeiro, seja revitalizado o Rio São Francisco, para que efetivamente os Municípios do seu entorno não sofram ainda mais com o assoreamento ali verificado.

O G overno Federal, porém, em vez de socorrer o povo de Alagoas e de Sergipe, destina 35 milhões para os Estados do Piauí e do Ceará, conforme está aqui:

"Os 35 milhões restantes da medida provisória se destinarão ao prosseguimento da ação emergencial de abastecimento de água com carros-pipa de 385 municípios do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e norte de Minas Gerais".

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para chamar todos os Deputados e Senadores dos Estados de Alagoas e Sergipe, para, junto com as Lideranças e o Governo, tentarmos fazer com que nossos Estados também recebam esse apoio, que é fundamental para vencermos mais um ano de seca no sertão.

É lamentável que, numa hora como essa, o Governo Federal, mais uma vez, de forma mesquinha, tacanha e pequenina, vire as costas para esses Estados pobres do Nordeste do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assim que o Departamento de Jornalismo da **Super Rádio Tupi** percebeu que o Rio de Janeiro viveria momentos difíceis com o temporal que caiu no início da noite de sexta-feira, 27 janeiro, tratou de mobilizar sua equipe para que a população fosse informada do que acontecia nos bairros da cidade.

Esse foi o começo de um trabalho que se estenderia por toda a noite e madrugada, em razão de o Rio

e a Grande Rio estarem, literalmente, debaixo d'água. A chuva intensa, com fortes relâmpagos, trovoadas e vento, deixou atônita e apavorada toda a comunidade. Muitas pessoas, que, naquela hora, saíam de seu local de trabalho, não tiveram como chegar em casa no horário costumeiro; milhares delas, inclusive, foram obrigadas a aguardar condução por 8 ou 10 horas para retornar à casa. Isso os que conseguiram voltar, pois muitos amanheceram nas ruas em conseqüência do temporal, que deixou o sistema de transportes em colapso.

A Super **Rádio Tupi**, como faz habitualmente nessas ocasiões, suspendeu sua programação normal e iniciou um programa especial, dando total destaque e enfoque à cobertura do temporal. Toda a equipe – repórteres, comunicadores, jornalistas e comentaristas – se uniu para, naquele grave momento, oferecer a população todo tipo de informação que a tranqüilizasse e a mantivesse bem informada.

A equipe da Super **Rádio Tupi** ouviu centenas de apelos dos ouvintes, que não apenas foram tranqüilizados, mas, fundamentalmente, orientados pelas autoridades, especialmente, da Defesa Civil Municipal e Estadual, por meio da transmissão de entrevistas. Continuamente, o comunicador Luiz Ribeiro, exercendo a função de âncora, foi informando ouvintes e autoridades sobre as conseqüências do temporal, que provocou destruições e a morte de 9 pessoas.

Diante da tragédia anunciada, a Super **Rádio Tupi,** mais uma vez, reafirmou seu compromisso com a população. Dessa forma, também as autoridades do Rio de Janeiro foram alertadas sobre os problemas, o que as ajuda a encontrar soluções. Trata-se de inestimável trabalho de prestação de serviços, que só o bom e companheiro rádio pode oferecer. Principalmente, uma rádio como a *Super* **Rádio Tupi**, que cumpre fielmente o seu papel social, com determinação e profissionalismo.

Passada a tormenta da sexta-feira, a população foi novamente ameaçada com o temporal de domingo, dia 29. Nesse dia, o Departamento de Esporte se desdobrou para informar sobre as chuvas e, ao mesmo tempo, transmitir a programação esportiva. Lamentavelmente, a destruição provocada por temporais não parou.

Na terça-feira, novamente a cidade voltou a ficar sobressaltada com a violência da chuva que caiu. Diante da calamidade que se apresentava e ciente da sua responsabilidade com a população, a *Super* **Rádio Tupi** suspendeu a programação normal – era a hora da *Voz do Brasil* – e passou à cobertura do novo temporal, que deixou a população igualmente assustada e alagou a cidade. Novamente, a equipe foi mobilizada, a ela se juntando inclusive o pessoal do Departamento de Esporte, para uma cobertura emergencial e obrigatória, o que apenas um veículo de comunicação de massa do porte da *Super Rádio*, que é acessado em toda a cidade, pode fazer.

Em meio ao nervosismo e ao pânico reinantes, os profissionais da rádio deram total cobertura aos seus ouvintes, falando de hospitais, acionando a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros, alertando a Polícia Militar sobre atos de vandalismo e pilhagem, enfim, levando informação e orientação a todos aqueles que estavam sintonizados, num gesto também de solidariedade, uma vez que, naquele momento, muitos sofriam a perda de parentes e de bens materiais.

O que se via era um cenário devastador – e, para a nossa angústia, não se tratava de filme de ficção, mas, sim, da mais pura e cruel realidade transmita ao vivo. Para se ter dimensão da gravidade desses 3 temporais no Rio de Janeiro, cito o fato de que no bairro do Tanque, em Jacarepaguá, zona oeste da cidade, o índice pluviométrico foi de 211,2 milímetros, o que supera o total acumulado em janeiro de 2005, que foi de 196,9 milímetros.

No entanto, mais forte que a frieza dos números e a destruição dos temporais, foi a ação da *Super* **Rádio Tupi**. Seus profissionais mostraram para todo o Brasil a sua solidariedade e profissionalismo, em respeito a essa população que confia na rádio e sabe que ela nunca recuou e nunca recuará um milímetro sequer dos interesses do povo carioca, com quem firmou próspera e sólida parceria nesses 70 anos de sua fundação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, recebi hoje a nota de esclarecimento de V.Exa. relativa a reportagens sobre trabalho escravo e a li atentamente. A nota combina com V.Exa. O que está em discrepância com a vida do nobre colega é o que foi divulgado no jornal. Não há compatibilidade.

Sr. Presidente, fiquei muito impressionada. Conheço os trâmites judiciais, sei que o processo virá para o Tribunal Superior do Trabalho, porque se trata de ação trabalhista.

Requeiro que esta nota conste dos Anais da Casa pela suculência com que apresenta os fatos, uma vez que se afina perfeitamente bem – aqui podem testemunhar os nossos pares – ao perfil do nosso Presidente.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Emocionado, agradeço a V.Exa. as palavras, que servem de estímulo para que continuemos a fazer da política um

ato de servir. Como cidadão, continuaremos a cumprir os ditames não só da lei, mas sobretudo da consciência cristã, que deve zelar pela vida como o mais sagrado direito, com a sensibilidade de dividir com aqueles que menos possuem.

Muito obrigado a V.Exa.

NOTA A QUE SE REFERE A ORADORA:

NOTA DE ESCLARECIMENTO

As duas ações que me envolviam, em grau de recurso, julgadas ontem pelo Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, merecem algumas considerações diante da repercussão distorcida veiculada em alguns órgãos de imprensa.

A bem da verdade, que sempre norteou meu comportamento, tanto na vida privada, quanto na pública, presto os seguintes esclarecimentos:

1. Proprietário da Fazenda Caraíbas no Estado do Maranhão, fui alvo de procedimento de fiscalização atípico pelos fiscais do Ministério do Trabalho que a promoveram, pois não realizavam qualquer tipo de fiscalização na região há mais de cinco anos e lá compareceram, sem ordem superior, acompanhados pela imprensa e por agentes da Polícia Federal, fato, no mínimo, inusitado. Ressalte-se que a Polícia Federal retirou-se da propriedade no mesmo dia, porquanto não constataram a existência de trabalho escravo, nem efetuou prisão, nem lavrou ocorrência policial.

2. Embora não fosse responsável pela contratação dos trabalhadores que prestavam serviços por empreitada na propriedade (serviço terceirizado), tomei a iniciativa de regularizar, de imediato, a situação trabalhista de todos eles.

3. Não obstante essas providências, o Ministério Público do Trabalho do Estado do Maranhão houve por bem promover duas ações contra a minha pessoa. Uma ação de obrigação de fazer para que tomasse providências quanto às condições de acomodação, alimentação e fornecimento de água potável aos trabalhadores e, outra, por danos morais para indenização aos trabalhadores "reduzidos à situação análoga a de escravos".

4. O Juiz de primeira instância acolheu o pedido do Ministério Público, havendo recurso da decisão ao Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão.

5. Ao apreciar os recursos, o TRT do Maranhão, por maioria de votos opinou pelo arquivamento da ação de obrigação de fazer por ilegitimidade passiva e perda de objeto, em razão da propriedade ter sido vendida, logo após a ocorrência. Na de danos morais, o Tribunal decidiu por quatro votos a três reformar a decisão de primeira instância reconhecendo, por unanimidade, a inexistência da redução dos trabalhadores a situação análoga à de escravo, condenando, entretanto, à indenização por "trabalho degradante" reduzindo o valor da condenação de 10 mil reais por trabalhador para 130 reais por dia trabalhado.

6. Entendo que a decisão contraria a legislação trabalhista, pois altera o pedido inicial já que reconhecem a inexistência de trabalho escravo, transformando a condenação por "trabalho degradante", figura inexistente no ordenamento jurídico trabalhista, fato que, por si só, ensejara recurso ao próprio TRT e, posteriormente ao TST.

7. Finalmente, esclareço que a notícia de que os trabalhadores eram impedidos de sair da Fazenda é inteiramente destituída de fundamento, conforme depoimentos de vários trabalhadores que afirmaram no processo que utilizavam suas bicicletas para ir e vir até a cidade de Alexandre Costa, nos fins de semana.

Brasília, 8 de fevereiro de 2006. – Deputado **Inocêncio Oliveira.**

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Francisco Appio.

O SR. FRANCISCO APPIO (PP-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a eminente Deputada Denise Frossard, de grande saber jurídico e que tem demonstrado ao longo de sua vida não só conhecimento, mas o caminho reto, a seriedade e a grande responsabilidade de seus atos, soube interpretar adequadamente o pensamento desta Casa – o meu e o dos nossos companheiros neste plenário.

No Sul, dizem que mentira tem perna curta. E V.Exa., Sr. Presidente, que busca a verdade e a justiça, haverá de ser compensado por elas. Esse sacrifício em virtude da distorção feita pela notícia sensacionalista, que procura não a verdade, não a justiça, não a correção, mas o sensacionalismo, e que está presente na vida de cada um de nós, não é só de V.Exa., que carrega o pesado fardo de ser uma pessoa pública.

No Rio Grande do Sul, a fruticultura é constantemente agredida por notícias sensacionalistas de que se utiliza de trabalho escravo. Na verdade, às vezes é dada a esses trabalhadores, em forma de cooperativa ou de terceirização, melhor remuneração e tratamento do que a um metalúrgico da cidade de Caxias do Sul.

Várias vezes abordei a indignação daqueles que representam o setor de produção, que gera empregos e impostos e que também quer dar ao trabalhador melhor tratamento. E posso dizer com certeza: V.Exa. sairá desse episódio com sua grandeza de sempre.

Feito esse registro, Sr. Presidente, passo ao tema que me trouxe à tribuna nesta tarde: o episódio da morte do caminhoneiro que inspirou a criação de uma ONG sobre hepatite C.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Walmor Pereira Pamos, motorista de caminhão por 35 anos, sofreu parada respiratória aos 62 anos de idade, quando se encontrava em procedimento de rotina, 2 anos, 2 meses e 1 dia após bem-sucedido transplante de fígado, realizado pela equipe do Hospital São Vicente de Paula, de Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

Pai de Anagilda Ramos da Silva, Volnei Roberto Ramos, Araraí Tagoré Ramos e avô de Manoelly, Volnei Júnior, Stefani, Luitza, João Pedro, Ério Júnior, Iasmim e Isabela, teve em sua esposa, Maria Salete Pereira Ramos, a companheira de muitas lutas. A começar pela profissão, a de caminhoneiro, que lhe impôs desafios de assaltos, acidentes e uma atividade estressante.

Ao perceber que sua saúde não estava normal, Walmor buscou apoio médico, consultando o Dr. Felipe e, posteriormente, o Dr. Leandro Martins. Exames de sangue confirmaram as suspeitas do Dr. Martins. Após laudo de um laboratório de Belo Horizonte, Walmor Pereira Ramos descobriu que era portador do vírus da hepatite C, uma das mais temidas formas da doença e que conduz ao óbito se o paciente não se submeter a transplante.

A busca de doadores começou em casa, com a esposa Salete, cujo tipo sangüíneo não permitiu a doação por ser incompatível. Ele aguardava com paciência, impressionando a todos com seu ânimo e disposição.

Contou-me Osmar Appio, meu irmão e responsável pela administração do albergue destinado a caminhoneiros e familiares de pacientes internados ou em tratamento, localizado em Passo Fundo, na rua Paissandu, nº 1.932, que Walmor contagiava os demais hóspedes da pousada.

A filha Anagilda também se submeteu aos exames e foi considerada compatível, mas ele se recusou a permitir que ela fosse a doadora. Não quis impor esse risco à filha.

Durante a realização desses exames no restante da família, descobriu-se que Volnei, o filho de Walmor, também é portador do vírus, mas não ativo.

Volnei, então, modificou seus hábitos – *"Cuido para evitar a evolução da doença, evitando carnes vermelhas, sal, e exercitando-me com freqüência"*, disse ele acrescentando que seu pai herói, pelos exemplos que deu, vai ajudar a melhorar a qualidade de vida de muita gente.

Walmor foi finalmente para a fila de espera do hospital, onde ficou por 1 ano. Em 3 de outubro de 2003, com êxito, submeteu-se à delicada cirurgia. Depois de poucos dias de recuperação, ele voltou para a estrada, onde por mais 2 anos exerceu a profissão de caminhoneiro.

Voltou a viajar pelo Brasil, causando admiração entre os companheiros de estrada, pois todos sabiam do delicado transplante de fígado a que ele se submetera. Convivendo com os colegas nos terminais e postos de combustível, tratou de alertar para os riscos da profissão à saúde do caminhoneiro, advertindo sobre o perigo de hábitos comuns, como o de substituir o almoço ou o jantar por *"um pastel de rodoviária e um refrigerante"*.

A grande maioria, além de sofrer estresse, acaba contraindo diabetes por meio do mau uso de seringas usadas e contaminadas em aplicações ou transfusões de sangue, bem como diabetes, pela má alimentação.

Walmor, um lagoense radicado em Vacaria, depois do transplante, realizou 6 procedimentos, 1 a cada 6 meses, para avaliar a possibilidade de rejeição.

No sétimo, rodou na curva da vida: teve uma parada cardiorrespiratória, cujos motivos ainda são desconhecidos.

O impacto de sua morte, pegou a todos de surpresa. Entrevistei-o vários vezes em meu programa *Conexão Brasília*, exibido aos sábados, na *Esmeralda FM,* de Vacaria. Falou também ao *SOS Caminhoneiro* sobre saúde e segurança, estava, então, cheio de si, esperançoso com a recuperação, animado com a vida e agradecido aos que o ajudaram nessa grande luta.

Sua morte, em 4 de janeiro deste ano, gerou manifestações, apreensões e intensos debates sobre transplantes, doenças contagiosas e a necessidade de prevenção.

Afinal, o que é a hepatite C? A resposta veio com a ONG Walmor Pereira Ramos, uma entidade não-governamental e sem fins lucrativos, destinada ao debate, à difusão de informações e ao apoio aos portadores dessa doença e familiares.

Essa ONG, que nasceu sob a inspiração na história do amigo e conterrâneo Walmor Pereira Ramos ajudou-me na tomada de uma decisão, logo apoiada pela Dona Salete e seus filhos. Na diretoria provisória da entidade, da qual faço parte, defendemos a adesão de portadores da hepatite C, ativos ou não, transplantados, membros da Associação de Renais Crônicos e voluntários.

Para tanto, o primeiro passo foi dado: a abertura de um **link** na página www.appio.com.br, para sediar as informações e a literatura já publicada sobre o assunto, bem como as recomendações médicas para prevenção. Também já está na página da entidade na Internet a degravação do longo depoimento dado pelas Sras. Salete e Anagilda ao programa *Conexão Brasília*.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. MANOEL SALVIANO (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a indústria farmacêutica nacional, desde a segunda metade do século XX, esteve à frente de questões que permearam o debate sobre patentes, pesquisa, medicamentos similares e genéricos.

Foram esses os objetivos que levaram líderes industriais a criarem a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – ALANAC, uma das entidades mais atuantes da sociedade civil brasileira e cuja função social, inegavelmente, está agregada a temas amplos e próximos de qualquer cidadão.

De fato, em 2005, a ALANAC, que esteve à frente de todos os temas relevantes para a saúde dos brasileiros, completou 22 anos de admiráveis lutas e conquistas.

Sr. Presidente, estudos demonstram que, desde a década de 60, o setor farmacêutico está entre aqueles que mais empregam no País, sendo hoje responsável por significativo número de empregos diretos.

Tudo isso porque a indústria farmacêutica nacional compreendeu que medicamentos são produtos em que a qualidade, o controle e as boas práticas de fabricação formam a alma e essência, do começo ao fim – eis as razões pelas quais defendo a produção, em grande volume, de medicamentos, pela indústria nacional.

Se entendermos que a indústria farmacêutica nacional é um dos 4 pilares estratégicos ao desenvolvimento e soberania do País, veremos que urge estimular todas as ações que fortaleçam e tornem menos dependente o setor.

Assim sendo, é imperioso o reconhecimento pelo Governo de que a produção farmacêutica nacional é não somente fundamental, mas também estratégica aos interesses da população brasileira.

De fato, não está em segurança país algum que dependa totalmente da produção externa para ter acesso a antibióticos, anestésicos, derivados de sangue e tantos outros produtos essenciais à saúde da população.

Sr. Presidente, o Brasil tem condições de comportar uma indústria farmacêutica forte e de competir, em nível de igualdade, com a concorrência internacional, pois tem o domínio da farmacotécnica, além de fabulosa biodiversidade e pesquisadores dedicados.

Realmente, o País já detém tecnologia de fabricação de medicamentos em suas diferentes formas de apresentação, está iniciando a produção de matéria-prima e dispõe de respeitável legião de pesquisadores e cientistas nas universidades e centros de pesquisas – grande número deles há anos atuando em parcerias com laboratórios genuinamente nacionais.

Assim como em qualquer parte do mundo, em que se preserva legitimamente a produção nacional de medicamentos, é imprescindível o apoio governamental, objetivando a defesa de uma política de livre iniciativa para a produção, distribuição, importação e exportação de produtos farmacêuticos e de seus insumos.

O modelo do marco regulatório da indústria farmacêutica foi instalado no Brasil entre 1996 e 1999, com a legislação que criou a Lei de Patentes, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e os medicamentos genéricos.

Entretanto, não tivemos uma estabilidade de normas e procedimentos essenciais à produção de medicamentos no País, porque novas normas e interpretações surgiram, as quais, em vez de aperfeiçoarem a nascente regulamentação, dificultaram sua implementação.

Nobres Deputados, cabe-nos, como representantes do povo brasileiro, não deixar que leis ou procedimentos compliquem ou agravem a concretização dos nossos objetivos iniciais, com a edição de medidas que se posicionem na contramão da indústria farmacêutica.

Se quisermos ser solidários com a sociedade brasileira, devemos contribuir na busca direta de soluções que minimizem as mazelas sociais que afligem as camadas mais pobres.

E, para tanto, o caminho é o incentivo à formulação de políticas que permitam e fomentem o investimento do setor privado nacional na produção de fármacos e de medicamentos, com especial atenção para os genéricos. Além disso, a ANVISA deve ser um instrumento de evolução e modernização, tendo como meta dar ao setor de medicamentos especial condição econômica e social, algo estratégico para a soberania do País e para a qualidade de vida do povo brasileiro.

A propósito, tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.800, de 2005, de minha autoria, que visa normatizar as boas práticas de fabricação no que está estabelecido pela Legislação do MERCOSUL. E aproveito a oportunidade para solicitar urgência para sua votação.

S. Presidente, fornecer às camadas mais pobres da população os medicamentos de que necessita é um preceito constitucional, é dever e obrigação do Estado.

E a sociedade deve ficar bem informada, pois seu apoio à proposta de política assistencial farmacêutica do Governo, desenvolvida em parceria com as empresas farmacêuticas de capital nacional torna-se decisiva.

Urge que o Governo abdique de algum tipo de tributo da esfera federal para baixar o custo de produção de medicamentos, a exemplo do que já acontece

no atendimento a pacientes de patologias específicas, como AIDS, tuberculose e hanseníase.

Sras. e Srs. Deputados, muitas fábricas e empresas brasileiras são consideradas modelos e estão entre as mais modernas da América do Sul, produzindo medicamentos de referência, similares e genéricos de alta qualidade. Aliás foi a empresa nacional que viabilizou o programa de medicamentos genéricos.

Isto posto, confiando na indústria farmacêutica genuinamente brasileira, confiando nos nossos excelentes centros de pesquisa, confiando na legião de pesquisadores nas universidades, confiando na maior biodiversidade do planeta, confiando na necessidade urgente de produção de fármacos, confiando na parceria dos setores estratégicos com o Estado, estou convicto de que o setor farmacêutico dará grande salto qualitativo em benefício do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO TEIXEIRA (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, semana passada demos entrada a proposta de emenda constitucional que visa regulamentar o período das férias escolares em todo o Brasil.

Para nossa alegria e satisfação, começam a nos chegar manifestações favoráveis, de vários locais do País, que pontificam fundamentalmente a questão do crescimento do turismo, uma vez que essa proposta foi muito discutida com o setor e com o Ministério do Turismo.

Quero crer que, com o andar do tempo, esta Casa vai votar a importante matéria a que nos referimos.

Por fim, pedimos a V.Exa. a inserção deste pronunciamento no programa **A Voz do Brasil** e sua divulgação nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sabe V.Exa., médico que é, da nossa luta pela regulamentação da Emenda Constitucional nº 29.

Pois bem. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna tratar de assunto recorrente nesta Casa e que, no momento, aguarda a inclusão de projeto de lei complementar na pauta do Plenário. Refiro-me à luta pela ampliação dos recursos da saúde.

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 29, conquistamos a vinculação constitucional de recursos para a saúde. O texto já determinava que futura regulamentação deveria ser discutida e aprovada pelo Congresso Nacional para que, após o período de transição experimentado pela vigência da PEC nº 29, lei complementar disciplinasse tal vinculação.

O Projeto de Lei Complementar nº 01, de 2003, já foi aprovado por todas as Comissões, mas não parece encontrar eco suficiente nas Lideranças partidárias para que seja aprovado pela Câmara dos Deputados. Não posso deixar de ressaltar que esse projeto, por si só, não resolverá o grave problema enfrentado por vários Estados, inclusive o meu Rio de Janeiro, porque se utilizam da lógica de que os recursos mínimos a serem aplicados são, na verdade, o teto.

Os Governos parecem não se incomodar com o caos e com a falta de acesso aos serviços públicos de saúde, afinal estão cumprindo – onde cumprem – a lei: os recursos mínimos estão sendo aplicados.

Trago à Casa decisão do Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, que exemplifica com clareza o dilema hoje vivido. Os usuários, que têm no Sistema Único de Saúde a única possibilidade de atendimento, têm de recorrer à Justiça para verem seus direitos garantidos. O Ministro Celso de Mello relatou um recurso extraordinário que buscava reformar uma decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em que parentes de pacientes com esquizofrenia paranóide e doença maníaco-depressiva crônica reclamavam o fornecimento gratuito de medicamentos.

Em sua decisão, o ilustre Relator afirma:

> "O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política – que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro (...) não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado.
>
> Nesse contexto, incide, sobre o Poder Público, a gravíssima obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover, em favor das pessoas e das comunidades, medidas – preventivas e de recuperação —, que, fundadas em políticas públicas idôneas, tenham por finalidade viabilizar e dar concreção ao que prescreve, em seu art. 196, a Constituição da República.
>
> O sentido de fundamentalidade do direito à saúde – que representa, no contexto da evolução histórica dos direitos básicos da pessoa humana, uma das expressões mais relevantes das liberdades reais ou concretas – impõe ao Poder Público um dever de prestação positiva que somente se terá por cumprido, pelas ins-

> tâncias governamentais, quando estas adotarem providências destinadas a promover, em plenitude, a satisfação efetiva da determinação ordenada pelo texto constitucional."

Sr. Presidente, os Governos, indiferentes às reais necessidades dos usuários, continuam, quando muito, aplicando o mínimo, desconsiderando o que seria necessário para o exercício de um mandamento constitucional. Os que recorrem à Justiça o fazem em nome da indignação, ao ver que o texto inscrito em nossa Constituição parece não ser suficiente, como bem demonstrado na decisão citada.

Mais do que a urgente regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, devemos mudar essa lógica perversa que vê no mínimo o máximo, que orienta as políticas públicas em ações focalizadas, que oferece uma saúde pobre para os pobres e fecha os olhos para as filas e as mortes evitáveis.

Queremos discutir e aprovar o PLP nº 01, de 2003, mas, acima de tudo, queremos o direito à saúde garantido para todos, e não apenas para aqueles que, algumas vezes, encontram na Justiça uma resposta para as suas aflições.

Se todos os que precisarem de medicamentos e de recursos tiverem que recorrer ao Supremo Tribunal Federal e se a Constituição não obrigar o gestor a cumprir a lei, estaremos no inferno em relação à saúde no Brasil.

Para encerrar, Sr. Presidente, informo que darei entrada a projeto que estimula a doação voluntária de sangue do cordão umbilical e da placenta.

Ao agradecer a V.Exa., solicito seja este pronunciamento divulgado nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigada.

O SR. VIGNATTI (PT-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço uso desta tribuna para, mais uma vez, relatar outro pacote de medidas anunciadas pelo Governo do Presidente Lula. Desta vez, relacionadas ao aumento do crédito imobiliário e à redução dos impostos na construção civil. São medidas fundamentais para quem quer comprar ou construir sua moradia, além de propiciar a geração de mais emprego.

Não poderia deixar de acrescentar que em poucos momentos da história do País, a construção civil teve o destaque que alcançou no Governo Lula.

Como os previstos R$8,7 bilhões de recursos da caderneta de poupança para crédito imobiliário, que representam um aumento de 90% em relação a 2005, será possível construir mais de 100 mil imóveis, aumento em torno de 40% em relação ao ano passado.

Do mesmo modo, foi anunciado o investimento de R$18,7 bilhões no setor de habitação. Com esse total, estima-se que seja possível construir cerca de 350 mil moradias neste ano e gerar aproximadamente 700 mil empregos diretos.

O pacote também elevou de R$110 milhões para R$1 bilhão o volume de recursos para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. O dinheiro desse fundo será aplicado especialmente na urbanização de favelas e atenderá a famílias da faixa de até 3 salários mínimos.

Além dessas medidas, foi anunciada a desoneração de produtos da construção civil, o que inclui a redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para os principais materiais utilizados na produção de habitação popular. Pelo decreto, 28 produtos com IPI acima de 10% terão esse índice reduzido para 5%, e 13 produtos cuja alíquota é de 5%, incluindo o cimento, terão o imposto reduzido para zero.

Os produtos que tiveram o IPI reduzido a zero foram: tubos e conexões de plástico, caixas d'água, janelas, caixilhos e alizares de madeira, portas, fio-máquina para concreto, vergalhão para concreto, portas, alizares e soleiras (de ferro ou aço), material para andaimes, armações e escoramento, chapas, barras, perfis e semelhantes para construções (de ferro ou aço), fios de cobre e condutores elétricos para tensão inferior a 1.000 volts.

Os produtos que tiveram o IPI reduzido de 10% para 5% foram: tintas e vernizes à base de poliésteres; tintas e vernizes à base de polímeros acrílicos e vinílicos; outros tipos de tintas dissolvidas em meio não-aquoso; outros tipos de vernizes dissolvidos em meio não-aquoso; tintas e vernizes dissolvidos em água; argamassa, pias e lavatórios de plástico, assentos e tampas de sanitário de plástico, azulejos cerâmicos para piso e revestimento, vasos sanitários, caixas de descarga, pias e lavatórios e outros aparelhos semelhantes para uso sanitário (de porcelana ou outro material cerâmico), vidro em chapas ou em folhas, pias e lavatório de aço inoxidável e fios de cobre.

E, entre os produtos que ficam com IPI de 5% e eram tributados em 12%, incluem-se: torneiras e registros do tipo usado em banheiros ou cozinha e válvulas tipo gaveta.

Dessa forma, aqueles que tinham o sonho de construir a sua casa, mas que não tinham condições financeiras de fazê-lo, agora podem comemorar. Com certeza, este Governo não está medindo esforços para resolver o problema do déficit habitacional. E não só a indústria e o comércio são beneficiados com essas medidas, mas toda a população, porque as condições para o financiamento de moradias serão melhoradas,

facilitando o acesso à casa própria e gerando emprego e renda no País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO GUIMARÃES FILHO (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passados mais de 3 anos desde a posse do Presidente Lula, finalmente, depois de muito pressionado por inúmeros segmentos da sociedade brasileira, inclusive pelos Ministros da Fazenda, do Planejamento, das Cidades, do Desenvolvimento e da Casa Civil, foi anunciado, ontem, um pacote de incentivo à construção civil, para o qual foram destinados recursos da ordem de R$18,7 bilhões.

Conquanto atrasado, eis que as medidas anunciadas pelo Governo em solenidade realizada no Palácio do Planalto, cercada, aliás, de toda pompa eleitoreira, já estavam prometidas desde a campanha do Presidente Lula, trata-se de pacote da mais absoluta relevância.

Vem, finalmente, em boa hora não apenas para as famílias de mais baixa renda, como também para aquelas de classe média que enfrentam elevado déficit imobiliário, mercê da total ausência de financiamentos habitacionais verificada à partir do inicio do atual Governo Federal.

É inegável, Sr. Presidente, que desde o primeiro ano do Governo Lula o setor da construção civil vivencia forte recessão, em que se constata a queda de 5,2% na produção, puxando para baixo o pífio resultado do PIB verificado naquele ano.

Em 2005, agravada pelas elevadíssimas taxas de juros aliadas à grave crise política que assolou o Governo, o setor apontou para um crescimento inferior a 1%, algo absolutamente inexpressivo diante da gigantesca demanda represada durante toda a gestão petista à frente do Planalto.

Apesar de o Presidente Lula justificar o atraso na implementação do pacote, alegando que nos 3 primeiros anos de seu Governo *"as condições não eram ideais"*, sem explicar, contudo, quais os óbices até então encontrados e as razões para súbita implantação neste ano de eleições, o fato é que esse repentino pacote de incentivos, ainda que de cunho nitidamente eleitoreiro – insisto, Sr. Presidente —, merece nossos efusivos aplausos e entusiásticos cumprimentos.

Ainda que tenha desagradado alguns setores, já que legítimos representantes da área da construção civil não foram sequer convidados a participar das discussões sobre o anunciado programa de incentivos, conforme denunciado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, o pacote, como um todo, agrada em seus aspectos gerais.

Consiste ele, segundo perfunctória análise dos textos divulgados, na liberação, por bancos públicos e privados, de um total de R$18,7 bilhões para habitação e construção civil, dos quais R$8,7 bilhões virão da combalida caderneta de poupança, sendo R$2 bilhões da CEF e R$6,7 bilhões de bancos privados.

Concomitantemente, haverá, de um lado, a total isenção de IPI para 13 itens de uma cesta básica da construção civil, e, de outro, a redução para apenas 5% de mais 28 itens que se situavam em alíquotas superiores, além da isenção total do imposto de importação sobre o cimento.

Tais medidas implicam a redução dos preços dos novos imóveis, reaquecendo o setor que há muito se acha estagnado por inúmeros fatores, entre os quais se destacam a elevada carga tributária, onerando em demasia o custo da construção civil, bem como a falta de oferta de imóveis populares por absoluta insuficiência de financiamentos para atender à demanda cada vez mais crescente.

De acordo com levantamento realizado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção, hoje o IPI pode chegar a 18% do componentes da construção civil. Assim, barateando itens como tijolo, telhas, cerâmicas e outros, também se estimula o consumo desses produtos nas reformas de pequena monta, gerando benefícios imediatos para as famílias de menor renda e possibilitando geração de renda na própria comunidade.

Além dos benefícios diretos que o pacote promoverá, há, ainda, a expectativa de que as medidas anunciadas possibilitem à construção civil voltar a ser a grande geradora de empregos, tanto diretos quanto indiretos, absorvendo grande massa de trabalhadores há muito desempregados ou sobrevivendo de atividades próprias da economia informal, sem qualquer amparo previdenciário e trabalhista.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, afora a inoportunidade das medidas anunciadas, que, assim como a operação tapa-buraco recentemente implementada pelo Governo petista, tem o propósito de *marketing* eleitoral, sou premido a aplaudir a iniciativa, lamentando apenas, o tardio anúncio desse pacote, que, sem dúvidas, vai trazer incontáveis benefícios ao País.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BORNIER (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acompanhamos com muita preocupação a sucessão de fatos que maculam o Governo em meio à crise que se desenvolveu no seio político brasileiro, todos embasados na inexistência de uma ação governamental que permitisse condignamente o

cumprimento dos deveres do Estado com a sociedade e com a Pátria.

A ameaça de crise na economia também vem transformando num verdadeiro inferno a vida de milhões de brasileiros que estão pagando por algo que não contribuíram para que acontecesse.

Sr. Presidente, nem a indústria escapou da crise. O mercado está estagnado, as taxas de juros são altas para os produtos financiados. Em conseqüência, a capacidade ociosa média do setor é de 40%, situação que não era esperada pelas indústrias.

Por enquanto, sem reflexos mais drásticos, como demissões em massa, a indústria brasileira luta para fortalecer a economia e retomar o desenvolvimento, tão defasado ao longo dos últimos meses.

Mas todos sabemos que isso não será possível se o Governo não buscar a correção desse quadro. Digo isso porque cabe a ele reverter o desempenho negativo do sistema financeiro, recheado de consumo retraído e de incertezas sobre regras claras para investimento.

A esses problemas soma-se ainda a queda na atividade econômica, depois de meses sob uma política de juros altos para conter a inflação.

A grande verdade é que não há a menor perspectiva de melhoria no setor econômico do País, apesar das estatísticas oficiais que procuram mostrar o contrário.

Ora, Sr. Presidente, conquanto a desvalorização do real tenha gerado muitos efeitos nefastos, como o surto inflacionário, a manutenção da política de juros estratosféricos configura um excepcional estímulo a essa crise que nos ameaça a cada pôr-do-sol. Portanto, afirmo que o Brasil ainda vai demorar muito para sair da encruzilhada em que se encontra.

Na qualidade de representante do povo nesta Casa, lanço o meu protesto e me solidarizo com todos os que, além de atravessar difícil situação financeira, são forçados a aceitar pressão que se avoluma a todo instante, sem nenhum motivo.

São essas considerações que trago à tribuna para que os homens de Governo abram os olhos, vejam a realidade nas cores em que está pintada e saiam da fantasia para o realismo que o momento exige.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LUIZ PIAUHYLINO (PDT-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar hoje a brilhante indicação que fez o Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Ao contrário do que se dizia, o Presidente Lula prestigiou a categoria jurídica, indicando um nome egresso desse meio e superpreparado para o cargo. Estou me referindo ao Desembargador paulista e Prof. Enrique Ricardo Lewandowski, que deverá ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Velloso, outro grande jurista, a quem também rendo minhas homenagens.

Quero destacar, Sras. e Srs. Deputados, a feliz escolha do Presidente da República, que soube escolher, com grandeza, um nome à altura do Supremo Tribunal Federal. E o fez com equilíbrio, levando também em conta o momento político por que passa o Brasil. Lewandowski é o quinto Ministro indicado pelo Presidente Lula para o STF.

Vários organismos ligados à Justiça aplaudiram a indicação do novo Ministro, como a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB.

Na Câmara Federal, principalmente nós, da Frente Parlamentar dos Advogados, não poderíamos deixar de fazer o mesmo. Afinal, trata-se de um nome que reúne os requisitos para pertencer à mais alta Corte do País.

O novo Ministro do STF tem 58 anos e desde 1997 exerce a função de Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Tem extensa carreira acadêmica, a maior parte na Universidade de São Paulo. Em 2003, assumiu a cátedra que foi do jurista Dalmo Dallari na Faculdade de Direito da USP.

Nascido em São Bernardo do Campo, é filho de Waclaw Marian, industrial polonês que chegou ao Brasil na década de 40, e de Karolina Zofia, de origem suíça.

Formou-se em 1973 na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Antes de vestir a toga pelo Quinto Constitucional (Classe dos Advogados), ocupou os cargos de Secretário de Governo e de Assuntos Jurídicos de São Bernardo, no período de 1984 a 1988, e foi Conselheiro da Seccional Paulista da OAB (1987/89). Também fez advocacia pública, na defesa dos interesses de Prefeituras e Câmaras Municipais.

Queremos não apenas saudar o novo Ministro neste momento, mas desejar que tenha êxito na função que, com certeza, vai exercer com muita dignidade e isenção.

Muito obrigado.

O SR. NATAN DONADON (PMDB-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, na tribuna desta Casa Legislativa, quero registrar uma importante obra que em breve será iniciada no Município de Vilhena. Trata-se da iluminação da rodovia BR-364, no perímetro urbano da cidade de Vilhena, a principal via de acesso aos Estados do Norte brasileiro.

Essa relevante obra não apenas vai beneficiar a população vilhenense, mas também os motoristas que trafegam pela rodovia em horário noturno, além de melhorar o visual da cidade.

No último dia 20 de janeiro, várias autoridades participaram da assinatura do convênio entre a União e o Município, visando à realização da obra.

Muitas autoridades estiveram presentes na solenidade, entre eles o Prefeito Marlon Donadon, o Secretário de Coordenação Geral do Município Melki Donadon e o Deputado Estadual Marcos Donadon.

A obra, orçada em quase R$3 milhões, é um dos benefícios da minha autoria para a região do Cone Sul de Rondônia, que compreende 7 Municípios, e trará segurança à comunidade.

Desse montante, R$1 milhão já foi empenhado no Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT. O Município entrará com R$142 mil, a título de contrapartida, recursos já assegurados no Orçamento da Prefeitura.

A obra incluiu a iluminação de um total de 11 quilômetros de estrada, com a instalação de 267 superpostes de concreto e 24 torres transformadoras trifásicas, além de pára-raios.

Sr. Presidente desta Casa de Leis, esse é apenas um dos inúmeros benefícios direcionados para Vilhena.

Meu muito obrigado.

O SR. SANDRO MABEL (PL-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nessa segunda-feira a lei que amplia o ensino fundamental de 8 para 9 anos. O Curso de Alfabetização (C.A.) passa a ser a 1ª série e as séries seguintes pulam um ano até a 9ª.

A nova regra influencia diretamente o ciclo de alfabetização nos colégios públicos, pois hoje a pré-escola é apenas um direito e, com a lei, torna-se obrigatória para crianças a partir dos 6 anos. Ou seja, muitas deixavam de cursar o C.A. e, a partir dos 7 anos, entravam direto na 1ª série, principalmente as de famílias de baixa renda, o que implicava maior dificuldade para acompanhar a turma.

A mudança, portanto, é de nomenclatura e não de pedagogia. O início da alfabetização continuará sendo aos 6 anos, mas não mais no C.A., e sim na 1ª série.

No meu entendimento, Sras. e Srs. Deputados, o simples fato de o Governo manter o foco no ensino fundamental já é um grande avanço. É preciso mudar a realidade de milhões de crianças brasileiras que têm a escola como um lugar que as auxilia a sobreviver. Quando não freqüentam as aulas em busca apenas do que comer, lá chegam com poucas condições de assimilar o aprendizado.

Em relação às providências tomadas pelo Governo Federal no ensino fundamental, o aspecto mais positivo é a maior facilidade de acesso das crianças de famílias mais pobres a essa fase do ensino, já que a idade de iniciação escolar continua a mesma, ou seja, 6 anos.

O Brasil precisa priorizar o ensino em tempo integral para as crianças. Os problemas sociais são muitos e poderiam ser minimizados se as escolas provessem aos brasileirinhos comida, saúde, educação e esporte. Esse é o verdadeiro caminho para a construção de um grande país, que luta pela igualdade de direitos e melhoria de condições para seus cidadãos.

Escolas de todo o País têm até 2010 para se adaptar à nova legislação. Segundo dados preliminares do Censo Escolar 2005, unidades de 1.129 Municípios já trabalham com o ensino fundamental de 9 anos, no qual estão inseridos, aproximadamente, 8 milhões de alunos. O maior número de matrículas está na rede municipal: 5,2 milhões. Na estadual, há 2,7 milhões; na particular, 131,5 mil; e na federal, 5,9 mil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tudo o que se fizer pela educação deve ser considerado como investimento. De nossa parte, na Câmara dos Deputados, cobraremos crescente atenção à preparação dos cidadãos que, em futuro próximo, estarão, quem sabe, no comando do País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna para tratar de assunto que há muito me preocupa: a situação por que vêm passando os aposentados, pensionistas e idosos de nosso País.

Venho acompanhando de perto essa questão, que a cada dia mais me impressiona pela forma com que esses cidadãos vêm sendo tratados, no limiar do extremo descaso e desrespeito. Assim, acompanho, estupefato, acontecimentos corriqueiros no cenário político brasileiro que consagram no País, mais uma vez, injustiças com aqueles que construíram a Nação, que foram os responsáveis por tudo o que temos hoje.

Não é à toa que se constata agora que, em face de recorrentes abusos, toma vulto uma mobilização nacional que busca a qualidade de vida e o respeito que os aposentados merecem. São milhões de aposentados que passaram a buscar, por intermédio de suas entidades representativas, a recomposição do poder aquisitivo das aposentadorias e pensões mantidas pela Previdência Social.

Entre as entidades que assumiram a linha de frente nessa difícil empreitada está a Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina – FEAPESC, que, juntamente com outras entidades de base, responsabilizam o sistema da Previdência *"pelo empobrecimento que os aposentados e pensionistas vêm sofrendo ao longo dos anos",* em face da atual política de reajuste de benefícios que traz em seu bojo diferenças cruciais nos índices de correção em relação ao salário mínimo.

Nobres senhores, o problema é histórico. Os estudos realizados mostram que nos últimos 10 anos, em 6 ocasiões, o reajuste anual aplicado pelo INSS foi inferior ao indexador INPC. O resultado dessa diferença é que nos últimos 5 anos o salário mínimo subiu 98,68%, passando de R$151,00 para os atuais R$300,00, e os benefícios acima do mínimo foram reajustados em apenas 56,46%.

É importante que se diga que a Constituição equipara, a título de contribuição previdenciária, os servidores ativos e inativos, bem como os pensionistas. Contudo, o que se tem visto é enorme defasagem, se for feita a comparação com o salário do trabalhador da ativa. Ou seja, ao contrário do que a Constituição e a Lei de Benefícios dispõem, não vem sendo aplicada uma política efetiva de reajuste que garanta a manutenção do valor real dos proventos iniciais, provocando, desse modo, o empobrecimento progressivo dos aposentados e pensionistas e, por sua vez, gerando a perda da auto-estima, o desrespeito familiar e social e a diminuição da qualidade de vida.

Assim sendo, Sr. Presidente, deixo forte apelo para que sejam buscados índices mais significativos para o reajuste das aposentadorias – como julgo ser o do salário mínimo —, e a fim de que seja, por conseqüência, buscado o resgate da cidadania e da dignidade daqueles que deram a sua juventude pelo desenvolvimento e crescimento do Brasil.

É fundamental que o Governo e a sociedade brasileira reconheçam que os cidadãos da terceira idade constituem o mais valioso patrimônio de qualquer país que aspire a ser uma nação verdadeiramente desenvolvida.

Solidarizo-me, assim, com essa mobilização nacional, manifestando meu sentimento de perene gratidão a esses homens e mulheres que, através de profícuo trabalho em todo o território nacional, nos legaram o Brasil que hoje temos.

Contem comigo nessa incansável luta para criar um Brasil que verdadeiramente promova o bem de todos; um Brasil no qual todos possam realizar suas aspirações materiais e espirituais; um Brasil que, por fim, defenda os interesses individuais e coletivos dos aposentados, pensionistas e idosos.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para relatar que na última sexta-feira, dia 3, realizou-se na Delegacia Regional do Trabalho, em Campo Grande, a instalação do Comitê de Aprovação de Crédito – Jovem Empreendedor no Estado de Mato Grosso do Sul, que contou com a presença de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, SEBRAE, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O Jovem Empreendedor é uma das modalidades do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O programa tem por objetivo criar oportunidades de ocupação e renda para jovens de baixa renda, por meio de estímulo ao desenvolvimento de pequenos negócios.

O programa contempla jovens de 16 a 24 anos, desempregados, integrantes de famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo, com prioridade para os portadores de necessidades especiais, mulheres, afro-descendentes, indígenas e egressos do sistema penal.

O Comitê de Crédito possui como competências definir a metodologia para a aprovação dos Planos de Negócios; analisar e decidir, em reunião, sobre os Planos de Negócios e as respectivas solicitações de crédito; opinar pela viabilidade ou não de conceder o financiamento ao empreendimento do jovem.

O projeto possui 3 modalidades de crédito. A primeira é destinada ao auto-emprego. O financiamento é de até R$10 mil, com prazo de 60 meses para pagamento e 12 meses de carência. Já o financiamento para micro e pequenas empresas tem limite de crédito de até R$50 mil, com 84 meses para o pagamento e 18 meses de carência. Por último, estão as cooperativas ou associações, que podem tomar emprestados R$5 mil por beneficiário e até R$100 mil por cooperativa, com prazo de 84 meses para o pagamento e carência de 18 meses.

Diante disso, gostaria de parabenizar o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o Secretário Nacional de Juventude, Beto Cury, e a coordenadora do programa no meu Estado, Lucineide Miranda de Souza Benites, pela iniciativa inédita, que viabilizará alternativas de renda para os jovens brasileiros.

Ressalto que, pela primeira vez, um Presidente da República traduz em ações concretas a demanda da juventude, segmento social com carências emergenciais e específicas que cresce meteoricamente em

nosso País, necessitando de oportunidade profissional e educacional.

Por isso, Sr. Presidente, faço questão de destacar o programa Jovem Empreendedor, que considero muito importante para preenchermos com responsabilidade essa lacuna social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao contrário do que muitos querem fazer crer, a ação desta Casa tem sido profícua.

Os trabalhos extraordinários deste Plenário, iniciados no último dia 16, já apresentam resultados importantíssimos. Entre eles, destaco a aprovação do substitutivo do nobre Relator, Deputado Pedro Novais, ao PL nº 6.272/05, que tem por fito reorganizar a administração fazendária federal por meio da simplificação de processos e de outras medidas que se destinam a incrementar a eficiência na arrecadação de tributos e contribuições federais, sem que disso decorra qualquer elevação da carga tributária.

Estou absolutamente convicto, Sr. Presidente, de que o PL nº 6.272 representa incomparável avanço no sentido de modernizar a administração pública do País, contribuindo sobremaneira para diminuir a pecha de que somos uma das nações mais burocráticas e ineficientes do planeta. Além disso, a medida encerra expressivos ganhos para a economia e preserva a seguridade social.

A criação da Receita Federal do Brasil promove a diminuição dos trâmites burocráticos, com a uniformização e a racionalização dos procedimentos e com a unificação dos cadastros e da base de dados existentes.

Por outro lado, possibilita a racionalização dos gastos públicos, na medida em que reduz os custos operacionais e promove melhor aproveitamento de recursos materiais, tecnológicos e humanos.

Do ponto de vista econômico, a unificação proposta promove ganho de eficiência para o Fisco e para as empresas; por conseguinte, haverá aumento de receita para a União e redução de gastos para o contribuinte, que terá seus custos operacionais amenizados.

Além disso, nobres colegas, o projeto preserva a Previdência Social, ao garantir, expressamente, a destinação exclusiva da contribuição previdenciária, que será creditada diretamente no Fundo do Regime Geral de Previdência Social, atendendo ao que preconiza o inciso XI do art. 167 da Constituição Federal.

Por essas e outras muitas razões, Sr. Presidente, quero reiterar meu apoio à proposta.

Ao mesmo tempo, aproveito para destacar a relevância da contribuição da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência Social – ANFIP nesse processo.

Ao longo de sua existência, a entidade, que representa mais de 12 mil auditores fiscais da Previdência, tem atuado no sentido de informar os diversos segmentos organizados da sociedade brasileira sobre os problemas e nuanças que envolvem a seguridade social. Esse trabalho, Sr. Presidente, foge aos interesses corporativos, à política meramente classista, pois busca informar a todos sobre os seus direitos sociais e alertar indistintamente acerca da necessidade de defender esses direitos.

Por seu compromisso inalienável e inarredável com a seguridade social, a ANFIP tem sido parceira desta Casa, porquanto nossa ação também é, por excelência, no sentido de defender os interesses do povo brasileiro e de promover o bem-estar social.

Especificamente no que diz respeito ao PL nº 6.272/05, nobres colegas, todos somos testemunhas de como a ANFIP participou ativamente dos debates e apresentou importantes sugestões para o aprimoramento da matéria.

Por esta razão, Sr. Presidente, manifesto sinceros à entidade agradecimentos pelos subsídios trazidos às discussões e pela atitude séria e compromissada que vem demonstrando, cada vez que a seguridade social é motivo de debates nesta Casa.

Certo de que estamos fazendo o melhor para o povo brasileiro, agradeço e parabenizo a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Aviso ao ilustre Deputado Wagner Lago que S.Exa. será o primeiro orador a falar, por 5 minutos, logo após o Grande Expediente ou no intervalo de uma e outra votação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero tratar de tema que julgo da maior relevância para o Estado brasileiro, em virtude dos aspectos que norteiam as disputas mundiais em curso, relativamente à Organização Mundial do Comércio, às relações entre os países considerados desenvolvidos ou à adoção de políticas.

Quanto à adoção de políticas, que de uma vez por todas seja superada a exclusão que a maioria dos países experimenta.

Quero referir-me a uma posição assumida pelo Governo Lula, de forma corajosa e incisiva, que diz respeito ao desenvolvimento. Trata-se de matéria que mexe no modo de vida das pessoas, que vai consideravelmente alterar as práticas, interferir nas relações e no volume de negócios processados no País. Portanto, incide na economia, na política industrial e tecnológica. Também se trata de um instrumento capaz de atender à demanda de superação dessa verdadeira exclusão digital, ou analfabetismo digital, que se estabeleceu no mundo.

É interessante avaliarmos mudanças e transformações processadas ao longo de uma trajetória de vida, que envolvem pesquisas, desafios, inventos, potentes e novas descobertas do mundo da ciência.

No entanto, temos ainda convivido com o paradoxo. As pesquisas estão tão avançadas, a ciência está dando passos tão significativos, mas ainda temos de discutir, de forma clara e até incisiva, os problemas que causam a leptospirose e a dengue, como a poça d'água e a existência de esgoto a céu aberto nas cidades. Apesar do avanço, o cidadão ainda passa por necessidades extremas.

É muito interessante assistir, a cada momento, ao aceno das descobertas ou ao anúncio de um novo dia, ao aparecimento de coisas estonteantes, transformadoras, modificadoras da realidade, possíveis de se ver nas páginas das grandes revistas e pela TV e de se ouvir pelo rádio. Mas o mesmo cidadão que ainda consegue ter acesso a esses veículos de comunicação ou a essas informações, depois de acompanhar ou de vislumbrar todas essas coisas, depara-se com a impossibilidade diante de si, com a ausência de serviços, com o atraso. Isso é contraditório! Depara-se com o avanço e ao mesmo tempo com o posto de saúde que não funciona, com um telefone público que funciona mal, com a escola que ainda não lhe oferece o melhor desse mundo tecnológico e, muitos, com a fome.

Tudo isso compõe um cenário de responsabilidade, que deve ser imposta a esta Casa, para que tenhamos oportunidade de debater, discutir, mas principalmente de apontar soluções que signifiquem inclusão, atendimento a todos, pobres ou ricos, principalmente aqueles que residem nos rincões mais distantes de nosso País.

Sras. e Srs. Deputados, refiro-me ao tema da sessão da manhã de hoje, quando tivemos oportunidade de ouvir diversas opiniões, impressões, desejos e posições que alguns já assumem como prontas e acabadas: a tão propalada TV digital. É óbvio que isso provoca os olhos de cada um ou cria um ambiente de arrepio em outros.

Recordo-me do tempo em que, na casa de meus pais, não havia televisão. Como se costuma dizer na Bahia, assisti muito no "televizinho". Eu levava o meu banco, um caixote de madeira, para nele subir e ter a oportunidade de, por uma brecha numa janela já disputada por diversos meninos, tentar ver aquilo que consideravam uma coisa magnífica: a televisão.

Depois tive a oportunidade de ver a televisão colorida, com imagens que identificavam nitidamente as cores, inclusive dos olhos e da pele das pessoas. Portanto, essas mudanças chegaram como um choque. E nos perguntamos: até que ponto essas mudanças têm servido só para animar os olhos e estimular a mente? Quais as transformações efetivas em termos de serviços, de romper as barreiras, de eliminar as desigualdades que esses inventos têm propiciado? Quero chamar atenção exatamente para esse quadrante da nossa história: a TV digital.

Recordo-me de que nesta Casa, em 1997, quando do debate da privatização das telecomunicações, por diversas vezes disputei o microfone, na tentativa de debater, mas fui atropelado pela maioria da época, cujo objetivo era votar, votar e votar, porque o mundo caminhava numa direção e precisávamos acompanhá-lo.

Passamos por uma evolução estupenda. Hoje existem mais de 85 milhões de celulares. A plástica e a magia hoje envolvem as telinhas dos celulares, que chegam a lugares até então inconcebíveis. Em alguns lugares até não tem funcionado, o que existe é a propaganda de que funciona.

Agora estamos falando de algo que nos pode trazer outro tipo de expectativa e resolver vários de nossos problemas. Não se pode conceber nesse quadrante da história a chegada da TV digital como mero instrumento capaz de animar um menino, um jovem, um idoso. Não se pode conceber essa ferramenta como a única e exclusiva que nos permitirá ver a plástica, o cenário de cores, a Copa do Mundo, em que o verde e o amarelo poderá vibrar cada vez mais. É bonito, salta aos olhos, mas é pouco para o que podemos extrair de vantagens, de benefícios e de conquistas não só para esse ou aquele, mas também para esta Nação e seu povo.

Estamos discutindo uma ferramenta tecnológica e não um aparelho de tevê. Estamos discutindo uma alavanca tecnológica e não simplesmente a transmissão de uma imagem.

O mundo fala em convergência. Portanto, é importante levar em consideração o primeiro debate desta Casa sobre TV digital. Mais do que tecnologia, precisamos superar os problemas, adentrar no terreno da democratização, do acesso à informação, à co-

municação, aos serviços, à interação, à possibilidade de dialogar com o mundo. Por que o menino pobre de Chorrochó, na Bahia, não pode ter acesso àquilo que de mais avançado há neste País?

A TV digital tem de ser concebida a partir da melhor técnica e com qual padrão vamos nos relacionar: americano, japonês ou europeu. É lícito que esses façam pressão, busquem seu desejo de negócio, mas muito mais lícito e muito mais correto é que defendamos nossos interesses e dialoguemos com esses a partir daquilo que este País precisa.

O primeiro aspecto que quero levantar é a democratização. Hoje pela manhã fiz uma provocação aos radiodifusores que aqui estiveram. Quero reafirmar a provocação. Ora, um debate dessa magnitude não tem sido feito pelos veículos de comunicação do País. Interessados diretos e responsáveis pela transmissão, coloquem, pelo amor de Deus, esse debate na tela de todos, para que o povo brasileiro possa vê-lo! Mais de 90% do nosso povo assiste à TV aberta. Só quem fez esse debate franco e aberto até agora foi a **TV Câmara**. A democracia é o princípio do debate da **TV digital**. Portanto, é o primeiro desafio que faço aos radiodifusores.

Segunda questão: precisamos de uma TV digital que multiplique a quantidade de canais deste País para que faça chegar em cada canto as oportunidades de forma igual.

Falei do meu Estado e vou repetir: a Bahia tem 417 Municípios. Posso dizer, sem medo de errar, que não chegam a 50 as cidades que podem receber serviços de banda larga, de alta velocidade e com alta qualidade. Precisamos superar isso. A tevê tem de servir como instrumento para superar as dificuldades estruturantes que enfrentamos.

É o momento ideal para se somar democracia, a chegada desses canais e a oportunidade para todos os cidadãos no País terem acesso, interagirem.

Deputada Telma de Souza, "2001 – uma odisséia no espaço", era assim que se dizia. Estamos agora diante da oportunidade de interagir com o mundo da ciência, que não pode ficar restrito a poucos, aos que podem pagar. Tal instrumento tem de ser capaz de atender a todos os brasileiros, onde quer que estejam, seja em Santos, seja em Xique-Xique, na nossa velha Bahia, enfim, do Oiapoque ao Chuí. Está na hora de o Brasil aproveitar!

Ouço, com prazer, a nobre Deputada Telma de Souza.

A Sra. Telma de Souza – Deputado Walter Pinheiro, fiz sinal para aparteá-lo antes que concluísse seu segundo argumento porque queria referir-me ao primeiro ponto citado por V.Exa.: a questão da democratização. Penso que V.Exa. trata de 2 temas. Um deles, aparentemente abordado, é o da TV digital, que, como qualquer outro tema ligado ao País, está submetido à questão da democratização. É para isso que sonhamos o Parlamento, onde a discussão, a troca de idéias e a informação sigam livremente. Hoje de manhã não pude participar da Comissão Geral porque estava numa audiência pública sobre o mesmo tema. Quero chamar a sua atenção para outro fato, ao tempo em que o parabenizo: vamos votar hoje um tema referente a Portos Secos, extremamente complexo para o comércio exterior, para a questão de formatação de uma política nacional que sirva não só aos portos, mas também à estratégia de desenvolvimento, do ponto de vista do comércio exterior, mas nem sequer uma Comissão Especial foi instalada. Comparativamente, quero dizer que V.Exa. – e já lhe devolvo a palavra para que continue o conteúdo do seu tema – está coberto de razão, porque, à medida que a tecnologia avança, nós, que trabalhamos com a política, devemos fazê-la garantir o acesso a todos do planeta; como moramos no Brasil, a todos do nosso País. Quero realmente parabenizá-lo por essa discussão. V.Exa. chamou a atenção de que apenas a *TV Câmara* vem enfocando o assunto. Acho que os meios de comunicação estão acompanhando seu discurso como também o meu aparte. Receba meus cumprimentos, porque isso é informação, e a discussão de opiniões livres fazem as leis avançarem. Meus parabéns e quero agradecer pela oportunidade deste aparte. Quero aprender mais com V.Exa. sobre a TV digital e aprofundar os processos nesta Casa, que nem sempre são democráticos como deveriam ser.

O SR. WALTER PINHEIRO – Agradeço à Deputada Telma de Souza pelo aparte.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Marcelo Barbieri.

O Sr. Marcelo Barbieri – Serei breve, Deputado Walter Pinheiro. O pronunciamento de V.Exa. hoje tem grande importância, visto que o tema constou da Ordem do Dia na Comissão Especial que tivemos pela manhã. Tínhamos de buscar, qualquer que seja a opção tomada pelo Governo, uma *joint venture* que colocasse os técnicos brasileiros em contato com aquela opção que vier a ser tomada, para que todas as outras inovações, daqui para frente, sejam partilhadas pelo Brasil e pelo aliado que vier se conformar. Por que, Deputado Walter Pinheiro? Porque o Brasil, fatalmente, será o grande revendedor dessa tecnologia para países que se comparam a nós. Em toda a América do Sul, América Latina, África e Ásia, a aliança com o Brasil, para qualquer desses que disputam o mercado brasileiro, é estratégica. Então, não podemos apenas nos conformar em absorver tecnologias e não propor algo

que signifique, pelo menos, uma aliança no processo de desenvolvimento das novas tecnologias que virão. Essa é uma sugestão que aduzo ao pronunciamento de V.Exa., ao mesmo tempo em que o cumprimento pelo papel que tem tido nesse debate tão fundamental para o desenvolvimento do nosso País. Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO – Deputado Marcelo Barbieri, vou fazer uma abordagem exatamente a partir dessas questões. Chamo a atenção para o terceiro ponto, que tem a ver com o conteúdo.

Discutimos muito infra-estrutura nesta Casa, mas a grande questão desse novo veículo, dessa nova ferramenta é exatamente o conteúdo. É nesse ponto que se pauta a agenda do dia e que se apresentam os fatos.

Não podemos perder a oportunidade. Este é o País da vasta produção cultural, de Santos, do Sul, do Rio Grande do Norte, do Norte do País. A nossa diversidade cultural é esplêndida e bela. Portanto, esta ferramenta, TV digital, tem de ser utilizada de maneira que a nossa produção cultural possa se intensificar mais ainda, ganhar oportunidades, permitindo a regionalização a esses centros de produção – algo fundamental. Para isso, é preciso ter capilaridade, democracia e circular por intermédio dessa estrutura.

Portanto , ganharemos muito na nossa indústria cultural – se alguns quiserem chamar assim, porque já entra a história dos ganhos —, que sairá extremamente beneficiada nesse aspecto, e ganharemos mais ainda porque teremos a oportunidade de beber na fonte da cultura que este País tem de ponta a ponta.

Falarei sobre a nossa indústria, *stricto sensu*, aquela que há na nossa cabeça ou na tradução de Charles Chaplin, quando apareciam as grandes máquinas. Mais do que de máquinas, precisamos de homens. Isso foi muito bem dito por Charles Chaplin há muitos anos: *"Não sois máquinas, sois homens"*.

A nossa indústria ganha muito, porque, com os homens e as mulheres deste País, temos tido a oportunidade de nos localizar como a grande indústria de produção de *software* do mundo. Aqui há um celeiro. Então, é a oportunidade da nossa indústria de *softwa-re,* de programa de computador, no nosso português bem claro, expandir a nossa criatividade.

Por isso, temos condições de juntar este momento, extrair essa vantagem e repelir essa história da barganha: japonês vai dar não sei quanto, europeu vai dar não sei quanto, americano vai dar não sei quanto. Bobos eles não são. Ninguém quer dar tanto por tanto, achando que esse mercado não vale tanto. Obviamente que poderemos abrir para dialogar. Queremos nos relacionar, pois não somos ilha, não seremos ilha nesse processo, mas queremos navegar, inclusive, com barco próprio, tendo a oportunidade de apresentar aquilo que, de forma muito clara e corajosa – e aí o quinto ponto —, nossos centros de pesquisas produziram até agora.

Esse é um importante desafio assumido no último período.

O que dizer das nossas universidades? Que coisa boa falar delas! Eu falo com muito orgulho, Deputada Telma, do CPqD do antigo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Campinas, oriundo da nossa antiga TELEBRÁS, empresa que criou oportunidades de trabalho durante 28 anos. Essa é a excelência que temos no Brasil – nós já produzimos muito.

Chegou a hora de utilizarmos o que produzimos e o que foi construído pelos nossos pesquisadores e dizermos: eis a nossa produção. Nós queremos dialogar com o mundo, vamos nos relacionar com os padrões, mas queremos nosso sistema de **TV digital.** Queremos potencializar nossa indústria, gerar emprego, criar divisas. Não podemos continuar pagando *royalty* em cima de *royalty.* Precisamos estimular cada vez mais a pesquisa no País. Essa é a nossa oportunidade.

Se existe algo de bom que pode navegar, Deputado Julio Semeghini, nessa imagem digital, esse algo se chama ganhar, mas ganhar não a novela, não o conto da carochinha, mas a história real, a história da transformação deste País, tanto do ponto de vista técnico, industrial, econômico, político, quanto, principalmente, do ponto de vista cultural.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Julio Semeghini.

O Sr. Julio Semeghini – Nobre Deputado Walter Pinheiro, em nome do grupo de Deputados que participaram da Comissão Geral que debateu hoje assuntos e projetos relacionados à **TV digital**, parabenizo V.Exa. pela liderança e condução do tema e, acima de tudo, pelo debate que a Câmara dos Deputados trouxe ao País. Evitou-se qualquer decisão atropelada, de modo que hoje podemos conseguir entender a importância desse sistema e as oportunidades que oferece ao Brasil. Parabéns a V.Exa. não apenas pelo pronunciamento e pela iniciativa de hoje, mas também pelo trabalho que tem desenvolvido como contribuição para esse setor no Brasil.

O SR. WALTER PINHEIRO – Deputado Julio Semeghini, agradeço pelo aparte e registro que V.Exa. é um dos que têm compartilhado conosco e nos ajudado nesse projeto. Ao longo desses anos, tenho tido a oportunidade de conviver com V.Exa., com o Deputado Jorge Bittar, com o Deputado Marcelo Barbieri, com a Deputada Luiza Erundina e tantos outros membros daquela Comissão, e ali temos dado nossa contribuição de forma interessante, porque temos debatido a partir

do que o projeto representa e de uma visão correta de política e de desenvolvimento para a Nação e não a partir de querelas partidárias.

Sr. Presidente, foi-nos posto de afogadilho decidir ou não sobre o padrão. Mas esse não pode ser o debate. Deputado Ivan Valente, não podem nos encurralar. Se vamos compartilhar com esse ou com aquele não pode ser a orientação. Este é o momento em que o Governo brasileiro tem de tomar uma decisão importante. A escolha de como vamos trilhar o caminho para essa nova ferramenta não é exclusivamente do meu companheiro, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como não é do Deputado Walter Pinheiro ou do Ministro Hélio Costa. Essa é uma decisão de Nação. E como decisão de Nação, o chamado para debate feito pelo Presidente Aldo Rebelo torna-se mais do que correto. Devemos chamar a sociedade, envolver as Comissões, ouvir e fazer a junção de todos os interesses, para que tenhamos a oportunidade de tomar a decisão que irá nos colocar frente a frente com essa ferramenta. E que também tenhamos altivez para dizer como e o que queremos, pois não queremos tecnologia que nos devolva algo do passado. Como posso adentrar o mundo do advento da **TV digital,** retornando ao tempo do chicote, do controle? Seria como nos colocar um cabresto enorme e dizer para onde ou não vamos marchar. A tecnologia não permite mais isso. Ela permite inclusive saltos maiores, sistema aberto, franco, capacidade de dialogar. Esse é o instrumento que pode nos levar, de uma vez por todas, a superar graves problemas e usá-lo em medicina, educação, segurança pública, lazer. Quero vibrar na Copa do Mundo, mas também com outras coisas. Ela é passageira, de 4 em 4 anos. Quero uma Copa do Mundo todo dia.

A **TV digital** tem de servir para incluir o cidadão a ter oportunidade de levantar a taça da vida sempre, não uma vez ou outra.

Essa é uma decisão que a Nação tem de tomar, e esta Casa não pode ficar ao largo dela.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Ivan Valente.

O Sr. Ivan Valente – Deputado Walter Pinheiro, acompanhei o seu pronunciamento pela **TV Câmara** e também na Comissão Geral. Concordo integralmente com V.Exa. Este é o momento de tomarmos uma decisão nesta Casa. Primeiro, reconhecer que a introdução da tecnologia digital é uma revolução, a criação de uma nova mídia. Temos de decidir que não há direitos adquiridos.

O SR. WALTER PINHEIRO – Nem concentração de poder.

O Sr. Ivan Valente – Existe o monopólio dos meios de comunicação de massa no País, e estiveram presentes hoje de manhã, neste plenário, 8 famílias. Temos de democratizar os meios de comunicação de massa, discutir com a sociedade a complexidade do que é radiodifusão por via digital. O povo nem sabe o poder que existe nele, inclusive de dominação. Não se trata só de recepção de imagem de melhor qualidade. Por isso, Deputado Walter Pinheiro, deveríamos insistir em que não se decida a nova tecnologia sem que antes se mude a legislação. Esse é o ponto. A pressa e a discussão tecnicista sobre os padrões norte-americano, japonês ou europeu interessa só àqueles que querem decidir rapidamente, porque está em jogo valores que incluem soberania nacional, desenvolvimento científico e tecnológico, cidadania brasileira, além de vários outros, inclusive geração de emprego. O pronunciamento de V.Exa. é muito interessante, porque é preciso abrir um espaço. V.Exa. é membro do Partido dos Trabalhadores, e precisamos pressionar o Governo a que levante essa definição e envie para cá um projeto de lei para ser discutido amplamente com a sociedade. Parabéns, Deputado Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO – Muito obrigado, Deputado Ivan Valente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço a todos pelos apartes. Talvez esta seja a oportunidade. Eu brincava que, em 3 mandatos, esta é a primeira vez em que sou sorteado para o Grande Expediente, apesar de ter falado várias vezes no lugar de outros Parlamentares. Por sorteio, esta foi a primeira vez. Como não acredito em jogos de azar, isso para mim não serve.

Mas acredito na determinação. E aprendi isso na minha relação, principalmente, com Deus. Sei que é importante amá-lo, segui-lo e obedecê-lo, mas é importante, com a mesma história de vida que temos experimentado, não assistir às coisas acontecerem sem serem compartilhadas com o povo.

Esta é a oportunidade da **TV digital.** Insisto e fecho com essa que pode ser a ferramenta vital para resolver graves problemas da exclusão digital que o País vive.

Se a Mesa permitir, concedo um aparte, com muito prazer, ao nobre Deputado Costa Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) – Concedo mais 1 minuto a V.Exa.

O Sr. Costa Ferreira – Agradeço a gentileza e a generosidade da Mesa. Deputado Walter Pinheiro, o assunto que V.Exa. trouxe para debate neste plenário da Câmara dos Deputados é de fundamental importância para uma tomada de posição por parte do próprio Governo brasileiro. Precisamos fazer uma opção pela TV digital. Temos 3 grandes mercados: europeu, norte-americano e japonês. Como o Deputado Ivan

Valente disse, precisamos debater o assunto e não ter preferência por A ou B. Vamos escolher aquele que nos oferecer melhores condições de implantar a **TV digital** e que tenha tecnologia mais aprimorada. O Brasil precisa usar a tecnologia avançada para o bem do nosso povo, para o desempenho da própria cidadania. Todo sistema de comunicação digital é importante para a grandeza da Pátria. V.Exa. está de parabéns pelo grande discurso e por demonstrar seu patriotismo, seu amor pelo Brasil, ao discutir assunto que todos deveríamos estar discutindo, para fazer a melhor opção possível.

O SR. WALTER PINHEIRO – Muito obrigado, Deputado Costa Ferreira.

Sr. Presidente, agradeço à Mesa a paciência. Nossa intenção, Sras. e Srs. Deputados, não é criar obstáculos, não é postergar. Pelo contrário. Quero ser um dos Deputados participantes da decisão do que vamos fazer ainda neste ano. Mas devemos fazer isso com cautela. O ditado popular diz canja de galinha e um pouco de cautela não faz mal a ninguém. Com isso, vamos tomar a decisão correta e adentrar nesse novo mundo em conjunto e não a reboque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) – Deputado Walter Pinheiro, parabenizo V.Exa., que sempre mostra interesse pelos grandes problemas brasileiros e agora trata da implementação da **TV digital** e já abordou o assunto no Conselho de Altos Estudos, pelo brilhante pronunciamento.

Concordamos com a inclusão social, para que todos os brasileiros tenham a possibilidade de usar essa nova tecnologia, e para que o Brasil se projete, construindo seu próprio parque industrial com base em modernos conhecimentos técnicos.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Inocêncio Oliveira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Félix Mendonça, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. COSTA FERREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC-MA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pesarosamente, quero protestar contra a comprovação de mais um dado negativo do meu Estado. Segundo informa a Secretaria de Saúde do Estado, os casos de dengue no Maranhão cresceram 190% em apenas um ano.

O mapa da disseminação da dengue indica a gravidade do problema. Dos 217 Municípios do Estado, ouve aumento da doença em 168. A situação de São Luís é emblemática: registrou-se ali um aumento da doença de mais de 370%.

A situação é grave e exige uma medida urgente por parte das autoridades. As autoridades estaduais defendem-se, diante desses índices precários, atribuindo a maior porção da culpa à população.

Espera-se que os gestores da coisa pública cumpram seu papel de coordenar ação coletiva, esclarecendo a população sobre procedimentos e mobilizando-a. Muito mais: o Estado deve antecipar-se aos fatos, principalmente se considerarmos a natureza recorrente da dengue.

Sabemos que a dengue ocorre em todo o território nacional em níveis oscilantes. Mas é inadmissível contabilizar índices alarmantes e não haver uma resposta a altura. Tais números demonstram que o Estado teve perdas incalculáveis com tratamento e ausência ao trabalho e à escola. A experiência tem demonstrado que os gastos com prevenção são sempre muito menores. Sem prevenção, perdem-se recursos e vidas.

A população maranhense, se mais bem informada, não se eximiria de combater o mosquito vetor da dengue. A população maranhense não é inferior às de outros Estados que conseguiram reduzir a incidência da doença.

O conhecimento sobre o mosquito e a doença, os recursos midiáticos para disseminar informação e a boa vontade do povo maranhense são armas eficientes.

Portanto, espero que as autoridades cumpram seu papel.

O povo maranhense espera dos seus governantes engajamento social que produza resultados positivos, não desculpas descabidas.

Muito obrigado.

O SR. NEUTON LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NEUTON LIMA (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico ao Plenário que amanhã de manhã estarei em Bauru, representando a Câmara dos Deputados, para assistir ao recebimento pelo Ministro do Turismo do título de Cidadão Bauruense.

Deixo registrados os meus parabéns àquela Câmara Municipal, que reconheceu o trabalho desenvolvido pelo Ministro Walfrido dos Mares Guia.

O SR. PRESIDENTE (Félix Mendonça) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Júnior Betão. S.Exa. dispõe de até 25 minutos.

O SR. JÚNIOR BETÃO (PL-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, transcorrido praticamente um mês da

implementação, pelo Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte – DNIT, do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas, podemos dizer que o resultado colhido até agora é altamente satisfatório. Durante esse período, as 600 frentes de trabalho coordenadas pelo DNIT executam um amplo programa de recuperação de cerca de 7 mil quilômetros de rodovias federais que estavam em situação crítica, nos quais se incluem cerca de 3 mil quilômetros que haviam sido transferidos para o controle dos Estados, ainda no Governo anterior, em 2002.

O objetivo do programa é assegurar a integridade física e as condições de trafegabilidade e segurança nas rodovias de responsabilidade do DNIT, tendo em vista o estado de precariedade da malha federal, que compreende 54 mil quilômetros.

Apesar do caráter emergencial, essa iniciativa, que conta com recursos extraordinários da ordem de 440 milhões, faz parte de um importante projeto de investimentos setoriais, desenvolvido pelo Ministério dos Transportes, que compreende os empreendimentos constantes do Projeto Piloto de Investimentos – PPI, que prevê a construção, adequação e recuperação dos 54 mil quilômetros sob responsabilidade do DNIT.

No entanto, Sr. Presidente, esses recursos destinados à operação emergencial representam menos de 10% dos 2,5 bilhões de reais investidos pelo DNIT no programa de conservação de 54 mil quilômetros de rodovias, o que permitiu a execução de obras de recuperação de cerca de 18 mil quilômetros, feitas em observância ao processo licitatório.

Apenas as obras dos 7 mil quilômetros constantes do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas estão sendo feitas sem licitação. Assim mesmo, do total de recursos previstos emergencialmente, apenas 200 milhões estão sendo contratados sem licitação. O restante, no valor de 150 milhões, já estava incluído no programa de recuperação e conservação.

É imperioso reconhecer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o sucesso conseguido até agora na melhoria da condição da infra-estrutura de transportes do País deve-se ao esforço do Ministro dos Transportes, Sr. Alfredo Nascimento, junto ao Governo Federal no sentido de ampliar os recursos destinados a esses investimentos.

Uma prova desse empenho pode ser constatada pela permanente elevação dos limites disponibilizados no Orçamento da União para o DNIT, limites esses que passaram de 2,2 bilhões, em 2003, para 3,5 bilhões, em 2004, chegando a 6 bilhões, em 2005.

Se levarmos em conta os programas em execução pelo DNIT em todo o País, notaremos que a carteira de contratos de obras, projetos e serviços alcança 14 bilhões de reais. Tudo isso permitiu ao órgão executar obras em mais de 27 mil quilômetros de rodovias, dos quais 2 mil quilômetros são de adequação e construção e o restante está incluído no programa de recuperação.

A ampliação desses recursos permitiu ao Ministério retomar projetos importantes, como a duplicação da BR-101 Nordeste, no trecho compreendido entre Palmares, em Pernambuco, e Natal, no Rio Grande do Norte, com investimentos de 1,5 bilhão de reais.

A obra vem sendo executada em parceria com o Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, como forma de evitar a descontinuidade do projeto, já que o processo de contratação das empresas para a execução da obra esbarrou em disputas judiciais entre as construtoras.

Com essa alternativa de parceria, o Governo evitou a perda dos recursos já previstos no Orçamento da União e pôde dar continuidade à obra de fundamental importância para o fortalecimento da economia regional e para o estímulo da indústria do turismo nas regiões metropolitanas de Natal, João Pessoa e Recife.

Ao mesmo tempo o DNIT conseguiu concluir as obras de duplicação da rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Minas Gerais, numa extensão de 562 quilômetros, com investimentos da ordem de 1 bilhão e 800 milhões de reais.

O Ministério também está concluindo as obras de duplicação da BR-101, no trecho entre os Municípios de Osório, no Rio Grande do Sul, e Palhoça, em Santa Catarina, numa extensão de 348 quilômetros e investimentos de 1 bilhão de reais.

Na Região Centro-Oeste, o DNIT vem executando, no Programa de Adequação, obras de duplicação da BR-153, nos trechos entre Anápolis e Brasília e entre Goiânia e Itumbiara, no sul de Goiás, além de trechos nos Estados do Tocantins, São Paulo e Paraná. E em Mato Grosso, obra de recuperação da BR-070.

Na Região Sudeste estão sendo executadas obras de recuperação da BR-040. No Programa Emergencial, estão sendo executadas obras de recuperação da BR-050, entre Uberlândia e Araguari.

Na Região Nordeste, dentro do Programa Emergencial, o DNIT vem trabalhando na recuperação de trecho da BR-101, em Sergipe e Alagoas, e da BR-316, no interior da Bahia. Fora do Programa Emergencial, está sendo recuperado o trecho da BR-116, entre Feira de Santana e Paraguaçu.

Aliás, essas regiões do interior baiano têm merecido especial atenção da direção do DNIT. Afinal, reúnem trechos que há mais de 10 anos apresentam situação crítica, dificultando o tráfego e colocando em risco a vida de milhares de usuários obrigados a transitar por aquelas vias.

A região mereceu, inclusive, a visita nesse final de semana do Dr. Mauro Barbosa, diretor-geral do órgão, que acompanhou pessoalmente o andamento das obras para verificar se tudo vem sendo executado dentro das especificações técnicas.

A mesma preocupação o diretor vem demonstrando em relação a outras regiões contempladas com ações emergenciais, caso do Triângulo Mineiro, onde S.Sa. também esteve no penúltimo fim de semana, vistoriando pessoalmente as obras de recuperação.

Na qualidade de representante do Acre e da Região Norte nesta Casa, não poderia deixar de destacar o empenho da direção do DNIT e do próprio Ministro Alfredo Nascimento, que também é da Região Norte, em priorizar as obras de recuperação da malha rodoviária amazônica, além de outras obras de infra-estrutura de transportes.

No caso do Acre, os investimentos permitiram a construção de trechos da BR-364, entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, e entre Assis Brasil e Rio Branco, além da construção do anel viário em Rio Branco.

Destaco, ainda, a construção da ponte sobre o Rio Acre, na BR-317, na fronteira do Brasil com o Peru, obra inaugurada recentemente pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que terá fundamental importância no processo de integração do Brasil com os países andinos, além de facilitar o acesso dos Estados amazônicos ao Oceano Pacífico.

Essas obras do Governo Federal por certo contribuirão para reduzir a distância e o custo dos transportes, ampliando a competitividade da economia regional e fortalecendo as oportunidades de negócio com os países vizinhos.

Para reforçar ainda mais essas iniciativas do DNIT, esta Casa acaba de aprovar a Medida Provisória nº 266, de 2005, que abre crédito extraordinário, no valor total de 673,6 milhões, para diversos Ministérios, entre os quais o dos Transportes, que contará com recursos de 327,6 milhões para infra-estrutura.

Parte desses limites extraordinários se destina a obras emergenciais da Ferrovia Norte—Sul, no trecho compreendido entre Aguiarnópolis e Araguaína, no Estado de Tocantins. Iniciada há quase 20 anos, a ferrovia representa um importante fator de integração regional, pois liga o Norte com as demais regiões do País, além de facilitar o acesso ao Porto de Itaqui, no Maranhão, e demais portos brasileiros a partir da integração com as vias férreas do Centro-Sul do Brasil.

Ouço, com prazer, o Deputado Deley.

O Sr. Deley – Primeiramente, quero agradecer a oportunidade do aparte e parabenizá-lo pela atuação, V.Exa. que é um digno representante do Acre e tem sido um grande companheiro nesta Casa. Aproveito o gancho do seu discurso para fazer um apelo, pois tenho certeza de que devem estar acompanhando esse belo discurso de V.Exa. no Ministério dos Transportes. Somos do Estado do Rio de Janeiro, da cidade de Volta Redonda. Lá, a construção da Rodovia do Contorno vai tirar todo tráfego pesado de dentro da cidade. Podemos dizer, Deputado Júnior Betão, que hoje faltam 10% para a conclusão das obras. Então, apelo para o Ministro dos Transportes, grande companheiro, figura que tem feito um belo trabalho, no sentido de que também priorize essa obra, tão importante para a população de Volta Redonda e de toda a região sul-fluminense. No mais, quero novamente parabenizá-lo pelo belo trabalho que vem fazendo nesta Casa.

O SR. JÚNIOR BETÃO – Nobre Deputado, certamente estamos sendo acompanhados pela equipe do Ministério dos Transportes. E, por ser bastante comprometida com o crescimento do País, dará a atenção devida a essa situação no Rio de Janeiro.

O Sr. Carlos Souza – Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. JÚNIOR BETÃO – Ouço, com prazer, o nobre Deputado Carlos Souza.

O Sr. Carlos Souza – Inicialmente, parabenizo V.Exa. pelo seu discurso e pela sua preocupação com o Acre, Estado que V.Exa. representa muito bem, e também por todas as reivindicações feitas por V.Exa. para que realmente melhore a qualidade de vida dos acreanos. V.Exa. sabe muito bem – também sou da Região Norte – que a nossa região não tem as grandes estradas do Sul e do Sudeste; que a maioria do nosso transporte é feito via fluvial. Nós queremos ser olhados pelo Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que não é amazonense, mas foi Prefeito da cidade de Manaus por 2 mandatos e, com certeza absoluta, tem o coração lá na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. O repasse de recursos precisa ser mais acentuados para a Região Norte, para que possamos fazer algumas estradas e também recuperar a BR-319. Aliás, o Ministério do Meio Ambiente tem posto muitas dificuldades para viabilizar essa estrada. Para nós, nortistas e manauaras, essa estrada é a nossa grande redenção, levando-se em consideração, Deputado Júnior Betão,

o grande pólo industrial na Zona Franca de Manaus. Lá, recolhemos 62% dos impostos para a União. Faturamos, no ano de 2005, 18 bilhões de dólares por meio daquele grande pólo industrial. Essa estrada, com certeza, seria a nossa grande redenção e nos daria competitividade muito maior pelos produtos fabricados na cidade de Manaus. Portanto, apelo para a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, no sentido de que deixe esse lado radical a respeito da derrubada de árvore, ou a estrada não será consolidada. É melhor derrubar uma árvore e salvar várias vidas que foram levadas pelo Governo Federal e que estão na penúria ao longo daquelas estradas. O Governo é impessoal. Não interessa se na época era Fernando Henrique Cardoso, Collor ou Itamar, mas aquelas pessoas foram levadas para lá porque aquela estrada teria trafegabilidade. Portanto, Deputado, quero parabenizá-lo pelo seu discurso e sua preocupação com a defesa do povo que representa. Renovo também o apelo à Ministra Marina Silva no sentido de que S.Exa. realmente pare com essa contenda, para que possamos viabilizar aquela estrada. Não ganha só a Região Norte, o Estado do Amazonas, a cidade de Manaus, mas todo o País, pela grande produtividade que tem hoje a Zona Franca de Manaus. Obrigado, Deputado, e parabéns.

O SR. JÚNIOR BETÃO – Eu é que lhe agradeço, Deputado Carlos Souza. Reconheço a luta que o Ministro Alfredo Nascimento trava. Sempre conversamos. S.Exa. está empenhado 100% na questão dessa BR que liga o Amazonas ao restante do Brasil. Eu, que moro no Acre, sei das dificuldades. Temos um grande centro consumidor, que é Manaus e, às vezes, temos que mandar produtos do Acre, Rondônia, Mato Grosso ou do resto do Brasil para o Amazonas ou Roraima via fluvial. É uma luta. Incluo o seu aparte ao meu discurso. Muito obrigado.

O mais importante é que a disposição dos dirigentes do DNIT não pára por aí. A meta é colocar as máquinas nas pistas, ousar cada vez mais.

Como bem disse o Dr. Mauro, no seu discurso de posse à frente daquele órgão, diante dos desafios postos e do vetor crescente de investimentos nos 3 modais de transportes, o DNIT vem trabalhando, paralelamente, a instituição de programas de gestão para aperfeiçoamento e regularidade dos controles internos, modernização e atualização tecnológica.

Além do mais, procura aumentar a transparência no setor de transportes e, principalmente, busca a eficiência e excelência na gestão, para reforçar a sua capacidade técnica-operacional de órgão da engenharia nacional.

Sob o comando do Ministro Alfredo Nascimento, o DNIT busca a excelência para cumprir com eficácia esses desafios e, assim, corresponder às expectativas que a sociedade espera. Pensando assim, a direção do órgão vem trabalhando num projeto de reformulação, que compreende a instituição de um sistema corporativo de gestão financeira, contratual, orçamentária, de projetos e de acompanhamento e medição de serviços, iniciativas que se baseiam nas pessoas e na gestão da informação.

Diante dessas avaliações, podemos concluir que o maior desafio do DNIT é tornar-se um órgão empreendedor e capaz de responder às demandas do setor de infra-estrutura de transportes e de dar suporte direto ao processo de crescimento econômico do País, com a realização de obras e serviços que fazem parte dos seus programas de investimento.

Consciente de sua responsabilidade social como gestor de uma malha rodoviária de tamanha magnitude, além de detentor de ativos de importância estratégica para o desenvolvimento nacional, o DNIT busca com determinação a excelência de seus serviços.

Entretanto, cabe destacar que todas as suas iniciativas atendem, também, às exigências de decisões envolvendo ações civis públicas promovidas pelo Ministério Público em diversos Estados brasileiros, ações essas que fazem referência exatamente às responsabilidades sociais do órgão.

Por isso mesmo é que parte das ações emergenciais faz parte, também, do plano de ação do Ministério dos Transportes, e sua execução levou em conta decisões cautelares proferidas pelo Tribunal de Contas da União, autorizando as obras emergenciais nas rodovias transferidas aos Estados.

O Programa Emergencial de Trafegabilidade, particularmente, tem sido executado com estrito acompanhamento de órgãos de controle interno e externo, como é o caso da Controladoria-Geral da União.

Sob o ponto de vista interno, o DNIT também se cercou de alguns cuidados com a transparência e a lisura das contratações, instituindo o sistema de auditoria prévia para fins de pagamento das empresas contratadas, o que não se verificava anteriormente.

Como se não bastasse essas providências, o órgão vem priorizando ampla divulgação nos meios de comunicação das rotinas relacionadas com a contratação de obras emergenciais, além da publicação no **Diário Oficial da União** dos instrumentos normativos relativos ao programa. Para completar, passou a exigir parecer técnico do Instituto de Pesquisas Rodoviárias do DNIT sobre a qualidade dos serviços, bem como

a fiscalização intensiva, realizada pelas unidades de infra-estrutura do próprio órgão.

Ouço, com prazer, o Deputado Carlos Dunga.

O Sr. Carlos Dunga – Nobre Deputado Júnior Betão, associo-me ao pronunciamento de V.Exa. Conheço muito bem o trabalho do DNIT, principalmente o do Dr. Mauro. Nesta semana presenciei sua ida ao interior de vários Estados nordestinos para examinar os trabalhos que têm sido feitos em Alagoas, Sergipe e Pernambuco e já com uma viagem programada para a Paraíba. Solicitamos a presença de S.Exa. na estrada que liga Patos a Serra Negra, para que possa ver a necessidade de recuperar aquele trecho, se o DNIT assim o quiser. Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento que faz, reconhecendo o trabalho feito pelo DNIT em nosso País.

O SR. JÚNIOR BETÃO – Muito obrigado, Deputado Carlos Dunga. Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu discurso.

Não devemos ignorar que o próprio diretor-geral tem visitado diversos trechos das obras em execução, para verificar, **in loco**, o andamento e a qualidade dos serviços executados pelas empresas. Tudo isso se chama transparência e responsabilidade social.

Quero, portanto, parabenizar o Ministro Alfredo Nascimento, o Dr. Mauro Barbosa e os demais dirigentes e servidores do DNIT pelo primoroso trabalho que vêm realizando em favor da modernização da infra-estrutura nacional na área de transportes. Mais uma vez, parabenizo o Ministro Alfredo Nascimento pelo belíssimo trabalho que tem feito.

O Sr. Sarney Filho – Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. JÚNIOR BETÃO – Pois não, Deputado Sarney Filho.

O Sr. Sarney Filho – Gostaria de aproveitar o pronunciamento de V.Exa. para me manifestar sobre a famosa operação tapa-buraco. Ao contrário de determinados segmentos da imprensa e de alguns partidos políticos, vemos com muito bons olhos essa operação. O povo brasileiro já não agüentava mais. Todo o Brasil estava carregando o ônus pelo descaso com que as estradas federais vinham sendo tratadas ao longo de vários anos e vários governos. O povo brasileiro percebeu positivamente essa atitude. Um dos motivos de o Presidente Lula ter crescido nas pesquisas foi essa operação tapa-buraco, que era extremamente necessária, embora tardia. Houve um bombardeio indevido por parte de determinados segmentos da imprensa, que não compreendem a realidade brasileira e as dificuldades por que passam os usuários dessas estradas – uma verdadeira tortura. Portanto, também me associo aos parabéns ao Ministro Alfredo Nascimento, que tem lutado por recursos – e agora conseguiu verbas – para esse programa emergencial, na realidade, de extrema necessidade. Confio, sinceramente, que este programa está sendo feito dentro da maior transparência, legitimidade e legalidade possíveis.

O SR. JÚNIOR BETÃO – Agradeço a V.Exa. as palavras, nobre Deputado Sarney Filho.

Sr. Presidente, sinto-me muito orgulhoso de proferir hoje pronunciamento sobre o belíssimo trabalho que vem desenvolvendo o Ministro Alfredo Nascimento à frente do Ministério dos Transportes. Do mesmo modo, parabenizo o Dr. Mauro Barbosa da Silva, Diretor-Geral do DNIT, pelo trabalho prestado à Nação.

Ouço , com prazer, o nobre Deputado Nilson Mourão.

O Sr. Nilson Mourão – Ilustre Deputado Júnior Betão, estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V.Exa – um brilhante pronunciamento. Também quero me juntar a V.Exa. para elogiar o projeto que vem sendo realizado pelo Ministro Alfredo Nascimento. O Ministro Alfredo Nascimento, no momento em que lançou o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas Federais, foi alvo da imprensa brasileira e de determinados setores, particularmente da Oposição. S.Exa. respondeu ao povo brasileiro prontamente, com clareza e com definição: *"Se não se tapam os buracos, são contra; se se tapam, são contra também."* São palavras vazias. O povo brasileiro apoiou o programa, está apoiando as ações desenvolvidas pelo Ministério dos Transportes. Para encerrar esse meu breve aparte, quero parabenizar V.Exa. pelo excelente trabalho que tem feito nesta Casa, representando, com dignidade, o povo do Acre. Muito obrigado, Deputado.

O SR. JÚNIOR BETÃO – Muito obrigado, Deputado Nilson Mourão, um baluarte desta Casa.

Finalizo dizendo que esse trabalho belíssimo que o nosso diretor-geral vem fazendo no DNIT, com certeza e com a graça de Deus, vamos dar continuidade a ele. Vamos apoiar o nosso amigo Mauro Barbosa, juntamente com toda a sua equipe, nesse trabalho que vêm desenvolvendo no DNIT.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Júnior Betão, o Sr. Félix Mendonça, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aldo Rebelo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES:

Autor	Proposição	Ementa
Geraldo Resende	RIC 3619/2006	Solicita informações ao Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, acerca das relações mantidas pelo Ministério com as empresas Cobra Tecnologia Ltda e Compnet.
Lincoln Portela	INC 7681/2006	Sugere ao Poder Executivo a criação de um Grupo de Trabalho destinado a comemorar o transcursos do cinquentenário da posse do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.
Luiz Piauhylino	PL 6600/2006	Acrescenta o inciso VIII ao art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil
Jandira Feghali	PL 6602/2006	Altera a Lei nº 9.434, de 04 fevereiro de 1997.
Eduardo Valverde	REQ 3658/2006	Requer a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados para o dia 24/11/2006, para homenagem o Dia Nacional da Consciência Negra.
Eduardo Valverde	REQ 3659/2006	Requer a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados para o dia 20/4/2006, para homenagem ao Dia do Índio.
Eduardo Valverde	REQ 3660/2006	Requer a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados para o dia 16/03/2006, para homenagem ao Dia do Artesão.
Eduardo Valverde	REQ 3661/2006	Requer a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados para o dia 9/03/2006, para homenagem ao Dia Internacional da Mulher.
Luiz Carlos Hauly	RIC 3622/2006	Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre pagamentos efetuados pela empresa ITAIPU BINACIONAL referente ao contrato n° SC-ASU-GP 0093/2003 da empresa Mareglia Schembori Realizadores SRL.
Luiz Carlos Hauly	RIC 3623/2006	Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre pagamentos efetuados pela empresa ITAIPU BINACIONAL referente ao contrato n° AS-CT 00015/2003 do contrato de consultor para "Aproveitamento Turístico da UHI" com o Sr. Gilmar Antonio Piolla.
Luiz Carlos Hauly	RIC 3624/2006	Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre pagamentos efetuados pela empresa ITAIPU BINACIONAL referente ao contrato n° CT-FI 06515/2001 com a empresa Brementur Agência de Turismo Ltda
Luiz Carlos Hauly	RIC 3625/2006	Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre pagamentos efetuados pela empresa ITAIPU BINACIONAL referente ao contrato n° CN-FI 06862/2002 da empresa Bureau Veritas B.S.C.C. Ltda.
Luiz Carlos Hauly	RIC 3626/2006	Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre pagamentos efetuados pela empresa ITAIPU BINACIONAL referente aos contratos n°s CT-ASU 6150/2000 e CT-ASU 006621/2001.
Luiz Carlos Hauly	RIC 3627/2006	Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre pagamentos efetuados pela empresa ITAIPU BINACIONAL referentes aos contratos n°s SC-ASU-GP 00024/2003 e 00025/2003 da empresa Mass Publicidad SRL

Luiz Carlos Hauly	RIC 3628/2006	Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre pagamentos efetuados pela empresa ITAIPU BINACIONAL referente ao contrato nº SC-FI-RHD-AD 0159/2003 da empresa WN Prod. Art. e Cenamatográficas Ltda.
Luiz Carlos Hauly	RIC 3629/2006	Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre pagamentos efetuados pela empresa ITAIPU BINACIONAL referentes aos contratos nºs SC-FI-PC.CD 0014/2003 e SC-FI-PC.CD 0015/2003.
Luiz Carlos Hauly	RIC 3630/2006	Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre pagamentos efetuados pela empresa ITAIPU BINACIONAL referentes aos contratos nºs CT-ASU-6128/2000 e CT-FI-6128/2000.
Luiz Carlos Hauly	RIC 3631/2006	Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia sobre pagamentos efetuados pela empresa ITAIPU BINACIONAL referentes ao contrato nº CT-FI-06977/2003.
Ildeu Araujo	INC 7682/2006	Sugere ao Ministério da Saúde a doação de uma ambulância, e outros bens, à Unidade de Saúde no Município de Uchoa - SP.
Alice Portugal	PRC 287/2006	Institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o roubo, a receptação, o contrabando, o comércio ilegal e o tráfico ilícito de obras de arte, bens culturais e de arte sacra no Brasil.
Vanessa Grazziotin	RIC 3632/2006	Solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia informações sobre o contrato a ser assinado entre a Petrobras,a Eletrobrás e a CIGÁS para a futura comercialização do gás proveniente de Coari através do Gasoduto Coari Manaus.
Vanessa Grazziotin	RIC 3633/2006	Solicita ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, informações sobre as denúncias de Grilagem na Amazônia, com a revogação dos cancelamento dos títulos de propriedades indicadas como originária de invasões ilegais durante a CPI da Terra.
Marcelo Ortiz	INC 7683/2006	Sugere ao Ministro da Fazenda implantação de uma unidade do Centro Cultural Banco do Brasil no município de São José dos Campos – SP
Marcelo Ortiz	INC 7684/2006	"Sugere ao Ministério da Cultura implantação de uma unidade do Centro Cultural Banco do Brasil no município de São José dos Campos - SP"
Bernardo Ariston	PL 6603/2006	Obriga as instituições financeiras a afixar, nos caixas eletrônicos, fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos.
Bernardo Ariston	PL 6604/2006	Proíbe os fabricantes de balas, chocolates, confeitos e refrigerantes de embalarem seus produtos em embalagens similares às utilizadas para embalar medicamentos.
Bernardo Ariston	PL 6605/2006	Permite deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda o pagamento de despesas com o tratamento de neoplasia maligna, inclusive medicamentos, relativamente ao próprio contribuinte, a seus dependentes e a parente até o segundo grau inclusive, acrescentando alínea "h" ao inciso II do art. 8º da Lei nº

		9.250, de 26 de dezembro de 1995.
Bernardo Ariston	PL 6606/2006	Dispõe sobre a obrigatoriedade do revendedor prestar informações quando da venda de gás liqüefeito de petróleo - GLP ao consumidor final, altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.
Bernardo Ariston	PL 6607/2006	Dispõe sobre o prazo de validade das certidões que menciona, emitidas pela Caixa Econômica Federal, pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal.
Bernardo Ariston	PL 6608/2006	Cria a Comenda do Mérito Ambiental.
Luiza Erundina	REQ 3662/2006	Requer a constituição de Comissão Externa para averiguar, IN LOCO, os recentes casos de violência doméstica ocorridos no Estado de Pernambuco."
Vanessa Grazziotin	RIC 3634/2006	Solicita ao Senhor Ministro da Defesa informações sobre a emissão de relatórios de plano de embarcações.
Nelson Bornier	RIC 3635/2006	Solicita informações ao Sr. Ministro da Defesa, relativamente a processos licitatórios realizados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - INFRAERO, no período a que se refere.
Luciano Zica	RIC 3636/2006	Solicita ao Excelentíssimo Ministro da Defesa, Vice-Presidente José Alencar, informações sobre o plano de ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas - SP.
Elimar Máximo Damasceno	PL 6609/2006	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre exame de polissonografia.
Elimar Máximo Damasceno	PL 6610/2006	Introduz alterações na Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências."
Maria Helena-Pres. da CAINDR	REQ 3663/2006	Requer a revisão do despacho dado ao PLP 311/05, de maneira a nele incluir a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.
Joaquim Francisco	RIC 3637/2006	Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa acerca de tarifas praticadas no serviço de transporte aéreo regular de passageiros.
Joaquim Francisco	INC 7685/2006	Sugere ao Ministério da Educação a adoção de estratégias que incorporem normas gerais sobre educação para o trânsito na formação dos alunos do ensino médio das escolas públicas do país.
Joaquim Francisco	RIC 3638/2006	Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre o mercado de gás natural, capacidade de transporte, expectativas e planejamento envolvendo o referido insumo.
Joaquim Francisco	RIC 3639/2006	Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes sobre o andamento de obras de infra-estrutura de transporte no Brasil.
Joaquim Francisco	INC 7686/2006	Sugere ao Ministério da Saúde a realização de campanha nacional de combate ao tabagismo, dirigida às mulheres.

Joaquim Francisco	RIC 3640/2006	Solicita informações ao Ministério das Comunicações referentes à implantação do programa "telefone social", para propiciar o acesso da população de baixa renda ao serviço de telefonia fixa.
Joaquim Francisco	RIC 3641/2006	Solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde sobre dados relativos ao programa de tratamento da dependência ao tabagismo pela rede do Sistema Único de Saúde - SUS.
Henrique Fontana	REQ 3664/2006	Requer, nos termos do art. 155 do RI, urgência na apreciação da MSC 800/2005
Babá	REQ 3665/2006	Solicita aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal disponibilização de cópias dos documentos relativos à Comissão Mista instalada no mês de abril de 1989, em cumprimento ao disposto no artigo 26 do ADCT.
Perpétua Almeida	RIC 3642/2006	Solicita informações ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre o Seminário "Ayahuasca".
Durval Orlato	RIC 3643/2006	Solicita ao Sr. Ministro dos Transportes informações acerca da utilização de imóveis e terrenos de titularidade da Rede Ferroviária Federal.
Vander Loubet	PL 6611/2006	Denomina a BR-267 como rodovia João Paulo II.
Renildo Calheiros	REQ 3666/2006	Requer, nos termos do art. 155 do RI, urgência na apreciação do PRC 287 de 2006
Isaías Silvestre	REQ 3668/2006	Requer convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados, com a finalidade de prestar homenagem a Santos Dumont, pelo centenário do primeiro vôo autônomo da aviação mundial.
Paulo Baltazar	REQ 3667/2006	Requer convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados, com a finalidade de prestar homenagem à Semana Nacional do Meio Ambiente, na primeira semana do mês de junho.
Telma de Souza	REQ 3669/2006	Solicita a retirada do Projeto de Lei nº 6.597, de 2006.
Telma de Souza	PL 6613/2006	Modifica o art. 2º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que "Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal".

VI – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

Francisco Rodrigues PFL
Pastor Frankembergen PTB
Total de Roraima 2

AMAPÁ

Badu Picanço PL
Davi Alcolumbre PFL
Dr. Benedito Dias PP
Evandro Milhomen PSB
Gervásio Oliveira PMDB
Hélio Esteves PT
Total de Amapá 6

PARÁ

Ann Pontes PMDB
Nilson Pinto PSDB
Wladimir Costa PMDB
Zé Lima PP
Zequinha Marinho PSC
Total de Pará 5

AMAZONAS

Átila Lins PMDB
Carlos Souza PP
Francisco Garcia PP
Pauderney Avelino PFL
Total de Amazonas 4

RONDONIA

Agnaldo Muniz PP
Eduardo Valverde PT
Miguel de Souza PL
Natan Donadon PMDB
Total de Rondonia 4

ACRE

Henrique Afonso PT
João Tota PP
Júnior Betão PL
Nilson Mourão PT
Perpétua Almeida PCdoB
Total de Acre 5

TOCANTINS

Edmundo Galdino PDT
Osvaldo Reis PMDB
Total de Tocantins 2

MARANHÃO

César Bandeira PFL
Costa Ferreira PSC
Dr. Ribamar Alves PSB
Gastão Vieira PMDB
João Castelo PSDB
Pedro Fernandes PTB
Sarney Filho PV
Sebastião Madeira PSDB
Wagner Lago PDT
Total de Maranhão 9

CEARÁ

Almeida de Jesus PL
André Figueiredo PDT
Antonio Cambraia PSDB
Ariosto Holanda PSB
Eunício Oliveira PMDB
Gonzaga Mota PSDB
João Alfredo PSOL
José Linhares PP
José Pimentel PT
Manoel Salviano PSDB
Marcelo Teixeira PSDB
Mauro Benevides PMDB
Moroni Torgan PFL
Total de Ceará 13

PIAUÍ

Átila Lira PSDB
B. Sá PSB
Ciro Nogueira PP
Marcelo Castro PMDB
Paes Landim PTB
Total de Piauí 5

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra PT
Henrique Eduardo Alves PMDB
Nélio Dias PP
Total de Rio Grande do Norte 3

PARAÍBA

Carlos Dunga PTB
Enivaldo Ribeiro PP
Lúcia Braga PMDB
Luiz Couto PT
Marcondes Gadelha PSB
Philemon Rodrigues PTB
Ricardo Rique PL
Wellington Roberto PL
Total de Paraíba 8

PERNAMBUCO

Armando Monteiro PTB
Carlos Batata PFL
Fernando Ferro PT
Inocêncio Oliveira PL
Joaquim Francisco PFL
José Mendonça Bezerra PFL
José Múcio Monteiro PTB
Luiz Piauhylino PDT
Marcos de Jesus PFL
Renildo Calheiros PCdoB
Roberto Freire PPS
Roberto Magalhães PFL
Total de Pernambuco 12

ALAGOAS

Helenildo Ribeiro PSDB
José Thomaz Nonô PFL
Maurício Quintella Lessa PDT
Rogério Teófilo PPS
Total de Alagoas 4

SERGIPE

Bosco Costa PSDB
Ivan Paixão PPS
Jackson Barreto PTB
Total de Sergipe 3

BAHIA

Alice Portugal PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto PFL
Claudio Cajado PFL
Colbert Martins PPS
Coriolano Sales PFL
Daniel Almeida PCdoB
Fábio Souto PFL
Fernando de Fabinho PFL
Guilherme Menezes PT
João Almeida PSDB
João Leão PP
Jonival Lucas Junior PTB
José Rocha PFL
Josias Gomes PT
Jutahy Junior PSDB
Luiz Alberto PT
Marcelo Guimarães Filho PFL
Mário Negromonte PP
Nelson Pellegrino PT
Paulo Magalhães PFL
Pedro Irujo PMDB
Zelinda Novaes PFL
Total de Bahia 22

MINAS GERAIS

Alexandre Maia PMDB
Carlos Mota PSB
César Medeiros PT
Cleuber Carneiro PTB
Custódio Mattos PSDB
Eduardo Barbosa PSDB
Eliseu Resende PFL
Isaías Silvestre PSB
João Magalhães PMDB
João Magno PT
João Paulo Gomes da Silva PSB
José Militão PTB
Lael Varella PFL
Leonardo Mattos PV
Leonardo Monteiro PT
Lincoln Portela PL
Mário Heringer PDT
Narcio Rodrigues PSDB
Roberto Brant PFL
Romeu Queiroz PTB
Sérgio Miranda PDT
Vadinho Baião PT
Total de Minas Gerais 22

ESPÍRITO SANTO

Feu Rosa PP
Manato PDT
Marcelino Fraga PMDB
Marcus Vicente PTB
Nilton Baiano PP
Renato Casagrande PSB
Total de Espírito Santo 6

RIO DE JANEIRO

Almerinda de Carvalho PMDB
Almir Moura PFL
André Costa PDT
Antonio Carlos Biscaia PT
Carlos Nader PL
Chico Alencar PSOL
Deley PSC
Dr. Heleno PSC
Edson Ezequiel PMDB
Eduardo Cunha PMDB
Fernando Gonçalves PTB
Francisco Dornelles PP
Itamar Serpa PSDB
Jair Bolsonaro PP
Jandira Feghali PCdoB
João Mendes de Jesus PSB
José Divino PMR
Juíza Denise Frossard PPS

Leonardo Picciani PMDB
Miro Teixeira PDT
Moreira Franco PMDB
Nelson Bornier PMDB
Paulo Feijó PSDB
Reinaldo Betão PL
Reinaldo Gripp PL
Simão Sessim PP
Total de Rio de Janeiro 26

SÃO PAULO

Antonio Carlos Pannunzio PSDB
Chico Sardelli PV
Delfim Netto PMDB
Devanir Ribeiro PT
Edinho Montemor PSB
Elimar Máximo Damasceno PRONA
Enéas PRONA
Fernando Estima PPS
Ivan Valente PSOL
Jamil Murad PCdoB
Jefferson Campos PTB
João Batista PP
João Herrmann Neto PDT
José Eduardo Cardozo PT
José Mentor PT
Jovino Cândido PV
Julio Semeghini PSDB
Lobbe Neto PSDB
Luiz Antonio Fleury PTB
Luiz Carlos Santos PFL
Luiz Eduardo Greenhalgh PT
Marcelo Barbieri PMDB
Mariângela Duarte PT
Michel Temer PMDB
Neuton Lima PTB
Professor Irapuan Teixeira PP
Roberto Gouveia PT
Robson Tuma PFL
Salvador Zimbaldi PSB
Telma de Souza PT
Vanderlei Assis PP
Vicentinho PT
Walter Barelli PSDB
Wanderval Santos PL
Xico Graziano PSDB
Total de São Paulo 35

MATO GROSSO

Celcita Pinheiro PFL
Thelma de Oliveira PSDB
Total de Mato Grosso 2

DISTRITO FEDERAL

Alberto Fraga PFL
José Roberto Arruda PFL
Osório Adriano PFL
Sigmaringa Seixas PT
Tatico PTB
Total de Distrito Federal 5

GOIÁS

Enio Tatico PL
Leandro Vilela PMDB
Leonardo Vilela PSDB
Pedro Chaves PMDB
Ronaldo Caiado PFL
Rubens Otoni PT
Vilmar Rocha PFL
Total de Goiás 7

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT
Antonio Cruz PP
Geraldo Resende PPS
João Grandão PT
Murilo Zauith PFL
Total de Mato Grosso do Sul 5

PARANÁ

Affonso Camargo PSDB
André Zacharow PMDB
Assis Miguel do Couto PT
Cláudio Rorato PMDB
Dr. Rosinha PT
Dra. Clair PT
Eduardo Sciarra PFL
Gustavo Fruet PSDB
Iris Simões PTB
Luiz Carlos Hauly PSDB
Max Rosenmann PMDB
Moacir Micheletto PMDB
Nelson Meurer PP
Odílio Balbinotti PMDB
Osmar Serraglio PMDB
Selma Schons PT
Vitorassi PT
Total de Paraná 17

SANTA CATARINA

Adelor Vieira PMDB
Edinho Bez PMDB
Fernando Coruja PPS
Ivan Ranzolin PFL
João Pizzolatti PP
Jorge Boeira PT

Leodegar Tiscoski PP
Luci Choinacki PT
Mauro Passos PT
Paulo Afonso PMDB
Paulo Bauer PSDB
Vignatti PT
Zonta PP
Total de Santa Catarina 13

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
Darcísio Perondi PMDB
Francisco Appio PP
Júlio Redecker PSDB
Kelly Moraes PTB
Luis Carlos Heinze PP
Mendes Ribeiro Filho PMDB
Milton Cardias PTB
Onyx Lorenzoni PFL
Orlando Desconsi PT
Osvaldo Biolchi PMDB
Pastor Reinaldo PTB
Wilson Cignachi PMDB
Yeda Crusius PSDB
Total de Rio Grande do Sul 14

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A lista de presença registra o comparecimento de 259 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Passa-se à apreciação da matéria que está sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Há sobre a mesa requerimento de urgência que vou submeter ao Plenário.

Antes, porém, esclareço às Sras. e aos Srs. Deputados que o requerimento em referência diz respeito a matéria cuja discussão já foi iniciada nesta Casa, mas, por um lapso da Mesa, não foi incluída na pauta da convocação extraordinária.

O Projeto de Lei nº 6.370, de 2005, do Poder Executivo, sobre os chamados portos secos, tinha urgência constitucional. Portanto, estaria automaticamente incluído na pauta da convocação extraordinária.

O Governo retirou a urgência. Ao fazê-lo, a matéria foi retirada da referida pauta. Para novamente ser nela incluído, teria de ser publicado um ato aditivo, a fim de receber a urgência acordada pelas Lideranças partidárias, urgência aliás, já votada pela Casa. A urgência foi votada sem que o ato de aditamento tivesse sido realizado, a matéria agora está incluída na pauta da convocação extraordinária, mas, por exigência da norma regimental, torna-se necessário que a votação do requerimento de urgência – já feita, ressalte-se – seja refeita.

É o esclarecimento que presto às Sras. e aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Sobre a mesa requerimento de urgência, assinado por todos os Líderes, no seguinte teor:

"Senhor Presidente, requeremos, nos termos do artigo 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.370, de 2005, do Poder Executivo, que 'dispõe sobre a movimentação e a armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco, altera a legislação aduaneira e dá outras providências'."

Sala das Sessões, – **Henrique Fontana**, Líder do PT; **Rodrigo Maia**, Líder do PFL; **Ronaldo Dimas**, Vice-Líder do PSDB; **Miguel de Souza**, Vice-Líder do PL; **Isaías Silvestre**, Vice-Líder do PSB; **Renildo Calheiros**, Líder do PCdoB; **Mendes Ribeiro Filho**, Vice-Líder do PMDB; **Nelson Marquezelli**, Vice-Líder do PTB; **Dimas Ramalho**, Líder do PPS; **Severiano Alves,** Líder do PDT; **Pastor Amarildo**, Líder do PSC; **Luciana Genro**, Líder do PSOL; **Arlindo Chinaglia**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Em votação a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria continua incluída na pauta desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Sobre a mesa requerimento de urgência no seguinte teor:

"Senhor Presidente, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência na apreciação da Mensagem nº 800, de 2005, do Poder Executivo, que submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa ao Estado do Amapá, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua Emenda de 21 de outubro de 2005".

Sala das Sessões, – **Henrique Fontana**, Líder do PT; **Rodrigo Maia**, Líder do PFL; **André de Paula**, PFL; **João Almeida**, Vice-Líder do PSDB; Miguel de Souza, Vice-Líder do PL; **Arlindo Chinaglia**, Líder do Governo; **André Figueiredo**, Vice-Líder do PDT; **Luciana Genro**, Líder do PSOL; **Francisco Dornelles**,

Vice-Líder do PP; **Pastor Amarildo**, Líder do PSC; **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB; **Elimar Máximo Damasceno**, PRONA; **Renildo Calheiros**, Líder do PCdoB; **Renato Casagrande**, Líder do PSB; **Wilson Santiago**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Esclareço aos Srs. Deputados que, em visita ao Estado do Amapá no fim da última semana, em reunião com o Governador do Estado e com toda a bancada federal amapaense, tomei conhecimento – aliás, já sabia – que havia esse acordo entre o Governo brasileiro e o Governo francês relativo à construção de uma ponte ligando o Brasil à Guiana Francesa. Entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa não há fronteira seca, não há como alcançar um ou outro território senão pelo Rio Oiapoque. E não há uma única ponte que ligue o Amapá à Guiana Francesa para facilitar o deslocamento de pessoas, o transporte de mercadorias etc.

Assumi, então, o compromisso de submeter ao Plenário da Casa o pedido de urgência para a matéria, que corresponde a sentida expectativa do Governo do Amapá e da bancada de Deputados Federais e de Senadores do Estado.

Portanto , submeto ao Plenário requerimento para a apreciação em regime de urgência do texto do Acordo firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à construção da ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabou de ser aprovada regime de urgência para o projeto de lei dos portos secos.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Exatamente.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Creio que a matéria em referência só poderia entrar extrapauta, talvez em outra sessão. Poderemos hoje, se houver tempo – não há problema algum —, ou, então, amanhã pela manhã, votarmos a questão dos portos secos.

É para isso que eu gostaria de chamar a atenção de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Exatamente. Só poderíamos proceder à leitura do parecer, o que já foi feito ontem pelo Deputado Edinho Montemor, se houvesse acordo e anuência das Lideranças e do Plenário.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Não temos nenhum objeção a que o parecer seja lido resumidamente, porque, ontem, já ouvimos de fato – não de direito – a sua leitura.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Perfeitamente, Deputado Alberto Goldman.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, requeiro a V.Exa. que determine às Comissões que encerrem seus trabalhos, pois já foi iniciada a Ordem do Dia.

Não faz sentido eu ficar preocupada com a reunião da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência determina a cessação das atividades das Comissões Permanentes, das Comissões Especiais, das Comissões Temporárias, das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito e das Comissões Parlamentares de Inquérito da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Item 1.

PROJETO DE LEI Nº 4.835-C, DE 2005

(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.835-C, que institui a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do antigo Distrito Federal, altera dispositivos da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, dispõe sobre a reorganização e a remuneração da Carreira Policial Civil dos ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado pela aprovação deste, das emendas de nºs 1 a 7, 10 a 12, 14, 18 a 20 e 22; e pela aprovação parcial das emendas de nºs 9 e 13, com substitutivo; e pela rejeição das emendas de nºs 8, 15 a 17 e 21 (Relator: Dep. Coronel Alves); da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público pela aprovação deste, com

substitutivo, e pela rejeição do Substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (Relatora: Dep. Laura Carneiro); da Comissão de Finanças e Tributação pela adequação financeira e orçamentária deste e pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1 a 22 adotadas pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (Relator: Dep. José Pimentel e Relator-Substituto: Dep. Vignatti); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, e das emendas de nºs 1 a 16 e 18 a 22 adotadas pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e pela injuridicidade da Emenda de nº 17, daquela Comissão (Relator: Dep. Agnaldo Muniz).

O SR. RODRIGO MAIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, que matéria será votada?

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – O projeto que institui a Gratificação de Função Militar e dá outras providências.

O SR. RODRIGO MAIA – Sr. Presidente, foram 4 horas e meia de reunião.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Então, podemos retirar a matéria de pauta.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o texto da emenda aglutinativa está pronto. Houve um consenso sobre a possibilidade de sua votação. Eu diria que fui acuada a ser convencida, sob pena de veto ao parecer que apresentei. A emenda aglutinativa está aqui, pronta para ser votada. Basta que seja assinada.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje tivemos uma manhã muito complicada na Presidência da República. Eu gostaria que o Governo se manifestasse sobre o acordo. A matéria que estamos discutindo não diz respeito a índice de reajuste para os policiais dos ex-Territórios, mas o artigo que aniquila, que massacra a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Quero ouvir do Governo se há possibilidade de acordo. Caso contrário, fica difícil a votação.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Deputado Alberto Fraga não ficou na reunião até o seu final. O artigo que ele menciona não existe mais. Há apenas um que autoriza a União a firmar convênios. Trata-se apenas de autorização. A União poderá ou não firmar convênios. Não há obrigatoriedade.

Neste momento, os Comandantes das Polícias Militares estão reunidos, e, pelo menos até o envio da matéria ao Senado, a discussão se fará entre o Governo Federal e o Distrito Federal.

No meu entendimento, Sr. Presidente, nós incorremos em falta de técnica legislativa ao repetir um parágrafo único que diz respeito à área médica, por solicitação especial do Deputado Alberto Fraga. S.Exa. não está sendo justo. Não sou irresponsável. Discuti a matéria durante 4 horas e meia com representantes dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda – portanto, com o Governo – e com Deputados de todas as bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Deputada Laura Carneiro, vou dar prosseguimento à discussão, e a Liderança do Governo poderá se manifestar sobre a matéria. A Presidência não pode interromper a Ordem do Dia.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa é a questão. Precisamos ouvir a Liderança do Governo. Não conheço o texto a que a Deputada Laura Carneiro acaba de se referir. E se o Governo não confirmar o acordo? Para que haja acordo, o Governo tem de se posicionar. Não basta a Deputada mostrar o texto.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço novamente a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, é muito simples. Os Deputados presentes à reunião não estão aqui agora. Participaram do acordo Deputados de Ron-

dônia e de Roraima. Mas eu não posso assinar emenda aglutinativa, porque sou Relatora da matéria.

O Líder não aparece, e a culpa é minha? Eu cumpri o meu dever. Passei 4 horas e meia numa reunião, construindo esse acordo. Meu Líder já foi avisado. Infelizmente, não posso assinar o texto. Se eu assino a emenda aglutinativa, não posso proferir o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, oportunamente, vou reinscrever-me para o encaminhamento da votação, porque não li o texto. Estamos tentando que algum Parlamentar apresente o texto negociado pela Deputada Laura Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Peço aos Líderes do Governo e da Oposição que confirmem que a matéria está pronta para deliberação.

Srs. Líderes, manifestem-se, por favor.

O SR. LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na qualidade de Relatora e tendo em vista a falta de respeito do Governo para comigo – passei 4 horas e meia negociando em busca de uma solução para o Governo e para os trabalhadores, ao mesmo tempo; mais de 10 Deputados e Senadores estiveram sentados em torno de uma mesa do Palácio do Planalto —, sugiro a V.Exa. que encerre a discussão e inverta a pauta, para iniciarmos a Ordem do Dia pelo item 2, ficando o item 1 para o final.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO FRAGA – Deputada Laura Carneiro, na condição de Relatora, V.Exa. pode pedir prazo de 1 sessão.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Não é preciso.

O SR. ALBERTO FRAGA – É melhor pedir prazo. A matéria é importante.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Peço a V.Exa. 24 horas de prazo, até amanhã, para ajudá-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Está concedido o prazo, mas não para me ajudar.

A SRA. LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, como pode existir prazo, se eu apresentei meu parecer e ele já foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – V.Exa. tem 24 horas para dar parecer sobre as emendas de Plenário.

O assunto está resolvido. A matéria sai de pauta por 24 horas, prazo em que a Relatora deverá dar parecer sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Srs. Líderes, a Presidência solicita atenção especial para o item 2 da pauta – o Projeto de lei nº 5.855, de 2005, que estabelece normas para as eleições.

Há pouco terminou reunião do Colégio de Líderes em que se tentou estabelecer um acordo que permitisse ao Deputado Moreira Franco trazer ao plenário a matéria o mais amplamente unificada possível. Mas naturalmente o Relator precisa de prazo para isso.

O item seguinte diz respeito à discussão, em turno único, do projeto de lei que dispõe sobre o chamado porto seco.

A sugestão da Presidência é que se substitua o projeto referente à alteração da legislação eleitoral pela leitura do parecer do Deputado Edinho Montemor acerca da propositura sobre porto seco, já que ela terá de ser refeita, uma vez que o requerimento de urgência foi votado e o parecer foi lido sem que a matéria estivesse inserida na pauta da convocação extraordinária.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, o PPS apóia a solicitação de V.Exa.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Seria só a leitura, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Sim, só a leitura.

O SR. PAUDERNEY AVELINO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, indago a V.Exa. se o projeto de lei sobre normas para as campanhas eleitorais será apreciado ainda nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Vou consultar o Deputado Moreira Franco sobre se pode apresentar ainda hoje o parecer – a votação ficaria para amanhã.

O SR. PAUDERNEY AVELINO – Então, nós concordamos com a inversão de pauta, mas é importante que esse projeto de lei seja logo apreciado. Pelo que eu pude aferir na reunião de Líderes, há um ponto ou outro de discordância, e esses pontos serão destacados no plenário.

Tenho certeza de que o Deputado Moreira Franco, depois da reunião de hoje à tarde, já avançou no projeto de lei.

Portanto, Sr. Presidente, se V.Exa. assim julgar, teremos condições de fazer a leitura do parecer, dis-

cuti-lo e talvez votá-lo hoje, na sessão extraordinária. Do contrário, nós o votaremos amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Perfeitamente, nobre Deputado.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS apóia a leitura do parecer e tem muito interesse em discutir o projeto relativo à criação da SUDENE.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Em razão de acordo entre as Lideranças e o Plenário, a Presidência promove a inversão da pauta, dando seguimento à leitura do parecer sobre o projeto que trata de porto seco.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Item 3.

PROJETO DE LEI Nº 6.370-B, DE 2005
(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.370-B, de 2005, que dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco, altera a legislação aduaneira e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão Especial, ao Sr. Deputado Edinho Montemor.

Enquanto o Deputado Edinho Montemor se dirige à tribuna, a Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Deputados que amanhã haverá sessão deliberativa pela manhã e a sessão plenária das 14h terá como pauta apenas matérias antecipadamente negociadas, que possam ser votadas por acordo, mas que exigem a presença de S.Exas.

O SR. ZONTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZONTA (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se possível, peço a V.Exa. que complemente a informação. Na próxima terça-feira encerrar-se-á o período de convocação extraordinária. V.Exa. já estabeleceu a agenda desta semana até sexta-feira, mas seria importante termos conhecimento de antemão da agenda de segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência convoca sessão deliberativa para segunda-feira, às 18h.

Lembro ainda que na terça-feira também haverá sessão deliberativa, pois na quarta-feira haverá sessão de instalação do ano legislativo de 2006.

O SR. RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RONALDO DIMAS (PSDB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Edinho Montemor já havia feito a leitura do parecer ontem, mas aquele procedimento não teve validade. Antes que S.Exa. proceda à releitura do parecer, solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que, se possível, em vez de ser feita a leitura na íntegra, determine sejam relidas somente as alterações do substitutivo que será apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Estou de pleno acordo, Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Concedo a palavra para oferecer parecer ao projeto, em substituição à Comissão Especial, ao Sr. Deputado Edinho Montemor.

O SR. EDINHO MONTEMOR (PSB-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em atendimento à sugestão do Deputado Ronaldo Dimas, tecerei breves comentários acerca do parecer proferido ontem por mim no final da tarde. Aliás, também já havia solicitado à Presidência que poupasse as Sras. e os Srs. Deputados da sua extensa leitura. Outrossim , informo aos Srs. Deputados que o parecer já foi publicado, encontra-se sobre a mesa à disposição de S.Exas., assim como o substitutivo oferecido.

O projeto de lei dispõe sobre movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, alfandegamento de locais e recintos, licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco, altera a legislação aduaneira, e dá outras providências, e tem parecer do Relator da matéria, designado em Plenário, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação das Emendas nºs 1, 9, 12, 20, 22, 25, 29 e 30 e, parcialmente, das Emendas nºs 3, 10, 11, 16, 17 e 21, com substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 2, 4 a 8, 13 a 15, 18, 19, 23, 24, 26 a 28 e 31 a 34.

O projeto de lei estabelece a mudança do regime atual, o de concessão por meio de licitações, para o regime de licença, desconsiderando o serviço de ar-

mazenagem como público e passando a considerá-lo de natureza privada.

Na forma do substitutivo, o projeto fixa de maneira bastante clara e transparente os requisitos que devem ser preenchidos pelas empresas que queiram obter o licenciamento. Preenchidos os requisitos, a licença será outorgada automaticamente em prazo estabelecido por lei e não dependerá do poder discricionário do Secretário da Receita ou de quem quer que seja.

O objetivo do projeto de lei, portanto, é a abertura do mercado, que hoje se encontra fechado, é a democratização de setor, que se encontra cartelizado em nosso País.

Muitos Deputados me procuraram para falar sobre a licitação dos portos secos. Vou citar um exemplo do que hoje ocorre em relação aos portos molhados, os terminais marítimos. Se alguém é proprietário do terreno à beira de rio ou na orla marítima, vai à ANTAQ, firma um contrato de adesão, informa à Receita e recebe o alfandegamento num porto molhado, sem nenhum tipo de licitação. O que existe hoje, em termos de licitação, é exceção para o porto seco. A regra deve ser a licença. Por meio desse projeto, procuramos estabelecer regras claras, transparentes, definidas e garantir a outorga.

Sras. e Srs. Deputados, o projeto é extremamente importante para o País, pois dará celeridade ao processo de importação e exportação e porá fim aos gargalos existentes em determinados setores logísticos dessa cadeia. Hoje, por falta de competitividade, em muitos locais não temos conveniente número de portos secos operando.

Discutiremos as emendas de Plenário, e desde já me coloco à disposição das Sras. e Srs. Deputados para outros esclarecimentos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

(O texto do Parecer a que se refere o Relator está publicado no Diário da Câmara dos Deputados nº 22, de 08/02/2006).

O SR. MORONI TORGAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MORONI TORGAN (PFL-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho uma preocupação, que creio ser também de V.Exa. Peço que avise ao Plenário que, às 19h, haverá sessão extraordinária para se votar o segundo turno da verticalização.

Esta a minha manifestação, no sentido de cooperar com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Deputado Moroni Torgan, creio que a Presidência já havia informado ao Plenário sobre a sessão extraordinária. Mas se não o fez, por um lapso, o faz agora.

Portanto, reitero que haverá sessão extraordinária, às 19h05min, para votação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição que disciplina as coligações partidárias.

O SR. MORONI TORGAN – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Moreira Franco, a meu ver, já está em condições de ler o seu relatório, para que possamos iniciar ampla discussão sobre a matéria, já que este Plenário precisa efetivamente discuti-la.

Apresento a V .Exa. a seguinte proposta: discutirmos exaustivamente a matéria hoje à tarde e, se possível, votá-la.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Sr. Líder Pauderney Avelino, o Deputado Moreira Franco acabou de me informar que não tem condições de entregar esse relatório agora. Acho que, de fato, a matéria será votada amanhã, na sessão matutina. O que posso fazer é pedir ao Deputado Moreira Franco que distribua o relatório pelo menos na sessão extraordinária desta noite.

O SR. MARCELO BARBIERI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa matéria é palpitante. Se o Deputado Moreira Franco distribuir o relatório hoje, V.Exa. garante a inclusão da matéria na pauta de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Deputado Marcelo Barbieri, vou incluir a matéria como primeiro item da pauta.

O SR. MARCELO BARBIERI – O primeiro item a ser apreciado amanhã seria a lei eleitoral?

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Exatamente.

O SR. MARCELO BARBIERI – Então, seria muito importante a distribuição do relatório hoje, mesmo que ele sofra modificações, porque há uma ansiedade geral por conhecer o relatório do Deputado Moreira Franco. Seria bom que S.Exa. franqueasse o conhecimento do relatório aos Parlamentares.

O SR. ZONTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZONTA (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista concorda com o encaminhamento dado por V.Exa. Uma vez distribuído o relatório, esse seria o primeiro item de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Por acordo entre as Lideranças, chancelado pelo Plenário, lido o relatório pelo Deputado Edinho Montemor, a matéria de porto seco sai da Ordem do Dia.

Daremos prosseguimento à Ordem do Dia com a matéria seguinte, que é o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Item 4.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76-C, DE 2003
(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 76-B, de 2003, que "institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação e dá outras providências". Pendente de parecer da Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Com a palavra o Relator, Deputado Zezéu Ribeiro.

O SR. HENRIQUE FONTANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Relator está chegando. Ele estava em uma última reunião e chegará em poucos minutos.

O SR. RODRIGO MAIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o projeto da SUDENE não obteve acordo hoje, não foi lido na Comissão. Se for lido no plenário, estará atropelando a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – O Relator vai pedir prazo para as emendas. A Presidência pode se antecipar, concedendo prazo ao Relator para as emendas e passando para o item seguinte da pauta.

Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

Então, vamos passar para o item seguinte, concedendo prazo ao Deputado Zezéu Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Item 5.

PROJETO DE LEI Nº 3.462-D, DE 2000
(Do Sr. Paulo Rocha)

Discussão, em turno único, da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.462-B, de 2000, que "anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, punidos em razão da participação em movimento grevista"; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Washington Luiz); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Lindberg Farias).

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Há oradores inscritos.

A Presidência pede celeridade. Em razão do benefício que a matéria concede aos trabalhadores dos Correios e Telégrafos, sejamos práticos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. por permitir que esta matéria venha à pauta. Os carteiros esperavam que isso pudesse ter acontecido no dia 25 de janeiro, quando se comemorou o Dia do Carteiro. Um pouco atrasados, vamos comemorar o Dia do Carteiro votando esse projeto.

Parabéns, nobre Deputado Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Muito obrigado, nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro, que falará a favor da matéria. *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Biscaia *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga. *(Pausa.)*

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pa-

rece-me que há uma emenda do Senado Federal a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – É a emenda que está em discussão.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Tem de haver o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Os pareceres já acompanham a matéria e já foram publicados, nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – O parecer foi lido também? Não tinha que ser lido?

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Foi votado na Comissão. Já veio para o plenário com o parecer da Comissão.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Ah, sim, já veio com parecer da Comissão. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha. *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio. *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Santana. *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

Concedo a palavra ao Deputado Babá. *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Concedo a palavra à Deputada Luciana Genro, que falará a favor da matéria.

A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL-RS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, serei breve, pois acredito que falo também em nome de todos os Deputados que abriram mão de se pronunciar. Cumprimento os trabalhadores dos Correios que, durante todo esse período da convocação extraordinária, estiveram nesta Casa, pelos corredores, lutando, reivindicando, exigindo seus direitos, pedindo o apoio das Lideranças para que esse projeto viesse à pauta e fosse votado.

Quero trazer o reconhecimento de toda a bancada do PSOL e acredito que de todos os Parlamentares que presenciaram a verdadeira via-crúcis que os senhores fizeram pelos corredores da Câmara.

Cumprimento-os pela luta e desejo que esta seja apenas a primeira das leis que votamos que dizem respeito aos trabalhadores dos Correios, porque há outras necessidades, outras reivindicações muito importantes em pauta, assim como há o debate no Supremo Tribunal Federal sobre o monopólio público dos Correios.

Esperamos que esse reconhecimento que está sendo feito aqui hoje se estenda em relação às demais reivindicações e lutas dos trabalhadores dos Correios.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Em discussão. *(Pausa.)*

NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.

PASSA-SE À VOTAÇÃO DA MATÉRIA.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro. *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja, para encaminhar a matéria *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga. *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio. *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

O SR. SANDRO MABEL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SANDRO MABEL (PL-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PL parabeniza V.Exa. pela sensibilidade ao colocar esse projeto de lei em votação. Realmente, é importante votarmos essa anistia, uma grande briga do pessoal dos Correios. Isso cria o amadurecimento de todos. O PL, desde o início, tem brigado para colocar o projeto em pauta, e hoje vemos atendido o pedido de todos.

Sr. Presidente, torcemos para que os servidores dos Correios sejam anistiados e voltem a fazer o trabalho honesto que sempre realizaram. Vamos ter cuidado ao fazer as greves. O diálogo sempre foi o melhor caminho. Tenho certeza de que esses problemas serviram de lição para os trabalhadores dos Correios, que vão lutar cada vez mais pelo País.

Que Deus abençoe nossos Correios e nossos carteiros, que no dia 25 de janeiro comemoraram o seu dia. Cumprimentamos todos, votando "sim" a esse projeto.

O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB apóia esse projeto porque o considera justo. A luta travada pelos trabalhadores dos Correios à época tinha em conta a possível privatização dos Correios. Foi uma luta contra a privatização dos Correios, que, graças a Deus, não se consumou. Era vontade política daqueles que dirigiam os Correios e Telégrafos à época.

É justíssimo que aprovemos esse projeto.

O PMDB encaminha o voto favorável ao projeto de lei. O voto é "sim".

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PCdoB votará favoravelmente e com entusiasmo na medida em que esse é o pagamento de uma dívida histórica, constitucional, democrática e diz respeito à legitimidade da luta dos trabalhadores. O PCdoB lutou por isso, puxou o requerimento de urgência. Neste momento, ficam muito felizes toda a bancada do PCdoB e toda a sua militância pela aprovação do projeto, da emenda e também pela configuração final do projeto, na medida em que esse resgate é decisivo para os trabalhadores brasileiros e para a democracia.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. JACKSON BARRETO (PTB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB se sente à vontade para fazer essa homenagem aos carteiros dos Correios demitidos em 1997 e 1998, na luta por melhoria dos seus salários.

O PTB orienta a sua bancada no sentido de votar pela aprovação, porque entendemos que precisamos fazer justiça aos trabalhadores, particularmente aos carteiros da nossa ECT. O PTB quer prestar uma homenagem aos Correios, por meio dos carteiros injustamente demitidos em 1997 e em 1998.

O PTB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Como vota o PPS, Deputado Colbert Martins?

O SR. COLBERT MARTINS (PPS-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS vai votar "sim", entendendo que neste momento fazemos um reparo de justiça. Lamentavelmente, no dia 4 de março completariam 9 anos dessa lamentável decisão de um governo que se pretendeu democrático, mas nessa área, ao reprimir manifestações de trabalhadores, incorreu em um autoritarismo que hoje é corrigido.

Esse projeto, Sr. Presidente, é de março de 2003 e 3 anos depois, com V.Exa. na Presidência, estamos reparando a injustiça feita aos membros dos Correios brasileiros.

O PPS vota "sim" com muita tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – E o PDT, Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT sempre esteve, está e estará ao lado dos trabalhadores brasileiros, e é óbvio que esse projeto resgata uma dívida que temos com os trabalhadores dos Correios. O PDT obviamente apoiará o PL e, sem dúvida, vamos corrigir uma injustiça que ocorreu no Governo passado.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – E o PSC, Deputado Pastor Amarildo, como vota?

O SR. PASTOR AMARILDO (PSC-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queremos cumprimentar os Correios agora, mormente os seus funcionários.

Nos últimos dias, a palavra "Correios" talvez tenha sido a que mais concorreu com o nome "Coca-Cola"; é uma das palavras mais faladas no Brasil nos últimos 10 meses. E sempre pejorativamente quando se fala em CPI dos Correios. É o momento oportuno para esta Casa realmente se redimir com esses trabalhadores que, se erraram, tiveram agora a oportunidade de acertar e partir para um novo relacionamento.

Por isso, o PSC vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Como vota o PP, Deputado Nilton Baiano?

O SR. NILTON BAIANO (PP-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vamos votar "sim", mas para nossa surpresa, o "sim" já aparece. A impressão é de que há um fantasma colocando "sim" para o PP. Nós vamos votar "sim", porque entendemos que esse projeto é justo, está corrigindo uma injustiça praticada com os funcionários dos Correios, uma das instituições mais sérias e organizadas do País. Por isso, nós, os progressistas, temos orgulho de votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Como vota o PSOL?

O SR. JOÃO ALFREDO (PSOL-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Líder do partido já na discussão adiantou a nossa posição. É uma matéria das mais justas, resgata uma injustiça cometida contra uma importante categoria de trabalhadores. Por isso, o Partido Socialismo e Liberdade votará "sim" ao Projeto de Lei nº 3.462.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Como vota o PSB, Deputado Jorge Gomes.

O SR. JORGE GOMES (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendendo que a luta dos trabalhadores foi justa e que o PL repara uma injustiça cometida contra os mesmos, o PSB orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Como vota o PV, Deputado Marcelo Ortiz?

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Verde não tem dúvida nenhuma em votar "sim", para que não cometamos nova injustiça neste plenário. E eu quero aproveitar a oportunidade de depositar todos os méritos ao carteiro Ney, da minha cidade, Guaratinguetá, que, pelos belos serviços prestados, foi o Vereador mais votado nas últimas eleições, numa demonstração de participação e bons serviços.

O Partido Verde vota "sim".

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT, em primeiro lugar, cumprimenta todos os trabalhadores que constróem a história dos Correios em nosso País. Quer ressaltar que esta empresa pública tem caráter estratégico, em nossa opinião, e que em muitos momentos tem passado por ataques injustos, porque a imensa maioria dos funcionários que a constituem trabalham com dignidade e exercem papel importantíssimo para o País.

Em segundo lugar, homenageio e cumprimento o nosso companheiro autor desse projeto, Deputado Paulo Rocha.

Em terceiro, quero dizer que as greves devem ser consideradas instrumento democrático em qualquer país e em qualquer ambiente. A uma greve deve-se reagir com diálogo, negociação, capacidade de transigir e não com punição injusta como a que foi cometida contra esses servidores demitidos por exercerem o direito legítimo de lutar pelas suas reivindicações.

Cumprimento toda a bancada, muitos companheiros que se dedicaram pela aprovação deste projeto, ao Deputado Luiz Sérgio, que está ao meu lado e estaria encaminhando se eu não estivesse aqui neste momento.

Cumprimentamos, por fim, todos os carteiros e trabalhadores dos Correios que se mobilizaram por essa aprovação.

O voto do PT é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Como vota o PFL?

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL entende que o ideal nesta matéria é não aprovar a emenda que veio do Senado, mas fazer um pagamento aos anistiados desde o momento do problema ocorrido.

Entende que os partidos todos estão votando o acordo firmado porque os funcionários dos Correios merecem de todos nós apoio pela dedicação e trabalho que realizam principalmente neste momento em que o Governo do Presidente Lula por pouco não destruiu a imagem de uma das principais empresas públicas do nosso País.

Por isso, o PFL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Como vota o PSDB?

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto foi aprovado no plenário da Câmara em 25 de março de 2003 e foi emendado no Senado em 23 de outubro de 2003. Evidentemente que quem fez a pauta até agora foi a base do Governo. Passaram-se 2 anos e tanto para a entrada dessa matéria na Ordem do Dia, e o item que vamos votar é apenas uma emenda, não é o projeto. Há pessoas falando a favor do projeto como se estivessem votando a favor. O projeto já foi aprovado. Estamos votando a emenda.

E a emenda diz que o disposto nesse artigo – que é anistia, que é assegurar o cômputo do tempo de serviço, progressão salarial, pagamento de contribuições previdenciárias e todo o demais – somente gerará efeitos financeiros a partir da publicação dessa lei. Esclareço , portanto, que o Governo Lula deixou durante todo esse tempo o processo pendurando e vem dizer que a partir de agora vai começar a gerar efeitos financeiros – este período do Governo Lula e o do Governo futuro, que espero não seja ele.

Sr. Presidente, o nosso voto é favorável, "sim"; contudo, alerto para o fato de que não estamos votando o projeto, mas apenas a emenda. Em nenhum momento do Governo anterior, a ação da demissão esteve vinculada a qualquer processo de privatização da empresa de Correios.

Votamos, na Comissão Especial, o projeto do Governo, de cuja votação participei. Não se previa de forma nenhuma. Não tem nada a ver com o processo de privatização, absolutamente nada. De qualquer forma, é bom alertar porque pode ser que muitas pessoas estejam sendo enganadas com os discursos feitos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Em votação a Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.462-D, de 2000, com parecer pela aprovação.

Emenda única

(Corresponde à Emenda nº 1- CCJ)

Acrescente-se ao art. 1º do Projeto o seguinte § 1º, renumerando-se o seu parágrafo único como § 2º:

"Art. 1º .....

§ 1º O disposto neste artigo somente gerará efeitos financeiros a partir da publicação desta Lei.

....."

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte redação final do

PROJETO DE LEI Nº 3.462-E, DE 2000

Anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT punidos em razão da participação em movimento grevista.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É concedido anistia aos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT que, no período compreendido entre 4 de março de 1997 e 23 de março de 1998, sofreram punições, dispensas e alterações unilaterais contratuais em razão da participação em movimento reivindicatório.

§ 1º O disposto neste artigo somente gerará efeitos financeiros a partir da publicação desta Lei.

§ 2º Fica assegurado o cômputo do tempo de serviço, a progressão salarial e o pagamento das contribuições previdenciárias do período compreendido entre as dispensas ou suspensões contratuais e a vigência desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2006. – Antonio **Carlos Biscaia** – Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai à sanção.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. porque o projeto que anistia os Correios estava há muito tempo parado e já deveria ter sido pautado. E V.Exa., de maneira positiva, pautou um projeto dessa importância.

Parabéns aos carteiros no momento em que lamentavelmente a CPMI dos Correios denigre a imagem da instituição. Os carteiros fazem neste momento um trabalho de recuperação da imagem dos Correios.

Parabéns, Deputado Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Item 6.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 259-A, DE 2005
(Do Sr. Nelson Marquezelli)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 259-A, de 2005, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Áustria e dá outras providências; tendo parecer da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados pela aprovação (Relator: Deputado José Thomaz Nonô).

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não Havendo Oradores Inscritos, Declaro Encerrada A Discussão.

Passa-se à Votação Da Matéria.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Sérgio, que falará a favor da matéria. *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)* S.Exa. desiste.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Marquezelli, autor do projeto de resolução.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas conclamar os colegas.

Esse Grupo Parlamentar, de cujo projeto o prezado Vice-Presidente foi o Relator, abre a possibilidade de intercâmbio cultural, administrativo e de negócios do nosso País com a Áustria. A Embaixada da Áustria no Brasil tem grande interesse de fazer esse congraçamento parlamentar, a fim de que possa haver uma aproximação maior entre os 2 países.

Parabenizo o Deputado José Thomaz Nonô pelo parecer, e também esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ZONTA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo Partido Progressista.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZONTA (PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista apóia integralmente a iniciativa do Deputado Nelson Marquezelli, pela necessidade de aproximar relações com um país tão importante quanto a Áustria. Aliás, Santa Catarina é um belíssimo exemplo de integração com esse país: fundou a comunidade Treze Tílias. Do Tirol austríaco são originários os maiores artesãos em madeira do Brasil.

Por isso, louvamos e apoiamos esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Em votação o Projeto de Resolução nº 259-A, de 2005, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Áustria, de autoria do Deputado Nelson Marquezelli, como contribuição à efetivação da diplomacia parlamentar e aos laços de cooperação entre Brasil e Áustria e entre os Parlamentos e os povos brasileiro e austríaco.

Esse é o espírito do projeto de resolução, com parecer favorável do Deputado José Thomaz Nonô.

A Câmara dos Deputados Resolve:

Art. 1º Fica instituído, como serviço de cooperação interparlamentar o Grupo Brasil-Áustria, com o

objetivo de incentivar e desenvolver as relações entre os dois países e cooperar para o maior intercâmbio entre os seus poderes legislativos.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar será composto por membros do Congresso Nacional que a ele aderirem.

Art. 2º O Grupo Parlamentar reger-se-á por seus estatutos, aprovados por seus respectivos integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 3º A instituição, instalação e funcionamento do Grupo Parlamentar será sem ônus para a Câmara dos Deputados.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua promulgação, revogando-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte redação final do

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 259-B, DE 2005

Institui o Grupo Parlamentar Brasil–Áustria e dá outras providências.

A Câmara dos Deputados **resolve:**

Art. 1º Fica instituído como serviço de cooperação interparlamentar o Grupo Brasil–Áustria, com o objetivo de incentivar e desenvolver as relações entre os 2 (dois) países e cooperar para o maior intercâmbio entre os seus poderes legislativos.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar será composto por membros do Congresso Nacional que a ele aderirem.

Art. 2º O Grupo Parlamentar reger-se-á por seus estatutos, aprovados por seus respectivos integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 3º A instituição, instalação e funcionamento do Grupo Parlamentar serão sem ônus para a Câmara dos Deputados.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2006. – **Antonio Carlos Biscaia,** Relator.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência considera promulgado, na presente sessão, o projeto de resolução que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Áustria, de autoria do Deputado Nelson Marquezelli, com parecer favorável do Deputado José Thomaz Nonô.

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 2006

Institui o Grupo Parlamentar Brasil–Áustria e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituído como serviço de cooperação interparlamentar o Grupo Brasil–Áustria, com o objetivo de incentivar e desenvolver as relações entre os 2 (dois) países e cooperar para o maior intercâmbio entre os seus poderes legislativos.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar será composto por membros do Congresso Nacional que a ele aderirem.

Art. 2º O Grupo Parlamentar reger-se-á por seus estatutos, aprovados por seus respectivos integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 3º A instituição, instalação e funcionamento do Grupo Parlamentar serão sem ônus para a Câmara dos Deputados.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 8 de fevereiro de 2006. – **Aldo Rebelo,** Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em virtude de ter sido esgotada a pauta da Ordem do Dia, sugiro a V.Exa. que encerre a sessão e convoque imediatamente a sessão extraordinária para darmos início à votação da PEC.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência acolhe a sugestão do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Apenas consulto o Deputado Darci Coelho, único orador inscrito, sobre se concorda em transferir a inscrição para a sessão extraordinária. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Zezéu Ribeiro.

O SR. ZEZÉU RIBEIRO (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui convocado pela Mesa a apresentar parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 76-C, de 2003, que institui a SUDENE. Gostaria de

fazê-lo ainda nesta sessão. O parecer está praticamente pronto. Este seria um dia de importância enorme para o Nordeste, pois aprovamos hoje o parecer ao projeto sobre a revitalização da Bacia do São Francisco, relatado pelo companheiro Fernando Ferro. Mas hoje pela manhã, na reunião da Comissão, embora não tenhamos alcançado *quorum*, os companheiros pediram a votação do parecer. Marcamos a votação do parecer ao projeto que institui a SUDENE para a próxima terça-feira, às 14h30min. Por isso, solicito prazo de duas sessões para proferir o parecer em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência concede o prazo a V.Exa., Deputado Zezéu Ribeiro.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos muitos momentos de tristeza e decepção nesta Casa, mas há dias em que temos a computar a alegria e a satisfação de ter participado de algo positivo. Eu me sinto assim hoje. Acabamos de aprovar a PEC que cria o Programa de Revitalização do Rio São Francisco, uma ação conjunta de vários partidos.

A inserção da matéria nesta convocação extraordinária deu-se graças à compreensão de V.Exa., Deputado Aldo Rebelo, como nordestino. Essa ação tem significado social e ambiental de extrema significação para as gerações futuras e para esta geração, que paga uma dívida com esse importante curso d'água, o Velho Chico, o querido rio da integração nacional.

Como nordestino e brasileiro, eu me sinto tomado de profunda alegria. E partilhar isso com Parlamentares de vários partidos na Comissão para mim é motivo de orgulho. Fizemos história ao aprovar a PEC que cria por 20 anos o Fundo de Revitalização do Rio São Francisco.

Nesse sentido, tenho certeza de que, vindo a plenário, contaremos com V.Exa. para acelerar o processo, na forma regimental, para que possamos aprovar a emenda constitucional, de autoria do eminente Senador Antônio Valadares, do PSB de Sergipe, que resgata uma dívida do Brasil com o Velho Chico, esse importante curso d'água. É uma satisfação participar deste momento.

Que todos sejamos capazes de dar seguimento a essa ação política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência vai encerrar a sessão e pede às Lideranças e ao Plenário consentimento para a transferência do painel para a sessão extraordinária.

A Presidência também comunica ao Deputado Moreira Franco que, ao final da votação da proposta de emenda à Constituição que trata das coligações partidárias, conhecida como PEC da Verticalização, entrará na Ordem do Dia a matéria que trata da legislação eleitoral e pede a S.Exa. que, no encerramento da votação, esteja em plenário para distribuir o parecer, porque a matéria entrará na Ordem do Dia.

O SR. CORONEL ALVES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CORONEL ALVES (PL-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. esteve recentemente em nosso Estado, quando se comprometeu com o povo amapaense a colocar em votação o requerimento de urgência que dá condições de construir a ponte sobre o Rio Oiapoque, que ligará o Brasil, por via terrestre, à União Européia através da Guiana Francesa.

Assim, V.Exa. dá uma grande demonstração da responsabilidade e da qualidade de homem público que honra a palavra empenhada. Por isso, de público, manifesto os sinceros agradecimentos do povo do Amapá, em nome do Presidente José Sarney, do Governador Waldez Góez e de toda a bancada federal, a V.Exa. por ter-se comprometido conosco no último final de semana e, imediatamente, ter colocado o requerimento em votação.

O povo do Amapá agradece, mas quem ganha é a cidadania, é o Brasil.

Muito obrigado.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – *COMPARECEM MAIS Á SESSÃO OS SRS.:*

RORAIMA

Alceste Almeida PTB
Almir Sá PL
Luciano Castro PL
Suely Campos PP
Total de Roraima 4

AMAPÁ

Coronel Alves PL
Eduardo Seabra PTB
Total de Amapá 2

PARÁ

Anivaldo Vale PSDB
Asdrubal Bentes PMDB
Babá PSOL

Jader Barbalho PMDB
José Priante PMDB
Josué Bengtson PTB
Raimundo Santos PL
Socorro Gomes PCdoB
Vic Pires Franco PFL
Zé Geraldo PT
Total de Pará 10

AMAZONAS

Humberto Michiles PL
Lupércio Ramos PMDB
Vanessa Grazziotin PCdoB
Total de Amazonas 3

RONDONIA

Anselmo PT
Hamilton Casara PSDB
Marinha Raupp PMDB
Total de Rondonia 3

TOCANTINS

Ana Alencar PSDB
Darci Coelho PP
Maurício Rabelo PL
Pastor Amarildo PSC
Ronaldo Dimas PSDB
Total de Tocantins 5

MARANHÃO

Albérico Filho PMDB
Antonio Joaquim PSDB
Neiva Moreira PDT
Nice Lobão PFL
Pedro Novais PMDB
Total de Maranhão 5

CEARÁ

Antenor Naspolini PSDB
Bismarck Maia PSDB
Vicente Arruda PSDB
Zé Gerardo PMDB
Total de Ceará 4

PIAUÍ

Júlio Cesar PFL
Moraes Souza PMDB
Nazareno Fonteles PT
Total de Piauí 3

RIO GRANDE DO NORTE

Álvaro Dias PDT
Betinho Rosado PFL
Iberê Ferreira PSB
Total de Rio Grande do Norte 3

PARAÍBA

Benjamin Maranhão PMDB
Total de Paraíba 1

PERNAMBUCO

André de Paula PFL
Gonzaga Patriota PSB
Jorge Gomes PSB
José Chaves PTB
Raul Jungmann PPS
Salatiel Carvalho PFL
Total de Pernambuco 6

ALAGOAS

Benedito de Lira PP
João Caldas PL
Total de Alagoas 2

SERGIPE

Heleno Silva PL
João Fontes PDT
Jorge Alberto PMDB
José Carlos Machado PFL
Total de Sergipe 4

BAHIA

Félix Mendonça PFL
Geddel Vieira Lima PMDB
Jairo Carneiro PFL
Luiz Bassuma PT
Milton Barbosa PSC
Reginaldo Germano PP
Robério Nunes PFL
Walter Pinheiro PT
Zezéu Ribeiro PT
Total de Bahia 9

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PDT
Aracely de Paula PL
Carlos Willian PTC
Dr. Francisco Gonçalves PPS
Fernando Diniz PMDB
Geraldo Thadeu PPS
Jaime Martins PL
Júlio Delgado PSB
Márcio Reinaldo Moreira PP
Maria do Carmo Lara PT
Mário Assad Júnior PSB
Odair Cunha PT
Reginaldo Lopes PT
Romel Anizio PP
Total de Minas Gerais 14

ESPÍRITO SANTO

Jair de Oliveira PMDB
Neucimar Fraga PL
Rose de Freitas PMDB
Total de Espírito Santo 3

RIO DE JANEIRO

Aldir Cabral PFL
Alexandre Cardoso PSB
Bernardo Ariston PMDB
Carlos Santana PT
Fernando Lopes PMDB
Josias Quintal PSB
Laura Carneiro PFL
Luiz Sérgio PT
Renato Cozzolino PDT
Rodrigo Maia PFL
Sandro Matos PTB
Vieira Reis PMR
Total de Rio de Janeiro 12

SÃO PAULO

Alberto Goldman PSDB
Aldo Rebelo PCdoB
Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Arlindo Chinaglia PT
Arnaldo Faria de Sá PTB
Ary Kara PTB
Cláudio Magrão PPS
Corauci Sobrinho PFL
Edna Macedo PTB
Gilberto Nascimento PMDB
Ildeu Araujo PP
Luiza Erundina PSB
Marcelo Ortiz PV
Medeiros PL
Nelson Marquezelli PTB
Orlando Fantazzini PSOL
Ricardo Izar PTB
Silvio Torres PSDB
Zulaiê Cobra PSDB
Total de São Paulo 19

MATO GROSSO

Carlos Abicalil PT
Lino Rossi PP
Ricarte de Freitas PTB
Total de Mato Grosso 3

DISTRITO FEDERAL

Jorge Pinheiro PL
Wasny de Roure PT
Total de Distrito Federal 2

GOIÁS

Barbosa Neto PSB
Carlos Alberto Leréia PSDB
Neyde Aparecida PT
Sandes Júnior PP
Sandro Mabel PL
Total de Goiás 5

MATO GROSSO DO SUL

Nelson Trad PMDB
Vander Loubet PT
Total de Mato Grosso do Sul 2

PARANÁ

Abelardo Lupion PFL
Airton Roveda PPS
Alex Canziani PTB
Cezar Silvestri PPS
Chico da Princesa PL
Dilceu Sperafico PP
Giacobo PL
Oliveira Filho PL
Ricardo Barros PP
Total de Paraná 9

SANTA CATARINA

Edison Andrino PMDB
Gervásio Silva PFL
Total de Santa Catarina 2

RIO GRANDE DO SUL

Cezar Schirmer PMDB
Érico Ribeiro PP
Francisco Turra PP
Henrique Fontana PT
Luciana Genro PSOL
Nelson Proença PPS
Paulo Gouvêa PL
Paulo Pimenta PT
Tarcísio Zimmermann PT
Total de Rio Grande do Sul 9

DEIXAM DE COMPARECER Á SESSÃO OS SRS.:

RORAIMA

Dr. Rodolfo Pereira PDT
Maria Helena PSB
Total de Roraima 2

PARÁ

Nicias Ribeiro PSDB
Zenaldo Coutinho PSDB
Total de Pará 2

AMAZONAS

Silas Câmara PTB
Total de Amazonas 1

RONDONIA

Nilton Capixaba PTB
Total de Rondonia 1

ACRE

Chicão Brígido PMDB
João Correia PMDB
Zico Bronzeado PT
Total de Acre 3

TOCANTINS

Kátia Abreu PFL
Total de Tocantins 1

MARANHÃO

Clóvis Fecury PFL
Luciano Leitoa PSB
Remi Trinta PL
Terezinha Fernandes PT
Total de Maranhão 4

CEARÁ

Aníbal Gomes PMDB
Arnon Bezerra PTB
Inácio Arruda PCdoB
Léo Alcântara PSDB
Pastor Pedro Ribeiro PMDB
Total de Ceará 5

PIAUÍ

Mussa Demes PFL
Simplício Mário PT
Total de Piauí 2

RIO GRANDE DO NORTE

Ney Lopes PFL
Sandra Rosado PSB
Total de Rio Grande do Norte 2

PARAÍBA

Domiciano Cabral PSDB
Inaldo Leitão PL
Wilson Santiago PMDB
Total de Paraíba 3

PERNAMBUCO

Carlos Eduardo Cadoca PMDB
Eduardo Campos PSB
Maurício Rands PT
Osvaldo Coelho PFL
Pastor Francisco Olímpio PSB
Paulo Rubem Santiago PT
Pedro Corrêa PP
Total de Pernambuco 7

ALAGOAS

Givaldo Carimbão PSB
João Lyra PTB
Olavo Calheiros PMDB
Total de Alagoas 3

SERGIPE

Cleonâncio Fonseca PP
Total de Sergipe 1

BAHIA

Aroldo Cedraz PFL
Edson Duarte PV
Gerson Gabrielli PFL
João Carlos Bacelar PL
José Carlos Aleluia PFL
José Carlos Araújo PL
Luiz Carreira PFL
Severiano Alves PDT
Total de Bahia 8

MINAS GERAIS

Ana Guerra PT
Bonifácio de Andrada PSDB
Cabo Júlio PMDB
Carlos Melles PFL
Edmar Moreira PFL
Gilmar Machado PT
Ibrahim Abi-Ackel PP
Ivo José PT
José Santana de Vasconcellos PL
Marcello Siqueira PMDB
Maria Lúcia Cardoso PMDB
Mauro Lopes PMDB
Osmânio Pereira PTB
Paulo Delgado PT
Rafael Guerra PSDB
Virgílio Guimarães PT
Vittorio Medioli PV
Total de Minas Gerais 17

ESPÍRITO SANTO

Iriny Lopes PT
Total de Espírito Santo 1

RIO DE JANEIRO

Alexandre Santos PMDB
Eduardo Paes PSDB
Fernando Gabeira PV

Fred Kohler PPS
Jorge Bittar PT
Julio Lopes PP
Márcio Fortes PSDB
Paulo Baltazar PSB
Total de Rio de Janeiro 8

SÃO PAULO

Amauri Gasques PL
Angela Guadagnin PT
Carlos Sampaio PSDB
Celso Russomanno PP
Dimas Ramalho PPS
Durval Orlato PT
Iara Bernardi PT
João Paulo Cunha PT
Luciano Zica PT
Marcos Abramo PP
Milton Monti PL
Paulo Lima PMDB
Professor Luizinho PT
Ricardo Berzoini PT
Vadão Gomes PP
Vicente Cascione PTB
Total de São Paulo 16

MATO GROSSO

Pedro Henry PP
Teté Bezerra PMDB
Wellington Fagundes PL
Total de Mato Grosso 3

DISTRITO FEDERAL

Maninha PSOL
Total de Distrito Federal 1

GOIÁS

João Campos PSDB
Jovair Arantes PTB
Luiz Bittencourt PMDB
Professora Raquel Teixeira PSDB
Roberto Balestra PP
Total de Goiás 5

MATO GROSSO DO SUL

Waldemir Moka PMDB
Total de Mato Grosso do Sul 1

PARANÁ

Colombo PT
Hermes Parcianello PMDB
José Janene PP
Takayama PMDB
Total de Paraná 4

SANTA CATARINA

Carlito Merss PT
Total de Santa Catarina 1

RIO GRANDE DO SUL

Adão Pretto PT
Alceu Collares PDT
Beto Albuquerque PSB
Eliseu Padilha PMDB
Enio Bacci PDT
Marco Maia PT
Maria do Rosário PT
Pompeo de Mattos PDT
Total de Rio Grande do Sul 8

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Encerro a sessão, convocando outra, Extraordinária, para hoje, quarta-feira, dia 8, às 17h35min, com a seguinte

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS
(Art. 202 c/c Art. 191, I, do Regimento Interno)

Discussão

1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 548-C, DE 2002
(Do Senado Federal)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 548-C, de 2002, que dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal, para disciplinar as coligações eleitorais.

URGÊNCIA
(Art. 155 do Regimento Interno)

Discussão

2
PROJETO DE LEI Nº 5.855, DE 2005
(Do Senado Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.855, de 2005, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para dispor sobre o processo e o financiamento eleitoral. Pendente de parecer das Comissões: de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Tendo apensados os PLs nºs 5.691/05, 5.826/05 e 5.840/05.

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 31 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 11, REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. ORLANDO FANTAZZINI (PSOL-SP.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em que pese ao respeito pelo esforço da nobre Relatora, a Deputada Iara Bernardi, no sentido de fazer com que esse FUNDEB seja para valer, lamento que os avanços não tenham atingido patamar que atenda de fato aos anseios do povo brasileiro no aspecto educacional. Não há como falar em desenvolvimento humano e avanço democrático em um país que privilegia interesses outros em detrimento da educação. Na verdade, o processo educativo é que possibilitará ao Brasil desenvolver tecnologias e se integrar ao mercado global em condições reais de competitividade.

Lamentavelmente, o atual Governo, que diz ter como prioridade a educação, que condenava administrações anteriores com a afirmação de que não promoviam os investimentos necessários nessa área, optou também por privilegiar o Fundo Monetário Internacional em detrimento da educação do povo brasileiro.

Para que possamos avançar nesse particular há que ter vontade política real e investir maciçamente no setor educacional. O Governo, porém, se recusa a fazer investimento de meros 10%, o que significaria acréscimo de 20 bilhões de reais ao FUNDEB. Isso, sim, provocaria impacto positivo no processo educacional brasileiro.

Mas a política de ajuste fiscal, que impõe arrocho aos mais diversos setores sociais, tem prevalecido neste Governo, que tem um discurso progressista, mas, na prática, demonstra claramente conservadorismo no que respeita aos interesses do capital especulativo.

É lamentável que os avanços de que necessitamos – e temos condições de oferecê-los à sociedade brasileira – sejam mais uma vez contidos, porque o Ministério da Fazenda se sobrepõe ao Ministério da Educação e porque os compromissos do Governo Federal com o capital internacional se sobrepõem aos compromissos com o povo brasileiro.

É lamentável que um Governo que se dizia voltado para mudanças mantenha a política do Governo anterior, que mergulhou o País numa crise sem precedentes. Crise que vem sendo agravada pela política econômica adotada pelo Sr. Palocci, com a qual, aliás, nem o Presidente nem o próprio partido têm coragem – por não poderem ou não quererem – de fazer uma ruptura para garantir os interesses do povo brasileiro.

Nessa perspectiva, embora tenham sido incluídas as creches, a proposta do FUNDEB não definiu um fator de diferenciação entre as etapas de modalidade. Corremos o sério risco de não haver creches no País, mas depósitos de crianças que não receberão a devida e adequada atenção.

Por isso, Sr. Presidente, insistiremos na preferência ao substitutivo do PSOL, elaborado pelo Deputado Ivan Valente, porque esse, sim, fará com que haja real impacto no aspecto educacional brasileiro.

Por todos esses motivos, quem quer FUNDEB de verdade votará no substitutivo do Deputado Ivan Valente, do PSOL.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO WAGNER LAGO NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 15, REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. WAGNER LAGO (PDT-MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PDT discutiu democraticamente a questão e – em que pese o posicionamento do Deputado Miro Teixeira – por maioria esmagadora decidiu votar "não" às emendas, porque não aceita casuísmos.

Esta Casa, na época da ditadura, produziu um casuísmo e agora os casuísmos estão sendo perpetrados por outro Poder, numa **capitis diminutio***,* numa retirada de poder do Congresso Nacional.

O PDT não concorda com a decisão do TSE de, em pleno ano eleitoral, apenas 7 meses antes do pleito, estabelecer regras em descumprimento do princípio da anualidade. Para ter caráter nacional um partido precisa ter 0,5% de apoiamento do eleitorado. É equivocada a interpretação da Corte eleitoral.

Votando "não" a estas emendas, a Câmara dos Deputados estará se recompondo, depois de ter sido alvo de tantos ataques da mídia. Não estamos podendo legislar à vontade, com liberdade. A votação de hoje é emblemática, ela vai fortalecer o Parlamento. Aqui é que temos de decidir as normas das eleições.

Sr. Presidente, o PDT, honrando a sua tradição de luta contra o casuísmo, diz "não", um rotundo "não" às emendas apresentadas, e "sim" à queda da verticalização.

DISCURSO PROFERIDO PELA SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI NO PERÍODO DESTINADO A BREVES COMUNICAÇÕES DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 16, REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2006 – RETIRADO PELA ORADORA PARA REVISÃO:

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, t*rago aqui algumas preocupações e uma manifestação de indignação em função do quadro epidemiológico da dengue que atinge várias cidades do País, particularmente o Rio de Janeiro.*

Apesar dos milhares de casos registrados na atualidade, reconheço, diante do que já vivenciamos

com a epidemia de dengue no Brasil, que avançamos muito, principalmente graças às ações de prevenção coordenadas pelo Ministério da Saúde, que em muitos Estados e em muitos Municípios foram cumpridas corretamente. Portanto, é necessário que esse avanço seja reconhecido para que possamos valorizar as ações e as políticas de saúde desenvolvidas nacionalmente.

Eu, como profissional de saúde e militante defensora do Sistema Único de Saúde – temos atuado na Frente Parlamentar de Saúde para garantir os recursos do SUS, a regulamentação da Emenda nº 29, um critério correto de financiamento e mudanças no modelo de financiamento —, afirmo, particularmente referindo-me a um local que conheço muito de perto, a cidade do Rio de Janeiro, que o crescimento de casos de dengue não decorre da falta de recursos. Há naquele Município um descompromisso, uma profunda incompetência por parte da Prefeitura.

Digo isso porque conheço de perto todos os recursos que estavam disponíveis. O Estado ofereceu centenas de agentes comunitários, mas a Prefeitura simplesmente recusou-os. E agora temos de correr atrás de um outro dia "D", temos de mobilizar outra força-tarefa para enfrentar essa situação emergencial e tentar reduzir o número de casos de dengue na cidade do Rio de Janeiro, com o agravante da situação não resolvida dos próprios agentes que combatem endemias.

Faço aqui um protesto e ao mesmo tempo uma denúncia acerca do crime que cometem o Prefeito César Maia e seu Secretário de Saúde Ronaldo Cezar Coelho contra uma população em boa parte ainda sem informação e sem recursos de prevenção adequados. Os novos casos poderiam ter sido evitados se a Prefeitura tivesse demonstrado compromisso com a vida das pessoas daquela cidade.

Gerou uma indignação muito maior o argumento do Subsecretário da Prefeitura de quem traz a dengue para a cidade são os nordestinos que para lá migram. Ora, além do desconhecimento técnico e científico demonstrado, a afirmação revela o profundo preconceito que ainda habita algumas cabeças elitistas que governam a cidade do Rio de Janeiro.

Meu apoio à população nordestina, que tanto faz por aquela cidade e por este País e nada tem a ver com a endemia de dengue. O que os nordestinos têm de fato é sofrido muitas violações dos seus direitos, impedidos de exercer sua plena cidadania numa cidade que os discrimina e que alimenta o preconceito contra eles.

A maravilhosa Rio de Janeiro infelizmente não está mais tão maravilhosa, porque tem sido muito mal cuidada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO LUIZ BASSUMA NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 17, REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. LUIZ BASSUMA (PT-BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos do Brasil, neste momento de nossa história, tramita no Supremo Tribunal Federal processo extremamente perigoso relativo à interpretação, pelos Ministros daquela Corte, da Lei de Improbidade Administrativa, em vigor há alguns anos.

Importante em todo o País, mas especialmente no meu Estado, a Bahia, onde ainda prospera, em muitas localidades, a prática de desvio de dinheiro público e de corrupção nas Prefeituras, essa lei permitiu que a Justiça cassasse o mandato de mais de 40 Prefeitos por improbidade administrativa, algo que antes não acontecia.

Há agora uma possibilidade de reversão, de retrocesso, o que vai na contramão de tudo o que tem sido feito, de todos os esforços no sentido não de eliminar a corrupção, porque sabemos que ela só será banida quando este mundo evoluir, quando a humanidade for muito diferente do que é hoje, mas, pelo menos de diminuí-la.

E o problema central do Brasil não é a corrupção, que existe e é endêmica, mas a impunidade para os crimes financeiros. A legislação relativa ao chamado crime de colarinho branco ou crime financeiro é benevolente e, muitas vezes, até estimula o crime, porque os riscos são muito reduzidos em razão da lentidão do processo jurídico – isso quando ele é concluído.

Portanto, será extremamente dramático se o Supremo Tribunal Federal concluir que agentes políticos não podem ser punidos com base na Lei de Improbidade Administrativa. Chegaremos ao absurdo, se entrar em vigor essa avaliação, de, no Brasil, quando confirmado o desvio de dinheiro público, só poderem ser punidos funcionários públicos de segundo e terceiro escalões; os Prefeitos e Governadores, os agentes centrais, estes estarão isentos, protegidos pela lei.

Por isso temos de afastar essa possibilidade. E, como ela não é fato consumado, ainda há como se tentar reverter essa tendência, que representaria, repito, um retrocesso brutal nesse esforço que todos fazemos para diminuir a corrupção.

A propósito, lembro que talvez uma das maiores causas da incidência de corrupção, em âmbito mundial, seja a existência dos chamados paraísos fiscais, criados pelos países mais desenvolvidos justamente para receber o dinheiro da corrupção, do tráfico de drogas e do tráfico de armas. E, até a total eliminação dessa prática, temos de fazer a nossa parte aqui no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ata da 28ª Sessão, Extraordinária, Vespertina, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 52ª Legislatura, em 8 de fevereiro de 2006

Presidência dos Srs. Aldo Rebelo, Presidente José Thomaz Nonô, 1º Vice-Presidente Inocêncio Oliveira, 1º Secretário

ÀS 17 HORAS E 35 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Aldo Rebelo
José Thomaz Nonô
Ciro Nogueira
Inocêncio Oliveira
Nilton Capixaba
João Caldas
Jorge Alberto
Geraldo Resende
Mário Heringer

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA PTB
ALMIR SÁ PL
DR. RODOLFO PEREIRA PDT
FRANCISCO RODRIGUES PFL
LUCIANO CASTRO PL
PASTOR FRANKEMBERGEN PTB
Total de Roraima: 6

AMAPÁ

BADU PICANÇO PL
CORONEL ALVES PL
DAVI ALCOLUMBRE PFL
DR. BENEDITO DIAS PP
EDUARDO SEABRA PTB
EVANDRO MILHOMEN PSB
GERVÁSIO OLIVEIRA PMDB
HÉLIO ESTEVES PT
Total de Amapá: 8

PARÁ

ANIVALDO VALE PSDB
ANN PONTES PMDB
BABÁ PSOL
JOSUÉ BENGTSON PTB
NILSON PINTO PSDB
RAIMUNDO SANTOS PL
VIC PIRES FRANCO PFL
WLADIMIR COSTA PMDB
ZÉ GERALDO PT
ZÉ LIMA PP
ZENALDO COUTINHO PSDB
ZEQUINHA MARINHO PSC
Total de Pará: 12

AMAZONAS

ÁTILA LINS PMDB
CARLOS SOUZA PP
FRANCISCO GARCIA PP
HUMBERTO MICHILES PL
PAUDERNEY AVELINO PFL
VANESSA GRAZZIOTIN PCdoB
Total de Amazonas: 6

RONDONIA

AGNALDO MUNIZ PP
ANSELMO PT
EDUARDO VALVERDE PT
HAMILTON CASARA PSDB
MARINHA RAUPP PMDB
MIGUEL DE SOUZA PL
NATAN DONADON PMDB
Total de Rondonia: 7

ACRE

HENRIQUE AFONSO PT
JOÃO TOTA PP
JÚNIOR BETÃO PL
NILSON MOURÃO PT
PERPÉTUA ALMEIDA PCdoB
Total de Acre: 5

TOCANTINS

ANA ALENCAR PSDB
DARCI COELHO PP
EDMUNDO GALDINO PDT
KÁTIA ABREU PFL
MAURÍCIO RABELO PL
OSVALDO REIS PMDB
PASTOR AMARILDO PSC
RONALDO DIMAS PSDB
Total de Tocantins: 8

MARANHÃO

ALBÉRICO FILHO PMDB
ANTONIO JOAQUIM PSDB

CÉSAR BANDEIRA PFL
COSTA FERREIRA PSC
DR. RIBAMAR ALVES PSB
GASTÃO VIEIRA PMDB
JOÃO CASTELO PSDB
NEIVA MOREIRA PDT
NICE LOBÃO PFL
PEDRO FERNANDES PTB
PEDRO NOVAIS PMDB
SARNEY FILHO PV
SEBASTIÃO MADEIRA PSDB
TEREZINHA FERNANDES PT
WAGNER LAGO PDT
Total de Maranhão: 15

CEARÁ

ALMEIDA DE JESUS PL
ANDRÉ FIGUEIREDO PDT
ANTENOR NASPOLINI PSDB
ANTONIO CAMBRAIA PSDB
ARIOSTO HOLANDA PSB
ARNON BEZERRA PTB
BISMARCK MAIA PSDB
EUNÍCIO OLIVEIRA PMDB
GONZAGA MOTA PSDB
INÁCIO ARRUDA PCdoB
JOÃO ALFREDO PSOL
JOSÉ LINHARES PP
JOSÉ PIMENTEL PT
MANOEL SALVIANO PSDB
MARCELO TEIXEIRA PSDB
MAURO BENEVIDES PMDB
MORONI TORGAN PFL
PASTOR PEDRO RIBEIRO PMDB
VICENTE ARRUDA PSDB
ZÉ GERARDO PMDB
Total de Ceará: 20

PIAUÍ

ÁTILA LIRA PSDB
B. SÁ PSB
MARCELO CASTRO PMDB
MUSSA DEMES PFL
NAZARENO FONTELES PT
PAES LANDIM PTB
SIMPLÍCIO MÁRIO PT
Total de Piauí: 7

RIO GRANDE DO NORTE

ÁLVARO DIAS PDT
BETINHO ROSADO PFL
FÁTIMA BEZERRA PT
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB
IBERÊ FERREIRA PSB
NÉLIO DIAS PP
Total de Rio Grande do Norte: 6

PARAÍBA

BENJAMIN MARANHÃO PMDB
CARLOS DUNGA PTB
DOMICIANO CABRAL PSDB
ENIVALDO RIBEIRO PP
INALDO LEITÃO PL
LÚCIA BRAGA PMDB
LUIZ COUTO PT
MARCONDES GADELHA PSB
PHILEMON RODRIGUES PTB
RICARDO RIQUE PL
WELLINGTON ROBERTO PL
WILSON SANTIAGO PMDB
Total de Paraíba: 12

PERNAMBUCO

ANDRÉ DE PAULA PFL
ARMANDO MONTEIRO PTB
CARLOS BATATA PFL
GONZAGA PATRIOTA PSB
JOAQUIM FRANCISCO PFL
JORGE GOMES PSB
JOSÉ CHAVES PTB
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA PFL
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO PTB
LUIZ PIAUHYLINO PDT
OSVALDO COELHO PFL
PAULO RUBEM SANTIAGO PT
PEDRO CORRÊA PP
RAUL JUNGMANN PPS
RENILDO CALHEIROS PCdoB
ROBERTO FREIRE PPS
ROBERTO MAGALHÃES PFL
Total de Pernambuco: 17

ALAGOAS

BENEDITO DE LIRA PP
HELENILDO RIBEIRO PSDB
JOÃO LYRA PTB
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PDT
OLAVO CALHEIROS PMDB
ROGÉRIO TEÓFILO PPS
Total de Alagoas: 6

SERGIPE

BOSCO COSTA PSDB
HELENO SILVA PL
IVAN PAIXÃO PPS

JACKSON BARRETO PTB
JOSÉ CARLOS MACHADO PFL
Total de Sergipe: 5

BAHIA

ALICE PORTUGAL PCdoB
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO PFL
AROLDO CEDRAZ PFL
CLAUDIO CAJADO PFL
COLBERT MARTINS PPS
CORIOLANO SALES PFL
DANIEL ALMEIDA PCdoB
EDSON DUARTE PV
FÁBIO SOUTO PFL
FÉLIX MENDONÇA PFL
FERNANDO DE FABINHO PFL
GEDDEL VIEIRA LIMA PMDB
GERSON GABRIELLI PFL
GUILHERME MENEZES PT
JAIRO CARNEIRO PFL
JOÃO LEÃO PP
JONIVAL LUCAS JUNIOR PTB
JOSÉ ROCHA PFL
JOSIAS GOMES PT
JUTAHY JUNIOR PSDB
LUIZ ALBERTO PT
LUIZ BASSUMA PT
LUIZ CARREIRA PFL
MARCELO GUIMARÃES FILHO PFL
MÁRIO NEGROMONTE PP
MILTON BARBOSA PSC
NELSON PELLEGRINO PT
PAULO MAGALHÃES PFL
PEDRO IRUJO PMDB
REGINALDO GERMANO PP
ROBÉRIO NUNES PFL
WALTER PINHEIRO PT
ZELINDA NOVAES PFL
ZEZÉU RIBEIRO PT
Total de Bahia: 34

MINAS GERAIS

ADEMIR CAMILO PDT
ALEXANDRE MAIA PMDB
ARACELY DE PAULA PL
BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB
CARLOS MELLES PFL
CARLOS MOTA PSB
CARLOS WILLIAN PTC
CÉSAR MEDEIROS PT
CLEUBER CARNEIRO PTB
CUSTÓDIO MATTOS PSDB
DR. FRANCISCO GONÇALVES PPS
EDUARDO BARBOSA PSDB
ELISEU RESENDE PFL
FERNANDO DINIZ PMDB
GERALDO THADEU PPS
GILMAR MACHADO PT
IBRAHIM ABI-ACKEL PP
ISAÍAS SILVESTRE PSB
IVO JOSÉ PT
JAIME MARTINS PL
JOÃO MAGALHÃES PMDB
JOÃO MAGNO PT
JOÃO PAULO GOMES DA SILVA PSB
JOSÉ MILITÃO PTB
JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS PL
JÚLIO DELGADO PSB
LAEL VARELLA PFL
LEONARDO MATTOS PV
LEONARDO MONTEIRO PT
LINCOLN PORTELA PL
MÁRCIO REINALDO MOREIRA PP
MARIA DO CARMO LARA PT
MÁRIO ASSAD JÚNIOR PSB
NARCIO RODRIGUES PSDB
ODAIR CUNHA PT
OSMÂNIO PEREIRA PTB
RAFAEL GUERRA PSDB
REGINALDO LOPES PT
ROBERTO BRANT PFL
ROMEL ANIZIO PP
ROMEU QUEIROZ PTB
SÉRGIO MIRANDA PDT
VADINHO BAIÃO PT
VIRGÍLIO GUIMARÃES PT
Total de Minas Gerais: 44

ESPÍRITO SANTO

FEU ROSA PP
JAIR DE OLIVEIRA PMDB
MANATO PDT
MARCELINO FRAGA PMDB
MARCUS VICENTE PTB
NEUCIMAR FRAGA PL
NILTON BAIANO PP
RENATO CASAGRANDE PSB
ROSE DE FREITAS PMDB
Total de Espírito Santo: 9

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL PFL
ALEXANDRE CARDOSO PSB
ALEXANDRE SANTOS PMDB
ALMERINDA DE CARVALHO PMDB
ALMIR MOURA PFL

ANDRÉ COSTA PDT
ANTONIO CARLOS BISCAIA PT
CARLOS NADER PL
CARLOS SANTANA PT
CHICO ALENCAR PSOL
DELEY PSC
DR. HELENO PSC
EDSON EZEQUIEL PMDB
EDUARDO CUNHA PMDB
EDUARDO PAES PSDB
FERNANDO GONÇALVES PTB
FERNANDO LOPES PMDB
FRANCISCO DORNELLES PP
FRED KOHLER PMDB
ITAMAR SERPA PSDB
JAIR BOLSONARO PP
JANDIRA FEGHALI PCdoB
JOÃO MENDES DE JESUS PSB
JORGE BITTAR PT
JOSÉ DIVINO PMR
JOSIAS QUINTAL PSB
JUÍZA DENISE FROSSARD PPS
LEONARDO PICCIANI PMDB
LUIZ SÉRGIO PT
MIRO TEIXEIRA PDT
MOREIRA FRANCO PMDB
NELSON BORNIER PMDB
PAULO BALTAZAR PSB
PAULO FEIJÓ PSDB
REINALDO BETÃO PL
REINALDO GRIPP PL
RENATO COZZOLINO PDT
RODRIGO MAIA PFL
SANDRO MATOS PTB
SIMÃO SESSIM PP
Total de Rio de Janeiro: 40

SÃO PAULO

ALBERTO GOLDMAN PSDB
AMAURI GASQUES PL
ANGELA GUADAGNIN PT
ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO PSDB
ARLINDO CHINAGLIA PT
ARNALDO FARIA DE SÁ PTB
ARY KARA PTB
CARLOS SAMPAIO PSDB
CELSO RUSSOMANNO PP
CHICO SARDELLI PV
CLÁUDIO MAGRÃO PPS
CORAUCI SOBRINHO PFL
DELFIM NETTO PMDB
DEVANIR RIBEIRO PT
DURVAL ORLATO PT
EDINHO MONTEMOR PSB
EDNA MACEDO PTB
ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO PRONA
ENÉAS PRONA
FERNANDO ESTIMA PPS
GILBERTO NASCIMENTO PMDB
IARA BERNARDI PT
ILDEU ARAUJO PP
IVAN VALENTE PSOL
JAMIL MURAD PCdoB
JEFFERSON CAMPOS PTB
JOÃO BATISTA PP
JOÃO HERRMANN NETO PDT
JOÃO PAULO CUNHA PT
JOSÉ EDUARDO CARDOZO PT
JOSÉ MENTOR PT
JOVINO CÂNDIDO PV
JULIO SEMEGHINI PSDB
LOBBE NETO PSDB
LUCIANO ZICA PT
LUIZ ANTONIO FLEURY PTB
LUIZ CARLOS SANTOS PFL
LUIZ EDUARDO GREENHALGH PT
LUIZA ERUNDINA PSB
MARCELO BARBIERI PMDB
MARCELO ORTIZ PV
MARCOS ABRAMO PP
MARIÂNGELA DUARTE PT
MEDEIROS PL
MICHEL TEMER PMDB
MILTON MONTI PL
NELSON MARQUEZELLI PTB
NEUTON LIMA PTB
ORLANDO FANTAZZINI PSOL
PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA PP
PROFESSOR LUIZINHO PT
RICARDO BERZOINI PT
RICARDO IZAR PTB
ROBERTO GOUVEIA PT
ROBSON TUMA PFL
SALVADOR ZIMBALDI PSB
SILVIO TORRES PSDB
TELMA DE SOUZA PT
VADÃO GOMES PP
VANDERLEI ASSIS PP
VICENTINHO PT
WALTER BARELLI PSDB
WANDERVAL SANTOS PL
XICO GRAZIANO PSDB
ZULAIÊ COBRA PSDB
Total de São Paulo: 66

MATO GROSSO

CARLOS ABICALIL PT
CELCITA PINHEIRO PFL
LINO ROSSI PP
PEDRO HENRY PP
RICARTE DE FREITAS PTB
TETÉ BEZERRA PMDB
THELMA DE OLIVEIRA PSDB
WELLINGTON FAGUNDES PL
Total de Mato Grosso: 8

DISTRITO FEDERAL

ALBERTO FRAGA PFL
JORGE PINHEIRO PL
JOSÉ ROBERTO ARRUDA PFL
OSÓRIO ADRIANO PFL
SIGMARINGA SEIXAS PT
TATICO PTB
Total de Distrito Federal: 6

GOIÁS

BARBOSA NETO PSB
CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB
ENIO TATICO PL
JOÃO CAMPOS PSDB
LEANDRO VILELA PMDB
LEONARDO VILELA PSDB
LUIZ BITTENCOURT PMDB
NEYDE APARECIDA PT
PEDRO CHAVES PMDB
ROBERTO BALESTRA PP
RONALDO CAIADO PFL
RUBENS OTONI PT
SANDES JÚNIOR PP
VILMAR ROCHA PFL
Total de Goiás: 14

MATO GROSSO DO SUL

ANTÔNIO CARLOS BIFFI PT
ANTONIO CRUZ PP
JOÃO GRANDÃO PT
NELSON TRAD PMDB
VANDER LOUBET PT
WALDEMIR MOKA PMDB
Total de Mato Grosso do Sul: 6

PARANÁ

ABELARDO LUPION PFL
AFFONSO CAMARGO PSDB
AIRTON ROVEDA PPS
ALEX CANZIANI PTB
ANDRÉ ZACHAROW PMDB
ASSIS MIGUEL DO COUTO PT
CEZAR SILVESTRI PPS
CHICO DA PRINCESA PL
CLAUDIO RORATO PMDB
DILCEU SPERAFICO PP
DR. ROSINHA PT
DRA. CLAIR PT
EDUARDO SCIARRA PFL
GIACOBO PL
GUSTAVO FRUET PSDB
IRIS SIMÕES PTB
LUIZ CARLOS HAULY PSDB
MAX ROSENMANN PMDB
MOACIR MICHELETTO PMDB
NELSON MEURER PP
ODÍLIO BALBINOTTI PMDB
OLIVEIRA FILHO PL
OSMAR SERRAGLIO PMDB
RICARDO BARROS PP
SELMA SCHONS PT
TAKAYAMA PMDB
VITORASSI PT
Total de Paraná: 27

SANTA CATARINA

ADELOR VIEIRA PMDB
CARLITO MERSS PT
EDINHO BEZ PMDB
EDISON ANDRINO PMDB
FERNANDO CORUJA PPS
GERVÁSIO SILVA PFL
IVAN RANZOLIN PFL
JOÃO PIZZOLATTI PP
JORGE BOEIRA PT
LEODEGAR TISCOSKI PP
LUCI CHOINACKI PT
MAURO PASSOS PT
PAULO AFONSO PMDB
PAULO BAUER PSDB
VIGNATTI PT
ZONTA PP
Total de Santa Catarina: 16

RIO GRANDE DO SUL

AFONSO HAMM PP
ALCEU COLLARES PDT
BETO ALBUQUERQUE PSB
CEZAR SCHIRMER PMDB
DARCÍSIO PERONDI PMDB
ELISEU PADILHA PMDB
ÉRICO RIBEIRO PP
FRANCISCO APPIO PP
FRANCISCO TURRA PP
HENRIQUE FONTANA PT

JÚLIO REDECKER PSDB
KELLY MORAES PTB
LUCIANA GENRO PSOL
LUIS CARLOS HEINZE PP
MENDES RIBEIRO FILHO PMDB
MILTON CARDIAS PTB
NELSON PROENÇA PPS
ONYX LORENZONI PFL
ORLANDO DESCONSI PT
OSVALDO BIOLCHI PMDB
PASTOR REINALDO PTB
PAULO GOUVÊA PL
POMPEO DE MATTOS PDT
TARCÍSIO ZIMMERMANN PT
WILSON CIGNACHI PMDB
YEDA CRUSIUS PSDB
Total de Rio Grande do Sul: 26

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 445 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II – LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Passa-se às

IV – BREVES COMUNICAÇÕES

Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Carlos Biffi.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como agente político do meu Estado, oriundo de famílias de trabalhadores, sempre enxerguei na educação um instrumento de promoção da igualdade de oportunidades.

À frente da Secretaria Estadual de Educação, com o entusiasmo e dinamismo do Governador Zeca do PT, tive a grata satisfação de participar da implantação do primeiro Curso Popular Pré-Vestibular – CPPV, que já atendeu mais 30 mil alunos oriundos das escolas públicas, muitos hoje cursando e até mesmo concluindo um curso superior, em universidades públicas ou particulares, com bons índices de aprovação.

Trata-se de uma iniciativa que contempla até mesmo segmentos excluídos da sociedade, como a população negra, atendida com o Cursinho Pré-Vestibular Martin Luther King.

Neste ano, sob o comando do Prof. Hélio de Lima, as inscrições estarão abertas a partir de amanhã, estendendo-se até 17 deste mês. Ao todo serão oferecidas 985 vagas distribuídas em 14 escolas da Capital e 3.710 vagas em 36 escolas no Interior.

O Curso Popular, em regime semi-extensivo, é totalmente apostilado e tem a duração de 4 meses. São duas turmas ao ano, com 4 aulas diárias, de segunda a sexta-feira, no período noturno. Mais de 20 professores atuam na proposta de preparar gratuitamente candidatos aos vestibulares do Estado.

Somada a esse cursinho popular, oferecido em 26 Municípios de Mato Grosso do Sul, há toda uma política de interiorização dos cursos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, e agora a expansão dos centros universitários da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, consolidando os centros universitários de Paranaíba e Coxim e abrindo novas frentes, como os campi de Ponta Porã, Naviraí e Chapadão do Sul.

Todo esse leque de ação causa-me grande satisfação, já que nos últimos 7 anos temos avançado de forma significativa na oferta de vagas no ensino superior, criando oportunidades para milhares de jovens, fixando essa população no seu próprio Município, com possibilidade de exercer uma profissão, de obter emprego e viver com dignidade, contribuindo dessa forma para evitar o êxodo dos pequenos Municípios.

Cidadania é construção da igualdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o debate em torno da verticalização continua a suscitar questões entre políticos e juristas, nas tribunas parlamentares e na mídia, com opiniões que convergem para recomendar a revogação daquele instituto, sem o qual as coligações partidárias poderão ocorrer com maior flexibilidade.

O presidente nacional do PMDB Michel Temer, com sua autoridade de mestre em Direito Constitucional, fez divulgar um lúcido artigo sobre o tema, reiterando argumentos expendidos nesta Casa quando da realização do primeiro turno de votação da proposta, ocasião em que 343 Deputados votaram “sim”, acolhendo a proposta de emenda à Constituição originária do Senado Federal.

Pela repercussão de que o debate se tem revestido, entendi de registrar nos Anais da Casa a íntegra da citada matéria, estampada na edição de 28 de janeiro da jornal *Folha de S.Paulo.*

Eis o comentado trabalho de Michel Temer:

"Agressão à cultura tradicional

O fim da verticalização melhora o sistema político-eleitoral brasileiro? Sim!

Neste momento, sim. Respondo dessa forma pois, teoricamente, sou a favor da verticalização. Desde que venha no interior de uma reforma política que leve os partidos a serem expressões de correntes do pensamento nacional. E que mude uma cultura política ancestral em que os partidos, embora nacionais, têm grande vocação regional.

Não faz sentido manter a verticalização num sistema com 28 partidos. Ela se compatibiliza com a existência de algumas poucas (quatro ou cinco) legendas como manifestação de parcelas da opinião pública. Nem há razão lógica, neste sistema, para impedir que os partidos, nos Estados, possam fazer alianças de acordo com as realidades locais. É uma agressão à cultura tradicional que iria gerar as famosas alianças "brancas", em nítida desconformidade, portanto, com a lei exigente da verticalização.

Vamos fazer as alianças às claras e providenciar a reformulação do sistema político-partidário para modificarmos a cultura atualmente imperante. Daí, sim, adotar a verticalização. Afinal, quem garante que só partidos afinados ideológica ou programaticamente farão alianças no plano nacional?

Ao contrário, as últimas eleições presidenciais evidenciaram alianças de partidos com ideologias opostas. O fundamento da verticalização é manter a coerência programática de alianças alicerçadas em partidos com pensamento semelhante, para reproduzi-las nos Estados. Isso só ocorrerá quando reformarmos o sistema político-partidário.

Feita essa avaliação política, vamos a uma questão jurídica que tem sido levantada. Pode emenda constitucional modificar o processo eleitoral neste período, já que o artigo 16 da Constituição impede lei alteradora no ano que antecede as eleições? Afinal, o vocábulo lei, mencionado no art. 16, tem, também, o significado de emenda à Constituição?

Indago assim porque, em algumas passagens da Constituição, a palavra lei é usada no sentido amplo, abrangendo a hipótese de emenda constitucional.

Para fazer boa interpretação, é preciso relembrar que a Constituição é um sistema de normas. É uma pauta de valores. Que a própria Carta Magna define ao fixar as cláusulas pétreas, imutáveis por qualquer decisão do Congresso Nacional. Portanto, diferente das demais normas constitucionais em face do valor jurídico que se lhes atribui.

Dou exemplos. No capítulo dos direitos individuais, artigo 5º, em vários trechos, lei é, também, emenda. Eis alguns: "Todos são iguais perante a lei"; "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei"; "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito"; "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

São direitos que tratam das bases do Estado democrático que a Constituição Federal criou, tal como disposto no seu preâmbulo. São princípios que podemos chamar de fundamentais e que, por isso, estão alcançados pela proibição prevista no artigo 60, parágrafo 4º, fixadores das cláusulas imodificáveis. Nessas hipóteses, nem lei nem emenda podem ser objeto de deliberação para modificar a Constituição.

É diferente de outros princípios que podemos chamar de reguladores. São as passagens em que a Constituição Federal usa a expressão "na forma da lei"; "definida em lei"; "nos termos da lei"; "a lei regulará"; "a lei modificará". São mero desdobramento para completar a vontade do constituinte originário. São reguladores. Não são princípios fundamentais. Nesses casos, trata-se, sempre, de lei ordinária.

Voltando à palavra lei do artigo 16, podemos afirmar que ela é princípio regulador, não fundamental. Nem é o processo eleitoral catalogável como regra imodificável. Ainda: é questionável se a verticalização se insere no conceito de processo eleitoral, como lembra Miguel Reale Júnior.

Portanto, em face dos mais diversos argumentos, se emenda constitucional modifica o preceito referente ao caráter nacional dos partidos, derrubando a verticalização, prevalecerá o princípio hierárquico. Emenda é hierarquicamente superior a lei.

Há uma hipótese em que a emenda não poderia ser produzida. É aquela em que o disposto no artigo 16 já houvesse produzido efeitos. Suponha que estivéssemos em junho de 2006 e já estivessem formalizadas as candidaturas. O projeto de emenda seria inconstitucional. Não porque a emenda não poderia tratar do processo eleitoral no ano que antecede as

eleições, mas porque estaria ferindo o ato jurídico perfeito, imodificável por emenda ou lei. Portanto, a desverticalização é adequada politicamente e irretocável juridicamente."

Sr. Presidente, hoje esta Casa deverá deliberar, em segundo turno, sobre essa importante matéria.

A opinião pública espera que se confirme o resultado da primeira votação, quando 343 Parlamentares votaram "sim".

O SR. NILSON MOURÃO (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada participei da assinatura de convênio entre o Governo do Estado do Acre e a Universidade Federal do Acre – UFAC, que permitirá a formação universitária para professores da zona rural do Estado.

A partir dessa parceria mais de 3.200 professores das redes municipal e estadual que trabalham na área rural e em localidades de difícil acesso terão a oportunidade de cursarem o terceiro grau, o chamado ensino superior, lá mesmo nas comunidades onde atuam. A medida faz parte do programa especial de formação de professores para a educação básica da área rural de Municípios de difícil acesso, uma iniciativa que visa melhorar a qualificação dos professores da área rural. Trata-se de um investimento da ordem de R$15 milhões que permitirá que em 4 anos os professores possam se formar em Biologia, Letras/Espanhol e Matemática. No caso do curso de Economia, 80% das vagas estarão destinadas a jovens que estão saindo do segundo grau nas escolas públicas dessas localidades.

A previsão é de que o vestibular para os cursos de Biologia, Letras/Espanhol e Matemática ocorram ainda este mês e que as matrículas para os aprovados ocorram em março. Para o curso de Economia, o vestibular deverá ocorrer em agosto porque o conselho universitário ainda está estudando mecanismos para permitir que a maioria das vagas do curso seja acessada por jovens recém-saídos do segundo grau.

A partir do convênio a UFAC terá presença em todos os Municípios do Estado, inclusive naqueles de difícil acesso, como é o caso de Marechal Taumaturgo e Porto Walter, no Alto Juruá, Santa Rosa, Jordão e Manuel Urbano, no Vale do Yaco, e Assis Brasil, no Alto Acre. O programa faz parte de um plano de melhoria da qualidade da educação que vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação desde 1999.

Sr. Presidente, a maior herança de um pai para seu filho é a educação. Todos nós sabemos disso. Os nossos adversários, aqueles que nos criticam e querem derrotar o nosso projeto de Governo, também sabiam disso. Mas só que eles nunca pensaram projetos como este que está sendo implantado agora, de levar o ensino superior a lugares inimagináveis há algum tempo atrás. O Governo do Acre vem fazendo uma verdadeira revolução na educação do Estado desde que o Governador Jorge Viana assumiu o primeiro mandato em 1999. Estamos preparando os professores para que eles preparem bem os seus alunos que com educação de qualidade terão um futuro melhor.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os produtores rurais do Cone Sul do Mato Grosso do Sul estiveram reunidos, no último dia 28, no Município de Iguatemi, tendo como anfitrião o Prefeito Dr. Lídio Ledesma, e aprovaram uma pauta de reivindicações. Na oportunidade, também criaram o Grupo dos 8, que reúne os Municípios de Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Eldorado, Sete Quedas, Tacuru, Paranhos e Mundo Novo.

O principal objetivo da formação do grupo é a busca de soluções urgentes para amenização dos prejuízos causados pela estiagem às safras de 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006.

O Grupo dos 8 tem o apoio dos produtores rurais, das associações, dos sindicatos, das cooperativas, dos comerciantes agropecuários e das autoridades do Executivo e do Legislativo estaduais. A região que ele abrange, Sr. Presidente, produz mais de 203 mil toneladas de grãos, possui um rebanho de 1.105.000 cabeças de gado e abriga mais de 93 mil habitantes.

Por ter tamanha importância para o Estado de Mato Grosso do Sul, é legítimo o movimento, que busca melhores condições de produção, trabalho e renda, e esse é o motivo de minha intervenção.

Dentre a pauta de reivindicações do Grupo dos 8, podemos destacar:

- quanto ao pedido de renegociação imediata das linhas de créditos geradas para o custeio e investimento das safras de 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, a securitização do pagamento da dívida; a aplicação de juros de 1% ao ano; a carência para início do pagamento de 3 anos; o prazo de 20 anos para a quitação da dívida; a garantia de crédito para as próximas safras, independentemente das propostas e do fechamento da renegociação dos débitos já contraídos; e, por fim, a criação de mecanismos para que a securitização não cause qualquer impacto no limite de crédito do produtor rural junto ao Banco do Brasil;

- quanto à geração de novas linhas de crédito para o produtor rural: a liberação dos financiamentos aprovados mas embargados, de maneira equivocada e inexplicável, pelo Banco do Brasil, que, após a edição da Portaria do IAGRO nº 932/2005 – a qual proibiu o trânsito e comércio de animais da região afetada pela

febre aftosa —, simplesmente paralisou todos os processos de financiamento de crédito rural, principalmente os oriundos do FCO; a desburocratização das instituições financeiras para concessão de créditos rurais; a aplicação de juros compatíveis com a atividade rural; a liberação dos próximos custeios já no primeiro semestre de 2006; a liberação de recursos às empresas privadas que financiaram as safras passadas acima citadas; linha de crédito especial para projetos de irrigação e reestruturação e simplificação dos contratos de seguro rural.

Contudo, os produtores, capacitados e legitimados, reclamam de benefícios fiscais, tais como: o retorno do Programa EXPANSUL; a criação de benefícios fiscais nas esferas municipal, estadual e federal para os Municípios do Grupo dos 8, em face dos prejuízos e problemas causados pela febre aftosa e pela estiagem; a simplificação dos procedimentos fiscais; e, por fim, a ajuda oficial dos Governos Estadual e Federal aos Municípios que integram essa região.

São essas, Sr. Presidente, as reivindicações dos produtores rurais integrantes do Grupo dos 8, o G-8 do Estado de Mato Grosso do Sul, para que possam produzir com mais eficiência e incentivo, gerando emprego, renda e desenvolvimento para essa região.

Se tivéssemos realmente um Governo capaz de atender às necessidades, não estaríamos aqui para denunciar as dificuldades e expor a petição desses Municípios, que, pelo descaso dos Governos do Estado de Mato Grosso do Sul e da União, sofreram e ainda sofrem em decorrência de tantas dificuldades. Como todos sabem, não faltasse a chuva, o gado foi atingido pela febre aftosa, deixando toda a região em estado de calamidade.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que este pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e divulgado em **A Voz do Brasil**.

Era o que tinha que dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa, que aglutina o verdadeiro sentimento do povo brasileiro, tem sido testemunha e participante ativa das grandes mudanças que este País tem atravessado ao longo de sua história.

Há também páginas riquíssimas da vida nacional escrita por heróis que deram a vida para garantirmos nossa pátria, defendermos os nossos direitos e garantirmos nossa soberania altaneira neste lado do hemisfério terrestre.

Quero hoje, Sr. Presidente, registrar aqui os exatos 250 anos do assassinato do indígena guarani Sepé Tiaraju.

Sepé Tiaraju foi assassinado em 7 de fevereiro de 1756 por tropas espanholas, que naquele momento dizimavam milhares de índios nos pampas do Rio Grande do Sul.

O líder nato, órfão, que sofrera grave doença quando criança, logo tornou-se comandante da resistência contra os portugueses e espanhóis, que obrigavam a transferência de numerosas nações indígenas para fora da terra brasileira.

Tiaraju anunciava na prática a construção de uma sociedade justa, com ares de coletividade comunista. Organizava a lavoura, incentivava mutirões, acolhia os necessitados, fomentava a distribuição igualitária de bens de consumo.

Isso, senhoras e senhores, assustava os europeus, que tinham a sanha de explorar as terras brasileiras a qualquer custo e justificavam a carnificina ao povo guarani pela necessidade de progresso.

Após seu assassinato, Sepé Tiaraju, ou José Facho de Luz, foi canonizado pela população. Hoje é referência no movimento indígena, e seu exemplo alimenta as constantes batalhas dos índios na luta pelos seus mais sagrados direitos: morar, plantar, colher, viver.

A Sepé Tiaraju, Sr. Presidente, trago as homenagens dos indígenas do meu Estado. Os parentes que habitam as cabeceiras dos rios da Amazônia também mantêm vivo na memória esse exemplo de dignidade e de luta, na certeza de que é possível e necessária a definição de políticas públicas justas para os primeiros habitantes desta terra.

Entretanto, senhoras e senhores, alguns que hoje se arvoram de indigenistas rasgam a história de resistência desses bravos companheiros. Hoje os responsáveis diretos pelas ações de governo junto às comunidades indígenas permitem que crianças morram à míngua por falta de medicamentos, pela ausência de médicos.

Hoje, Sr. Presidente, passados 506 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, ainda ouvimos o Presidente da FUNAI declarar em alto e bom tom que existe muita terra para pouco índio.

Só diz que há muita terra para pouco índio, senhoras e senhores, quem não tem um mínimo conhecimento das tradições indígenas, do jeito de vida desses povos, de sua maneira especial e única de garantir a preservação dos seus usos e costumes.

Infeliz, desastroso, atabalhoado é quem não reconhece a realidade dos povos indígenas no Brasil. Quando os dados do IBGE apontam para a existência de 800 mil indígenas, o mesmo Presidente da FUNAI afirma que eles não passam de 450 mil!

Esse cidadão perdeu o senso da verdade, da coerência!

Não é por acaso, senhoras e senhores, que dignos antropólogos se afastaram do Conselho Nacional de Política Indigenista. Não aceitam tamanha incoerência à frente do órgão oficial, como bem disse o Sr. Sydney Possuelo. E a Associação Brasileira de Antropologia divulgou uma nota afirmando que não compactua com as medidas recessivas impostas pelo Presidente da FUNAI.

Sr. Presidente, há de se considerar que, por determinação exclusiva do Presidente da República, avançamos na demarcação e na homologação das terras indígenas, compromisso assumido em campanha e cumprido pelo Presidente Lula, embora contrariando os que querem usufruir das ricas terras indígenas.

Já estamos no último ano desta Legislatura. Muitas vezes subimos nesta tribuna, e subiremos quantas vezes for necessário, para exigir adequadas políticas públicas para esses povos. Estamos tão-somente cumprindo a nossa obrigação.

Quero ainda, Sr. Presidente, registrar que a mortalidade infantil em áreas indígenas tem aumentado significativamente. Fui Relatora da Comissão Externa que averiguou nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a situação das aldeias indígenas. O montante de recursos utilizados para a prevenção e o tratamento de enfermidades está longe do necessário, e os poucos recursos disponíveis são, em algumas situações, muito mal utilizados.

Senhoras e senhores, manifesto-me nesta tribuna em homenagem a Sepé Tiaraju, reconhecendo sua grandiosa contribuição para a História deste País, e solidarizo-me com os antropólogos que não abaixam a cabeça para garantir a integridade dos povos indígenas. Parabenizo as lideranças que hoje lutam para que os direitos desses povos sejam garantidos.

Muito obrigada.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o fim da verticalização foi aprovado em primeiro turno pela Câmara dos Deputados. Agora o texto volta à Câmara para a segunda votação. Com a mudança, os partidos não precisam mais vincular as alianças nas candidaturas em nível nacional, estadual ou distrital e municipal.

A redação da PEC 548/02 estabelece a validade da emenda constitucional na *"data de sua publicação"*, e, portanto, já teria efeito para as eleições deste ano.

Sucede que a aplicação imediata da emenda já em 2006 viola o preceito constante do artigo 16 da Constituição Federal, segundo o qual as regras do processo eleitoral não podem ser alteradas um ano antes das eleições. O ato do Legislativo, além de gerar instabilidade institucional e política, afrontou o princípio da segurança jurídica esculpido na Constituição.

Ademais, coloca-se a seguinte questão: poderia o poder constituinte derivado, ainda que por emenda constitucional, editar norma contrária ao art. 16 da Constituição Federal, para estabelecer que as regras do processo eleitoral podem ser modificadas para produzir efeitos imediatos, sem respeitar o princípio da anualidade previsto em mencionado dispositivo legal? Isto porque o art. 16 supracitado assim dispõe: *"A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência".*

Esse foi o limite traçado pela Constituição. Com a alteração introduzida pela emenda – considerando sua aplicação imediata – o princípio da anualidade previsto no art. 16 deixa de existir.

Note-se, nesse sentido, que a emenda constitucional nº 4/93, ao alterar o art. 16, cuja redação anterior dispunha que *"A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação"*, manteve o princípio da anualidade, justamente por se tratar de uma garantia constitucional, estabelecida pelo poder constituinte originário.

Sr. Presidente, o exercício do poder constituinte derivado deve respeitar parâmetros estabelecidos pelo poder constituinte originário. No presente caso, resta evidente que o legislador, ao exercer o poder constituinte derivado, alterando a redação do art. 17 da Constituição, com a finalidade de aprovar o fim da verticalização já para as eleições ainda deste ano, não respeitou os limites previstos no texto constitucional (notadamente no art. 16 da Constituição Federal).

O legislador não é totalmente livre para alterar a ordem jurídica positiva. Há direitos e garantias contemplados na Constituição Federal que não podem ser suprimidos ou restringidos, nem mesmo por meio de emendas.

Grande parte das normas constitucionais só pode ser alterada por meio de um procedimento especial e outra parte não pode ser modificada nem mesmo por meio de emenda (cfr. art. 60, § 4°, da CF). Essa rigidez, representada pela impossibilidade de se alterar algumas normas, é característica fundamental da Constituição brasileira.

Vale dizer que, nas palavras de Pontes de Miranda, o atributo da rigidez constitucional é um postulado fundamental para a manutenção da ordem jurídica instaurada pelo poder constituinte originário, evitando-se a destruição da Constituição.

A Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1998, contempla o atributo da rigidez, como se verifica o disposto no artigo 60, § 4°, o qual estabelece:

"Art. 60 .....

§ 4°. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais."

Dentre as normas constitucionais que não podem ser objeto de supressão, encontram-se os direitos e garantias constitucionais assegurados aos cidadãos, elencados no art. 5° da CF.

No entanto, o art. 5° da Carta Magna, além de arrolar em seus incisos as garantias e os direitos dos cidadãos, determina expressamente em seu § 2° que *"os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte".*

Assim, dentre outros princípios, são intocáveis os princípios da anualidade e da segurança jurídica, eis que tanto o eleitor quanto o candidato tem o direito de conhecer as regras do processo eleitoral a um ano da eleição.

Ou seja, o princípio da anualidade previsto no art. 16 da Constituição, exatamente por ser princípio que veicula uma garantia do eleitor e do candidato, também constitui um limite material ao poder constituinte derivado.

Cumpre esclarecer que não se pretende defender a imutabilidade da Constituição Federal, mas sim fazer respeitar suas características tal como definidas pelo poder constituinte originário. Observada essa premissa, natural concluir que é impossível juridicamente, que uma regra oriunda do poder constituinte derivado possa desrespeitar um princípio constitucional estabelecido pelo poder constituinte originário.

Neste sentido já decidiu o Supremo Tribunal Federal ao considerar cláusula pétrea, e conseqüentemente inalterável, a garantia constitucional assegurada no art. 150, II, b, da CF, entendendo que, ao visar subtraí-la de sua esfera protetiva, estaria a Emenda Constitucional nº 3, de 1993, deparando-se com um obstáculo intransponível, contido no artigo 60, § 4º, IV, da Constituição Federal, como se verifica no seguinte trecho da decisão:

"Admitir que a União, no exercício de sua competência residual, ainda que por emenda constitucional, pudesse excepcionar a aplicação desta garantia individual do contribuinte, implica conceder ao ente tributante poder que o constituinte expressamente lhe subtraiu ao vedar a deliberação de proposta à emenda à Constituição tendente a abolir os direitos e garantias individuais constitucionalmente assegurados."

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, em pronunciamento sobre o tema, foi taxativo ao afirmar que o fim da verticalização para as eleições de 2006 é inconstitucional. Segundo o presidente da OAB, *"a Constituição estabeleceu que não é possível mudar as regras do jogo eleitoral a menos de um ano da realização de eleições. Essa regra foi aprovada exatamente para evitar esses arranjos, essas negociatas de última hora, que não interessam ao povo, só aos políticos"*.

Portanto, caso esta emenda, notadamente inconstitucional, seja aceita, a mensagem que será dada é que o Congresso poderá mudar as regras do processo eleitoral a 8 meses, 8 semanas ou 8 dias das eleições, o que é inadmissível.

Para finalizar, gostaria de chamar a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados para a insegurança política que representa a aprovação dessa emenda constitucional. Caso as regras do jogo político possam ser modificadas 8 meses antes das eleições, elas poderão também ser mudadas 8 semanas ou até mesmo 8 dias antes.

Peço pois, aos ilustres Parlamentares o voto contrário à aprovação da emenda.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a geração de energia é um dos problemas que o mundo prevê para os próximos anos, e o Brasil mais uma vez faz a sua parte e sai na frente. Quando o assunto é a busca de alternativas que nos façam auto-suficientes nesse setor, a produção de biodiesel no País já é uma realidade, da qual podemos citar diversos desdobramentos, ressaltando principalmente o cumprimento do objetivo dessa atividade, que é o de promover a inserção social.

Como forma de incentivar a introdução do biocombustível na matriz energética nacional, o Governo Lula lançou no final de 2004 o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. E, dando prosseguimento a esse importante programa, desde janeiro as refinarias e distribuidoras vêm acrescentando a mistura de 2% do produto ao óleo mineral. Essa mistura tornar-se-á compulsória a partir de 2008, e 5 anos depois será ampliada para 5%, o que equivalerá a 2,5 bilhões de litros por ano.

Dentre as diversas vantagens apresentadas, o biodiesel produz menor teor de enxofre na atmosfera, além de ser renovável e, mais importante ainda, representar uma nova e promissora alternativa de geração de emprego e renda, atingindo milhares de agricultor-

res familiares, que poderão produzir mamona, dendê, girassol e soja, entre outras plantas que garantem a matéria-prima a ser utilizada pelas indústrias processadoras.

Para garantir essa produção, o Governo Federal disponibilizou a partir desse ano uma linha de crédito adicional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF para o cultivo dessas e de outras oleaginosas.

Portanto, essa, entre tantas outras ações, além de promover um grande movimento de inserção social, garante aos trabalhadores do campo uma fonte segura de sustento para sua família, sem abandonar sua atividade principal no plantio de alimentos.

Além disso, os pequenos produtores visualizam mais uma possibilidade de gerar emprego e renda, contribuindo diretamente para o progresso do País, que, repito, mantém-se à frente de diversas nações de Primeiro Mundo quando o assunto trata da alternativa de geração de energia, protegendo o meio ambiente e garantindo melhor qualidade de vida para o ser humano.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna apresentar os meus cumprimentos ao jornal **Tribuna do Planalto**, que antes recebia o nome de *Jornal da Segunda*, veículo de comunicação que circula nos Estados de Goiás e Tocantins, sempre editado pelo competente empresário Sebastião Barbosa, que acaba de completar o extraordinário marco de 1.000 edições.

Trata-se sem dúvida alguma de uma conquista notável, sobretudo diante das grandes dificuldades e sacrifícios que a direção desse importante semanário teve que superar ao longo dos anos para concretizar o projeto de um jornal isento e imparcial. Muitas batalhas foram travadas. Hoje, a **Tribuna do Planalto** é um bom de exemplo de jornalismo sério, cristalizando na sua trajetória vitoriosa o compromisso com ética e com a democracia.

A **Tribuna do Planalto** tem garantido espaço a todas as correntes de opinião em Goiás e do Tocantins. Nas suas páginas, a cada semana os leitores encontram um material jornalístico de primeira qualidade, sempre enfocando temas de grande relevância, principalmente nas variantes política e econômica. A equipe de profissionais é integrada por nomes de peso e grande credibilidade, tendo no comando da redação o experiente jornalista Vassil Oliveira.

Acompanhei de perto todos os passos da **Tribuna do Planalto** e sou testemunha da luta sem tréguas do empresário Sebastião Barbosa, um homem de origens humildes que venceu na vida com muito trabalho e determinação, para consolidar o jornal e torná-lo numa das principais referências da imprensa não de Goiás e do Tocantins, mas de toda a ampla região mediterrânea do Brasil.

Quero aqui, portanto, ao registrar a edição nº 1.000 do jornal **Tribuna do Planalto,** aplaudir toda a equipe que produz esse bravo semanário e, de maneira muito especial, manifestar a minha admiração e o meu respeito ao empresário Sebastião Barbosa, que é modelo de inteligência, dedicação e trabalho para todos nós.

Que o jornal **Tribuna do Planalto** tenha vida longa e continue fazendo esse jornalismo sério e de qualidade que o faz merecedor do aplauso da gente goiana.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO TOTA (PP-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em que pese a imagem negativa que o Congresso Nacional vem enfrentando frente à opinião pública, algumas decisões do Parlamento brasileiro têm o mérito de servir de impulso ou peça-chave para deslanchar um novo momento no panorama nacional e construir as bases para uma arrancada sustentada e duradoura para o desenvolvimento econômico e o progresso social. Será assim com as reformas política, judiciária, trabalhista e previdenciária. Mas, no momento, o Congresso tem em mãos a oportunidade de aprovar um projeto mais que oportuno e de extrema importância para a sociedade, em geral, e a educação, em particular. Trata-se do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

É preciso lembrar sempre que todas as nações que deram um salto significativo em sua história desenvolvimentista tiveram, via de regra, a educação como mola-mestra. O exemplo mais recente fica com os chamados Tigres Asiáticos, países que ainda na década de 1960 estavam envolvidos em violentas guerras civis. Muitas vezes invadidos por vizinhos ou potências estrangeiras, estes Estados, uma vez resolvido o conflito militar, inauguraram uma política agressiva de investimentos em setores básicos, tendo a educação como carro-chefe. A valorização do magistério com a devida qualificação dos profissionais, salários dignos e um ensino de qualidade fizeram toda a diferença para que em tempo recorde os resultados pudessem ser aferidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pois agora a educação nacional tem a oportunidade de dar um salto de qualidade e aumentar a faixa de alunos acolhida por nossa educação pública. O Fundo em questão

deverá ampliar o atendimento aos alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio e da educação de jovens e adultos, com um aumento estimado em 20 milhões de alunos para os próximos 4 anos, quando o Brasil deverá contar com cerca de 50 milhões de alunos na rede pública dessa faixa. Na prática, o FUNDEB vai substituir o atual FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que hoje vincula a aplicação dos recursos apenas ao ensino fundamental. E tem mais: graças a uma intensa e bem articulada negociação no Congresso, o novo Fundo vai ainda englobar as creches, aumentando assim enormemente o campo social atingido pelo novo projeto.

O FUNDEB, diga-se ainda, terá Estados e Municípios participando com recursos de impostos e transferências constitucionais. A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que tramita com o projeto do novo Fundo assegura uma complementação da União sempre que o valor mínimo por aluno não alcançar o piso definido nacionalmente. Trata-se de uma vitória da educação e de toda a sociedade brasileira, que, com toda certeza, vai sentir a curto prazo as conquistas do novo texto. É sempre bom lembrar que as conquistas da educação possuem efeito dominó que vai espraiando benefícios a todos os setores da vida nacional. E o melhor de tudo: a PEC poderá ser aprovada a curtíssimo prazo e ainda voltar para votação definitiva na Câmara dos Deputados durante o prazo da convocação extraordinária, que se encerra no próximo dia 15. Como a proposta conta com o apoio da imensa maioria dos Parlamentares, a previsão é de que a PEC vá à sanção presidencial ainda este semestre. Com isto, o Congresso Nacional terá prestado um excelente serviço ao País, especialmente às gerações futuras!

O SR. JOÃO HERRMANN NETO (PDT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas as alterações legais que afetam diretamente a sociedade, sobretudo no seio familiar, são sempre precedidas de muita polêmica. Eutanásia, aborto, desarmamento etc. são assuntos que levantam discussões acirradas.

Tramita nesta Casa projeto de lei de autoria da nobre colega Maria do Rosário que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente com a finalidade de punir todos os castigos impostos a crianças e adolescentes, seja por parte de pais, professores ou responsáveis. A matéria determina que *"verificada a hipótese de punição corporal em face de criança ou adolescente, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, os pais, professores ou responsáveis ficarão sujeitos às medidas previstas no art. 129, incisos I, III, IV e VI desta lei, sem prejuízos de outras sanções cabíveis".*

Tais dispositivos, Sras. e Srs. Deputados, impõem sanções socioeducativas, como tratamento psicológico ou psiquiátrico, ou a obrigatoriedade de encaminhar a criança para tratamento especializado. Não há, portanto, previsão de nenhuma pena restritiva de liberdade.

Esse projeto no entanto, Sr. Presidente, está sendo objeto de acaloradas discussões. Muitos entendem como uma intromissão indevida do Estado na estrutura familiar, enquanto outros entendem que deveriam ser presos aqueles que batem em crianças. Há que se distinguir uma criança criada com alguns "tapinhas" e outra de fato vítima de ignominiosa violência familiar. A primeira terá todas as possibilidades de se tornar um adulto saudável, sem quaisquer resquícios ou traumas por esses "tapinhas" recebidos. A segunda, por sua vez, dificilmente sairá ilesa dos maus-tratos recebidos, sobretudo porque há consenso em todos os ramos que estudam o comportamento humano de que é na infância que a personalidade é moldada.

Essa matéria vem à tona em momento bastante propício. Nos últimos dias assistimos estarrecidos a uma surpreendente seqüência de crimes cometidos contra crianças, sobretudo recém-nascidos. São atos inaceitáveis, abjetos e que merecem o repúdio de toda a sociedade. O Estado nestas circunstâncias tem o dever de atuar com empenho, e aplicando todo o seu poder coercitivo para evitar que essas crianças sofram maus-tratos e tenham o seu desenvolvimento comprometido. Para isso os Conselhos Tutelares são importantes instrumentos de atuação do Estado porque denunciam os crimes e oferecem ajuda na superação dos traumas familiares.

Criar uma lei que imponha mais sanções talvez não seja o caminho correto. Tanto a Constituição Federal quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente determinam que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente todos os direitos básicos, inclusive protegendo-os contra a violência oriunda tanto da família quanto da sociedade. Resta-nos questionar: é isso que acontece? Essas normas legais estão sendo cumpridas na integralidade?

Dos 27 Estados da Federação, Sr. Presidente, 19 não contam com número suficiente de Conselhos Tutelares. As crianças e adolescentes vítimas de maus tratos não recebem a devida proteção do poder público porque este é incapaz de exercer na plenitude o seu dever. Com lei ou sem lei as crianças continuam sendo maltratadas. Incentivar a denúncia e lutar para que os Conselhos Tutelares sejam multiplicados podem ser medidas muito mais eficazes do que permitir que um pai-de-família carinhoso e responsável seja

constrangido e punido por aplicar em seu filho um prosaico "tapinha".

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho por diversas vezes ocupado esta tribuna para manifestar minha preocupação com o déficit habitacional e suas conseqüências.

Preocupa-me muito mais a situação daqueles menos favorecidos e moradores de regiões pobres, como a minha Baixada Fluminense, onde se registra uma alta concentração populacional e uma das piores condições de vida do País. Por causa dessa cruel realidade, ali o povo rende-se às promessas dos candidatos ao Governo, por ocasião das campanhas, pois acredita sempre em dias melhores.

O que prova essa assertiva, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o resultado da última eleição presidencial: o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu do meu Município de São João de Meriti mais de 85% dos votos. Decorridos, porém, mais de 3 anos desde a sua eleição, a situação pouco ou nada mudou.

Agora, com o lançamento do pacote da construção civil, cria-se novamente uma expectativa no povo, ante a promessa de investimentos superiores a R$ 18 bilhões, incluindo-se ainda no pacote a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, do Imposto de Renda e outros, como forma de incentivar a construção civil, tudo previsto para ser lançado nesta semana ou no início da outra, antes da viagem do Chefe da Nação à África no dia 7 de fevereiro.

Em que pese o programa ser uma das metas da campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que ainda não foram levadas a efeito, espera-se que agora ele seja definitiva e realmente implantado, pois, quando se trata da melhora das condições de vida do nosso povo, prevalece e prevalecerá sempre o velho ditado: antes tarde que nunca.

Sabemos que havia entre membros da equipe governamental divergências sobre o lançamento do programa, e esperamos que elas tenham sida superadas. Como a esperança do povo se renova, aguardamos ansiosos que prevaleça a decisão e deliberação de S.Exa.; caso contrário, restará a sensação de apelo de campanha fora de época e de forma desrespeitosa com essa parcela da sociedade tão sofrida e desgastada.

Diante da expectativa do lançamento do Programa de Combate ao Déficit Habitacional, somo-me ao povo na certeza da eficácia desse projeto, pois somente assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, somente por meio do investimento nesse setor, mesmo tardiamente, estará o Presidente da República dando uma satisfação àqueles que lhe confiaram seu voto e clamam pelas mínimas condições de vida, por direitos fundamentais como a habitação, conforme consta na Constituição Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência comunica à Casa que, encerrada a Ordem do Dia, que contém um único item, será colocada na pauta matéria relacionada à legislação eleitoral, para que possa ser distribuído e lido o relatório do Deputado Moreira Franco, se assim entender o Relator. A matéria então será votada amanhã pela manhã.

Portanto, amanhã pela manhã haverá sessão deliberativa no plenário da Câmara com obrigação de registro de presença às 14h, porque haverá Ordem do Dia também à tarde, muito embora as matérias a serem apreciadas sejam fruto de consenso e de negociação prévia.

V – ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

Alceste Almeida PTB
Almir Sá PL
Francisco Rodrigues PFL
Luciano Castro PL
Pastor Frankembergen PTB
Suely Campos PP
Total de Roraima 6

AMAPÁ

Badu Picanço PL
Coronel Alves PL
Davi Alcolumbre PFL
Dr. Benedito Dias PP
Eduardo Seabra PTB
Evandro Milhomen PSB
Gervásio Oliveira PMDB
Hélio Esteves PT
Total de Amapá 8

PARÁ

Anivaldo Vale PSDB
Ann Pontes PMDB
Asdrubal Bentes PMDB
Babá PSOL
Jader Barbalho PMDB
José Priante PMDB
Josué Bengtson PTB
Nilson Pinto PSDB
Raimundo Santos PL

Socorro Gomes PCdoB
Vic Pires Franco PFL
Wladimir Costa PMDB
Zé Geraldo PT
Zé Lima PP
Zequinha Marinho PSC
Total de Pará 15

AMAZONAS

Átila Lins PMDB
Carlos Souza PP
Francisco Garcia PP
Humberto Michiles PL
Lupércio Ramos PMDB
Pauderney Avelino PFL
Vanessa Grazziotin PCdoB
Total de Amazonas 7

RONDONIA

Agnaldo Muniz PP
Anselmo PT
Eduardo Valverde PT
Hamilton Casara PSDB
Marinha Raupp PMDB
Miguel de Souza PL
Natan Donadon PMDB
Total de Rondonia 7

ACRE

Henrique Afonso PT
João Correia PMDB
João Tota PP
Júnior Betão PL
Nilson Mourão PT
Perpétua Almeida PCdoB
Total de Acre 6

TOCANTINS

Ana Alencar PSDB
Darci Coelho PP
Edmundo Galdino PDT
Maurício Rabelo PL
Osvaldo Reis PMDB
Pastor Amarildo PSC
Ronaldo Dimas PSDB
Total de Tocantins 7

MARANHÃO

Albérico Filho PMDB
Antonio Joaquim PSDB
César Bandeira PFL
Costa Ferreira PSC
Dr. Ribamar Alves PSB
Gastão Vieira PMDB
João Castelo PSDB
Neiva Moreira PDT
Nice Lobão PFL
Pedro Fernandes PTB
Pedro Novais PMDB
Sarney Filho PV
Sebastião Madeira PSDB
Wagner Lago PDT
Total de Maranhão 14

CEARÁ

Almeida de Jesus PL
André Figueiredo PDT
Antenor Naspolini PSDB
Antonio Cambraia PSDB
Ariosto Holanda PSB
Bismarck Maia PSDB
Eunício Oliveira PMDB
Gonzaga Mota PSDB
Inácio Arruda PCdoB
João Alfredo PSOL
José Linhares PP
José Pimentel PT
Manoel Salviano PSDB
Marcelo Teixeira PSDB
Mauro Benevides PMDB
Moroni Torgan PFL
Vicente Arruda PSDB
Zé Gerardo PMDB
Total de Ceará 18

PIAUÍ

Átila Lira PSDB
B. Sá PSB
Ciro Nogueira PP
Júlio Cesar PFL
Marcelo Castro PMDB
Moraes Souza PMDB
Nazareno Fonteles PT
Paes Landim PTB
Total de Piauí 8

RIO GRANDE DO NORTE

Álvaro Dias PDT
Betinho Rosado PFL
Fátima Bezerra PT
Henrique Eduardo Alves PMDB
Iberê Ferreira PSB
Nélio Dias PP
Total de Rio Grande do Norte 6

PARAÍBA

Benjamin Maranhão PMDB
Carlos Dunga PTB
Enivaldo Ribeiro PP
Lúcia Braga PMDB

Luiz Couto PT
Marcondes Gadelha PSB
Philemon Rodrigues PTB
Ricardo Rique PL
Wellington Roberto PL
Wilson Santiago PMDB
Total de Paraíba 10

PERNAMBUCO

André de Paula PFL
Armando Monteiro PTB
Carlos Batata PFL
Fernando Ferro PT
Inocêncio Oliveira PL
Joaquim Francisco PFL
Jorge Gomes PSB
José Chaves PTB
José Mendonça Bezerra PFL
José Múcio Monteiro PTB
Luiz Piauhylino PDT
Marcos de Jesus PFL
Raul Jungmann PPS
Renildo Calheiros PCdoB
Roberto Freire PPS
Roberto Magalhães PFL
Salatiel Carvalho PFL
Total de Pernambuco 17

ALAGOAS

Benedito de Lira PP
Helenildo Ribeiro PSDB
João Caldas PL
José Thomaz Nonô PFL
Maurício Quintella Lessa PDT
Rogério Teófilo PPS
Total de Alagoas 6

SERGIPE

Bosco Costa PSDB
Heleno Silva PL
Ivan Paixão PPS
Jackson Barreto PTB
João Fontes PDT
Jorge Alberto PMDB
José Carlos Machado PFL
Total de Sergipe 7

BAHIA

Alice Portugal PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto PFL
Claudio Cajado PFL
Colbert Martins PPS
Coriolano Sales PFL
Daniel Almeida PCdoB
Edson Duarte PV
Fábio Souto PFL
Félix Mendonça PFL
Fernando de Fabinho PFL
Geddel Vieira Lima PMDB
Guilherme Menezes PT
Jairo Carneiro PFL
João Almeida PSDB
João Leão PP
Jonival Lucas Junior PTB
José Rocha PFL
Josias Gomes PT
Jutahy Junior PSDB
Luiz Alberto PT
Luiz Bassuma PT
Marcelo Guimarães Filho PFL
Mário Negromonte PP
Milton Barbosa PSC
Nelson Pellegrino PT
Paulo Magalhães PFL
Pedro Irujo PMDB
Reginaldo Germano PP
Robério Nunes PFL
Zelinda Novaes PFL
Zezéu Ribeiro PT
Total de Bahia 31

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PDT
Alexandre Maia PMDB
Aracely de Paula PL
Carlos Mota PSB
Carlos Willian PTC
César Medeiros PT
Cleuber Carneiro PTB
Custódio Mattos PSDB
Dr. Francisco Gonçalves PPS
Eduardo Barbosa PSDB
Eliseu Resende PFL
Fernando Diniz PMDB
Geraldo Thadeu PPS
Isaías Silvestre PSB
Jaime Martins PL
João Magalhães PMDB
João Magno PT
João Paulo Gomes da Silva PSB
José Militão PTB
Júlio Delgado PSB
Lael Varella PFL
Leonardo Mattos PV
Leonardo Monteiro PT
Lincoln Portela PL
Márcio Reinaldo Moreira PP

Maria do Carmo Lara PT
Mário Assad Júnior PSB
Mário Heringer PDT
Narcio Rodrigues PSDB
Odair Cunha PT
Rafael Guerra PSDB
Reginaldo Lopes PT
Roberto Brant PFL
Romel Anizio PP
Romeu Queiroz PTB
Sérgio Miranda PDT
Vadinho Baião PT
Total de Minas Gerais 37

ESPÍRITO SANTO

Feu Rosa PP
Jair de Oliveira PMDB
Manato PDT
Marcelino Fraga PMDB
Marcus Vicente PTB
Neucimar Fraga PL
Nilton Baiano PP
Renato Casagrande PSB
Rose de Freitas PMDB
Total de Espírito Santo 9

RIO DE JANEIRO

Aldir Cabral PFL
Alexandre Cardoso PSB
Almerinda de Carvalho PMDB
Almir Moura PFL
André Costa PDT
Antonio Carlos Biscaia PT
Bernardo Ariston PMDB
Carlos Nader PL
Carlos Santana PT
Chico Alencar PSOL
Deley PSC
Dr. Heleno PSC
Edson Ezequiel PMDB
Eduardo Cunha PMDB
Fernando Gonçalves PTB
Fernando Lopes PMDB
Francisco Dornelles PP
Fred Kohler PMDB
Itamar Serpa PSDB
Jair Bolsonaro PP
Jandira Feghali PCdoB
João Mendes de Jesus PSB
José Divino PMR
Josias Quintal PSB
Juíza Denise Frossard PPS
Laura Carneiro PFL
Leonardo Picciani PMDB
Luiz Sérgio PT
Miro Teixeira PDT
Moreira Franco PMDB
Nelson Bornier PMDB
Paulo Feijó PSDB
Reinaldo Betão PL
Reinaldo Gripp PL
Renato Cozzolino PDT
Rodrigo Maia PFL
Sandro Matos PTB
Simão Sessim PP
Vieira Reis PMR
Total de Rio de Janeiro 39

SÃO PAULO

Aldo Rebelo PCdoB
Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Antonio Carlos Pannunzio PSDB
Arlindo Chinaglia PT
Arnaldo Faria de Sá PTB
Ary Kara PTB
Chico Sardelli PV
Cláudio Magrão PPS
Corauci Sobrinho PFL
Delfim Netto PMDB
Devanir Ribeiro PT
Dimas Ramalho PPS
Edinho Montemor PSB
Edna Macedo PTB
Elimar Máximo Damasceno PRONA
Enéas PRONA
Fernando Estima PPS
Gilberto Nascimento PMDB
Ildeu Araujo PP
Ivan Valente PSOL
Jamil Murad PCdoB
Jefferson Campos PTB
João Batista PP
João Herrmann Neto PDT
José Eduardo Cardozo PT
José Mentor PT
Jovino Cândido PV
Julio Semeghini PSDB
Lobbe Neto PSDB
Luiz Antonio Fleury PTB
Luiz Carlos Santos PFL
Luiz Eduardo Greenhalgh PT
Luiza Erundina PSB
Marcelo Barbieri PMDB
Marcelo Ortiz PV
Mariângela Duarte PT
Medeiros PL

Michel Temer PMDB
Nelson Marquezelli PTB
Neuton Lima PTB
Orlando Fantazzini PSOL
Professor Irapuan Teixeira PP
Ricardo Izar PTB
Roberto Gouveia PT
Robson Tuma PFL
Salvador Zimbaldi PSB
Silvio Torres PSDB
Telma de Souza PT
Vanderlei Assis PP
Vicentinho PT
Walter Barelli PSDB
Wanderval Santos PL
Xico Graziano PSDB
Zulaiê Cobra PSDB
Total de São Paulo 54

MATO GROSSO

Carlos Abicalil PT
Celcita Pinheiro PFL
Lino Rossi PP
Ricarte de Freitas PTB
Thelma de Oliveira PSDB
Total de Mato Grosso 5

DISTRITO FEDERAL

Alberto Fraga PFL
Jorge Pinheiro PL
José Roberto Arruda PFL
Osório Adriano PFL
Sigmaringa Seixas PT
Tatico PTB
Wasny de Roure PT
Total de Distrito Federal 7

GOIÁS

Barbosa Neto PSB
Carlos Alberto Leréia PSDB
Enio Tatico PL
Leandro Vilela PMDB
Leonardo Vilela PSDB
Neyde Aparecida PT
Pedro Chaves PMDB
Ronaldo Caiado PFL
Rubens Otoni PT
Sandes Júnior PP
Sandro Mabel PL
Vilmar Rocha PFL
Total de Goiás 12

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT
Antonio Cruz PP
Geraldo Resende PPS
João Grandão PT
Murilo Zauith PFL
Nelson Trad PMDB
Vander Loubet PT
Total de Mato Grosso do Sul 7

PARANÁ

Abelardo Lupion PFL
Affonso Camargo PSDB
Airton Roveda PPS
Alex Canziani PTB
André Zacharow PMDB
Assis Miguel do Couto PT
Cezar Silvestri PPS
Chico da Princesa PL
Cláudio Rorato PMDB
Dilceu Sperafico PP
Dr. Rosinha PT
Dra. Clair PT
Eduardo Sciarra PFL
Giacobo PL
Gustavo Fruet PSDB
Iris Simões PTB
Luiz Carlos Hauly PSDB
Max Rosenmann PMDB
Moacir Micheletto PMDB
Nelson Meurer PP
Odílio Balbinotti PMDB
Oliveira Filho PL
Osmar Serraglio PMDB
Ricardo Barros PP
Selma Schons PT
Vitorassi PT
Total de Paraná 26

SANTA CATARINA

Adelor Vieira PMDB
Edinho Bez PMDB
Edison Andrino PMDB
Fernando Coruja PPS
Gervásio Silva PFL
Ivan Ranzolin PFL
João Pizzolatti PP
Jorge Boeira PT
Leodegar Tiscoski PP
Luci Choinacki PT
Mauro Passos PT
Paulo Afonso PMDB
Paulo Bauer PSDB
Vignatti PT
Zonta PP
Total de Santa Catarina 15

RIO GRANDE DO SUL

Afonso Hamm PP
Alceu Collares PDT
Cezar Schirmer PMDB
Darcísio Perondi PMDB
Eliseu Padilha PMDB
Érico Ribeiro PP
Francisco Appio PP
Francisco Turra PP
Júlio Redecker PSDB
Kelly Moraes PTB
Luciana Genro PSOL
Luis Carlos Heinze PP
Marco Maia PT
Mendes Ribeiro Filho PMDB
Milton Cardias PTB
Nelson Proença PPS
Onyx Lorenzoni PFL
Orlando Desconsi PT
Osvaldo Biolchi PMDB
Pastor Reinaldo PTB
Paulo Gouvêa PL
Paulo Pimenta PT
Pompeo de Mattos PDT
Tarcísio Zimmermann PT
Wilson Cignachi PMDB
Yeda Crusius PSDB
Total de Rio Grande do Sul 26

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A lista de presença registra o comparecimento de 410 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Passa-se à apreciação da matéria que está sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Item 1.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 548-C, DE 2002
(Do Senado Federal)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 548-C, de 2002, que dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal, para disciplinar as coligações eleitorais.

O SR. CARLOS SANTANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome dos companheiros dos Correios, que acabaram de me ligar do Rio de Janeiro, agradecemos V.Exa. pela aprovação de matéria de extrema importância que diz respeito a esses trabalhadores. V.Exa. teve pulso e conseguiu que a Casa se empenhasse para votar matéria tão importante!

Portanto , Sr. Presidente, Deputado Aldo Rebelo, em nome dos companheiros dos Correios, agradeço o empenho de V.Exa. para apreciação de tão importante matéria que vai solucionar a vida de milhares de trabalhadores injustamente demitidos. Agradeço também aos Srs. Líderes, que trabalharam para que houvesse consenso sobre a matéria.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO BARBIERI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a PEC que iremos votar não sofreu nenhuma modificação de redação. Encontra-se exatamente da mesma forma. Por isso, em nome do PMDB, faço um apelo no sentido de que os oradores abram mão do encaminhamento para então podermos votar rapidamente a matéria. Assim haverá tempo para o Deputado Moreira Franco apresentar ainda hoje seu relatório sobre as mudanças na lei eleitoral. Até porque a votação será amanhã, como disse V.Exa., seria bom conhecermos o teor do relatório ainda hoje. Vamos colocar a PEC em votação e, em seguida, ouvir o parecer do Deputado Moreira Franco.

É o apelo que faço.

O SR. MAX ROSENMANN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de matéria política de transcendental importância. Embora saibamos que o relatório ainda está sendo elaborado, gostaria que a Mesa nos informasse quando ele estará disponível, porque matérias como essa não podem ser apresentadas de forma praticamente secreta. Até agora não tivemos acesso a seu inteiro teor.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – O Relator trará a matéria tão logo este item da Ordem do Dia seja concluído.

A SRA. SOCORRO GOMES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. SOCORRO GOMES (PCdoB-PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de me associar aos agradecimentos a V.Exa.

e registrar sua coerência na condução dos trabalhos desta Casa, que finalmente aprova a anistia para funcionários demitidos dos Correios.

Ao mesmo tempo em que corrige uma injustiça cometida contra vários funcionários, trabalhadores dedicados, demitidos de forma injusta por defenderem o patrimônio brasileiro – a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – e por lutarem por melhores condições de trabalho, o Congresso Nacional faz sinalização de que não aceita perseguição a sindicalistas e trabalhadores que se empenham na defesa do patrimônio público e de seus direitos.

Portanto, essa foi uma demonstração do respeito desta Casa à democracia e aos direitos adquiridos.

Agradeço a todos os Deputados a sensibilidade, a articulação e o respeito ao votarem unanimemente pela anistia a esses trabalhadores. Eu vi funcionários chorando, alguns do Estado do Pará, que estavam em ruína absoluta, sem poder sustentar seus filhos. Ano após ano, venderam tudo o que possuíam, sem terem mais a quem apelar.

Sr. Presidente, esta Casa e V.Exa. estão de parabéns!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma comitiva do Rio Grande do Sul – o Deputado Estadual Adroaldo Loureiro, do Rio Grande do Sul, e o Prefeito de Santo Ângelo, Eduardo Loureiro – está presente hoje na Casa, preocupada com o projeto do porto seco, porque Santo Ângelo, provavelmente, será um dos locais escolhidos pelo Governo para a instalação de uma unidade.

Sr. Presidente, esse projeto consta na pauta da Ordem do Dia. Portanto, gostaria que V.Exa. nos informasse se o referido projeto será votado durante a convocação extraordinária, visto que há grande expectativa por parte de lideranças gaúchas no sentido de ver o Porto Seco instalado em Santo Ângelo.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Provavelmente, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. BABÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra por 1 minuto.

O SR. BABÁ (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabenizo os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que lutaram durante anos pela anistia. Eles formaram uma comissão de anistia, liderada pela Fátima, nossa companheira do Pará. Outros companheiros também encabeçaram o movimento.

Na verdade, trata-se de uma injustiça cometida no Governo Fernando Henrique Cardoso contra esses trabalhadores. Hoje a Câmara dos Deputados está repondo apenas uma parte do total, porque deveriam ter sido pagos aos trabalhadores os devidos valores com efeito retroativo. No entanto, apenas o fato de esses companheiros serem anistiados já é um consolo, depois de tanta luta.

Eu os parabenizo por terem conseguido pressionar a Câmara dos Deputados no sentido da aprovação desse justo projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Babá, que falará contra a matéria.

O SR. BABÁ (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço questão de ressaltar que, pelo fato de haver posicionamentos diferenciados na bancada, decidimos não fechar questão sobre esse tema. Por isso parte dos companheiros votou a favor; outra parte, contra.

Nós, que somos contra o projeto, queremos dizer o porquê do nosso voto.

Primeiro , houve interesse por parte do Palácio do Planalto de montar alianças – as mais estapafúrdias possíveis – em âmbito nacional; negócios a serem feitos com partidos que ideologicamente não têm nada a ver um com o outro, mas com a finalidade de dar apoio a Lula e a outro candidato. Nos Estados então haverá salada mista. Isso repete a velha fórmula da política brasileira de fazer negócios durante o processo eleitoral.

O projeto que veio do Senado seria para moralizar as eleições, para acabar com o caixa 2. Haveria melhoria na fiscalização, acabando-se com o caixa 2. As contribuições de financiamento seriam estritamente públicas e não privadas. Mas eis que a fonte desse projeto está ligada a essas negociatas eleitorais. Os financiadores de campanha são os que determinam o rumo de muitos governos – de nível municipal, estadual ou federal —, pela força do financiamento de campanha.

O projeto que tentam encaminhar a esta Casa, evidentemente, é uma brincadeira, porque não vai fiscalizar de fato. Não há fiscalização incluída na Internet com os nomes das empresas daqueles que defendem a iniciativa privada e financiam campanhas.

Portanto, o que esta Casa está para fazer, iniciando com esse projeto, esse amplo “acordão” como o chamam, é mais uma vez atropelar o povo.

Por isso defendemos financiamento público para a campanha eleitoral. Enquanto o povo brasileiro não tiver direito a plebiscito revogatório de mandato e estiver submetido a este processo eleitoral, Parlamentares e governantes serão eleitos na base de promessas de campanha, como fez Lula, e, no exercício de seus cargos, farão exatamente o contrário daquilo com que se haviam comprometido durante a campanha eleitoral.

Sr. Presidente, tenho projetos de lei que tramitam nesta Casa há alguns anos. Um deles visa a combater o caixa 2, a corrupção, tipificando esse fato em crime de corrupção, em crime hediondo – a corrupção é um dos piores crimes, e os criminosos, quando são punidos, ficam no máximo 12 anos na cadeia. Por isso, em meu projeto proponho que o tempo de prisão seja, no mínimo, de 12 anos de cadeia, podendo o criminoso cumprir até 25 anos de prisão nos casos mais graves.

O crime de caixa 2, cujos recursos realimentaram candidaturas do PT e de outros partidos, desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, não foi e não será punido com a próxima lei que será votada. Essa lei, que visa acabar com a verticalização, abrirá ainda mais espaço para as negociatas eleitorais.

Por isso somos contra o projeto que acaba com a verticalização, e desde logo nos manifestamos contrários ao projeto que será encaminhado à Casa para supostamente regulamentar as eleições.

Muito obrigado.

O Sr. Aldo Rebelo, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Thomaz Nonô, 1º Vice-Presidente.

O SR. MARCELO BARBIERI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço, em nome do PMDB, um esclarecimento.

Neste momento, o painel registra 428 presentes. Qual é o *quorum* na Casa? Para nós é importante recebermos essa informação para esta votação.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A Presidência já solicitou à assessoria que fosse informada a presença na Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Fontes.

O SR. JOÃO FONTES (PDT-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a tese levantada pelo Deputado Babá, que me antecedeu, seria extremamente lógica em um país com poucos partidos ou caso o Congresso Nacional fizesse uma reforma política que reduzisse o número de partidos, porque o ideal seria repetir nos Estados as coligações feitas em âmbito federal.

Sr . Presidente, a verdade é que a implantação da verticalização já nasceu torta, de interpretação errônea do TSE, todos sabem, para beneficiar a candidatura de José Serra, candidato de Fernando Henrique Cardoso. Lamentavelmente, o Ministro Nelson Jobim, na época Presidente, articulou no TSE essa interpretação e implantou, impôs a verticalização 5 meses antes da eleição de 2002.

Cai por terra a tese de que o projeto aprovado nesta Casa não obedecera ao princípio da anualidade, muito embora seja interpretação de uma lei. O que foi aprovado no primeiro turno foi um projeto de emenda à Constituição que automaticamente não tem a chancela de ato jurídico perfeito, legal, porque ainda não se realizaram as convenções de 30 de junho; e isso supre aquilo que tem sido levantado por alguns juristas, ou seja, que o projeto aprovado não obedeceu ao prazo de 1 ano.

É bem verdade que a quebra da verticalização traz acordos aos Estados que deixam a população perplexa. Por exemplo, em meu Estado, Sergipe, o candidato a Governador do PT, o Prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, convidou, oficialmente, no último sábado, o ex-Governador Albano Franco, do PSDB, para compor sua chapa para as eleições de 2006. É claro que a guerra fratricida, imposta na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, da polarização PT/PSDB é falsa. Basta ver em meu Estado, onde esses irmãos siameses vão estar juntos.

Imaginem V.Exas. como a população do meu Estado entenderá, Deputado Aldo Rebelo, Deputado José Thomaz Nonô, uma coligação do Prefeito do PT, Marcelo Déda, com o ex-Governador do PSDB, Albano Franco, de triste memória. Pior de tudo, Deputado Inácio Arruda, é que Marcelo Déda disse que quer trazer Albano Franco para recuperar sua biografia! O sergipano sabe que a família Franco domina o Estado há mais de 50 anos, e recompor a biografia do ex-Governador Albano Franco realmente é um projeto muito difícil, diria quase impossível!

Mas a queda da verticalização não impõe aos partidos nos Estados fazerem coligações espúrias que não representam mudanças no País.

Sr. Presidente, é claro que vivemos em uma Federação e que cada Estado tem uma realidade. São 27 Estados, e impor a verticalização neste momento, sem fazer a reforma política, não corresponde aos anseios nacionais.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho o voto "sim", pela aprovação, em segundo turno, da queda da ver-

ticalização; primeiro, por ser de direito; segundo, por cumprir o prazo e por não ser preciso o interstício de um ano, conforme prerrogativa do art. 16 da Constituição, a nossa Carta Magna.

E vamos votar no segundo turno, assim como fizemos no primeiro, quando 343 Srs. Deputados votaram pela quebra da verticalização.

Meu encaminhamento, portanto, é pelo voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Informo ao Deputado Marcelo Barbieri e ao Plenário da Casa que as portarias de entrada da Câmara dos Deputados registram a presença de 469 Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Wasny de Roure, que falará contra a matéria.

O SR. WASNY DE ROURE (PT-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos praticamente às vésperas do processo eleitoral.

Nesta Casa uma Comissão Especial debateu a reforma política, enquanto esperávamos debatê-la como um todo. Esse foi o elemento que inclusive trouxe à Câmara uma esperança, sobretudo quando alguns Parlamentares estavam sendo acusados de receberem mensalão.

Em vários discursos, esta Casa se posicionou por uma ampla reforma política a fim de que o País estivesse preparado para enfrentar no ano de 2006 um processo eleitoral mais transparente, mais legítimo, mais participativo e menos discricionário do ponto de vista econômico, de modo que os partidos políticos pudessem operar de maneira vigorosa na sociedade brasileira. Agora nos encontramos, apesar de toda essa expectativa, diante da votação tão-somente da matéria verticalização.

A concepção em que defendi durante muitos anos é a de que a verticalização está associada a um projeto político de sociedade, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Não é por sermos um país de dimensão continental, com ampla diversidade política, que vamos reduzir a qualidade do nosso debate, simplesmente descaracterizando a verticalização, a molamestra de desenvolvimento de um projeto político na sociedade brasileira, baseado em partidos que formulam, pensam e interagem com a sociedade sob a ótica do desenvolvimento de um programa social.

A quebra da verticalização é um procedimento que atende ao que é de menor no projeto político de um país, aquilo que se enquadra em uma concepção meramente regional, de acordo com interesse de natureza eleitoral e não conforme uma visão de longo prazo, de formulação de um projeto de sociedade, para que ela tenha clara a maneira como que esse ou aquele partido pensa, como essa ou aquela proposta se altera.

Por isso, continuo defendendo a verticalização, ainda que tenha inúmeros defeitos, ainda que a sociedade brasileira não tenha amadurecido o suficiente para aprimorar esse modelo. Mas há aqueles que pensam em uma sociedade com um projeto político que fortalece a visão e o modelo, mas dentro de um simultâneo processo de amadurecimento e fortalecimento político.

Por isso, prefiro ficar com o modelo da verticalização. Mudar tão-somente para atender ao processo eleitoral é um casuísmo que não fortalece o amadurecimento da sociedade brasileira, na perspectiva de termos um País moderno, mas que atua numa percepção de projeto de longo prazo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Feu Rosa, que falará a favor da matéria.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO FEU ROSA QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Para discutir, concedo a palavra à nobre Deputada Luciana Genro, que falará contra a matéria.

A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL-RS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, este debate sobre a verticalização acontece no mesmo momento em que discutimos mudanças na legislação eleitoral. Evidentemente, uma coisa está relacionada a outra, porque o fim da verticalização, na minha opinião, propiciará o vale-tudo eleitoral, a total desconexão entre o projeto nacional e os projetos estaduais. E essa desvinculação, sabemos, favorece as alianças fisiológicas, a venda ou o aluguel de legendas.

Portanto, aprovar o fim da verticalização vai na contramão daquilo que é extremamente importante para o sistema político brasileiro: a valorização de um projeto para o País. A ausência desse projeto tem levado a uma falsa polarização entre PT e PSDB, porque ambos têm o mesmo plano e brigam por firulas, disputam poder.

Amanhã, a Câmara dos Deputados debaterá as mudanças na lei eleitoral. O discurso moralizador das campanhas eleitorais, que, na minha opinião, não se reflete no fim da verticalização – vai fazer um "samba do crioulo doido" —, também não se mostra verdadeiro no debate sobre a nova lei eleitoral.

Coibir os abusos do poder econômico e o caixa 2 não é verdadeiramente a preocupação dos Líderes que têm tentado de todas as formas impedir que se estabeleça um teto para os gastos nas campanhas eleitorais. E estabelecer um teto é medida paliativa; a solução seria o fim do financiamento privado de campanha.

O PSOL tem propostas: não só o estabelecimento de um teto, mas também a proibição de doação por parte de instituições financeiras e bancárias, que derramam dinheiro nas campanhas eleitorais daqueles candidatos que defendem seus interesses – do PT ao PSDB. Propõe também a proibição de doação de empresas que se relacionam com o Poder Público, tais como empreiteiras e agências de publicidade. O maior escândalo deste último ano deveu-se justamente à promiscuidade do relacionamento entre o Governo e empresas que prestam serviços ao Estado – Marcos Valério, USIMINAS, entre outras tantas —, que doam dinheiro para campanhas eleitorais, vendem favores a governos, em troca de facilidades nas licitações.

Não há apoio do Colégio de Líderes para essa medida.

O PSOL está muito preocupado com o fim da verticalização e com a lei eleitoral que vamos votar amanhã. Nenhuma delas resulta na melhora da nossa democracia.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Caiado, que falará a favor da matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero neste momento alertar todos os colegas Parlamentares que estão nas diversas dependências da Casa, e mesmo fora da Câmara dos Deputados, para votarmos em segundo turno essa matéria de importância ímpar e derrubarmos de vez a verticalização.

Ao argumentar contrariamente àqueles que defendem a verticalização, só gostaria de lembrar aos nobres pares que na Lei nº 9.504, que regeu a eleição de 1998, não existia a verticalização. Não há no texto do legislador "verticalização". Existe a palavra "circunscrição". E o Código Eleitoral define bem o que é circunscrição: para Presidente da República a circunscrição é o País; para as eleições federais e estaduais a circunscrição é o Estado.

O Tribunal Superior Eleitoral, atendendo à vontade de alguns, num casuísmo jamais visto, criou a verticalização, que tem tudo a ver com o voto vinculado do Presidente João Figueiredo em 1982.

Vejam a incoerência da verticalização! Vejam, Srs. Parlamentares, que os que defendem a verticalização acreditam que elas moralizam as coligações no País!

Ela existe nas eleições para Presidente da República, para Governador e para Deputados Federais e Estaduais; mas para Vereadores e Prefeitos não existe. Na base, que é a origem do partido, todos podem se coligar com quem quiserem. Ora, que coligação é essa?!

Sr. Presidente, queremos uma reforma política que fortaleça os partidos. Pelo atual sistema eleitoral, impor a verticalização é exatamente termos de aceitar goela abaixo imposições feitas em âmbito nacional, sem respeitar a realidade.

Para concluir, Sr. Presidente, quero pedir a reflexão e a presença de todos os Deputados para podermos repetir a votação que obtivemos há 15 dias, com 434 votos a favor da PEC. Com isso, teremos liberdade de fazer em nossos Estados aquilo que quer o sentimento não só do nosso partido, mas também dos nossos liderados. Por isso, neste momento, peço a cada um dos senhores e senhoras que votem "sim", pela aprovação da emenda à Constituição que propõe a derrubada da verticalização.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A Presidência convoca as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que se encontrarem em distintos recintos da Casa que compareçam ao plenário. Teremos votação em poucos minutos.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Havendo falado 3 oradores contrários e 3 favoráveis, há condição de admissibilidade para o requerimento no seguinte teor:

"Sr. Presidente, requeremos, nos termos regimentais, o encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 548-C, de 2002, do Senado Federal, que dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal para disciplinar as coligações eleitorais, item 1 constante da Ordem do Dia da sessão extraordinária de hoje."

Sala das Sessões, em 08 de fevereiro de 2006.

Rose de Freitas, Vice-Líder do PMDB; Inácio Arruda, Vice-Líder do PCdoB; Ronaldo Dimas, Vice-Líder do PSDB; Fernando Coruja, Vice-Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Beto Albuquerque, que falará a favor da matéria.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta matéria foi exaustivamente discutida na Casa. Portanto, somos favoráveis ao encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros, que falará contra a matéria.

O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a verticalização, embora pareça muita discutida, é polêmica. Muitos partidos que já haviam definido suas posições nacionais vão mudar em função de que a queda da verticalização permitirá liberdade nos Estados. Estamos criando uma situação em que o partido lança o candidato a Presidente e ninguém precisa acompanhá-lo. Nenhum diretor estadual precisa acompanhar o candidato a Presidente lançado pelo partido; pior, poderá coligar-se com outro candidato a Presidente.

Então, realmente, trata-se de uma situação esdrúxula, o que merece uma discussão mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Havendo falado um orador a favor e um contra, coloco a matéria em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Em votação o requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição em epígrafe.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO CONTRA O VOTO DO DEPUTADO RICARDO BARROS E OUTROS.

ESTÁ ENCERRADA A DISCUSSÃO.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Passamos à votação.

Há orador inscrito para encaminhar a favor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado João Fontes.

O SR. JOÃO FONTES (PDT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, abro mão da inscrição porque já falei. (*Palmas.)* Quero apenas aproveitar a oportunidade para me congratular com os funcionários anistiados dos Correios.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A Presidência louva a concisão e a decisão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 548, de 2002, em segundo turno.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. .....

....

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em nível nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

..... " (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às eleições que ocorrerão no ano de 2002.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Vou colher as orientações de bancada. Peço que abram o painel. *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, alguns de nós entendem importante o que consideram coerência programática das alianças, vulgo verticalização; outros de nós consideram que sem uma reforma política de profundidade isso vira uma imposição artificial. Nesse contexto de polêmica, o PSOL democraticamente libera a sua bancada.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – O PSOL libera a sua bancada.

Como vota o PV?

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no primeiro turno o Partido Verde se posicionou a favor da PEC, por todos os motivos elencados. No segundo turno, de forma coerente, votamos "sim", contra a verticalização.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota o PCdoB?

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PCdoB mantém sua posição, já discutida desde o debate deste assunto quando das eleições de 2002. Na ocasião, devido a uma interpretação de um juiz de tribunal, foi tomada uma medida absolutamente arbitrária.

Portanto, o PCdoB mantém sua posição contrária à verticalização, e por isso vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota o PPS, Deputado Colbert Martins?

O SR. COLBERT MARTINS (PPS-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS encaminha favoravelmente a que venhamos legislar. A Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional é que têm que legislar. Esta legislação nos pertence.

Portanto, encaminhamos o voto "sim".

Ao mesmo tempo, solicitamos a todos aqueles que estão nas dependências da Câmara dos Deputados que venham ao plenário, a fim de que iniciemos a votação. Alguns Parlamentares que estiveram na votação passada ainda não chegaram ao plenário. Precisamos garantir o *quorum* para que esta votação tenha o efeito que queremos.

O PPS encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – O PPS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A Presidência reitera o apelo do PPS para que os Srs. Deputados que se encontram nos distintos recintos da Casa venham ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota o PDT?

O SR. WAGNER LAGO (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, O PDT considera a verticalização a irmã gêmea do voto vinculado. Foram decisões que não saíram do Parlamento. Decisões do Poder Judiciário, respondendo a consulta. Já falei e reafirmo: é um **capitis diminutio**, ou seja, diminuição do Parlamento. O Parlamento precisa realizar ampla reforma judiciária. Não pode haver em ano eleitoral interpretação de lei que amarre, vincule todos os partidos, num desrespeito à federação e à liberdade dos partidos.

Portanto, o PDT encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota o PSB?

O SR. MARCONDES GADELHA (PSB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB entende que a verticalização é uma forma disfarçada de bipartidarismo. Isso contraria toda a tradição e a sistemática política do País orientada para o pluripartidarismo, para a multiplicidade, para a diversidade na participação política. Toda a legislação brasileira opera nesse sentido. O voto proporcional, a eleição em 2 turnos, a permissão de coligações, tudo isso favorece o pluripartidarismo.

A verticalização contraria toda essa sistemática. E não é falar em quebra do princípio da anualidade. Em nenhum lugar da Constituição se fala em vinculação de voto. O que houve foi uma interpretação dos tribunais a respeito da matéria. O que este Congresso tem feito é esclarecer a natureza da lei, da norma, dos princípios que regem, histórica e tradicionalmente, o nosso modo de ser político, o nosso modo de participação.

Portanto o PSB vota favoravelmente à matéria. Vota "sim" .

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – O PSB vota "sim".

Como vota o PL?

O SR. CORONEL ALVES (PL-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado José Thomaz Nonô, o Partido Liberal, no primeiro momento da votação, votou 100% na queda da verticalização.

Convidamos todos os componentes do Partido Liberal a que venham ao plenário votar, para que tenhamos, de uma vez por todas, a queda da verticalização.

O PL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – O PL vota "sim".

Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do nosso grande Líder, Deputado José Múcio Monteiro, convocamos a nossa bancada para comparecer ao plenário e votar "sim", pelo direito de o Parlamento legislar a respeito das eleições. Este é o nosso desejo.

Vamos votar "sim" porque esta Casa é quem tem de fazer as mudanças eleitorais quando estas se fizerem necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – O PTB vota "sim".

Como vota o Partido Progressista?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na primeira votação, a bancada se reuniu e a maioria decidiu votar "não". Com o resultado, a bancada ficou dividida. Portanto, vamos manter a coerência: encaminhamos o voto "não", mas liberamos os companheiros para votarem da forma como lhes convier.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A Presidência indaga a V.Exa. se registramos no painel o voto "não" ou "liberou".

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Vamos votar "não" para manter o posicionamento dado no primeiro turno. Agora, quero recomendar...

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A Presidência entendeu: "não", em termos.

O PP vota "não".

Como vota o PSDB?

O SR. RONALDO DIMAS (PSDB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, o PSDB estava dividido. Alguns companheiros votaram pela manutenção da verticalização; outros, pela queda. Portanto, da mesma forma, liberamos a bancada.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – PSDB libera a sua bancada.

Como vota o PFL?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos hoje no País 28 partidos aptos para disputar as próximas eleições de outubro. Não podemos conversar sobre ideologia. Enquanto não fizermos uma reforma partidária que diminua esse número para 3, 4 partidos, para se ter uma discussão de âmbito nacional, temos que, pela lei eleitoral, fazer coligações regionais com base nas afinidades programáticas e administrativas regionais. Por isso, o PFL encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – O PFL vota "sim".

Como vota o PMDB?

O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB, na última votação, votou unanimemente. Foram 78 votos a favor da matéria. Poucas vezes a bancada do PMDB esteve tão unânime em votações neste plenário. Então, reiteramos a posição do partido de que o voto é "sim" e conclamamos todos os membros do PMDB a que compareçam ao plenário para votarmos a matéria e reiterarmos o fim da obrigação da verticalização, que foi um engessamento no processo político brasileiro, uma limitação em um quadro no qual ainda não tivemos reforma política. Uma vez que tenhamos a reforma política, naturalmente a verticalização vai se impor no Brasil. Hoje isso não ocorre, e, portanto, é um artificialismo o processo de verticalização. Então, o PMDB encaminha o voto "sim" pelo projeto de lei do Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota o nobre Líder do PT?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, o PT registra, como da outra vez da votação em primeiro turno, o enorme respeito às diferentes opiniões políticas que circulam neste plenário. Temos uma convicção: por maioria muito ampla e sólida, os debates feitos na nossa bancada concluíram que, se de um lado o ideal é a votação imediata de uma reforma política estrutural, com fidelidade partidária, com financiamento público exclusivo e assim por diante, de outro, a manutenção da verticalização ajuda a organizar programaticamente as alianças feitas em nível nacional e feitas em nível estadual. Por isso, Sr. Presidente, o PT encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota a Liderança do Governo?

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente gostaria de registrar que nós respeitamos todas as posições assumidas individualmente pelos Deputados ou pelos partidos. Esse é um tema que o Presidente Lula tem opinião já manifestamente pública, mas na orientação aqui pensamos que essa não seja uma matéria de governo. Portanto, os partidos da base do Governo estão liberados para seguir as suas orientações nessa votação.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota o PMR?

O SR. JOSÉ DIVINO (PMR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhamos o voto "sim" à democracia , ampla, geral e irrestrita no Brasil e à liberdade das coligações. Votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Como vota o PRONA?

O SR. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A Presidência convoca uma vez mais as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados a comparecerem ao plenário. Trata-se de matéria importante.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – A Presidência solicita a todos os Sras. e Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor do posto.

O SR. PRESIDENTE (José Thomaz Nonô) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Henrique Fontana, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, enquanto ocorre a votação da verticalização, ocupo esta tribuna para retomar os debates políticos que temos feito, especialmente ao longo das últimas semanas. Desta vez, nobre Presidente José Thomaz Nonô, é para abordar aquilo que considero uma das entrevistas mais infelizes que um ex-Presidente da República poderia ter concedido 3 anos após terminar um longo período de 8 anos de governo.

Considero a entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista **ISTOÉ** algo que deve ser muito bem analisado no ambiente político do nosso País. É marcada, na minha opinião, por uma diretriz pautada na arrogância, porque o ex-Presidente parece sempre pronto a dar aulas de como deveria ser o Governo do País.

O Governador Aécio Neves disse que o Presidente tem todo o direito de falar. Evidentemente, o ex-Presidente tem todo o direito democrático de falar. Mas nós também temos todo o direito democrático de analisar o que ele está falando – se isso contribui para o País, se é justo ou injusto, se correto ou incorreto. E uma das falhas na entrevista do ex-Presidente é sua falta de

capacidade e autocrítica. Ele, como bem disse o Ministro da Justiça, tem uma espécie de memória seletiva e também uma espécie de visão ética seletiva.

Quero começar com algumas frases que me parecem as mais contundentes, as mais importantes.

Diz o ex-Presidente: *"Eu nunca ouvi falar em tanta corrupção como neste Governo. As massas de dinheiro envolvidas são muito altas"*.

Quero responder, em nome da Liderança da bancada do PT, que já ouvi falar de situações de corrupção que envolvem volume muito maior de dinheiro do que esse que estamos debatendo, mas por falta de tempo darei apenas alguns exemplos. O primeiro é a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que foi vendida por 3 bilhões e 300 milhões de reais. Só o seu lucro deste ano deverá ficar na casa de 9 bilhões de reais. Segundo, a privatização do sistema de telecomunicações do País. E aqui peço a atenção do Plenário, porque durante o processo de privatização do sistema de telecomunicações do País foram gravadas diversas conversas. Uma delas envolveu nada mais nada menos do que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele, então Presidente da República, participou do seguinte diálogo (conversava, Deputado Luiz Couto, com o então Presidente do BNDES). E como foi o diálogo? Diz André Lara Resende: *"Então, o que nós precisaríamos é o seguinte: com o grupo do Opportunity"* – esse que enriqueceu durante o Governo Fernando Henrique Cardoso – *"nós até poderíamos turbiná-lo, via BNDES-PAR, mas o ideal é que a PREVI entre com eles lá"*, Deputado Jamil Murad.

Responde o Presidente Fernando Henrique Cardoso no exercício da Presidência da República: *"Com o Opportunity?"*

"Com o Opportunity e os italianos", responde Lara Rezende.

Ao que conclui o Presidente Fernando Henrique Cardoso: *"Certo"*.

Mais adiante no diálogo diz André Lara Rezende: *"Agora, se precisarmos de uma certa pressão aí podemos contar?"*

"Não tenha dúvida", responde o então Presidente da República, num ato tipicamente anti-republicano de um presidente que estava participando das negociações para privilegiar um determinado consórcio na privatização do sistema TELEBRÁS.

Pergunta Lara Rezende: *"A idéia é que podemos usá-lo aí para isso?"*

"Não tenha dúvida", responde Fernando Henrique Cardoso.

Essa e outras questões nós queremos investigar na CPI das Privatizações. E queremos debater neste Plenário e com o Brasil a questão ética, comparando esses 2 Governos, mostrando por que o ex-Presidente apelou para uma linguagem bastante chula, desqualificada e mal-educada quando disse a seguinte frase para responder a uma outra pergunta: *"O Sr. acredita que o Presidente Lula não sabia de nada?"* E ele responde: *"Se não sabe, é porque está comendo mosca. Aliás, deve ter ficado viciado em comer moscas"*.

Pergunto, Deputado Benedito: será que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando participou desse diálogo a respeito da privatização do sistema de telecomunicações estava comendo esse tipo de coisa? Pergunto: quando a quadrilha dos vampiros vendeu hemoderivados superfaturados para este País durante 10 anos, ao longo do longo Governo dos tucanos e do PFL, o Presidente Fernando Henrique Cardoso comia o quê, se ele não viu nada disso? E, enquanto Toninho da Barcelona organizava uma quadrilha para remeter dólares para o exterior e fazer evasão de divisas, o Presidente de então fazia o quê?

Não quero usar 2 pesos e 2 medidas. Quando perguntaram *"O impeachment deveria ter sido discutido?"* Respondeu o golpista Fernando Henrique Cardoso: *"Sim, mas agora não dá mais"*. Ou seja, o que ele queria mesmo era pedir o *impeachment* do Presidente Lula – e ele confessou isso nessa entrevista.

Enquanto ele não desmentir isso, chamarei o ex-Presidente de golpista. Porque ele responde e eu insisto. *"*O *impeachment deveria ter sido discutido? Ele responde: "Sim, mas agora não dá mais"*.

Ora, não dá porque não existe nenhuma prova que envolva o Presidente Lula em qualquer ato ilícito. É por isso que não se pode pedir o *impeachment*, mas não porque o ex-Presidente não quer. Se dependesse da vontade dele, teria dado um golpe.

Quem sabe, o ex-Presidente consiga maioria no seu próprio partido, o PSDB, para disputar a eleição no voto? Ele pode resolver o conflito que está havendo entre Serra e Alckmin. Ele pode ser o candidato do PSDB, conseguir o apoio do PFL e defender o programa que aplicou durante os 8 anos como Presidente da República. Vamos decidir no voto, mas não no golpe como ele queria.

Há outra frase muito interessante. Vejam o que é irresponsabilidade de alguém que quer alimentar o denuncismo, Deputado Marcondes Gadelha. Trata-se de um ex-Presidente da República. Se alguém em conversa de bar alimenta irresponsavelmente o denuncismo é uma coisa. Mas o que dizer de um ex-Presidente da República?

Recentemente o PT comprou 5.600 computadores. Como? Com dinheiro do Banco do Brasil, dado como garantia. Esclareço ao ex-Presidente que o PT paga *leasing* de 5.600 computadores em dia. Solicito

à Mesa que solicite informações ao Banco do Brasil a fim de que envie correspondência ao ex-Presidente para que ele saiba que *leasing* é uma operação legal. Ele não pode alimentar irresponsavelmente o denuncismo.

Por último, cumprimento o Presidente do nosso partido, Deputado Ricardo Berzoini, pela iniciativa de ingressar na Justiça contra a calúnia do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Vejam o que ele disse à revista: *"...a ética do PT é roubar"*.

Quer dizer, todos os 800 mil filiados do PT têm como ética roubar. Ele não pode mentir impunemente! Ele não pode covardemente, em ataques de vilania e irresponsabilidade como esse, generalizar.

O ex-Presidente deveria ter mais coragem para se apresentar ao Brasil como candidato à Presidência da República, para que possamos comparar os 8 anos do desastroso Governo Fernando Henrique Cardoso, que quebrou o País por 2 vezes, estagnou a economia e abafou dezenas de escândalos. Aliás, conseguiu extinguir a Comissão Especial de Ética Pública instalada no Governo Itamar Franco.

Queremos o debate. Convido os Líderes do PSDB e do PFL a participarem dele, se é que esse tipo de coisa é razoável na política brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. José Thomaz Nonô, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aldo Rebelo, Presidente.

O SR. MARCELO BARBIERI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero convocar os Deputados do PMDB para virem ao plenário votar. Esta votação é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Convoco os Deputados para comparecerem ao plenário para votação.

Consulto os Srs. Líderes: estando pronto o relatório do Deputado Moreira Franco, V.Exas. concordam em iniciar a votação da matéria ainda hoje? *(Pausa.)*

O SR. MARCELO BARBIERI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o relatório será pelo menos apresentado hoje. Se for o caso, votaremos amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – O Deputado Moreira Franco vai ler o Relatório daqui a pouco.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB concorda.

A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PSOL não concorda em iniciar a votação hoje.

O SR. NELSON MARQUEZELLI – Vamos ler o relatório. Vamos, sim. A maioria vence.

A SRA. LUCIANA GENRO – Ler o relatório, sim, mas iniciar a votação, não.

O SR. PASTOR AMARILDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PASTOR AMARILDO (PSC-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lembro que estamos votando a desverticalização. Temos de estar atentos para o fato de que alguns partidos pensam que serão beneficiados desde logo. Ora, quando legislamos, não podemos fazê-lo pensando no Brasil de hoje ou em apenas um Estado. Este País tem extensão continental, abrigando vários costumes e dialetos, do Oiapoque ao Chuí. Por isso, precisamos estar no plenário.

Convido os companheiros do meu partido, o PSC, para virem ao plenário a fim de alcançarmos os 308 votos de que precisamos para realmente derrubar a verticalização, que nada tem a ver com este País e com o espírito da lei que a criou. Por isso, votamos "sim", e pedimos aos companheiros do PSC que nos acompanhem neste momento, também votando "sim".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MORONI TORGAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MORONI TORGAN (PFL-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo que o PFL prefere que a leitura do projeto da reforma política seja feita hoje e a votação amanhã.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP deseja que a matéria seja votada amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – O PP, na palavra do Deputado Mário Negromonte, manifesta o desejo de que a matéria seja votada amanhã, assim como o PSOL, o PP e o PFL.

O SR. PASTOR AMARILDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PASTOR AMARILDO (PSC-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC indicou "sim" e o painel ainda está em branco.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Registre-se o voto "sim" do PSC no painel, por favor.

O SR. PASTOR AMARILDO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência anuncia que amanhã também constará da pauta o projeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Acabei de receber do Deputado Carlos Melles, Presidente da Comissão Especial, do Deputado Luiz Carlos Hauly, Relator, do Deputado José Pimentel e do Deputado Gerson Gabrielli a informação de que a matéria avançou muito e portanto amanhã poderemos apresentá-la na Ordem do Dia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejamos que a leitura seja feita hoje e a votação amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – V.Exa. refere-se à leitura do Projeto da Micro e Pequena Empresa?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não, ao relatório do Deputado Moreira Franco.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Eu já anunciei que o PP, o PFL e o PSOL têm a mesma opinião.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – A leitura deve ser feita hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez venho a esta tribuna para contraditar o Deputado Henrique Fontana, Líder do PT. Na semana passada eu fiz um pronunciamento e até lancei um repto. Apenas sinto muito que S.Exa. tenha deixado passar uma semana para voltar ao assunto, e mais ainda que o tenha feito sem comentar nossas observações, ou melhor, sem responder às minhas indagações.

Hoje foi S.Exa. quem nos lançou um repto, e para que isso não fique para amanhã, venho à tribuna hoje mesmo, exatamente para falar sobre as questões que o Deputado levantou, algumas das quais até necessitam de uma análise mais profunda, mas sem dúvida é possível comentarmos vários aspectos dessas mesmas questões.

O Deputado Fontana teceu comentários sobre a Vale do Rio Doce, que foi vendida por R$ 3 bilhões e hoje colhe um lucro de R$ 9 bilhões. Ora, S.Exa. deveria ponderar melhor. Isso é conseqüência exatamente do fato de ela ter saído das mãos do Estado e deixado de dar prejuízo. Aliás , todas as empresas estatais, historicamente, sempre deram prejuízo exatamente porque eram estatais, porque, mesmo quando dirigidas honestamente, o processo de operação das empresas estatais leva a prejuízo. Visitamos a Vale do Rio Doce, inclusive lá no Pará, para conhecer suas operações, e isto era o que diziam os técnicos: *"Enquanto essa empresa for estatal não é possível trabalhar. Ela pode obter uma imensa lucratividade, mas não como estatal."*

A Vale foi privatizada naquele momento exatamente pelo preço que valia, em um processo de leilão. E se V.Exa. tem dúvidas, vamos levar o assunto à CPI que foi instalada agora. A primeira questão a ser levada à CPI será a da Vale do Rio Doce. E isso ocorreu não só na Vale do Rio Doce; todas as empresas estatais – todas! —, que antes davam prejuízo, passaram a dar lucro, não porque foram vendidas a preço baixo, e sim porque na mão de um agente privado elas funcionam. Infelizmente, não funcionavam na mão do agente público, que não sabe fazer negócio.

Em segundo lugar, quanto a retomarmos agora as gravações daquela época sobre as privatizações, lembro que V.Exas. aprovaram há pouco tempo a CPI do Setor Elétrico e passaram 1 ano sem dar presença naquela CPI. Não quiseram colocá-la em funcionamento. Poderiam tê-lo feito e não fizeram, porque sabiam que não teriam o que fazer. Agora, se quiserem, na CPI que vai ser instalada, a das Privatizações, examinem o caso do setor elétrico, do setor de telecomunicações, da Vale do Rio Doce e todos os demais.

Quem está aprendendo a fazer privatização agora são V.Exas., que estão privatizando estradas e portos. O projeto dos portos secos, que está nesta Casa, é o maior exemplo de adesão ao neoliberalismo. É a concessão de liberdade para a constituição de portos em qualquer lugar. Essa é a privatização que os senhores estão fazendo, e que têm mesmo de fazer. Mas, apesar de terem aprendido, criticam o passado!

O que vão dizer sobre o Presidente? Vamos falar sobre Toninho Barcelona. Perguntam se o Presidente sabia ou não sabia desse caso. A crítica ao Governo anterior é esta: como é que deixou Toninho Barcelona

agir por aí, fazendo suas falcatruas? Mas não estamos tratando de Toninho Barcelona. Não estamos tratando de um marginal qualquer. Estamos tratando de Ministros de Estado que foram afastados pelo Presidente da República. Estamos falando de Parlamentar cassado por esta Casa, de Presidente de partidos. Estamos falando de autoridades de Ministérios, de Ministros, de gente da confiança do Presidente da República, de gente da sua intimidade.

Leia, Deputado Fontana, o que disse hoje na CPI dos Bingos a tesoureira, a secretária do PT Soraia. Vá verificar o que ela falou sobre os Ministros envolvidos, sobre Gilberto Carvalho, que está lá, no quarto do Presidente, na sala do Presidente, no banheiro do Presidente, na cozinha do Presidente. Gilberto Carvalho está lá e é um dos acusados, como também foi acusado em Santo André. E ele não é um caso único, nem é o primeiro, não.

Não se trata de gente como Toninho Barcelona. São homens de alta responsabilidade, que estão nos Ministérios, que comandam este País, que comandam bilhões, e não um marginal da atividade privada que fez intermediação sei lá para quem.

Depois, Deputado Henrique Fontana, V.Exa. falou de golpe. Então V.Exas. do PT, quando votaram o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello, deram um golpe? V.Exas. deram um golpe? Este Congresso Nacional deu um golpe? Não! Seguiu-se a lei! Seguiu-se a Constituição Federal! *Impeachment* não é golpe! O *impeachment* pode acontecer a qualquer momento se a sociedade e esta Casa entenderem que ele é necessário. Golpe é o que o ex-presidente seu do partido, o Sr. Tasso Genro, propôs no início do Governo Fernando Henrique Cardoso: o movimento "Fora FHC". Isso era um golpe! Não se tratava de *impeachment*, não se tratava de medida judicial, não se tratava de atividade legal, mas de um movimento de rua, um movimento de massa. "Fora FHC" – isso era um golpe! Golpe deram V.Exas., que passaram anos e anos dizendo da necessidade de tirar o Presidente Fernando Henrique, e não por medida judicial ou ação do Congresso Nacional, mas por movimento de rua, por movimento de massa. Isso é golpe – golpe que já deram diversos ditadores na América Latina!

Deputado Henrique Fontana, não quero fazer acusação generalizada. Não vou generalizar estendendo meus comentários a todo o PT, aos militantes do PT, aos membros do PT, mas já está constatado que foi a Direção Nacional do PT que coordenou o maior roubo da História republicana do País. Repito : foi a Direção Nacional do PT, comandada pelo Deputado José Genoíno, por Delúbio Soares e pelo Secretário-Geral Sílvio Pereira, o "Land Rover". Eles comandaram a roubalheira!

Portanto, sem fazer uma acusação genérica, lembro que a Direção Nacional do PT – se representando seus militantes, não posso dizer; certamente não – foi a responsável pelos maiores rombos da História brasileira. E dessa responsabilidade, Sr. Líder, V.Exas. não podem afastar-se, porque, na condição de dirigentes, partícipes de uma bancada, no mínimo tinham de saber o que se passava. Não faço acusação ao militante, que não sabia, mas a V.Exas. da bancada, que participaram durante todos esses anos da luta do seu partido e tinham de saber, sim, o que faziam Delúbio Soares e José Genoíno.

Muitos Deputados respondem por isso no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Porque foram pegos com a boca na botija, vão pagar perante a Nação brasileira.

Obrigado.

O SR. BENEDITO DE LIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda há vinte e tantos Deputados fora do plenário. Seria interessante convidá-los para entrarem no recinto, para podermos encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Vou encerrar a votação.

O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda há Deputados para votar.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço aos Srs. Deputados que compareçam ao plenário. Estamos em processo de votação de emenda constitucional.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB solicita aos seus pares que venham ao plenário votar.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há vários Parlamentares favoráveis à matéria que estão deslocando-se para o plenário. Precisamos de 308 votos. Portanto, peço a V.Exa. um pouco de tolerância, pois o Brasil inteiro aguarda a votação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência vai aguardar mais 10 minutos. Nenhum Deputado demora mais de 10 minutos para vir do gabinete até aqui. Se não vier nesse tempo, não virá nunca.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Concedo a palavra à nobre Deputada Luciana Genro, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

A SRA. LUCIANA GENRO (PSOL-RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, essa disputa de discursos entre o PT e o PSDB parece a briga do roto contra o esfarrapado, ou a briga do sujo contra o mal lavado, como se diz na linguagem popular.

Mas, com o essencial, ambos concordam. O Deputado Alberto Goldman citou da tribuna exemplo muito importante: o PT aprendeu com o PSDB a fazer privatizações, a exemplo das que foram anunciadas, das nossas estradas; das PPP, que não deixam de ser privatização branca; e do projeto dos portos secos, outra forma de privatização e de propiciar a soberania do mercado na aduana brasileira.

Com o essencial ambos concordam. Por isso, há projetos políticos absolutamente coincidentes no que se refere a privatizações. E o **modus operandi** também é absolutamente coincidente, principalmente a política neoliberal, em que o interesse privado está acima do interesse público. O que valem é o "toma lá, dá cá", a compra de votos, o suborno, os interesses escusos. Essa é a lógica que guia os 2 maiores partidos do País atualmente: PT e PSDB.

Mas tenho certeza de que não vão divergir em um ponto estratégico, debatido pelo Presidente Lula: a isenção a estrangeiros que aplicam em títulos públicos. O Presidente da República está prestes a anunciar a proposta de desoneração do Imposto de Renda nas aplicações de investidores estrangeiros em títulos públicos. *"Que coisa mais fantástica"*, diria o PSDB sobre a proposta. Os investidores estrangeiros devem mais de 25 bilhões de reais de impostos, pediram anistia e estão perto de ganhá-la. O Governo quer oficializar a bandalheira com a desoneração, nas aplicações desses supostos investidores – na verdade especuladores —, do pagamento de Imposto de Renda, quando investem em títulos públicos. Mas eles sangram o País com as altas taxas de juros pagas pelo Governo.

Por outro lado, o Ministro Antonio Palocci quer aprofundar o arrocho fiscal. Num belo jantar com 10 empresários, no restaurante Massimo, em São Paulo, um dos mais finos do Brasil, S.Exa. sugeriu que fizessem "pressão" – entre aspas – sobre a sociedade, para que o Congresso Nacional se veja obrigado a aprimorar a Lei de Responsabilidade Fiscal e a incluir o redutor das despesas ao longo de cada ano.

Essa é a lógica do Governo Lula, certamente aplaudida de pé pelo PSDB. Por um lado, isenção de impostos para investidores estrangeiros, especuladores da Bolsa de Valores que sangram o nosso País com os juros; por outro lado, corte nos investimentos; redutor nas despesas públicas; arrocho ao funcionalismo; saúde e educação cada vez mais sucateadas; e migalhas aos pobres para arrecadar votos.

Essa é a lógica do PT e do PSDB, os irmãos gêmeos, o roto e o esfarrapado, o sujo e o mal lavado.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Pastor Amarildo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

O SR. PASTOR AMARILDO (PSC-TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho em mão o jornal *Estado de Minas*, que traz matéria sobre o nosso Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Diz a reportagem que S.Exa. vai lançar a cesta básica da construção civil para quem não tem casa própria. Entre outras medidas do pacote da habitação está a redução e a isenção de IPI de alguns materiais de construção.

Sr. Presidente, a medida é muito boa. Muita gente até gostaria que houvesse apenas o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, mas justamente quando as Prefeituras obtêm repasse cada vez menor de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, e os Governos Estaduais, do Fundo de Participação dos Estados, com a redução do IPI, será reduzida também a receita dos Municípios.

Venho a esta tribuna, em nome dos Municípios do meu Estado de Tocantins – que quer ser um modelo para este País —, dizer que as nossas Prefeituras estão sofrendo. Municípios com 2, 3, 4 mil habitantes estão enfrentando dificuldades há quase 2 anos porque esta Casa não vota a proposta de reforma tributária.

Temos cobrado diariamente de V.Exa., Sr. Presidente, bem como dos Srs. Líderes partidários, a votação da proposta de reforma tributária. Com o aumento de apenas 1% no repasse do FPM, os nossos queridos Prefeitos teriam condições de fazer algo mais em benefício dos seus munícipes.

Deixo aqui o apelo do PSC e da bancada do Tocantins, atenta a tudo isso, no sentido de que V.Exa., Sr. Presidente, inclua na pauta de votações o projeto da reforma tributária. Nada temos a ver com a briga entre São Paulo e Goiás. Enquanto brigam, o resto do Brasil padece. Vamos reduzir o sofrimento dos Prefeitos brasileiro e dar à população melhores condições de vida.

A alíquota do IPI diminui a cada dia, enquanto Prefeitos e Governadores ficam com o caixa ainda mais reduzido porque não votamos aqui a proposta de reforma tributária nem elevamos em 1% o repasse dos recursos do FPM e do FPE.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS WILLIAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLOS WILLIAN (PTC-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho recebido várias ligações dos Diretórios Municipais do PTC do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, solicitando o meu empenho e o meu voto "sim".

O PTC faz questão de marcar presença na votação da proposta de extinção da verticalização das coligações partidárias, para ajudar principalmente os partidos pequenos. Portanto, vota "sim", pela queda da verticalização.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilson Santiago, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dentre os projetos que constam da pauta da convocação extraordinária para serem votados, o da reforma tributária é um dos que mais são cobrados, por várias razões.

Sr. Presidente, todos sabemos que a grande maioria dos Municípios brasileiros serão beneficiados com a aprovação da reforma tributária. Ela atende, portanto, ao pleito da grande maioria ou da totalidade dos Municípios brasileiros, especificamente das regiões mais pobres deste País, a exemplo do Nordeste, que têm, ao longo dos anos, por meio de federações e associações, convocado e até intimado os Parlamentares a trabalharem em prol da sua aprovação, para que tenhamos condições de facilitar ou de melhorar as suas condições financeiras.

Sr. Presidente, V.Exa. tem-se prontificado a incluir o projeto na pauta de votações, desde que as Lideranças políticas e o Governo entrem em acordo em relação ao projeto, o que não foi possível até o momento.

Temos informações de que até o Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ enviou proposta ao Senado Federal, da qual já temos cópia na Câmara dos Deputados. Mediante a proposta, será possível o entendimento entre os Estados da Federação para viabilizar a aprovação do aumento em 1% do repasse dos recursos do FPM aos Municípios brasileiros.

Esse é o apelo que fazemos mais uma vez. Reconhecemos que V.Exa. tem-se esforçado muito para votar a matéria, mas a convocação extraordinária se esgota, daí porque precisamos, na próxima reunião do Colégio de Líderes, com a presença da Liderança do Governo, rediscuti-la e tentar inclui-la na pauta para atender ao desejo da totalidade dos Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Concedo a palavra ao Deputado Sandro Mabel, para uma Comunicação de Liderança, pelo PL. S.Exa. disporá de 1 minuto.

O SR. SANDRO MABEL – Sr. Presidente, V.Exa. já encerrou a votação?

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Não.

O SR. SANDRO MABEL – Se V.Exa. já encerrou a votação, não tenho mais o que falar.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Como posso encerrar a votação sem dar a palavra a V.Exa.?

O SR. SANDRO MABEL – Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de falar na condição de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Todas as vezes em que V.Exa. pede a palavra é na condição de Líder. É redundância anunciar a sua fala nessa condição, Deputado.

O SR. SANDRO MABEL (PL-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de ser eleitor de São Paulo. Mudarei o Título de Eleitor para Ribeirão Preto, a fim de votar em V.Exa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 3 fatos me trazem à tribuna para falar pela Liderança. O primeiro deles é a votação da proposta de extinção da verticalização das coligações partidárias, que se ajusta ao nosso sistema democrático e eleitoral, uma vez que os partidos não estão organizados com base em conceitos tão rígidos.

Sr. Presidente, no segundo turno da votação da proposta, vemos a possibilidade de derrubada definitiva da verticalização, interpretação equivocada que o Supremo Tribunal Federal deu a lei promulgada em 1997. Mas ela será corrigida. Ainda tenho esperança de que o próprio Supremo, acompanhando o voto do Ministro Marco Aurélio, dará nova interpretação ao assunto.

Sr. Presidente, também quero falar sobre a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. Graças aos Líderes dos demais partidos, em homenagem a este Parlamentar e com a aquiescência de V.Exa., na semana que vem será votada essa matéria tão importante.

A Região Centro-Oeste se desenvolve. Não é rica nem pobre, mas remediada. Precisa sobretudo de mecanismos para promover o seu próprio desenvolvimento, notadamente das hidrovias, ferrovias e rodovias, para fazer a interligação entre seus Estados. Dessa forma, crescerá e ajudará o Brasil a crescer.

Fui Relator da matéria na Comissão Especial. Pudemos discutir nas audiências públicas realizadas em todas as Capitais dos Estados envolvidos, com a participação da população, alternativas de desenvolvimento, o que nos animou ainda mais.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a inclusão desse projeto na pauta de votações das sessões da próxima terça-feira ou quarta-feira.

Para concluir, gostaria de falar sobre a popularmente chamada operação tapa-buracos nas rodovias

brasileiras. Tenho trafegado pelas estradas e consultado caminhoneiros. E tenho certeza de que muitas das Sras. e dos Srs. Deputados também têm passado pelas rodovias e constatado a melhoria realizada. Alguns amigos meus levaram 23 horas para chegar a Salvador no dia 28 de dezembro de 2005. Na volta, no final de janeiro de 2006, levaram apenas 12 horas, ou seja, quase 11 horas a menos de viagem. Isso porque havia vários trechos com buracos, que estão sendo fechados com grande velocidade. No meu Estado de Goiás, quase 60% da meta já foi atingida em 60 dias de trabalho.

É notável o trabalho que o Ministro Alfredo Nascimento teve a coragem de implantar, que não consiste em jogar o asfalto de cima do caminhão. O buraco é recortado, limpo, seco, e nele se coloca produto impermeabilizante, o que dá liga ao asfalto, que é então virado por cima; depois, passa-se o rolo compressor.

A operação é um sucesso. Os funcionários da Casa que moram em localidades próximas ao Município de Luziânia sabem o quanto melhorou o asfalto, o que acarretou aumento da média de velocidade dos veículos. Observávamos naquela rodovia que o tráfego era lento no final da tarde, mas hoje já está muito melhor.

O Deputado Júnior Betão fez relato hoje, no Grande Expediente, sobre diversos Estados beneficiados com a operação; do pessoal de Santa Catarina ouvi elogios ao trabalho; na Bahia também, notadamente na região de Barreiras. E assim é nos Estados de Mato Grosso, do Pará, enfim, em todos os lugares.

São 290 frentes de trabalho em atividade para recuperar as estradas brasileiras. Nunca se investiu tanto no setor quanto nos 2 últimos anos. Cem milhões de reais foram investidos no ano de 2005, e mais 100 milhões serão destinados ao setor no ano de 2006. Com isso, não se está apenas tapando os buracos, mas também recuperando, construindo, duplicando e fazendo novos empreendimentos nas estradas.

Se Deus quiser, junto com o Presidente Lula e o Ministro Alfredo Nascimento, vamos melhorar cada vez mais a malha rodoviária nacional.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RICARDO BARROS (PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já se passaram 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Já vou encerrar a votação, Deputado. Mas não posso deixar de conceder a palavra aos Líderes, conforme prevê o Regimento, quando me é solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Arlindo Chinaglia, que falará pela Liderança do Governo.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, qualquer um de nós poderia ter atitude mais apropriada ao ler entrevista de um ex-Presidente da República e reconhecer ali, em primeiro lugar, o direito de opinar na política e, em segundo lugar, entender as circunstâncias daquele que dá entrevista. Evidentemente, dando o devido peso, talvez não coubesse merecer algum comentário da tribuna na Câmara dos Deputados.

Na medida em que o conteúdo evolui para um debate, ainda que parcial, cito o título da *Folha Online*, do dia de ontem, assinado pelo Sr. Gilberto Dimenstein, membro do Conselho Editorial da *Folha*: "*Por que FHC perdeu o equilíbrio".*

Talvez isso sintetize e corrobore a análise de outros articulistas, por exemplo, do Sr. Mauro Santayana, que disse que compõe a sabedoria da própria ciência entender que há o declínio e que o ex-Presidente se coloca como comandante da oposição ao Governo Lula. Ele disse que não é nada disso. Ele é um ex-Presidente, o que respeitamos, mas não com essa pretensão desequilibrada. Como e por que se manifesta o desequilíbrio? Quando diz que a ética do PT é roubar, ataca todos os aliados do PT na Câmara dos Deputados, e quando diz que o Partido dos Trabalhadores pretende ficar puro atolado no lamaçal dos aliados.

A meu ver, ele exagerou, para dizer o mínimo, nessa consideração. Até porque vários partidos que hoje estão na base de apoio do Governo atual estiveram na base de apoio do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Poderia eu concluir, o que seria um equívoco, a partir do pressuposto por ele estabelecido, que ele também teria se envolvido nesse lamaçal de vários partidos, como apontado por ele.

Como não penso assim, somente afirmo que foi um ataque grosseiro ao Congresso Nacional, como foi um ataque grosseiro e desesperado dizer que o Congresso foi omisso na apuração de responsabilidade do Presidente da República. Ele diz: *"Como não aconteceu nada com o Presidente, acho que o Congresso foi omisso ao investigar a responsabilidade dele"*. Nessa afirmação, está a síntese da presunção, da onipotência, do julgamento imperial, com a impotência daquele que sabe que não conseguirá nem provar o que fala e muito menos derrotar o Presidente.

Na minha interpretação, quando ele coloca problemas nas candidaturas ou pré-candidaturas de Ge-

raldo Alckmin e José Serra, todos interpretaram, como o grande jornalista Carlos Chagas: quem quer ser candidato é ele. Gostaria até de apelar ao PSDB e ao PFL que o transforme em candidato. Seria muito oportuno para que ele pudesse, digamos, fazer o balanço não na condição de sociólogo, porque ele foge da condição de ex-Presidente. Vai para a sociologia, mas erra . À pergunta da revista **ISTOÉ**: "*Mas os petistas continuam agitando a bandeira da ética...*" Responde Fernando Henrique: "*Isso é fantástico, do ponto de vista sociológico*."

Então, o que o sociólogo e ex-Presidente diz quando as Igrejas Católicas ou Evangélicas defendem seus valores e princípios, apesar de o pecado também morar em algumas almas que as freqüentam, sejam elas de qualquer credo? Será que as igrejas perderam a autoridade do ponto de vista sociológico ao defender valores e princípios? É óbvio que não.

Quando digo que Fernando Henrique fala e não prova é porque se refere ao apoio ao Governo por meio de um sistema de corrupção, o famosíssimo mensalão. Por que não prova? Por que não dá nomes? Até o ex-Deputado Roberto Jefferson teve coragem, acusou 2 bancadas inteiras. E um Deputado da Oposição propôs sua cassação porque não provou nada, senão teríamos instituído no País que qualquer estupidez ou insanidade falada passaria a ter razão.

O tema é relevante, mas não mais do que discutirmos o futuro do Brasil. Daí porque me preocupo com as palavras do Líder Alberto Goldman, que foi muito mais cuidadoso, disse que não iria generalizar, e o aplaudo por isso. S.Exa. fez referência, ainda que eu não concorde, aos nomes que citou, mas pelo menos teve a cautela de buscar, na sua opinião, definir no PT quem é que teria tais responsabilidades.

Mas o que quero dizer não é isso, é sobre a lógica do Deputado Alberto Goldman, quando diz que as estatais tinham de ser privatizadas porque, na condição de estatais, dão prejuízo. Será que no pacote desenvolvimentista que vem por aí no programa do PSDB, apoiado pelo PFL, consta a privatização da PETROBRAS, do Banco do Brasil, da ELETRONORTE, das CHESF? Consta privatizar o que não foi, nos 8 anos de um processo de privatização ensandecido?

Não há argumento que convença o brasileiro da assertiva da privatização da Vale do Rio Doce por 3 bilhões e 300 milhões, quando, no ano passado, a companhia deu um lucro de 9 bilhões. Sua venda causou um prejuízo incalculável e, lamentavelmente, até agora, irrecuperável para o País.

Vamos além. O Deputado Alberto Goldman instou que a CPI investigue tudo. Concordo com S.Exa. O que não é adequado é justificar a CPI quando envereda para investigar o lamentável assassinato do ex-Prefeito Celso Daniel. Querem avaliar o que o PT pensava de Celso Daniel: nós o apoiamos para ser Prefeito 2 vezes e o Presidente da República o convidou para ser o coordenador de programa da campanha vitoriosa de 2002. É esse o reconhecimento que o PT sempre teve por ele.

Agora, quem investigou sua morte foi a Polícia paulista, a Civil e a Militar, comandada pelo Governo do PSDB. Mas nós não vamos dizer que ela está a serviço do PSDB. Ela está a serviço do Estado. E se não apontou ainda aqueles que o PSDB quer que sejam apontados como supostos assassinos, perdoem, nós respeitamos a instituição.

Portanto, acho que o Deputado Alberto Goldman exagerou demais. Dizer que Gilberto de Carvalho é acusado, pode até ser um desejo, mas ele não é acusado de rigorosamente nada.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Não é do crime. Não falei do crime.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA – Então, por favor.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Falei do transporte do dinheiro.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA – O transporte do dinheiro, se é aquele referente à reportagem de *Veja*, a revista vai ter de provar primeiro, para depois alguém, com segurança, acusar alguém.

Gilberto de Carvalho é um homem honrado e, não por acaso, tem as funções públicas que tem. De qualquer maneira, se o próprio PSDB acha que a Polícia paulista não investigou bem, eu acato como autocrítica e faço a cobrança ao Governador de São Paulo no sentido de que construa uma Polícia melhor naquela Unidade importante da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência vai encerrar a votação. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação.

VOTARAM:
SIM: 329
NÃO: 142
ABSTENÇÕES: 00
TOTAL: 471.

É APROVADA EM SEGUNDO TURNO A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 548, DE 2002.

Fica dispensada a votação da redação final da matéria nos termos do inciso I do § 2º do art. 195 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

LISTAGEM DE VOTAÇÃO

Proposição: PEC Nº 548/2002 – SEGUNDO TURNO – Nominal Eletrônica

Início da votação: 08-2-06 18:27

Encerramento da votação: 8-2-06 19:25

Presidiram a Votação:

José Thomaz Nonô

Aldo Rebelo

Resultado da votação

Sim:	329
Não:	142
Total da Votação:	471
Art. 17:	1
Total Quorum:	472

Orientação

PT:	Não
PMDB:	Sim
PFL:	Sim
PSDB:	Liberado
PP:	Não
PTB:	Sim
PL:	Sim
PSB:	Sim
PDT:	Sim
PPS:	Sim
PCdoB:	Sim
PV:	Sim
PSOL:	Liberado
PSC:	Sim
Repr.PRONA:	Sim
Repr.PMR:	Sim
Repr.PTC:	Sim
GOV.:	Liberado

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Roraima (RR)			
Alceste Almeida	PTB		Sim
Almir Sá	PL		Sim
Dr. Rodolfo Pereira	PDT		Sim
Francisco Rodrigues	PFL		Sim
Luciano Castro	PL		Sim
Maria Helena	PSB		Sim
Pastor Frankembergen	PTB		Sim
Suely Campos	PP		Sim
Total Roraima: 8			
Amapá (AP)			
Badu Picanço	PL		Sim
Coronel Alves	PL		Sim
Davi Alcolumbre	PFL		Sim
Dr. Benedito Dias	PP		Não
Eduardo Seabra	PTB		Sim
Evandro Milhomen	PSB		Sim
Gervásio Oliveira	PMDB		Sim
Hélio Esteves	PT		Não
Total Amapá: 8			
Pará (PA)			
Anivaldo Vale	PSDB		Não
Ann Pontes	PMDB		Sim
Asdrubal Bentes	PMDB		Sim
Babá	PSOL		Não

Jader Barbalho	PMDB	Sim
José Priante	PMDB	Sim
Josué Bengtson	PTB	Sim
Nicias Ribeiro	PSDB	Sim
Nilson Pinto	PSDB	Sim
Raimundo Santos	PL	Sim
Socorro Gomes	PCdoB	Sim
Vic Pires Franco	PFL	Sim
Wladimir Costa	PMDB	Sim
Zé Geraldo	PT	Sim
Zé Lima	PP	Sim
Zenaldo Coutinho	PSDB	Sim
Zequinha Marinho	PSC	Sim
Total Pará: 17		
Amazonas (AM)		
Átila Lins	PMDB	Sim
Carlos Souza	PP	Sim
Francisco Garcia	PP	Sim
Humberto Michiles	PL	Sim
Lupércio Ramos	PMDB	Sim
Pauderney Avelino	PFL	Sim
Silas Câmara	PTB	Sim
Vanessa Grazziotin	PCdoB	Sim
Total Amazonas: 8		
Rondonia (RO)		
Agnaldo Muniz	PP	Não
Anselmo	PT	Não
Marinha Raupp	PMDB	Sim
Miguel de Souza	PL	Sim
Natan Donadon	PMDB	Sim
Nilton Capixaba	PTB	Sim
Total Rondonia: 6		
Acre (AC)		
Henrique Afonso	PT	Sim
João Correia	PMDB	Sim
João Tota	PP	Não
Júnior Betão	PL	Sim
Nilson Mourão	PT	Não
Perpétua Almeida	PCdoB	Sim
Total Acre: 6		
Tocantins (TO)		
Ana Alencar	PSDB	Não
Darci Coelho	PP	Não
Edmundo Galdino	PDT	Sim
Kátia Abreu	PFL	Sim
Osvaldo Reis	PMDB	Sim
Pastor Amarildo	PSC	Sim
Ronaldo Dimas	PSDB	Não
Total Tocantins: 7		
Maranhão (MA)		
Albérico Filho	PMDB	Sim
Antonio Joaquim	PSDB	Sim
César Bandeira	PFL	Sim

Costa Ferreira	PSC	Sim
Dr. Ribamar Alves	PSB	Sim
Gastão Vieira	PMDB	Sim
João Castelo	PSDB	Sim
Luciano Leitoa	PSB	Sim
Neiva Moreira	PDT	Sim
Nice Lobão	PFL	Sim
Pedro Fernandes	PTB	Sim
Pedro Novais	PMDB	Sim
Sarney Filho	PV	Sim
Sebastião Madeira	PSDB	Sim
Terezinha Fernandes	PT	Não
Wagner Lago	PDT	Sim
Total Maranhão: 16		
Ceará (CE)		
Almeida de Jesus	PL	Sim
André Figueiredo	PDT	Sim
Antenor Naspolini	PSDB	Sim
Antonio Cambraia	PSDB	Sim
Ariosto Holanda	PSB	Sim
Arnon Bezerra	PTB	Sim
Bismarck Maia	PSDB	Sim
Eunício Oliveira	PMDB	Sim
Gonzaga Mota	PSDB	Não
Inácio Arruda	PCdoB	Sim
João Alfredo	PSOL	Sim
José Linhares	PP	Sim
José Pimentel	PT	Não
Manoel Salviano	PSDB	Sim
Marcelo Teixeira	PSDB	Sim
Mauro Benevides	PMDB	Sim
Moroni Torgan	PFL	Sim
Pastor Pedro Ribeiro	PMDB	Sim
Vicente Arruda	PSDB	Sim
Zé Gerardo	PMDB	Sim
Total Ceará: 20		
Piauí (PI)		
Átila Lira	PSDB	Não
B. Sá	PSB	Sim
Ciro Nogueira	PP	Não
Júlio Cesar	PFL	Sim
Marcelo Castro	PMDB	Sim
Moraes Souza	PMDB	Sim
Mussa Demes	PFL	Sim
Nazareno Fonteles	PT	Não
Paes Landim	PTB	Sim
Simplício Mário	PT	Não
Total Piauí: 10		
Rio Grande do Norte (RN)		
Álvaro Dias	PDT	Sim
Betinho Rosado	PFL	Sim
Fátima Bezerra	PT	Não
Henrique Eduardo Alves	PMDB	Sim

Iberê Ferreira	PSB	Sim
Nélio Dias	PP	Não
Total Rio Grande do Norte: 6		
Paraíba (PB)		
Benjamin Maranhão	PMDB	Sim
Carlos Dunga	PTB	Sim
Domiciano Cabral	PSDB	Não
Enivaldo Ribeiro	PP	Não
Inaldo Leitão	PL	Sim
Lúcia Braga	PMDB	Sim
Luiz Couto	PT	Não
Marcondes Gadelha	PSB	Sim
Philemon Rodrigues	PTB	Sim
Ricardo Rique	PL	Sim
Wellington Roberto	PL	Sim
Wilson Santiago	PMDB	Sim
Total Paraíba: 12		
Pernambuco (PE)		
André de Paula	PFL	Sim
Armando Monteiro	PTB	Sim
Carlos Batata	PFL	Sim
Carlos Eduardo Cadoca	PMDB	Sim
Eduardo Campos	PSB	Sim
Fernando Ferro	PT	Não
Gonzaga Patriota	PSB	Sim
Inocêncio Oliveira	PL	Sim
Joaquim Francisco	PFL	Sim
Jorge Gomes	PSB	Sim
José Chaves	PTB	Sim
José Mendonça Bezerra	PFL	Sim
José Múcio Monteiro	PTB	Sim
Luiz Piauhylino	PDT	Sim
Marcos de Jesus	PFL	Sim
Maurício Rands	PT	Sim
Osvaldo Coelho	PFL	Sim
Pastor Francisco Olímpio	PSB	Sim
Paulo Rubem Santiago	PT	Sim
Pedro Corrêa	PP	Sim
Raul Jungmann	PPS	Sim
Renildo Calheiros	PCdoB	Sim
Roberto Freire	PPS	Sim
Roberto Magalhães	PFL	Sim
Salatiel Carvalho	PFL	Sim
Total Pernambuco: 25		
Alagoas (AL)		
Benedito de Lira	PP	Sim
Helenildo Ribeiro	PSDB	Sim
João Caldas	PL	Sim
José Thomaz Nonô	PFL	Sim
Maurício Quintella Lessa	PDT	Sim
Olavo Calheiros	PMDB	Sim
Rogério Teófilo	PPS	Sim
Total Alagoas: 7		

Sergipe (SE)		
Bosco Costa	PSDB	Sim
Heleno Silva	PL	Sim
Ivan Paixão	PPS	Sim
Jackson Barreto	PTB	Sim
João Fontes	PDT	Sim
Jorge Alberto	PMDB	Sim
José Carlos Machado	PFL	Sim
Total Sergipe: 7		
Bahia (BA)		
Alice Portugal	PCdoB	Sim
Antonio Carlos Magalhães Neto	PFL	Não
Aroldo Cedraz	PFL	Sim
Claudio Cajado	PFL	Não
Colbert Martins	PPS	Sim
Coriolano Sales	PFL	Não
Daniel Almeida	PCdoB	Sim
Edson Duarte	PV	Sim
Fábio Souto	PFL	Não
Félix Mendonça	PFL	Não
Fernando de Fabinho	PFL	Sim
Geddel Vieira Lima	PMDB	Sim
Gerson Gabrielli	PFL	Sim
Guilherme Menezes	PT	Não
Jairo Carneiro	PFL	Não
João Almeida	PSDB	Não
João Carlos Bacelar	PL	Não
João Leão	PP	Sim
Jonival Lucas Junior	PTB	Sim
José Rocha	PFL	Não
Josias Gomes	PT	Não
Jutahy Junior	PSDB	Não
Luiz Alberto	PT	Não
Luiz Bassuma	PT	Não
Luiz Carreira	PFL	Não
Marcelo Guimarães Filho	PFL	Não
Mário Negromonte	PP	Sim
Milton Barbosa	PSC	Sim
Nelson Pellegrino	PT	Não
Paulo Magalhães	PFL	Não
Pedro Irujo	PMDB	Sim
Reginaldo Germano	PP	Sim
Robério Nunes	PFL	Não
Walter Pinheiro	PT	Sim
Zelinda Novaes	PFL	Não
Zezéu Ribeiro	PT	Não
Total Bahia: 36		
Minas Gerais (MG)		
Ademir Camilo	PDT	Sim
Alexandre Maia	PMDB	Sim
Aracely de Paula	PL	Sim
Bonifácio de Andrada	PSDB	Sim
Carlos Melles	PFL	Sim

Carlos Mota	PSB	Sim
Carlos Willian	PTC	Sim
César Medeiros	PT	Não
Cleuber Carneiro	PTB	Sim
Custódio Mattos	PSDB	Sim
Dr. Francisco Gonçalves	PPS	Sim
Edmar Moreira	PFL	Sim
Eduardo Barbosa	PSDB	Sim
Eliseu Resende	PFL	Sim
Fernando Diniz	PMDB	Sim
Geraldo Thadeu	PPS	Sim
Gilmar Machado	PT	Não
Ibrahim Abi-Ackel	PP	Sim
Isaías Silvestre	PSB	Sim
Ivo José	PT	Não
Jaime Martins	PL	Sim
João Magalhães	PMDB	Sim
João Magno	PT	Não
João Paulo Gomes da Silva	PSB	Sim
José Militão	PTB	Sim
José Santana de Vasconcellos	PL	Sim
Júlio Delgado	PSB	Não
Lael Varella	PFL	Sim
Leonardo Mattos	PV	Não
Leonardo Monteiro	PT	Não
Lincoln Portela	PL	Sim
Márcio Reinaldo Moreira	PP	Não
Maria do Carmo Lara	PT	Não
Maria Lúcia Cardoso	PMDB	Sim
Mário Assad Júnior	PSB	Sim
Mário Heringer	PDT	Sim
Mauro Lopes	PMDB	Sim
Narcio Rodrigues	PSDB	Sim
Odair Cunha	PT	Não
Osmânio Pereira	PTB	Sim
Rafael Guerra	PSDB	Sim
Reginaldo Lopes	PT	Não
Roberto Brant	PFL	Sim
Romel Anizio	PP	Sim
Romeu Queiroz	PTB	Sim
Sérgio Miranda	PDT	Sim
Vadinho Baião	PT	Não
Total Minas Gerais: 47		
Espírito Santo (ES)		
Feu Rosa	PP	Não
Jair de Oliveira	PMDB	Sim
Manato	PDT	Sim
Marcelino Fraga	PMDB	Sim
Marcus Vicente	PTB	Sim
Neucimar Fraga	PL	Sim
Nilton Baiano	PP	Não
Renato Casagrande	PSB	Sim
Rose de Freitas	PMDB	Sim

Total Espírito Santo: 9		
Rio de Janeiro (RJ)		
Aldir Cabral	PFL	Sim
Alexandre Cardoso	PSB	Sim
Alexandre Santos	PMDB	Sim
Almerinda de Carvalho	PMDB	Sim
Almir Moura	PFL	Sim
André Costa	PDT	Não
Antonio Carlos Biscaia	PT	Não
Bernardo Ariston	PMDB	Sim
Carlos Nader	PL	Sim
Carlos Santana	PT	Não
Chico Alencar	PSOL	Não
Deley	PSC	Sim
Dr. Heleno	PSC	Sim
Edson Ezequiel	PMDB	Sim
Eduardo Cunha	PMDB	Sim
Eduardo Paes	PSDB	Sim
Fernando Gonçalves	PTB	Sim
Fernando Lopes	PMDB	Sim
Francisco Dornelles	PP	Não
Fred Kohler	PMDB	Sim
Itamar Serpa	PSDB	Não
Jair Bolsonaro	PP	Não
Jandira Feghali	PCdoB	Sim
João Mendes de Jesus	PSB	Sim
Jorge Bittar	PT	Não
José Divino	PMR	Sim
Josias Quintal	PSB	Sim
Laura Carneiro	PFL	Sim
Leonardo Picciani	PMDB	Sim
Luiz Sérgio	PT	Não
Miro Teixeira	PDT	Não
Moreira Franco	PMDB	Sim
Nelson Bornier	PMDB	Sim
Paulo Baltazar	PSB	Sim
Paulo Feijó	PSDB	Sim
Reinaldo Betão	PL	Sim
Reinaldo Gripp	PL	Sim
Renato Cozzolino	PDT	Sim
Rodrigo Maia	PFL	Sim
Sandro Matos	PTB	Sim
Simão Sessim	PP	Não
Vieira Reis	PMR	Sim
Total Rio de Janeiro: 42		
São Paulo (SP)		
Alberto Goldman	PSDB	Não
Aldo Rebelo	PCdoB	Art. 17
Amauri Gasques	PL	Sim
Angela Guadagnin	PT	Não
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	Não
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	Sim
Arlindo Chinaglia	PT	Sim

Arnaldo Faria de Sá	PTB	Sim
Ary Kara	PTB	Sim
Carlos Sampaio	PSDB	Não
Celso Russomanno	PP	Não
Chico Sardelli	PV	Sim
Cláudio Magrão	PPS	Sim
Corauci Sobrinho	PFL	Sim
Delfim Netto	PMDB	Sim
Devanir Ribeiro	PT	Não
Dimas Ramalho	PPS	Sim
Durval Orlato	PT	Não
Edinho Montemor	PSB	Sim
Edna Macedo	PTB	Sim
Elimar Máximo Damasceno	PRONA	Sim
Enéas	PRONA	Sim
Fernando Estima	PPS	Sim
Gilberto Nascimento	PMDB	Sim
Iara Bernardi	PT	Não
Ildeu Araujo	PP	Não
Ivan Valente	PSOL	Não
Jamil Murad	PCdoB	Sim
Jefferson Campos	PTB	Sim
João Batista	PP	Não
João Herrmann Neto	PDT	Sim
João Paulo Cunha	PT	Não
José Eduardo Cardozo	PT	Não
José Mentor	PT	Não
Jovino Cândido	PV	Não
Julio Semeghini	PSDB	Não
Lobbe Neto	PSDB	Não
Luciano Zica	PT	Não
Luiz Antonio Fleury	PTB	Sim
Luiz Carlos Santos	PFL	Sim
Luiz Eduardo Greenhalgh	PT	Sim
Luiza Erundina	PSB	Sim
Marcelo Barbieri	PMDB	Sim
Marcelo Ortiz	PV	Sim
Marcos Abramo	PP	Não
Mariângela Duarte	PT	Não
Medeiros	PL	Sim
Michel Temer	PMDB	Sim
Milton Monti	PL	Sim
Nelson Marquezelli	PTB	Sim
Neuton Lima	PTB	Sim
Orlando Fantazzini	PSOL	Sim
Professor Irapuan Teixeira	PP	Não
Professor Luizinho	PT	Não
Ricardo Berzoini	PT	Não
Ricardo Izar	PTB	Sim
Roberto Gouveia	PT	Não
Robson Tuma	PFL	Sim
Salvador Zimbaldi	PSB	Sim
Silvio Torres	PSDB	Sim

Telma de Souza	PT	Não
Vadão Gomes	PP	Não
Vanderlei Assis	PP	Não
Vicente Cascione	PTB	Sim
Vicentinho	PT	Não
Walter Barelli	PSDB	Não
Wanderval Santos	PL	Sim
Xico Graziano	PSDB	Não
Zulaiê Cobra	PSDB	Não
Total São Paulo: 69		
Mato Grosso (MT)		
Carlos Abicalil	PT	Não
Celcita Pinheiro	PFL	Sim
Lino Rossi	PP	Não
Ricarte de Freitas	PTB	Sim
Teté Bezerra	PMDB	Sim
Thelma de Oliveira	PSDB	Não
Wellington Fagundes	PL	Sim
Total Mato Grosso: 7		
Distrito Federal (DF)		
Alberto Fraga	PFL	Sim
Jorge Pinheiro	PL	Sim
José Roberto Arruda	PFL	Sim
Osório Adriano	PFL	Sim
Sigmaringa Seixas	PT	Não
Tatico	PTB	Sim
Wasny de Roure	PT	Não
Total Distrito Federal: 7		
Goiás (GO)		
Barbosa Neto	PSB	Sim
Carlos Alberto Leréia	PSDB	Não
Enio Tatico	PL	Sim
João Campos	PSDB	Não
Leandro Vilela	PMDB	Sim
Leonardo Vilela	PSDB	Sim
Luiz Bittencourt	PMDB	Sim
Neyde Aparecida	PT	Não
Pedro Chaves	PMDB	Sim
Roberto Balestra	PP	Sim
Ronaldo Caiado	PFL	Sim
Sandes Júnior	PP	Não
Sandro Mabel	PL	Sim
Vilmar Rocha	PFL	Não
Total Goiás: 14		
Mato Grosso do Sul (MS)		
Antônio Carlos Biffi	PT	Não
Antonio Cruz	PP	Sim
Geraldo Resende	PPS	Sim
João Grandão	PT	Não
Murilo Zauith	PFL	Sim
Nelson Trad	PMDB	Sim
Vander Loubet	PT	Não
Waldemir Moka	PMDB	Sim

Total Mato Grosso do Sul: 8		
Paraná (PR)		
Abelardo Lupion	PFL	Sim
Affonso Camargo	PSDB	Sim
Airton Roveda	PPS	Sim
Alex Canziani	PTB	Não
Assis Miguel do Couto	PT	Sim
Cezar Silvestri	PPS	Sim
Chico da Princesa	PL	Sim
Cláudio Rorato	PMDB	Não
Colombo	PT	Não
Dilceu Sperafico	PP	Não
Dr. Rosinha	PT	Não
Dra. Clair	PT	Não
Eduardo Sciarra	PFL	Sim
Giacobo	PL	Sim
Gustavo Fruet	PSDB	Não
Hermes Parcianello	PMDB	Sim
Iris Simões	PTB	Sim
Luiz Carlos Hauly	PSDB	Não
Max Rosenmann	PMDB	Sim
Moacir Micheletto	PMDB	Sim
Nelson Meurer	PP	Não
Odílio Balbinotti	PMDB	Sim
Oliveira Filho	PL	Sim
Osmar Serraglio	PMDB	Sim
Ricardo Barros	PP	Não
Selma Schons	PT	Não
Vitorassi	PT	Não
Total Paraná: 27		
Santa Catarina (SC)		
Adelor Vieira	PMDB	Sim
Carlito Merss	PT	Sim
Edinho Bez	PMDB	Sim
Edison Andrino	PMDB	Sim
Fernando Coruja	PPS	Sim
Gervásio Silva	PFL	Sim
Ivan Ranzolin	PFL	Sim
João Pizzolatti	PP	Não
Jorge Boeira	PT	Não
Leodegar Tiscoski	PP	Não
Luci Choinacki	PT	Não
Mauro Passos	PT	Não
Paulo Afonso	PMDB	Sim
Paulo Bauer	PSDB	Não
Vignatti	PT	Não
Zonta	PP	Não
Total Santa Catarina: 16		
Rio Grande do Sul (RS)		
Afonso Hamm	PP	Sim
Alceu Collares	PDT	Sim
Beto Albuquerque	PSB	Sim
Cezar Schirmer	PMDB	Sim
Darcísio Perondi	PMDB	Sim
Eliseu Padilha	PMDB	Sim
Enio Bacci	PDT	Sim
Érico Ribeiro	PP	Sim
Francisco Appio	PP	Sim
Francisco Turra	PP	Não
Henrique Fontana	PT	Não
Júlio Redecker	PSDB	Não
Kelly Moraes	PTB	Sim
Luciana Genro	PSOL	Não
Luis Carlos Heinze	PP	Sim
Marco Maia	PT	Não
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	Sim
Nelson Proença	PPS	Sim
Onyx Lorenzoni	PFL	Sim
Orlando Desconsi	PT	Não
Osvaldo Biolchi	PMDB	Sim
Pastor Reinaldo	PTB	Sim
Paulo Gouvêa	PL	Sim
Paulo Pimenta	PT	Não
Tarcísio Zimmermann	PT	Não
Wilson Cignachi	PMDB	Sim
Yeda Crusius	PSDB	Sim
Total Rio Grande do Sul: 27		

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ficou acertado que seria lido o projeto que trata do custo de campanha na reforma eleitoral e que seria votado amanhã. Porém, alerto V.Exa. para o fato de que não será possível votar a matéria, se não houver acerto com os Líderes do Senado Federal. V.Exa. sabe disso.

Se aprovarmos qualquer matéria e o Senado quiser derrubá-la, derruba e repõe o projeto anterior. Não vai adiantar absolutamente nada. Se não houver um acordo político com o Presidente e os Líderes de bancada do Senado, não será possível aprovar a mudança nesta Casa, porque correremos o risco de ter todo o trabalho que estamos fazendo simplesmente anulado.

Alerto V.Exa. para o fato de que isso não é possível. Talvez amanhã seja um dia dedicado a acertar com o Senado essa apreciação. Pode ser hoje à noite, de madrugada, não há problema. Apenas alerto para o fato de que não é possível votar o projeto antes do acerto com as Lideranças do Senado. Às vezes nos esquecemos disso.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência já havia autorizado os Líderes e o próprio Deputado Moreira Franco a estabelecer essa negociação com o Senado Federal. Sei que houve, e há, conversas com o Senador José Jorge. A negociação não podia prosperar, porque a Câmara dos Deputados não tinha ainda o texto definitivo para negociação.

Creio que, lido o relatório do Deputado Moreira Franco, com o texto em mão, na noite de hoje e na manhã de amanhã, os Líderes do Senado Federal, que decidem a matéria, e os que foram protagonistas da matéria naquela Casa – e eu me empenharei pessoalmente para isso hoje à noite – vamos ter sucesso na votação amanhã, apreciando a matéria antes do encerramento da convocação extraordinária.

A Presidência está atenta à preocupação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência inclui na pauta o Projeto de Lei nº 5.855, de 2005, do Senado Federal.

PROJETO DE LEI Nº 5.855, DE 2005
(Do Senado Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.855, de 2005, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para dispor sobre o processo e o financiamento eleitoral. Pendente de parecer das Comissões: de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Tendo apensados os PLs nºs 5.691/05, 5.826/05 e 5.840/05.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – A Presidência solicita aos Deputados Luiz Carlos Hauly e Carlito Merss que, se possível, providenciem ainda hoje à noite a distribuição do relatório da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa aos senhores Líderes partidários para que a matéria amanhã possa ser discutida em plenário.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ROBSON TUMA (PFL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Deputado Moreira Franco procede à leitura, a Mesa poderia distribuir cópia aos Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com a bancada.

O SR. HAMILTON CASARA (PSDB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

O SR. MAURÍCIO RABELO (PL-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Os 3 Deputados estavam muito longe da Casa, porque houve muito tempo para votar. Espero que a atividade tenha compensado a ausência na votação.

O SR. PRESIDENTE (Aldo Rebelo) – Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Finanças e Tributação, ao Deputado Moreira Franco.

O SR. MOREIRA FRANCO (PMDB-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se do Projeto de Lei nº 5.855, de 2005, de iniciativa do Senador Jorge Bornhausen, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com o objetivo de modificar vários aspectos da legislação eleitoral. O projeto foi aprovado pelo Senado Federal e enviado para revisão desta Casa.

Encontram-se apensados ao projeto de lei do Senado o PL nº 5.691, de 2005, de autoria dos Deputados Luiz Antonio Fleury e José Múcio Monteiro; o PL nº 5.826, de 2005, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, e o PL nº 5.840, de 2005, de autoria do Deputado Chico Alencar.

Os Projetos de Lei nºs 5.855 e 5.840, ambos de 2005, consideramos que não implicam aumento de despesa ou diminuição da receita da União, não cabendo realizar exame de adequação quanto aos aspectos financeiro e orçamentário públicos, conforme o art. 9º da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996.

Em relação aos PL nºs 5.691 e 5.826, ambos de 2005, votamos pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das proposições.

Consideramos que, não obstante, o PL nº 5.855, de 2005, aprovado pelo Senado Federal, necessita de alguns aprimoramentos, com o objetivo de avançar ainda mais no barateamento das campanhas políticas e no controle dos recursos envolvidos e de compatibilizá-lo com o art. 16 da Constituição Federal.

Para que pudéssemos cumprir esse objetivo várias negociações foram feitas, conduzidas pelo Presidente da Casa, com a presença de todos os Líderes. Pessoalmente fiz várias reuniões com a presença de lideranças e de especialistas em matéria eleitoral da Câmara dos Deputados.

Além disso, quero ressaltar a contribuição dos Deputados Marcelo Barbieri, Roberto Freire, Edson Ezequiel, Henrique Fontana, José Carlos Aleluia, Francisco Dornelles, Luiz Antonio Fleury, João Almeida, das demais Lideranças partidárias e dos Srs. Deputados que participaram ativamente do processo de elaboração da proposta.

A proposta tem como objetivo diminuir os custos de campanha, melhorar os mecanismos de fiscalização e evitar que possamos conviver novamente com o constrangimento ocorrido nas 2 últimas eleições, em que o caixa 2 funcionou como instrumento de financiamento de várias campanhas pelo Brasil afora.

No seu primeiro artigo, com o objetivo de definir um controle para gastos de campanha, determina que a lei fixará, observadas as peculiaridades locais, até o dia 10 de junho do ano das eleições, o limite dos gastos eleitorais para cada cargo em disputa. Se não for elaborado nesse prazo, caberá à Justiça Eleitoral, ouvidos os partidos políticos, fixar o limite.

Além disso, acolhemos iniciativa do Senador Jorge Bornhausen, defendida pelo Partido da Frente Liberal, sobre a necessidade de apresentação de contas pela Internet não apenas do que foi arrecadado como também do que foi gasto. Originariamente, o projeto do Senado determinava que essa prestação fosse feita diariamente. No entanto, em virtude das dificuldades que o novo sistema poderá acarretar aos candidatos, estamos propondo, depois de ouvir as Lideranças partidárias, que a primeira prestação de contas ocorra no dia 6 de agosto, 30 dias após o início do período de propaganda eleitoral; a segunda, no dia 6 de setembro; e a última, nos termos da lei atual, até 30 dias após as eleições. Na primeira e na segunda prestação de contas não há necessidade de se colocar o nome dos doadores. A lei atual já determina que esse relatório detalhado se faça em até 30 dias após o término das eleições.

Além dessas medidas, o projeto propõe o aperfeiçoamento da legislação referente à utilização da conta específica de campanha, prevendo-se que o uso de recurso à margem da referida conta implicará a desaprovação da prestação de contas e, comprovado o abuso do poder econômico, respeitados os ritos de investigação; a cassação do diploma; a proibição da propaganda por meio de *shows*, *showmicios,* espetáculos, distribuição de camisetas, bonés, chaveiros e outros produtos que possam trazer vantagem ao eleitor – medida que, sem dúvida, contribui para a diminuição dos gastos de campanha; a possibilidade de empréstimo de servidores da administração direta ou indireta para a Justiça Eleitoral, preservando-se, entretanto, a competência desta na investigação dos ilícitos eleitorais.

Essas são as medidas propostas no substitutivo que está, neste momento, sendo distribuído a V.Exas.

Acredito que a iniciativa que tomamos, neste momento, não só atende a um reclamo da opinião pública brasileira, que quer um processo eleitoral limpo, com gastos razoáveis, compreensíveis, como também garante legitimidade àqueles que conquistarem seus mandatos. E mais: indica uma vontade das Sras. e Srs. Deputados no sentido de responder a esse apelo que a opinião pública faz à classe política brasileira.

Por isso, votamos pela não implicação em aumento de despesas ou diminuição de receitas dos Projetos de Lei nº 5.855, de 2005, e nº 5.840, de 2005, e pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira dos Projetos de Lei nº 5.691, de 2005, e 5.826, de 2005.

No mérito, votamos pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 5.855 e 5.840, ambos de 2005, na forma do substitutivo apresentado em anexo, não cabendo apreciação de mérito nos projetos de lei considerados incompatíveis e inadequados orçamentária e financeiramente.

Este é o parecer. Este é o substitutivo, Sr. Presidente.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA

Vale ressaltar que dele constam normas e regras de gastos com propaganda eleitoral e sua fiscalização. Pretendem aclarar procedimentos que já constam da legislação eleitoral vigente, com objetivo de evitar os excessos cometidos nas eleições de 2002 e 2004.

Esse aprimoramento do controle de recursos eleitorais poderá auxiliar no combate às doações ilegais, que normalmente são efetuadas com valores mantidos à margem da contabilidade e do patrimônio oficialmente declarado pelo contribuinte ("Caixa 2"). A aprovação da presente iniciativa produzirá, assim, um saudável efeito colateral sobre as finanças públicas.

Não bastasse isso, o controle e a prestação de contas de recursos públicos – evidentemente, os pontos fulcrais do substituto proposto – encontram-se sob a égide das "matérias financeiras e orçamentárias públicas", tema de competência da CFT por força da alínea "g do inciso X do art. 32 do Regimento Interno.

Finalmente, cabe mencionar que afastamos todos os dispositivos que alteram os prazos de campanha e de propaganda, de modo a evitar dúvidas jurídicas sobre a legislação referente ao pleito de 2006, uma vez que o processo eleitoral encontra-se protegido pelo principio da anualidade insculpido no art. 16 da Constituição Federal.

Pelos motivos acima expostos, votamos pela não implicação em aumento de despesas ou diminuição de receitas dos Projetos de Lei nº 6.866, de 2005, e nºs 5.840, de 2005, e pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira dos Projetos de Lei nºs 5.691, de 2006, e nº 5.826, de 2005. No mérito, votamos pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 5.855, de 2005, e nºs 5.840, de 2005, na forma do Substitutivo apresentado em anexo, não cabendo apreciação de mérito dos Projetos de lei considerados incompatíveis e Inadequados orçamentária e financeiramente.

Sala das Sessões, de 2006

Deputado Moreira Franco – Relator

SUBSTITUTIVO DO RELATOR DEPUTADO MOREIRA FRANCO

PROJETO DE LEI Nº 5.855, DE 2005

(Apensos: PLs nº 5.691/05, 5.826/05 e 5.840/05)

SUBSTITUTIVO

Dispõe sobre a propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.17-A. Caberá à lei, observadas as peculiaridades locais, fixar até o dia 10 de junho do ano das eleições o limite dos gastos eleitorais para cada cargo em disputa; não elaborada no prazo estabelecido, caberá à Justiça Eleitoral, ouvidos os partidos políticos, fixá-lo."

"Art.18. No pedido de registro de seus candidatos, os partidos e coligações comunicarão aos respectivos Tribunais Eleitorais os valores máximos de gastos que farão por cargo eletivo em cada eleição a que concorrerem, observados os limites estabelecidos, nos termos do artigo 17-A.

..... "(NR)

"Art. 21. O candidato é solidariamente responsável, com a pessoa indicada na forma do art. 20, pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha, devendo ambos assinar a respectiva prestação de contas." (NR)

Art. 22 .....

.....

§ 3º O uso de recursos financeiros que não provenham da conta especifica de que trata o caput implicará a desaprovação da prestação de contas do partido OU candidato; comprovado abuso do poder econômico, será cancelado o registro da candidatura ou cassado o diploma, se já houver sido outorgado.»

§ 4º Rejeitadas as contas, a Justiça Eleitoral remeterá cópia de todo o processo ao Ministério Público Eleitoral para os fins previstos no art.22 da Lei Complementar nº 64 de 19902 (NR)

"Art. 23 .....

.....

§ 4º As doações de recursos financeiros somente poderão ser efetuadas na conta mencionada no art. 22, por meio de:

I – cheques cruzados e nominais ou transferência eletrônica de depósitos;

II – depósitos em espécie devidamente identificados até O limite fixado no inc.I do § 1º deste artigo. (NR)

"Art. 24 .....

.....

VIII— entidades beneficentes;

IX – entidades esportivas que recebam recursos públicos;

X – organizações não-governamentais que recebam recursos públicos;

XI – organizações da sociedade civil de interesse público.

..... ”(NR)

“Art. 26. São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados nesta Lei:

.....

IX – a realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura;

XI – (revogado);

XIII – (revogado);

..... ” (NR)

“Art. 28 .....

§ 4º Os partidos políticos, coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela rede mundial de computadores (Internet), nos dias 6 de agosto e 6 de setembro, relatório discriminando os recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral e os gastos que realizarem em sítio criado pela Justiça Eleitoral para este fim, exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados somente na prestação de contas final de que trata o art. 29, incs. III e IV desta Lei.” (NR)

“Art. 30-A Qualquer partido político ou coligação poderá representar à Justiça Eleitoral relatando fatos e indicando provas, indícios e circuntâncias e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas desta Lei, relativas à arrecadação e gastos de recursos.

§ 1º Na apuração de que trata este artigo aplicar-se-á o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, no que couber.

§ 2º Comprovados captação ou gastos ilícitos de recursos, para fins eleitorais, será negado diploma ao candidato, ou cassado, se já houver sido outorgado.”

“Art. 37. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados.

§ 1º A veiculação de propaganda em desacordo com o disposto no *caput* deste artigo sujeita o responsável, após a notificação, à restauração do bem e, caso não cumprida no prazo, à multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a R$ 8.000,00 (oito mil reais).

§ 2º Em bens particulares, somente será permitida a propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas e cartazes.

..... ” (NR)

“Art. 39 .....

§ 3º O funcionamento móvel de alto falante, amplificador, carro de som, trio-elétrico ou assemelhados, ressalvada a hipótese contemplada no § 4º, somente é permitido entre as oito e as vinte e duas horas com potência limitada a 1.500 watts, sendo vedados a instalação e o uso desses equipamentos em distância inferior a duzentos metros:

§ 5º.....

II – arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca urna;

III – a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, mediante publicações, cartazes, camisas, bonés, broches ou dísticos em vestuário.

§ 6º É vedada, na campanha eleitoral, a utilização e distribuição de camisetas, bonés, canetas, chaveiros, brindes ou de qualquer outro bem que possa proporcionar vantagem ao eleitor.

§ 7º É proibida a realização de “showmício” e evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.

§ 8º É vedada a propaganda eleitoral por meio de operadora comercial de telemarketing.” (NR)

“40-A Simular os crimes previstos nesta lei, visando imputar falsamente a conduta a outrem, sujeita o infrator às mesmas penas neles previstas.”

“Art. 42. A propaganda por meio de outdoors, backlight, frontlight e assemelhados, explorados comercialmente, somente é permitida após a realização de sorteio pela Justiça Eleitoral.

..... ”(NR)

"Art. 73 .....

§ 10 No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa." (NR)

"Art. 94-ª Os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta poderão, quando solicitados, em casos específicos e de forma motivada, pelos Tribunais Eleitorais:

I – fornecer informações na área de sua competência;

II – ceder funcionários no período de três meses antes a três meses depois de cada eleição."

"Art. 94-B. É vedado aos órgãos do Poder Executivo realizar qualquer atividade de natureza eleitoral não mencionada neste artigo, bem como praticar atos envolvendo eleições e o processo eleitoral."

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções objetivando a aplicação desta lei às eleições a serem realizadas no ano de 2006.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se os incisos XI e XIII do art. 26 da Lei nº 9.504, de 1997.

Sala das Sessões, de 2006. – Deputado **Moreira Franco**, Relator.

O Sr. Aldo Rebelo, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência pede ao Relator que ouça algumas ponderações sobre a matéria, assim como possíveis questionamentos dos Srs. Deputados.

O SR. JAIRO CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JAIRO CARNEIRO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Relator, Deputado Moreira Franco, apesar de ainda não ter em mão o texto do substitutivo de V.Exa., gostaria de pedir alguns esclarecimentos. Imagino que esta matéria esteja tratando da redução de gastos de campanha. Creio que há um sentimento geral da Casa favorável a essa iniciativa. Parabenizo o Presidente do meu partido, autor da proposição no Senado Federal, Senador Jorge Bornhausen.

Nobre Relator, existem algumas preocupações. Temos conhecimento de casos ocorridos no meu Estado, Bahia, com decisões de primeiro grau, de Tribunal Regional, sobre gastos considerados irregulares. Poderá haver a seguinte situação: proíbe-se a utilização, o uso, a distribuição de camisetas com propaganda. Mas um correligionário de V.Exa. pode entender que é um prazer ostentar para si, para seus familiares e para seus amigos a camisa com a sua foto. Poderá ocorrer também o seguinte: o adversário utilizar-se de fraude, mandar confeccionar 5 mil, 10 mil camisas e distribuir em alguns Municípios em que V.Exa. é candidato. Julgamento de que tenho conhecimento, no Estado da Bahia, diz que quem é processado é o candidato que está com a foto na camiseta. E é a ele que cabe o ônus da prova. Se não provar, será condenado. Eu tenho conhecimento de casos concretos nesse sentido.

Ouvi dizer que existem salvaguardas na proposição, mas é preciso que elas sejam muito bem postas – sem duvidar da competência de V.Exa. O ônus não pode ser do candidato. Se ele declara que não fez, não custeou, não comprou, não distribuiu camisetas, não pode ser condenado. Mas é esse o atual procedimento da Justiça Eleitoral. Nós não podemos entregar à decisão, à interpretação e à leitura da Justiça o conteúdo da norma que vamos elaborar aqui. Se ficar sem uma ressalva cabal, todos— ou quase todos – poderão ter a impugnação e o cancelamento de suas candidaturas.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. LINCOLN PORTELA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LINCOLN PORTELA (PL-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Moreira Franco, tenho em mão o art. 24, que foi distribuído à tarde. Parece-me que ficou uma dúvida sobre as contribuições religiosas.

O Partido Liberal entende que não devemos abrir espaço para que haja contribuições religiosas. Não sei

como ficou o texto. Gostaria que V.Exa., por favor, nos esclarecesse sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem a palavra o Sr. Relator, Deputado Moreira Franco.

O SR. MOREIRA FRANCO (PMDB- RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou prestar esses 2 esclarecimentos e sanar outras dúvidas que porventura aparecerem.

Certamente, não com o brilho do nobre Deputado baiano, grande jurista, procurei enfrentar o problema que S.Exa. levantou, com o qual concordo plenamente. Os termos constam do substitutivo – art. 40 A. A redação é a seguinte:

> "Art. 40-A. Simular os crimes previstos nesta lei, visando imputar falsamente a conduta a outrem, sujeita o infrator às mesmas penas neles previstas".

Dessa maneira, entendo que estamos dando à Justiça instrumento legal adequado para punir aqueles que, de má-fé, com objetivos escusos, agirem contra os interesses dos candidatos de fazerem uma campanha limpa.

Em relação ao ponto levantado pelo nobre Líder do PL, a questão já foi atendida. Não consta do relatório, como V.Exa. poderá observar, nenhuma referência à igreja.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência informa que, como a matéria vai ser distribuída e depois discutida, até o encerramento da discussão, cada um poderá emendar e consultar o Relator. Como já estamos quase encerrando a sessão, penso que essa discussão pode ser adiada para amanhã.

O SR. LINCOLN PORTELA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LINCOLN PORTELA (PL-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sei se me expressei bem. Na realidade, nosso desejo é que conste a proibição às igrejas de contribuírem com a companha política.

O SR. MOREIRA FRANCO (PMDB- RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tirei isso por solicitação do Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Muito obrigado, nobre Relator.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com a bancada do PDT na votação anterior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, ao ilustre Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a atribuição da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania é apreciar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, em se tratando de matéria de lei eleitoral, também analisar o mérito.

Recebi o substitutivo elaborado pelo Deputado Moreira Franco. Na realidade, depois de muita discussão das Lideranças, S.Exa. alterou substancialmente a proposta inicial aprovada no Senado Federal, de autoria do Senador Jorge Bornhausen.

Diversos aspectos restritivos foram escoimados, retirados, buscando a correção de certas reduções dos períodos eleitorais. Então , minha manifestação será quanto ao aspecto da constitucionalidade das proposições, do Projeto de Lei nº 5.855, de 2005, e dos apensos, bem como do substitutivo. Eles observam os dispositivos legais relativos ao processo legislativo e têm como objeto o direito eleitoral, já que cuidam principalmente da alteração da Lei nº 9.504, de 1997, que estabelece normas para as eleições.

O projeto que altera a chamada Lei das Eleições é matéria de competência legislativa privativa da União, conforme dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal, do qual decorre a legitimidade da iniciativa do Senado Federal e das emendas e substitutivos apresentados na Câmara dos Deputados.

A grande discussão vai relacionar-se ao aspecto que envolve o art. 16 da nossa Carta Magna: lei que altere o processo eleitoral não terá vigência a menos de 1 ano das eleições.

O texto constitucional, entretanto, não impõe limitação temporal à aprovação e à vigência de leis que versem sobre Direito Eleitoral, uma vez que esse dispositivo, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 004, de 1993, restringe a aplicabilidade da lei à eleição que ocorrer até a 1 ano da data da sua vigência.

Além disso, tal restrição não atinge lei eleitoral nova de forma indiscriminada, mas dispositivos que alterem o processo eleitoral. Verificamos que diversas modificações buscam suprir a lei vigente e alteram alguns dispositivos. Não discutiremos a sua aplicabi-

lidade, mas analisaremos a constitucionalidade estritamente das propostas apresentadas. Não vou travar esse tipo de discussão.

Portanto, as diversas alterações apresentadas, que resultaram no substitutivo muito bem elaborado pelo Relator Moreira Franco, são constitucionais. Elas também são jurídicas, eis que, na Lei Eleitoral, são compatíveis com os princípios e normas vigentes no ordenamento jurídico brasileiro. O projeto possui boa técnica legislativa, porque observa as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Em face do exposto, o voto da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL nº 5.855, de 2005, na forma do substitutivo apresentado pela Relator Moreira Franco.

O SR. CABO JÚLIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CABO JÚLIO (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Deputado Adelor Vieira, a Presidência informa a V.Exa. que o Relator da matéria, o ilustre Deputado Moreira Franco, resolveu incluir aquele dispositivo que estava prejudicado.

O SR. ADELOR VIEIRA (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço ao Relator a compreensão.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, haverá oportunidade de dialogar com o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Quem quiser aguardar em plenário poderá fazê-lo, de acordo com o entendimento assumido aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a atenção – se puser dispor dela – do ilustre Relator Moreira Franco. Saúdo S.Exa. pela qualidade do trabalho realizado. De forma humilde, quando pude, eu o ajudei. O projeto está bom, mas tenho o dever de alertar todos os Deputados, porque estou já na quarta Legislatura.

Evidentemente, o art. 17-A, está fadado a, na prática, transferir para a Justiça Eleitoral o poder, que é dos partidos, de fixar o teto para as despesas eleitorais. Não podemos cometer esse grande equívoco.

No meu entendimento, ontem havia um texto em que pelo menos os partidos eram consultados. Hoje, o texto é o seguinte*:*

*"Art.17-A. Caberá à lei, observadas as peculiaridades locais, fixar até o dia 10 de junho do ano da eleição o limite dos gastos eleitorais para cada cargo em disputa; (a*té aí tudo bem) n*ão elaborada no prazo estabelecido, caberá à Justiça Eleitoral, ouvidos os partidos políticos, fixá-lo".*

Sr. Relator, poderíamos dizer o seguinte: *"Não fixado em lei, caberá aos partidos fixar".*

Os partidos têm independência e devem dar conhecimento público dos limites. Não podemos fazer uma lei para incentivar o caixa 2. Ela tem de ser feita para incentivar o gasto legal, transparente e conhecido.

Portanto, tenho o dever de chamar a atenção para o grande equívoco que pode ser cometido e pedir ao nobre Relator que aceite a seguinte sugestão: em vez de a Justiça Eleitoral fixar o teto – ela não tem experiência, não tem nenhuma condição de fazê-lo —, os partidos devem fixá-lo e assumir a responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Muito bem.

O SR. MARCONDES GADELHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabenizo o nobre Relator, Deputado Moreira Franco, pelo belíssimo trabalho. Ao mesmo tempo, expresso minha estranheza pelo fato de ter sido mantido no texto que veio do Senado Federal o rito do art. 22 da Lei Complementar nº 64, em relação à punição dos crimes eleitorais previstos nessa lei.

Sr. Presidente, temos um instrumento muito mais ágil, muito mais expedito, muito mais eficaz para a punição: o art. 41, "a". Ao adotar-se o rito do art. 22 da Lei Complementar nº 64, estamos deixando espaço para a morosidade típica dessas sanções. Muitas vezes, o fraudador só vai ser punido depois de concluir o exercício do seu mandato.

Não podemos ficar aquém do que a lei já prevê em matéria de sanção, de punição para doações, promessas e atitudes dessa natureza. Não podemos recuar em relação ao que a lei já propõe – ou seja, a aplicação do art. 41, "a". Portanto, creio que a questão deva ser objeto de revisão pelo Relator.

Se queremos ser mais drásticos, mais eficientes e pretendemos coibir efetivamente o abuso do poder econômico, do tráfico de influência, do famigerado cai-

xa 2 e todas essas atitudes insólitas que desvirtuam e perturbam o processo democrático, temos de, no mínimo, adotar o que a lei já nos faculta.

VI – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – *COMPARECEM MAIS À SESSÃO OS SRS.:*

RORAIMA

Dr. Rodolfo Pereira PDT
Maria Helena PSB
Total de Roraima 2

PARÁ

Nicias Ribeiro PSDB
Zenaldo Coutinho PSDB
Total de Pará 2

AMAZONAS

Silas Câmara PTB
Total de Amazonas 1

RONDONIA

Nilton Capixaba PTB
Total de Rondonia 1

TOCANTINS

Kátia Abreu PFL
Total de Tocantins 1

MARANHÃO

Luciano Leitoa PSB
Terezinha Fernandes PT
Total de Maranhão 2

CEARÁ

Arnon Bezerra PTB
Pastor Pedro Ribeiro PMDB
Total de Ceará 2

PIAUÍ

Mussa Demes PFL
Simplício Mário PT
Total de Piauí 2

PARAÍBA

Domiciano Cabral PSDB
Inaldo Leitão PL
Total de Paraíba 2

PERNAMBUCO

Carlos Eduardo Cadoca PMDB
Eduardo Campos PSB
Gonzaga Patriota PSB
Maurício Rands PT
Osvaldo Coelho PFL
Pastor Francisco Olímpio PSB
Paulo Rubem Santiago PT
Pedro Corrêa PP
Total de Pernambuco 8

ALAGOAS

Olavo Calheiros PMDB
Total de Alagoas 1

BAHIA

Aroldo Cedraz PFL
Gerson Gabrielli PFL
João Carlos Bacelar PL
José Carlos Aleluia PFL
José Carlos Araújo PL
Luiz Carreira PFL
Walter Pinheiro PT
Total de Bahia 7

MINAS GERAIS

Bonifácio de Andrada PSDB
Cabo Júlio PMDB
Carlos Melles PFL
Edmar Moreira PFL
Gilmar Machado PT
Ibrahim Abi-Ackel PP
Ivo José PT
José Santana de Vasconcellos PL
Maria Lúcia Cardoso PMDB
Mauro Lopes PMDB
Osmânio Pereira PTB
Total de Minas Gerais 11

RIO DE JANEIRO

Alexandre Santos PMDB
Eduardo Paes PSDB
Jorge Bittar PT
Paulo Baltazar PSB
Total de Rio de Janeiro 4

SÃO PAULO

Alberto Goldman PSDB
Amauri Gasques PL
Angela Guadagnin PT
Carlos Sampaio PSDB
Celso Russomanno PP
Durval Orlato PT
Iara Bernardi PT
João Paulo Cunha PT
Luciano Zica PT
Marcos Abramo PP
Milton Monti PL
Professor Luizinho PT

Ricardo Berzoini PT
Vadão Gomes PP
Vicente Cascione PTB
Total de São Paulo 15

MATO GROSSO

Pedro Henry PP
Teté Bezerra PMDB
Wellington Fagundes PL
Total de Mato Grosso 3

GOIÁS

João Campos PSDB
Luiz Bittencourt PMDB
Roberto Balestra PP
Total de Goiás 3

MATO GROSSO DO SUL

Waldemir Moka PMDB
Total de Mato Grosso do Sul 1

PARANÁ

Colombo PT
Hermes Parcianello PMDB
Total de Paraná 2

SANTA CATARINA

Carlito Merss PT
Total de Santa Catarina 1

RIO GRANDE DO SUL

Beto Albuquerque PSB
Enio Bacci PDT
Henrique Fontana PT
Total de Rio Grande do Sul 3

DEIXAM DE COMPARECER À SESSÃO OS SRS.:

ACRE

Chicão Brígido PMDB
Zico Bronzeado PT
Total de Acre 2

MARANHÃO

Clóvis Fecury PFL
Remi Trinta PL
Total de Maranhão 2

CEARÁ

Aníbal Gomes PMDB
Léo Alcântara PSDB
Total de Ceará 2

RIO GRANDE DO NORTE

Ney Lopes PFL
Sandra Rosado PSB
Total de Rio Grande do Norte 2

ALAGOAS

Givaldo Carimbão PSB
João Lyra PTB
Total de Alagoas 2

SERGIPE

Cleonâncio Fonseca PP
Total de Sergipe 1

BAHIA

Severiano Alves PDT
Total de Bahia 1

MINAS GERAIS

Ana Guerra PT
Marcello Siqueira PMDB
Paulo Delgado PT
Virgílio Guimarães PT
Vittorio Medioli PV
Total de Minas Gerais 5

ESPÍRITO SANTO

Iriny Lopes PT
Total de Espírito Santo 1

RIO DE JANEIRO

Fernando Gabeira PV
Julio Lopes PP
Márcio Fortes PSDB
Total de Rio de Janeiro 3

SÃO PAULO

Paulo Lima PMDB
Total de São Paulo 1

DISTRITO FEDERAL

Maninha PSOL
Total de Distrito Federal 1

GOIÁS

Jovair Arantes PTB
Professora Raquel Teixeira PSDB
Total de Goiás 2

PARANÁ

José Janene PP
Takayama PMDB
Total de Paraná 2

RIO GRANDE DO SUL

Adão Pretto PT
Maria do Rosário PT
Total de Rio Grande do Sul 2

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Encerro a sessão, convocando outra, Extraordinária para amanhã, quinta-feira, dia 9 de fevereiro, às 9h; convoco, também, sessão ordinária, para amanhã, às 14h, ambas com as seguintes

ORDENS DO DIA

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

URGÊNCIA
(Art. 155 do Regimento Interno)

Discussão

1
PROJETO DE LEI Nº 5.855-A, DE 2005
(Do Senado Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.855-A, de 2005, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para dispor sobre o processo e o financiamento eleitoral; tendo pareceres: do Relator da Comissão de Finanças e Tributação, designado em Plenário, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste e do PL 5.840/05, apensado; pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos de nºs 5.826/05 e 5.691/05, apensados; e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 5.840/05, apensado, com Substitutivo (Relator: Dep. Moreira Franco); e do Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, designado em Plenário, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos de nºs 5.691/05, 5.826/05 e 5.840/05, apensados, e do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação deste e do Substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação (Relator, Dep. Antonio Carlos Biscaia).

Tendo apensados os PLs nºs 5.691/05, 5.826/05 e 5.840/05.

PRIORIDADE

Discussão

2
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 123-B, DE 2004
(Do Sr. Jutahy Junior)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 123-B, de 2004, que regulamenta o parágrafo único do art. 146 e o inciso IX do art. 170 da Constituição Federal e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação deste e do de nº 125/04, apensado, com substitutivo (Relator: Dep. Bismarck Maia); e da Comissão Especial, pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, adequação financeira e orçamentária deste e dos de nºs 125, 155, 156, 192, 204, 209, 210, 215, 223 e 229, de 2004, 235, 239, 245, 292, 299, 303, 320 e 321, de 2005, apensados; e, no mérito, pela aprovação deste e dos de nºs 125, 192, 209 e 210, de 2004, e 292/05, apensados, com substitutivo, e pela rejeição dos de nºs 155, 156, 204, 215, 223 e 229, de 2004, 235, 239, 245, 299, 303, 320 e 321, de 2005, apensados (Relator: Dep. Luiz Carlos Hauly)

Tendo apensados os PLPs nºs 125/04, 155/04 [192/04 (209/04), 204/04, 215/04, 223/04, 229/04, 235/05, 292/05, 303/05, 321/05], 156/04, 210/04, 239/05, 245/05 (320/05) e 299/05.

SESSÃO ORDINÁRIA

URGÊNCIA
(Art. 155 do Regimento Interno)

Discussão

1
MENSAGEM Nº 800, DE 2005
(Do Poder Executivo)

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 800, de 2005, que submete, ao Congresso Nacional, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à construção de uma

Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua Emenda de 21 de outubro de 2005. Pendente de parecer das Comissões: de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; de Viação e Transportes; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

URGÊNCIA
(Artigo 151, I, "j" do Regimento Interno)

Discussão

2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.375-B, DE 2004
(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.375-B, de 2004, que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre Circulação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, assinado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003; tendo pareceres: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado pela aprovação (Relator: Dep. Wanderval Santos); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. José Eduardo Cardozo).

3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.380-A, DE 2004
(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.380-A, de 2004, que aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relatora: Dep. Ann Pontes).

4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.735-A, DE 2005
(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.735-A, de 2005, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 08 de julho de 2004; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Nelson Pelegrino).

5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.736-B, DE 2005
(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.736-B, de 2005, que aprova o texto do Acordo Complementar na Área de Recursos Naturais e Meio Ambiente ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, assinado em Brasília, em 20 de agosto de 2004; tendo pareceres: da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional pela aprovação (Relator: Dep. Zico Bronzeado); da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pela aprovação (Relator: Dep. Paulo Baltazar); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pela constitucionalidade, ju-

ridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Odair Cunha).

AVISOS

PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I – EMENDAS

II – RECURSOS

1. CONTRA APRECIAÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, combinado com o art. 132, § 2º, do RICD.
Prazo para apresentação de recurso, art. 58, § 1º, do RICD: 5 Sessões.

COM PARECERES FAVORÁVEIS

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1.988-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Humaitá, Estado do Amazonas.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 2.001-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Rio Branco, Estado do Acre.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 2.005-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 2.007-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Artístico e Cultural de São Gonçalo do Sapucaí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 2.015-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Cuiabá-MT a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 2.029-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamante do Norte, Estado do Paraná.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 2.044-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Agenda – FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade Jaú, Estado São Paulo.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 2.057-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 2.086-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguajé, Estado do Paraná.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 1.933-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que au-

toriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 1.966-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lapa, Estado do Paraná.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 1.970-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Syria de Comunicações Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Boa Vista do Buricá, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 1.980-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rosa de Saron – ACRS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 1.981-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Vila Santa Branca – Sintonia FM 91,1 a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 1.983-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Alto Alegre do Pindaré – ARCAP a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade Alto Alegre do Pindaré, Estado Maranhão.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 1.989-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Civil Filantrópica "Asilo Vila do Sol" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 1.992-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Educação de Marco a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marco, Estado do Ceará.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 1.994-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Pequi Esporte Clube – PEC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pequi, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 1.998-A/05 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado Paraná.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

PROJETO DE LEI

Nº 787-C/03 (JULIO LOPES) – Institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

6. CONTRA O PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR PELA PERDA DO MANDATO DE DEPUTADO FEDERAL

(Nos termos do art. 14, § 4º, VIII, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, c/c o art. 58 do RICD)
Prazo para apresentação de recurso: 5 Sessões.

REPRESENTAÇÕES

Nº 52/05 (Mesa Diretora da Câmara dos Deputados) – Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado Professor Luizinho, como incurso no art. 55, II, §§ 2º e 3º da Constituição Federal,

combinado com o disposto nos arts. 4º, incisos, I, IV e V, e 14, § 3º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, instituído pela Resolução 25, de 10 de outubro de 2001, da Câmara dos Deputados.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 53/05 (Mesa Diretora da Câmara dos Deputados) – Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado Roberto Brant, como incurso no art. 55, II, §§ 2º e 3º da Constituição Federal, combinado com o disposto nos arts. 4º, incisos, I, IV e V, e 14, § 3º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, instituído pela Resolução 25, de 10 de outubro de 2001, da Câmara dos Deputados.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 13-2-06

Nº 50/05 (Mesa Diretora da Câmara dos Deputados) – Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado Pedro Corrêa, como incurso no art. 55, II, §§ 2º e 3º da Constituição Federal, combinado com o disposto nos arts. 4º, incisos, I, IV e V, e 14, § 3º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, instituído pela Resolução 25, de 10 de outubro de 2001, da Câmara dos Deputados.
DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 15-2-06

ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2006

Dia 9, 5ª-feira

15:00 NILSON PINTO (PSDB – PA)
15:25 SANDRO MATOS (PTB – RJ)

Dia 10, 6ª-feira

10:00 JOÃO ALFREDO (PSOL – CE)
10:25 JUTAHY JUNIOR (PSDB – BA)
10:50 TEREZINHA FERNANDES (PT – MA)
11:15 MARCELO CASTRO (PMDB – PI)
11:40 PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC)
12:05 GERVÁSIO OLIVEIRA (PMDB – AP)
12:30 HELENILDO RIBEIRO (PSDB – AL)
12:55 ARIOSTO HOLANDA (PSB – CE)
13:20 PAULO MAGALHÃES (PFL – BA)

Dia 13, 2ª-feira

15:00 BETINHO ROSADO (PFL – RN)
15:25 B. SÁ (PSB – PI)
15:50 OSÓRIO ADRIANO (PFL – DF)
16:15 NICE LOBÃO (PFL – MA)
16:40 CELSO RUSSOMANNO (PP – SP)
17:05 LINCOLN PORTELA (PL – MG)
17:30 FÁTIMA BEZERRA (PT – RN)
17:55 DARCI COELHO (PP – TO)
18:20 NELSON TRAD (PMDB – MS)

Dia 14, 3ª-feira

15:00 RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)
15:25 PAULO AFONSO (PMDB – SC)

Dia 15, 4ª-feira

15:00 VANDERLEI ASSIS (PP – SP)
15:25 RAFAEL GUERRA (PSDB – MG)

Dia 16, 5ª-feira

15:00 MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PDT – AL)
15:25 BERNARDO ARISTON (PMDB – RJ)

Dia 17, 6ª-feira

10:00 ÁTILA LINS (PMDB – AM)
10:25 WAGNER LAGO (PDT – MA)
10:50 ARY KARA (PTB – SP)
11:15 ZICO BRONZEADO (PT – AC)
11:40 HAMILTON CASARA (PSDB – RO)
12:05 PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM)
12:30 VIC PIRES FRANCO (PFL – PA)
12:55 ANTONIO JOAQUIM (PSDB – MA)
13:20 JOSÉ CARLOS MACHADO (PFL – SE)

Dia 20, 2ª-feira

15:00 MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP)
15:25 ÉRICO RIBEIRO (PP – RS)
15:50 IVAN VALENTE (PSOL – SP)
16:15 JORGE ALBERTO (PMDB – SE)
16:40 REMI TRINTA (PL – MA)
17:05 VADINHO BAIÃO (PT – MG)
17:30 ANGELA GUADAGNIN (PT – SP)
17:55 MÁRCIO REINALDO MOREIRA (PP – MG)
18:20 PEDRO HENRY (PP – MT)

Dia 21, 3ª-feira

15:00 ADELOR VIEIRA (PMDB – SC)
15:25 ORLANDO DESCONSI (PT – RS)

Dia 22, 4ª-feira

15:00 MARIA DO CARMO LARA (PT – MG)
15:25 JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA)

Dia 23, 5ª-feira

15:00 CHICO SARDELLI (PV – SP)
15:25 ZEQUINHA MARINHO (PSC – PA)

Dia 24, 6ª-feira

10:00 PASTOR REINALDO (PTB – RS)
10:25 NILTON CAPIXABA (PTB – RO)
10:50 VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG)
11:15 LUIZ ALBERTO (PT – BA)
11:40 CHICO ALENCAR (PSOL – RJ)
12:05 EDINHO BEZ (PMDB – SC)
12:30 LUIZ COUTO (PT – PB)
12:55 PEDRO FERNANDES (PTB – MA)
13:20 MANATO (PDT – ES)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 10/02/2006)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 6.142/05 – do Sr. Inocêncio Oliveira – que "modifica o Art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971".
RELATOR: Deputado CORIOLANO SALES.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 15-02-06

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 836/03 – do Sr. Bernardo Ariston – que "disciplina o funcionamento de bancos de dados e serviços de proteção ao crédito e congêneres e dá outras providências". (Apensados: PL 2101/2003, PL 2798/2003, PL 3347/2004, PL 5870/2005, PL 5958/2005, PL 5961/2005 e PL 6558/2006)
RELATOR: Deputado MAX ROSENMANN.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 9-2-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.368/05 – do Poder Executivo – que "altera a estrutura e a remuneração da Carreira do Magistério Superior pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências".
RELATORA: Deputada FÁTIMA BEZERRA.

II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 157-A, DE 2003, DO SR. LUIZ CARLOS SANTOS, QUE "CONVOCA ASSEMBLÉIA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AVISO

PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 7ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 14-2-06

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 157/03 – do Sr. Luiz Carlos Santos e outros – que "convoca Assembléia de Revisão Constitucional e dá outras providências". (Apensado: PEC 447/2005)
RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 333-A, DE 2004, DO SR. POMPEO DE MATTOS, QUE "MODIFICA A REDAÇÃO DO ART. 29A E ACRESCENTA ART. 29B À CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE O LIMITE DE DESPESAS E A COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AVISO

PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 17-2-06

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 333/04 – do Sr. Pompeo de Mattos e outros – que ""Modifica a redação do art. 29-A e acrescenta art. 29-B à Constituição Federal para dispor sobre o limite de despe-

sas e a composição das Câmaras de Vereadores e dá outras providências."" (Apensados: PEC 375/2005, PEC 396/2005, PEC 397/2005, PEC 449/2005 e PEC 468/2005)
RELATOR: Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 358-A, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DOS ARTS. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A E 134 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ACRESCENTA OS ARTS. 97-A, 105-A, 111-B E 116-A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (REFORMA DO JUDICIÁRIO).

LOCAL: Plenário 13 do Anexo II
HORÁRIO: 10h

REUNIÃO ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A – Audiência Pública:

Convidados:
Ministro VANTUIL ABDALA, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; e
Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, Corregedor Nacional de Justiça.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.144, DE 2003, DA SENHORA MARIA DO CARMO LARA, QUE "INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, DEFINE DIRETRIZES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LOCAL: Plenário 12 do anexo II
HORÁRIO: 10h
REUNIÃO ORDINÁRIA
Apresentação e discussão do Parecer do Relator, deputado Julio Lopes.

A – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário:

PRIORIDADE

PROJETO DE LEI Nº 1.144/03 – da Sra. Maria do Carmo Lara – que "institui a Política Nacional de Saneamento Ambiental, define diretrizes para a prestação dos serviços públicos de água e esgoto, e dá outras providências". (Apensados: PL 1772/2003, PL 2627/2003, PL 4092/2004, PL 5578/2005 e PL 5296/2005)
RELATOR: Deputado JULIO LOPES
PARECER: a proferir.

III – COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

2ª REUNIÃO DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Local: Plenário 2, Anexo II
Horário: 9h

PAUTA

A – Relatórios

PROJETO DE LEI Nº 40, DE 2005-CN que "estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2006" – apresentação, discussão e votação dos Relatórios Setoriais apresentados à Proposta Orçamentária para 2006:
Justiça e Defesa.
RELATOR SETORIAL: Deputado AMAURI GASQUES
Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.
RELATOR SETORIAL: Deputado ANIVALDO VALE.
Infra-Estrutura.
RELATOR SETORIAL: Deputado JOSÉ PRIANTE.
Trabalho, Previdência e Assistência Social.
RELATOR SETORIAL: Senador JOÃO RIBEIRO.
Integração Nacional e Meio Ambiente.
RELATOR SETORIAL: Deputado JOSÉ CHAVES.

AVISO Nº 32/2005-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 1.166, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram referente à auditoria relativa à execução do Programa de Trabalho 26.782.0230.10CL.0002 (Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo) – (TC 006.720/2004-1).
RELATOR: Deputado WASNY DE ROURE.
VOTO: Pelo Arquivamento da Matéria.

AVISO Nº 40/2005-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 962, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente ao Levantamento de Auditoria nas obras do Complexo Viário Jacu-Pêssego, em São Paulo (TC 007.533/2005-1).
RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES.
VOTO: Pela solicitação ao Tribunal de contas da União, com fulcro no art. 71, VII, da Constituição Federal, esclarecimentos sobre a vigência do Contrato nº 0020701000, relacionado com as obras de construção do Complexo Jacu-Pêssego, e, se for o caso, da necessidade de incluí-lo no Anexo VI da Lei nº 11.100/05 (LOA/2005), para que se possa tomar uma decisão sobre a matéria, tendo em vista o teor do item 9.5 do Acórdão nº

962/2005 (Plenário), com redação alterada pelo item 9.2 do Acórdão 1.618/2005 (Plenário), e o encerramento da vigência dos Contratos de Repasse nºs 0165279-39 (SIAFI 508216) e 0172231-01 (SIAFI 517967).

AVISO Nº 53/2005-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 1.709/2005 – TCU, (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, sobre Monitoramento ao Projeto de Irrigação Flores de Goiás (TC 003.586/2001-4)".
RELATOR: Deputado HUMBERTO MICHELES.
Não foram apresentadas emendas.
VOTO: pela manutenção do bloqueio dos recursos federais incidente sobre as dotações consignadas no subtítulo 20.607.0379.5252.0101 (implantação do perímetro de irrigação Flores de Goiás com 26.500 ha no Estado de Goiás – no município de Flores de Goiás – GO), sob responsabilidade da UO 53.101 -Ministério da Integração Nacional), na forma indicada no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005, porém, permita, em caráter excepcional, a liberação de recursos para a realização de obras emergenciais na Barragem Paranã, de modo a garantir as intervenções necessárias e complementares para o enfrentamento do período chuvoso 2005/2006, de acordo com os termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

AVISO Nº 09/2005-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2004".

Aviso nº 07/2005-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2004. (4º Trimestre).

Aviso nº 56/2004-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional Relatório das Atividades deste Tribunal, referente ao 3º trimestre do exercício de 2004".
RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES.
VOTO: Pelo Arquivamento da Matéria.

MENSAGEM Nº 53/2002-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional o Relatório do resultado da implementação da Lei nº 10147, de 21 de dezembro de 2000, relativamente aos preços ao consumidor dos produtos referidos no seu artigo 1º".
RELATOR: Deputado MÁRCIO REINALDO MOREIRA.
VOTO: Pelo Arquivamento da Matéria, uma vez cumprida a obrigação estabelecida na Lei nº 10.147.

MENSAGEM Nº 202/2002-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional o Relatório do resultado da implementação da Lei nº 10147, de 21 de dezembro de 2000, relativamente aos preços ao consumidor dos produtos referidos no seu artigo 1º".
RELATOR: Deputado MÁRCIO REINALDO MOREIRA.
VOTO: Pelo Arquivamento da Matéria, uma vez cumprida a obrigação estabelecida na Lei nº 10.147.

MENSAGEM Nº 26/2003-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional o Relatório do resultado da implementação da Lei nº 10147, de 21 de dezembro de 2000, relativamente aos preços ao consumidor dos produtos referidos no seu artigo 1º".
RELATOR: Deputado MÁRCIO REINALDO MOREIRA.
VOTO: Pelo Arquivamento da Matéria, uma vez cumprida a obrigação estabelecida na Lei nº 10.147.

AVISO Nº 50/2005-CN, que "encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 1668/2005 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, sobre o Levantamento de Auditoria nas obras de Construção de Trechos Rodoviários na BR-470, no Estado do Rio Grande do Sul, trecho Barracão-Lagoa Vermelha-Nova Prata – (TC 009.408/2005-2)."
RELATOR: Deputado ZÉ GERARDO.
Não foram apresentadas emendas.
VOTO: Pela EXCLUSÃO do Anexo VI da lei nº 11.100/2005 o contrato PD-10-018/2001, celebrado com a Construtora Brasil S.A para a construção de trecho rodoviário na BR-470, entre entrocamento RS-477 (Pontão) – entrocamento BR-285 (Lagoa Vermelha), segmento Km 37+650 ao Km 77,37, sob responsabilidade da UO 39.252 (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo anexo.

B – Requerimentos

Da Srª Laura Carneiro e outros, que "requerem, com fundamento no art. 24 IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o comparecimento do Sr. Ségio Machado Rezende, Ministro da Ciência e tecnologia, a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a fim de prestar esclarecimentos acerca da Execução Orçamentária do exercício de 2005, em especial no que se refere a contratos e convênios firmados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com organizações governamentais e não-governamentais.
Do Sr. Pauderney Avelino e outros, que "requerem, com fundamento no art. 24, VII, do regimento Interno da Câmara dos Deputados, o comparecimento do Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes, a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a fim de prestar esclarecimento acerca das obras emergenciais da rodovias federais".
Da Srª Rose de Freitas e outros, que "solicita seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Educação, a

fim de prestar esclarecimentos sobre a execução orçamentária do exercício de 2005."
Do Sr. Ricardo Barros, que "requer a convocação da Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil para ouvir explicações sobre o envolvimento daquela pasta com a GEAP-Fundação de Seguridades Social."
Do Sr. Anivaldo Vale, que "solicita seja convocado o Ministro das Cidades, Sr. Márcio Fortes de Almeida, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Mista sobre execução orçamentária de 2005."
Do Sr. Bismarck Maia, que "solicita seja convocado o Ministro da Saúde, Sr. Saraiva Felipe, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Mista sobre execução orçamentária de 2005".

IV – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

EM 08/02/2006:

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:
PROJETO DE LEI Nº 6.537/2006
PROJETO DE LEI Nº 6.565/2006

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática:
PROJETO DE LEI Nº 6.522/2006

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.133/2006
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.137/2006
PROJETO DE LEI Nº 6.544/2006
PROJETO DE LEI Nº 6.554/2006
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 497/2006
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 498/2006
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 500/2006

Comissão de Educação e Cultura:
PROJETO DE LEI Nº 6.533/2006
PROJETO DE LEI Nº 6.570/2006
PROJETO DE LEI Nº 6.580/2006

Comissão de Finanças e Tributação:
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.136/2006
PROJETO DE LEI Nº 6.521/2006
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 324/2005

Comissão de Seguridade Social e Família:
PROJETO DE LEI Nº 6.547/2006
PROJETO DE LEI Nº 6.555/2006
PROJETO DE LEI Nº 6.556/2006
PROJETO DE LEI Nº 6.577/2006
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 328/2006

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
PROJETO DE LEI Nº 6.545/2006
PROJETO DE LEI Nº 6.567/2006

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 59 minutos.)

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 4.635-A, DE 2001
(Do Senado Federal)
PIs nº 225/01
Ofício nº 488/01 (SF)

Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição deste e dos de nºs 5034/01, 5916/01 e 6675/2002, apensados (relator: Dep. Arnaldo Faria de Sá).

Despacho: Às comissões de: trabalho, de administração e serviço público; seguridade social e família; finanças e tributação; e constituição e justiça e de cidadania (ART. 54).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 4.635, de 2001, do Senado Federal, visa conceder seguro-desemprego aos trabalhadores sazonais, safristas e contratados por prazos curtos, de acordo com as condições que especifica.

Em 04 de dezembro de 2002, esta Comissão opinou pela rejeição do presente projeto, bem como do apensado, PL 5.034, de 2001, nos termos do parecer de minha autoria.

Em seguida, foram apensadas mais duas proposições ao projeto:

PL nº 5.916, de 2001, do Ilustre Deputado Carlos Batata; e

PL nº 6.675, de 2002, do Ilustre Deputado Nelson Pellegrino.

Em relação aos referidos projetos, em 24 de junho de 2003, a Ilustre Deputada Angela Guadagnin solicitou ao Presidente desta Casa (Requerimento nº 907/2003), nos termos do art. 53, I, do Regimento Interno, a desapensação dos PLs 5.916/01 e 6.675/02 do PL 4.635/01, tendo em vista que tais proposições não haviam sido analisadas por esta Comissão.

Em sua decisão sobre o Requerimento nº 907, de 2003, o Presidente João Paulo Cunha indeferiu a desapensação dos PLs 5.916/01 e 6.675/02 do PL4.635/01, e determinou o retorno da proposição principal a esta Comissão para que esse órgão técnico se pronuncie em relação a todas as proposições apensadas ao projeto, nos termos do art. 57, I, do Regimento Interno.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Tendo em vista que anteriormente nos manifestamos sobre a proposição principal e o apensado, PL 5.034, de 2001, resta-nos a análise dos demais projetos apensados, a saber:

O PL nº 5.916, de 2001, do Ilustre Deputado Carlos Batata, Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências.

Esse projeto visa assegurar aos trabalhadores rurais, com vinculo empregatício formal ou informal, o direito ao seguro-desemprego, independentemente das disposições previstas nos incisos I, II e V do art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Assim, para a percepção do seguro-desemprego não seria exigida dos trabalhadores rurais a comprovação de, pelo menos, ter recebido salários durante seis meses ou ter exercido legalmente alguma atividade autônoma por um período de 15 meses. Ou seja, tais pessoas receberiam o referido benefício sem ter que provar sua condição de trabalhador.

Ademais, para ter direito ao seguro-desemprego, o trabalhador rural estaria isento de comprovar que não possui renda própria suficiente à sua manutenção e de sua família.

Diante do exposto, entendemos que um benefício com tais características tem mais a ver com os programas de renda mínima do que com o seguro-desemprego. Esse benefício, como se sabe, vincula-se a um emprego perdido (desemprego involuntário), sendo financiado pelos empregadores, por meio da contribuição ao PIS.

O PL nº 6.675, de 2002, do Ilustre Deputado Nelson Pellegrino, Altera dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para incluir, entre os beneficiários do Programa de Seguro-Desemprego, os trabalhadores contratados por prazo determinado, nas condições que especifica.

Tal projeto vai na mesma linha do PL 5.034, de 2001, ao conceder o seguro-desemprego para os trabalhadores contratados por prazo determinado. Nesse sentido, para o PL 6.675, de 2002, vale o mesmo argumento que utilizamos para rejeitar o PL 5.034, de 2001, isto é, o trabalhador contratado por prazo determinado sabe de antemão quando será o final de seu contrato de trabalho, sendo que, na maioria da vezes, já tem outro emprego em vista para um período imediato. Portanto não se trata de um desemprego involuntário. O trabalhador não é pego de surpresa.

Ante o exposto, somos pela rejeição do PL nº 4.635, de 2001, e dos apensados PL nº 5.034, de 2001, PL nº 5.916, de 2001 e PL nº 6.675, de 2002.

Sala da Comissão, 25 de Junho de 2005. – **Arnaldo Faria De Sá,** Deputado Federal – SP, Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou os Projetos de Lei nºs 4.635/2001, 5034/2001, 5916/2001, e o PL 6675/2002, apensados, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Henrique Eduardo Alves – Presidente, Osvaldo Reis e Marco Maia – Vice-Presidentes, Átila Lira, Carlos Alberto Leréia, Cláudio Magrão, Daniel Almeida, Dra. Clair, Érico Ribeiro, Isaías Silvestre, João Fontes, José Carlos Aleluia, Jovair Arantes, Leonardo Picciani, Lúcia Braga, Medeiros, Milton Cardias, Pedro Henry, Tarcísio Zimmermann, Vanessa Grazziotin, Vicentinho, Walter Barelli, Marcelo Barbieri e Professor Luizinho.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2005. – Deputado **Henrique Eduardo Alves,** Presidente.

COMISSÃO

ATAS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 29ª reunião ordinária realizada em 14 de setembro de 2005.

Às onze horas e oito minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Jader Bar-

balho – Presidente; Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes; Adelor Vieira, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Eunício Oliveira, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Jurandir Boia, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Maurício Rabelo, Nelson Proença, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Vanderlei Assis e Walter Pinheiro – Titulares; Aldir Cabral, Almir Moura, César Bandeira, Fernando Ferro, Inácio Arruda, João Campos, João Castelo, José Carlos Araújo, Lobbe Neto, Pastor Pedro Ribeiro, Pastor Reinaldo, Robson Tuma, Romel Anizio, Salvador Zimbaldi e Vieira Reis – Suplentes. Compareceu também o Deputado Edinho Bez, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Iris Simões, Jorge Bittar, Jovino Cândido, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Pedro Corrêa e Pedro Irujo. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 28ª reunião, realizada no dia 31 de agosto de 2005. O Deputado Adelor Vieira solicitou a dispensa da leitura da Ata. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi **APROVADA** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou ao plenário que: **1)** recebeu justificativa de ausência dos Deputados Amauri Gasques e Jovino Cândido, no dia 31 de agosto, em razão de compromisso político-partidário; **2)** recebeu justificativa de ausência do Deputado Durval Orlato, na reunião do dia 17 de agosto, por estar participando do Fórum da Família no município de Jundiaí, São Paulo; **3)** recebeu do Presidente Executivo da Abrafati – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas, Sr. Dilson Ferreira, convite para participar do Congresso Internacional de Tintas e da Exposição Internacional de Fornecedores de Tintas, no período de 14 a 16 de setembro em São Paulo; **4)** a comissão realizará os seguintes eventos: a) dia 15, às 9h30, audiência pública para debate acerca do Projeto de Lei nº 595/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos poderes da República; b) dia 20, próxima 3ª feira, às 14h30, audiência pública sobre comércio e acordos de intercâmbio internacional com o Estado de Israel, para subsidiar o I Seminário Internacional de Intercâmbio Cultural e Científico "Haverim de Israel"; c) dia 21, próxima 4ª feira, às 10h30, no auditório Nereu Ramos, seminário sobre Inovação Tecnológica: O uso da tecnologia como instrumento de desenvolvimento e competitividade das nações. **ORDEM DO DIA:** 1 – **REQUERIMENTO Nº 238/05** – dos Srs. José Carlos Araújo e Ricardo Barros – que "solicita que seja convidado o Presidente do Citibank no Brasil, senhor Gustavo Marin, a fim de prestar esclarecimentos sobre acordo firmado com a Previ- Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e outros fundos de pensão envolvendo o controle da Brasil Telecom SA". Durante a discussão, falaram os Deputados José Carlos Araújo e Ricardo Barros, autores do requerimento, Walter Pinheiro e Adelor Vieira. **APROVADO, COM A SUGESTÃO APRESENTADA PELO DEPUTADO WALTER PINHEIRO, NO SENTIDO DE QUE SEJA CONVIDADO TAMBÉM REPRESENTANTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL.** 2 – **PROJETO DE LEI Nº 6.711/02** – do Sr. Padre Roque – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de cobrança de tarifa local em ligações telefônicas realizadas dentro de um único município". (Apensados: PL 6762/2002, PL 6842/2002, PL 7045/2002, PL 7116/2002, PL 7227/2002, PL 2176/2003, PL 3789/2004, PL 733/2003 e PL 4167/2004) RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA. PARECER: pela rejeição deste, do PL 6762/2002, do PL 6842/2002, do PL 7045/2002, do PL 7116/2002, do PL 7227/2002, do PL 733/2003, do PL 2176/2003, do PL 3789/2004, e do PL 4167/2004, apensados. Vista conjunta aos Deputados Almir Moura, Julio Semeghini e Marcus Vicente, em 03/12/2003. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 3 – **PROJETO DE LEI Nº 1.154/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "acrescenta a expressão "preconceitos religiosos" ao § 1º do artigo 1º da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967". RELATOR: Deputado MARCELO BARBIERI. PARECER: pela aprovação. Discutiram a matéria os Deputados Walter Pinheiro, Gilberto Nascimento e João Mendes de Jesus. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 4 – **PROJETO DE LEI Nº 2.186/03** – do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "dispõe sobre o envio de mensagem não solicitada por meio de redes de computadores destinadas ao uso do público". (Apensados: PL 2423/2003, PL 3731/2004 e PL 3872/2004) RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação deste, do PL 2423/2003, do PL 3731/2004, e do PL 3872/2004, apensados, com substitutivo. **VISTA AO DEPUTADO JULIO SEMEGHINI.** Antes de dar início ao item C da pauta (Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pela Comissão), o Presidente submeteu à apreciação do plenário a inversão de pauta do item 17, solicitada pelo Deputado Ricardo Barros. Aprovada, passou-se a apreciação da matéria. Em discussão o Deputado Walter Pinheiro solicitou vista da proposição. 5 – **TVR Nº 698/01** – do Poder Executivo – (MSC 305/2001) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 26 de março de 2001, que renova a concessão da Rádio Independência de Goiânia Ltda. para

explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, serviços de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 6 – **TVR Nº 3.183/02** – do Poder Executivo – (MSC 1069/2002) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2020, de 08 de outurbro de 2002, que renova permissão outorgada à Trans Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Itabuna, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 7 – **TVR Nº 580/05** – do Poder Executivo – (MSC 222/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 33, de 15 de janeiro de 2004 que outorga autorização à Associação Mercosul de Difusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Osório, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado RAIMUNDO SANTOS. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 8 – **TVR Nº 619/05** – do Poder Executivo – (MSC 236/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 403, de 10 de novembro de 2004, que outorga permissão à Rádio Cajazeiras FM Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Queimadas, Estado da Paraíba" RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 9 – **TVR Nº 624/05** – do Poder Executivo – (MSC 261/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 129, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Carapebus Livre a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carapebus, Estado do Rio de Janeiro". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados Almir Moura e João Mendes de Jesus, em 31/08/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 10 – **TVR Nº 638/05** – do Poder Executivo – (MSC 357/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 151, de 16 de abril de 2004, alterada pela de nº 179, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira – ASCOBEM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 11 – **TVR Nº 639/05** – do Poder Executivo – (MSC 357/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 184, de 16 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Rodovia FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquarivaí, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado CARLOS NADER. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 12 – **TVR Nº 647/05** – do Poder Executivo – (MSC 368/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 232, de 14 de abril de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Crucilândia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Crucilândia, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JURANDIR BOIA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 13 – **PROJETO DE LEI Nº 1.985/99** – do Sr. Edinho Bez – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, introduzindo artigo que torna obrigatória a ampla divulgação das tarifas praticadas pelas prestadoras de serviço telefônico fixo comutado e de serviço móvel celular". (Apensados: PL 2499/2000 e PL 3337/2000) RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 01-S/04-CCTCI e dos PLs 2499/2000 e 3337/2000, apensados. Discutiram a matéria os Deputados Edinho Bez (autor do projeto de lei), Nelson Proença, Walter Pinheiro e Ricardo Barros. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 14 – **PROJETO DE LEI Nº 6.865/02** – do Sr. Sérgio Miranda – que "dispõe sobre a composição de itens de preços na cesta de serviços de telecomunicações e dá outras providências". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação, com emenda. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 15 – **PROJETO DE LEI Nº 15/03** – da Sra. Iara Bernardi – que "revoga o Inciso XV do art. 19, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir a apreensão de bens pela ANATEL". RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 16 – **PROJETO DE LEI Nº 768/03** – do Sr. Luiz Bittencourt – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Ge-

ral de Telecomunicações), obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória". RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 17 – **PROJETO DE LEI Nº 1.705/03** – do Sr. Joaquim Francisco – que "dispõe sobre a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias do País". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 18 – **PROJETO DE LEI Nº 1.783/03** – do Sr. Pompeo de Mattos – que "obriga as operadoras de telefonia a informarem, mediante procedimento eletrônico de voz, os valores da tarifa telefônica interurbana (DDD), antes de completar a chamada, sem acréscimos ou ônus ao usuário". (Apensado: PL 4379/2004) RELATOR: Deputado JULIO SEMEGHINI. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 4379/2004, apensado. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 19 – **PROJETO DE LEI Nº 2.436/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando a criação de serviço que informe o número de pulsos de ligações de longa distância". RELATOR: Deputado CARLOS NADER. PARECER: pela aprovação. Usaram da palavra os Deputados Walter Pinheiro e Nelson Proença, que solicitou a retirada de pauta da proposição. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** Durante a reunião, ocupou a presidência o Deputado Pedro Chaves. Concluída a pauta, o Presidente relembrou aos presentes as audiências públicas e o seminário a serem realizados pela comissão, já comunicados no início da reunião. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às doze horas e treze minutos. Para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados.** Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 30ª reunião ordinária audiência pública realizada em 15 de setembro de 2005.

Às dez horas e dezenove minutos do dia quinze de setembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Pedro Chaves – Vice-Presidente; Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gilberto Nascimento, Jorge Gomes, José Rocha, Júlio Cesar, Luiza Erundina, Ricardo Barros e Takayama – Titulares; Almir Moura, Angela Guadagnin, Antonio Joaquim, Leodegar Tiscoski, Pastor Reinaldo e Robson Tuma – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Adelor Vieira, Durval Orlato, Eduardo Sciarra, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, Jader Barbalho, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, José Mendonça Bezerra, Jovino Cândido, Julio Semeghini, Jurandir Boia, Marcelo Barbieri, Maurício Rabelo, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Pedro Corrêa, Pedro Irujo, Raimundo Santos, Sandes Júnior, Silas Câmara, Vanderlei Assis e Walter Pinheiro. **ABERTURA:** O Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião de Audiência Pública, aprovada mediante o Requerimento nº 225 de 2005, de autoria do Deputado José Rocha, cuja finalidade era o **"Debate acerca do Projeto de Lei nº 595/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos poderes da República".** Após os cumprimentos, o Presidente, Deputado Pedro Chaves, convidou os expositores para tomarem assento à Mesa e concedeu a palavra aos convidados na seguinte ordem: **1) Sr. JOSÉ INÁCIO PIZANI,** Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert; **2) Sr. RODRIGO NEVES,** Diretor-Geral de Rádio do Grupo Bandeirantes de Comunicação. Encerradas as exposições dos convidados passou-se à fase de debates. Fizeram suas colocações e questionamentos os Deputados José Rocha, relator da matéria, Ricardo Barros, Almir Moura, Gilberto Nascimento e Angela Guadagnin. Participou também da reunião, como assessor credenciado e autorizado pelo Presidente, o Sr. Antônio Rosa, Assessor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert. **ENCERRAMENTO:** Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente comunicou aos presentes que a Comissão realizará dia 20, próxima 3ª feira, às 14h30, audiência pública sobre comércio e acordos de intercâmbio internacional com o Estado de Israel, para subsidiar o I Seminário Internacional de Intercâmbio Cultural e Científico "Haverim de Israel" e dia 21, próxima 4ª feira, às 10h30, no auditório Nereu Ramos, seminário sobre Inovação Tecnológica: O uso da tecnologia como instrumento de desenvolvimento e competitividade das nações. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às onze horas e cinqüenta e oito minutos. O inteiro teor foi gravado, passando, o arquivo de áudio, a integrar o acervo documental desta reunião para degravação, mediante solicitação

escrita. E, para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado Pedro Chaves e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 31ª reunião ordinária audiência pública realizada em 20 de setembro de 2005.

Às quinze horas e sete minutos do dia vinte de setembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Pedro Chaves e Eduardo Sciarra – Vice-Presidentes; Adelor Vieira, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Eunício Oliveira, João Batista, Jorge Gomes, Júlio Cesar, Jurandir Bóia, Luiza Erundina, Maurício Rabelo, Ricardo Barros e Walter Pinheiro – Titulares; Inaldo Leitão e João Castelo – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Badu Picanço, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, Jader Barbalho, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Jovino Cândido, Julio Semeghini, Marcelo Barbieri, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Pedro Corrêa, Pedro Irujo, Raimundo Santos, Sandes Júnior, Silas Câmara, Takayama e Vanderlei Assis. **ABERTURA:** O Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião de Audiência Pública, aprovada mediante o Requerimento nº 239 de 2005, de autoria dos Deputados Walter Pinheiro, João Campos, Adelor Vieira, Pastor Pedro Ribeiro e outros, cuja finalidade era o debate sobre o tema **"Comércio & Perspectiva e acordos de intercâmbio com o Estado de Israel",** e destinada a reunir subsídios para o I Seminário Internacional de Intercâmbio Cultural e Científico 'Haverim de Israel – Shalom sobre Jerusalém', evento em parceria com a Associação Cristã Amigos Brasil-Israel (Haverimbril), marcado para o período de 6 a 16 de outubro, na cidade de Jerusalém, em Israel. Após os cumprimentos, o Presidente, Deputado Pedro Chaves, convidou os expositores para tomarem assento à Mesa e concedeu a palavra aos convidados na seguinte ordem: **1) Sr. RAPHAEL SINGER,** Vice-chefe da Embaixada de Israel; **2) Sr. PAUL ROBERT PHILLIPS,** Assessor de Relações Públicas da Embaixada de Israel**; 3) Sr. FELIPE HADDOCK LOBO GOULART,** Terceiro-Secretário do Ministério das Relações Exteriores; **4) Sr. PAULO ROGÉRIO GONÇALVES,** Chefe Interino da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia. Encerradas as exposições dos convidados passou-se à fase de debates. Fizeram suas colocações e questionamentos os Deputados Walter Pinheiro e Adelor Vieira. Durante a reunião ocupou a presidência o Deputado Adelor Vieira. **ENCERRAMENTO:** Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente comunicou aos presentes que a Comissão realizará dia 21, às 10h30, no auditório Nereu Ramos, seminário sobre Inovação Tecnológica: O uso da tecnologia como instrumento de desenvolvimento e competitividade das nações, e que a exposição de pintura do Deputado Vanderlei Assis será aberta no dia 21 de setembro às 18:30, no corredor de acesso ao plenário da Casa, e se estenderá até o dia 14 de outubro. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às dezesseis horas e dezesseis minutos. O inteiro teor foi gravado, passando, o arquivo de áudio, a integrar o acervo documental desta reunião para degravação, mediante solicitação escrita. E, para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado **Pedro Chaves** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 32ª reunião ordinária audiência pública realizada em 29 de setembro de 2005.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Pedro Chaves e Eduardo Sciarra – Vice-Presidentes; Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gustavo Fruet, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, Luiza Erundina, Maurício Rabelo, Ricardo Barros, Takayama e Walter Pinheiro – Titulares; Almir Moura, João Campos, Pastor Pedro Ribeiro e Robson Tuma – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Adelor Vieira, Badu Picanço, Durval Orlato, Gilberto Nascimento, Hermes Parcianello, Iris Simões, Jader Barbalho, João Batista, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Jovino Cândido, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Pedro Corrêa, Pedro Irujo, Raimundo Santos, Sandes Júnior, Silas Câmara e Vanderlei Assis. **ABERTURA:** O Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião de Audiência Pública, aprovada mediante o Requerimento nº 202 de 2005, de autoria dos Deputados Vanderlei Assis e Romel Anízio, cuja finalidade era o debate sobre os objetivos e o andamento do programa PC Conectado. Após os cumprimentos, o Presidente, Deputado

Pedro Chaves, convidou os expositores para tomarem assento à Mesa e concedeu a palavra aos convidados na seguinte ordem: **1) Sr. SÉRGIO ROSA,** Diretor do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro; **2) Sr. RENATO DA SILVEIRA MARTINI,** Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI; **3) Sr. MARCELO LOPES,** Secretário de Política de Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia; **4) Sr. LUIZ HILLERMAN,** Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Software Livre – Abrasol; **5) Sr. MANOEL EUGÊNIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA,** Coordenador-Geral de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; **6) Sr. VANDERLEI CAMPOS,** Gerente de Acompanhamento e Controle de Tarifas e Preços da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; **7) IUGUROU OHARA,** Diretor de Tecnologia da Cobra Tecnologia S.A.; **8) JAYME ÁLVARES GOMES FILHO,** Presidente da Associação Brasileira de Software Livre – Abrasol; **9) GILBERTO GALAN,** Representante na América Latina da Comp Tia – The Company Technology Industry Association. Encerradas as exposições dos convidados passou-se à fase de debates. Fizeram suas colocações e questionamentos os Deputados Takayama e Walter Pinheiro. Participou também da reunião, como assessor credenciado e autorizado pelo Presidente, o Sr. Marcelo Rodrigues, Gerente Operacional de recursos alternativos e planos alternativos da Anatel. Durante a reunião ocupou a Presidência o Deputado Takayama. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às doze horas e qüarenta e um minutos. O inteiro teor foi gravado, passando, o arquivo de áudio, a integrar o acervo documental desta reunião para degravação, mediante solicitação escrita. E, para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado **Pedro Chaves** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 33ª reunião ordinária realizada em 5 de outubro de 2005.

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia cinco de outubro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Jader Barbalho – Presidente; Pedro Chaves e Silas Câmara – Vice-Presidentes; Adelor Vieira, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Eunício Oliveira, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Rocha, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Maurício Quintella Lessa, Maurício Rabelo, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Pedro Irujo, Professora Raquel Teixeira, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama e Walter Pinheiro – Titulares; Almir Moura, César Bandeira, Fernando Ferro, Inácio Arruda, João Campos, Leodegar Tiscoski, Lobbe Neto, Luiz Piauhylino, Manoel Salviano, Marinha Raupp, Pastor Pedro Ribeiro, Salvador Zimbaldi e Vieira Reis – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Badu Picanço, Eduardo Sciarra, José Mendonça Bezerra, Jovino Cândido, Miro Teixeira, Pedro Corrêa e Vanderlei Assis. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação as Atas das 29ª, 30ª, 31ª e 32ª reuniões, realizadas nos dias 14, 15, 20 e 29 de setembro de 2005, respectivamente. O Deputado Gilberto Nascimento solicitou a dispensa da leitura das Atas. Não houve discussão. Em votação, as Atas foram **APROVADAS** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou ao plenário que: **1)** recebeu da Presidência desta Casa o aviso nº 924/05, da Casa Civil, encaminhando a Mensagem nº 566 de 2005, que autoriza a Globo Comunicações e Participações S.A. (Globopar) a realizar a incorporação da TV Globo Ltda. e transferir para a incorporadora as concessões outorgadas à incorporada para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife; **2)** recebeu do Presidente da Anatel, Sr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral, comunicação da realização de 02(duas) consultas públicas com o objetivo de receber sugestões da sociedade a respeito de novos regulamentos para a telefonia fixa e celular. O prazo para recebimento das contribuições sobre telefonia celular encerrará dia 16 de novembro e sobre telefonia fixa dia 10 de outubro; **3)** recebeu do Conselho de Comunicação Social a pauta de trabalhos da 9ª reunião ordinária, que será realizada no dia 10 de outubro às 10h30, na sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa; **4)** recebeu justificativa de ausência dos Deputados Jovino Cândido e Romel Anizio, nos dias 14 e 15 de setembro, respectivamente, e dos Deputados Sandes Júnior e Vanderlei Assis, no dia 20 de setembro, em razão de compromissos político-partidários; **5)** recebeu justificativa de ausência do Deputado Jurandir Bóia, na reunião do dia 15 de setembro, por estar sendo agraciado com a Medalha Marechal Floriano Peixoto, em Alagoas; **6)** recebeu do Presidente da Frente Plu-

rissetorial em Defesa da Ciência, Tecnologia e Inovação, Deputado Renato Casagrande, convite para participar da reunião a ser realizada dia 05 de outubro, às 15h, no Auditório Freitas Nobre, Anexo IV , por ocasião da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; **7)** recebeu do Ministro da Ciência e Tecnologia, convite, extensivo a todos os membros da comissão, para participar da "Mostra de Tecnologia da Informação do Brasil na França", a ser realizada no INRIA-Rocquencourt, Paris, nos dias 12 e 13 de outubro; **8)** dia 06 de outubro haverá Audiência Pública, para "Debate sobre o papel dos Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs como agentes de inclusão social. Antes de dar início a Ordem do Dia, o Presidente consultou o Plenário sobre a possibilidade de serem deliberados apenas os requerimentos e as TVRs, para que os membros da comissão pudessem participar da Comissão Geral, destinada a debater assuntos e projetos relacionados à ciência e tecnologia, que estava sendo realizada no plenário da Casa. Em votação a proposta foi aprovada por unanimidade. **ORDEM DO DIA:** 1 – **REQUERIMENTO Nº 240/05** – do Sr. Marcelo Barbieri – que "solicita realização de Audiência Pública para ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa, sobre a implantação da TV Digital no Brasil, entre outros assuntos". **APROVADO POR UNANIMIDADE**. 2 – **REQUERIMENTO Nº 241/05** – dos Srs. Walter Pinheiro e Julio Semeghini – que "requer a realização de audiência pública para debater a gestão da Internet no Brasil e os desafios da regulamentação "anti-spam"" **APROVADO POR UNANIMIDADE**. 3 – **REQUERIMENTO Nº 242/05** – da Sra. Luiza Erundina – que "requer a realização de audiência pública para debater o papel dos Centros Vocacionais Tecnológicos e das Infovias de Desenvolvimento como agentes de inclusão social". Usou da palavra a Deputada Luiza Erundina, autora do requerimento. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. 4 – **REQUERIMENTO Nº 243/05** – do Sr. Walter Pinheiro – que "requer a realização de audiência pública com a presença do Sr. Ministro das Comunicações, do Sr. Presidente da ANATEL, de representantes das empresas operadoras de serviços de telecomunicações e de organismos de defesa do consumidor, para debaterem a renovação dos contratos do STFC, à partir de janeiro de 2006". Falaram os Deputados Walter Pinheiro (autor) e Jorge Bittar. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. 5 – **REQUERIMENTO Nº 244/05** – do Sr. Jorge Gomes – que "solicita a participação da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática na "Semana Nacional de Ciência e Tecnologia"". Usou da palavra o Deputado Jorge Gomes (autor). **APROVADO POR UNANIMIDADE**. 6 – **TVR Nº 548/05** – do Poder Executivo – (MSC 219/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 83, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação POPGOIABA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado FERNANDO FERRO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 7 – **TVR Nº 549/05** – do Poder Executivo – (MSC 219/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 85, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária e Solidária de Comunicação Social Sepé Tiaraju a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de São Sepé, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado RAIMUNDO SANTOS. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 8 – **TVR Nº 567/05** – do Poder Executivo – (MSC 221/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 391, de 3 de novembro de 2004, que autoriza a Fundação Deoclécio Mendes do Amaral a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brasileira, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA. PARECER: pela aprovação. **VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS JÚLIO CESAR E WALTER PINHEIRO.** 9 – **TVR Nº 578/05** – do Poder Executivo – (MSC 222/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7, de 13 de janeiro de 2004 que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ubaitaba, Estado da Bahia, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubaitaba, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 10 – **TVR Nº 591/05** – do Poder Executivo – (MSC 227/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 478, de 22 de setembro de 2003, alterada pela de nº 45, de 16 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação da Rádio Alternativa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 11 – **TVR Nº 610/05** – do Poder Executivo – (MSC 230/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº

665, de 9 de dezembro de 2003, alterada pela de nº 156, de 16 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Jesus – ACAJE para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Unaí, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 12 – **TVR Nº 629/05** – do Poder Executivo – (MSC 348/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 59, de 4 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural de Penha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Penha, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado WALTER PINHEIRO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 13 – **TVR Nº 630/05** – do Poder Executivo – (MSC 348/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 87, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização ao Educandário Batista de Porto Velho – EBPV para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Velho, Estado de Rondônia". RELATOR: Deputado VANDERLEI ASSIS. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 14 – **TVR Nº 631/05** – do Poder Executivo – (MSC 348/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 138, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação de Comunicação Alternativa do Novo Horizonte – ACANH para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Macapá, Estado do Amapá". RELATOR: Deputado JOVINO CÂNDIDO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 15 – **TVR Nº 644/05** – do Poder Executivo – (MSC 368/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 125, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura e Educação de Doverlândia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Doverlândia, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado RAIMUNDO SANTOS. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 16 – **TVR Nº 645/05** – do Poder Executivo – (MSC 368/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 144, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Una – "ARDRU" para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Valença, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado JOÃO MENDES DE JESUS. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 17 – **TVR Nº 646/05** – do Poder Executivo – (MSC 368/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 222, de 24 de março de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de José Bonifácio para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de José Bonifácio, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOÃO BATISTA.** 18 – **TVR Nº 648/05** – do Poder Executivo – (MSC 380/2005) – que "submete, à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante do Decreto de 16 de junho de 2005, que "Outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cotia, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOÃO BATISTA.** 19 – **TVR Nº 649/0**5 – do Poder Executivo – (MSC 400/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 187, de 21 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado WALTER PINHEIRO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 20 – **TVR Nº 650/05** – do Poder Executivo – (MSC 520/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 259, de 16 de maio de 2005, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Thesaleia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gama, Distrito Federal" RELATOR: Deputado EDUARDO SCIARRA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 21 – **TVR Nº 651/05** – do Poder Executivo – (MSC 533/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 211, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação de Radiodifusão do Vale do Curu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luis do Curu, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado JURANDIR BOIA. PARECER: pela aprova-

ção. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 22 – **TVR Nº 670/05** – do Poder Executivo – (MSC 587/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 156, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Cidade Verão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Terezinha de Itaipú, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado CARLOS NADER. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** Antes de encerrar a reunião, o Deputado Walter Pinheiro esclareceu ao plenário os motivos que o levaram a apresentar ofício ao Presidente da Comissão, solicitando o adiamento do I Seminário Internacional de Intercâmbio Cultural e Científico "Haverim de Israel" – Shalom sobre Jerusalém, a ser realizado no período de 6 a 16 de outubro, na cidade de Jerusalém. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às onze horas e trinta e cinco minutos. Para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados**. Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 34ª reunião ordinária audiência pública realizada em 6 de outubro de 2005.

Às dez horas e dez minutos do dia seis de outubro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes; Adelor Vieira, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gustavo Fruet, Jorge Gomes, José Rocha, Júlio Cesar, Luiza Erundina e Maurício Rabelo – Titulares; João Campos, José Carlos Araújo, Romel Anizio e Vieira Reis – Suplentes. Compareceram também os Deputados José Linhares, Leonardo Monteiro e Márcio Reinaldo Moreira, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Badu Picanço, Durval Orlato, Gilberto Nascimento, Hermes Parcianello, Iris Simões, Jader Barbalho, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, José Mendonça Bezerra, Jovino Cândido, Julio Semeghini, Marcelo Barbieri, Maurício Quintella Lessa, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Pedro Corrêa, Pedro Irujo, Professora Raquel Teixeira, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Vanderlei Assis e Walter Pinheiro. **ABERTURA:** O Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião de Audiência Pública, aprovada mediante o Requerimento nº 242 de 2005, de autoria da Deputada Luiza Erundina, cuja finalidade era o debate sobre o papel dos Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs e das Infovias de Desenvolvimento como agentes de inclusão social. Após os cumprimentos, o Presidente, Deputado Pedro Chaves, convidou os expositores para tomarem assento à Mesa e concedeu a palavra aos convidados na seguinte ordem: **1) Deputado ARIOSTO HOLANDA**; **2) Sr. RODRIGO ROLLEMBERG**, Secretário para a inclusão social do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; **3) Sr. WILLIAM BRANDT**, Assessor especial da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais. Fizeram suas colocações e questionamentos os Deputados Luiza Erundina, Reinaldo Monteiro, Romel Anízio e Márcio Reinaldo. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra aos convidados para as considerações finais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às doze horas e trinta e sete minutos. O inteiro teor foi gravado, passando, o arquivo de áudio, a integrar o acervo documental desta reunião para degravação, mediante solicitação escrita. E, para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado **Pedro Chaves** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 35ª reunião ordinária realizada em 19 de outubro de 2005.

Às onze horas e dezessete minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Jader Barbalho – Presidente; Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes; Adelor Vieira, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Eunício Oliveira, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Jovino Cândido, Júlio Cesar, Luiza Erundina, Maurício Quintella Lessa, Pedro Irujo, Professora Raquel Teixeira, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Vic Pires Franco e Walter Pinheiro – Titu-

lares; Antonio Joaquim, Ariosto Holanda, Enivaldo Ribeiro, Inácio Arruda, José Carlos Araújo, Leodegar Tiscoski, Lobbe Neto, Luiz Piauhylino, Pastor Pedro Ribeiro, Romel Anizio, Salvador Zimbaldi, Vieira Reis e Wladimir Costa – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Badu Picanço, Julio Semeghini, Marcelo Barbieri, Maurício Rabelo, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Pedro Corrêa, Takayama e Vanderlei Assis. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação as Atas das 33ª e 34ª reuniões, realizadas nos dias 05 e 06 de outubro de 2005, respectivamente. O Deputado Gilberto Nascimento solicitou a dispensa da leitura das Atas. Não houve discussão. Em votação, as Atas foram **APROVADAS** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou ao plenário que: **1)** recebeu do Presidente da Anatel, Sr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral, solicitação de apoio, extensiva a todos os parlamentares desta comissão, para garantir que a proposta orçamentária para 2006 encaminhada pela Anatel, por meio do Ministério das Comunicações, seja preservada em sua integralidade. O ofício esclarece que a arrecadação de receitas do Fintel (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações) permitirá a manutenção da Agência e de suas atribuições legais; **2)** recebeu justificativa de ausência do Deputado Jovino Cândido, no dia 5 de outubro, em razão de compromissos político-partidários com a Liderança do PV; **3)** recebeu justificativa de ausência do Deputado João Castelo, nas reuniões dos dias 5 e 6 de outubro, por estar participando de evento político do PSDB, em São Luis, Maranhão; **4)** dia 20, quinta-feira, haverá Audiência Pública conjunta com as Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e de Minas e Energia, às 10h, no plenário 6, para debater "O Projeto Xisto Agrícola desenvolvido em parceria pela Petrobrás e Embrapa em São Mateus do Sul/PR". **ORDEM DO DIA:** 1 – **REQUERIMENTO Nº 245/05** – do Sr. Nelson Proença – que "requer a realização de Audiência Pública para debater Programa de Inclusão Digital sob responsabilidade do Ministério das Comunicações". **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO**. 2 – **TVR Nº 2.467/02** – do Poder Executivo – (MSC 608/2002) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de junho de 2002, que renova a concessão à Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, originariamente Rádio Novo Horizonte de Ibaiti Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado JORGE BITTAR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 3 – **TVR Nº 567/05** – do Poder Executivo – (MSC 221/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 391, de 3 de novembro de 2004, que autoriza a Fundação Deoclécio Mendes do Amaral a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brasileira, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado ARIOSTO HOLANDA. PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados Júlio Cesar e Walter Pinheiro, em 05/10/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 4 – **TVR Nº 583/05** – do Poder Executivo – (MSC 222/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 86, de 23 de janeiro de 2004, alterada pela de nº 303, de 3 de agosto de 2004, que outorga autorização à Associação Curaçaense Comunitária de Rádio e Difusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Curaçá, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado PEDRO CANEDO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 5 – **TVR Nº 591/05** – do Poder Executivo – (MSC 227/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 478, de 22 de setembro de 2003, alterada pela de nº 45, de 16 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação da Rádio Alternativa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 6 – **TVR Nº 596/05** – do Poder Executivo – (MSC 228/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 275, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado MARCELO BARBIERI. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 7 – **TVR Nº 628/05** – do Poder Executivo – (MSC 348/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10, de 26 de janeiro de 2005, que outorga autorização à Associação de Integração Comunitária de Orizona – AICO para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Orizona, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 8 – **TVR Nº 643/05** – do Poder

Executivo – (MSC 368/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 60, de 4 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidade dos Sonhos para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Alto, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JOÃO CASTELO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 9 – **TVR Nº 646/05** – do Poder Executivo – (MSC 368/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 222, de 24 de março de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de José Bonifácio para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de José Bonifácio, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Batista, em 05/10/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 10 – **TVR Nº 648/05** – do Poder Executivo – (MSC 380/2005) – que "submete, à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante do Decreto de 16 de junho de 2005, que "Outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cotia, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Batista, em 05/10/2005. **RETIRADA DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 11 – **TVR Nº 652/05** – do Poder Executivo – (MSC 548/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 56, de 04 de fevereiro de 2005, que outorga permissão à Fundação Ulysses Guimarães para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 12 – **TVR Nº 664/05** – do Poder Executivo – (MSC 565/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 230, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Bias Fortes – MG a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bias Fortes, Estado de Minas Gerais" RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 13 – **TVR Nº 665/05** – do Poder Executivo – (MSC 565/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 122, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social "Liberdade" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo" RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 14 – **TVR Nº 667/05** – do Poder Executivo – (MSC 569/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 247, de 02 de maio de 2005, que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Água Viva para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Macapá, Estado do Amapá" RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 15 – **TVR Nº 671/05** – do Poder Executivo – (MSC 587/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 191, de 01 de março de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Cidade de Mairinque a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairinque, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 16 – **PROJETO DE LEI Nº 6.865/02** – do Sr. Sérgio Miranda – que "dispõe sobre a composição de itens de preços na cesta de serviços de telecomunicações e dá outras providências". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 17 – **PROJETO DE LEI Nº 1.304/03** – do Sr. Leonardo Monteiro – que "dispõe sobre a criação de telefone de três dígitos para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares". (Apensado: PL 1870/2003) RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES. PARECER: pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 1870/2003, apensado. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 18 – **PROJETO DE LEI Nº 1.311/03** – do Sr. Wladimir Costa – que "acrescenta o artigo 63-A à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 19 – **PROJETO DE LEI Nº 2.436/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando a criação de serviço que informe o número de pulsos de ligações de longa distância". RELATOR: Deputado CARLOS

NADER. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 20 – **PROJETO DE LEI Nº 2.787/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "dispõe sobre a proibição da exposição da imagem de crianças e adolescentes doentes pelos veículos de comunicação". RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOÃO MENDES DE JESUS.** 21 – **PROJETO DE LEI Nº 3.067/04** – do Sr. Carlos Nader – que "altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, dispondo sobre a utilização dos serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para transportar mantimentos, vestimentas, medicamentos e afins para Municípios em estado de calamidade pública". RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 22 – **PROJETO DE LEI Nº 3.101/04** – do Sr. Jefferson Campos – que "assegura ao usuário do Serviço de Telefonia Fixa Comutada o direito de bloquear a discagem para chamadas de longa distância ou para serviços de valor adicionado". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 23 – **PROJETO DE LEI Nº 3.645/04** – do Sr. Carlos Nader – que " "Dispõe sobre bloqueador de celulares em presídios, casas de detenção, penitenciárias, cadeias e distritos policiais e dá outras providências."" RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 24 – **PROJETO DE LEI Nº 3.793/04** – da Sra. Laura Carneiro – que "altera o art. 47 e acrescenta o art. 81-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, criando a modalidade de programa de graduação intitulada "Universidade Funcional"". RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação, com emenda. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** Durante a reunião, ocupou a presidência o Deputado Silas Câmara. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às onze horas e qüarenta e dois minutos. Para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados.** Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 36ª reunião ordinária realizada em 26 de outubro de 2005.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Jader Barbalho – Presidente; Pedro Chaves e Eduardo Sciarra – Vice-Presidentes; Adelor Vieira, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Jovino Cândido, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Maurício Quintella Lessa, Maurício Rabelo, Nelson Proença, Pedro Irujo, Professora Raquel Teixeira, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Takayama e Walter Pinheiro – Titulares; Antonio Joaquim, Ariosto Holanda, César Bandeira, César Medeiros, Fernando Ferro, Inácio Arruda, João Campos, José Carlos Araújo, Lobbe Neto, Manoel Salviano, Romel Anizio e Salvador Zimbaldi – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados João Mendes de Jesus, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Pedro Corrêa, Sandes Júnior, Silas Câmara, Vanderlei Assis e Vic Pires Franco. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 35ª reunião, realizada no dia 19 de outubro de 2005. O Deputado Gilberto Nascimento solicitou a dispensa da leitura da Ata. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi **APROVADA** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou ao plenário que: **1)** recebeu do Sr. Rodrigo Rollemberg, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do MCT, correspondência de agradecimento pela colaboração desta comissão nas comemorações da 2ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, ocorrida de 3 a 9 de outubro; **2)** recebeu do Presidente desta Casa, Deputado Aldo Rebelo, Ofício nº 1945/2005/SGM/P, comunicando que foi deferido o pedido deste órgão, para que o Conselho de Comunicação Social emita parecer sobre o Projeto de Lei nº 5.040/2001; **3)** foram distribuídas aos relatores, no dia 19 de outubro, as seguintes proposições, cuja relação foi entregue aos membros da comissão nesta reunião: Deputado Adelor Vieira, TVR Nº 706/05; Deputado Badu Picanço, TVR Nº 686/05; Deputado Carlos Nader, TVR Nº 705/05; Deputado Corauci Sobrinho, TVR Nº 699/05; Deputado Durval Orlato, TVR Nº 687/05; Deputado Eduardo Sciarra, TVR Nº 691/05; Deputado Eunício Oliveira, TVR Nº 528/05; Deputado Gilberto Nascimento, TVR Nº 698/05; Deputado Gustavo Fruet, TVR Nº 704/05; Deputado Hermes Parcianello; TVR Nº 707/05 e TVR Nº 728/05; Deputado Iris Simões, TVR Nº 676/05; Deputado João Mendes de Jesus, TVR Nº 681/05; Deputado Jorge Gomes, TVR Nº 270/04 e TVR Nº 679/05; Deputado José Mendonça Bezerra, TVR Nº 696/05; Deputado José Rocha,

TVR Nº 689/05 e TVR Nº 711/05; Deputado Jovino Cândido, TVR Nº 680/05; Deputado Júlio Cesar, TVR Nº 692/05; Deputado Julio Semeghini, TVR Nº 690/05 e TVR Nº 708/05; Deputada Luiza Erundina, TVR Nº 694/05; Deputado Marcelo Barbieri, TVR Nº 674/05; Deputado Maurício Quintella Lessa, TVR Nº 695/05; Deputado Narcio Rodrigues, TVR Nº 684/05 e TVR Nº 710/05; Deputado Nelson Proença, TVR Nº 678/05; Deputado Pedro Chaves, TVR Nº 688/05; Deputado Pedro Irujo, TVR Nº 709/05; Deputada Professora Raquel Teixeira, TVR Nº 673/05 e TVR Nº 712/05; Deputado Raimundo Santos, TVR Nº 682/05; Deputado Ricardo Barros, TVR Nº 697/05; Deputado Sandes Júnior, TVR Nº 677/05; Deputado Silas Câmara, TVR Nº 683/05; Deputado Takayama, TVR Nº 685/05; Deputado Vanderlei Assis, TVR Nº 693/05; Deputado Vic Pires Franco, TVR Nº 700/05; Deputado Walter Pinheiro, TVR Nº 675/05. **ORDEM DO DIA:** 1 – **REQUERIMENTO Nº 245/05** – do Sr. Nelson Proença – que "requer a realização de Audiência Pública para debater Programa de Inclusão Digital sob responsabilidade do Ministério das Comunicações". Usaram da palavra o Deputado NelsonProença e o Presidente, que informou estar confirmada a presença do ministro das comunicações na audiência pública da comissão, no dia 9 de novembro. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** 2 – **REQUERIMENTO Nº 246/05** – do Sr. Ariosto Holanda – que "solicita seja realizado no âmbito da Comissão e em conjunto com o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica desta Casa, Seminário sobre o tema Capacitação Tecnológica da População". **APROVADO POR UNANIMIDADE.** 3 – **TVR Nº 425/04** – do Poder Executivo – (MSC 915/2004) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 520, de 08 de outubro de 2003, que autoriza a Rádio Comunitária Sociedade FM de Medicilândia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Medicilândia, Estado do Pará". RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 4 – **TVR Nº 449/05** – do Poder Executivo – (MSC 78/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 09 de fevereiro de 2005, que outorga concessão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ubajara, Estado do Ceará" RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 5 – **TVR Nº 456/05** – do Poder Executivo – (MSC 84/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 91, de 23 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caculé, Estado da Bahia" RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 6 – **TVR Nº 576/05** – do Poder Executivo – (MSC 222/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 775, de 22 de dezembro de 2003 que outorga autorização ao Centro Comunitário Sócio Cultural de Barra dos Coqueiros para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe". RELATOR: Deputado DURVAL ORLATO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 7 – **TVR Nº 637/05** – do Poder Executivo – (MSC 357/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 150, de 16 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária da Região Norte para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 8 – **TVR Nº 648/05** – do Poder Executivo – (MSC 380/2005) – que "submete, à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante do Decreto de 16 de junho de 2005, que "Outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cotia, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Batista, em 05/10/2005. **RETIRADA DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 9 – **TVR Nº 653/05** – do Poder Executivo – (MSC 549/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 90, de 23 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Francisco de Assis Dantas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penaforte , Estado do Ceará" RELATOR: Deputado JOVINO CÂNDIDO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 10 – **TVR Nº 655/05** – do Poder Executivo – (MSC 551/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 142, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Diamantina a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, ser-

viço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia" RELATOR: Deputado JORGE GOMES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 11 – **TVR Nº 656/05** – do Poder Executivo – (MSC 552/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 114, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Cultural "Sebastião Cândido Rios" de Trindade – GO a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trindade, Estado de Goiás" RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 12 – **TVR Nº 657/05** – do Poder Executivo – (MSC 553/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 153, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Conceição dos Ouros a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição dos Ouros, Estado de Minas Gerais" RELATOR: Deputado JULIO SEMEGHINI. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 13 – **TVR Nº 658/05** – do Poder Executivo – (MSC 554/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 370, de 23 de setembro de 2004, que outorga permissão à Colinas FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná" RELATOR: Deputado MAURÍCIO RABELO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 14 – **TVR Nº 659/05** – do Poder Executivo – (MSC 555/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.794, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lapa, Estado do Paraná" RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 15 – **TVR Nº 662/05** – do Poder Executivo – (MSC 558/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 390, de 03 de novembro de 2004, que autoriza a Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte" RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 16 – **TVR Nº 666/05** – do Poder Executivo – (MSC 565/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 263, de 01 de junho de 2005, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão – FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toritama, Estado de Pernambuco" RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 17 – **TVR Nº 668/05** – do Poder Executivo – (MSC 567/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 97, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Cultural de São João Batista do Gloria a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista do Glória, Estado de Minas Gerais" RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 18 – **TVR Nº 669/05** – do Poder Executivo – (MSC 568/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.821, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Sistema Syria de Comunicações Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Boa Vista do Buricá, Estado do Rio Grande do Sul" RELATOR: Deputado DURVAL ORLATO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 19 – **TVR Nº 672/05** – do Poder Executivo – (MSC 587/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 199, de 11 de março de 2005, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 20 – **TVR Nº 681/05** – do Poder Executivo – (MSC 599/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 80, de 15 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Alternativa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JOÃO MENDES DE JE-

SUS. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 21 – **PROJETO DE LEI Nº 1.758/99** – do Sr. Pedro Fernandes – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações colocarem, nos aparelhos telefônicos de terminais fixos, dispositivo de registro de pulsos e de número de chamadas realizadas, e dá outras providências". (Apensados: PL 2225/1999, PL 3085/2000, PL 3795/2000, PL 4726/2001, PL 7092/2002, PL 7487/2002, PL 2939/2004 e PL 5754/2005) RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação deste, do PL 2225/1999, do PL 3085/2000, do PL 3795/2000, do PL 4726/2001, do PL 7092/2002, do PL 7487/2002, do PL 2939/2004, e do PL 5754/2005, apensados, com substitutivo. **VISTA AO DEPUTADO EDUARDO SCIARRA.** 22 – **PROJETO DE LEI Nº 1.304/03** – do Sr. Leonardo Monteiro – que "dispõe sobre a criação de telefone de três dígitos para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares". (Apensado: PL 1870/2003) RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES. PARECER: pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 1870/2003, apensado. **VISTA AO DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO.** 23 – **PROJETO DE LEI Nº 1.311/03** – do Sr. Wladimir Costa – que "acrescenta o artigo 63-A à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 24 – **PROJETO DE LEI Nº 2.436/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando a criação de serviço que informe o número de pulsos de ligações de longa distância". RELATOR: Deputado CARLOS NADER. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 25 – **PROJETO DE LEI Nº 2.787/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "dispõe sobre a proibição da exposição da imagem de crianças e adolescentes doentes pelos veículos de comunicação". RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Mendes de Jesus, em 19/10/2005. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 26 – **PROJETO DE LEI Nº 3.101/04** – do Sr. Jefferson Campos – que "assegura ao usuário do Serviço de Telefonia Fixa Comutada o direito de bloquear a discagem para chamadas de longa distância ou para serviços de valor adicionado". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 27 – **PROJETO DE LEI Nº 3.645/04** – do Sr. Carlos Nader – que " "Dispõe sobre bloqueador de celulares em presídios, casas de detenção, penitenciárias, cadeias e distritos policiais e dá outras providências."" RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **VISTA AO DEPUTADO RICARDO BARROS.** 28 – **PROJETO DE LEI Nº 3.793/04** – da Sra. Laura Carneiro – que "altera o art. 47 e acrescenta o art. 81-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, criando a modalidade de programa de graduação intitulada "Universidade Funcional"". RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação, com emenda. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** Durante a reunião, ocuparam a presidência os Deputados Pedro Chaves e Ricardo Barros. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às doze horas. Para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados.** Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 37ª reunião ordinária audiência pública realizada em 9 de novembro de 2005.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia nove de novembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Jader Barbalho – Presidente; Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes; Adelor Vieira, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Jovino Cândido, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Maurício Quintella Lessa, Maurício Rabelo, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Vanderlei Assis, Vic Pires Franco e Walter Pinheiro – Titulares; Amauri Gasques, Antonio Joaquim, Durval Orlato, Fernando Ferro, Inácio Arruda, João Campos, José Carlos Araújo, Leodegar Tiscoski, Lobbe Neto, Manoel Salviano, Pastor Pedro Ribeiro, Pastor Reinaldo, Robson Tuma, Romel Anizio, Salvador Zimbaldi, Vieira Reis, Wasny de Roure e Wladimir Costa – Suplentes. Compareceram também os Deputados Leonardo Monteiro, Osvaldo Biolchi e Paulo Lima, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Hermes Parcianello, Iris Simões, Miro Teixeira**,** Pedro Corrêa, Pedro Irujo e Professora Raquel

Teixeira. **ABERTURA:** O Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião de Audiência Pública, aprovada mediante os Requerimentos nºs 240, 243 e 245 de 2005, de autoria dos Deputados Marcelo Barbieri, Walter Pinheiro e Nelson Proença, respectivamente, cuja finalidade era o debate sobre a **"implantação da TV digital no País, renovação dos contratos de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), a partir do mês de janeiro do próximo ano, e Programa de Inclusão Digital".** Após os cumprimentos, o Presidente convidou o Senhor Hélio Costa, Ministro das Comunicações, para tomar assento à Mesa e iniciar sua exposição. Encerrada a fala do convidado, o Presidente questionou os motivos do governo não ter aplicado os recursos destinados ao Fust e, apelou para o ministro, em nome de todos os membros da comissão, que interceda junto aos titulares da área econômica pela utilização imediata destes recursos. Passou-se, então, à fase de debates. Fizeram suas colocações e questionamentos os Deputados Marcelo Barbieri, Walter Pinheiro, Nelson Proença, Julio Semeghini, Wladimir Costa, Salvador Zimbaldi, Takayama e Jorge Bittar. Participaram também da reunião, como assessores credenciados e autorizados pelo Presidente, o Sr. Roberto Pinto Martins, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações e o Sr. Igor Vilas Boas de Freitas, Diretor do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações. Durante a reunião ocupou a Presidência o Deputado Walter Pinheiro. Antes de encerrar os trabalhos o Presidente comunicou a realização dos seguintes eventos: a) dia 10, às 9h30, reunião de Audiência Pública para tratar, especificamente, da renovação dos contratos de telefonia fixa, com a presença da Anatel, de representantes de operadoras, associações do setor e de órgão de defesa do consumidor; b) dia 22, em parceria com o Conselho de Altos Estudos da Casa, seminário sobre desenvolvimento com inclusão social – capacitação tecnológica da população e exposição, alusiva aos Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs, no espaço externo ao Anexo II. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às quatorze horas e cinqüenta e dois minutos. O inteiro teor foi gravado, passando, o arquivo de áudio, a integrar o acervo documental desta reunião para degravação, mediante solicitação escrita. E, para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Jader Barbalho** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 38ª reunião ordinária audiência pública realizada em 10 de novembro de 2005.

Às dez horas e quarenta minutos do dia dez de novembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Sciarra – Vice-Presidente; Adelor Vieira, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gilberto Nascimento, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Gomes, José Rocha, Jovino Cândido, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Maurício Quintella Lessa, Professora Raquel Teixeira, Takayama e Walter Pinheiro – Titulares; Durval Orlato, José Carlos Araújo, Marinha Raupp, Raul Jungmann, Robson Tuma, Romel Anizio e Salvador Zimbaldi – Suplentes. Compareceu também o Deputado Colombo, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Badu Picanço, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, Jader Barbalho, Jorge Bittar, José Mendonça Bezerra, Maurício Rabelo, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Pedro Chaves, Pedro Corrêa, Pedro Irujo, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Silas Câmara, Vanderlei Assis e Vic Pires Franco. **ABERTURA:** O Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião de Audiência Pública, aprovada mediante o Requerimento nº 243 de 2005, de autoria do Deputado Walter Pinheiro, cuja finalidade era o **"debate sobre a renovação dos contratos de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), a partir do mês de janeiro do próximo ano".** Após os cumprimentos, o Presidente convidou os expositores para tomarem assento à Mesa e concedeu a palavra aos convidados na seguinte ordem: **1) Sr. PLÍNIO DE AGUIAR JUNIOR,** Presidente Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; **2) Sr. LUIS CUZA,** Presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas – TelComp; **3) Sr. RICARDO KNOEPFELMACHER,** Presidente da Brasil Telecom; **4) Sr. JOÃO DE DEUS PINHEIRO DE MACEDO,** Vice-Presidente da Telemar; **5) Sr. FERNANDO XAVIER FERREIRA,** Presidente da Telefônica; **6) LUIZ TITO CERASOLI,** Diretor da Embratel. Encerradas as exposições dos convidados passou-se à fase de debates. Fizeram suas colocações e questionamentos os Deputados Walter Pinheiro, Julio Semeghini e José Carlos Araújo. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra aos convidados para as considerações finais. Durante a reunião ocuparam a Presidência os Depu-

tados Gilberto Nascimento e José Carlos Araújo. Antes de encerrar os trabalhos o Presidente comunicou a realização de seminário, em parceria com o Conselho de Altos Estudos da Casa, sobre desenvolvimento com inclusão social – capacitação tecnológica da população, no dia 22 de novembro. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às treze horas e onze minutos. O inteiro teor foi gravado, passando, o arquivo de áudio, a integrar o acervo documental desta reunião para degravação, mediante solicitação escrita. E, para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado **Eduardo Sciarra** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 39ª reunião extraordinária realizada em 23 de novembro de 2005.

Às dez horas e cinqüenta e seis minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Jader Barbalho – Presidente; Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes; Adelor Vieira, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Jovino Cândido, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Luiza Erundina, Maurício Rabelo, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Professora Raquel Teixeira, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Vanderlei Assis e Walter Pinheiro – Titulares; Antonio Joaquim, Ariosto Holanda, César Bandeira, Durval Orlato, Inácio Arruda, Inaldo Leitão, Leodegar Tiscoski, Lobbe Neto, Marinha Raupp, Pastor Pedro Ribeiro, Pastor Reinaldo, Romel Anizio, Salvador Zimbaldi, Vieira Reis, Wasny de Roure e Wladimir Costa – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Hermes Parcianello, Jorge Bittar, Marcelo Barbieri, Maurício Quintella Lessa, Pedro Corrêa, Pedro Irujo, Vic Pires Franco e Wanderval Santos. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação as Atas das 36ª, 37ª e 38ª reuniões, realizadas nos dias 26 de outubro, 9 e 10 de novembro de 2005, respectivamente. O Deputado José Rocha solicitou a dispensa da leitura das Atas. Não houve discussão. Em votação, as Atas foram **APROVADAS** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou ao plenário que: **1)** recebeu justificativa de ausência dos Deputados Vanderlei Assis, nos dias 5, 6, 19 e 20 de outubro e João Castelo, no dia 10 de novembro, em razão de compromisso político-partidário em seus Estados; **2)** recebeu justificativa de ausência do Deputado Sandes Júnior, no dia 6 de outubro, em razão de compromisso político-partidário em seu Estado e no período de 22 de outubro a 5 de novembro por estar em missão oficial, fora do País, com o governador de Goiás; **3) r**ecebeu justificativa de ausência dos Deputados Antonio Joaquim, no período de 4 a 11 de outubro, e Almir Moura, no período de 24 de outubro a 03 de novembro, para tratamento médico; **4)** foram distribuídas aos relatores as seguintes proposições, cuja relação foi entregue aos membros da comissão nesta reunião: **dia 8 de novembro** – Deputado Adelor Vieira, **TVR Nº 727/05**; Deputado Badu Picanço, **TVR Nº 749/05;** Deputado Carlos Nader, **TVR Nº 721/05 e TVR Nº 744/05 ;** Deputado Corauci Sobrinho, **TVR Nº 715/05;** Deputado Eduardo Sciarra, **TVR Nº 748/05;** Deputado Eunício Oliveira, **TVR Nº 351/04;** Deputado Gilberto Nascimento, **TVR Nº 751/05 ;** Deputado Gustavo Fruet, **TVR Nº 701/05;** Deputado Hermes Parcianello, **TVR Nº 757/05;** Deputado Iris Simões, **TVR Nº 735/05 e TVR Nº 753/05;** Deputado João Batista, **TVR Nº 738/05;** Deputado João Mendes de Jesus, **TVR Nº 714/05;** Deputado Jorge Bittar, **TVR Nº 767/05;** Deputado Jorge Gomes, **TVR Nº 743/05;** Deputado José Mendonça Bezerra, **TVR Nº 723/05;** Deputado José Rocha, **TVR Nº 750/05 e TVR Nº 766/05;** Deputado Jovino Cândido, **TVR Nº 722/05;** Deputado Júlio Cesar, **TVR Nº 720/05;** Deputado Julio Semeghini, **TVR Nº 745/05 e TVR Nº 755/05;** Deputada Luiza Erundina, **TVR Nº 746/05;** Deputado Marcelo Barbieri, **TVR Nº 747/05;** Deputado Maurício Quintella Lessa, **TVR Nº 729/05 e TVR Nº 759/05;** Deputado Maurício Rabelo,

TVR Nº 731/05; Deputado Narcio Rodrigues, **TVR Nº 716/05 e TVR Nº 765/05;** Deputado Nelson Proença, **TVR Nº 730/05 e TVR Nº 762/05;** Deputado Pedro Chaves, **TVR Nº 725/05 e TVR Nº 726/05;** Deputado Pedro Corrêa, **TVR Nº 742/05;** Deputada Professora Raquel Teixeira, **TVR Nº 764/05;** Deputado Raimundo Santos, **TVR Nº 732/05 e TVR Nº 760/05;** Deputado Ricardo Barros, **TVR Nº 741/05;** Deputado Sandes Júnior, **TVR Nº 719/05 e TVR Nº 758/05;** Deputado Silas Câmara, **TVR Nº 718/05 e TVR Nº 739/05 ;** Deputado Takayama, **TVR Nº 740/05;** Deputado Vanderlei Assis, **TVR Nº 736/05 e TVR Nº 752/05;** Deputado Vic Pires Franco,**TVR Nº 734/05 e TVR Nº 763/05;** Deputado Walter Pinheiro, **TVR Nº 687/05;** Deputado Wasny de Roure, **TVR Nº 717/05 e TVR Nº 733/05; dia 9**

de novembro – Deputado Corauci Sobrinho, **PROJETO DE LEI Nº 3.213/00;** Deputado José Carlos Araújo, **PROJETO DE LEI Nº 5.825/05;** Deputada Luiza Erundina, **PROJETOS DE LEI Nºs 3.878/04, 3.888/04, 4.074/04, 4.430/04 e 5.367/05;** Deputado Walter Pinheiro, **PROJETO DE LEI Nº 4.373/01.** Antes de iniciar a Ordem do Dia, o Presidente propôs ao plenário a realização de apenas uma reunião, para deliberação dos itens constantes da pauta das duas reuniões (ordinária e extraordinária) anteriormente agendadas. Sugeriu, ainda, que os últimos itens a serem deliberados fossem as sugestões de emendas a proposta orçamentária para 2006, apresentadas como matéria extra pauta. Colocadas em votação, as propostas foram aprovadas por unanimidade. **ORDEM DO DIA: Matéria sobre a Mesa:** O Presidente colocou em votação a inclusão, extra-pauta, do Requerimento nº 250/2005, do Deputado Julio Semeghini e das sugestões de emendas a proposta orçamentária para 2006. O Plenário APROVOU por unanimidade. 1 – **REQUERIMENTO Nº 250/05** – do Sr. Julio Semeghini – que "requer a realização de Audiência Pública para discutir os aspectos técnicos e o cronograma de trabalho da TV Digital". **APROVADO POR UNANIMIDADE. Emendas a serem oferecidas, pela Comissão ao Projeto de Lei nº 40/2005 (Orçamento da União para 2006).** O Presidente convidou o Deputado Narcio Rodrigues, Relator das Propostas ao Orçamento, para tomar assento à Mesa, e passou-lhe a palavra. O Deputado Narcio Rodrigues leu as sugestões de emendas que foram apresentadas e informou que, após a sistematização, resultaram as 5 emendas que a Comissão apresentará ao Orçamento. Esclareceu, ainda, que em relação a emenda que trata do Fust o descritor proposto poderia passar por adequação técnica. Colocadas em discussão, fizeram uso da palavra os Deputados: João Batista, José Rocha, Vanderlei Assis, Walter Pinheiro, Julio Semeghini, Eduardo Sciarra, Iris Simões e Salvador Zimbaldi. Encerrada a discussão, o Presidente colocou em votação as seguintes sugestões de emendas da Comissão ao Orçamento da União para 2006: 2 – **SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 1/05** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que "apóia a ciência, tecnologia e inovação para inclusão e desenvolvimento social – nacional / MCT. Valor R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)". 3 – **SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 2/05** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que "apóia projetos de inclusão digital – nacional / Ministério das Comunicações. Valor R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)". 4 – **SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 3/05** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que "concede bolsas de formação e qualificação de pesquisadores-CNPq. Valor R$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais)". 5 – **SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 4/05** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que "proporciona fomento a projetos institucionais de ciência e tecnologia (FNDCT) – nacional / MCT. Valor R$ 415.623.554,00 (quatrocentos e quinze milhões, seiscentos e vinte e três mil, quinhentos e cinqüenta e quatro reais)". 6 – **SUGESTÃO DE EMENDA AO ORÇAMENTO Nº 5/05** – da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – que "proporciona expansão dos serviços de telefonia (FUST) / Ministério das Comunicações. Valor R$ 656.000.000,00 (seiscentos e cinqüenta e seis milhões de reais)". Todas as Emendas foram **APROVADAS POR UNANIMIDADE.** 7 – **REQUERIMENTO Nº 248/05** – do Sr. Narcio Rodrigues – que "convida o Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sr. Sérgio Rezende, para, em Audiência Pública, detalhar os programas de sua Pasta e discorrer sobre a execução orçamentária de 2006 no seu Ministério" **APROVADO POR UNANIMIDADE.** 8 – **REQUERIMENTO Nº 249/05** – do Sr. Julio Semeghini – (PL 2576/2000) – que "requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a instalação de fontes emissoras de radiação eletromagnética, que trata o PL 2576 de 2000". **APROVADO POR UNANIMIDADE.** 9 – **PROJETO DE LEI Nº 4.109/04** – do Sr. Carlos Nader – que "modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, prevendo penalidades para quem financiar, custear ou veicular publicidade em emissoras que operem ilegalmente". (Apensado: PL 4169/2004) RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 4169/2004, apensado. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 10 – **PROJETO DE LEI Nº 1.070/95** – ILDEMAR KUSSLER – que "dispõe sobre crimes oriundos da divulgação de material pornográfico através de computadores". (Apensados: PL 1654/1996 (Apensado: PL 5712/2005), PL 1682/1999, PL 1713/1996 (Apensados: PL 2644/1996, PL 3258/1997 (Apensado: PL 5468/2001) e PL 3692/1997), PL 3268/1997, PL 3356/2000, PL 3498/1997, PL 6127/2002 e PL 4990/2005) RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação deste, do PL 1654/1996, do PL 1713/1996, do PL 3268/1997, do PL 3498/1997, do PL 1682/1999, do PL 3356/2000, do PL 6127/2002, do PL 4990/2005, do PL 3258/1997, e do PL 5468/2001, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 5712/2005, do PL 2644/1996, e do PL 3692/1997, apensados. Vista à Deputada Marinângela Duarte, em 01/06/2005. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 11 – **MENSAGEM Nº 1.216/96** – do Poder

Executivo – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 20 de novembro de 1996, que "Renova a concessão da Rádio Marajá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul"". RELATOR: Deputado EDUARDO SCIARRA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 12 – **TVR Nº 270/04** – do Poder Executivo – (MSC 511/2004) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 570, de 05 de novembro de 2003, que autoriza a Associação dos Radialistas Comunitários do Paruá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado JORGE GOMES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 13 – **TVR Nº 416/04** – do Poder Executivo – (MSC 900/2004) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 744, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Rádio Comunitária 97 FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turmalina, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO WLADIMIR COSTA.** 14 – **TVR Nº 485/05** – do Poder Executivo – (MSC 87/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.952, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 619, de 9 dezembro de 2003, que autoriza a Pequi Esporte Clube – PEC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pequi, Estado de Minas Gerais" RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 15 – **TVR Nº 552/05** – do Poder Executivo – (MSC 219/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 108, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação de Moradores da Cohab Massangano – Petrolina (PE) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Petrolina, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 16 – **TVR Nº 661/05** – do Poder Executivo – (MSC 557/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.568, de 22 de novembro de 2002, que renova a permissão outorgada à Sistema Paranaense de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Londrina, Estado do Paraná" RELATOR: Deputado EDUARDO SCIARRA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA**. 17 – **TVR Nº 674/05** – do Poder Executivo – (MSC 592/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 271, de 10 de junho de 2005, que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado MARCELO BARBIERI. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 18 – **TVR Nº 676/05** – do Poder Executivo – (MSC 597/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.829, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Vale do Paranaíba Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campos Verdes, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 19 – **TVR Nº 678/05** – do Poder Executivo – (MSC 598/2005) – que "sSubmete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 270, de 9 de junho de 2005, que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL GOIÁS VIVO – FUNGOV para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caldas Novas, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação. **VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS JOSÉ ROCHA E WLADIMIR COSTA.** 20 – **TVR Nº 679/05** – do Poder Executivo – (MSC 599/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 395, de 28 de julho de 2003, que outorga autorização à Associação de Comunicação e Educação de Marco para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Marco, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado JORGE GOMES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 21 – **TVR Nº 682/05** – do Poder Executivo – (MSC 599/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 119, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Birigui para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no

município de Birigui, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado RAIMUNDO SANTOS. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOÃO BATISTA.** 22 – **TVR Nº 684/05** – do Poder Executivo – (MSC 599/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 136, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Sociedade de Radiodifusão Comunitária de São Bento do Una para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de São Bento do Una, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 23 – **TVR Nº 686/05** – do Poder Executivo – (MSC 599/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 273, de 13 de junho de 2005, que outorga autorização à Rádio Comunidade Porciúncula para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOÃO MENDES DE JESUS.** 24 – **TVR Nº 688/05** – do Poder Executivo – (MSC 606/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 137, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, no município de Ibimirim, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 25 – **TVR Nº 689/05** – do Poder Executivo – (MSC 607/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 522, de 8 de outubro de 2003, que outorga autorização à Associação Civil Filantrópica "Asilo Vila do Sol" para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 26 – **TVR Nº 691/05** – do Poder Executivo – (MSC 607/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 134, de 16 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária de Movimento Artístico e Cultural de Humaitá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Humaitá, Estado do Amazonas". RELATOR: Deputado EDUARDO SCIARRA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 27 – **TVR Nº 692/05** – do Poder Executivo – (MSC 607/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 225, de 29 de março de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária João Kominek para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 28 – **TVR Nº 694/05** – do Poder Executivo – (MSC 611/2005) – que "sSubmete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.950, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 623, de 9 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 29 – **TVR Nº 695/05** – do Poder Executivo – (MSC 611/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 98, de 23 de janeiro de 2004, que outorga autorização à Associação dos Moradores do Loteamento Bonanza II para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Moreno, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 30 – **TVR Nº 696/05** – do Poder Executivo – (MSC 611/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 140, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Barra do Mendes, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 31 – **TVR Nº 697/05** – do Poder Executivo – (MSC 611/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante Portaria nº 148, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e a Infância Dr. João Moreira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação. **APRO-**

VADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 32 – **TVR Nº 698/05** – do Poder Executivo – (MSC 611/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante Portaria nº 149, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Alto Alegre do Pindaré – ARCAP para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Alto Alegre do Pindaré, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 33 – **TVR Nº 699/05** – do Poder Executivo – (MSC 611/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante Portaria nº 150, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Integrada Conhecer para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de São Luís Gonzaga do Maranhão, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado CORAUCI SOBRINHO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 34 – **TVR Nº 700/05** – do Poder Executivo – (MSC 611/2005) – que "sSubmete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante Portaria nº 153, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Vila Santa Branca – Sintonia FM 91,1 para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado VIC PIRES FRANCO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 35 – **TVR Nº 704/05** – do Poder Executivo – (MSC 619/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 38, de 15 de janeiro de 2004, alterada pela de nº 299, de 29 de julho de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Transversal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOÃO BATISTA.** 36 – **TVR Nº 705/05** – do Poder Executivo – (MSC 619/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 96, de 23 de janeiro de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária Rosa de Saron – ACRS para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado CARLOS NADER. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 37 – **TVR Nº 706/05** – do Poder Executivo – (MSC 619/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 272, de 10 de junho de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural "Z" para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mauá, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOÃO BATISTA.** 38 – **TVR Nº 728/05** – do Poder Executivo – (MSC 653/2005) – que "sSubmete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 183, de 21 de fevereiro de 2005, que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOSÉ FERNANDES DE MELO para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 39 – **PROJETO DE LEI Nº 1.758/99** – do Sr. Pedro Fernandes – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações colocarem, nos aparelhos telefônicos de terminais fixos, dispositivo de registro de pulsos e de número de chamadas realizadas, e dá outras providências". (Apensados: PL 2225/1999, PL 3085/2000, PL 3795/2000, PL 4726/2001, PL 7092/2002, PL 7487/2002, PL 2939/2004 e PL 5754/2005) RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação deste, do PL 2225/1999, do PL 3085/2000, do PL 3795/2000, do PL 4726/2001, do PL 7092/2002, do PL 7487/2002, do PL 2939/2004, e do PL 5754/2005, apensados, com substitutivo. Vista ao Deputado Eduardo Sciarra, em 26/10/2005. O Deputado Eduardo Sciarra apresentou voto em separado em 09/11/2005. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 40 – **PROJETO DE LEI Nº 3.196/00** – do Sr. João Paulo – que "dispõe sobre a obrigatoriedade dos fabricantes de aparelhos celulares alertarem seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde". (Apensados: PL 3665/2000 e PL 3432/2000 (Apensados: PL 3582/2000, PL 3596/2000 e PL 3912/2000)) RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação deste e do PL 3665/2000, apensado, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor,.e pela rejeição do PL 3432/2000, do PL 3582/2000, do PL 3596/2000, e do PL 3912/2000, apensados. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 41 – **PROJETO DE LEI Nº 768/03** – do Sr. Luiz Bittencourt – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), obrigando as ope-

radoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória". RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 42 – **PROJETO DE LEI Nº 1.304/03** – do Sr. Leonardo Monteiro – que "dispõe sobre a criação de telefone de três dígitos para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares". (Apensado: PL 1870/2003) RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES. PARECER: pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 1870/2003, apensado. Vista ao Deputado Gilberto Nascimento, em 26/10/2005. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 43 – **PROJETO DE LEI Nº 1.311/03** – do Sr. Wladimir Costa – que "acrescenta o artigo 63-A à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 44 – **PROJETO DE LEI Nº 2.436/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando a criação de serviço que informe o número de pulsos de ligações de longa distância". RELATOR: Deputado CARLOS NADER. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 45 – P**ROJETO DE LEI Nº 2.787/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "dispõe sobre a proibição da exposição da imagem de crianças e adolescentes doentes pelos veículos de comunicação". RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Mendes de Jesus, em 19/10/2005. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 46 – **PROJETO DE LEI Nº 3.101/04** – do Sr. Jefferson Campos – que "assegura ao usuário do Serviço de Telefonia Fixa Comutada o direito de bloquear a discagem para chamadas de longa distância ou para serviços de valor adicionado". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. O Deputado Julio Semeghini sugeriu a realização de reunião com técnicos da Anatel para assegurar a melhor forma de implementação deste serviço. **VISTA AO DEPUTADO JULIO SEMEGHINI.** 47 – **PROJETO DE LEI Nº 3.645/04** – do Sr. Carlos Nader – que " "Dispõe sobre bloqueador de celulares em presídios, casas de detenção, penitenciárias, cadeias e distritos policiais e dá outras providências."" RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Ricardo Barros, em 26/10/2005. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 48 – **PROJETO DE LEI Nº 3.793/04** – da Sra. Laura Carneiro – que "altera o art. 47 e acrescenta o art. 81-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, criando a modalidade de programa de graduação intitulada "Universidade Funcional"". RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação, com emenda. Discutiram a matéria os Deputados Miro Teixeira e Walter Pinheiro. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 49 – **PROJETO DE LEI Nº 4.285/0**4 – do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que "dispõe sobre a destinação de recursos estrangeiros para fins de pesquisa e preservação da biodiversidade". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Takayama, em 29/06/2005. O Deputado Gilberto Nascimento apresentou voto em separado em 09/08/2005. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** Concluída a Ordem do Dia, o Presidente lembrou a todos o compromisso assumido pelo Ministro das Comunicações de retornar à Comissão para discutir os contratos de renovação das empresas de telecomunicações e a disponibilização dos recursos do Fust. Logo após o Presidente suspendeu a reunião para que fosse elaborada a presente Ata. Concluída sua confecção e dispensada sua leitura a pedido do Deputado Julio Semeghini, foi colocada em votação e **APROVADA por unanimidade. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às treze horas e cinco minutos. Para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados.** Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 40ª reunião ordinária realizada em 30 de novembro de 2005.

Às dez horas e cinquenta e três minutos do dia trinta de novembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Jader Barbalho – Presidente; Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes; Adelor Vieira, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gilberto Nascimento, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Jovino Cândido, Júlio Cesar, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Maurício Rabelo, Miro Teixeira, Nelson Proença, Professora Raquel Teixeira, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Takayama, Vic Pires Franco e Walter Pinheiro – Titulares; Almir Moura, Antonio Joaquim, César Bandeira, Durval Orlato, Inácio Arruda, João Castelo, Leodegar Tiscoski, Lobbe Neto, Luiz

Piauhylino, Pastor Pedro Ribeiro, Romel Anizio, Salvador Zimbaldi, Vieira Reis e Wasny de Roure – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Julio Semeghini, Maurício Quintella Lessa, Narcio Rodrigues, Pedro Corrêa, Pedro Irujo, Vanderlei Assis e Wanderval Santos. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou ao plenário que: **1)** recebeu justificativa de ausência dos Deputados Vanderlei Assis e Sandes Junior, no dia 16 de novembro, em razão de compromissos político-partidários em seus Estados; **2)** foram distribuídas aos relatores as seguintes proposições, cuja relação foi entregue aos membros da comissão nesta reunião: **dia 16 de novembro** – Deputado Badu Picanço, PROJETO DE LEI Nº 4.710/01; Deputado Carlos Nader, TVR Nº 769/05 ; Deputado Gilberto Nascimento, PROJETO DE LEI Nº 513/03 ; Deputado João Batista, TVR Nº 772/05; Deputado Jorge Bittar, PROJETO DE LEI Nº 1.501/03; Deputado Jorge Gomes, TVR Nº 773/05; Deputado José Rocha, PROJETO DE LEI Nº 4.054/04; Deputado Jovino Cândido, TVR Nº 775/05; Deputado Julio Semeghini, PROJETO DE LEI Nº 960/03; Deputado Marcelo Barbieri, PROJETO DE LEI Nº 3.575/00 e PROJETO DE LEI Nº 2.035/03; Deputado Narcio Rodrigues, PROJETO DE LEI Nº 1.048/03; Deputado Pedro Corrêa, PROJETO DE LEI Nº 1.338/03; Deputada Professora Raquel Teixeira, TVR Nº 771/05; Deputado Ricardo Barros, PROJETO DE LEI Nº 6.575/02 e PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 102/05; Deputado Sandes Júnior, PROJETO DE LEI Nº 2.838/03 e TVR Nº 768/05; Deputado Takayama, TVR Nº 770/05; Deputado Vanderlei Assis, PROJETO DE LEI Nº 3.269/04 e TVR Nº 776/05; Deputado Walter Pinheiro, PROJETO DE LEI Nº 4.787/01 e PROJETO DE LEI Nº 2.315/03; **dia 17 de novembro** – Deputado Adelor Vieira, PROJETO DE LEI Nº 2.685/03 e PROJETO DE LEI Nº 3.781/04; Deputado Corauci Sobrinho, PROJETO DE LEI Nº 3.861/04; Deputado Eduardo Sciarra, PROJETO DE LEI Nº 4.026/04; Deputado Iris Simões, PROJETO DE LEI Nº 4.154/04; Deputado João Batista, PROJETO DE LEI Nº 3.273/04; Deputado Júlio Cesar, PROJETO DE LEI Nº 4.138/04; Deputado Pedro Chaves, PROJETO DE LEI Nº 1.492/03; Deputado Takayama, PROJETO DE LEI Nº 3.811/04; **dia 23 de novembro** – Deputado Iris Simões, TVR Nº 713/05; Deputado Jovino Cândido, PROJETO DE LEI Nº 5.023/05; **dia 24 de novembro** – Deputado Badu Picanço, TVR Nº 796/05; Deputado Gilberto Nascimento, TVR Nº 777/05; Deputado Hermes Parcianello, TVR Nº 778/05 ; Deputada Luiza Erundina, TVR Nº 782/05; Deputado Maurício Quintella Lessa, TVR Nº 781/05; Deputado Maurício Rabelo, TVR Nº 783/05; Deputado Nelson Proença, TVR Nº 780/05; Deputado Silas Câmara, TVR Nº 798/05; Deputado Vic Pires Franco, TVR Nº 779/05; **3)** na próxima terça feira, dia 06 de dezembro, às 14h30, haverá audiência pública sobre o tema "Novas tecnologias digitais e modificações do plano de freqüência de TV, com inclusão de novos canais". A audiência é fruto do requerimento nº 222 de autoria dos Deputados Fernando Ferro e Mariângela Duarte. **ORDEM DO DIA:** 1 – **PROJETO DE LEI Nº 4.109/04** – do Sr. Carlos Nader – que "modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, prevendo penalidades para quem financiar, custear ou veicular publicidade em emissoras que operem ilegalmente". (Apensado: PL 4169/2004) RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 4169/2004, apensado. **RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR.** 2 – **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 208/04** – do Sr. Eduardo Valverde – que "regula o Inciso XXVII, Art. 7º, da Constituição Federal, que trata da proteção ao trabalhador em face da modernização e determina outras providências". RELATOR: Deputado DURVAL ORLATO. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 3 – **PROJETO DE LEI Nº 1.070/95** – ILDEMAR KUSSLER – que "dispõe sobre crimes oriundos da divulgação de material pornográfico através de computadores". (Apensados: PL 1654/1996 (Apensado: PL 5712/2005), PL 1682/1999, PL 1713/1996 (Apensados: PL 2644/1996, PL 3258/1997 (Apensado: PL 5468/2001) e PL 3692/1997), PL 3268/1997, PL 3356/2000, PL 3498/1997, PL 6127/2002 e PL 4990/2005) RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação deste, do PL 1654/1996, do PL 1713/1996, do PL 3268/1997, do PL 3498/1997, do PL 1682/1999, do PL 3356/2000, do PL 6127/2002, do PL 4990/2005, do PL 3258/1997, e do PL 5468/2001, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 5712/2005, do PL 2644/1996, e do PL 3692/1997, apensados. Vista à Deputada Mariângela Duarte, em 01/06/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 4 – **PROJETO DE LEI Nº 2.856/97** – do Sr. Ivan Valente – que "caracteriza, no âmbito da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, como abuso de autoridade, a exposição, sem autorização judicial, em veículos de comunicação social, daqueles submetidos à custódia policial". (Apensados: PL 40/1999, PL 1072/1999, PL 3067/1997, PL 3349/1997 e PL 3577/1997) RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação deste, do PL 40/1999, do PL 1072/1999, do PL 3067/1997, do PL 3349/1997, e do PL 3577/1997, apensados, com substitutivo. **VISTA AO DEPUTADO**

GILBERTO NASCIMENTO. 5 – **PROJETO DE LEI Nº 5.040/01** – do Sr. Severino Cavalcanti – que "tipifica como crime a exibição, por emissora de televisão, de cena de nudismo ou de relações sexuais". RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 6 – **PROJETO DE LEI Nº 1.771/03** – do Sr. Pompeo de Mattos – que "dispõe sobre a regularização e anistia à emissoras de radiodifusão sonora que se encontram em funcionamento e desacordo com a legislação vigente". (Apensado: PL 1976/2003) RELATOR: Deputado WALTER PINHEIRO. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1976/2003, apensado, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 7 – **PROJETO DE LEI Nº 2.186/03** – do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "dispõe sobre o envio de mensagem não solicitada por meio de redes de computadores destinadas ao uso do público". (Apensados: PL 2423/2003, PL 3731/2004 e PL 3872/2004) RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação deste, do PL 2423/2003, do PL 3731/2004, e do PL 3872/2004, apensados, com substitutivo. Vista ao Deputado Julio Semeghini, em 14/09/2005. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 8 – **TVR Nº 216/04** – do Poder Executivo – (MSC 499/2004) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 239, de 12 de junho de 2003, que autoriza a ACREDITAR – Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Radio Difusão de Itumirim/MG a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumirim, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JORGE BITTAR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 9 – **TVR Nº 252/04** – do Poder Executivo – (MSC 503/2004) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 722, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Serra Caiada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Juscelino, atual Serra Caiada, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JORGE BITTAR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 10 – **TVR Nº 277/04** – do Poder Executivo – (MSC 517/2004) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 696, de 09 dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Ouroeste a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouroeste, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JORGE BITTAR. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOÃO BATISTA.** 11 – **TVR Nº 289/04** – do Poder Executivo – (MSC 523/2004) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 232, de 12 de junho de 2003, alterada pela de nº 739, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação dos Moradores do Centro de Borda da Mata a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borda da Mata, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JORGE BITTAR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 12 – **TVR Nº 351/04** – do Poder Executivo – (MSC 740/2004) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 237, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Minduri, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado EUNÍCIO OLIVEIRA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 13 – **TVR Nº 416/04** – do Poder Executivo – (MSC 900/2004) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 744, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Rádio Comunitária 97 FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turmalina, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Wladimir Costa, em 23/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 14 – **TVR Nº 528/05** – do Poder Executivo – (MSC 132/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 507, de 8 de dezembro de 2004, que renova a permissão outorgada, por transferência direta, à Televisão Verdes Mares Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Recife, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado EUNÍCIO OLIVEIRA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 15 – **TVR Nº 636/05** – do Poder Executivo – (MSC 357/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 79, de 21 de janeiro de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Engenheiro Navarro – MG para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na

cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado TAKAYAMA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 16 – **TVR Nº 648/05** – do Poder Executivo – (MSC 380/2005) – que "submete, à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante do Decreto de 16 de junho de 2005, que "Outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cotia, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Batista, em 05/10/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 17 – **TVR Nº 661/05** – do Poder Executivo – (MSC 557/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.568, de 22 de novembro de 2002, que renova a permissão outorgada à Sistema Paranaense de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Londrina, Estado do Paraná" RELATOR: Deputado EDUARDO SCIARRA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 23/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 18 – **TVR Nº 674/05** – do Poder Executivo – (MSC 592/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 271, de 10 de junho de 2005, que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado MARCELO BARBIERI. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 23/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 19 – **TVR Nº 676/05** – do Poder Executivo – (MSC 597/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.829, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Vale do Paranaíba Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campos Verdes, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 23/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 20 – **TVR Nº 678/05** – do Poder Executivo – (MSC 598/2005) – que "sSubmete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 270, de 9 de junho de 2005, que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL GOIÁS VIVO – FUNGOV para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caldas Novas, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados José Rocha e Wladimir Costa, em 23/11/2005. A**PROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 21 – **TVR Nº 682/05** – do Poder Executivo – (MSC 599/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 119, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Nova Birigui para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Birigui, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado RAIMUNDO SANTOS. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Batista, em 23/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 22 – **TVR Nº 683/05** – do Poder Executivo – (MSC 599/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 127, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Diamante do Norte, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 23 – **TVR Nº 685/05** – do Poder Executivo – (MSC 599/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 155, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Camponovense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado TAKAYAMA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 24 – **TVR Nº 686/05** – do Poder Executivo – (MSC 599/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 273, de 13 de junho de 2005, que outorga autorização à Rádio Comunidade Porciúncula para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Mendes de Jesus, em 23/11/2005. **APROVADO POR**

UNANIMIDADE O PARECER. 25 – **TVR Nº 690/05** – do Poder Executivo – (MSC 607/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 567, de 5 de novembro de 2003, que outorga autorização à Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JULIO SEMEGHINI. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 26 – **TVR Nº 696/05** – do Poder Executivo – (MSC 611/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 140, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação de Assistência aos Menores Carentes de Barra do Mendes – Bahia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Barra do Mendes, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 23/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 27 – **TVR Nº 701/05** – do Poder Executivo – (MSC 613/2005) – que "submete, ao Congresso Nacional, o ato constante da Portaria nº 330, de 7 de julho de 2005, que outorga permissão à Asa Branca Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada no município de Brasília, Distrito Federal". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 28 – **TVR Nº 704/05** – do Poder Executivo – (MSC 619/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 38, de 15 de janeiro de 2004, alterada pela de nº 299, de 29 de julho de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Transversal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Batista, em 23/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 29 – **TVR Nº 706/05** – do Poder Executivo – (MSC 619/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 272, de 10 de junho de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural "Z" para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mauá, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Batista, em 23/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 30 – TVR Nº 707/05 – do Poder Executivo – (MSC 630/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 382, de 10 de agosto de 2005, que outorga permissão à FUNDAÇÃO PADRE ENIO MARTIN – (FUENIO) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 31 – **TVR Nº 708/05** – do Poder Executivo – (MSC 629/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 142, de 16 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Sócio-Cultural, Desportiva e Educacional de Pindoretama para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado JULIO SEMEGHINI. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 32 – **TVR Nº 710/05** – do Poder Executivo – (MSC 631/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 501, de 8 de dezembro de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária Agenda – FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaú, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOÃO BATISTA.** 33 – **TVR Nº 711/05** – do Poder Executivo – (MSC 631/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 47, de 4 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira – Paraná para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Godoy Moreira, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 34 – **TVR Nº 714/05** – do Poder Executivo – (MSC 650/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 256, de 13 de maio de 2005, que outorga permissão à CARMANHÃES & FERREIRA – COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada no município de Martinópolis, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado

JOÃO MENDES DE JESUS. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 35 – **TVR Nº 715/05** – do Poder Executivo – (MSC 650/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 294, de 4 de julho de 2005, que outorga permissão à RÁDIO MARCO ZERO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada no município de Laranjal do Jarí, Estado do Amapá". RELATOR: Deputado CORAUCI SOBRINHO. PARECER: pela aprovação. V**ISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 36 – **TVR Nº 716/05** – do Poder Executivo – (MSC 651/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.922, de 17 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Aurora FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Caxias, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 37 – **TVR Nº 718/05** – do Poder Executivo – (MSC 646/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.845, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 631, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Bairro da Capela a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 38 – **TVR Nº 720/05** – do Poder Executivo – (MSC 646/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 527, de 8 de outubro de 2003, que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Pirajuí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOÃO BATISTA.** 39 – **TVR Nº 721/05** – do Poder Executivo – (MSC 646/2005) – que "sSubmete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 67, de 4 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Prestadora de Serviços da Comunidade de Perdizes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Perdizes, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado CARLOS NADER. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 40 – **TVR Nº 723/05** – do Poder Executivo – (MSC 646/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 281, de 28 de junho de 2005, que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Cuiabá-MT a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 41 – **TVR Nº 726/05** – do Poder Executivo – (MSC 658/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 30 de setembro de 2005, que "Outorga concessão à Fundação José Possidônio Peixoto, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caucaia, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 42 – **TVR Nº 727/05** – do Poder Executivo – (MSC 653/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 332, de 13 de setembro de 2004, que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE BOA VIAGEM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Boa Viagem, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 43 – **TVR Nº 729/05** – do Poder Executivo – (MSC 652/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 565, de 5 de novembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Araçuaí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçuaí, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 44 – **TVR Nº 732/05** – do Poder Executivo – (MSC 652/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 207, de 28 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação da Juventude do Município de Montes Altos – MA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Montes Altos, Estado do Maranhão". RELATOR: Deputado RAIMUNDO SANTOS. PARECER: pela aprova-

ção. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 45 – **TVR Nº 734/05** – do Poder Executivo – (MSC 652/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 72, de 4 de fevereiro de 2005, que outorga autorização ao Clube de Mães e Idosos Maria Isabel de Medeiros para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado VIC PIRES FRANCO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 46 – **TVR Nº 735/05** – do Poder Executivo – (MSC 652/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 77, de 14 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Franca, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOÃO BATISTA.** 47 – **TVR Nº 738/05** – do Poder Executivo – (MSC 668/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 62, de 4 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural União Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Joinville, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 48 – **TVR Nº 739/05** – do Poder Executivo – (MSC 669/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 154, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Amigos de Monte Carlo (ACCAMC) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO ADELOR VIEIRA.** 49 – **TVR Nº 740/05** – do Poder Executivo – (MSC 670/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 385, de 12 de agosto de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Artístico e Cultural de São Gonçalo do Sapucaí para executar, serviço de radiodifusão comunitária, no município de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado TAKAYAMA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 50 – **TVR Nº 741/05** – do Poder Executivo – (MSC 671/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 396, de 3 de novembro de 2004, que outorga permissão à RÁDIO FM CAXITORÉ LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Pentecoste, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 51 – **TVR Nº 744/05** – do Poder Executivo – (MSC 681/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 8, de 20 de janeiro de 2005, que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA "JOÃO HENRIQUE DANTAS" para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado CARLOS NADER. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 52 – **TVR Nº 745/05** – do Poder Executivo – (MSC 682/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 168, de 16 de fevereiro de 2005, que renova permissão outorgada à Empreendimento de Radiodifusão Embalo Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada no município de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado JULIO SEMEGHINI. PARECER: pela aprovação. **VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS JOÃO MENDES DE JESUS E JOSÉ ROCHA.** 53 – **TVR Nº 746/05** – do Poder Executivo – (MSC 683/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 672, de 9 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão – Maranhão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Edison Lobão, estado do Maranhão". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 54 – **TVR Nº 747/05** – do Poder Executivo – (MSC 683/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 676, de 9 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Oeste, estado do Paraná". RELATOR: Deputado MARCELO BARBIERI. PARECER: pela aprova-

ção. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 55 – **TVR Nº 748/05** – do Poder Executivo – (MSC 683/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 730, de 15 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação "Marechal Rondon" de Campinápolis – MT para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinápolis, estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado EDUARDO SCIARRA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 56 – **TVR Nº 749/05** – do Poder Executivo – (MSC 683/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 221, de 28 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ribeira, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOÃO BATISTA.** 57 – **TVR Nº 750/05** – do Poder Executivo – (MSC 683/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12, de 26 de janeiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Areia Branca – ACAB para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibicuitinga, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 58 – **TVR Nº 751/05** – do Poder Executivo – (MSC 683/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 171, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação de Comunicação e Ação Social Comunitária de Baixo Guandu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo". RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 59 – **TVR Nº 753/05** – do Poder Executivo – (MSC 709/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 175, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Mirassol D'Oeste, estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 60 – **TVR Nº 755/05** – do Poder Executivo – (MSC 711/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 281, de 1º de julho de 2004, que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL AURORA DO POVO – FUNCAP para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Aurora, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado JULIO SEMEGHINI. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 61 – **TVR Nº 757/05** – do Poder Executivo – (MSC 712/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 245, de 2 de maio de 2005, que outorga permissão à SISTEMA RADIODIFUSÃO DE SERTÃOZINHO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO. PARECER: pela aprovação. **VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS JOÃO MENDES DE JESUS E JOSÉ ROCHA.** 62 – **TVR Nº 759/05** – do Poder Executivo – (MSC 714/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 405, de 10 de novembro de 2004, que outorga permissão à Fundação Educativa São Gonçalo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 63 – **TVR Nº 760/05** – do Poder Executivo – (MSC 714/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 233, de 15 de abril de 2005, que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSÉ ONILSON LIMA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Parambu, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado RAIMUNDO SANTOS. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 64 – **TVR Nº 762/05** – do Poder Executivo – (MSC 716/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 160, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ribeirão Cascalheira, Estado do Mato Gros-

so". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 65 – **TVR Nº 765/05** – do Poder Executivo – (MSC 727/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 130, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Castelense de Monte Castelo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO ADELOR VIEIRA.** 66 – **TVR Nº 766/05** – do Poder Executivo – (MSC 727/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 289, de 28 de junho de 2005, que outorga autorização à Associação Movimento Rádio Comunitária Associação Joni Braga Educação Arte & Cultura Rádio Nova Bofete – RNB – FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bofete, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 67 – **TVR Nº 767/05** – do Poder Executivo – (MSC 730/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 102, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga permissão à Fundação Evangélica Cristã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Vera Cruz, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado JORGE BITTAR. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 68 – **TVR Nº 776/05** – do Poder Executivo – (MSC 751/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 29 de dezembro de 2003, outorga concessão à Fundação Gazeta – Jornalista Francisco José Frantz para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado VANDERLEI ASSIS. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 69 – **TVR Nº 798/05** – do Poder Executivo – (MSC 774/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 436, de 10 de outubro de 2005, que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada no Município de Rio Branco, Estado do Acre". RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 70 – **PROJETO DE LEI Nº 7.075/02** – do Senado Federal – ANTERO PAES DE BARROS – que "introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações". (Apensado: PL 3384/1997 (Apensado: PL 4539/2001)) RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação deste, do PL 3384/1997, e do PL 4539/2001, apensados, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 71 – **PROJETO DE LEI Nº 2.281/03** – do Poder Executivo – que "institui a Taxa de Credenciamento – TCD, a Taxa de Fiscalização e de Manutenção de Credenciamento – TFM, as multas que especifica, e dá outras providências". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação, com emenda. **VISTA AO DEPUTADO TAKAYAMA.** 72 – **PROJETO DE LEI Nº 2.613/03** – do Sr. Colbert Martins – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de veiculação diária de campanha institucional eleitoral nos meios de comunicação". RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Nelson Proença, em 16/03/2005. Durante a discussão, falou o Deputado João Batista. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 73 – **PROJETO DE LEI Nº 2.701/97** – do Sr. Fernando Ferro – que "dispõe sobre o Serviço de Televisão Comunitária". (Apensado: PL 3459/2004) RELATOR: Deputado JORGE BITTAR. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 3459/2004, apensado, com substitutivo e pela rejeição da Emenda nº 01-S/05 apresentada ao substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 74 – **PROJETO DE LEI Nº 4.186/98** – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "modifica a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que "Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências"". (Apensados: PL 1513/1999, PL 2949/2000, PL 4225/1998 (Apensado: PL 6851/2002), PL 4156/2001, PL 4165/2001, PL 5669/2001, PL 6464/2002, PL 1550/2003, PL 1665/2003, PL 1594/2003, PL 2105/2003 e PL 2189/2003) RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição do PL 1513/1999, do PL 2949/2000, do PL 4225/1998, do PL 4165/2001, do PL 4156/2001, do PL 5669/2001, do PL 6464/2002, do PL 6851/2002, do PL 1550/2003, do PL 1594/2003, do PL 1665/2003, do PL 2105/2003, e do PL 2189/2003, apensados. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 75 – **PROJETO DE LEI Nº 4.298/98** – do Sr. Serafim Venzon – que "determina a divulgação de

resultados financeiros de sorteios, vendas, promoções ou prestações de serviços por telefone nos programas de rádio e televisão e dá outras providências". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 76 – **PROJETO DE LEI Nº 29/99** – do Sr. Paulo Rocha – que "dispõe sobre regulamentação de anúncios publicitários em horários de programação infanto-juvenil". RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 77 – **PROJETO DE LEI Nº 1.078/99** – do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "acrescenta o inciso XIII ao artigo 3º da Lei nº 9.472, de l6 de julho de l997, prevendo o detalhamento de todas as chamadas nas contas telefônicas". (Apensado: PL 1861/1999) RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1861/1999, apensado, com substitutivo. Vista ao Deputado Paulo Marinho, em 14/04/2004. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 78 – **PROJETO DE LEI Nº 1.758/99** – do Sr. Pedro Fernandes – que "dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações colocarem, nos aparelhos telefônicos de terminais fixos, dispositivo de registro de pulsos e de número de chamadas realizadas, e dá outras providências". (Apensados: PL 2225/1999, PL 3085/2000, PL 3795/2000, PL 4726/2001, PL 7092/2002, PL 7487/2002, PL 2939/2004 e PL 5754/2005) RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação deste, do PL 2225/1999, do PL 3085/2000, do PL 3795/2000, do PL 4726/2001, do PL 7092/2002, do PL 7487/2002, do PL 2939/2004, e do PL 5754/2005, apensados, com substitutivo. Vista ao Deputado Eduardo Sciarra, em 26/10/2005. O Deputado Eduardo Sciarra apresentou voto em separado em 09/11/2005. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 79 – **PROJETO DE LEI Nº 3.196/00** – do Sr. João Paulo – que "dispõe sobre a obrigatoriedade dos fabricantes de aparelhos celulares alertarem seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde". (Apensados: PL 3665/2000 e PL 3432/2000 (Apensados: PL 3582/2000, PL 3596/2000 e PL 3912/2000)) RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação deste e do PL 3665/2000, apensado, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor,.e pela rejeição do PL 3432/2000, do PL 3582/2000, do PL 3596/2000, e do PL 3912/2000, apensados. **VISTA AO DEPUTADO SILAS CÂMARA.** 80 – **PROJETO DE LEI Nº 3.197/00** – do Sr. João Paulo – que "dispõe sobre a cobrança de preço público nos casos que menciona". (Apensado: PL 5646/2005) RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 5646/2005, apensado. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 81 – **PROJETO DE LEI Nº 4.279/01** – do Sr. Luiz Bittencourt – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando a obrigatoriedade de instalação de telefones públicos nas proximidades de igrejas, associações beneficentes e casas de recuperação e de atendimento a carentes". RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 82 – **PROJETO DE LEI Nº 5.815/01** – do Sr. Orlando Fantazzini – que "dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens tornarem disponível serviço gratuito de atendimento telefônico à população para os fins que menciona". RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo aprovado pela CDC, e pela rejeição da Emenda nº 1/2003 da CCTCI. **VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS ALMIR MOURA E WALTER PINHEIRO.** 83 – **PROJETO DE LEI Nº 6.441/02** – dos Srs. Ana Corso e Walter Pinheiro – que "estabelece a obrigatoriedade de estágios para os alunos do curso de Comunicação Social das universidades públicas em rádios e televisões comunitárias". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Jovino Cândido, em 08/06/2005. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 84 – **PROJETO DE LEI Nº 6.810/02** – do Sr. Lincoln Portela – que "dispõe sobre o cancelamento de multas aplicadas às rádios não autorizadas". RELATOR: Deputado VIEIRA REIS. PARECER: pela aprovação. Usou da palavra o Deputado José Rocha. **VISTA AO DEPUTADO JOSÉ ROCHA.** 85 – PROJETO DE LEI Nº 31/03 – do Sr. Bismarck Maia – que "dispõe sobre a criação de selo comemorativo do Dia Nacional do Turismo". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 86 – **PROJETO DE LEI Nº 446/03** – do Sr. Pedro Fernandes – que "veda às empresas concessionárias, prestadoras de serviço público de telefonia fixa, a emissão de diferentes faturas das contas telefônicas locais, interurbanas e internacionais, e dá outras providências". RELATOR: Deputado DURVAL ORLATO. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 87 – **PROJETO DE LEI Nº 542/03** – do Sr. André Luiz – que "cria a Taxa de Recuperação Social – TRS incidente sobre a publicidade, de qualquer natureza, de bebidas alcoólicas, fumo e derivados e dá outras providências". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela rejeição. Discutiu a matéria o Deputado Almir Moura. **APRO-**

VADO POR UNANIMIDADE O PARECER. 88 – **PROJETO DE LEI Nº 568/03** – do Sr. Rogério Silva – que "estabelece a modalidade de técnica na licitação para outorga de concessão ou permissão para exploração de serviços de radiodifusão". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **VISTA AO DEPUTADO TAKAYAMA.** 89 – **PROJETO DE LEI Nº 726/03** – do Sr. Fernando de Fabinho – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, proibindo a prestação de informação falsa a órgãos de segurança por meio de serviço de telecomunicações". (Apensado: PL 1420/2003) RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 1420/2003, apensado. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 90 – **PROJETO DE LEI Nº 757/03** – do Sr. José Carlos Martinez – que ""Proíbe as prestadoras dos serviços móvel celular e móvel pessoal de utilizarem o serviço de mensagem para a veiculação de propaganda comercial."" (Apensado: PL 2766/2003) RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 2766/2003, apensado, com substitutivo, e pela aprovação da Emenda nº 01-S/05 apresentada ao substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 91 – **PROJETO DE LEI Nº 768/03** – do Sr. Luiz Bittencourt – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória". RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 92 – **PROJETO DE LEI Nº 842/03** – do Sr. Hélio Esteves – que "dispõe sobre a unidade de tempo de tarifação nas chamadas originadas em telefones públicos e dá outras providências". RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 93 – **PROJETO DE LEI Nº 1.311/03** – do Sr. Wladimir Costa – que "acrescenta o artigo 63-A à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 94 – **PROJETO DE LEI Nº 1.324/03** – da Sra. Vanessa Grazziotin – que "dispõe sobre o serviço disque informação – 102 das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações". RELATOR: Deputado EDUARDO SCIARRA. PARECER: pela rejeição. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 95 – **PROJETO DE LEI Nº 1.337/03** – do Sr. Wladimir Costa – que "acrescenta Parágrafo único ao art. 7º da Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, que "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências", a fim de proibir a concessão de registro provisório". RELATOR: Deputado MAURÍCIO RABELO. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 96 – **PROJETO DE LEI Nº 1.469/03** – do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "dispõe sobre a suspensão dos serviços de telefonia móvel por falta de pagamento da conta dos serviços". RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela aprovação, com emenda. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 97 – **PROJETO DE LEI Nº 1.500/03** – do Sr. João Caldas – que "autoriza a criação de um canal de TV e um canal de rádio para fins de esclarecimento, segurança e prevenção de acidentes em áreas de exploração de energia nuclear". RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 98 – **PROJETO DE LEI Nº 1.551/03** – do Sr. Lobbe Neto – que "altera a redação do art. 2º, da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR.** 99 – **PROJETO DE LEI Nº 1.617/03** – da Sra. Vanessa Grazziotin – que "dispõe sobre a criação de selo comemorativo dos cinqüenta anos da implantação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA". RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 100 – **PROJETO DE LEI Nº 1.705/03** – do Sr. Joaquim Francisco – que "dispõe sobre a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias do País". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Walter Pinheiro, em 14/09/2005. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 101 – **PROJETO DE LEI Nº 1.794/03** – do Sr. Milton Cardias – que "dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação, nas redes de televisão de canal aberto, de programas religiosos por no mínimo três horas da programação diária". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela rejeição. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 102 – **PROJETO DE LEI Nº 1.878/03** – do Sr. Edson Duarte – que "autoriza as emissoras educativas estatais a transmitirem, sem custos, eventos esportivos de interesse nacional". RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação, com emendas. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 103 – PROJETO DE LEI Nº 1.933/03 – do Sr. Carlos Nader – que "dispõe sobre a utilização, pelas prefeituras municipais, do horário do Programa Oficial de Informação dos Poderes da República nas emissoras de radiodifusão sonora locais durante a vigência de situação de emergência

ou de estado de calamidade pública em seus municípios". RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela aprovação, com emenda. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 104 – **PROJETO DE LEI Nº 2.126/03** – do Sr. Gilberto Kassab – que "modifica a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação, com emenda. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 105 – **PROJETO DE LEI Nº 2.307/03** – do Sr. Rubinelli – que "modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelecendo que as emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens enviarão ao Congresso Nacional cópia de gravação de seus programas, quando solicitado pelas autoridades que especifica". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação, com emenda. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 106 – **PROJETO DE LEI Nº 2.427/03** – do Sr. Gilberto Kassab – que "institui o programa denominado " Correios 3i " para incluir a população da terceira idade na era digital". RELATOR: Deputado JULIO SEMEGHINI. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 107 – **PROJETO DE LEI Nº 2.436/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando a criação de serviço que informe o número de pulsos de ligações de longa distância". RELATOR: Deputado CARLOS NADER. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 108 – **PROJETO DE LEI Nº 2.610/03** – do Sr. Pastor Reinaldo – que "dispõe sobre a disponibilização de endereço completo e telefone nas páginas eletrônicas (SITES) publicadas na Internet". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 109 – **PROJETO DE LEI Nº 2.787/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "dispõe sobre a proibição da exposição da imagem de crianças e adolescentes doentes pelos veículos de comunicação". RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Mendes de Jesus, em 19/10/2005. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 110 – **PROJETO DE LEI Nº 2.834/03** – do Sr. Eduardo Paes – que "dispõe sobre a proteção ao patrimônio intelectual produzido por instituições de pesquisa, desenvolvimento, inovação e capacitação tecnológica que recebem recursos oriundos de entidades que fazem jus a benefícios fiscais legalmente assegurados". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **VISTA AO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 111 – **PROJETO DE LEI Nº 2.844/03** – do Sr. Takayama – que "dispõe a veiculação de mensagem educativa relativa à disseminação de pornografia em sítios que ofereçam recursos de intercâmbio de mensagens em tempo real". RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 112 – **PROJETO DE LEI Nº 3.078/04** – do Sr. Almir Moura – que "estabelece facilidades para o assinante que solicitar o cancelamento da prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Serviço Móvel Celular ou do Serviço Móvel Pessoal". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação, com emendas. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 113 – **PROJETO DE LEI Nº 3.101/04** – do Sr. Jefferson Campos – que "assegura ao usuário do Serviço de Telefonia Fixa Comutada o direito de bloquear a discagem para chamadas de longa distância ou para serviços de valor adicionado". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Julio Semeghini, em 23/11/2005. **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 114 – **PROJETO DE LEI Nº 3.547/04** – do Sr. João Herrmann Neto – que "dispõe sobre a divulgação de dietas alimentares na mídia". RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela rejeição. Discutiu a matéria o Deputado Miro Teixeira. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 115 – **PROJETO DE LEI Nº 3.645/04** – do Sr. Carlos Nader – que " "Dispõe sobre bloqueador de celulares em presídios, casas de detenção, penitenciárias, cadeias e distritos policiais e dá outras providências."" RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Ricardo Barros, em 26/10/2005. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 116 – **PROJETO DE LEI Nº 3.684/04** – do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que "dispõe sobre medidas creditícias de incentivo às empresas de desenvolvimento de programas de computador livres" RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação, com emendas. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 117 – **PROJETO DE LEI Nº 4.285/04** – do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que "dispõe sobre a destinação de recursos estrangeiros para fins de pesquisa e preservação da biodiversidade". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Takayama, em 29/06/2005. O Deputado Gilberto Nascimento apresentou voto em separado em 09/08/2005. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 118 – **PROJETO DE LEI Nº 4.568/04** – do Sr. Carlos Nader – que " "Dispõe sobre a publicação nos classificados, dos jornais, de advertência quando a exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes e dá outra providências."" RELATOR: Deputado DURVAL

ORLATO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** Durante a reunião, ocuparam a presidência os Deputados Eduardo Sciarra e Silas Câmara. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às treze horas e dois minutos. Para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Jader Barbalho, Presidente.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 41ª reunião ordinária audiência pública realizada em 6 de dezembro de 2005.

Às quinze horas e quinze minutos do dia seis de dezembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Pedro Chaves e Eduardo Sciarra – Vice-Presidentes; Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gustavo Fruet, João Batista, Jorge Gomes, José Rocha, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Maurício Rabelo e Professora Raquel Teixeira – Titulares; Almir Moura, Fernando Ferro e Robson Tuma – Suplentes. Compareceu também a Deputada Mariângela Duarte, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Adelor Vieira, Badu Picanço, Gilberto Nascimento, Hermes Parcianello, Iris Simões, Jader Barbalho, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, José Mendonça Bezerra, Jovino Cândido, Maurício Quintella Lessa, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Pedro Corrêa, Pedro Irujo, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Sandes Júnior, Silas Câmara, Takayama, Vanderlei Assis, Vic Pires Franco, Walter Pinheiro e Wanderval Santos. ABERTURA: O Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião de Audiência Pública, aprovada mediante o Requerimento nº 222 de 2005, de autoria dos Deputados Fernando Ferro e Mariângela Duarte, cuja finalidade era discutir o tema "novas tecnologia digitais e modificações do plano de freqüência de TV, com inclusão de novos canais". Em seguida, lamentou a ausência dos representantes do Ministério das Comunicações e de outras empresas convidadas. Após os cumprimentos, o Presidente convidou os expositores presentes para tomarem assento à Mesa e concedeu a palavra aos convidados na seguinte ordem: 1) Sr. JAKSON ALEXANDRE SOSA, Diretor da Telavo Telecomunicações Ltda.; 2) Sr. FERNANDO COMPARSI DE CASTRO, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; 3) Srª LILIANA NAKONECHNYJ, Vice-Presidente da Sociedade de Engenharia de Televisão – SET. Encerradas as exposições dos convidados passou-se à fase de debates. Fizeram suas colocações e questionamentos os autores do requerimento, Deputados Fernando Ferro e Mariângela Duarte, que sugeriu que a comissão criasse um grupo de parlamentares para conversar com o ministro das comunicações sobre o assunto, e o Deputado Almir Moura. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra aos convidados para as considerações finais. Durante a reunião ocupou a Presidência o Deputado Almir Moura. Antes de encerrar os trabalhos o Presidente comunicou a realização de audiência pública, sobre a implantação de fontes emissoras de radiação eletromagnética, para subsidiar a apreciação do PL 2.576/2000, às 9h30 do dia 08 de dezembro. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às dezessete horas e cinqüenta minutos. O inteiro teor foi gravado, passando, o arquivo de áudio, a integrar o acervo documental desta reunião para degravação, mediante solicitação escrita. E, para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado **Fernando Ferro** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 42ª reunião ordinária realizada em 7 de dezembro de 2005.

Às onze horas e quatro minutos do dia sete de dezembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Jader Barbalho – Presidente; Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes; Adelor Vieira, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Jovino Cândido, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Maurício Quintella Lessa, Maurício Rabelo, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Raimundo Santos, Ricardo

Barros, Sandes Júnior, Vanderlei Assis, Vic Pires Franco e Walter Pinheiro – Titulares; Ariosto Holanda, César Bandeira, Durval Orlato, Fernando Ferro, Inácio Arruda, João Campos, Leodegar Tiscoski, Lobbe Neto, Mariângela Duarte, Marinha Raupp, Salvador Zimbaldi e Vieira Reis – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Gilberto Nascimento, Pedro Corrêa, Pedro Irujo, Professora Raquel Teixeira, Takayama e Wanderval Santos.Justificou a ausência o Deputado Takayama. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 40ª reunião, realizada no dia 30 de novembro de 2005. O Deputado Iris Simões solicitou a dispensa da leitura da Ata. Não houve discussão. Em votação, a Ata foi **APROVADA** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou ao plenário que: **1)** recebeu, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2.023/2005, aprovado pelo Tribunal de Contas da União em 23/11/2005, que trata de relatório de auditoria realizada pela Secretaria Adjunta de Fiscalização na Coordenação-Geral de Informática do Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de avaliar os aspectos de segurança atinentes à área de tecnologia da informação daquele ministério; **2)** recebeu justificativa de ausência, do Deputado Takayama, no período de 5 a 9 de dezembro, por estar participando da 45ª AGO – Assembléia Geral Ordinária, da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná. **ORDEM DO DIA:** 1 – **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 208/04** – do Sr. Eduardo Valverde – que "regula o Inciso XXVII, Art. 7º, da Constituição Federal, que trata da proteção ao trabalhador em face da modernização e determina outras providências". RELATOR: Deputado DURVAL ORLATO. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 2 – **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 65/99** – do Sr. Inácio Arruda – que "susta a Portaria nº 310, de 18 de dezembro de 1998, editada pelo Ministro interino de Estado das Comunicações que trata da rede de agências postais". RELATOR: Deputado JULIO SEMEGHINI. PARECER: pela rejeição. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 3 – **PROJETO DE LEI Nº 2.856/97** – do Sr. Ivan Valente – que "caracteriza, no âmbito da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, como abuso de autoridade, a exposição, sem autorização judicial, em veículos de comunicação social, daqueles submetidos à custódia policial". (Apensados: PL 40/1999, PL 1072/1999, PL 3067/1997, PL 3349/1997 e PL 3577/1997) RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação deste, do PL 40/1999, do PL 1072/1999, do PL 3067/1997, do PL 3349/1997, e do PL 3577/1997, apensados, com substitutivo. Vista ao Deputado Gilberto Nascimento, em 30/11/2005. Discutiram a matéria os Deputados João Batista, Walter Pinheiro, Miro Teixeira, Fernando Ferro e Vieira Reis. O Deputado Narcio Rodrigues propôs a retirada de pauta do projeto e a realização de audiência pública com especialistas da área para discutir a matéria. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 4 – **PROJETO DE LEI Nº 1.048/03** – do Sr. Fernando Ferro – que "acrescenta dispositivo à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que "Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações"". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. Falaram sobre a matéria os Deputados Fernando Ferro, relator, e Sandes Junior. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 5 – **PROJETO DE LEI Nº 1.771/03** – do Sr. Pompeo de Mattos – que "dispõe sobre a regularização e anistia à emissoras de radiodifusão sonora que se encontram em funcionamento e desacordo com a legislação vigente". (Apensado: PL 1976/2003) RELATOR: Deputado WALTER PINHEIRO. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1976/2003, apensado, com substitutivo. **VISTA AO DEPUTADO JULIO SEMEGHINI.** 6 – **PROJETO DE LEI Nº 2.186/03** – do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "dispõe sobre o envio de mensagem não solicitada por meio de redes de computadores destinadas ao uso do público". (Apensados: PL 2423/2003, PL 3731/2004 e PL 3872/2004) RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação deste, do PL 2423/2003, do PL 3731/2004, e do PL 3872/2004, apensados, com substitutivo. Vista ao Deputado Julio Semeghini, em 14/09/2005. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 7 – **TVR Nº 277/04** – do Poder Executivo – (MSC 517/2004) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 696, de 09 dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Amigos do Ouroeste a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouroeste, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JORGE BITTAR. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Batista, em 30/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 8 – **TVR Nº 636/05** – do Poder Executivo – (MSC 357/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 79, de 21 de janeiro de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Engenheiro Navarro – MG para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado TAKAYAMA. PARECER:

pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 9 – **TVR Nº 677/05** – do Poder Executivo – (MSC 598/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 319, de 30 de agosto de 2004, que outorga permissão à Fundação Canal Vinte e Um para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 10 – **TVR Nº 693/05** – do Poder Executivo – (MSC 607/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 370, de 3 de agosto de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Beneficente Hidro-FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária no município de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado VANDERLEI ASSIS. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 11 – **TVR Nº 701/05** – do Poder Executivo – (MSC 613/2005) – que "submete, ao Congresso Nacional, o ato constante da Portaria nº 330, de 7 de julho de 2005, que outorga permissão à Asa Branca Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada no município de Brasília, Distrito Federal". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 12 – **TVR Nº 707/05** – do Poder Executivo – (MSC 630/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 382, de 10 de agosto de 2005, que outorga permissão à FUNDAÇÃO PADRE ENIO MARTIN – (FUENIO) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 13 – **TVR Nº 710/05** – do Poder Executivo – (MSC 631/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 501, de 8 de dezembro de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária Agenda – FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaú, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Batista, em 30/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 14 – TVR Nº 714/05 – do Poder Executivo – (MSC 650/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 256, de 13 de maio de 2005, que outorga permissão à CARMANHÃES & FERREIRA – COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada no município de Martinópolis, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JOÃO MENDES DE JESUS. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 15 – **TVR Nº 715/05** – do Poder Executivo – (MSC 650/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 294, de 4 de julho de 2005, que outorga permissão à RÁDIO MARCO ZERO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada no município de Laranjal do Jarí, Estado do Amapá". RELATOR: Deputado CORAUCI SOBRINHO. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 16 – **TVR Nº 719/05** – do Poder Executivo – (MSC 646/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 250, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária "Pérola do Triângulo" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 17 – **TVR Nº 720/05** – do Poder Executivo – (MSC 646/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 527, de 8 de outubro de 2003, que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Pirajuí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Batista, em 30/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 18 – **TVR Nº 722/05** – do Poder Executivo – (MSC 646/2005) – que "submete à apreciação do Congres-

so Nacional o ato constante da Portaria nº 135, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Moxotó a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Inajá, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado JOVINO CÂNDIDO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 19 – **TVR Nº 725/05** – do Poder Executivo – (MSC 657/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 30 de setembro de 2005, que outorga concessão à Fundação José Possidônio Peixoto, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Sobral, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 20 – **TVR Nº 726/05** – do Poder Executivo – (MSC 658/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 30 de setembro de 2005, que "Outorga concessão à Fundação José Possidônio Peixoto, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caucaia, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado PEDRO CHAVES. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 21 – **TVR Nº 727/05** – do Poder Executivo – (MSC 653/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 332, de 13 de setembro de 2004, que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE BOA VIAGEM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Boa Viagem, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 22 – **TVR Nº 730/05** – do Poder Executivo – (MSC 652/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 767, de 22 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio Social 22 de Outubro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rincão, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO JOÃO BATISTA.** 23 – **TVR Nº 735/05** – do Poder Executivo – (MSC 652/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 77, de 14 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Franca, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Batista, em 30/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 24 – **TVR Nº 739/05** – do Poder Executivo – (MSC 669/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 154, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Amigos de Monte Carlo (ACCAMC) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Adelor Vieira, em 30/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 25 – **TVR Nº 741/05** – do Poder Executivo – (MSC 671/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 396, de 3 de novembro de 2004, que outorga permissão à RÁDIO FM CAXITORÉ LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Pentecoste, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 26 – **TVR Nº 744/05** – do Poder Executivo – (MSC 681/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 8, de 20 de janeiro de 2005, que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA "JOÃO HENRIQUE DANTAS" para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado CARLOS NADER. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 27 – **TVR Nº 745/05** – do Poder Executivo – (MSC 682/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 168, de 16 de fevereiro de 2005, que renova permissão outorgada à Empreendimento de Radiodifusão Embalo Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em fre-

qüência modulada no município de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado JULIO SEMEGHINI. PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados João Mendes de Jesus e José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 28 – **TVR Nº 749/05** – do Poder Executivo – (MSC 683/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 221, de 28 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira – ADS Ribeira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ribeira, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Batista, em 30/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 29 – **TVR Nº 753/05** – do Poder Executivo – (MSC 709/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 175, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Continental Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Mirassol D'Oeste, estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 30 – **TVR Nº 755/05** – do Poder Executivo – (MSC 711/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 281, de 1º de julho de 2004, que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL AURORA DO POVO – FUNCAP para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Aurora, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado JULIO SEMEGHINI. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 31 – **TVR Nº 757/05** – do Poder Executivo – (MSC 712/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 245, de 2 de maio de 2005, que outorga permissão à SISTEMA RADIODIFUSÃO DE SERTÃOZINHO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO. PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados João Mendes de Jesus e José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 32 – **TVR Nº 758/05** – do Poder Executivo – (MSC 713/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 404, de 31 de agosto de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Artístico e Cultural de Campo Florido para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campo Florido, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 33 – **TVR Nº 759/05** – do Poder Executivo – (MSC 714/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 405, de 10 de novembro de 2004, que outorga permissão à Fundação Educativa São Gonçalo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 34 – **TVR Nº 760/05** – do Poder Executivo – (MSC 714/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 233, de 15 de abril de 2005, que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSÉ ONILSON LIMA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Parambu, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado RAIMUNDO SANTOS. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 35 – **TVR Nº 762/05** – do Poder Executivo – (MSC 716/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 160, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ribeirão Cascalheira, Estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 36 – **TVR Nº 765/05** – do Poder Executivo – (MSC

727/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 130, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Castelense de Monte Castelo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Adelor Vieira, em 30/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 37 – **TVR Nº 767/05** – do Poder Executivo – (MSC 730/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 102, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga permissão à Fundação Evangélica Cristã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Vera Cruz, Estado da Bahia". RELATOR: Deputado JORGE BITTAR. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 38 – **TVR Nº 769/05** – do Poder Executivo – (MSC 742/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 180, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso". RELATOR: Deputado CARLOS NADER. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 39 – **TVR Nº 776/05** – do Poder Executivo – (MSC 751/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 29 de dezembro de 2003, outorga concessão à Fundação Gazeta – Jornalista Francisco José Frantz para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". RELATOR: Deputado VANDERLEI ASSIS. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 40 – **TVR Nº 777/05** – do Poder Executivo – (MSC 750/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 8 de dezembro de 2003, que outorga concessão à Sistema Lajes de Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Acopiara, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 41 – **TVR Nº 780/05** – do Poder Executivo – (MSC 750/2005) – que "sSubmete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 8 de dezembro de 2003, que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Edéia, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 42 – **TVR Nº 795/05** – do Poder Executivo – (MSC 769/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 3 de novembro de 2005, que "Outorga concessão à Rádio Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia"". RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 43 – **PROJETO DE LEI Nº 2.281/03** – do Poder Executivo – que "institui a Taxa de Credenciamento – TCD, a Taxa de Fiscalização e de Manutenção de Credenciamento – TFM, as multas que especifica, e dá outras providências". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação, com emenda. Vista ao Deputado Takayama, em 30/11/2005. Discutiram a matéria os Deputados Walter Pinheiro e Julio Semeghini. **RETIRADO DE PAUTA PELO RELATOR.** 44 – **PROJETO DE LEI Nº 3.787/04** – do Sr. Fernando de Fabinho – que "modifica a Lei nº 9.472, de16 de julho de 1997, limitando o reajuste das tarifas aplicáveis aos serviços de telecomunicações prestados em regime público". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 45 – **PROJETO DE LEI Nº 4.186/98** – do Sr. Arnaldo Faria de Sá – que "modifica a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que "Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências"". (Apensados: PL 1513/1999, PL 2949/2000, PL 4225/1998 (Apensado: PL 6851/2002), PL 4156/2001, PL 4165/2001, PL 5669/2001, PL 6464/2002, PL 1550/2003, PL 1665/2003, PL 1594/2003, PL 2105/2003 e PL 2189/2003) RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição do PL 1513/1999, do PL 2949/2000, do PL 4225/1998, do PL 4165/2001, do PL 4156/2001, do PL 5669/2001, do PL 6464/2002, do PL 6851/2002, do PL 1550/2003, do PL 1594/2003,

do PL 1665/2003, do PL 2105/2003, e do PL 2189/2003, apensados. **VISTA AO DEPUTADO IRIS SIMÕES.** 46 – **PROJETO DE LEI Nº 29/99** – do Sr. Paulo Rocha – que "dispõe sobre regulamentação de anúncios publicitários em horários de programação infanto-juvenil". RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 47 – **PROJETO DE LEI Nº 1.078/99** – do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "acrescenta o inciso XIII ao artigo 3º da Lei nº 9.472, de l6 de julho de l997, prevendo o detalhamento de todas as chamadas nas contas telefônicas". (Apensado: PL 1861/1999) RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1861/1999, apensado, com substitutivo. Vista ao Deputado Paulo Marinho, em 14/04/2004. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 48 – **PROJETO DE LEI Nº 4.710/01** – do Sr. Pedro Henry – que "dispõe sobre a obrigatoriedade das prestadoras de serviço telefônico fixo comutado manterem posto de atendimento nas localidades por elas atendidas". (Apensados: PL 5282/2001 e PL 7217/2002) RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: pela aprovação deste, do PL 5282/2001, e do PL 7217/2002, apensados, com substitutivo. Vista conjunta aos Deputados Eduardo Cunha e João Mendes de Jesus, em 03/12/2003. **NÃO DELIBERADO.** 49 – **PROJETO DE LEI Nº 5.815/01** – do Sr. Orlando Fantazzini – que "dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens tornarem disponível serviço gratuito de atendimento telefônico à população para os fins que menciona". RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo aprovado pela CDC, e pela rejeição da Emenda nº 1/2003 da CCTCI. Vista conjunta aos Deputados Almir Moura e Walter Pinheiro, em 30/11/2005. O Deputado Walter Pinheiro apresentou voto em separado em 07/12/2005. **NÃO DELIBERADO.** 50 – **PROJETO DE LEI Nº 6.348/02** – do Sr. Walter Pinheiro – que "dispõe sobre a capacitação técnica e operacional das emissoras de radiodifusão educativa e comunitária e dos canais comunitários de TV a cabo, e dá outras providências". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação, com emendas. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 51 – PROJETO DE LEI Nº 6.441/02 – dos Srs. Ana Corso e Walter Pinheiro – que "estabelece a obrigatoriedade de estágios para os alunos do curso de Comunicação Social das universidades públicas em rádios e televisões comunitárias". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Jovino Cândido, em 08/06/2005. **NÃO DELIBERADO.** 52 – **PROJETO DE LEI Nº 6.810/02** – do Sr. Lincoln Portela – que "dispõe sobre o cancelamento de multas aplicadas às rádios não autorizadas". RELATOR: Deputado VIEIRA REIS. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. O Deputado José Rocha apresentou voto em separado em 07/12/2005. **NÃO DELIBERADO.** 53 – **PROJETO DE LEI Nº 31/03** – do Sr. Bismarck Maia – que "dispõe sobre a criação de selo comemorativo do Dia Nacional do Turismo". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 54 – **PROJETO DE LEI Nº 446/03** – do Sr. Pedro Fernandes – que "veda às empresas concessionárias, prestadoras de serviço público de telefonia fixa, a emissão de diferentes faturas das contas telefônicas locais, interurbanas e internacionais, e dá outras providências". RELATOR: Deputado DURVAL ORLATO. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 55 – **PROJETO DE LEI Nº 568/03** – do Sr. Rogério Silva – que "estabelece a modalidade de técnica na licitação para outorga de concessão ou permissão para exploração de serviços de radiodifusão". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Takayama, em 30/11/2005. **NÃO DELIBERADO.** 56 – **PROJETO DE LEI Nº 757/03** – do Sr. José Carlos Martinez – que ""Proíbe as prestadoras dos serviços móvel celular e móvel pessoal de utilizarem o serviço de mensagem para a veiculação de propaganda comercial."" (Apensado: PL 2766/2003) RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 2766/2003, apensado, com substitutivo, e pela aprovação da Emenda nº 01-S/05 apresentada ao substitutivo. **NÃO DELIBERADO.** 57 – **PROJETO DE LEI Nº 768/03** – do Sr. Luiz Bittencourt – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória". RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 58 – **PROJETO DE LEI Nº 872/03** – da Sra. Zelinda Novaes – que "proíbe a veiculação de publicidade que utilize imagens relativas ao cometimento de infrações de trânsito". RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO. PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Viação e Transporte **NÃO DELIBERADO.** 59 – **PROJETO DE LEI Nº 1.311/03** – do Sr. Wladimir Costa – que "acrescenta o artigo 63-A à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela rejei-

ção. **NÃO DELIBERADO.** 60 – **PROJETO DE LEI Nº 1.337/03** – do Sr. Wladimir Costa – que "acrescenta Parágrafo único ao art. 7º da Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, que "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências", a fim de proibir a concessão de registro provisório". RELATOR: Deputado MAURÍCIO RABELO. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 61 – **PROJETO DE LEI Nº 1.500/03** – do Sr. João Caldas – que "autoriza a criação de um canal de TV e um canal de rádio para fins de esclarecimento, segurança e prevenção de acidentes em áreas de exploração de energia nuclear". RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 62 – **PROJETO DE LEI Nº 1.551/03** – do Sr. Lobbe Neto – que "altera a redação do art. 2º, da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 63 – **PROJETO DE LEI Nº 1.644/03** – do Sr. José Roberto Arruda – que "dispõe sobre a criação de selo comemorativo do centenário da Congregação das Irmãs da Providência de Gap". RELATOR: Deputado VANDERLEI ASSIS. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 64 – **PROJETO DE LEI Nº 1.705/03** – do Sr. Joaquim Francisco – que "dispõe sobre a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias do País". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Walter Pinheiro, em 14/09/2005. **NÃO DELIBERADO.** 65 – **PROJETO DE LEI Nº 2.012/03** – do Sr. Luiz Couto – que "cria o Serviço Municipal de Transparência Postal (SMTP) e dá outras providências". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação, com emenda. Vista ao Deputado José Rocha, em 05/05/2004. **NÃO DELIBERADO.** 66 – **PROJETO DE LEI Nº 2.126/03** – do Sr. Gilberto Kassab – que "modifica a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação, com emenda. **VISTA AO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 67 – **PROJETO DE LEI Nº 2.307/03** – do Sr. Rubinelli – que "modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelecendo que as emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens enviarão ao Congresso Nacional cópia de gravação de seus programas, quando solicitado pelas autoridades que especifica". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação, com emenda. Discutiu a matéria o Deputado Iris Simões. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 68 – **PROJETO DE LEI Nº 2.436/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando a criação de serviço que informe o número de pulsos de ligações de longa distância". RELATOR: Deputado CARLOS NADER. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 69 – **PROJETO DE LEI Nº 2.610/03** – do Sr. Pastor Reinaldo – que "dispõe sobre a disponibilização de endereço completo e telefone nas páginas eletrônicas (SITES) publicadas na Internet". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 70 – **PROJETO DE LEI Nº 2.787/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "dispõe sobre a proibição da exposição da imagem de crianças e adolescentes doentes pelos veículos de comunicação". RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Mendes de Jesus, em 19/10/2005. **NÃO DELIBERADO.** 71 – **PROJETO DE LEI Nº 2.844/03** – do Sr. Takayama – que "dispõe a veiculação de mensagem educativa relativa à disseminação de pornografia em sítios que ofereçam recursos de intercâmbio de mensagens em tempo real". RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 72 – **PROJETO DE LEI Nº 3.078/04** – do Sr. Almir Moura – que "estabelece facilidades para o assinante que solicitar o cancelamento da prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Serviço Móvel Celular ou do Serviço Móvel Pessoal". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação, com emendas. **NÃO DELIBERADO.** 73 – **PROJETO DE LEI Nº 3.101/04** – do Sr. Jefferson Campos – que "assegura ao usuário do Serviço de Telefonia Fixa Comutada o direito de bloquear a discagem para chamadas de longa distância ou para serviços de valor adicionado". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Julio Semeghini, em 23/11/2005. **NÃO DELIBERADO.** 74 – **PROJETO DE LEI Nº 3.645/04** – do Sr. Carlos Nader – que " "Dispõe sobre bloqueador de celulares em presídios, casas de detenção, penitenciárias, cadeias e distritos policiais e dá outras providências."" RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Ricardo Barros, em 26/10/2005. **NÃO DELIBERADO.** 75 – **PROJETO DE LEI Nº 3.684/04** – do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que "dispõe sobre medidas creditícias de incentivo às empresas de desenvolvimento de programas de computador livres" RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação, com emendas. **NÃO DELIBERADO.** 76 – **PROJETO DE LEI Nº 4.285/04** – do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que "dispõe sobre a destinação de recursos estrangeiros para fins de pes-

quisa e preservação da biodiversidade". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Takayama, em 29/06/2005. O Deputado Gilberto Nascimento apresentou voto em separado em 09/08/2005. **NÃO DELIBERADO.** 77 – **PROJETO DE LEI Nº 4.568/04** – do Sr. Carlos Nader – que " "Dispõe sobre a publicação nos classificados, dos jornais, de advertência quando a exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes e dá outra providências."" RELATOR: Deputado DURVAL ORLATO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **NÃO DELIBERADO.** Antes de iniciar a discussão das proposições sujeitas à apreciação conclusiva pela comissão, com prioridade, o Deputado Walter Pinheiro solicitou autorização do plenário para a retificação de parte da justificativa da emenda nº 01 ao PLN 40/2005 – LOA, que "apóia a ciência, tecnologia e inovação para inclusão e desenvolvimento social – nacional/MCT", aprovada nesta comissão na reunião do dia 23 de novembro. Em votação, a justificativa da referida emenda, que passa a constar como a seguir, acrescida do texto em destaque: "Emenda que pretende permitir a implementação de políticas **sociais** que estimulem a pesquisa e a inovação tecnológica, consolidando vocações regionais e locais e promovendo a inclusão digital, o empreendedorismo **e ações de segurança alimentar e nutricional,** foi **APROVADA por unanimidade.** Durante a reunião, ocupou a presidência o Deputado Pedro Chaves. **ENCERRAMENTO:** O Presidente lembrou a todos a realização de audiência pública, dia 8 de dezembro, às 9h30, para discutir as "fontes emissoras de radiação eletromagnética – subsídios à apreciação dp Projeto de Lei nº 2.576/200". Nada mais havendo a tratar, encerrou os trabalhos às doze horas e trinta e sete minutos. Para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados.** Deputado **Jader Barbalho**, Presidente.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 43ª reunião ordinária audiência pública realizada em 8 de dezembro de 2005.

Às dez horas e oito minutos do dia oito de dezembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo Sciarra – Vice-Presidente; Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gustavo Fruet, João Batista, Jorge Bittar, Jorge Gomes, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Ricardo Barros e Walter Pinheiro – Titulares; Angela Guadagnin, Inácio Arruda, José Carlos Araújo, Lobbe Neto, Raul Jungmann e Romel Anizio – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Adelor Vieira, Badu Picanço, Gilberto Nascimento, Hermes Parcianello, Iris Simões, Jader Barbalho, João Mendes de Jesus, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Jovino Cândido, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Maurício Quintella Lessa, Maurício Rabelo, Miro Teixeira, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Pedro Chaves, Pedro Corrêa, Pedro Irujo, Professora Raquel Teixeira, Raimundo Santos, Sandes Júnior, Silas Câmara, Takayama, Vanderlei Assis, Vic Pires Franco e Wanderval Santos. **ABERTURA:** O Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião de Audiência Pública, aprovada mediante o Requerimento nº 249 de 2005, de autoria do Deputado Júlio Semeghini, cuja finalidade era discutir o tema "**instalação de fontes emissoras de radiação eletromagnética, que trata o Projeto de Lei nº 2.576/2000"**. Em seguida, comunicou ao plenário que a Associação Brasileira de Defesa dos Moradores e Usuários Intranqüilos com Equipamentos de Telecomunicações Celular – Abradecel, convidada para a audiência, não confirmou presença no evento e, tampouco, encaminhou a esta comissão qualquer justificativa de ausência. Após os cumprimentos, o Presidente convidou os expositores presentes para tomarem assento à Mesa e concedeu a palavra aos convidados na seguinte ordem: 1) **Sr. SEBASTIÃO SAHÃO JÚNIOR,** Diretor de Laboratórios e Infra-Estrutura de Redes do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD 2) **Srª ANGELA MONTEIRO,** Diretora do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; 3) **GUILHERME FRANCO NETTO,** Coordenador geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde – MS; 4) **FRANCISCO CARLOS GIACOMINI SOARES**, Gerente-geral de Certificação e Engenharia do Espectro da Anatel. Encerradas as exposições dos convidados passou-se à fase de debates. Fizeram suas colocações e questionamentos os Deputados Walter Pinheiro, Ricardo Barros, Júlio Semeghini (autor do requerimento) e Jorge Bittar. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra aos convidados para as considerações finais. Participou também da reunião, como assessor credenciado e autorizado pelo Presidente, o Sr. ANTÔNIO MARINI DE ALMEIDA, Pesquisador do CPqD. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos

e encerrou os trabalhos às treze horas e cinqüenta e um minutos. O inteiro teor foi gravado, passando, o arquivo de áudio, a integrar o acervo documental desta reunião para degravação, mediante solicitação escrita. E, para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício, Deputado **Júlio Semeghini** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 44ª reunião ordinária realizada em 14 de dezembro de 2005.

Às onze horas e um minuto do dia quatorze de dezembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Jader Barbalho – Presidente; Pedro Chaves e Eduardo Sciarra – Vice-Presidentes; Adelor Vieira, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Eunício Oliveira, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Iris Simões, João Batista, João Mendes de Jesus, Jorge Bittar, Jorge Gomes, José Mendonça Bezerra, José Rocha, Jovino Cândido, Júlio Cesar, Julio Semeghini, Luiza Erundina, Marcelo Barbieri, Maurício Rabelo, Miro Teixeira, Pedro Irujo, Raimundo Santos, Ricardo Barros, Takayama, Vanderlei Assis e Walter Pinheiro – Titulares; Almir Moura, Antonio Joaquim, César Bandeira, Durval Orlato, Inácio Arruda, Inaldo Leitão, João Castelo, José Carlos Araújo, Leodegar Tiscoski, Lobbe Neto, Mariângela Duarte, Pastor Pedro Ribeiro, Romel Anizio e Salvador Zimbaldi – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Gilberto Nascimento, Maurício Quintella Lessa, Narcio Rodrigues, Nelson Proença, Pedro Corrêa, Professora Raquel Teixeira, Sandes Júnior, Silas Câmara, Vic Pires Franco e Wanderval Santos. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação as Atas das 41ª, 42ª e 43ª reuniões, realizadas nos dias 6, 7 e 8 de dezembro de 2005, respectivamente. O Deputado Iris Simões solicitou a dispensa da leitura das Atas. Não houve discussão. Em votação, as Atas foram **APROVADAS** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente comunicou ao plenário que: **1)** recebeu, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2.148/2005, aprovado pelo Tribunal de Contas da União em 07/12/2005, que trata de "relatório de auditoria operacional realizada no Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações – Fust, com o objetivo de verificar que dificuldades, limitações ou barreiras impedem a aplicação dos recursos desse fundo"; **2)** recebeu, do presidente desta Casa, deputado Aldo Rebelo, ofício nº 79/2005, encaminhando, para conhecimento, relatório da Ouvidoria da Anatel, referente ao período de junho de 2004 a junho de 2005, contendo as apreciações críticas sobre a atuação da Agência; **3)** recebeu justificativa de ausência do Deputado Vanderlei Assis, no dia 6 de dezembro, em razão de estar representando o Partido Progressista em audiências nos ministérios; **4)** foram distribuídas aos relatores as seguintes proposições, cuja relação foi entregue aos membros da comissão nesta reunião: **dia 1º de dezembro –** Deputado Hermes Parcianello, TVR 795/05; Deputado Iris Simões, TVR 791/05; Deputado José Rocha, TVR 792/05; Julio Semeghini, TVR 363/04; Deputada Luiza Erundina, TVR 790/05; Deputado Nelson Proença, TVR 787/05; Deputado Pedro Chaves, TVR's 785/05 e 794/05; Deputado Ricardo Barros, TVR 788/05; Deputado Sandes Junior, TVR 797/05; Deputado Silas Câmara, TVR 784/05; Deputado Vanderlei Assis, TVR 793/05; Deputado Walter Pinheiro, TVR's º 551/05, 560/05, 584/05, 592/05, 606/05, 654/05, 660/05, 702/05, 703/05, 774/05 e 789/05; **dia 8 de dezembro –** Deputado Eduardo Sciarra, TVR 802/05; Deputado Marcelo Barbieri, TVR 801/05; Deputado Pedro Chaves, TVR 800/05; Deputado Sandes Junior, TVR 799/05. Logo após**,** o Presidente, informando que o acórdão do TCU seria distribuído a todos os membros da comissão ainda nesta reunião, fez breve resumo de seu conteúdo, que contém um histórico das ações governamentais adotadas desde sua criação, razões para o fracasso de uma política destinada à universalização das telecomunicações e para a não aplicação dos recursos do Fust, além de estabelecer prazo para o Ministério das Comunicações formular política para uso destes recursos. Fizeram considerações a respeito do assunto, os deputados Walter Pinheiro e Júlio Semeghini. Antes de iniciar a Ordem do Dia, o Presidente, expressando a alegria de ter participado desta comissão, elogiou a competência e o empenho com que seus integrantes desempenharam as atividades realizadas durante o ano. Disse ter sido um privilégio presidir um colegiado tão atento aos seguimentos que representam. Solicitaram a palavra os Deputados Luiza Erundina, José Rocha, Íris Simões, Walter Pinheiro, Júlio Semeghini, Gustavo Fruet e Takayama. Todos elogiaram o Presidente Jader Barbalho pela forma competente e cordial com que conduziu os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** 1 – **REQUERIMENTO Nº 251/05** – do Sr. Gilberto Nascimento – (PL 3645/2004) – que "requer realização de audiência pública para discutir os Pls nºs 3.465/2004 e 1.705/2003

que tratam de bloqueadores de celulares em presídios, casas de detenção, penitenciárias, cadeias e distritos policiais e dá outras providências". **RETIRADO DE PAUTA A REQUERIMENTO DE DEPUTADO.** 2 – **PROJETO DE LEI Nº 4.109/04** – do Sr. Carlos Nader – que "modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, prevendo penalidades para quem financiar, custear ou veicular publicidade em emissoras que operem ilegalmente". (Apensado: PL 4169/2004) RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4169/2004, apensado. **VISTA AO DEPUTADO ALMIR MOURA.** 3 – **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 208/04** – do Sr. Eduardo Valverde – que "regula o Inciso XXVII, Art. 7º, da Constituição Federal, que trata da proteção ao trabalhador em face da modernização e determina outras providências". RELATOR: Deputado DURVAL ORLATO. PARECER: pela rejeição. **RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR.** 4 – **PROJETO DE LEI Nº 1.771/03** – do Sr. Pompeo de Mattos – que "dispõe sobre a regularização e anistia à emissoras de radiodifusão sonora que se encontram em funcionamento e desacordo com a legislação vigente". (Apensado: PL 1976/2003) RELATOR: Deputado WALTER PINHEIRO. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1976/2003, apensado, com substitutivo. Vista ao Deputado Julio Semeghini, em 07/12/2005. **RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR.** 5 – **PROJETO DE LEI Nº 2.186/03** – do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "dispõe sobre o envio de mensagem não solicitada por meio de redes de computadores destinadas ao uso do público". (Apensados: PL 2423/2003, PL 3731/2004 e PL 3872/2004) RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação deste, do PL 2423/2003, do PL 3731/2004, e do PL 3872/2004, apensados, com substitutivo. Vista ao Deputado Julio Semeghini, em 14/09/2005. **RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO.** 6 – **TVR Nº 363/04** – do Poder Executivo – (MSC 819/2004) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o Ato constante da Portaria n° 2.919, de 17 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 600, de 19 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Beneficente Bela Vista – ABBV a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cláudio, Estado de Minas Gerais". RELATOR: Deputado JULIO SEMEGHINI. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 7 – **TVR Nº 673/05** – do Poder Executivo – (MSC 588/2005) – que "submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 344, de 13 de setembro de 2004, que outorga permissão à RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada no município de Santo Cristo, Estado do Rio Grande do Sul". RELATORA: Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 8 – **TVR Nº 712/05** – do Poder Executivo – (MSC 645/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 190, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à SBR Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Peabiru, Estado do Paraná". RELATORA: Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 9 – **TVR Nº 713/05** – do Poder Executivo – (MSC 650/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 213, de 14 de março de 2005, que outorga permissão à Rádio Alvorada Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Miguel do Guamá, Estado do Pará". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 10 – **TVR Nº 717/05** – do Poder Executivo – (MSC 647/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 378, de 15 de outubro de 2004, que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado WASNY DE ROURE. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 11 – **TVR Nº 730/05** – do Poder Executivo – (MSC 652/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 767, de 22 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio Social 22 de Outubro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rincão, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Batista, em 07/12/2005. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 12 – **TVR Nº 733/05** – do Poder Executivo – (MSC 652/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 538, de 22 de dezembro de 2004, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Rádio Provisão FM para

executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caruaru, Estado de Pernambuco". RELATOR: Deputado WASNY DE ROURE. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 13 – **TVR Nº 736/05** – do Poder Executivo – (MSC 652/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 170, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração (PI) ADERE para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Regeneração, Estado do Piauí". RELATOR: Deputado VANDERLEI ASSIS. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO TAKAYAMA.** 14 – **TVR Nº 752/05** – do Poder Executivo – (MSC 709/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 139, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Marcelândia, estado do Mato Grosso". RELATOR: Deputado VANDERLEI ASSIS. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 15 – **TVR Nº 764/05** – do Poder Executivo – (MSC 726/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 18 de outubro de 2005, que "Outorga concessão à Fundação Virginius da Gama e Melo, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba"". RELATORA: Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO ALMIR MOURA.** 16 – **TVR Nº 768/05** – do Poder Executivo – (MSC 731/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 264, de 1º de junho de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Codajás, Estado do Amazonas". RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 17 – **TVR Nº 770/05** – do Poder Executivo – (MSC 743/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 124, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural Beneficente Comunitária de Caucaia do Alto – ACBC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no município de Cotia, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado TAKAYAMA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 18 – **TVR Nº 771/05** – do Poder Executivo – (MSC 744/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 143, de 16 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária de São José para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Russas, Estado do Ceará". RELATORA: Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 19 – **TVR Nº 772/05** – do Poder Executivo – (MSC 745/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 369, de 17 de julho de 2003, outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Itaguajé, Estado do Paraná". RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 20 – **TVR Nº 775/05** – do Poder Executivo – (MSC 749/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 159, de 16 de fevereiro de 2005, outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Ecológica Jardim Guapimirim – Rádio JG FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no município de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro". RELATOR: Deputado JOVINO CÂNDIDO. PARECER: pela aprovação. **VISTA CONJUNTA AOS DEPUTADOS ALMIR MOURA E JOÃO MENDES DE JESUS.** 21 – **TVR Nº 778/05** – do Poder Executivo – (MSC 750/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 8 de dezembro de 2003, que outorga concessão à Rádio Jericoacoara Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado HERMES PARCIANELLO. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 22 – **TVR Nº 781/05** – do Poder Executivo – (MSC 750/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 8 de dezembro de 2003, que outorga concessão à Rádio Vale das Esmeraldas Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na ci-

dade de Pontalina, Estado de Goiás". RELATOR: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 23 – **TVR Nº 787/05** – do Poder Executivo – (MSC 759/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 227, de 3 de maio de 2004, que outorga autorização à Sociedade Amigos dos Bairros Casa Grande I e II para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Francisco Morato, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 24 – **TVR Nº 788/05** – do Poder Executivo – (MSC 759/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 489, de 26 de novembro de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Guaraci para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guaraci, Estado de São Paulo". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 25 – **TVR Nº 791/05** – do Poder Executivo – (MSC 759/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 321, de 5 de julho de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento Cultural de Viçosa do Ceará para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 26 – **TVR Nº 792/05** – do Poder Executivo – (MSC 759/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 417, de 14 de setembro de 2005, que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária "Voz das Rocas" para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte". RELATOR: Deputado JOSÉ ROCHA. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 27 – **TVR Nº 793/05** – do Poder Executivo – (MSC 760/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 418, de 14 de setembro de 2005, que outorga permissão à Fundação Educativa Mestre Álvaro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada no município de Viana, Estado do Espírito Santo". RELATOR: Deputado VANDERLEI ASSIS. PARECER: pela aprovação. **APROVADO O PARECER CONTRA O VOTO DO DEPUTADO WALTER PINHEIRO.** 28 – **TVR Nº 796/05** – do Poder Executivo – (MSC 772/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 8 de novembro de 2005 , que "Outorga concessão à REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Jataí, no Estado de Goiás"". RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: pela aprovação. **VISTA AO DEPUTADO ALMIR MOURA.** 29 – **TVR Nº 797/05** – do Poder Executivo – (MSC 773/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 443, de 11 de outubro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marilena para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marilena, no Estado do Paraná". RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 30 – **TVR Nº 801/05** – do Poder Executivo – (MSC 803/2005) – que "submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 266, de 06 de junho de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Granja a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Granja, Estado do Ceará" RELATOR: Deputado MARCELO BARBIERI. PARECER: pela aprovação. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER.** 31 – **PROJETO DE LEI Nº 5.848/01** – do Sr. Silas Câmara – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações – LGT, para incluir, como direito do usuário de telecomunicações, o questionamento de débitos lançados em conta telefônica". (Apensado: PL 4146/2004) RELATOR: Deputado MARCELO BARBIERI. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4146/2004, apensado. Vista conjunta aos Deputados Bispo Wanderval, Iris Simões, Luiza Erundina e Mário Assad Júnior, em 03/12/2003. **NÃO DELIBERADO.** 32 – **PROJETO DE LEI Nº 2.281/03** – do Poder Executivo – que "institui a Taxa de Credenciamento – TCD, a Taxa de Fiscalização e de Manutenção de Credenciamento – TFM, as multas que especifica, e dá outras providências". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação, com emenda. Vista ao Deputado Takayama, em 30/11/2005. **NÃO DELIBERADO.** 33 – **PROJETO DE LEI Nº 29/99** – do Sr. Paulo Rocha – que "dispõe sobre regulamentação de anúncios publicitários em horários de programação infanto-juvenil". RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **NÃO DE-**

LIBERADO. 34 – **PROJETO DE LEI Nº 1.078/99** – do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que "acrescenta o inciso XIII ao artigo 3º da Lei nº 9.472, de l6 de julho de l997, prevendo o detalhamento de todas as chamadas nas contas telefônicas". (Apensado: PL 1861/1999) RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 1861/1999, apensado, com substitutivo. Vista ao Deputado Paulo Marinho, em 14/04/2004. **NÃO DELIBERADO.** 35 – **PROJETO DE LEI Nº 2.599/00** – da Sra. Marinha Raupp – que "dispõe sobre a criação de selo comemorativo do Dia Internacional da Mulher". RELATORA: Deputada MARIÂNGELA DUARTE. PARECER: pela rejeição deste, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família. Vista ao Deputado Ricardo Barros, em 14/04/2004. O Deputado Sandes Júnior apresentou voto em separado em 15/12/2004. **NÃO DELIBERADO** 36 – **PROJETO DE LEI Nº 3.196/00** – do Sr. João Paulo – que "dispõe sobre a obrigatoriedade dos fabricantes de aparelhos celulares alertarem seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde". (Apensados: PL 3665/2000 e PL 3432/2000 (Apensados: PL 3582/2000, PL 3596/2000 e PL 3912/2000)) RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação deste e do PL 3665/2000, apensado, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor,.e pela rejeição do PL 3432/2000, do PL 3582/2000, do PL 3596/2000, e do PL 3912/2000, apensados. Vista ao Deputado Silas Câmara, em 30/11/2005. **NÃO DELIBERADO.** 37 – **PROJETO DE LEI Nº 3.197/00** – do Sr. João Paulo – que "dispõe sobre a cobrança de preço público nos casos que menciona". (Apensado: PL 5646/2005) RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 5646/2005, apensado. **NÃO DELIBERADO.** 38 – **PROJETO DE LEI Nº 4.710/01** – do Sr. Pedro Henry – que "dispõe sobre a obrigatoriedade das prestadoras de serviço telefônico fixo comutado manterem posto de atendimento nas localidades por elas atendidas". (Apensados: PL 5282/2001 e PL 7217/2002) RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: pela aprovação deste, do PL 5282/2001, e do PL 7217/2002, apensados, com substitutivo. Vista conjunta aos Deputados Eduardo Cunha e João Mendes de Jesus, em 03/12/2003. **NÃO DELIBERADO.** 39 – **PROJETO DE LEI Nº 5.815/01** – do Sr. Orlando Fantazzini – que "dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens tornarem disponível serviço gratuito de atendimento telefônico à população para os fins que menciona". RELATOR: Deputado JOÃO BATISTA. PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo aprovado pela CDC, e pela rejeição da Emenda nº 1/2003 da CCTCI. Vista conjunta aos Deputados Almir Moura e Walter Pinheiro, em 30/11/2005. Os Deputados Almir Moura e Walter Pinheiro apresentaram votos em separado. **NÃO DELIBERADO.** 40 – **PROJETO DE LEI Nº 6.441/02** – dos Srs. Ana Corso e Walter Pinheiro – que "estabelece a obrigatoriedade de estágios para os alunos do curso de Comunicação Social das universidades públicas em rádios e televisões comunitárias". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Jovino Cândido, em 08/06/2005. **NÃO DELIBERADO.** 41 – **PROJETO DE LEI Nº 6.810/02** – do Sr. Lincoln Portela – que "dispõe sobre o cancelamento de multas aplicadas às rádios não autorizadas". RELATOR: Deputado VIEIRA REIS. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado José Rocha, em 30/11/2005. O Deputado José Rocha apresentou voto em separado em 07/12/2005. **NÃO DELIBERADO.** 42 – **PROJETO DE LEI Nº 31/03** – do Sr. Bismarck Maia – que "dispõe sobre a criação de selo comemorativo do Dia Nacional do Turismo". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 43 – **PROJETO DE LEI Nº 446/03** – do Sr. Pedro Fernandes – que "veda às empresas concessionárias, prestadoras de serviço público de telefonia fixa, a emissão de diferentes faturas das contas telefônicas locais, interurbanas e internacionais, e dá outras providências". RELATOR: Deputado DURVAL ORLATO. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 44 – **PROJETO DE LEI Nº 568/03** – do Sr. Rogério Silva – que "estabelece a modalidade de técnica na licitação para outorga de concessão ou permissão para exploração de serviços de radiodifusão". RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Takayama, em 30/11/2005. **NÃO DELIBERADO.** 45 – **PROJETO DE LEI Nº 757/03** – do Sr. José Carlos Martinez – que ""Proíbe as prestadoras dos serviços móvel celular e móvel pessoal de utilizarem o serviço de mensagem para a veiculação de propaganda comercial."" (Apensado: PL 2766/2003) RELATOR: Deputado BADU PICANÇO. PARECER: Parecer às emendas apresentadas ao Substitutivo do Relator , Dep. Badu Picanço (PL-AP), pela aprovação deste, da Emenda ao Substitutivo 1 ao SBT 1 CCTCI, e do PL 2766/2003, apensado, com substitutivo. **NÃO DELIBERADO.** 46 – **PROJETO DE LEI Nº 768/03** – do Sr. Luiz Bittencourt – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória". RELATOR: Deputado ADELOR VIEIRA. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 47 – **PROJETO DE LEI Nº 872/03** – da Sra. Zelinda Novaes – que "proíbe a veiculação de publicidade que utilize imagens relativas ao cometimento de infrações de trânsito". RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO. PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Via-

ção e Transporte **NÃO DELIBERADO.** 48 – **PROJETO DE LEI Nº 1.311/03** – do Sr. Wladimir Costa – que "acrescenta o artigo 63-A à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 49 – **PROJETO DE LEI Nº 1.337/03** – do Sr. Wladimir Costa – que "acrescenta Parágrafo único ao art. 7º da Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, que "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências", a fim de proibir a concessão de registro provisório". RELATOR: Deputado MAURÍCIO RABELO. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 50 – **PROJETO DE LEI Nº 1.414/03** – do Sr. Rogério Silva – que "dispõe sobre o percentual mínimo de execução de músicas nacionais pelas emissoras de rádio". RELATOR: Deputado RAIMUNDO SANTOS. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 51 – **PROJETO DE LEI Nº 1.500/03** – do Sr. João Caldas – que "autoriza a criação de um canal de TV e um canal de rádio para fins de esclarecimento, segurança e prevenção de acidentes em áreas de exploração de energia nuclear". RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 52 – **PROJETO DE LEI Nº 1.551/03** – do Sr. Lobbe Neto – que "altera a redação do art. 2º, da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994". RELATOR: Deputado NELSON PROENÇA. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 53 – **PROJETO DE LEI Nº 1.644/03** – do Sr. José Roberto Arruda – que "dispõe sobre a criação de selo comemorativo do centenário da Congregação das Irmãs da Providência de Gap". RELATOR: Deputado VANDERLEI ASSIS. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 54 – **PROJETO DE LEI Nº 1.705/03** – do Sr. Joaquim Francisco – que "dispõe sobre a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias do País". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Walter Pinheiro, em 14/09/2005. **NÃO DELIBERADO.** 55 – **PROJETO DE LEI Nº 2.012/03** – do Sr. Luiz Couto – que "cria o Serviço Municipal de Transparência Postal (SMTP) e dá outras providências". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação, com emenda. Vista ao Deputado José Rocha, em 05/05/2004. **NÃO DELIBERADO.** 56 – **PROJETO DE LEI Nº 2.126/03** – do Sr. Gilberto Kassab – que "modifica a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação, com emenda. Vista ao Deputado Walter Pinheiro, em 07/12/2005. O Deputado Walter Pinheiro apresentou voto em separado em 14/12/2005. **NÃO DELIBERADO.** 57 – **PROJETO DE LEI Nº 2.427/03** – do Sr. Gilberto Kassab – que "institui o programa denominado " Correios 3i " para incluir a população da terceira idade na era digital". RELATOR: Deputado JULIO SEMEGHINI. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 58 – **PROJETO DE LEI Nº 2.436/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando a criação de serviço que informe o número de pulsos de ligações de longa distância". RELATOR: Deputado CARLOS NADER. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 59 – **PROJETO DE LEI Nº 2.610/03** – do Sr. Pastor Reinaldo – que "dispõe sobre a disponibilização de endereço completo e telefone nas páginas eletrônicas (SITES) publicadas na Internet". RELATOR: Deputado NARCIO RODRIGUES. PARECER: pela rejeição. **NÃO DELIBERADO.** 60 – **PROJETO DE LEI Nº 2.787/03** – do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que "dispõe sobre a proibição da exposição da imagem de crianças e adolescentes doentes pelos veículos de comunicação". RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado João Mendes de Jesus, em 19/10/2005. **NÃO DELIBERADO** 61 – **PROJETO DE LEI Nº 2.801/03** – do Sr. Carlos Nader – que "estabelece que as Instituições de ensino superior públicas e privadas possam ser autorizadas a executar serviço de radiodifusão comunitária". RELATORA: Deputada MARIÂNGELA DUARTE. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo. **NÃO DELIBERADO.** 62 – **PROJETO DE LEI Nº 2.844/03** – do Sr. Takayama – que "dispõe a veiculação de mensagem educativa relativa à disseminação de pornografia em sítios que ofereçam recursos de intercâmbio de mensagens em tempo real". RELATOR: Deputado SANDES JÚNIOR. PARECER: pela aprovação. **NÃO DELIBERADO.** 63 – **PROJETO DE LEI Nº 3.028/04** – do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "altera o § 1.º do art. 3.º-A da Lei n.º 9.294, de 15 de julho de 1996, alterado pela Lei n.º 10.702, de 14 de julho de 2003". (Apensado: PL 5064/2005) RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do PL 5064/2005, apensado. **NÃO DELIBERADO.** 64 – **PROJETO DE LEI Nº 3.078/04** – do Sr. Almir Moura – que "estabelece facilidades para o assinante que solicitar o cancelamento da prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Serviço Móvel Celular ou do Serviço Móvel Pessoal". RELATOR: Deputado RICARDO BARROS. PARECER: pela aprovação, com emendas. **NÃO DELIBERADO.** 65 – **PROJETO DE LEI Nº 3.101/04** – do Sr. Jefferson Campos – que "assegura ao usuário do Serviço de Telefonia Fixa Comutada o direito de bloquear a discagem para chamadas de longa distância ou para serviços de valor adicionado". RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Julio Semeghini, em 23/11/2005. **NÃO DELIBERADO.** 66 – **PROJETO DE LEI Nº 3.645/04** – do Sr. Carlos Nader – que " "Dispõe sobre bloqueador de celulares

em presídios, casas de detenção, penitenciárias, cadeias e distritos policiais e dá outras providências."" RELATOR: Deputado GILBERTO NASCIMENTO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. Vista ao Deputado Ricardo Barros, em 26/10/2005. **NÃO DELIBERADO.** 67 – **PROJETO DE LEI Nº 3.684/04** – do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que "dispõe sobre medidas creditícias de incentivo às empresas de desenvolvimento de programas de computador livres" RELATOR: Deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA. PARECER: pela aprovação, com emendas. **NÃO DELIBERADO.** 68 – **PROJETO DE LEI Nº 4.285/04** – do Sr. Carlos Eduardo Cadoca – que "dispõe sobre a destinação de recursos estrangeiros para fins de pesquisa e preservação da biodiversidade". RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Takayama, em 29/06/2005. O Deputado Gilberto Nascimento apresentou voto em separado em 09/08/2005. **NÃO DELIBERADO.** 69 – **PROJETO DE LEI Nº 4.568/04** – do Sr. Carlos Nader – que " "Dispõe sobre a publicação nos classificados, dos jornais, de advertência quando a exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes e dá outra providências."" RELATOR: Deputado DURVAL ORLATO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **NÃO DELIBERADO.** Neste instante, o Presidente suspendeu a reunião para que fosse elaborada a presente Ata. Concluída sua confecção, foi colocada em votação e **APROVADA por unanimidade. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às onze horas e cinqüenta e cinco minutos. Para constar, eu, Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no **Diário da Câmara dos Deputados.** Deputado **Jader Barbalho,** Presidente.

SEÇÃO II

ATOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n. 8.112, de 1990, **EUJACI MOREIRA DOS SANTOS,** ponto n. 3961, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos, Classe Especial, Padrão 30, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico Adjunto B, CNE-10, do Gabinete do Líder do Governo no Congresso Nacional, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, de acordo com o quantitativo de cargos fixado pelo artigo 1º do Ato da Mesa nº 40, de 4 de julho de 1996, combinado com o Ato da Mesa nº 1, de 24 de fevereiro de 1999.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução n. 21, de 4 de novembro de 1992, **ADRIANO BRAGA,** ponto n. 4.259, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Operador de Máquinas, Classe Especial, Padrão 30, para exercer, a partir de 30 de janeiro do corrente ano, a função comissionada de Chefe da Seção de Apoio de Divulgação, FC-05, da Coordenação de Divulgação, da Secretaria de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformada pelo parágrafo único do artigo 2º do Ato da Mesa n.10, de 04 de março de 1999.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA DO SOCORRO FERNANDES,** ponto n. 2.927, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos, Classe Especial, Padrão 30, substituta do Chefe de Gabinete, FC-08, no Gabinete do Líder do Partido dos Trabalhadores, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, no período de 16 a 30 de dezembro de 2005.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **MARIA DO SOCORRO FERNANDES,** ponto n. 2.927, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Agente de Serviços Legislativos, Classe Especial, Padrão 30, 1ª substituta do Chefe de Gabinete, FC-08, no Gabinete do Líder do Partido dos Trabalhadores, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 1º de fevereiro do corrente ano.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **OSCAR DE SOUZA NETO,** ponto n. 4.668, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo – atribuição Adjunto Parlamentar, Classe Especial, Padrão 30, 1º substituto do Chefe da Seção de Cadastro de Cargos de Natureza Especial, FC-05, na Coordenação de Registro Funcional, do Departamento de Pessoal, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 1º de dezembro 2005.

DESIGNAR, na forma do artigo 38 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **SÍLVIA REGINA DOS SANTOS COELHO,** ponto n. 6.459, ocupante de cargo da

Categoria Funcional de Analista Legislativo – atribuição Técnico em Documentação e Informação Legislativa, Classe Especial, Padrão 43, 2ª substituta da Diretora da Coordenação de Biblioteca, FC-07, do Centro de Documentação e Informação, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, em seus impedimentos eventuais, a partir de 30 de janeiro do corrente ano.

PORTARIA Nº 2/2006

Aplicação da pena de suspensão por abuso de autoridade.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 1990, e o art. 141, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, considerando as provas contidas no processo administrativo disciplinar nº 123.554/2004 e as conclusões da Comissão constituída pela Portaria nº 38/2005-DG, resolve:

APLICAR, com fulcro o art. 130 da Lei nº 8.112/90 c/c art. 6º, §1º, alínea "c" da Lei nº 4.898/65, ao servidor do Quadro Permanente, ocupante do cargo de Técnico Legislativo – Atribuição: Agente de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, LEORLANDO LIRA DE ALMEIDA, ponto nº 3.739, a pena de SUSPENSÃO POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, COM PERDA DE VENCIMENTOS E DEMAIS VANTAGENS, pela prática de ABUSO DE AUTORIDADE, infração administrativa tipificada no art. 3º, alínea "a", c/c art. 6º, § 1º, alínea "c", ambos da Lei nº 4.898/65.

PORTARIA Nº 3/2006

Aplicação da pena de conversão de exoneração em destituição de cargo em comissão.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 1990, e o art. 141, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, considerando as provas contidas no processo administrativo disciplinar nº 123.554/2004 e as conclusões da Comissão constituída pela Portaria nº 38/2005-DG, resolve:

APLICAR, com fulcro o art. 135 *caput,* e respectivo *parágrafo único,* da Lei nº 8.112/90, ao ex-servidor do Quadro de Cargos de Natureza Especial (CNE) da Câmara dos Deputados, RICARDO AUGUSTO COMELLI ANTUNES, ponto nº 113.119, a pena de CONVERSÃO DA EXONERAÇÃO em DESTITUIÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO, pela prática de ABUSO DE AUTORIDADE, infração administrativa tipificada no art. 3º, alínea "a", c/c art. 6º, § 1º, alínea "d", ambos da Lei nº 4.898/65.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 205, de 1990, e o art. 141, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Considerando as provas contidas no Processo Administrativo Disciplinar nº 125.508/2004 e as conclusões da Comissão constituída pela Portaria nº 163/2005-DG, e com fulcro no art. 132, inciso III, combinado com o art. 139, ambos da Lei nº 8.112, de 1990, resolve:

APLICAR ao servidor do Quadro Permanente da Câmara dos Deputados, LUIS JOUBERT DOS SANTOS LIMA, ponto nº 3.738, a penalidade de DEMISSÃO do cargo de Técnico Legislativo – Atribuição Agente de Polícia Legislativa, por inobservância do dever funcional previsto no inciso X do art. 116 da Lei nº 8.112, de 1990.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

EXONERAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **VANJA MARIA VIEIRA DE PAIVA,** ponto n.º 117.385, do cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce na Coordenação de Registro Funcional, do Departamento de Pessoal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea "a", do Ato da Mesa n.º 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUÍZA RESENDE CALDAS BACELLAR** para exercer, na Coordenação de Registro Funcional, do Departamento de Pessoal, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo artigo 1º do Ato da Mesa n. 70, de 7 de junho de 2001, combinado com o parágrafo único do artigo 5º do Ato da Mesa n. 27, de 20 de agosto de 2003.

NOMEAR, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **REINALDO FERRIGNO** para exercer, no Gabinete do Presidente, o cargo em comissão de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, de acordo com o quantitativo de cargos fixado pelo Ato da Mesa n. 11, de 1º de abril de 2003, combinado com o artigo 2º do Ato da Mesa n. 58, de 19 de abril 2005.

Câmara dos Deputados, 08 de fevereiro de 2006. – Deputado **Aldo Rebelo,** Presidente.

PORTARIAS

PORTARIA Nº 110/06

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Renovar o credenciamento da Senhora **ANNA PAULA DE CARVALHO LOSI** como Representante da **CÂMARA BRASILEIRA DE INVESTIDORES EM ENERGIA ELÉTRICA / CBIEE.**

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 08 de fevereiro de 2006.

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**
Primeiro-Secretário

PORTARIA Nº 111/06

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, de acordo com o Art. 259 do Regimento Interno, combinado com o inciso II do Art. 1º do Ato da Mesa nº 205, de 1990, RESOLVE:

Renovar o credenciamento da Senhora **LISETE IRACEMA DA SILVA CARDOSO** como Representante da **CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL / CNA.**

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 08 de fevereiro de 2006.

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**
Primeiro-Secretário

MESA DIRETORA

Presidente:
ALDO REBELO - PCdoB - SP
1º Vice-Presidente:
JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL - AL
2º Vice-Presidente:
CIRO NOGUEIRA - PP - PI
1º Secretário:
INOCÊNCIO OLIVEIRA - PL - PE
2º Secretário:
NILTON CAPIXABA - PTB - RO
3º Secretário:
EDUARDO GOMES - PSDB - TO
4º Secretário:
JOÃO CALDAS - PL - AL
1º Suplente de Secretário:
GIVALDO CARIMBÃO - PSB - AL
2º Suplente de Secretário:
JORGE ALBERTO - PMDB - SE
3º Suplente de Secretário:
GERALDO RESENDE - PPS - MS
4º Suplente de Secretário:
MÁRIO HERINGER - PDT - MG

LÍDERES E VICE-LÍDERES

PT
Líder: HENRIQUE FONTANA
Vice-Líderes:
Colombo, Iara Bernardi, João Grandão, Jorge Bittar, José Eduardo Cardozo, Luciano Zica, Luiz Alberto, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Sérgio, Neyde Aparecida, Odair Cunha, Telma de Souza, Terezinha Fernandes, Vignatti, Zezéu Ribeiro, Zico Bronzeado, José Mentor, Vicentinho, Wasny de Roure, Ricardo Berzoini e Fernando Ferro.

PMDB
Líder: WILSON SANTIAGO
Vice-Líderes:
Mendes Ribeiro Filho, Benjamin Maranhão, Asdrubal Bentes, Adelor Vieira, Carlos Eduardo Cadoca, Leandro Vilela, Osmar Serraglio, Mauro Benevides, Zé Gerardo, Rose de Freitas, Marcelino Fraga, Pedro Novais, Wladimir Costa, Moreira Franco, Eliseu Padilha, Jorge Alberto, Hermes Parcianello, Marcelo Castro, Gervásio Oliveira e Gastão Vieira.

PFL
Líder: RODRIGO MAIA
Vice-Líderes:
Roberto Brant (1º Vice), Kátia Abreu, Luiz Carlos Santos, José Rocha, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Abelardo Lupion, Pauderney Avelino, José Carlos Machado, Moroni Torgan, Corauci Sobrinho, Félix Mendonça, Júlio Cesar, Gervásio Silva, Alberto Fraga, Murilo Zauith e Nice Lobão.

PSDB
Líder: ALBERTO GOLDMAN
Vice-Líderes:
Eduardo Paes (1º Vice), Jutahy Junior, Yeda Crusius, Ronaldo Dimas, Lobbe Neto, Carlos Alberto Leréia, Antonio Carlos Mendes Thame, João Almeida, Antonio Carlos Pannunzio, Eduardo Barbosa, Nilson Pinto, Vicente Arruda e Zulaiê Cobra.

PP
Líder: JOSÉ JANENE
Vice-Líderes:
Mário Negromonte (1º Vice), José Linhares, Francisco Dornelles, Romel Anizio, Francisco Appio, Nélio Dias, Professor Irapuan Teixeira, Reginaldo Germano, João Pizzolatti, Simão Sessim, Benedito de Lira, Celso Russomanno e Julio Lopes.

PTB
Líder: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Vice-Líderes:
Ricarte de Freitas (1º Vice), Arnaldo Faria de Sá, Nelson Marquezelli, Eduardo Seabra, Josué Bengtson, Pastor Reinaldo, Iris Simões, Paes Landim, Jackson Barreto, Elaine Costa (Licenciado) e Jovair Arantes.

PL
Líder: SANDRO MABEL
Vice-Líderes:
Miguel de Souza (1º Vice), Almir Sá, Amauri Gasques, Aracely de Paula, Giacobo, Inaldo Leitão, José Carlos Araújo, Lincoln Portela, Neucimar Fraga e Maurício Rabelo.

PSB
Líder: RENATO CASAGRANDE
Vice-Líderes:
Dr. Ribamar Alves, Isaías Silvestre, Barbosa Neto, Jorge Gomes, B. Sá, João Paulo Gomes da Silva e Marcondes Gadelha.

PDT
Líder: SEVERIANO ALVES
Vice-Líderes:
Álvaro Dias (1º Vice), Manato, Pompeo de Mattos, João Fontes e André Figueiredo.

PPS
Líder: DIMAS RAMALHO
Vice-Líderes:
Rogério Teófilo (1º Vice), Raul Jungmann, Fernando Coruja e Geraldo Thadeu.

PCdoB
Líder: RENILDO CALHEIROS
Vice-Líderes:
Jamil Murad, Perpétua Almeida e Inácio Arruda.

PV
Líder: SARNEY FILHO
Vice-Líderes:
Marcelo Ortiz e Leonardo Mattos.

PSOL
Líder: LUCIANA GENRO
Vice-Líderes:
Babá e João Alfredo.

PSC
Líder: PASTOR AMARILDO
Vice-Líderes:
Zequinha Marinho.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PRONA
Repr.: ENÉAS

PMR
Repr.:

PTC
Repr.: CARLOS WILLIAN

Liderança do Governo
Líder: ARLINDO CHINAGLIA

Vice-Líderes:
Beto Albuquerque, Sigmaringa Seixas, Vicente Cascione e Renildo Calheiros.

Liderança da Minoria
Líder: JOSÉ CARLOS ALELUIA

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

Roraima

Alceste Almeida - PTB
Almir Sá - PL
Dr. Rodolfo Pereira - PDT
Francisco Rodrigues - PFL
Luciano Castro - PL
Maria Helena - PSB
Pastor Frankembergen - PTB
Suely Campos - PP

Amapá

Badu Picanço - PL
Coronel Alves - PL
Davi Alcolumbre - PFL
Dr. Benedito Dias - PP
Eduardo Seabra - PTB
Evandro Milhomen - PSB
Gervásio Oliveira - PMDB
Hélio Esteves - PT

Pará

Anivaldo Vale - PSDB
Ann Pontes - PMDB
Asdrubal Bentes - PMDB
Babá - PSOL
Jader Barbalho - PMDB
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Nicias Ribeiro - PSDB
Nilson Pinto - PSDB
Raimundo Santos - PL
Socorro Gomes - PCdoB
Vic Pires Franco - PFL
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zé Lima - PP
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PMDB
Carlos Souza - PP
Francisco Garcia - PP
Humberto Michiles - PL
Lupércio Ramos - PMDB
Pauderney Avelino - PFL
Silas Câmara - PTB
Vanessa Grazziotin - PCdoB

Rondônia

Agnaldo Muniz - PP
Anselmo - PT
Eduardo Valverde - PT
Hamilton Casara - PSDB
Marinha Raupp - PMDB
Miguel de Souza - PL
Natan Donadon - PMDB
Nilton Capixaba - PTB

Acre

Chicão Brígido - PMDB
Henrique Afonso - PT
João Correia - PMDB
João Tota - PP
Júnior Betão - PL
Nilson Mourão - PT
Perpétua Almeida - PCdoB
Zico Bronzeado - PT

Tocantins

Ana Alencar - PSDB
Darci Coelho - PP
Edmundo Galdino - PDT
Kátia Abreu - PFL
Maurício Rabelo - PL
Osvaldo Reis - PMDB
Pastor Amarildo - PSC
Ronaldo Dimas - PSDB

Maranhão

Albérico Filho - PMDB
Antonio Joaquim - PSDB
César Bandeira - PFL
Clóvis Fecury - PFL
Costa Ferreira - PSC
Dr. Ribamar Alves - PSB
Gastão Vieira - PMDB
João Castelo - PSDB
Luciano Leitoa - PSB
Neiva Moreira - PDT
Nice Lobão - PFL
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Remi Trinta - PL
Sarney Filho - PV
Sebastião Madeira - PSDB
Terezinha Fernandes - PT
Wagner Lago - PDT

Ceará

Almeida de Jesus - PL
André Figueiredo - PDT
Aníbal Gomes - PMDB
Antenor Naspolini - PSDB
Antonio Cambraia - PSDB
Ariosto Holanda - PSB
Arnon Bezerra - PTB
Bismarck Maia - PSDB
Eunício Oliveira - PMDB
Gonzaga Mota - PSDB
Inácio Arruda - PCdoB
João Alfredo - PSOL
José Linhares - PP
José Pimentel - PT
Léo Alcântara - PSDB
Manoel Salviano - PSDB
Marcelo Teixeira - PSDB
Mauro Benevides - PMDB
Moroni Torgan - PFL
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB
Vicente Arruda - PSDB
Zé Gerardo - PMDB

Piauí

Átila Lira - PSDB
B. Sá - PSB
Ciro Nogueira - PP
Júlio Cesar - PFL
Marcelo Castro - PMDB
Moraes Souza - PMDB
Mussa Demes - PFL
Nazareno Fonteles - PT
Paes Landim - PTB
Simplício Mário - PT

Rio Grande do Norte

Álvaro Dias - PDT
Betinho Rosado - PFL
Fátima Bezerra - PT
Henrique Eduardo Alves - PMDB
Iberê Ferreira - PSB
Nélio Dias - PP
Ney Lopes - PFL
Sandra Rosado - PSB

Paraíba

Benjamin Maranhão - PMDB
Carlos Dunga - PTB
Domiciano Cabral - PSDB

Enivaldo Ribeiro - PP
Inaldo Leitão - PL
Lúcia Braga - PMDB
Luiz Couto - PT
Marcondes Gadelha - PSB
Philemon Rodrigues - PTB
Ricardo Rique - PL
Wellington Roberto - PL
Wilson Santiago - PMDB

Pernambuco

André de Paula - PFL
Armando Monteiro - PTB
Carlos Batata - PFL
Carlos Eduardo Cadoca - PMDB
Eduardo Campos - PSB
Fernando Ferro - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PL
Joaquim Francisco - PFL
Jorge Gomes - PSB
José Chaves - PTB
José Mendonça Bezerra - PFL
José Múcio Monteiro - PTB
Luiz Piauhylino - PDT
Marcos de Jesus - PFL
Maurício Rands - PT
Osvaldo Coelho - PFL
Pastor Francisco Olímpio - PSB
Paulo Rubem Santiago - PT
Pedro Corrêa - PP
Raul Jungmann - PPS
Renildo Calheiros - PCdoB
Roberto Freire - PPS
Roberto Magalhães - PFL
Salatiel Carvalho - PFL

Alagoas

Benedito de Lira - PP
Givaldo Carimbão - PSB
Helenildo Ribeiro - PSDB
João Caldas - PL
João Lyra - PTB
José Thomaz Nonô - PFL
Maurício Quintella Lessa - PDT
Olavo Calheiros - PMDB
Rogério Teófilo - PPS

Sergipe

Bosco Costa - PSDB
Cleonâncio Fonseca - PP
Heleno Silva - PL
Ivan Paixão - PPS
Jackson Barreto - PTB
João Fontes - PDT
Jorge Alberto - PMDB
José Carlos Machado - PFL

Bahia

Alice Portugal - PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto - PFL
Aroldo Cedraz - PFL
Claudio Cajado - PFL
Colbert Martins - PPS
Coriolano Sales - PFL
Daniel Almeida - PCdoB
Edson Duarte - PV
Fábio Souto - PFL
Félix Mendonça - PFL
Fernando de Fabinho - PFL
Geddel Vieira Lima - PMDB
Gerson Gabrielli - PFL
Guilherme Menezes - PT
Jairo Carneiro - PFL
João Almeida - PSDB
João Carlos Bacelar - PL
João Leão - PP
Jonival Lucas Junior - PTB
José Carlos Aleluia - PFL
José Carlos Araújo - PL
José Rocha - PFL
Josias Gomes - PT
Jutahy Junior - PSDB
Luiz Alberto - PT
Luiz Bassuma - PT
Luiz Carreira - PFL
Marcelo Guimarães Filho - PFL
Mário Negromonte - PP
Milton Barbosa - PSC
Nelson Pellegrino - PT
Paulo Magalhães - PFL
Pedro Irujo - PMDB
Reginaldo Germano - PP
Robério Nunes - PFL
Severiano Alves - PDT
Walter Pinheiro - PT
Zelinda Novaes - PFL
Zezéu Ribeiro - PT

Minas Gerais

Ademir Camilo - PDT
Alexandre Maia - PMDB
Ana Guerra - PT
Aracely de Paula - PL
Bonifácio de Andrada - PSDB
Cabo Júlio - PMDB
Carlos Melles - PFL
Carlos Mota - PSB
Carlos Willian - PTC
César Medeiros - PT
Cleuber Carneiro - PTB
Custódio Mattos - PSDB
Dr. Francisco Gonçalves - PPS
Edmar Moreira - PFL
Eduardo Barbosa - PSDB
Eliseu Resende - PFL
Fernando Diniz - PMDB
Geraldo Thadeu - PPS
Gilmar Machado - PT
Ibrahim Abi-ackel - PP
Isaías Silvestre - PSB
Ivo José - PT
Jaime Martins - PL
João Magalhães - PMDB
João Magno - PT
João Paulo Gomes da Silva - PSB
José Militão - PTB
José Santana de Vasconcellos - PL
Júlio Delgado - PSB
Lael Varella - PFL
Leonardo Mattos - PV
Leonardo Monteiro - PT
Lincoln Portela - PL
Marcello Siqueira - PMDB
Márcio Reinaldo Moreira - PP
Maria do Carmo Lara - PT
Maria Lúcia Cardoso - PMDB
Mário Assad Júnior - PSB
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Narcio Rodrigues - PSDB
Odair Cunha - PT
Osmânio Pereira - PTB
Paulo Delgado - PT
Rafael Guerra - PSDB

Reginaldo Lopes - PT
Roberto Brant - PFL
Romel Anizio - PP
Romeu Queiroz - PTB
Sérgio Miranda - PDT
Vadinho Baião - PT
Virgílio Guimarães - PT
Vittorio Medioli - PV

Espírito Santo

Feu Rosa - PP
Iriny Lopes - PT
Jair de Oliveira - PMDB
Manato - PDT
Marcelino Fraga - PMDB
Marcus Vicente - PTB
Neucimar Fraga - PL
Nilton Baiano - PP
Renato Casagrande - PSB
Rose de Freitas - PMDB

Rio de Janeiro

Aldir Cabral - PFL
Alexandre Cardoso - PSB
Alexandre Santos - PMDB
Almerinda de Carvalho - PMDB
Almir Moura - PFL
André Costa - PDT
Antonio Carlos Biscaia - PT
Bernardo Ariston - PMDB
Carlos Nader - PL
Carlos Santana - PT
Chico Alencar - PSOL
Deley - PSC
Dr. Heleno - PSC
Edson Ezequiel - PMDB
Eduardo Cunha - PMDB
Eduardo Paes - PSDB
Fernando Gabeira - PV
Fernando Gonçalves - PTB
Fernando Lopes - PMDB
Francisco Dornelles - PP
Fred Kohler - PMDB
Itamar Serpa - PSDB
Jair Bolsonaro - PP
Jandira Feghali - PCdoB
João Mendes de Jesus - PSB
Jorge Bittar - PT
José Divino - PMR
Josias Quintal - PSB
Juíza Denise Frossard - PPS
Julio Lopes - PP
Laura Carneiro - PFL
Leonardo Picciani - PMDB
Luiz Sérgio - PT
Márcio Fortes - PSDB
Miro Teixeira - PDT
Moreira Franco - PMDB
Nelson Bornier - PMDB
Paulo Baltazar - PSB
Paulo Feijó - PSDB
Reinaldo Betão - PL
Reinaldo Gripp - PL
Renato Cozzolino - PDT
Rodrigo Maia - PFL
Sandro Matos - PTB
Simão Sessim - PP
Vieira Reis - PMR

São Paulo

Alberto Goldman - PSDB
Aldo Rebelo - PCdoB
Amauri Gasques - PL
Angela Guadagnin - PT
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Ary Kara - PTB
Carlos Sampaio - PSDB
Celso Russomanno - PP
Chico Sardelli - PV
Cláudio Magrão - PPS
Corauci Sobrinho - PFL
Delfim Netto - PMDB
Devanir Ribeiro - PT
Dimas Ramalho - PPS
Durval Orlato - PT
Edinho Montemor - PSB
Edna Macedo - PTB
Elimar Máximo Damasceno - PRONA
Enéas - PRONA
Fernando Estima - PPS
Gilberto Nascimento - PMDB
Iara Bernardi - PT
Ildeu Araujo - PP
Ivan Valente - PSOL
Jamil Murad - PCdoB
Jefferson Campos - PTB
João Batista - PP
João Herrmann Neto - PDT
João Paulo Cunha - PT
José Eduardo Cardozo - PT
José Mentor - PT
Jovino Cândido - PV
Julio Semeghini - PSDB
Lobbe Neto - PSDB
Luciano Zica - PT
Luiz Antonio Fleury - PTB
Luiz Carlos Santos - PFL
Luiz Eduardo Greenhalgh - PT
Luiza Erundina - PSB
Marcelo Barbieri - PMDB
Marcelo Ortiz - PV
Marcos Abramo - PP
Mariângela Duarte - PT
Medeiros - PL
Michel Temer - PMDB
Milton Monti - PL
Nelson Marquezelli - PTB
Neuton Lima - PTB
Orlando Fantazzini - PSOL
Paulo Lima - PMDB
Professor Irapuan Teixeira - PP
Professor Luizinho - PT
Ricardo Berzoini - PT
Ricardo Izar - PTB
Roberto Gouveia - PT
Robson Tuma - PFL
Salvador Zimbaldi - PSB
Silvio Torres - PSDB
Telma de Souza - PT
Vadão Gomes - PP
Vanderlei Assis - PP
Vicente Cascione - PTB
Vicentinho - PT
Walter Barelli - PSDB
Wanderval Santos - PL
Xico Graziano - PSDB
Zulaiê Cobra - PSDB

Mato Grosso

Carlos Abicalil - PT
Celcita Pinheiro - PFL

Lino Rossi - PP
Pedro Henry - PP
Ricarte de Freitas - PTB
Teté Bezerra - PMDB
Thelma de Oliveira - PSDB
Wellington Fagundes - PL

Distrito Federal

Alberto Fraga - PFL
Jorge Pinheiro - PL
José Roberto Arruda - PFL
Maninha - PSOL
Osório Adriano - PFL
Sigmaringa Seixas - PT
Tatico - PTB
Wasny de Roure - PT

Goiás

Barbosa Neto - PSB
Carlos Alberto Leréia - PSDB
Enio Tatico - PL
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Leonardo Vilela - PSDB
Luiz Bittencourt - PMDB
Neyde Aparecida - PT
Pedro Chaves - PMDB
Professora Raquel Teixeira - PSDB
Roberto Balestra - PP
Ronaldo Caiado - PFL
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PL
Vilmar Rocha - PFL

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos Biffi - PT
Antonio Cruz - PP
Geraldo Resende - PPS
João Grandão - PT
Murilo Zauith - PFL
Nelson Trad - PMDB
Vander Loubet - PT
Waldemir Moka - PMDB

Paraná

Abelardo Lupion - PFL
Affonso Camargo - PSDB
Airton Roveda - PPS
Alex Canziani - PTB
André Zacharow - PMDB
Assis Miguel do Couto - PT
Cezar Silvestri - PPS
Chico da Princesa - PL
Claudio Rorato - PMDB
Colombo - PT
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Dra. Clair - PT
Eduardo Sciarra - PFL
Giacobo - PL
Gustavo Fruet - PSDB
Hermes Parcianello - PMDB
Iris Simões - PTB
José Janene - PP
Luiz Carlos Hauly - PSDB
Max Rosenmann - PMDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Odílio Balbinotti - PMDB
Oliveira Filho - PL
Osmar Serraglio - PMDB
Ricardo Barros - PP
Selma Schons - PT
Takayama - PMDB
Vitorassi - PT

Santa Catarina

Adelor Vieira - PMDB
Carlito Merss - PT
Edinho Bez - PMDB
Edison Andrino - PMDB
Fernando Coruja - PPS
Gervásio Silva - PFL
Ivan Ranzolin - PFL
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PT
Leodegar Tiscoski - PP
Luci Choinacki - PT
Mauro Passos - PT
Paulo Afonso - PMDB
Paulo Bauer - PSDB
Vignatti - PT
Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Adão Pretto - PT
Afonso Hamm - PP
Alceu Collares - PDT
Beto Albuquerque - PSB
Cezar Schirmer - PMDB
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Érico Ribeiro - PP
Francisco Appio - PP
Francisco Turra - PP
Henrique Fontana - PT
Júlio Redecker - PSDB
Kelly Moraes - PTB
Luciana Genro - PSOL
Luis Carlos Heinze - PP
Marco Maia - PT
Maria do Rosário - PT
Mendes Ribeiro Filho - PMDB
Milton Cardias - PTB
Nelson Proença - PPS
Onyx Lorenzoni - PFL
Orlando Desconsi - PT
Osvaldo Biolchi - PMDB
Pastor Reinaldo - PTB
Paulo Gouvêa - PL
Paulo Pimenta - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Tarcísio Zimmermann - PT
Wilson Cignachi - PMDB
Yeda Crusius - PSDB

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Presidente: Ronaldo Caiado (PFL)
1º Vice-Presidente: Luis Carlos Heinze (PP)
2º Vice-Presidente: Francisco Turra (PP)
3º Vice-Presidente: Assis Miguel do Couto (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Adão Pretto	Guilherme Menezes
Anselmo	Luci Choinacki
Assis Miguel do Couto	Odair Cunha
João Grandão	Reginaldo Lopes
Josias Gomes	Vadinho Baião
Orlando Desconsi	Vignatti
Vander Loubet	Zé Geraldo
PMDB	
Alexandre Maia vaga do PL	Claudio Rorato
Gervásio Oliveira	Marcelino Fraga
Leandro Vilela	Mauro Lopes
Moacir Micheletto	Osvaldo Reis
Odílio Balbinotti	Pedro Chaves
Waldemir Moka	Rose de Freitas
Wilson Cignachi	1 vaga
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Abelardo Lupion	Alberto Fraga vaga do PTB
Carlos Batata vaga do PV	Betinho Rosado
Carlos Melles	Eduardo Sciarra
Enéas	Félix Mendonça
Kátia Abreu	Francisco Rodrigues
Osvaldo Coelho vaga do PC do B	Lael Varella
Ronaldo Caiado	
PSDB	
Anivaldo Vale	Antonio Carlos Mendes Thame
Xico Graziano	Carlos Alberto Leréia
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Júlio Redecker
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Julio Semeghini
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Francisco Turra	Cleonâncio Fonseca vaga do PL
Luis Carlos Heinze	Érico Ribeiro
Nélio Dias vaga do S.PART.	Nelson Meurer
Zé Lima vaga do PSDB	1 vaga
Zonta	
PTB	
Carlos Dunga	Josué Bengtson
João Lyra	Tatico vaga do PL
Nelson Marquezelli	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
PL	
Almir Sá vaga do PSDB	João Carlos Bacelar
Heleno Silva	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Wellington Fagundes	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PPS	
Cezar Silvestri	Airton Roveda vaga do PTB
	Dr. Francisco Gonçalves vaga do PTB
	Geraldo Thadeu
PSB	
Iberê Ferreira vaga do PTB	1 vaga
Luciano Leitoa	
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	Pompeo de Mattos
PC do B	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	1 vaga
PV	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Edson Duarte
S.PART.	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 36
Telefones: 216-6403/6404/6406
FAX: 216-6415

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Maria Helena (PSB)
1º Vice-Presidente: Átila Lins (PMDB)
2º Vice-Presidente: Júnior Betão (PL)
3º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlos Abicalil	Anselmo
Henrique Afonso	Nilson Mourão
Zé Geraldo	2 vagas
Zico Bronzeado	
PMDB	
Ann Pontes	Asdrubal Bentes
Átila Lins vaga do PSDB	Gervásio Oliveira
Lupércio Ramos	Marcelo Castro
Natan Donadon	
Bloco PFL, PRONA	
Davi Alcolumbre	(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Anivaldo Vale
1 vaga	Hamilton Casara vaga do PP
	Zenaldo Coutinho
PP	
Agnaldo Muniz	Marcos Abramo vaga do Bloco PFL, PRONA
Carlos Souza	Suely Campos
	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PTB	
Fernando Gonçalves	2 vagas
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
PL	
Júnior Betão	Coronel Alves
Miguel de Souza	Raimundo Santos
PPS	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
Maria Helena vaga do PPS	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
1 vaga	
PDT	
Severiano Alves	Dr. Rodolfo Pereira
PCdoB	
Perpétua Almeida vaga do Bloco PFL, PRONA	Vanessa Grazziotin vaga do PSB
PSC	
Zequinha Marinho vaga do PTB	

Secretário(a): Nilza Maria Ferreira Alves
Local: Anexo II - Sala T- 59
Telefones: 216-6432
FAX: 216-6440

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Jader Barbalho (PMDB)
1º Vice-Presidente: Pedro Chaves (PMDB)
2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)
3º Vice-Presidente: Silas Câmara (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Jorge Bittar	Angela Guadagnin
Walter Pinheiro	César Medeiros

(Dep. do PL ocupa a vaga)	Durval Orlato vaga do PL
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Fernando Ferro
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Henrique Afonso
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Mariângela Duarte
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Vicentinho
	Wasny de Roure
PMDB	
Adelor Vieira	Gastão Vieira
Eunício Oliveira vaga do PT	Henrique Eduardo Alves
Gilberto Nascimento	Marinha Raupp
Hermes Parcianello	Pastor Pedro Ribeiro
Jader Barbalho	Wladimir Costa
Marcelo Barbieri	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Pedro Chaves	(Dep. do PMR ocupa a vaga)
Pedro Irujo vaga do PL	
Takayama	
Bloco PFL, PRONA	
Corauci Sobrinho	Aldir Cabral
Eduardo Sciarra	Almir Moura vaga do PMDB
José Mendonça Bezerra vaga do PTB	César Bandeira
José Rocha	Davi Alcolumbre
Júlio Cesar	Robson Tuma
Vic Pires Franco	(Dep. do PL ocupa a vaga)
PSDB	
Gustavo Fruet	Antonio Joaquim vaga do PTB
Julio Semeghini	João Campos
Narcio Rodrigues	João Castelo
Professora Raquel Teixeira	Lobbe Neto
	Manoel Salviano
PP	
João Batista vaga do PT	Antonio Cruz vaga do PTB
Pedro Corrêa	Enivaldo Ribeiro
Ricardo Barros	Leodegar Tiscoski
Sandes Júnior	Romel Anizio
Vanderlei Assis	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PTB	
Iris Simões	Arnon Bezerra
Silas Câmara	Pastor Reinaldo
(Dep. do PL ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PL	
Badu Picanço vaga do PT	Amauri Gasques
Carlos Nader vaga do PTB	Inaldo Leitão
Maurício Rabelo	José Carlos Araújo vaga do Bloco PFL, PRONA
Raimundo Santos	José Santana de Vasconcellos vaga do PSL
Wanderval Santos vaga do PT	(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PPS	
Nelson Proença	Raul Jungmann
PSB	
João Mendes de Jesus vaga do PSL	Ariosto Holanda
Jorge Gomes vaga do PC do B	Salvador Zimbaldi vaga do PP
Luiza Erundina	
PDT	
Maurício Quintella Lessa	Luiz Piauhylino
Miro Teixeira vaga do PT	
PC do B	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Inácio Arruda
PV	
Jovino Cândido	Leonardo Mattos
PSL	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PL ocupa a vaga)
PMR	
	Vieira Reis vaga do PMDB

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49
Telefones: 216-6452 A 6458
FAX: 216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)
1º Vice-Presidente: José Mentor (PT)
2º Vice-Presidente: Wilson Santiago (PMDB)
3º Vice-Presidente: Roberto Magalhães (PFL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Antônio Carlos Biffi
João Paulo Cunha	Dr. Rosinha
José Eduardo Cardozo	Iara Bernardi
José Mentor	Iriny Lopes
Luiz Eduardo Greenhalgh	José Pimentel
Maurício Rands	Luciano Zica
Nelson Pellegrino	Luiz Alberto
Odair Cunha	Luiz Couto
Professor Luizinho	Rubens Otoni
Sigmaringa Seixas	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1 vaga
PMDB	
Cezar Schirmer	Albérico Filho
Claudio Rorato	Aníbal Gomes
Maria Lúcia Cardoso	Ann Pontes
Mendes Ribeiro Filho	Eduardo Cunha
Michel Temer	Leonardo Picciani
Nelson Trad	Mauro Benevides
Osmar Serraglio	Mauro Lopes
Paulo Afonso	Moraes Souza
Wilson Santiago	Pedro Irujo vaga do PL
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
(Dep. do PMR ocupa a vaga)	(Dep. do PL ocupa a vaga)
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Bloco PFL, PRONA	
Antonio Carlos Magalhães Neto	André de Paula
Edmar Moreira vaga do PL	Coriolano Sales
Ivan Ranzolin	Enéas
José Roberto Arruda	Laura Carneiro
Luiz Carlos Santos	Moroni Torgan
Ney Lopes	Mussa Demes
Paulo Magalhães	Onyx Lorenzoni
Roberto Magalhães	Pauderney Avelino
Robson Tuma vaga do PTB	
Vilmar Rocha	
PSDB	
Bosco Costa	Antonio Carlos Pannunzio
João Almeida	Átila Lira
Jutahy Junior	Bonifácio de Andrada
Vicente Arruda	Custódio Mattos
Zenaldo Coutinho	Helenildo Ribeiro
Zulaiê Cobra	Léo Alcântara
PP	
Antonio Cruz vaga do PTB	Agnaldo Muniz
Benedito de Lira	Celso Russomanno
Darci Coelho	Marcos Abramo
Ibrahim Abi-ackel	Professor Irapuan Teixeira
João Leão	Ricardo Barros
Lino Rossi	Sandes Júnior
Reginaldo Germano	
PTB	
Edna Macedo	Alceste Almeida vaga do PMDB
Jefferson Campos vaga do PMDB	Alex Canziani
Paes Landim	Ary Kara
Vicente Cascione	Cleuber Carneiro
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Luiz Antonio Fleury
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	(Dep. do PL ocupa a vaga)
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PL ocupa a vaga)
PL	

Inaldo Leitão	Almeida de Jesus
José Carlos Araújo	Badu Picanço vaga do PTB
Sandro Mabel	Enio Tatico
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Humberto Michiles vaga do PMDB
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Jaime Martins
	Neucimar Fraga vaga do PTB
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PPS	
Juíza Denise Frossard	Colbert Martins
Roberto Freire	Fernando Coruja
PSB	
Carlos Mota vaga do PL	Alexandre Cardoso
Gonzaga Patriota vaga do PT	Isaías Silvestre
Sandra Rosado	João Mendes de Jesus vaga do PL
(Dep. do PC do B ocupa a vaga)	Júlio Delgado vaga do PMDB
PDT	
Alceu Collares	João Fontes
Luiz Piauhylino	Miro Teixeira vaga do PT
Sérgio Miranda vaga do PC do B	Pompeo de Mattos
Wagner Lago vaga do PTB	
PC do B	
Jamil Murad vaga do PSB	Alice Portugal
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	
PV	
Marcelo Ortiz	Sarney Filho
PMR	
José Divino vaga do PMDB	

Secretário(a): Rejane Salete Marques
Local: Anexo II,Térreo, Ala , sala 21
Telefones: 216-6494
FAX: 216-6499

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Luiz Antonio Fleury (PTB)
1º Vice-Presidente: Eduardo Seabra (PTB)
2º Vice-Presidente: Carlos Sampaio (PSDB)
3º Vice-Presidente: Júlio Delgado (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Ana Guerra	João Grandão
Selma Schons	Luiz Bassuma
Simplício Mário	Maria do Carmo Lara
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PMDB	
Luiz Bittencourt	Hermes Parcianello vaga do PT
Paulo Lima	Leandro Vilela
Wladimir Costa vaga do PT	Max Rosenmann
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PMR ocupa a vaga)
Bloco PFL, PRONA	
Marcelo Guimarães Filho vaga do PDT	Fernando de Fabinho vaga do PPS
Robério Nunes	Kátia Abreu
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Marcos de Jesus vaga do PL
1 vaga	Zelinda Novaes
	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSDB	
Carlos Sampaio	Yeda Crusius
Márcio Fortes	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PP	
Celso Russomanno	Julio Lopes
1 vaga	1 vaga
PTB	
Eduardo Seabra	Alex Canziani vaga do PDT
Jonival Lucas Junior vaga do Bloco PFL, PRONA	Neuton Lima
Luiz Antonio Fleury	Ricardo Izar
	Sandro Matos vaga do Bloco PFL, PRONA
PL	
Almeida de Jesus	Remi Trinta
1 vaga	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PPS	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PSB	
Givaldo Carimbão	João Paulo Gomes da Silva vaga do PSDB
Júlio Delgado vaga do PPS	Paulo Baltazar
PDT	
Renato Cozzolino vaga do PMDB	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
PMR	
	José Divino vaga do PMDB

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 216-6920 A 6922
FAX: 216-6925

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Romeu Queiroz (PTB)
1º Vice-Presidente: Ildeu Araujo (PP)
2º Vice-Presidente: Reginaldo Lopes (PT)
3º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Jorge Boeira	Jorge Bittar
Reginaldo Lopes	Josias Gomes
Rubens Otoni	(Dep. do PL ocupa a vaga)
PMDB	
Bernardo Ariston	Delfim Netto vaga do PP
Carlos Eduardo Cadoca	Lupércio Ramos
Edson Ezequiel	Wilson Cignachi
	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Fernando de Fabinho	Murilo Zauith vaga do PV
Gerson Gabrielli	Osório Adriano
Joaquim Francisco vaga do PTB	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PSDB	
Júlio Redecker	Gonzaga Mota
Léo Alcântara vaga do PV	Yeda Crusius
Ronaldo Dimas	
PP	
Ildeu Araujo	Dr. Benedito Dias vaga do S.PART.
1 vaga	Nélio Dias
	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PTB	
Romeu Queiroz	Armando Monteiro
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Nelson Marquezelli
PL	
Reinaldo Betão	Giacobo vaga do PT
	1 vaga
PV	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
S.PART.	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PDT	
	André Figueiredo vaga do Bloco PFL, PRONA
PSOL	
Luciana Genro vaga do S.PART.	

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Telefones: 216-6601 A 6609

FAX: 216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Julio Lopes (PP)
1º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)
2º Vice-Presidente: Colbert Martins (PPS)
3º Vice-Presidente: Jaime Martins (PL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
João Magno	Roberto Gouveia
Maria do Carmo Lara	Terezinha Fernandes
Zezéu Ribeiro	Vitorassi
PMDB	
Alexandre Santos	Zé Gerardo
Marinha Raupp	2 vagas
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Fábio Souto	Nice Lobão
1 vaga	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PSDB	
Ana Alencar	Domiciano Cabral
Custódio Mattos	Gustavo Fruet
PP	
Afonso Hamm	Darci Coelho
Julio Lopes	Mário Negromonte
PTB	
Jackson Barreto	José Chaves
Pedro Fernandes	Pastor Frankembergen
	Silas Câmara vaga do PL
PL	
Jaime Martins	Chico da Princesa
Paulo Gouvêa	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PPS	
Colbert Martins	1 vaga
PSB	
Barbosa Neto	Jorge Gomes
PCdoB	
Inácio Arruda vaga do PMDB	
PSC	
	Milton Barbosa vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): Romulo de Sousa Mesquita
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 216-6551/ 6554
FAX: 216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Iriny Lopes (PT)
1º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT)
2º Vice-Presidente: Pompeo de Mattos (PDT)
3º Vice-Presidente: Chico Alencar (PSOL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Iriny Lopes	Adão Pretto
Luci Choinacki	Ana Guerra vaga do Bloco PFL, PRONA
Luiz Alberto vaga do PSDB	Luiz Eduardo Greenhalgh
Luiz Couto vaga do PMDB	Maria do Rosário
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
PMDB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Bernardo Ariston
2 vagas	Chicão Brígido
	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Bloco PFL, PRONA	
Alberto Fraga vaga do PTB	Fernando de Fabinho
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Jairo Carneiro
2 vagas	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PSDB	
Sebastião Madeira	Eduardo Barbosa
(Dep. do PT ocupa a vaga)	João Almeida
PP	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	José Linhares
1 vaga	Nilton Baiano
PTB	
Pastor Reinaldo	Alceste Almeida vaga do PMDB
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
PL	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Paulo Gouvêa
PPS	
1 vaga	Geraldo Thadeu vaga do PTB
	Roberto Freire
PV	
Leonardo Mattos	Jovino Cândido
PDT	
Mário Heringer vaga do PP	
Pompeo de Mattos vaga do Bloco PFL, PRONA	
PSOL	
Chico Alencar vaga do PT	João Alfredo vaga do PTB
Orlando Fantazzini vaga do PL	

Secretário(a): Márcio Marques de Araújo
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 216-6575
FAX: 216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Paulo Delgado (PT)
1º Vice-Presidente: Maria do Rosário (PT)
2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
3º Vice-Presidente: João Correia (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antônio Carlos Biffi	Carlos Abicalil
Iara Bernardi	Colombo
Maria do Rosário	Fátima Bezerra
Neyde Aparecida	Gilmar Machado
Paulo Delgado	Walter Pinheiro vaga do PPS
Paulo Rubem Santiago	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
	1 vaga
PMDB	
Gastão Vieira	Alexandre Maia
João Correia	Luiz Bittencourt
João Matos (Licenciado)	Osmar Serraglio
Osvaldo Biolchi	Paulo Lima
Pastor Pedro Ribeiro	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Bloco PFL, PRONA	
Celcita Pinheiro	José Roberto Arruda
César Bandeira	Osvaldo Coelho
Clóvis Fecury vaga do PP	Paulo Magalhães
Murilo Zauith vaga do PTB	Roberto Magalhães
Nice Lobão	
Onyx Lorenzoni vaga do PL	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PSDB	
Antenor Naspolini	Itamar Serpa
Bonifácio de Andrada vaga do PP	Rafael Guerra
Lobbe Neto	Thelma de Oliveira
Nilson Pinto	
PP	
Marcos Abramo vaga do Bloco PFL, PRONA	José Linhares
Professor Irapuan Teixeira	Márcio Reinaldo Moreira
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Zé Lima
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
PTB	
Neuton Lima	Elaine Costa (Licenciado)

Ricardo Izar	Jefferson Campos [vaga do PMDB]
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Jonival Lucas Junior
	Kelly Moraes
PL	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Carlos Nader [vaga do PC do B]
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Humberto Michiles
1 vaga	Medeiros
	Milton Monti
PPS	
Geraldo Resende [vaga do PSB]	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Ivan Paixão [vaga do PMDB]	
Rogério Teófilo	
PSB	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Luciano Leitoa
PDT	
Álvaro Dias	Severiano Alves
PC do B	
Alice Portugal	(Dep. do PL ocupa a vaga)
PSOL	
Ivan Valente [vaga do PL]	Chico Alencar [vaga do PT]
PSC	
	Dr. Heleno [vaga do PMDB]

Secretário(a): Anamélia Lima Rocha Fernandes
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170
Telefones: 216-6622/6625/6627/6628
FAX: 216-6635

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Geddel Vieira Lima (PMDB)
1º Vice-Presidente: Eduardo Cunha (PMDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
3º Vice-Presidente: Carlito Merss (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlito Merss	Henrique Fontana
José Pimentel	João Paulo Cunha
Nazareno Fonteles	Jorge Boeira
Ricardo Berzoini [vaga do PSB]	Paulo Rubem Santiago
Vignatti	Tarcísio Zimmermann
Virgílio Guimarães	Vadinho Baião
Wasny de Roure	
PMDB	
Delfim Netto [vaga do PP]	Eliseu Padilha
Eduardo Cunha	Michel Temer
Geddel Vieira Lima	Nelson Bornier
João Magalhães	Odílio Balbinotti
José Priante [vaga do PTB]	(Dep. do PTC ocupa a vaga)
Marcelino Fraga	1 vaga
Max Rosenmann	
Moreira Franco	
Pedro Novais [vaga do PC do B]	
Bloco PFL, PRONA	
Coriolano Sales [vaga do PL]	Eliseu Resende
Félix Mendonça	Júlio Cesar
José Carlos Machado	Rodrigo Maia
Luiz Carreira	Ronaldo Caiado
Mussa Demes [vaga do PL]	
Osório Adriano	
Pauderney Avelino [vaga do PDT]	
Roberto Brant [vaga do PP]	
PSDB	
Gonzaga Mota	Antonio Cambraia
Luiz Carlos Hauly	Custódio Mattos
Silvio Torres	Julio Semeghini
Yeda Crusius	Walter Barelli
PP	
Enivaldo Ribeiro [vaga do PL]	Benedito de Lira
Francisco Dornelles	Carlos Souza
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Feu Rosa [vaga do PL]
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Zonta
PTB	
Armando Monteiro	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
José Militão	2 vagas
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PL	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	1 vaga
PPS	
Fernando Coruja	Geraldo Thadeu [vaga do PTB]
	Nelson Proença
PSB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Beto Albuquerque
PDT	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Ademir Camilo [vaga do PL]
	André Figueiredo
	Sérgio Miranda [vaga do PC do B]
PC do B	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PTC	
	Carlos Willian [vaga do PMDB]

Secretário(a): Marcelle R C Cavalcanti
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136
Telefones: 216-6654/6655/6652
FAX: 216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: Alexandre Cardoso (PSB)
1º Vice-Presidente: Pastor Francisco Olímpio (PSB)
2º Vice-Presidente: Francisco Garcia (PP)
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Colombo	Eduardo Valverde
Vitorassi	José Mentor
2 vagas	Sigmaringa Seixas
	Virgílio Guimarães
PMDB	
Aníbal Gomes [vaga do PTB]	João Correia [vaga do PTB]
Asdrubal Bentes [vaga do PL]	João Magalhães
Fernando Lopes	Marcelino Fraga
Fred Kohler [vaga do PTB]	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Mauro Benevides	
Olavo Calheiros	
Bloco PFL, PRONA	
Aldir Cabral	José Carlos Machado
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Pauderney Avelino
1 vaga	Rodrigo Maia
PSDB	
Eduardo Paes	João Almeida
Manoel Salviano	Luiz Carlos Hauly
Paulo Bauer [vaga do Bloco PFL, PRONA]	
PP	
Francisco Garcia	Luis Carlos Heinze
Simão Sessim	1 vaga
PTB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Iris Simões
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PL	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Wellington Roberto

1 vaga	1 vaga
PPS	
1 vaga	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PSB	
Alexandre Cardoso	B. Sá vaga do PPS
Pastor Francisco Olímpio vaga do PDT	Barbosa Neto vaga do PDT
	Paulo Baltazar
PDT	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Renato Cozzolino vaga do PMDB
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)

Secretário(a): Maria Linda Magalhães
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161
Telefones: 216-6671 A 6675
FAX: 216-6676

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Fátima Bezerra (PT)
1º Vice-Presidente: Leonardo Monteiro (PT)
2º Vice-Presidente: Selma Schons (PT)
3º Vice-Presidente: Luiza Erundina (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fátima Bezerra	Ana Guerra
Ivo José vaga do PPS	Vadinho Baião
Leonardo Monteiro	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Selma Schons	
PMDB	
Albérico Filho	Olavo Calheiros
Almerinda de Carvalho	2 vagas
Wilson Santiago	
Bloco PFL, PRONA	
Vilmar Rocha	Laura Carneiro
1 vaga	1 vaga
PSDB	
Antenor Naspolini	2 vagas
1 vaga	
PP	
Enivaldo Ribeiro	2 vagas
João Leão vaga do PL	
1 vaga	
PTB	
Pastor Reinaldo	2 vagas
1 vaga	
PL	
Jaime Martins	2 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PPS	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	1 vaga
PSB	
Luiza Erundina	1 vaga
PSOL	
	João Alfredo vaga do PT

Secretário(a): Ruy dos Santos Siqueira
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 216-6692 / 6693
FAX: 216-6700

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Luciano Castro (PL)
1º Vice-Presidente: Jorge Pinheiro (PL)
2º Vice-Presidente: Paulo Baltazar (PSB)
3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
César Medeiros	Dra. Clair
Leonardo Monteiro	Luiz Sérgio
Luciano Zica	Mauro Passos
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Selma Schons
PMDB	
(Dep. do PTC ocupa a vaga)	Almerinda de Carvalho
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Max Rosenmann
1 vaga	Teté Bezerra
Bloco PFL, PRONA	
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Gervásio Silva
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Joaquim Francisco vaga do PTB
	Luiz Carreira
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Affonso Camargo
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Vicente Arruda vaga do PL
	Xico Graziano
PP	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PTB	
Kelly Moraes	Paes Landim
Sandro Matos	Vicente Cascione vaga do PP
	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PL	
Jorge Pinheiro	Wellington Fagundes
Luciano Castro	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Oliveira Filho vaga do Bloco PFL, PRONA	
PPS	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Cezar Silvestri
PSB	
Paulo Baltazar vaga do PPS	
PV	
Edson Duarte vaga do Bloco PFL, PRONA	
Fernando Gabeira vaga do PSDB	
Sarney Filho vaga do PMDB	
PSOL	
Babá vaga do PP	
João Alfredo vaga do PT	
PTC	
Carlos Willian vaga do PMDB	

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 150
Telefones: 216-6521 A 6526
FAX: 216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Nicias Ribeiro (PSDB)
1º Vice-Presidente: Paulo Feijó (PSDB)
2º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PMDB)
3º Vice-Presidente: Nelson Meurer (PP)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Eduardo Valverde	Hélio Esteves
Fernando Ferro	Ivo José
Luiz Bassuma	João Magno
Luiz Sérgio	Vander Loubet
Mauro Passos	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PMDB	
Albérico Filho	Alexandre Santos
Marcello Siqueira	André Zacharow vaga do PSB
Rose de Freitas	Edinho Bez
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Marinha Raupp
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Moreira Franco
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Bloco PFL, PRONA	
Betinho Rosado vaga do PC do B	Aroldo Cedraz
Gervásio Silva	Gerson Gabrielli
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Luiz Carlos Santos
2 vagas	Pauderney Avelino
PSDB	
Helenildo Ribeiro	João Almeida
Nicias Ribeiro	Ronaldo Dimas

Paulo Feijó	1 vaga
PP	
João Pizzolatti	Dilceu Sperafico vaga do PTB
João Tota	Francisco Appio
Nelson Meurer	Reginaldo Germano
Romel Anizio vaga do PDT	Simão Sessim vaga do PTB
	Vadão Gomes
PTB	
Marcus Vicente	Edna Macedo
Osmânio Pereira	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Tatico vaga do PL	(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
PL	
Aracely de Paula	Maurício Rabelo
José Santana de Vasconcellos	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PPS	
Airton Roveda vaga do Bloco PFL, PRONA	1 vaga
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
PSB	
B. Sá vaga do PPS	Edinho Montemor vaga do PL
Renato Casagrande	Josias Quintal vaga do PMDB
Salvador Zimbaldi vaga do PTB	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PDT	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	André Costa vaga do PT
	1 vaga
PC do B	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	1 vaga
PSC	
Dr. Heleno vaga do PMDB	Deley vaga do PL
Pastor Amarildo vaga do PMDB	

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 216-6711 / 6713
FAX: 216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Aroldo Cedraz (PFL)
1º Vice-Presidente: Jairo Carneiro (PFL)
2º Vice-Presidente: Nilson Mourão (PT)
3º Vice-Presidente: João Castelo (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Mariângela Duarte	José Eduardo Cardozo
Nilson Mourão	Paulo Delgado
Terezinha Fernandes	Zico Bronzeado
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
PMDB	
André Zacharow vaga do PSB	Edinho Bez
Edison Andrino	Edson Ezequiel
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Paulo Afonso
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Takayama
(Dep. do PMR ocupa a vaga)	(Dep. do PV ocupa a vaga)
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
André de Paula	Antonio Carlos Magalhães Neto
Aroldo Cedraz	Carlos Melles
Francisco Rodrigues	Robério Nunes vaga do PTB
Jairo Carneiro	Vilmar Rocha
Marcos de Jesus vaga do PP	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
PSDB	
Antonio Carlos Pannunzio	Antonio Carlos Mendes Thame
Hamilton Casara vaga do PL	Luiz Carlos Hauly
Itamar Serpa	Paulo Bauer vaga do PTB
João Castelo	Zulaiê Cobra
PP	
Feu Rosa	Francisco Dornelles
Vadão Gomes	Jair Bolsonaro
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	João Tota
PTB	
Arnon Bezerra	Jackson Barreto
Pastor Frankembergen	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PL	
Lincoln Portela	Almir Sá
Ricardo Rique vaga do PMDB	Medeiros
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Miguel de Souza
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
PPS	
Dimas Ramalho	Rogério Teófilo vaga do Bloco PFL, PRONA
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PSB	
João Paulo Gomes da Silva vaga do PL	Júlio Delgado vaga do PPS
Marcondes Gadelha vaga do PTB	Luiza Erundina
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PDT	
André Costa vaga do PT	Maurício Quintella Lessa
João Herrmann Neto vaga do PMDB	
Neiva Moreira	
PC do B	
Socorro Gomes	Perpétua Almeida
PV	
	Fernando Gabeira vaga do PMDB
PSOL	
Maninha vaga do PT	Ivan Valente vaga do PT
	Orlando Fantazzini vaga do PT
PMR	
Vieira Reis vaga do PMDB	

Secretário(a): Fernando Luiz Cunha Rocha
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125
Telefones: 216-6739 / 6738 / 6737
FAX: 216-6745

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Enio Bacci (PDT)
1º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)
2º Vice-Presidente: Alberto Fraga (PFL)
3º Vice-Presidente: Carlos Sampaio (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Paulo Pimenta	Antonio Carlos Biscaia
Paulo Rubem Santiago	Luiz Couto
1 vaga	Nelson Pellegrino
PMDB	
Cabo Júlio	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Gilberto Nascimento	2 vagas
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Alberto Fraga vaga do PTB	Edmar Moreira vaga do PL
Moroni Torgan	Laura Carneiro
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Vic Pires Franco
PSDB	
Carlos Sampaio	Bosco Costa
João Campos	Zulaiê Cobra
PP	
Jair Bolsonaro vaga do Bloco PFL, PRONA	Ricardo Barros
Lino Rossi	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Reginaldo Germano	
PTB	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA	Luiz Antonio Fleury

ocupa a vaga)
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga) Pastor Reinaldo

PL

Coronel Alves — Almir Sá (vaga do PMDB)
Wanderval Santos — Neucimar Fraga (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PPS

Raul Jungmann — Juíza Denise Frossard

PSB

Josias Quintal (vaga do PMDB) — Givaldo Carimbão (Dep. do PDT ocupa a vaga)

PDT

Enio Bacci (vaga do PSB)

PCdoB

Perpétua Almeida (vaga do PTB)

PSOL

Luciana Genro (vaga do PP)

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
Telefones: 216-6761 / 6762
FAX: 216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Dr. Benedito Dias (PP)
1º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
2º Vice-Presidente: Guilherme Menezes (PT)
3º Vice-Presidente: Almerinda de Carvalho (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Angela Guadagnin	Assis Miguel do Couto
Dr. Rosinha	Nazareno Fonteles (vaga do PL)
Durval Orlato	Selma Schons
Guilherme Menezes	Telma de Souza
Henrique Fontana	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Roberto Gouveia	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
	1 vaga
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Jair de Oliveira
Benjamin Maranhão	Lúcia Braga
Chicão Brígido	Marcelo Castro
Darcísio Perondi	Waldemir Moka
Jorge Alberto	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Teté Bezerra	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Bloco PFL, PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	Celcita Pinheiro
Laura Carneiro	José Mendonça Bezerra
Zelinda Novaes	Roberto Brant (vaga do PT)
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
	1 vaga
PSDB	
Antonio Joaquim (vaga do PTB)	Eduardo Paes
Eduardo Barbosa	Walter Barelli
Rafael Guerra	1 vaga
Thelma de Oliveira	
PP	
Dr. Benedito Dias	Feu Rosa
José Linhares	Pedro Corrêa
Nilton Baiano (vaga do Bloco PFL, PRONA)	Vanderlei Assis
Suely Campos	
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Homero Barreto (Licenciado) (vaga do PMDB)
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Milton Cardias
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Osmânio Pereira
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PL	
Amauri Gasques	Jorge Pinheiro
Reinaldo Gripp	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Remi Trinta	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PPS	
Dr. Francisco Gonçalves (vaga do PTB)	Geraldo Resende (vaga do Bloco PFL, PRONA)
Geraldo Thadeu	Ivan Paixão
PSB	
Dr. Ribamar Alves	Carlos Mota (vaga do PL)
	Jorge Gomes
	Marcondes Gadelha (vaga do PTB)
	Sandra Rosado (vaga do PMDB)
PDT	
Manato	Mário Heringer
PC do B	
Jandira Feghali	Jamil Murad
PV	
1 vaga	Fernando Gabeira
PSOL	
	Maninha (vaga do PT)

Secretário(a): Gardene Aguiar
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
Telefones: 216-6787 / 6781 A 6786
FAX: 216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB)
1º Vice-Presidente: Osvaldo Reis (PMDB)
2º Vice-Presidente: Enio Tatico (PL)
3º Vice-Presidente: Marco Maia (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Dra. Clair	Carlos Santana
Marco Maia	Leonardo Monteiro
Paulo Pimenta	Maurício Rands
Tarcísio Zimmermann	Neyde Aparecida
Vicentinho	Professor Luizinho
PMDB	
Henrique Eduardo Alves	Ann Pontes
Leonardo Picciani	Benjamin Maranhão
Lúcia Braga	Luiz Bittencourt
Moraes Souza	Marcelo Barbieri
Osvaldo Reis	Paulo Lima (vaga do Bloco PFL, PRONA)
	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
Bloco PFL, PRONA	
José Carlos Aleluia	Laura Carneiro
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSDB	
Átila Lira	Eduardo Barbosa
Carlos Alberto Leréia	Narcio Rodrigues
Walter Barelli	1 vaga
PP	
Érico Ribeiro	2 vagas
Pedro Henry	
PTB	
Jovair Arantes	Arnaldo Faria de Sá
Milton Cardias	Homero Barreto (Licenciado) (vaga do Bloco PFL, PRONA)
	Ricarte de Freitas
PL	
Enio Tatico	Sandro Mabel
Medeiros	1 vaga
PPS	
Cláudio Magrão	1 vaga
PSB	
Isaías Silvestre	Pastor Francisco Olímpio
PDT	
João Fontes	Alceu Collares
PCdoB	

Daniel Almeida vaga do Bloco PFL, PRONA — Alice Portugal vaga do PMDB

Vanessa Grazziotin vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): Anamélia Ribeiro Correia de Araújo
Local: Anexo II, Sala T 50
Telefones: 216-6805 / 6806 / 6807
FAX: 216-6815

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Presidente: Antonio Cambraia (PSDB)
1º Vice-Presidente: André Figueiredo (PDT)
2º Vice-Presidente: Marcelo Teixeira (PSDB)
3º Vice-Presidente: Márcio Reinaldo Moreira (PP)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Gilmar Machado	Mariângela Duarte
Ivo José	Orlando Desconsi
Vadinho Baião	Simplício Mário
PMDB	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Edison Andrino vaga do PPS
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Luiz Bittencourt
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Bloco PFL, PRONA	
Claudio Cajado	Eduardo Sciarra vaga do PMDB
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Fábio Souto
	José Rocha
	Marcelo Guimarães Filho vaga do PDT
PSDB	
Alberto Goldman	Hamilton Casara vaga do PL
Antonio Cambraia	Jutahy Junior
Bismarck Maia vaga do PPS	Silvio Torres
Marcelo Teixeira vaga do PMDB	
PP	
Márcio Reinaldo Moreira	Ildeu Araujo
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Pedro Henry
PTB	
Alceste Almeida vaga do PMDB	José Militão
Alex Canziani vaga do PP	Jovair Arantes
Cleuber Carneiro vaga do PL	Marcus Vicente vaga do PL
José Chaves	Philemon Rodrigues vaga do PMDB
Josué Bengtson	
Ricarte de Freitas vaga do Bloco PFL, PRONA	
PL	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PPS	
Fernando Estima vaga do PSB	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSB	
Edinho Montemor vaga do PL	Dr. Ribamar Alves
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	
PDT	
André Figueiredo	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PSC	
Deley vaga do PMDB	

Secretário(a): Iracema Marques
Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo
Telefones: 216-6831 / 6832 / 6833

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Mário Assad Júnior (PSB)
1º Vice-Presidente: Humberto Michiles (PL)
2º Vice-Presidente: Homero Barreto (PTB)
3º Vice-Presidente: Nelson Bornier (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlos Santana	Carlito Merss
Devanir Ribeiro	Marco Maia
Hélio Esteves	Paulo Pimenta
Telma de Souza	Vitorassi
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Zezéu Ribeiro
PMDB	
Edinho Bez	Alexandre Santos
Eliseu Padilha	Átila Lins
Jair de Oliveira	Marcello Siqueira
Marcelo Castro vaga do PPS	Pedro Chaves
Mauro Lopes	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Nelson Bornier	
Bloco PFL, PRONA	
Eliseu Resende	Claudio Cajado
Lael Varella	3 vagas
(Dep. do PL ocupa a vaga)	
(Dep. do PL ocupa a vaga)	
PSDB	
Affonso Camargo	Marcelo Teixeira vaga do PMDB
Domiciano Cabral	Narcio Rodrigues
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Paulo Feijó
	Silvio Torres
PP	
Francisco Appio	João Leão vaga do PL
Leodegar Tiscoski	João Tota
Mário Negromonte	Sandes Júnior
	(Dep. do PL ocupa a vaga)
PTB	
Ary Kara	Carlos Dunga
Homero Barreto (Licenciado)	Pedro Fernandes
Philemon Rodrigues	Romeu Queiroz
PL	
Chico da Princesa vaga do Bloco PFL, PRONA	Aracely de Paula
Giacobo	Oliveira Filho vaga do PP
Humberto Michiles vaga do PT	Reinaldo Betão
Milton Monti vaga do Bloco PFL, PRONA	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Neucimar Fraga vaga do PC do B	
Wellington Roberto	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Geraldo Thadeu
PSB	
Beto Albuquerque	Gonzaga Patriota
Mário Assad Júnior vaga do PL	
PDT	
1 vaga	1 vaga
PC do B	
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Jandira Feghali
PV	
Vittorio Medioli vaga do PSDB	

Secretário(a): Ruy Omar Prudencio da Silva
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175
Telefones: 216-6853 A 6856
FAX: 216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A "ACOMPANHAR AS NEGOCIAÇÕES DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente: Edson Ezequiel (PMDB)
2º Vice-Presidente: Alberto Goldman (PSDB)
3º Vice-Presidente: Francisco Garcia (PP)
Relator: Maninha (PSOL)

Titulares	**Suplentes**
PT	

José Pimentel	Dra. Clair
Paulo Delgado	Henrique Fontana
Rubens Otoni	Luci Choinacki
Tarcísio Zimmermann	Paulo Pimenta
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PFL	
Fábio Souto	Robério Nunes
Ney Lopes	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Pauderney Avelino	3 vagas
Ronaldo Caiado	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PMDB	
Cezar Schirmer	Bernardo Ariston
Edson Ezequiel	Moacir Micheletto
Max Rosenmann	2 vagas
Silas Brasileiro (Licenciado)	
PSDB	
Alberto Goldman	Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)
Antonio Carlos Mendes Thame	Luiz Carlos Hauly
Antonio Carlos Pannunzio	Nilson Pinto
Yeda Crusius	1 vaga
PP	
Feu Rosa	Francisco Dornelles
Francisco Garcia	Leodegar Tiscoski
Francisco Turra	Vadão Gomes
Marcos Abramo vaga do PFL	
PTB	
Jackson Barreto	Arnaldo Faria de Sá
1 vaga	Arnon Bezerra
	Paes Landim vaga do PFL
PL	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Humberto Michiles
1 vaga	1 vaga
PSB	
Alexandre Cardoso	Renato Casagrande
João Paulo Gomes da Silva vaga do PL	1 vaga
Luiza Erundina	
PPS	
Nelson Proença	Fernando Coruja
PDT	
Severiano Alves	Manato
PC do B	
Jamil Murad	Inácio Arruda
PRONA	
1 vaga	Elimar Máximo Damasceno
PSOL	
Maninha vaga do PT	Ivan Valente vaga do PT

Secretário(a): Mário Dráusio Oliveira de A. Coutinho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6203 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROPOR DIRETRIZES E NORMAS LEGAIS RELATIVAS AO TRATAMENTO A SER DADO AOS ARQUIVOS GOVERNAMENTAIS DADOS COMO CONFIDENCIAIS, RESERVADOS E/OU SECRETOS, BEM COMO PROMOVER A CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS E LEGISLAÇÃO EXISTENTES SOBRE O MESMO ASSUNTO.

Presidente: Mário Heringer (PDT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Luiz Eduardo Greenhalgh	
PMDB	
Mauro Benevides	
PFL	
Vilmar Rocha	
PTB	
Vicente Cascione	
PL	
Lincoln Portela	
PDT	
Mário Heringer	

Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO DE PROJETOS E AÇÕES COM VISTAS À TRANSPOSIÇÃO E À INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS PARA A REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO.

Presidente: José Carlos Machado (PFL)
1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)
2º Vice-Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Marcondes Gadelha (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fátima Bezerra	Zezéu Ribeiro
Fernando Ferro	5 vagas
José Pimentel	
Josias Gomes	
Luiz Couto	
Nazareno Fonteles	
PFL	
Fernando de Fabinho	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
José Carlos Machado	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
José Rocha	3 vagas
Luiz Carreira	
Osvaldo Coelho	
PMDB	
Benjamin Maranhão	Aníbal Gomes
Henrique Eduardo Alves	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Jorge Alberto	2 vagas
Marcelo Castro	
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Bosco Costa
Helenildo Ribeiro	Eduardo Barbosa
Manoel Salviano	Gonzaga Mota
1 vaga	João Castelo
PP	
Benedito de Lira	Mário Negromonte
Cleonâncio Fonseca	Nélio Dias
Enivaldo Ribeiro	1 vaga
PTB	
Jackson Barreto	Carlos Dunga
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Paes Landim vaga do PFL
	1 vaga
PL	
Almeida de Jesus	2 vagas
Heleno Silva	
PSB	
B. Sá vaga do PPS	Isaías Silvestre
Gonzaga Patriota	Luciano Leitoa vaga do PDT
Marcondes Gadelha vaga do PTB	Sandra Rosado vaga do PMDB
Pastor Francisco Olímpio	1 vaga
PPS	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Colbert Martins
PDT	
Severiano Alves	João Fontes vaga do PFL
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga

PV

Edson Duarte — Sarney Filho

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6209/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DEBATER E EXAMINAR A GESTÃO DO FUNCAFÉ, A EFETIVIDADE E A EFICIÊNCIA DA GESTÃO DO CDPC NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO SETOR, BEM COMO AVALIAR MODELOS ADMINISTRATIVOS ALTERNATIVOS E PROPOR MEDIDAS LEGISLATIVAS PARA APERFEIÇOAR A LEGISLAÇÃO DO SETOR.

Presidente: Odair Cunha (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Carlos Melles (PFL)

Titulares	Suplentes
PT	
Ivo José	Eduardo Valverde
Leonardo Monteiro	3 vagas
Luiz Eduardo Greenhalgh	
Odair Cunha	
PMDB	
Eliseu Padilha	Almerinda de Carvalho
Marcello Siqueira	José Priante
Mauro Lopes	2 vagas
Moacir Micheletto	
Bloco PFL, PRONA	
Carlos Melles	Coriolano Sales
Eduardo Sciarra	Kátia Abreu
Roberto Brant	Paulo Magalhães
PSDB	
Xico Graziano	2 vagas
Yeda Crusius	
PP	
Dilceu Sperafico	Nilton Baiano
Romel Anizio	1 vaga
PTB	
José Militão	Osmânio Pereira
Nelson Marquezelli	Romeu Queiroz
Tatico (vaga do PL)	
PL	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	José Santana de Vasconcellos
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Neucimar Fraga
PPS	
Geraldo Thadeu	Geraldo Resende
PSB	
Luciano Leitoa	1 vaga
Mário Assad Júnior (vaga do PL)	
PDT	
Mário Heringer	1 vaga
PC do B	
Inácio Arruda	Daniel Almeida
PV	
Chico Sardelli	1 vaga

Secretário(a): Ana Clara Fonseca Serejo
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6235/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA ARTIGOS 90 E 91 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, POSSIBILITANDO QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS REQUISITADOS OPTEM PELA ALTERAÇÃO DE SUA LOTAÇÃO FUNCIONAL DO ÓRGÃO CEDENTE PARA O ÓRGÃO CESSIONÁRIO".

Presidente: Reinaldo Betão (PL)
1º Vice-Presidente: Júnior Betão (PL)
2º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Philemon Rodrigues (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Eduardo Valverde	Iara Bernardi
Wasny de Roure	5 vagas
Zé Geraldo	
3 vagas	
PMDB	
Cabo Júlio (vaga do PSC)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Marcelo Castro	4 vagas
Mauro Benevides	
Osvaldo Reis	
Wilson Santiago	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Gervásio Silva	4 vagas
Laura Carneiro	
Vilmar Rocha	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
PP	
Érico Ribeiro	Leodegar Tiscoski
Mário Negromonte	Vadão Gomes
Pedro Corrêa	1 vaga
PSDB	
Carlos Alberto Leréia	Itamar Serpa
Nicias Ribeiro	João Campos
Zenaldo Coutinho	1 vaga
PTB	
Jovair Arantes	Jefferson Campos (vaga do PMDB)
Nelson Marquezelli	José Militão
Philemon Rodrigues	2 vagas
Bloco PL, PSL	
Júnior Betão	Almeida de Jesus
Reinaldo Betão	Luciano Castro
Ricardo Rique	Medeiros
PPS	
Geraldo Thadeu	Ivan Paixão
PSB	
Gonzaga Patriota	Luciano Leitoa
Sandra Rosado (vaga do PMDB)	
PDT	
Pompeo de Mattos	Alceu Collares
Sérgio Miranda (vaga do PC do B)	Renato Cozzolino (vaga do PSC)
PC do B	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	1 vaga
PSC	
Milton Barbosa (vaga do Bloco PFL, PRONA)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6214/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 3-A, DE 1999, QUE "ALTERA OS ARTS. 27, 28, 29, 44 E 82 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INTRODUZ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, DE FORMA A FAZER COINCIDIR OS MANDATOS ELETIVOS QUE MENCIONA E ATRIBUIR-LHES NOVO PERÍODO DE DURAÇÃO" E APENSADAS.

Presidente: Affonso Camargo (PSDB)
1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)
2º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)
3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)
Relator: Eduardo Sciarra (PFL)

Titulares	Suplentes
PT	
José Eduardo Cardozo	Luiz Couto
Paulo Delgado	Maria do Carmo Lara
Rubens Otoni	4 vagas
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
2 vagas	
PFL	
André de Paula	Davi Alcolumbre vaga do PDT
Eduardo Sciarra	Fernando de Fabinho
Jairo Carneiro	Rodrigo Maia
Mendonça Prado (Licenciado)	Ronaldo Caiado
Nice Lobão	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Roberto Magalhães vaga do PTB	1 vaga
PMDB	
Cezar Schirmer	Marcelo Castro
Eliseu Padilha	3 vagas
Henrique Eduardo Alves	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
PSDB	
Affonso Camargo	Antonio Carlos Pannunzio
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Bonifácio de Andrada
Rafael Guerra	Bosco Costa
Vicente Arruda	Zenaldo Coutinho
PP	
Enivaldo Ribeiro	Leodegar Tiscoski
Pedro Corrêa	Mário Negromonte
Romel Anizio	1 vaga
PTB	
Jefferson Campos vaga do PMDB	Arnaldo Faria de Sá
Vicente Cascione	Luiz Antonio Fleury
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	
PL	
Lincoln Portela	Carlos Nader vaga do PFL
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Oliveira Filho
	1 vaga
PSB	
João Paulo Gomes da Silva vaga do PL	2 vagas
Pastor Francisco Olímpio	
1 vaga	
PPS	
Raul Jungmann	Colbert Martins
PDT	
Manato	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
PC do B	
Renildo Calheiros	1 vaga
PV	
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz
PSOL	
Chico Alencar vaga do PT	

Secretário(a): Ana Lucia R. Marques
Local: Anexo II Pavimento Superior s/170-A
Telefones: 261-6214/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54-A, DE 1999, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (DISPONDO QUE O PESSOAL EM EXERCÍCIO QUE NÃO TENHA SIDO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO, ESTÁVEL OU NÃO, PASSA A INTEGRAR QUADRO TEMPORÁRIO EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS CARGOS OU EMPREGOS RESPECTIVOS).

Presidente: Laura Carneiro (PFL)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlos Abicalil	6 vagas
Fátima Bezerra	
Jorge Boeira	
Odair Cunha	
Tarcísio Zimmermann	
1 vaga	
PFL	
	Antonio Carlos Magalhães
Laura Carneiro	Neto
Ney Lopes	José Roberto Arruda
(Dep. do PL ocupa a vaga)	3 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
1 vaga	
PMDB	
Jorge Alberto	Adelor Vieira
Leonardo Picciani	3 vagas
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
1 vaga	
PSDB	
Eduardo Barbosa	Zenaldo Coutinho
Hamilton Casara	3 vagas
Helenildo Ribeiro	
1 vaga	
PP	
Agnaldo Muniz vaga do PPS	Nilton Baiano
Feu Rosa	Zé Lima
Nélio Dias	1 vaga
Sandes Júnior	
Vanderlei Assis vaga do PFL	
PTB	
Eduardo Seabra	Philemon Rodrigues
Jefferson Campos vaga do PMDB	1 vaga
1 vaga	
PL	
João Carlos Bacelar vaga do PFL	Medeiros
Luciano Castro	Wellington Fagundes
1 vaga	
PSB	
Gonzaga Patriota	2 vagas
Pastor Francisco Olímpio	
PPS	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Geraldo Thadeu
PDT	
Alceu Collares	Pompeo de Mattos
PC do B	
Alice Portugal	1 vaga
PV	
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58-A, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A CONVALIDAÇÃO DE ALIENAÇÕES DE TERRAS PROCEDIDAS PELOS ESTADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA".

Presidente: João Grandão (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Luis Carlos Heinze (PP)

Titulares	Suplentes

PT	
Eduardo Valverde	Hélio Esteves
João Grandão	Zico Bronzeado
José Eduardo Cardozo	4 vagas
Nilson Mourão	
Vignatti	
1 vaga	
PMDB	
Gervásio Oliveira vaga do PDT	Darcísio Perondi
Osmar Serraglio	João Matos (Licenciado)
Teté Bezerra	Lupércio Ramos vaga do PPS
Waldemir Moka	Moacir Micheletto
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Nelson Trad
1 vaga	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Eduardo Sciarra	Edmar Moreira vaga do Bloco PL, PSL
Francisco Rodrigues	Ronaldo Caiado
Murilo Zauith	3 vagas
Onyx Lorenzoni	
PP	
Cleonâncio Fonseca vaga do PV	José Janene
Luis Carlos Heinze vaga do PSB	2 vagas
Mário Negromonte	
Pedro Henry	
Zonta vaga do PSC	
1 vaga	
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Helenildo Ribeiro
Júlio Redecker	Manoel Salviano
Thelma de Oliveira	Nicias Ribeiro
PTB	
Alceste Almeida vaga do PMDB	Iris Simões
Nelson Marquezelli	Silas Câmara
Ricarte de Freitas	1 vaga
1 vaga	
Bloco PL, PSL	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
2 vagas	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
	1 vaga
PPS	
Colbert Martins	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSB	
Carlos Mota vaga do Bloco PL, PSL	Barbosa Neto
(Dep. do PP ocupa a vaga)	João Paulo Gomes da Silva vaga do Bloco PL, PSL
PDT	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Dr. Rodolfo Pereira
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PSC	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Zequinha Marinho
PV	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II,Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216.6215
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92-A, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DETERMINANDO QUE OS MEMBROS DO STF SERÃO ESCOLHIDOS DENTRE OS MEMBROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES QUE INTEGREM A CARREIRA DA MAGISTRATURA, MENORES DE SESSENTA E CINCO ANOS DE IDADE, INDICADOS EM LISTA TRÍPLICE PELO PRÓPRIO TRIBUNAL, COM NOMEAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E APROVAÇÃO DO SENADO FEDERAL.

Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Divino (PMR)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Iriny Lopes
Eduardo Valverde	5 vagas
José Eduardo Cardozo	
Maurício Rands	
Paulo Delgado	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
PFL	
Coriolano Sales	Antonio Carlos Magalhães Neto
Edmar Moreira vaga do PL	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
José Roberto Arruda	3 vagas
Luiz Carlos Santos	
Marcelo Guimarães Filho	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PMDB	
Marcelino Fraga	Ann Pontes
Nelson Trad	Osmar Serraglio
(Dep. do PMR ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Carlos Sampaio	Bonifácio de Andrada
Nicias Ribeiro	Helenildo Ribeiro
Vicente Arruda	Zenaldo Coutinho
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Cleonâncio Fonseca	Antonio Cruz vaga do PTB
Darci Coelho vaga do PFL	3 vagas
Dilceu Sperafico	
1 vaga	
PTB	
Luiz Antonio Fleury	Paes Landim vaga do PFL
Vicente Cascione	(Dep. do PP ocupa a vaga)
	1 vaga
PL	
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	José Santana de Vasconcellos
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Raimundo Santos
PSB	
Mário Assad Júnior vaga do PL	2 vagas
(Dep. do PTC ocupa a vaga)	
1 vaga	
PPS	
Cezar Silvestri	Dimas Ramalho
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	
PDT	
Wagner Lago	Severiano Alves
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PV	
Sarney Filho	Marcelo Ortiz
PSOL	
João Alfredo vaga do PT	
PMR	
José Divino vaga do PMDB	
PTC	
Carlos Willian vaga do PSB	

Secretário(a): Walbia Vânia de Farias Lora
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101-A, DE 2003, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (AUTORIZANDO A REELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL).

Presidente: Arlindo Chinaglia (PT)
1º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
2º Vice-Presidente: Jader Barbalho (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Sérgio (PT)
Relator: Paes Landim (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Arlindo Chinaglia	Devanir Ribeiro
José Pimentel	Fernando Ferro
Luiz Sérgio	Neyde Aparecida
Professor Luizinho	Nilson Mourão
Rubens Otoni	2 vagas
1 vaga	
PMDB	
Fernando Diniz	Almerinda de Carvalho
Gastão Vieira	Aníbal Gomes
Jader Barbalho	Átila Lins (vaga do PPS)
Nelson Trad	Pastor Pedro Ribeiro
1 vaga	Wilson Santiago
	Zé Gerardo
Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro	Ney Lopes
Moroni Torgan	Rodrigo Maia
Robério Nunes	2 vagas
Vic Pires Franco	
PP	
Benedito de Lira	Feu Rosa
Leodegar Tiscoski	Romel Anizio
Professor Irapuan Teixeira	1 vaga
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Bismarck Maia
Jutahy Junior	Bosco Costa
Luiz Carlos Hauly	Carlos Alberto Leréia
PTB	
José Múcio Monteiro	Iris Simões
Paes Landim	Jovair Arantes
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Luciano Castro	Medeiros
Sandro Mabel	2 vagas
1 vaga	
PPS	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSB	
Jorge Gomes	1 vaga
PDT	
Álvaro Dias	Mário Heringer
João Herrmann Neto (vaga do PPS)	
PC do B	
Daniel Almeida	Jamil Murad
PV	
Sarney Filho	Jovino Cândido
PSC	
Pastor Amarildo (vaga do PTB)	

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 106-A, DE 1999, QUE "SUPRIME O § 7º DO ART. 14 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (SUPRIMINDO O DISPOSITIVO QUE TORNA INELEGÍVEL, NO TERRITÓRIO DE JURISDIÇÃO DO TITULAR, CÔNJUGE E OS PARENTES CONSANGÜÍNEOS OU AFINS, DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE GOVERNADOR E DE PREFEITO).

Presidente: Alceu Collares (PDT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: André de Paula (PFL)

Titulares	Suplentes
PT	
Devanir Ribeiro	Ana Guerra
Henrique Afonso	Rubens Otoni
José Mentor	4 vagas
Paulo Delgado	
Zico Bronzeado	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
PMDB	
Almerinda de Carvalho	5 vagas
Cezar Schirmer	
Hermes Parcianello	
Mauro Benevides	
Mauro Lopes	
Bloco PFL, PRONA	
André de Paula	4 vagas
Ney Lopes	
Roberto Magalhães	
Vic Pires Franco	
PSDB	
Bosco Costa	Antonio Carlos Pannunzio
Sebastião Madeira	Zenaldo Coutinho
Yeda Crusius	1 vaga
PP	
Benedito de Lira	3 vagas
Leodegar Tiscoski	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Paes Landim
Cleuber Carneiro	2 vagas
Luiz Antonio Fleury	
PL	
Almeida de Jesus	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Badu Picanço	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Inaldo Leitão	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PPS	
Fernando Coruja	1 vaga
PSB	
1 vaga	Edinho Montemor (vaga do PL)
	João Mendes de Jesus (vaga do PL)
	1 vaga
PDT	
Alceu Collares	Ademir Camilo (vaga do PL)
Wagner Lago (vaga do PP)	Luiz Piauhylino
PC do B	
Perpétua Almeida	Jamil Murad
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
PSOL	
Chico Alencar (vaga do PT)	

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 216.6206
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 1995, QUE "MODIFICA O PARÁGRAFO 4º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCLUINDO O CERRADO NA

RELAÇÃO DOS BIOMAS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO NACIONAL".

Presidente: Ricarte de Freitas (PTB)
1º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
2º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Neyde Aparecida (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Antônio Carlos Biffi	Zezéu Ribeiro
João Grandão	5 vagas
Neyde Aparecida	
Rubens Otoni	
Wasny de Roure	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
PFL	
Celcita Pinheiro	Eliseu Resende
José Roberto Arruda	Lael Varella
Vilmar Rocha	Ronaldo Caiado
2 vagas	2 vagas
PMDB	
Aníbal Gomes	4 vagas
Fernando Diniz	
Luiz Bittencourt	
Moacir Micheletto	
PSDB	
Carlos Alberto Leréia	Hamilton Casara
Professora Raquel Teixeira	João Campos
Ronaldo Dimas	2 vagas
Thelma de Oliveira	
PP	
Romel Anizio	Carlos Souza
Zé Lima	Sandes Júnior
1 vaga	1 vaga
PTB	
Ricarte de Freitas	2 vagas
Sandro Matos	
PL	
Jaime Martins	Jorge Pinheiro
Maurício Rabelo	Raimundo Santos
PSB	
2 vagas	2 vagas
PPS	
Geraldo Resende	Colbert Martins
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	Enio Bacci
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PRONA	
1 vaga	Elimar Máximo Damasceno
PSOL	
Maninha [vaga do PT]	

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6209/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 138, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA JUVENTUDE".

Presidente: Júnior Betão (PL)
1º Vice-Presidente: Roberto Gouveia (PT)
2º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
3º Vice-Presidente: Zonta (PP)
Relator: Alice Portugal (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PT	
Ivo José	Carlos Abicalil
Reginaldo Lopes	João Grandão
Roberto Gouveia	Maurício Rands
Selma Schons	3 vagas
Vignatti	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	
PMDB	
Benjamin Maranhão	5 vagas
Leandro Vilela	
Marcelino Fraga	
Marinha Raupp	
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Celcita Pinheiro	4 vagas
Clóvis Fecury	
Davi Alcolumbre	
Laura Carneiro	
PSDB	
Eduardo Barbosa	Bonifácio de Andrada
Lobbe Neto	João Campos
1 vaga	Thelma de Oliveira
PP	
Sandes Júnior	Ildeu Araujo
Zonta	Julio Lopes
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	1 vaga
PTB	
Carlos Dunga	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Kelly Moraes	2 vagas
Milton Cardias	
PL	
Júnior Betão	Humberto Michiles
Reinaldo Betão	Paulo Gouvêa
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Wellington Fagundes
PPS	
Colbert Martins	1 vaga
PSB	
João Mendes de Jesus [vaga do PL]	Barbosa Neto
Luciano Leitoa	Marcondes Gadelha [vaga do PTB]
PDT	
André Costa [vaga do PT]	Álvaro Dias
André Figueiredo	
Wagner Lago [vaga do PP]	
PC do B	
Alice Portugal	1 vaga
PV	
Edson Duarte	Jovino Cândido

Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 216-6203/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 157-A, DE 2003, DO SR. LUIZ CARLOS SANTOS, QUE "CONVOCA ASSEMBLÉIA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Michel Temer (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Roberto Magalhães (PFL)

Titulares	Suplentes
PT	
Antonio Carlos Biscaia	José Eduardo Cardozo
João Paulo Cunha	Luiz Bassuma
Luiz Eduardo Greenhalgh	Maurício Rands
Mariângela Duarte	Paulo Rubem Santiago
Odair Cunha	Walter Pinheiro
Rubens Otoni	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
PMDB	
Albérico Filho	Mendes Ribeiro Filho
Eliseu Padilha	Nelson Trad

Mauro Benevides 3 vagas
Michel Temer
Moreira Franco

Bloco PFL, PRONA

Luiz Carlos Santos Edmar Moreira vaga do PL
Paulo Magalhães Pauderney Avelino
Roberto Magalhães 3 vagas
Vilmar Rocha

PSDB

Bonifácio de Andrada Vicente Arruda
Bosco Costa 2 vagas
Zenaldo Coutinho

PP

Agnaldo Muniz Antonio Cruz
Darci Coelho Ricardo Barros
Professor Irapuan Teixeira 1 vaga

PTB

Jefferson Campos Edna Macedo
Paes Landim Luiz Antonio Fleury
Vicente Cascione 1 vaga

PL

Inaldo Leitão Carlos Nader
(Dep. do PDT ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PPS

Nelson Proença Rogério Teófilo

PSB

João Paulo Gomes da Silva vaga do PL Carlos Mota vaga do PL
Sandra Rosado 1 vaga

PDT

Ademir Camilo vaga do PL Alceu Collares
Severiano Alves

PC do B

Jamil Murad 1 vaga

PV

Marcelo Ortiz Sarney Filho

PSOL

João Alfredo vaga do PT

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II,Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 3216-6215/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 200-A, DE 2003, QUE "ALTERA O ART. 89 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, INCORPORANDO OS SERVIDORES DO EXTINTO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA AOS QUADROS DA UNIÃO".

Presidente: Miguel de Souza (PL)
1º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)
2º Vice-Presidente: Davi Alcolumbre (PFL)
3º Vice-Presidente: Zico Bronzeado (PT)
Relator: Agnaldo Muniz (PP)

Titulares **Suplentes**

PT

Anselmo 6 vagas
Eduardo Valverde
Fernando Ferro
Hélio Esteves
Zé Geraldo
Zico Bronzeado

PMDB

Leonardo Picciani Gervásio Oliveira vaga do PDT
Marcelo Barbieri Lupércio Ramos vaga do PPS
Marinha Raupp 5 vagas
Natan Donadon
Osvaldo Reis

Bloco PFL, PRONA

Davi Alcolumbre 4 vagas
Francisco Rodrigues
Kátia Abreu
Pauderney Avelino

PSDB

Antenor Naspolini 3 vagas
Carlos Alberto Leréia
Hamilton Casara vaga do PL
1 vaga

PP

Agnaldo Muniz Celso Russomanno
Darci Coelho 2 vagas
Pedro Corrêa

PTB

Eduardo Seabra Homero Barreto (Licenciado)
Josué Bengtson vaga do PV Pedro Fernandes
Pastor Frankembergen Philemon Rodrigues
1 vaga

PL

Coronel Alves Inaldo Leitão
Miguel de Souza Luciano Castro
(Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga)

PPS

(Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PSB

Gonzaga Patriota Carlos Mota vaga do PL
Maria Helena vaga do PPS Luciano Leitoa

PDT

Dr. Rodolfo Pereira (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PC do B

Perpétua Almeida 1 vaga

PV

(Dep. do PTB ocupa a vaga) 1 vaga

Secretário(a): Fátima Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 216-6216/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA O § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE DISPÕE SOBRE OS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS" (POSSIBILITANDO AOS MILITARES DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS A ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGO DE PROFESSOR, CARGO TÉCNICO OU CIENTÍFICO OU DE CARGO PRIVATIVO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE).

Presidente: Jorge Alberto (PMDB)
1º Vice-Presidente: Josias Quintal (PSB)
2º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Odair Cunha (PT)

Titulares **Suplentes**

PT

Antonio Carlos Biscaia 6 vagas
José Eduardo Cardozo
Maria do Carmo Lara
Odair Cunha
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
1 vaga

PMDB

Gilberto Nascimento Darcísio Perondi
João Correia Gervásio Oliveira vaga do PDT
Jorge Alberto 4 vagas
Mendes Ribeiro Filho
(Dep. do PSB ocupa a vaga)

Bloco PFL, PRONA

Abelardo Lupion 4 vagas

Alberto Fraga vaga do PTB
Onyx Lorenzoni
Ronaldo Caiado
1 vaga

PSDB

Bismarck Maia	Carlos Sampaio
Carlos Alberto Leréia	João Campos
Luiz Carlos Hauly	Vicente Arruda

PP

Agnaldo Muniz	Darci Coelho
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Ildeu Araujo
1 vaga	1 vaga

PTB

Pastor Reinaldo	3 vagas
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	

PL

Coronel Alves	Luciano Castro
Jorge Pinheiro	Remi Trinta
Ricardo Rique	1 vaga

PPS

Colbert Martins	1 vaga
Dr. Francisco Gonçalves vaga do PTB	

PSB

Josias Quintal vaga do PMDB	Givaldo Carimbão
1 vaga	

PDT

Álvaro Dias	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Wagner Lago vaga do PP	

PC do B

Jamil Murad	1 vaga

PV

Marcelo Ortiz	1 vaga

PSOL

Maninha vaga do PT

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 228-A, 255, 285 E 293, DE 2004, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Mussa Demes (PFL)
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
Relator: Virgílio Guimarães (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlito Merss	Devanir Ribeiro
Jorge Bittar	José Pimentel
José Mentor	Nilson Mourão
Paulo Bernardo (Licenciado)	Paulo Delgado
Virgílio Guimarães	Paulo Pimenta
Walter Pinheiro	Paulo Rubem Santiago
Zezéu Ribeiro	Wasny de Roure
PFL	
Antonio Carlos Magalhães Neto	Abelardo Lupion
Gerson Gabrielli	Eduardo Sciarra
José Roberto Arruda	Eliseu Resende
Mussa Demes	José Carlos Machado
Pauderney Avelino	Luiz Carreira
Vic Pires Franco	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PMDB	
Delfim Netto vaga do PP	Ann Pontes
Eduardo Cunha	Benjamin Maranhão
Henrique Eduardo Alves	José Priante
Lupércio Ramos vaga do PPS	Luiz Bittencourt
Osmar Serraglio	Wilson Santiago
Pedro Chaves	
Pedro Novais	
PSDB	
Antonio Cambraia	Anivaldo Vale
Julio Semeghini	Antonio Carlos Mendes Thame
Luiz Carlos Hauly	Gonzaga Mota
Walter Feldman (Licenciado)	Paulo Bauer vaga do PFL
Zenaldo Coutinho	Ronaldo Dimas
	Yeda Crusius
PP	
Francisco Dornelles	Enivaldo Ribeiro
Romel Anizio	Feu Rosa
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Professor Irapuan Teixeira
PTB	
Armando Monteiro	Jackson Barreto
José Militão	Pedro Fernandes
Philemon Rodrigues	Vicente Cascione
PL	
Miguel de Souza	Humberto Michiles
Raimundo Santos	Jaime Martins
Sandro Mabel	1 vaga
PSB	
Beto Albuquerque	Barbosa Neto
Renato Casagrande	Gonzaga Patriota
PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PDT	
Manato	Dr. Rodolfo Pereira
Sérgio Miranda vaga do PC do B	João Herrmann Neto vaga do PPS
PC do B	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Daniel Almeida
PRONA	
Enéas	Elimar Máximo Damasceno

Secretário(a): Angélica Fialho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 272-A, DE 2000, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA "C" DO INCISO I DO ART. 12 DA CONSTITUIÇÃO E ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, ASSEGURANDO O REGISTRO NOS CONSULADOS DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Leonardo Monteiro	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Nilson Mourão	5 vagas
Paulo Delgado	
Zé Geraldo vaga do PMDB	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
1 vaga	
PMDB	
Fernando Lopes	Átila Lins vaga do PPS
João Correia	5 vagas
Wilson Santiago	
(Dep. do PMR ocupa a vaga)	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Francisco Rodrigues	Edmar Moreira vaga do Bloco PL, PSL
Ivan Ranzolin vaga do PP	4 vagas

Murilo Zauith
Vilmar Rocha
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)

PP

Feu Rosa — Dilceu Sperafico
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) — Francisco Dornelles
1 vaga — Professor Irapuan Teixeira

PSDB

Bosco Costa — Antonio Carlos Pannunzio
Helenildo Ribeiro — Luiz Carlos Hauly
João Castelo — Manoel Salviano

PTB

Arnon Bezerra — 3 vagas
Jackson Barreto
1 vaga

Bloco PL, PSL

Almeida de Jesus — Jaime Martins
João Carlos Bacelar vaga do Bloco PFL, PRONA — (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga) — 1 vaga
(Dep. do PSB ocupa a vaga)

PPS

(Dep. do PDT ocupa a vaga) — (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PSB

Alexandre Cardoso — 1 vaga
Carlos Mota vaga do Bloco PL, PSL
João Paulo Gomes da Silva vaga do Bloco PL, PSL

PDT

João Herrmann Neto vaga do PPS — André Costa vaga do PT
Severiano Alves — Mário Heringer

PC do B

Jamil Murad — 1 vaga

PSC

Zequinha Marinho — (Dep. do PTC ocupa a vaga)

PV

1 vaga — 1 vaga

PSOL

Maninha vaga do PT
Orlando Fantazzini vaga do PT

PMR

Vieira Reis vaga do PMDB

PTC

Carlos Willian vaga do PSC

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 333-A, DE 2004, DO SR. POMPEO DE MATTOS, QUE "MODIFICA A REDAÇÃO DO ART. 29A E ACRESCENTA ART. 29B À CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE O LIMITE DE DESPESAS E A COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Mário Heringer (PDT)
1º Vice-Presidente: Mauro Benevides (PMDB)
2º Vice-Presidente: Maria do Carmo Lara (PT)
3º Vice-Presidente: Neucimar Fraga (PL)
Relator: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)

Titulares — **Suplentes**

PT

Antônio Carlos Biffi — Ana Guerra
João Grandão — Anselmo
Luiz Eduardo Greenhalgh — Durval Orlato
Maria do Carmo Lara — Eduardo Valverde
Reginaldo Lopes — 2 vagas
Rubens Otoni

PMDB

Darcísio Perondi — Átila Lins
Gilberto Nascimento — Marcelo Barbieri
Marcelino Fraga — 3 vagas
Mauro Benevides
Pedro Chaves

Bloco PFL, PRONA

Carlos Batata — José Carlos Machado
Fernando de Fabinho — 3 vagas
Gervásio Silva
Ivan Ranzolin

PSDB

Átila Lira — Antonio Carlos Pannunzio
Carlos Alberto Leréia — Yeda Crusius
Gonzaga Mota — 1 vaga

PP

Dilceu Sperafico — Feu Rosa
Leodegar Tiscoski — Professor Irapuan Teixeira
Lino Rossi — Reginaldo Germano

PTB

Edna Macedo — Jackson Barreto
Fernando Gonçalves — Jefferson Campos
Marcus Vicente — 1 vaga

PL

Almeida de Jesus — Jaime Martins
Inaldo Leitão — Milton Monti
Neucimar Fraga — Oliveira Filho

PPS

Cezar Silvestri — Geraldo Resende

PSB

Jorge Gomes — Júlio Delgado

PDT

Mário Heringer — Dr. Rodolfo Pereira

PC do B

Daniel Almeida — 1 vaga

PV

Leonardo Mattos — Jovino Cândido

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216-6205/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 334-A, DE 1996, "QUE VEDA A NOMEAÇÃO DE PARENTES DE AUTORIDADES PARA CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA".

Presidente: Manato (PDT)
1º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB)
2º Vice-Presidente: Zulaiê Cobra (PSDB)
3º Vice-Presidente: Raul Jungmann (PPS)
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares — **Suplentes**

PT

Antonio Carlos Biscaia — Ana Guerra
José Eduardo Cardozo — Luiz Bassuma
Luiz Couto — Vadinho Baião
Rubens Otoni — 3 vagas
Walter Pinheiro
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)

PMDB

Cezar Schirmer — 5 vagas
Mauro Benevides
Wilson Cignachi
2 vagas

Bloco PFL, PRONA

André de Paula — 4 vagas
Antonio Carlos Magalhães Neto
José Roberto Arruda
Onyx Lorenzoni

PSDB

Yeda Crusius	Antonio Carlos Pannunzio
Zenaldo Coutinho	Bosco Costa
Zulaiê Cobra	1 vaga
PP	
Benedito de Lira	3 vagas
Ibrahim Abi-ackel	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Iris Simões
Jackson Barreto	Nelson Marquezelli
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PL	
Medeiros	Almeida de Jesus
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Coronel Alves
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Lincoln Portela
PPS	
Raul Jungmann	Colbert Martins
PSB	
Carlos Mota vaga do PL	Iberê Ferreira vaga do PTB
Edinho Montemor vaga do PL	Jorge Gomes
Isaías Silvestre	
Marcondes Gadelha vaga do PTB	
PDT	
Manato	Luiz Piauhylino
Wagner Lago vaga do PP	
PC do B	
Perpétua Almeida	Daniel Almeida
PV	
Sarney Filho	Jovino Cândido
PSOL	
Orlando Fantazzini vaga do PT	

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 216-6201/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 349-A, DE 2001, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 52, 53, 55 E 66 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ABOLIR O VOTO SECRETO NAS DECISÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL".

Presidente: Juíza Denise Frossard (PPS)
1º Vice-Presidente: Ney Lopes (PFL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Eduardo Cardozo (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
José Eduardo Cardozo	6 vagas
Nilson Mourão	
Orlando Desconsi	
Rubens Otoni	
Sigmaringa Seixas	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
PMDB	
Cezar Schirmer	5 vagas
Eliseu Padilha	
Paulo Afonso	
2 vagas	
Bloco PFL, PRONA	
José Roberto Arruda	Eduardo Sciarra
Luiz Carlos Santos	Onyx Lorenzoni
Ney Lopes	2 vagas
Ronaldo Caiado	
PP	
Francisco Turra	Enivaldo Ribeiro
Romel Anizio	João Leão vaga do Bloco PL, PSL
1 vaga	Márcio Reinaldo Moreira
	1 vaga
PSDB	
Bosco Costa	Antonio Carlos Pannunzio
Zenaldo Coutinho	Bonifácio de Andrada
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
PTB	
Luiz Antonio Fleury	Jovair Arantes
2 vagas	2 vagas
Bloco PL, PSL	
Almir Sá	Oliveira Filho
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
1 vaga	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PPS	
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	Dimas Ramalho
1 vaga	
PSB	
Alexandre Cardoso	Mário Assad Júnior vaga do Bloco PL, PSL
João Paulo Gomes da Silva vaga do Bloco PL, PSL	Renato Casagrande
PDT	
1 vaga	Enio Bacci
PC do B	
Renildo Calheiros	Jamil Murad
PSC	
Costa Ferreira	1 vaga
PV	
Marcelo Ortiz	Sarney Filho
PSOL	
Chico Alencar vaga do PT	

Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6203/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 358-A, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DOS ARTS. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A E 134 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ACRESCENTA OS ARTS. 97-A, 105-A, 111-B E 116-A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (REFORMA DO JUDICIÁRIO).

Presidente: Átila Lins (PMDB)
1º Vice-Presidente: Paulo Afonso (PMDB)
2º Vice-Presidente: Paulo Magalhães (PFL)
3º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)
Relator: Paes Landim (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Dra. Clair
Iriny Lopes	5 vagas
José Eduardo Cardozo	
Luiz Alberto	
Maurício Rands	
Rubens Otoni	
PMDB	
Albérico Filho	Ann Pontes
Átila Lins	4 vagas
Mauro Benevides	
Mendes Ribeiro Filho	
Paulo Afonso	
Bloco PFL, PRONA	
Félix Mendonça	4 vagas
José Rocha	
Luiz Carreira vaga do PTB	
Paulo Magalhães	
Robério Nunes	
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Antonio Carlos Pannunzio
Bosco Costa	Helenildo Ribeiro

Vicente Arruda	João Campos
PP	
Agnaldo Muniz	Benedito de Lira
Ibrahim Abi-ackel	Darci Coelho
Pedro Corrêa	1 vaga
PTB	
Luiz Antonio Fleury	3 vagas
Paes Landim (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
PL	
Aracely de Paula	Carlos Nader
Inaldo Leitão	José Santana de Vasconcellos
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Raimundo Santos
PPS	
Juíza Denise Frossard	Colbert Martins
PSB	
Sandra Rosado	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
PDT	
Ademir Camilo vaga do PL	João Fontes
Luiz Piauhylino	
PC do B	
Inácio Arruda	1 vaga
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
PSOL	
	João Alfredo vaga do PSB

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 3216-6201/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 431-A, DE 2001, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO AO ARTIGO 204 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DESTINANDO 5% DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO FEDERAL, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Presidente: Jamil Murad (PCdoB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Mário Heringer (PDT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Angela Guadagnin	6 vagas
Jorge Boeira	
Maria do Rosário	
Selma Schons	
Tarcísio Zimmermann	
Telma de Souza	
PFL	
André de Paula	Marcos de Jesus vaga do PL
Fábio Souto	5 vagas
Jairo Carneiro	
Laura Carneiro	
Mendonça Prado (Licenciado)	
PMDB	
Cezar Schirmer	André Zacharow vaga do PDT
Gilberto Nascimento vaga do PSB	João Correia
Marcelo Castro	Osvaldo Reis
Max Rosenmann	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Paulo Afonso	1 vaga
PSDB	
Antonio Cambraia	Carlos Alberto Leréia
Eduardo Barbosa	Rafael Guerra
Thelma de Oliveira	Walter Feldman (Licenciado)
Yeda Crusius	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
PP	
Benedito de Lira	Zonta
José Linhares	2 vagas
Suely Campos	
PTB	
Kelly Moraes	Arnaldo Faria de Sá
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1 vaga
PL	
Almeida de Jesus	Wanderval Santos
Oliveira Filho	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
PSB	
Luiza Erundina	Sandra Rosado vaga do PMDB
Marcondes Gadelha vaga do PTB	2 vagas
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PPS	
1 vaga	Geraldo Resende
	Juíza Denise Frossard vaga do PSDB
PDT	
Mário Heringer	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PC do B	
Jamil Murad	Alice Portugal
PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	1 vaga

Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438-A, DE 2001, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 243 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ESTABELECENDO A PENA DE PERDIMENTO DA GLEBA ONDE FOR CONSTADA A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO; REVERTENDO A ÁREA AO ASSENTAMENTO DOS COLONOS QUE JÁ TRABALHAVAM NA RESPECTIVA GLEBA).

Presidente: Isaías Silvestre (PSB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Bernardo Ariston (PMDB)
3º Vice-Presidente: Anivaldo Vale (PSDB)
Relator: Tarcísio Zimmermann (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Eduardo Valverde
Dra. Clair	João Grandão vaga do PSB
Leonardo Monteiro	Jorge Boeira
Neyde Aparecida	Zé Geraldo
Tarcísio Zimmermann	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
1 vaga	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
	1 vaga
PFL	
Francisco Rodrigues	Abelardo Lupion
Kátia Abreu	Alberto Fraga vaga do PTB
Ronaldo Caiado	Fernando de Fabinho
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Ivan Ranzolin vaga do PP
1 vaga	(Dep. do PL ocupa a vaga)
	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PMDB	
Almerinda de Carvalho	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Asdrubal Bentes	3 vagas
Bernardo Ariston	
Teté Bezerra	
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Bosco Costa
Anivaldo Vale	João Almeida
Eduardo Barbosa	Júlio Redecker
Helenildo Ribeiro	Léo Alcântara

PP	
Marcos Abramo vaga do PFL	Cleonâncio Fonseca
Zé Lima	Enivaldo Ribeiro
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
1 vaga	
PTB	
Homero Barreto (Licenciado)	Pastor Reinaldo
Josué Bengtson	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
PL	
Medeiros	José Carlos Araújo vaga do PFL
1 vaga	Luciano Castro
	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PSB	
Isaías Silvestre	Sandra Rosado vaga do PMDB
Luiza Erundina	(Dep. do PT ocupa a vaga)
	1 vaga
PPS	
Colbert Martins	Geraldo Resende
PDT	
Wagner Lago vaga do PP	Dr. Rodolfo Pereira
1 vaga	
PC do B	
Daniel Almeida	Jamil Murad
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
PSOL	
	Chico Alencar vaga do PT
	Orlando Fantazzini vaga do PT
PSC	
	Milton Barbosa vaga do PFL
	Pastor Amarildo vaga do PL
	Zequinha Marinho vaga do PFL

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6211
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 446-A, DE 2005, QUE "DISPÕE SOBRE A NÃO APLICAÇÃO DA RESSALVA DO ART. 16 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL AO PLEITO ELEITORAL DE 2006" (AMPLIANDO PARA 31 DE DEZEMBRO DE 2005 O PRAZO PARA APROVAÇÃO E VIGÊNCIA DE LEI QUE ALTERE O PROCESSO ELEITORAL DE 2006).

Presidente: João Almeida (PSDB)
1º Vice-Presidente: Telma de Souza (PT)
2º Vice-Presidente: Roberto Magalhães (PFL)
3º Vice-Presidente: B. Sá (PSB)
Relator: Marcelo Barbieri (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Durval Orlato	Iriny Lopes
Reginaldo Lopes	Maria do Rosário
Roberto Gouveia	4 vagas
Rubens Otoni	
Telma de Souza	
Vitorassi	
PMDB	
Hermes Parcianello	Aníbal Gomes
Jorge Alberto	Cezar Schirmer
Marcelo Barbieri	Luiz Bittencourt
Olavo Calheiros	Marinha Raupp
Rose de Freitas	Paulo Lima
Bloco PFL, PRONA	
Ivan Ranzolin	Aroldo Cedraz
Ney Lopes	3 vagas
Roberto Magalhães	
Ronaldo Caiado	
PSDB	
João Almeida	Bonifácio de Andrada
Jutahy Junior	Custódio Mattos
Zenaldo Coutinho	Vicente Arruda
PP	
Agnaldo Muniz	Afonso Hamm
Benedito de Lira	2 vagas
Darci Coelho	
PTB	
Iris Simões	3 vagas
Luiz Antonio Fleury	
Paes Landim	
PL	
Inaldo Leitão	Júnior Betão
Lincoln Portela	Reinaldo Betão
Miguel de Souza	1 vaga
PPS	
Rogério Teófilo	Fernando Coruja
PSB	
B. Sá	1 vaga
PDT	
João Herrmann Neto	João Fontes
PC do B	
Renildo Calheiros	Jandira Feghali
PV	
Jovino Cândido	1 vaga

Secretário(a): Ana Lucia Ribeiro Marques
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216.6214
FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 457-A, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RELATIVO AO LIMITE DE IDADE PARA A APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DO SERVIDOR PÚBLICO EM GERAL, E ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS".

Presidente: Jader Barbalho (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: João Castelo (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Dra. Clair
José Eduardo Cardozo	5 vagas
José Pimentel	
Maurício Rands	
Rubens Otoni	
Wasny de Roure	
PMDB	
Asdrubal Bentes	Albérico Filho
Eunício Oliveira	Benjamin Maranhão
Jader Barbalho	Marinha Raupp
Mauro Benevides	Mendes Ribeiro Filho
Nelson Bornier	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Fernando de Fabinho	4 vagas
José Carlos Machado	
Júlio Cesar	
Laura Carneiro	
PSDB	
Bosco Costa	3 vagas
Gonzaga Mota	
João Castelo	
PP	
Cleonâncio Fonseca	3 vagas
Ibrahim Abi-ackel	
Romel Anizio	
PTB	

Alex Canziani	3 vagas
Luiz Antonio Fleury	
Paes Landim	
PL	
Inaldo Leitão	3 vagas
Medeiros	
Sandro Mabel	
PPS	
Fernando Estima	Ivan Paixão
PSB	
Isaías Silvestre	1 vaga
PDT	
Alceu Collares	João Fontes
PC do B	
Inácio Arruda	1 vaga
PV	
Sarney Filho	1 vaga

Secretário(a): Fátima Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: 3216-6204/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 524-A, DE 2002, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, A FIM DE INSTITUIR O FUNDO PARA A REVITALIZAÇÃO HIDROAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO".

Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)
1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)
2º Vice-Presidente: Daniel Almeida (PCdoB)
3º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB)
Relator: Fernando Ferro (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fernando Ferro	Josias Gomes
José Pimentel	5 vagas
Luiz Bassuma	
Virgílio Guimarães	
Walter Pinheiro	
Zezéu Ribeiro	
PFL	
Fernando de Fabinho	Eduardo Sciarra
José Carlos Machado	Júlio Cesar
José Rocha	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Luiz Carreira	2 vagas
Osvaldo Coelho	
PMDB	
Jorge Alberto	4 vagas
Mauro Lopes	
Olavo Calheiros	
Wilson Santiago	
PSDB	
Bosco Costa	Antonio Cambraia
Gonzaga Mota	Narcio Rodrigues
Helenildo Ribeiro	Vicente Arruda
João Almeida	Walter Feldman (Licenciado)
PP	
Cleonâncio Fonseca	João Leão vaga do PL
Márcio Reinaldo Moreira	3 vagas
Mário Negromonte	
PTB	
Jackson Barreto	Jonival Lucas Junior
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1 vaga
PL	
Heleno Silva	José Carlos Araújo vaga do PFL
Jaime Martins	(Dep. do PP ocupa a vaga)
	1 vaga
PSB	
Givaldo Carimbão	2 vagas
Gonzaga Patriota	
Marcondes Gadelha vaga do PTB	
PPS	
Raul Jungmann	Colbert Martins
PDT	
Mário Heringer	Severiano Alves
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	1 vaga

Secretário(a): Angélica Maria L. Fialho Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 534-A, DE 2002, QUE "ALTERA O ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE AS COMPETÊNCIAS DA GUARDA MUNICIPAL E CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL".

Presidente: Iara Bernardi (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Durval Orlato
Devanir Ribeiro	José Mentor
Eduardo Valverde	Odair Cunha
Iara Bernardi	Patrus Ananias (Licenciado)
Paulo Rubem Santiago	2 vagas
1 vaga	
PFL	
César Bandeira	Abelardo Lupion
Coriolano Sales	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Dr. Pinotti (Licenciado)	3 vagas
Edmar Moreira vaga do PL	
Félix Mendonça	
1 vaga	
PMDB	
Benjamin Maranhão	Cabo Júlio
Cezar Schirmer	Edison Andrino
Gilberto Nascimento	Osmar Serraglio
Mauro Lopes	Silas Brasileiro (Licenciado)
PSDB	
João Campos	Bosco Costa
Zenaldo Coutinho	Helenildo Ribeiro
Zulaiê Cobra	Vicente Arruda
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Francisco Garcia	Érico Ribeiro
Nelson Meurer	Julio Lopes
1 vaga	Leodegar Tiscoski
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Ricardo Izar
Nelson Marquezelli	Romeu Queiroz
PL	
Coronel Alves	Humberto Michiles
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	José Carlos Araújo vaga do PFL
	Maurício Rabelo
PSB	
Givaldo Carimbão	(Dep. do PV ocupa a vaga)
Gonzaga Patriota	1 vaga
PPS	
Geraldo Resende	Dimas Ramalho
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	
PDT	
Pompeo de Mattos	Mário Heringer

PC do B

Perpétua Almeida — 1 vaga

PV

Jovino Cândido — Chico Sardelli (vaga do PSB)
Leonardo Mattos

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 544-A, DE 2002, QUE "CRIA OS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DA 6ª, 7ª, 8ª E 9ª REGIÕES".

Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
1º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Eduardo Sciarra (PFL)

Titulares	Suplentes
PT	
Dra. Clair	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Eduardo Valverde	5 vagas
Gilmar Machado	
Guilherme Menezes	
Iriny Lopes	
João Magno	
PFL	
Coriolano Sales	Murilo Zauith
Eduardo Sciarra	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Fábio Souto	3 vagas
Fernando de Fabinho	
1 vaga	
PMDB	
André Zacharow (vaga do PDT)	4 vagas
Mauro Lopes	
Rose de Freitas (vaga do PSDB)	
Wilson Santiago	
Zé Gerardo	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSDB	
Custódio Mattos	Affonso Camargo
Gustavo Fruet (vaga do PMDB)	Narcio Rodrigues
João Almeida	Sebastião Madeira
Luiz Carlos Hauly	1 vaga
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PP	
Dilceu Sperafico	Darci Coelho (vaga do PFL)
Herculano Anghinetti (Licenciado)	Mário Negromonte
1 vaga	2 vagas
PTB	
Iris Simões	2 vagas
José Militão	
PL	
Oliveira Filho	Chico da Princesa
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PSB	
Mário Assad Júnior (vaga do PL)	Carlos Mota (vaga do PL)
Pastor Francisco Olímpio	2 vagas
(Dep. do PTC ocupa a vaga)	
PPS	
Geraldo Thadeu	Cezar Silvestri
PDT	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Mário Heringer
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PV	
Leonardo Mattos	Sarney Filho
PSOL	
	Orlando Fantazzini (vaga do PT)
PTC	
Carlos Willian (vaga do PSB)	

Secretário(a): Leila Machado Campos de Freitas
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.144, DE 2003, DA SENHORA MARIA DO CARMO LARA, QUE "INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, DEFINE DIRETRIZES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Colbert Martins (PPS)
1º Vice-Presidente: Zezéu Ribeiro (PT)
2º Vice-Presidente: Teté Bezerra (PMDB)
3º Vice-Presidente: José Carlos Machado (PFL)
Relator: Julio Lopes (PP)

Titulares	Suplentes
PT	
Iara Bernardi	Dr. Rosinha
Maria do Carmo Lara	Dra. Clair
Orlando Desconsi	Mauro Passos
Simplício Mário	Paulo Rubem Santiago
Terezinha Fernandes	Walter Pinheiro
Zezéu Ribeiro	1 vaga
PMDB	
Alexandre Santos	Darcísio Perondi
Marinha Raupp	Eduardo Cunha
Moreira Franco	Olavo Calheiros
Teté Bezerra	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Zé Gerardo	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Betinho Rosado	Gervásio Silva
José Carlos Machado	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
Osvaldo Coelho	2 vagas
Paulo Magalhães	
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Antonio Carlos Pannunzio
Julio Semeghini	Domiciano Cabral
Rafael Guerra	Eduardo Barbosa
PP	
Julio Lopes	Ildeu Araujo
Vanderlei Assis	Romel Anizio
Zé Lima	Vadão Gomes
PTB	
Jackson Barreto	3 vagas
Nelson Marquezelli	
Pedro Fernandes	
PL	
Jaime Martins	Chico da Princesa
Jorge Pinheiro	Heleno Silva
Sandro Mabel	Paulo Gouvêa
PPS	
Colbert Martins	Geraldo Resende (vaga do Bloco PFL, PRONA)
	Rogério Teófilo
PSB	
1 vaga	1 vaga
PDT	
1 vaga	André Figueiredo
	Renato Cozzolino (vaga do PMDB)
PC do B	
Inácio Arruda	Vanessa Grazziotin
PV	
Fernando Gabeira	Edson Duarte

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: 216-6205/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Sandra Rosado (PSB)
1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Dr. Francisco Gonçalves (PPS)

Titulares	Suplentes
PT	
Iara Bernardi	Iriny Lopes
Luci Choinacki	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Maria do Rosário	4 vagas
Selma Schons	
Telma de Souza	
1 vaga	
PFL	
Celcita Pinheiro	Marcos de Jesus vaga do PL
Kátia Abreu	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Laura Carneiro	4 vagas
Nice Lobão	
Zelinda Novaes	
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Benjamin Maranhão
Ann Pontes	Lúcia Braga
Marinha Raupp	Teté Bezerra
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Professora Raquel Teixeira	Eduardo Barbosa
Thelma de Oliveira	Ronaldo Dimas
Yeda Crusius	Sebastião Madeira
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Zulaiê Cobra
PP	
Benedito de Lira	Celso Russomanno
Cleonâncio Fonseca	2 vagas
Suely Campos	
PTB	
Elaine Costa (Licenciado)	Kelly Moraes
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
PL	
Maurício Rabelo	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Oliveira Filho	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
PSB	
Luiza Erundina	Carlos Mota vaga do PL
Maria Helena vaga do PPS	2 vagas
Sandra Rosado vaga do PMDB	
1 vaga	
PPS	
Dr. Francisco Gonçalves vaga do PTB	Geraldo Thadeu
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
PDT	
Alceu Collares	Álvaro Dias
	Renato Cozzolino vaga do PFL
PC do B	
Alice Portugal	Jandira Feghali
PV	
Fernando Gabeira	Leonardo Mattos
PSOL	
	Maninha vaga do PT

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146, DE 2003, QUE "REGULAMENTA O ART. 37 INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI PRINCÍPIOS E NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente: Enio Tatico (PL)
2º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)
3º Vice-Presidente: Abelardo Lupion (PFL)
Relator: Sérgio Miranda (PDT)

Titulares	Suplentes
PT	
João Grandão	6 vagas
José Pimentel	
Paulo Bernardo (Licenciado)	
Paulo Rubem Santiago	
Vander Loubet	
1 vaga	
PMDB	
Átila Lins vaga do PPS	5 vagas
Eliseu Padilha	
Marcelino Fraga	
Max Rosenmann	
Nelson Trad	
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Abelardo Lupion	Edmar Moreira vaga do Bloco PL, PSL
Corauci Sobrinho	Eduardo Sciarra
Mussa Demes	Pauderney Avelino
1 vaga	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
	1 vaga
PP	
Pedro Corrêa	João Leão vaga do Bloco PL, PSL
Ricardo Barros	3 vagas
Zonta	
PSDB	
João Almeida	Julio Semeghini
Léo Alcântara	Luiz Carlos Hauly
1 vaga	Paulo Bauer vaga do Bloco PFL, PRONA
	Walter Feldman (Licenciado)
PTB	
Elaine Costa (Licenciado)	José Chaves
José Militão	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Enio Tatico vaga do PTB	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
José Santana de Vasconcellos	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Miguel de Souza	1 vaga
Milton Monti	
PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Dr. Francisco Gonçalves vaga do PTB
	Geraldo Thadeu
PSB	
Gonzaga Patriota	1 vaga
PDT	
Mário Heringer	1 vaga
Sérgio Miranda vaga do PC do B	
PC do B	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Vanessa Grazziotin
PSC	
(Dep. do PTC ocupa a vaga)	Zequinha Marinho
PV	
Marcelo Ortiz	Edson Duarte
PTC	
Carlos Willian vaga do PSC	

Secretário(a): Carla Medeiros

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991, QUE "DISPÕE SOBRE O ACONDICIONAMENTO, A COLETA, O TRATAMENTO, O TRANSPORTE E A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE".

Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB)
1º Vice-Presidente: Max Rosenmann (PMDB)
2º Vice-Presidente: Jorge Alberto (PMDB)
3º Vice-Presidente: Marcos Abramo (PP)
Relator: Ivo José (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
César Medeiros	Angela Guadagnin
Dr. Rosinha	Colombo
Ivo José	Iara Bernardi
Luciano Zica	Leonardo Monteiro
Orlando Desconsi	Mariângela Duarte
Selma Schons	Mauro Passos
PMDB	
Benjamin Maranhão	Albérico Filho
Jorge Alberto	Alexandre Santos (vaga do PP)
Max Rosenmann	4 vagas
Nelson Trad	
Pedro Chaves	
Bloco PFL, PRONA	
Betinho Rosado	Eduardo Sciarra
José Carlos Machado	Marcos de Jesus (vaga do PL)
Júlio Cesar	3 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Eduardo Barbosa
Ronaldo Dimas	Julio Semeghini
Thelma de Oliveira	Rafael Guerra
PP	
Celso Russomanno	Dr. Benedito Dias
Lino Rossi	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Marcos Abramo (vaga do Bloco PFL, PRONA	1 vaga
Mário Negromonte	
PTB	
José Militão	Jefferson Campos
Jovair Arantes	Luiz Antonio Fleury
Neuton Lima	Ricarte de Freitas
PL	
Amauri Gasques	Paulo Gouvêa
Jorge Pinheiro	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Remi Trinta	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PPS	
Cezar Silvestri	Geraldo Resende
PSB	
Dr. Ribamar Alves	Carlos Mota (vaga do PL)
	Gonzaga Patriota
PDT	
Mário Heringer	Álvaro Dias
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PV	
Leonardo Mattos	Edson Duarte

Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6212/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2377, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE LINHAS DE CRÉDITO FEDERAIS DIRECIONADAS ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Bismarck Maia (PSDB)
1º Vice-Presidente: João Grandão (PT)
2º Vice-Presidente: Josué Bengtson (PTB)
3º Vice-Presidente: Costa Ferreira (PSC)
Relator: Alex Canziani (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
João Grandão	César Medeiros
José Pimentel	5 vagas
Reginaldo Lopes	
Rubens Otoni	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
PMDB	
Carlos Eduardo Cadoca	5 vagas
Pedro Chaves	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
Fábio Souto	4 vagas
Marcelo Guimarães Filho	
Ney Lopes	
1 vaga	
PP	
Dr. Benedito Dias	Francisco Garcia
João Pizzolatti	João Tota (vaga do Bloco PL, PSL
1 vaga	2 vagas
PSDB	
Bismarck Maia	Eduardo Paes
Carlos Alberto Leréia	Luiz Carlos Hauly
Domiciano Cabral	Professora Raquel Teixeira
Marcelo Teixeira (vaga do PMDB	
PTB	
Alceste Almeida (vaga do PMDB	Arnon Bezerra
Alex Canziani	Jovair Arantes
José Militão	Marcus Vicente
Josué Bengtson	
Bloco PL, PSL	
Chico da Princesa	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Reinaldo Betão	2 vagas
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
PPS	
Geraldo Thadeu	Nelson Proença
PSB	
Isaías Silvestre	Barbosa Neto
João Mendes de Jesus (vaga do Bloco PL, PSL	
PDT	
André Costa (vaga do PT	Álvaro Dias
Severiano Alves	
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	1 vaga
PV	
1 vaga	1 vaga
PSOL	
Maninha (vaga do PT	

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 3216.6207
FAX: 3216.6232

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI 2.671, DE 1989, QUE "DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE POSTO REVENDEDOR DE DERIVADOS DO PETRÓLEO E ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO COMBUSTÍVEL - AEHC, E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS" (PL 2316/03 - CÓDIGO BRASILEIRO DE COMBUSTÍVEIS - APENSADO).

Presidente: Simão Sessim (PP)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Dra. Clair	Devanir Ribeiro
Eduardo Valverde	Fernando Ferro
Hélio Esteves	Ivo José
Luciano Zica	Luiz Sérgio
Luiz Alberto	Marco Maia
Luiz Bassuma	Paulo Rubem Santiago
PMDB	
Eliseu Padilha	Alexandre Santos
João Magalhães	Eduardo Cunha
Lupércio Ramos	Max Rosenmann
Wladimir Costa	Nelson Bornier
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Paulo Lima
Bloco PFL, PRONA	
Betinho Rosado	Aldir Cabral
Carlos Melles	Almir Moura
Eduardo Sciarra	Claudio Cajado
Gervásio Silva	Fernando de Fabinho
PSDB	
Bismarck Maia	Antonio Cambraia
Carlos Sampaio	Julio Semeghini
Paulo Feijó	Nicias Ribeiro
PP	
João Pizzolatti	Celso Russomanno
Nélio Dias	Feu Rosa
Simão Sessim	Ricardo Barros
PTB	
Iris Simões	Alex Canziani
Marcus Vicente	Paes Landim
Sandro Matos	Ricardo Izar
PL	
Jaime Martins	Aracely de Paula
José Carlos Araújo	Jorge Pinheiro
Wellington Roberto	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PPS	
Fernando Estima	Dimas Ramalho
PSB	
Beto Albuquerque	João Mendes de Jesus vaga do PL
Josias Quintal vaga do PMDB	Pastor Francisco Olímpio
	Paulo Baltazar vaga do PC do B
PDT	
Mário Heringer	Severiano Alves
PC do B	
Daniel Almeida	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PV	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Chico Sardelli
PSC	
Deley vaga do PV	

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3.337, DE 2004, QUE "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, A ORGANIZAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997, Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999, Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000, Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000, E Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, DA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Henrique Fontana (PT)
1º Vice-Presidente: Eliseu Resende (PFL)
2º Vice-Presidente: Ricardo Barros (PP)
3º Vice-Presidente:
Relator: Leonardo Picciani (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	Devanir Ribeiro
Henrique Fontana	Eduardo Valverde
Luciano Zica	José Pimentel
Mauro Passos	Telma de Souza
Paulo Bernardo (Licenciado)	Zezéu Ribeiro
Terezinha Fernandes	1 vaga
PMDB	
Eliseu Padilha	Almerinda de Carvalho
Leonardo Picciani	Cabo Júlio vaga do PSC
Mauro Lopes	Darcísio Perondi
Moreira Franco	Eduardo Cunha
Osmar Serraglio	Gilberto Nascimento
	José Priante
Bloco PFL, PRONA	
Eduardo Sciarra	Aroldo Cedraz
Eliseu Resende	Rodrigo Maia
José Roberto Arruda	(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)
Vilmar Rocha	1 vaga
PP	
Dr. Benedito Dias	Leodegar Tiscoski
Francisco Appio	Vadão Gomes
Ricardo Barros	1 vaga
PSDB	
Alberto Goldman	Julio Semeghini
Antonio Carlos Mendes Thame	Ronaldo Cezar Coelho (Licenciado)
1 vaga	Ronaldo Dimas
PTB	
Iris Simões	Jovair Arantes
Jackson Barreto	Luiz Antonio Fleury
Jonival Lucas Junior	Nelson Marquezelli
Bloco PL, PSL	
José Santana de Vasconcellos	José Carlos Araújo vaga do Bloco PFL, PRONA
Luciano Castro	Medeiros
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	2 vagas
PPS	
Fernando Coruja	Roberto Freire
PSB	
Mário Assad Júnior vaga do Bloco PL, PSL	1 vaga
Renato Casagrande	
PDT	
Renato Cozzolino vaga do PSC	Severiano Alves
Sérgio Miranda vaga do PC do B	
1 vaga	
PC do B	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Inácio Arruda
PSC	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Deley vaga do PV
	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PV	
Sarney Filho	(Dep. do PSC ocupa a vaga)

Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PL Nº 3638, DE 2000, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Leonardo Mattos (PV)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Celso Russomanno (PP)

Titulares	Suplentes
PT	
Angela Guadagnin	Vadinho Baião
Antônio Carlos Biffi	5 vagas
Assis Miguel do Couto	
Luci Choinacki	
Maria do Rosário	
Neyde Aparecida	
PMDB	
Almerinda de Carvalho	5 vagas
Marinha Raupp	
Osvaldo Biolchi	
Rose de Freitas	
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro	Marcos de Jesus vaga do Bloco PL, PSL
Zelinda Novaes	4 vagas
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
1 vaga	
PP	
Celso Russomanno	José Linhares
Ildeu Araujo	Suely Campos
Julio Lopes	1 vaga
PSDB	
Eduardo Barbosa	Rafael Guerra
João Campos	Walter Feldman (Licenciado)
Thelma de Oliveira	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Luiz Antonio Fleury
Pastor Reinaldo	Marcus Vicente
Ricardo Izar	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Lincoln Portela	Coronel Alves
Maurício Rabelo	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Paulo Gouvêa	1 vaga
PPS	
Geraldo Thadeu	Cláudio Magrão
	Juíza Denise Frossard vaga do PSDB
PSB	
Luciano Leitoa	1 vaga
PDT	
Severiano Alves	Enio Bacci
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PSC	
Milton Barbosa vaga do Bloco PFL, PRONA	Costa Ferreira
Pastor Amarildo	Deley vaga do PV
PV	
Leonardo Mattos	(Dep. do PSC ocupa a vaga)

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6203
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.530, DE 2004, DE AUTORIA DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Lobbe Neto (PSDB)
1º Vice-Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB)
2º Vice-Presidente: Elaine Costa (PTB)
3º Vice-Presidente: Luciano Leitoa (PSB)
Relator: Reginaldo Lopes (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlos Abicalil	Fátima Bezerra
Ivo José	Iara Bernardi
Reginaldo Lopes	João Grandão
Roberto Gouveia	Odair Cunha
Selma Schons	Wasny de Roure
Vignatti	Zico Bronzeado
PMDB	
Ann Pontes	André Zacharow vaga do PSB
Benjamin Maranhão	Marinha Raupp
Leandro Vilela	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Rose de Freitas	3 vagas
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Celcita Pinheiro	André de Paula
Clóvis Fecury	3 vagas
Davi Alcolumbre	
Murilo Zauith	
PSDB	
Eduardo Barbosa	Ana Alencar
Lobbe Neto	Rafael Guerra
Zenaldo Coutinho	Thelma de Oliveira
PP	
Nilton Baiano	Feu Rosa
Zonta	2 vagas
1 vaga	
PTB	
Elaine Costa (Licenciado)	Alceste Almeida vaga do PMDB
Homero Barreto (Licenciado)	Alex Canziani
Milton Cardias	2 vagas
PL	
Júnior Betão	Jorge Pinheiro
Lincoln Portela	Neucimar Fraga
Maurício Rabelo	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PPS	
Ivan Paixão	Geraldo Thadeu
PSB	
Luciano Leitoa	João Mendes de Jesus vaga do PL
	Sandra Rosado vaga do PC do B
	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PDT	
André Figueiredo	Pompeo de Mattos
PC do B	
Alice Portugal	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PV	
Jovino Cândido	1 vaga
PSC	
Deley vaga do PMDB	

Secretário(a): Ana Clara Fonseca Serejo
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6235/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4776, DE 2005, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, CRIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - FNDF , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Miguel de Souza (PL)
1º Vice-Presidente: César Medeiros (PT)
2º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)
3º Vice-Presidente: José Militão (PTB)
Relator: Beto Albuquerque (PSB)

Titulares	Suplentes
PT	

César Medeiros	Devanir Ribeiro
Henrique Afonso	Eduardo Valverde
João Grandão	Fernando Ferro
Luciano Zica	Nilson Mourão
Zé Geraldo	Zezéu Ribeiro
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	1 vaga
PMDB	
Ann Pontes	Átila Lins vaga do PPS
Asdrubal Bentes	Gervásio Oliveira
Lupércio Ramos	Luiz Bittencourt
Marcelino Fraga	Moacir Micheletto
Natan Donadon	2 vagas
Bloco PFL, PRONA	
Davi Alcolumbre	Eduardo Sciarra
Gervásio Silva	3 vagas
Kátia Abreu	
Luiz Carreira	
PSDB	
Anivaldo Vale	Antonio Carlos Mendes Thame
Hamilton Casara vaga do PL	Ronaldo Dimas
Nilson Pinto	Xico Graziano
Zenaldo Coutinho	
PP	
Carlos Souza	Francisco Appio
Pedro Henry	Nelson Meurer
Zé Lima	Zonta
PTB	
José Militão	Jovair Arantes
Paes Landim	Pastor Reinaldo
Pastor Frankembergen	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
PL	
Júnior Betão	Almir Sá
Miguel de Souza	Jaime Martins
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Wellington Fagundes
PPS	
Cezar Silvestri	Dr. Francisco Gonçalves vaga do PTB
	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSB	
Beto Albuquerque	1 vaga
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	Severiano Alves
PC do B	
Perpétua Almeida	Vanessa Grazziotin
PV	
Sarney Filho	Fernando Gabeira
PSOL	
João Alfredo vaga do PT	

Secretário(a): Fátima Moreira
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6204/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4846, DE 1994, QUE "ESTABELECE MEDIDAS DESTINADAS A RESTRINGIR O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
1º Vice-Presidente: Osmânio Pereira (PTB)
2º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
3º Vice-Presidente: Enio Tatico (PL)
Relator: Sandes Júnior (PP)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Ana Guerra	6 vagas
Angela Guadagnin	
Durval Orlato	
Luiz Bassuma	
Nazareno Fonteles	
1 vaga	
PMDB	
Leandro Vilela	Paulo Lima
Marinha Raupp	4 vagas
Wilson Santiago	
(Dep. do PMR ocupa a vaga)	
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
Dr. Pinotti (Licenciado)	4 vagas
Gerson Gabrielli	
José Roberto Arruda	
Laura Carneiro	
Marcos de Jesus vaga do PL	
PSDB	
João Castelo	Julio Semeghini
Lobbe Neto	Narcio Rodrigues
Márcio Fortes	Yeda Crusius
PP	
Julio Lopes	João Pizzolatti
Nilton Baiano	Luis Carlos Heinze
Sandes Júnior	1 vaga
PTB	
Arnon Bezerra	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
Neuton Lima	2 vagas
Osmânio Pereira	
PL	
Enio Tatico	Lincoln Portela
Miguel de Souza	2 vagas
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
PPS	
Geraldo Thadeu	Colbert Martins
	Dr. Francisco Gonçalves vaga do PTB
PSB	
Pastor Francisco Olímpio	1 vaga
PDT	
Manato	Pompeo de Mattos
PC do B	
Alice Portugal	1 vaga
PV	
Marcelo Ortiz	Edson Duarte
PMR	
Vieira Reis vaga do PMDB	

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6206/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO RECEBIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 4874, DE 2001, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO DESPORTO".

Presidente: Deley (PSC)
1º Vice-Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PFL)
2º Vice-Presidente: Bismarck Maia (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Gilmar Machado (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
César Medeiros	Antônio Carlos Biffi
Dr. Rosinha	5 vagas
Gilmar Machado	
João Grandão	
Jorge Bittar	
1 vaga	
PMDB	
Aníbal Gomes	Nelson Bornier
Darcísio Perondi	Tadeu Filippelli (Licenciado)
Gastão Vieira	3 vagas

Pedro Chaves
Wilson Santiago

Bloco PFL, PRONA

José Roberto Arruda — Claudio Cajado
José Rocha — Corauci Sobrinho
Marcelo Guimarães Filho — Onyx Lorenzoni
Ronaldo Caiado — 1 vaga

PP

Julio Lopes — João Tota (vaga do Bloco PL, PSL)
2 vagas — Pedro Corrêa
2 vagas

PSDB

Bismarck Maia — Lobbe Neto
Léo Alcântara — Nilson Pinto
Silvio Torres — Professora Raquel Teixeira

PTB

José Militão — Arnaldo Faria de Sá
Jovair Arantes — Josué Bengtson
Marcus Vicente — Sandro Matos

Bloco PL, PSL

Reinaldo Betão — Maurício Rabelo
(Dep. do PV ocupa a vaga) — (Dep. do PSB ocupa a vaga)
1 vaga — (Dep. do PP ocupa a vaga)

PPS

Cláudio Magrão — Colbert Martins

PSB

Dr. Ribamar Alves — João Mendes de Jesus (vaga do Bloco PL, PSL)
Luciano Leitoa

PDT

André Figueiredo — Pompeo de Mattos

PC do B

Daniel Almeida — 1 vaga

PSC

Deley (vaga do PV) — Costa Ferreira
(Dep. do PTC ocupa a vaga)

PV

Chico Sardelli (vaga do Bloco PL, PSL) — Leonardo Mattos
(Dep. do PSC ocupa a vaga)

PTC

Carlos Willian (vaga do PSC)

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6211

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5186, DE 2005, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998, QUE INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Bernardo Ariston (PMDB)
1º Vice-Presidente: Carlos Melles (PFL)
2º Vice-Presidente: Marcus Vicente (PTB)
3º Vice-Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PFL)
Relator: Enivaldo Ribeiro (PP)

Titulares — **Suplentes**

PT

Gilmar Machado — Dr. Rosinha
Ivo José — 5 vagas
Nelson Pellegrino
Simplício Mário
Vadinho Baião
1 vaga

PMDB

Bernardo Ariston — 5 vagas
Mendes Ribeiro Filho
Pedro Chaves
Wilson Santiago
(Dep. do PSC ocupa a vaga)

Bloco PFL, PRONA

Carlos Melles — 4 vagas
Claudio Cajado
José Rocha
Marcelo Guimarães Filho (vaga do PL)
1 vaga

PSDB

Antonio Cambraia — Carlos Alberto Leréia
Bismarck Maia — Lobbe Neto
Silvio Torres — Nilson Pinto

PP

Enivaldo Ribeiro — João Pizzolatti
2 vagas — 2 vagas

PTB

José Militão — Arnaldo Faria de Sá
Jovair Arantes — Josué Bengtson
Marcus Vicente — Sandro Matos

PL

Giacobo — Enio Tatico
Reinaldo Betão — (Dep. do PSB ocupa a vaga)
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) — 1 vaga

PPS

Geraldo Resende — Cláudio Magrão

PSB

Dr. Ribamar Alves — Edinho Montemor (vaga do PL)
Luciano Leitoa

PDT

André Figueiredo — João Fontes

PC do B

Daniel Almeida — 1 vaga

PV

Marcelo Ortiz — 1 vaga

PSC

Deley (vaga do PMDB)

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6207/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5403, DE 2001, QUE "DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES DA INTERNET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Gastão Vieira (PMDB)
1º Vice-Presidente: Reginaldo Germano (PP)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Marcos de Jesus (PFL)

Titulares — **Suplentes**

PT

Fernando Ferro — 6 vagas
Jorge Bittar
Luiz Eduardo Greenhalgh
Walter Pinheiro
2 vagas

PMDB

Gastão Vieira — Cezar Schirmer
Luiz Bittencourt — Jorge Alberto
Marcelo Barbieri — Marcelo Castro
Wilson Cignachi — Paulo Afonso
Wilson Santiago — 1 vaga

Bloco PFL, PRONA

José Carlos Aleluia — 4 vagas
Laura Carneiro
Marcos de Jesus (vaga do Bloco PL, PSL)
(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do PP ocupa a vaga)

PP

Celso Russomanno — Ricardo Barros

João Batista vaga do Bloco PFL, PRONA	2 vagas
Marcos Abramo vaga do Bloco PFL, PRONA	
Reginaldo Germano	
1 vaga	
PSDB	
Carlos Alberto Leréia	Domiciano Cabral
Julio Semeghini	Narcio Rodrigues
Nilson Pinto	1 vaga
PTB	
Alex Canziani	Edna Macedo
Pastor Frankembergen	Ricarte de Freitas
Philemon Rodrigues	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Paulo Gouvêa	Lincoln Portela
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Reinaldo Betão
1 vaga	1 vaga
PPS	
Nelson Proença	Raul Jungmann
PSB	
Luciano Leitoa	1 vaga
PDT	
André Figueiredo	João Fontes
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	1 vaga
PV	
Edson Duarte	1 vaga

Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5476, DE 2001, DO SR. MARCELO TEIXEIRA, QUE "MODIFICA A LEI Nº 9472, DE 16 DE JULHO DE 1997, DETERMINANDO QUE A ESTRUTURA TARIFÁRIA DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA, PRESTADOS EM REGIME PÚBLICO, SEJA FORMADA APENAS PELA REMUNERAÇÃO DAS LIGAÇÕES EFETUADAS".

Presidente: Francisco Dornelles (PP)
1º Vice-Presidente: Romel Anizio (PP)
2º Vice-Presidente: Selma Schons (PT)
3º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB)
Relator: Léo Alcântara (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Devanir Ribeiro	Fernando Ferro
Jorge Bittar	Gilmar Machado
José Mentor	Ivo José
Professor Luizinho	Nilson Mourão
Selma Schons	Reginaldo Lopes
Walter Pinheiro	2 vagas
1 vaga	
PMDB	
Aníbal Gomes	7 vagas
Átila Lins vaga do PPS	
Delfim Netto vaga do PP	
Geddel Vieira Lima	
Luiz Bittencourt	
Mauro Lopes	
Moacir Micheletto	
Zé Gerardo	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Corauci Sobrinho	Fernando de Fabinho
José Carlos Aleluia	Marcelo Guimarães Filho vaga do PL
Mussa Demes	Onyx Lorenzoni
Roberto Brant	Robson Tuma
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Vilmar Rocha
	1 vaga
PSDB	
Eduardo Paes	João Castelo
Gonzaga Mota	3 vagas
Julio Semeghini	
Léo Alcântara	
Marcelo Teixeira vaga do PMDB	
PP	
Celso Russomanno	Benedito de Lira
Francisco Dornelles	Cleonâncio Fonseca
Marcos Abramo vaga do Bloco PFL, PRONA	Julio Lopes
Romel Anizio	Simão Sessim
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PTB	
Jonival Lucas Junior	Alex Canziani
Marcus Vicente	Paes Landim
Romeu Queiroz	Pedro Fernandes
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1 vaga
PL	
Inaldo Leitão	Enio Tatico
Júnior Betão	Heleno Silva
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Lincoln Portela
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Nelson Proença
PSB	
Edinho Montemor vaga do PL	1 vaga
Givaldo Carimbão	
Mário Assad Júnior vaga do PL	
Salvador Zimbaldi vaga do PTB	
PDT	
Mário Heringer	Enio Bacci
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PV	
Marcelo Ortiz	Jovino Cândido

Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6485, DE 2002, QUE "INSTITUI O 'AUXILIO ADOÇÃO' PARA O ABRIGO FAMILIAR DE CRIANÇAS INTERNADAS EM ORFANATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (PL 1756/03 APENSADO)

Presidente: Maria do Rosário (PT)
1º Vice-Presidente: Zelinda Novaes (PFL)
2º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT)
3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB)
Relator: Teté Bezerra (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Angela Guadagnin	Luiz Couto
Fernando Ferro	Neyde Aparecida
Maria do Rosário	Terezinha Fernandes
Rubens Otoni	3 vagas
Selma Schons	
Telma de Souza	
PFL	
Corauci Sobrinho	Celcita Pinheiro
Laura Carneiro	Kátia Abreu
Marcos de Jesus vaga do PL	Nice Lobão
Zelinda Novaes	2 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PMDB	
João Matos (Licenciado)	Ann Pontes

Marcelo Castro	Marinha Raupp
Paulo Afonso	2 vagas
Teté Bezerra	
PSDB	
Eduardo Barbosa	Professora Raquel Teixeira
Helenildo Ribeiro	Yeda Crusius
Júlio Redecker	2 vagas
Paulo Bauer vaga do PFL	
Thelma de Oliveira	
PP	
Darci Coelho vaga do PFL	3 vagas
Francisco Garcia	
José Linhares	
1 vaga	
PTB	
Kelly Moraes	Jonival Lucas Junior
1 vaga	1 vaga
PL	
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	Almeida de Jesus
1 vaga	Lincoln Portela
PSB	
Luiza Erundina	2 vagas
1 vaga	
PPS	
Ivan Paixão	1 vaga
PDT	
Severiano Alves	Enio Bacci
PC do B	
Perpétua Almeida	Jamil Murad
PV	
Marcelo Ortiz	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PSC	
	Deley vaga do PV

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2004, QUE "REGULAMENTA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 146 E O INCISO IX DO ART. 170 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (APENSADOS: PLP 210/04 E OUTROS).

Presidente: Carlos Melles (PFL)
1º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)
2º Vice-Presidente: Selma Schons (PT)
3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)
Relator: Luiz Carlos Hauly (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlito Merss	Eduardo Valverde
José Pimentel	Jorge Boeira
Nazareno Fonteles	Vitorassi
Reginaldo Lopes	3 vagas
Selma Schons	
Vignatti	
PMDB	
Carlos Eduardo Cadoca	Alexandre Santos vaga do PP
Eliseu Padilha	5 vagas
Max Rosenmann	
Wilson Santiago	
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Carlos Melles	Fernando de Fabinho
Eduardo Sciarra	Gervásio Silva
Gerson Gabrielli	Joaquim Francisco vaga do PTB
Luiz Carreira	José Roberto Arruda
	Vilmar Rocha
PP	
Afonso Hamm	Benedito de Lira
Francisco Dornelles	Feu Rosa
Pedro Corrêa	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSDB	
Luiz Carlos Hauly	Júlio Redecker
Ronaldo Dimas	Julio Semeghini
Walter Barelli	Silvio Torres
PTB	
Armando Monteiro	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Arnaldo Faria de Sá	2 vagas
José Militão	
Bloco PL, PSL	
Giacobo	Enio Tatico
Miguel de Souza	Heleno Silva
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Milton Monti
PPS	
Fernando Coruja	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PSB	
Renato Casagrande	B. Sá vaga do PPS
	Jorge Gomes
PDT	
Ademir Camilo vaga do Bloco PL, PSL	Álvaro Dias
Enio Bacci	
PC do B	
Vanessa Grazziotin	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	1 vaga
PV	
Vittorio Medioli	Jovino Cândido

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6215/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 2004, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE - SUDECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Carlos Abicalil (PT)
1º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (PFL)
2º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Sandro Mabel (PL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antônio Carlos Biffi	Sigmaringa Seixas
Carlos Abicalil	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
João Grandão	4 vagas
Neyde Aparecida	
Rubens Otoni	
Wasny de Roure	
PMDB	
Luiz Bittencourt	Leandro Vilela
Nelson Trad	4 vagas
Pedro Chaves	
Teté Bezerra	
Waldemir Moka	
Bloco PFL, PRONA	
Celcita Pinheiro	José Roberto Arruda
Murilo Zauith	Vilmar Rocha
Osório Adriano	2 vagas
Ronaldo Caiado	
PP	
Darci Coelho	Pedro Henry
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Sandes Júnior
1 vaga	1 vaga

PSDB

Carlos Alberto Leréia	Ronaldo Dimas
João Campos	(Dep. do PV ocupa a vaga)
Leonardo Vilela vaga do PP	1 vaga
Professora Raquel Teixeira	

PTB

Jovair Arantes	3 vagas
Ricarte de Freitas	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	

Bloco PL, PSL

Enio Tatico vaga do PTB	Luciano Castro
Jorge Pinheiro	Maurício Rabelo
Lincoln Portela vaga do PV	Miguel de Souza
Sandro Mabel	
1 vaga	

PPS

Geraldo Resende	(Dep. do PSB ocupa a vaga)

PSB

Barbosa Neto	Júlio Delgado vaga do PPS
	1 vaga

PDT

Severiano Alves	Mário Heringer

PC do B

Perpétua Almeida	1 vaga

PSC

Pastor Amarildo	Zequinha Marinho

PV

(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	Vittorio Medioli vaga do PSDB
	1 vaga

PSOL

	Maninha vaga do PT

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6206/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".

Presidente: Marcelino Fraga (PMDB)
1º Vice-Presidente: José Pimentel (PT)
2º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Zezéu Ribeiro (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fátima Bezerra	Josias Gomes
José Pimentel	Luiz Alberto
Leonardo Monteiro	Maurício Rands
Luiz Couto	Terezinha Fernandes
Paulo Rubem Santiago	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Zezéu Ribeiro	1 vaga
PFL	
André de Paula	(Dep. do PL ocupa a vaga)
César Bandeira	4 vagas
Fábio Souto	
Luiz Carreira	
1 vaga	
PMDB	
Jorge Alberto	Carlos Eduardo Cadoca
Marcelino Fraga	Mauro Lopes
Mauro Benevides	Moraes Souza
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Zé Gerardo
PSDB	
Antonio Cambraia	Gonzaga Mota
Bosco Costa	João Castelo
Helenildo Ribeiro	2 vagas
João Almeida	
PP	
Benedito de Lira	Enivaldo Ribeiro
Cleonâncio Fonseca	Márcio Reinaldo Moreira
1 vaga	Zé Lima
PTB	
Armando Monteiro	2 vagas
1 vaga	
PL	
Jaime Martins	José Carlos Araújo vaga do PFL
José Santana de Vasconcellos	Sandro Mabel
	1 vaga
PSB	
B. Sá vaga do PPS	Eduardo Campos
Isaías Silvestre	1 vaga
Sandra Rosado vaga do PMDB	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	
PPS	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Rogério Teófilo
PDT	
Álvaro Dias	Wagner Lago
Maurício Quintella Lessa vaga do PSB	
PC do B	
Renildo Calheiros	Inácio Arruda
PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	1 vaga
PSOL	
	João Alfredo vaga do PT

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6211 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".

Presidente: Átila Lins (PMDB)
1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Anselmo	Eduardo Valverde
Carlos Abicalil	Nilson Mourão
Hélio Esteves	Zé Geraldo
Henrique Afonso	Zico Bronzeado
Terezinha Fernandes	2 vagas
1 vaga	
PFL	
Kátia Abreu	Clóvis Fecury
Pauderney Avelino	Davi Alcolumbre vaga do PDT
Vic Pires Franco	Francisco Rodrigues
(Dep. do PP ocupa a vaga)	3 vagas
1 vaga	
PMDB	
Asdrubal Bentes	Ann Pontes
Átila Lins vaga do PPS	Wladimir Costa
Marinha Raupp	2 vagas
Osvaldo Reis	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
PSDB	
Hamilton Casara	Anivaldo Vale

Nicias Ribeiro	João Castelo
Nilson Pinto	Zenaldo Coutinho
1 vaga	1 vaga
PP	
Darci Coelho vaga do PFL	Zé Lima
Francisco Garcia	2 vagas
Suely Campos	
1 vaga	
PTB	
Alceste Almeida vaga do PMDB	Josué Bengtson
Pastor Frankembergen	1 vaga
Silas Câmara	
PL	
Humberto Michiles	Coronel Alves vaga do PSB
Raimundo Santos	Luciano Castro
	Maurício Rabelo
PSB	
Dr. Ribamar Alves	(Dep. do PL ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
PC do B	
Perpétua Almeida	Vanessa Grazziotin
PV	
Sarney Filho	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PSC	
	Deley vaga do PV

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6215 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA.

Presidente: Roberto Brant (PFL)
1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Pimentel (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Arlindo Chinaglia	Adão Pretto
Dr. Rosinha	Assis Miguel do Couto
Eduardo Valverde	Durval Orlato
Henrique Fontana	Guilherme Menezes
José Pimentel	Roberto Gouveia
Nilson Mourão	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	1 vaga
PFL	
Alberto Fraga vaga do PMDB	Ivan Ranzolin vaga do PP
Félix Mendonça vaga do PTB	Luiz Carreira
Gervásio Silva	Vic Pires Franco
Murilo Zauith	Vilmar Rocha
Onyx Lorenzoni	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Roberto Brant	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Robson Tuma	1 vaga
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PMDB	
Adelor Vieira	Osvaldo Biolchi
Alexandre Santos vaga do PSDB	4 vagas
Darcísio Perondi	
Jorge Alberto	
Mendes Ribeiro Filho	
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	
PSDB	
Alberto Goldman	Anivaldo Vale
Custódio Mattos	Bismarck Maia
Eduardo Barbosa	João Campos
Yeda Crusius	(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Darci Coelho vaga do PFL	Feu Rosa vaga do PSDB
Jair Bolsonaro	Reginaldo Germano vaga do PFL
José Linhares	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
1 vaga	2 vagas
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Ricardo Izar
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Vicente Cascione
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	1 vaga
PL	
Chico da Princesa	Humberto Michiles
Medeiros	Maurício Rabelo
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Wellington Roberto
PSB	
Carlos Mota vaga do PL	João Mendes de Jesus vaga do PDT
Paulo Baltazar	Marcondes Gadelha vaga do PFL
1 vaga	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
	1 vaga
PPS	
Dr. Francisco Gonçalves vaga do PTB	Geraldo Thadeu
Fernando Coruja	
PDT	
Alceu Collares	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PC do B	
Jandira Feghali	Alice Portugal
PRONA	
Enéas	1 vaga
PSOL	
Ivan Valente vaga do PT	Luciana Genro vaga do PT
	Maninha vaga do PSB

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6215 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA DO JUDICIÁRIO.

Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)
1º Vice-Presidente: João Alfredo (PSOL)
2º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)
3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Iriny Lopes
Dra. Clair	6 vagas
José Eduardo Cardozo	
José Mentor	
Maurício Rands	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
1 vaga	
PFL	
Coriolano Sales	Antonio Carlos Magalhães Neto
Jairo Carneiro	José Mendonça Bezerra
Luiz Carlos Santos	Robério Nunes
Mendonça Prado (Licenciado)	Vilmar Rocha
(Dep. do PP ocupa a vaga)	2 vagas
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
PMDB	
Bernardo Ariston	Osmar Serraglio
Marcelino Fraga	Paulo Lima
Nelson Trad	3 vagas
Wilson Santiago	
1 vaga	
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Bonifácio de Andrada

João Campos	Bosco Costa
Vicente Arruda	Nicias Ribeiro
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Zenaldo Coutinho
1 vaga	Zulaiê Cobra
PP	
Darci Coelho vaga do PFL	Celso Russomanno
Feu Rosa	Jair Bolsonaro vaga do PTB
Ibrahim Abi-ackel	Nélio Dias
1 vaga	Roberto Balestra
PTB	
Luiz Antonio Fleury	Arnaldo Faria de Sá
Paes Landim vaga do PFL	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Vicente Cascione	1 vaga
1 vaga	
PL	
Inaldo Leitão	Raimundo Santos
José Santana de Vasconcellos	Wellington Roberto
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PSB	
Carlos Mota vaga do PL	João Paulo Gomes da Silva vaga do PL
Renato Casagrande	2 vagas
(Dep. do PTC ocupa a vaga)	
PPS	
Dimas Ramalho	Fernando Coruja
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	
PDT	
Wagner Lago	Pompeo de Mattos
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PRONA	
1 vaga	1 vaga
PSOL	
João Alfredo vaga do PT	
PTC	
Carlos Willian vaga do PSB	

Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA POLÍTICA.

Presidente: Alexandre Cardoso (PSB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Ronaldo Caiado (PFL)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Devanir Ribeiro	César Medeiros
Fernando Ferro	Colombo
José Eduardo Cardozo	Luiz Sérgio
Luiz Couto	Maria do Carmo Lara
Paulo Delgado	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Rubens Otoni	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	1 vaga
PFL	
André de Paula	Antonio Carlos Magalhães Neto
Luiz Carlos Santos	Eduardo Sciarra
Roberto Magalhães vaga do PTB	José Rocha
Ronaldo Caiado	Marcelo Guimarães Filho
Vic Pires Franco	Zelinda Novaes
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
PMDB	
Cezar Schirmer	Almerinda de Carvalho
Marcelino Fraga	Átila Lins vaga do PPS
Osmar Serraglio	Jorge Alberto
Osvaldo Biolchi	Leandro Vilela
(Dep. do PMR ocupa a vaga)	Mauro Benevides
	(Dep. do PMR ocupa a vaga)
PSDB	
Affonso Camargo	Carlos Alberto Leréia
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Nicias Ribeiro
Bonifácio de Andrada	Paulo Bauer vaga do PFL
João Almeida	Thelma de Oliveira
Professora Raquel Teixeira	Vicente Arruda
	1 vaga
PP	
Leodegar Tiscoski	Francisco Dornelles
Marcos Abramo vaga do PFL	Nélio Dias
Mário Negromonte	Ricardo Barros
Nilton Baiano	
PTB	
Jackson Barreto	Edna Macedo
Paes Landim vaga do PFL	José Múcio Monteiro
Philemon Rodrigues	Neuton Lima
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	
PL	
Lincoln Portela	Almeida de Jesus
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Oliveira Filho
1 vaga	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PSB	
Alexandre Cardoso	Mário Assad Júnior vaga do PL
João Paulo Gomes da Silva vaga do PL	2 vagas
Luiza Erundina	
PPS	
Fernando Coruja	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PDT	
Severiano Alves	João Fontes vaga do PT
	Mário Heringer
PC do B	
Renildo Calheiros	Inácio Arruda
PV	
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz
PSOL	
Chico Alencar vaga do PT	João Alfredo vaga do PT
PMR	
José Divino vaga do PMDB	Vieira Reis vaga do PMDB

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6214 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA.

Presidente: Vicentinho (PT)
1º Vice-Presidente: Maurício Rands (PT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Chaves (PTB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlos Santana	Antônio Carlos Biffi
Dra. Clair	Antonio Carlos Biscaia
Luiz Alberto	Henrique Afonso
Maurício Rands	Josias Gomes
Orlando Desconsi	Neyde Aparecida
Vicentinho	Tarcísio Zimmermann
1 vaga	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
PFL	
Almir Moura vaga do PL	Celcita Pinheiro
Coriolano Sales	Gerson Gabrielli

Joaquim Francisco vaga do PTB	Onyx Lorenzoni
Robson Tuma	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Vilmar Rocha	2 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
1 vaga	

PMDB

Leonardo Picciani	Leandro Vilela
Wladimir Costa	Pastor Pedro Ribeiro
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Takayama
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1 vaga

PSDB

Antonio Carlos Pannunzio	Carlos Sampaio
Carlos Alberto Leréia	Leonardo Vilela vaga do PP
Eduardo Paes	4 vagas
Marcelo Teixeira vaga do PMDB	
Paulo Bauer vaga do PFL	
Ronaldo Dimas	
Zenaldo Coutinho	

PP

Francisco Dornelles	Luis Carlos Heinze
João Batista vaga do PFL	Vadão Gomes
Nelson Meurer	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Roberto Balestra	

PTB

Iris Simões	Homero Barreto (Licenciado)
José Chaves vaga do PMDB	Jefferson Campos vaga do PMDB
José Múcio Monteiro	Paes Landim vaga do PFL
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	Philemon Rodrigues
	1 vaga

PL

Miguel de Souza	Heleno Silva
Sandro Mabel	Milton Monti
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	Raimundo Santos

PSB

Dr. Ribamar Alves	Luciano Leitoa vaga do PDT
Isaías Silvestre	2 vagas
Maria Helena vaga do PMDB	

PPS

Cláudio Magrão	Raul Jungmann

PDT

Pompeo de Mattos	(Dep. do PSB ocupa a vaga)

PC do B

Daniel Almeida	Jamil Murad

PRONA

1 vaga	1 vaga

PSOL

	Babá vaga do PT

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6206 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.

Presidente: Mussa Demes (PFL)
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
2º Vice-Presidente: Carlos Eduardo Cadoca (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
Relator: Virgílio Guimarães (PT)

Titulares	**Suplentes**

PT

Carlito Merss	Paulo Pimenta
Jorge Bittar	Reginaldo Lopes
José Mentor	Telma de Souza
Paulo Bernardo (Licenciado)	Vignatti
Paulo Rubem Santiago	Wasny de Roure
Virgílio Guimarães	(Dep. do PV ocupa a vaga)
Walter Pinheiro	1 vaga

PFL

Edmar Moreira vaga do PL	Aroldo Cedraz
Gerson Gabrielli	Eduardo Sciarra
José Carlos Machado	Eliseu Resende
José Roberto Arruda	Gervásio Silva
Mussa Demes	Júlio Cesar
Pauderney Avelino	Vic Pires Franco
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	

PMDB

André Zacharow vaga do PDT	Ann Pontes
Carlos Eduardo Cadoca	Jorge Alberto
Delfim Netto vaga do PP	Paulo Afonso
Luiz Bittencourt	Pedro Chaves
Max Rosenmann	1 vaga
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	

PSDB

Antonio Cambraia	Anivaldo Vale
Eduardo Paes vaga do PFL	Antonio Carlos Mendes Thame
Julio Semeghini	Gonzaga Mota
Luiz Carlos Hauly	Yeda Crusius
Marcelo Teixeira vaga do PMDB	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Narcio Rodrigues	
Walter Feldman (Licenciado)	

PP

Francisco Dornelles	Márcio Reinaldo Moreira
João Leão vaga do PL	2 vagas
Romel Anizio	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	

PTB

Armando Monteiro vaga do PMDB	Arnon Bezerra vaga do PSDB
José Militão	Pedro Fernandes
Nelson Marquezelli	(Dep. do PL ocupa a vaga)
1 vaga	(Dep. do PSC ocupa a vaga)

PL

Sandro Mabel	Enio Tatico vaga do PTB
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	Jaime Martins
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Reinaldo Betão
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)

PSB

Beto Albuquerque	João Paulo Gomes da Silva vaga do PL
Renato Casagrande	Pastor Francisco Olímpio
	1 vaga

PPS

Fernando Coruja	(Dep. do PDT ocupa a vaga)

PDT

Sérgio Miranda vaga do PC do B	João Herrmann Neto vaga do PPS
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga

PC do B

(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Vanessa Grazziotin

PV

Edson Duarte	Fernando Gabeira vaga do PT
	Leonardo Mattos

PSC

	Zequinha Marinho vaga do PTB

Secretário(a): Angélica Maria Landim Fialho de Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OUVIR OS DIVERSOS POSICIONAMENTOS A RESPEITO DO TEMA E PROPOR MEDIDAS VISANDO A REFORMA UNIVERSITÁRIA.

Presidente:
1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
6 vagas	6 vagas
PMDB	
Gastão Vieira	Osmar Serraglio
João Matos (Licenciado)	Pedro Irujo vaga do Bloco PL, PSL
Marinha Raupp	4 vagas
Osvaldo Biolchi	
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
Alberto Fraga vaga do PTB	Almir Moura vaga do Bloco PL, PSL
César Bandeira	4 vagas
Clóvis Fecury	
Corauci Sobrinho	
Murilo Zauith	
PP	
Feu Rosa	Márcio Reinaldo Moreira
Professor Irapuan Teixeira	Suely Campos
Simão Sessim	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Vanderlei Assis	1 vaga
PSDB	
Nilson Pinto	Bonifácio de Andrada
Professora Raquel Teixeira	Lobbe Neto
1 vaga	Rafael Guerra
PTB	
Eduardo Seabra	Alex Canziani
Jonival Lucas Junior	Elaine Costa (Licenciado)
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Paes Landim
Bloco PL, PSL	
Milton Monti	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga
PPS	
Rogério Teófilo	Fernando Coruja
PSB	
Carlos Mota vaga do Bloco PL, PSL	1 vaga
Luciano Leitoa	
PDT	
Severiano Alves	Wagner Lago vaga do PP
	1 vaga
PC do B	
Alice Portugal	Jamil Murad
PSC	
Costa Ferreira	1 vaga
PV	
Sarney Filho	Marcelo Ortiz

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N º 29, DE 1993.

Presidente: Carlos Melles (PFL)
1º Vice-Presidente: Benedito de Lira (PP)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PFL	
Carlos Melles	
PP	
Benedito de Lira	
PTB	
Elaine Costa (Licenciado)	

Secretário(a): Tarciso Aparecido Higino de Carvalho
Local: Secretaria Executiva da Cesp de Doc. Sigilosos
Telefones: 216-5625
FAX: 216-5605

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E OFERECER PROPOSIÇÕES SOBRE O TEMA TRABALHO E EMPREGO DOMÉSTICO.

Presidente: Elaine Costa (PTB)
1º Vice-Presidente: Sandra Rosado (PSB)
2º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT)
3º Vice-Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB)
Relator: Luci Choinacki (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Iara Bernardi	Dra. Clair
Luci Choinacki	Maria do Rosário
Luciano Zica	Neyde Aparecida
Luiz Alberto	Selma Schons
PMDB	
Benjamin Maranhão	Leonardo Picciani
Lúcia Braga	Osvaldo Reis
Marcelo Barbieri	2 vagas
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Davi Alcolumbre	3 vagas
Zelinda Novaes	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
PP	
José Linhares	Érico Ribeiro
Nilton Baiano	Mário Negromonte
Pedro Corrêa	Vadão Gomes
PSDB	
Bosco Costa	Thelma de Oliveira
Walter Barelli	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Edna Macedo
Elaine Costa (Licenciado)	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
Bloco PL, PSL	
Maurício Rabelo	Ricardo Rique
Medeiros	Wanderval Santos
PPS	
Cláudio Magrão	Dr. Francisco Gonçalves vaga do PTB
	1 vaga
PSB	
Jorge Gomes	1 vaga
Sandra Rosado vaga do PMDB	
PDT	
Alceu Collares	André Figueiredo
PC do B	
Jandira Feghali	Vanessa Grazziotin
PSC	
Milton Barbosa vaga do Bloco PFL, PRONA	

Secretário(a): Regina Maria Veiga Brandão
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: 3216-6216/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS".

Presidente: Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB)
1º Vice-Presidente: Moacir Micheletto (PMDB)
2º Vice-Presidente: Josué Bengtson (PTB)
3º Vice-Presidente: Perpétua Almeida (PCdoB)
Relator: Sarney Filho (PV)

Titulares	Suplentes

PT

Dr. Rosinha	Leonardo Monteiro
Henrique Afonso	Walter Pinheiro
Neyde Aparecida	Zé Geraldo
Zico Bronzeado	1 vaga

PMDB

Gervásio Oliveira vaga do PDT	Max Rosenmann
Leandro Vilela	2 vagas
Luiz Bittencourt	
Moacir Micheletto	

Bloco PFL, PRONA

Robson Tuma	(Dep. do PV ocupa a vaga)
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	

PP

Benedito de Lira	Roberto Balestra
Francisco Garcia	1 vaga

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame	Thelma de Oliveira
Hamilton Casara vaga do Bloco PL, PSL	1 vaga
Nilson Pinto	

PTB

Josué Bengtson	Arnaldo Faria de Sá
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Pastor Reinaldo

Bloco PL, PSL

Coronel Alves	Badu Picanço
João Carlos Bacelar vaga do Bloco PFL, PRONA	Miguel de Souza
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	

PPS

Dr. Francisco Gonçalves vaga do PTB	Fernando Coruja
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	

PSB

Dr. Ribamar Alves	1 vaga
Maria Helena vaga do PPS	

PDT

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Dr. Rodolfo Pereira

PC do B

Perpétua Almeida	Vanessa Grazziotin

PV

Sarney Filho	Edson Duarte
	Fernando Gabeira vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): Saulo Augusto
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B
Telefones: 216-6276/6252
FAX: 216-6285

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DO TRÁFICO DE ARMAS.

Presidente: Moroni Torgan (PFL)
1º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)
2º Vice-Presidente: Josias Quintal (PSB)
3º Vice-Presidente: Neucimar Fraga (PL)
Relator: Paulo Pimenta (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Luiz Couto	Antonio Carlos Biscaia
Odair Cunha	Iriny Lopes
Paulo Pimenta	José Eduardo Cardozo
1 vaga	Zico Bronzeado
PMDB	
Gervásio Oliveira	Cabo Júlio
Mauro Lopes	Gilberto Nascimento
Nelson Trad	2 vagas
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Alberto Fraga vaga do PTB	Abelardo Lupion
Laura Carneiro	Eduardo Sciarra
Moroni Torgan	Onyx Lorenzoni
Robson Tuma	
PSDB	
Carlos Sampaio	Bosco Costa
João Campos	Zulaiê Cobra vaga do PTB
	1 vaga
PP	
Nilton Baiano	Francisco Appio
Reginaldo Germano	Mário Negromonte
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Luiz Antonio Fleury
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PL	
Coronel Alves	Medeiros
Neucimar Fraga	Wanderval Santos
PPS	
Colbert Martins	Raul Jungmann
PSB	
Josias Quintal vaga do PMDB	Gonzaga Patriota
Paulo Baltazar	
PDT	
Pompeo de Mattos	Enio Bacci
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PV	
Edson Duarte	Jovino Cândido

Secretário(a): Manoel Alvim
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B
Telefones: 216-6210/6252
FAX: 216-6285

REQUER A INSTALAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS NAS DENÚNCIAS DE DESVIO DE VERBAS FEDERAIS RELATIVAS À SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Titulares	**Suplentes**
PT	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
PMDB	
(Dep. do PMR ocupa a vaga)	
PFL	
Laura Carneiro	
PSB	
Alexandre Cardoso	
PC do B	
Jandira Feghali	
PSOL	
Chico Alencar vaga do PT	
PMR	
José Divino vaga do PMDB	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES DO ASSASSINATO DOS AUDITORES FISCAIS E DO MOTORISTA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, NA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS, NA CIDADE DE UNAÍ.

Coordenador: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)
Relator: Carlos Mota (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Eduardo Valverde	
Luiz Eduardo Greenhalgh	
Virgílio Guimarães	
PFL	
José Roberto Arruda	
PSDB	

Eduardo Barbosa

PTB

Arnaldo Faria de Sá

PSB

Carlos Mota

PDT

Sérgio Miranda

PPS

Colbert Martins

Secretário(a): Maria de Fátima Moreira
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6204/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE SUCESSIVOS ATAQUES, SEGUIDOS DE MORTE, PRATICADOS CONTRA MORADORES DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Coordenador: Orlando Fantazzini (PSOL)

Titulares **Suplentes**

PT

Luiz Eduardo Greenhalgh
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)

PMDB

Gilberto Nascimento
(Dep. do PTB ocupa a vaga)

Bloco PFL, PRONA

Dr. Pinotti (Licenciado)

PP

Celso Russomanno

PSDB

Zulaiê Cobra

PTB

Arnaldo Faria de Sá
Jefferson Campos vaga do PMDB

Bloco PL, PSL

Wanderval Santos

PPS

Geraldo Thadeu

PSB

Luiza Erundina

PSOL

Orlando Fantazzini vaga do PT

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VERIFICAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO INCÊNDIO E BUSCAR CONHECIMENTO PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS POSSAM DESENVOLVER O ESTADO DE RORAIMA.

Titulares **Suplentes**

PT

Josias Gomes
Professor Luizinho
Zico Bronzeado
1 vaga

PMDB

(Dep. do PTB ocupa a vaga)

PFL

Francisco Rodrigues

PTB

Alceste Almeida vaga do PMDB
Pastor Frankembergen

PP

Suely Campos

PDT

Dr. Rodolfo Pereira

PC do B

Vanessa Grazziotin

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A REALIZAR VISITAS ÀS INSTALAÇÕES DE ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO LOCALIZADAS EM RESENDE - RJ, EM CAITITÉ - BA EM OUTROS MUNICÍPIOS, E ELABORAR RELATÓRIO DESCRITIVO, CONTENDO ANÁLISE E AVALIAÇÃO CIRCUNSTANCIAL DOS PROCESSOS E PRECEDIMENTOS OBSERVADOS NO PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO.

Titulares **Suplentes**

PMDB

Moreira Franco

PFL

Carlos Melles
Ivan Ranzolin
Marcos de Jesus
Murilo Zauith
Robério Nunes

PSDB

Antonio Carlos Pannunzio

PP

Feu Rosa
Jair Bolsonaro

PDT

João Herrmann Neto

PV

Edson Duarte
Fernando Gabeira

PSOL

Maninha

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR OS TRABALHOS RELACIONADOS À CHACINA OCORRIDA NA BAIXADA FLUMINENSE, INCLUSIVE A APURAÇÃO QUE VEM SENDO FEITA PELOS ÓRGÃOS POLICIAIS.

Presidente: Nelson Bornier (PMDB)

Titulares **Suplentes**

PT

Antonio Carlos Biscaia
(Dep. do PDT ocupa a vaga)

PMDB

Almerinda de Carvalho vaga do PP
Nelson Bornier

Bloco PFL, PRONA

Aldir Cabral

PSDB

1 vaga

PP

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PTB

1 vaga

PL

Reinaldo Betão

PDT

André Costa vaga do PT

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR A BAHIA E AVERIGUAR AS RAZÕES DO CONFLITO ENTRE OS MÉDICOS BAIANOS E OS PLANOS DE SAÚDE.

Titulares **Suplentes**

PT

Angela Guadagnin
Guilherme Menezes
Nelson Pellegrino

PMDB

Geddel Vieira Lima
Jorge Alberto

Bloco PFL, PRONA

José Rocha
1 vaga

PP

Nilton Baiano
Vanderlei Assis

PSDB

João Almeida

PTB

Jonival Lucas Junior

Bloco PL, PSL

Amauri Gasques

PPS

Colbert Martins

PSB

Jorge Gomes

PC do B

Alice Portugal
Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVERIGUAR A SITUAÇÃO DE CONFLITO EXISTENTE ENTRE OS MORADORES E O IBAMA, NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, NO ESTADO DO PARANÁ.

Titulares **Suplentes**

PT

Assis Miguel do Couto

PMDB

Osmar Serraglio

PFL

Eduardo Sciarra

PSDB

Luiz Carlos Hauly

PP

Nelson Meurer

PTB

Alex Canziani

PV

Fernando Gabeira
Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O ENVENENAMENTO DE ANIMAIS OCORRIDO NA FUNDAÇÃO ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO.

Coordenador: Marcelo Ortiz (PV)

Titulares **Suplentes**

PT

Devanir Ribeiro
Roberto Gouveia

PMDB

Ann Pontes
(Dep. do PV ocupa a vaga)

Bloco PFL, PRONA

Robson Tuma
(Dep. do PV ocupa a vaga)

PP

Ildeu Araujo
Professor Irapuan Teixeira

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame

PTB

Arnaldo Faria de Sá

Bloco PL, PSL

Amauri Gasques

PPS

Geraldo Thadeu

PSB

1 vaga

PV

Edson Duarte vaga do PMDB

Marcelo Ortiz
Sarney Filho vaga do Bloco PFL, PRONA
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 3216-6209/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS CONFRONTOS ENTRE OS GARIMPEIROS E ÍNDIOS CINTA-LARGA PELA EXPLORAÇÃO ILEGAL DO GARIMPO DE DIAMANTES NA RESERVA ROOSEVELT, SITUADA NO SUL DE RONDÔNIA.

Coordenador: Alberto Fraga (PFL)
Relator: Luis Carlos Heinze (PP)

Titulares **Suplentes**

PT

Carlos Abicalil
Eduardo Valverde

PFL

Alberto Fraga

PP

Agnaldo Muniz
Luis Carlos Heinze

PTB

Nilton Capixaba

PL

Miguel de Souza

PCdoB

Perpétua Almeida

PV

Edson Duarte
Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6211/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR AS UNIDADES PRISIONAIS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DESENVOLVER DIÁLOGO COM AS AUTORIDADES DO ESTADO PERTINENTES À ÁREA, COM VISTAS A BUSCAR SOLUÇÃO PARA A GRAVE CRISE DO SETOR.

Coordenador: Mário Heringer (PDT)

Titulares **Suplentes**

PT

Antonio Carlos Biscaia
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)

PMDB

Gilberto Nascimento
(Dep. do PSB ocupa a vaga)

Bloco PFL, PRONA

Almir Moura vaga do Bloco PL, PSL
Laura Carneiro

PP

Reginaldo Germano

PSDB

(Dep. do PPS ocupa a vaga)

Bloco PL, PSL

Wanderval Santos
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PPS

Geraldo Thadeu
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB

PSB

Alexandre Cardoso
Josias Quintal vaga do PMDB

PDT

Mário Heringer

PSOL

Chico Alencar vaga do PT
Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 3216-6209/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA COM A FINALIDADE DE AVERIGUAR AS CAUSAS E A EXTENSÃO DOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE PELO VAZAMENTO DE UMA BARRAGEM DE REJEITOS DA INDÚSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA., ATINGINDO MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO RIO DE JANEIRO.
Coordenador: César Medeiros (PT)
Relator: Renato Cozzolino (PDT)

Titulares	Suplentes
PT	
César Medeiros	
Leonardo Monteiro	
PMDB	
Luiz Bittencourt	
Nelson Bornier	
PP	
Julio Lopes	
PTB	
Sandro Matos	
PDT	
Renato Cozzolino	
PV	
Edson Duarte	
Fernando Gabeira	
Jovino Cândido	
Leonardo Mattos	
Marcelo Ortiz	
Sarney Filho	
PSC	
Deley	

Secretário(a): .

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO REFERENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E OFERECER INDICATIVO À CASA SOBRE A MATÉRIA.
Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)
Relator: Vicente Cascione (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Durval Orlato	
Jorge Boeira	
Maria do Rosário	
Terezinha Fernandes	
PFL	
Ivan Ranzolin vaga do PP	
Laura Carneiro	
Zelinda Novaes	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PMDB	
Ann Pontes	
Osmar Serraglio	
Rose de Freitas	
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	
Eduardo Barbosa	
Thelma de Oliveira	
PP	
Darci Coelho vaga do PFL	
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	
1 vaga	
PTB	
Luiz Antonio Fleury	
Vicente Cascione	
PL	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
PSB	
Carlos Mota vaga do PL	
Luiza Erundina	
PPS	
Rogério Teófilo	
PDT	
Severiano Alves	

Secretário(a): Angélica Fialho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6276/6232
FAX: 216-6225

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A, NO PRAZO DE 20 DIAS, EXAMINAR E OFERECER UM INDICATIVO AO PLENÁRIO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2003, QUE "SUSTA O DECRETO N° 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, A AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", INCLUINDO O RECADASTRAMENTO DAS UNIVERSIDADES.

Titulares	Suplentes
PT	
Iara Bernardi	
PMDB	
Gastão Vieira	
PFL	
Paulo Magalhães	
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	
Professora Raquel Teixeira	

Secretário(a): -

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	**R$ 0,50**
Porte avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	**GESTÃO 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 33111053
Serviço de Adminstração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.
Contato INTERNET: 33114107

EDIÇÃO DE HOJE: 318 PÁGINAS